LIVRO DE ANAIS

VI SEMPEX & III SINPEX

VI Seminário de Pesquisa e Extensão
III Seminário Internacional de Pesquisa e Extensão
IV Seminário Interprofissional em Direito, Administração, Saúde e Educação

TEMA

Comunidade e Território: onde a pesquisa ganha vida para o desenvolvimento regional e social

12, 13 E 14 DE NOVEMBRO DE 2025 • CRUZ DAS ALMAS – BAHIA

ORGANIZAÇÃO

Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento • Cássio Rodrigues de Souza
Luana Araújo dos Reis • Rúbia Carla Pinto de Almeida

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO SINPEX SEMPEX VI SEMINÁRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO
IV SEMINÁRIO INTERPROFISSIONAL EM DIREITO, ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO

FBBR A FACULDADE DO RECÔNCAVO

Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR • 2026

ISBN 978-65-02-45814-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471a6

Seminário de Pesquisa e Extensão (6. : 2025 : Cruz das Almas, BA).

Anais do VI SEMPEX e do III SINPEX da FBBR [recurso eletrônico] : Seminário de Pesquisa e Extensão, Seminário Internacional de Pesquisa e Extensão e IV Seminário Interprofissional em Direito, Administração, Saúde e Educação / organizadores: Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento, Cássio Rodrigues de Souza, Luana Araújo dos Reis, Rúbia Carla Pinto de Almeida. – Cruz das Almas, BA : Faculdade Brasileira do Recôncavo, 2026.

1 recurso online (436 p.) : PDF.

Evento realizado em 12, 13 e 14 de novembro de 2025. Tema: Comunidade e território: onde a pesquisa ganha vida para o desenvolvimento regional e social.

ISBN 978-65-02-45814-3

1. Pesquisa – Congressos. 2. Extensão universitária – Congressos. 3. Educação. 4. Direito. 5. Saúde. 6. Administração. I. Nascimento, Ednalva Fiuza de Santana do (Org.). II. Souza, Cássio Rodrigues de (Org.). III. Reis, Luana Araújo dos (Org.). IV. Almeida, Rúbia Carla Pinto de (Org.). V. Seminário Internacional de Pesquisa e Extensão (3. : 2025 : Cruz das Almas, BA). VI. Seminário Interprofissional em Direito, Administração, Saúde e Educação (4. : 2025 : Cruz das Almas, BA). VII. Faculdade Brasileira do Recôncavo. VIII. Título.

CDD 001.4 CDU 001.891(063)

Bibliotecário responsável: Makson de Jesus Reis – CRB-5/1926

Os textos e as opiniões expressos nos resumos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Conselho Administrativo

DIRETOR GERAL
Renato Geraldo Evangelista Salles Júnior

DIRETORA ACADÊMICA
Rúbia Carla Pinto de Almeida

GERENTE ACADÊMICA
Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

Organizadores

- Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento
- Cássio Rodrigues de Souza
- Luana Araújo dos Reis
- Rúbia Carla Pinto de Almeida

Apresentação

Tema: *Comunidade e Território: Onde a Pesquisa Ganha Vida para o Desenvolvimento Regional e Social*

O III Seminário Internacional de Pesquisa e Extensão – SINPEX, o VI Seminário de Pesquisa e Extensão – SEMPEX e o IV Seminário Interprofissional em Direito, Administração, Saúde e Educação são eventos institucionais promovidos pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR) e foram realizados nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2025, em formato híbrido, com atividades presenciais e on-line.

Com o tema "Comunidade e Território: Onde a Pesquisa Ganha Vida para o Desenvolvimento Regional e Social", esta edição reafirmou o compromisso da FBBR com a produção científica, a prática extensionista e o fortalecimento do diálogo interprofissional. O evento buscou valorizar experiências que unem ensino, pesquisa e extensão, impulsionando transformações concretas no território do Recôncavo Baiano.

Este Livro de Anais reúne 248 resumos simples aprovados pela Comissão Científica, organizados em quatro eixos temáticos: Administração e Ciências Contábeis (5), Pedagogia (34), Direito (81) e Saúde (128). Os textos passaram por revisão ortográfica e padronização editorial, preservando o conteúdo e a autoria de cada trabalho.

Público-alvo

Estudantes, docentes, técnicos administrativos e participantes da comunidade interna e externa da FBBR.

Objetivos

- Promover a circulação do conhecimento;
- Incentivar o engajamento com o território;
- Fortalecer práticas acadêmicas que contribuem para o desenvolvimento regional e social.

Comissão Organizadora

- **Renato Salles Jr.** – Diretor Geral
- **Rubia Carla Pinto de Almeida** – Diretora Acadêmica
- **Ednalva Fiuza** – Gerente Acadêmica e Coordenadora Geral do SEMPEX
- **Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira** – Coordenação dos Cursos de Saúde
- **Paulo Henrique Eufrásio de Oliveira** – Coordenação do Curso de Fisioterapia
- **Eric Conceição de Jesus** – Coordenação do Curso de Odontologia
- **Larissa Oliveira da Silva** – Coordenação do Curso de Psicologia
- **Vanessa Barbosa Gomes**
- **Isabele Santana Moura** – Coordenação Adjunta do Curso de Direito
- **Isabele Barbosa de Araújo** – Secretária Acadêmica
- **Larissa Melo Vilas Verde** – Secretária da Direção
- **Shirley Costa dos Santos** – Assistente de Coordenação dos Cursos de Saúde
- **Geomario Pereira Nascimento** – Assistente de TI

Comissão Científica

ADMINISTRAÇÃO E PEDAGOGIA

Adriana da Silva Oliveira
Cássio Rodrigues de Souza
Cíbele Silva dos Santos da Fonseca
Edson Souza Silva
Isabele Barbosa de Araújo
Ivo Pedro Gonzales Júnior
Jeane Nascimento Santos
Juarez da Silva Paz
Juciene dos Santos da Conceição da Silva
Leandro Barreto de Souza

DIREITO

Afraédille de Carvalho Ribeiro
Amanda Meira
Ananda Ellen de Carvalho Ribeiro
Andreia da Silva Correia
Carine Silva Cruz
Emerson Sacramento Santos
Emilia Quetere Belmonte Bisneta
Heber José Fernandes de Oliveira
Laion Santana Santos
Lenon Sampaio Bispo
Marcelo da Esperança de Matos Ribeiro
Tainan Bastos dos Santos

SAÚDE

Ana Carolina Araújo Fonseca Brito
Carolina Ferreira Fernandes
Dilson Lima Gonçalves
Fernanda dos Santos Nascimento
Geovana Chiacchio Velame
Ikaro dos Santos Cardoso
Joilson Fiuza dos Santos
José Carlos Barbosa Andrade Júnior
Lenon Sampaio Bispo
Luana Araújo dos Reis
Marisa Alves Ferreira
Pablo Silva Costa Barreto
Paulo Ricardo Carvalho dos Santos
Railson Alves Correia de Almeida Júnior
Ransmiler da Silva Caldas
Simone Guimarães
Tanara Ribeiro Rodrigues
Tatiane Santos de Souza
Zanon Santana Gonçalves

Eixos Temáticos

Os trabalhos apresentados no III SINPEX e VI SEMPEX estão organizados em quatro eixos temáticos, que reúnem as produções dos cursos da FBBR e de seus parceiros:

EIXO 01

Administração e Ciências Contábeis

Gestão, empreendedorismo, finanças, marketing, tecnologia e inovação nas organizações do Recôncavo.

5 trabalhos • p. 28

EIXO 02

Pedagogia

Educação, inclusão, relações étnico-raciais, infâncias, EJA e práticas pedagógicas.

34 trabalhos • p. 39

EIXO 03

Direito

Direitos humanos, justiça racial, direito público e privado, cidadania e acesso à justiça.

81 trabalhos • p. 98

EIXO 04

Saúde

Promoção da saúde, cuidado, prevenção, reabilitação e saúde mental na comunidade.

128 trabalhos • p. 217

Sumário

EIXO 01 • ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS 28

IMPLEMENTAÇÃO DA FERRAMENTA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL POLYMER NA GESTÃO FINANCEIRA DE UM PEQUENO EMPREENDIMENTO DE MODA: RELATO DE EXPERIÊNCIA 29
Ayalla Araújo Pires Santos; Cassiane Santos da Silva Paixão; Heloísa Brandão Oliveira da Rocha da Silva; Iracy dos Santos de Santana Souza; Paulo Sérgio Melo dos Santos; Edson Souza Silva

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E MARKETING DIGITAL NA PROFISSIONALIZAÇÃO DA IMAGEM DE UM PEQUENO COMÉRCIO DO RAMO ALIMENTÍCIO EM CRUZ DAS ALMAS-BA: RELATO DE EXPERIÊNCIA 31
Emanoel Sousa dos Santos; Ester Menezes Vidal Costa; Fernanda Souza de Oliveira; Gabriel Santos dos Santos; Milena de Oliveira Souza da Silva; Edson Souza Silva

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PROSPECÇÃO DE CLIENTES: APLICAÇÃO DA FERRAMENTA PHANTOM BUSTER EM UMA EMPRESA DE CONTROLE DE PRAGAS – RELATO DE EXPERIÊNCIA 33
Joice Ribeiro Fiuza; Luiz Filipe Oliveira Gomes; Levi dos Santos; José Carlos Lessa Souza Junior; Robson da Silva Santos Junior; David Lucas da Silva Santos; Edson Souza Silva

RECURSOS HUMANOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PREPARAÇÃO DE JOVENS PARA O MERCADO DE TRABALHO: OFICINAS DE CURRÍCULO E ENTREVISTA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO 35
Débora Crislaine Conceição dos Santos; Ednaldo Santos do Nascimento de Santana; Geisa Machado Rodrigues; Hemily Azevedo do Carmo; Laíne Maria de Carvalho Soares de Santana; Mainara da Silva Araújo; Uislania Graciele de Almeida Borges; Vilmária Nascimento Souza Conceição; Edson Souza Silva

USO DE DASHBOARDS COMO FERRAMENTA DE APOIO À TOMADA DE DECISÃO NA GESTÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA 37
Erick Gustavo Santana do Nascimento; Evellyn Santos Nascimento; Gustavo Damasceno Andrade; Lucilene Cunha da Silva Santos; Luiz Fernando Silva; Maria Roque da Conceição; Mariana Conceição; Marilia Gabriela de Jesus; Mateus de Jesus Silva; Edson Souza Silva

EIXO 02 • PEDAGOGIA 39

ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO E A EQUIDADE EDUCACIONAL 40
Gabriele da Silva de Jesus; Adriana da Silva Oliveira

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO 42
Ana Laura Silva Pereira; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MENINAS E MULHERES À LUZ DA LEI 14.164/2021 43
Ana Maria Carvalho Cruz Vatin

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS, EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES APÓS CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO 45
Amanda Borges Trindade; Cailane Cavalcante de Jesus; Erica Menezes dos Santos; Jenifer Alves dos Santos; Maiane Cristina dos Santos Pereira; Vitória Caldas Tupinambá; Joseane da Conceição Pereira Costa

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS 47
Francine Santos Pinheiro; Rebeca dos Santos da Paixão; Adriana da Silva Oliveira

A INCLUSÃO ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA 48
Analice Rocha Cerqueira; Deise Gonçalves Silva; Êmile Almeida da Conceição; Gabriele da Silva de Jesus; Tatienny Novaes da Rocha; Joseane da Conceição Pereira Costa

A LUTA COLETIVA NO/DO FÓRUM DE EJA E A CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA 49
Jeane Nascimento Santos; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

A PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE 51
Gildilane da Silva Conceição; Adriana da Silva Oliveira

A PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO E REFLEXÃO: VIVÊNCIAS NO CONTEXTO ESCOLAR 52
Gerusa de Andrade Lordelo; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

A PREGNÂNCIA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS: ESTUDO SOBRE A PÓS-PERMANÊNCIA DE EGRESSOS/AS DAS COTAS RACIAIS DO CURSO DE MEDICINA – UFRB 54
Natanael Conceição Rocha; Thiago Martins Caldas Prado; Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS/BA: REALIDADE E NECESSIDADE 56
Aliciana do Carmo Brandão; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

BULLYING: IMPACTOS, CONSEQUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR 58
Raine de Jesus Conceição; Emily Ester Araújo da Silva Oliveira; Bruna Maria Nascimento Silva; Júlia de Queiroz Ferreira Umburanas; Noemi Vitoria Oliveira dos Santos; Joseane da Conceição Pereira Costa

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: VOZES E RAÍZES DO ENGENHO SÃO JOÃO 59
Milena dos Santos Bastos; Ana Carolina Morais de Jesus; Caryhellen da Conceição Silva Pinto; Jaciele Santos de Almeida; Analice Rocha Cerqueira; Deise Gonçalves Silva; Tatienny Novaes da Rocha Santos; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DIVERSIFICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL 61
Aline da Silva dos Santos; Adriana da Silva Oliveira

ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS DA/NA INDÚSTRIA FUMAGEIRA EM CRUZ DAS ALMAS-BA 62
Jucilene Ferreira Lima; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

FORMAS DE EXPRESSÃO: INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL 64
Bárbara Oliveira Santos; Beatriz de Carvalho Ferreira; Bianca de Oliveira da Silva; Jenifer Oliveira Reis; Joice de Jesus Caldas; Karen Andrade Fiuza Souza; Nariele dos Santos Alves; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

GINGA E COMUNICAÇÃO: ESTRATÉGIAS DIGITAIS PARA FORTALECER A CAPOEIRA E A COMUNIDADE 66
Isabele Barbosa de Araujo; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

INCLUSÃO ESCOLAR: A EXPERIÊNCIA DE UMA MÃE NO PROCESSO EDUCATIVO DE SUA FILHA COM TEA 68
Jaqueline da Silva Santana; Gisele do Nascimento dos Santos; Gabrielly Luquine; Joseane da Conceição Pereira Costa

INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI): TRAJETÓRIAS, DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES 69
Ana Caroline do Amor Divino; Emily Alves da Fonseca; Gessika Rocha Pereira de Carvalho; Maria Isabele Fiais Boaventura; Uelito dos Santos Silveira; Joseane da Conceição Pereira Costa

MUNDO COLORIDO: APRENDER, INCLUIR E CUIDAR.....71
Ana Valéria de Jesus dos Santos; Emily Ester Araújo da Silva Oliveira; Gisele Boaventura; Gisele do Nascimento dos Santos; Ivonilda Teixeira dos Santos; Jadiane Machado Neres; Rebeca Ramos de Oliveira; Edilane Silveira Nascimento; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

"NÃO SÓ PELO DINHEIRO, MAS PELA SATISFAÇÃO DE TER UMA PROFISSÃO": PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA EJA SOBRE O ENSINO SUPERIOR.....73
Ana Alice de Jesus Sodre; Beatriz Salomé Santana; Gerusa de Andrade Lordelo; Gilmara Oliveira de Andrade; Jessica Brenda dos Santos; Julia de Jesus Vieira; Kaliane Soares; Laiza da Silva Conceição; Paulo Ricardo Bispo Nogueira Silva; Joseane da Conceição Pereira Costa

NARRATIVAS DE PROFESSORAS NEGRAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROCESSOS FORMATIVOS PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA.....75
Arilma Reis Conceição; Juarez da Silva Paz

O AMBIENTE ESCOLAR E SEUS IMPACTOS NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....76
Camile Souza; Jaqueline da Conceição; Vitória Sena; Marcela de Souza; Maria Fernanda Peixoto; Jaqueline Maia; Marilândia Dias; Joseane da Conceição Pereira Costa

O ENSINO SUPERIOR COMO DIREITO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA VIVÊNCIA EXTENSIONISTA.....78
Daniela Cerqueira Santos; Lorena de Sales Santos; Márcia Costa Alves; Rosangela Silva; Vanessa Silva dos Santos; Joseane da Conceição Pereira Costa

OLHARES SOBRE O ENSINO SUPERIOR: EXPECTATIVAS E DESAFIOS ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO.....80
Adriele Conceição Souza; Beatriz Neimar Assis França; Jiseli dos Santos Borges; Kailane Costa Santos; Laiza Mirele Neves Ferreira; Lavinia Oliveira da Silva; Mariane do Carmo Fiuza; Joseane da Conceição Pereira Costa

O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO 3º (TERCEIRO) ANO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: REALIDADES E POSSIBILIDADES.....82
Letícia Valentim da Conceição; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO 7º ANO.....84
Lorena Sales Oliveira; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

PLATAFORMAS DIGITAIS E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS (7 A 9 ANOS): INFLUÊNCIAS E DESAFIOS FORA DO AMBIENTE ESCOLAR.....85
Lais Kelen Pires Santana; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

PROJETOS DE VIDA E PLANEJAMENTO PROFISSIONAL: PERSPECTIVAS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA.....87
Bárbara Oliveira Santos; Joice de Jesus Caldas; Karen Andrade Fiuza Souza; Nariele Alves dos Santos; Joseane da Conceição Costa

SABERES QUE TRANSFORMAM: EDUCAÇÃO POPULAR, INCLUSÃO, DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE.....88
Bruna Maria Nascimento da Silva; Camile de Souza da Silva; Jaqueline da Conceição do Amor Divino Santana; Júlia de Queiroz Ferreira Umburanas; Marcela de Souza Brito; Maria Fernanda Peixoto Santana; Noemi Vitória Oliveira dos Santos; Raine de Jesus Conceição; Vitória dos Santos de Sena; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

SABERES QUE TRANSFORMAM: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS COM HORTA, SUSTENTABILIDADE E NUTRIÇÃO NA APAE DE GOVERNADOR MANGABEIRA.....90
Ana Caroline do Amor Divino; Emily Alves da Fonseca; Gessika Rocha Pereira de Carvalho; Jaqueline dos Santos Maia; Maria Isabele Fiais Boaventura; Uelito dos Santos Silveira; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....92
Ana Valéria de Jesus dos Santos; Gisele Boaventura; Edilane Silveira do Nascimento; Ivonilda Teixeira dos Santos; Jadiane Machado Neres; Rebeca de Oliveira Ramos; Joseane da Conceição Pereira Costa

TRANSIÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS/BA 94
Gisele Neves da Silva; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

UMA PRÁTICA DE EXTENSÃO E A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS 96
Gabrielly Luquine Caldas; Lívia Barbosa Costa; Marilândia Dias dos Santos; Vitória Regina Santos dos Santos; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento

EIXO 03 • DIREITO 98

ACESSO À JUSTIÇA EM PEQUENAS CIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS 99
Eron dos Anjos Silva Soares; Robson Galdino da Silva; Afraédille de Carvalho Ribeiro

A CONCESSÃO TARDIA DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) ÀS PESSOAS COM CÂNCER: UMA ANÁLISE JURÍDICA À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA PORTARIA CONJUNTA MDS/INSS Nº 34/2025 100
Isabele Santana Moura; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento; Evani Cavalcante de Souza Rocha

A CULTURA BELIGERANTE NO BRASIL EM FACE DA NECESSIDADE DO FOMENTO À CULTURA DA PAZ 101
Lílian Castro Santos; Maria Cristina Carneiro Lima

A EROTIZAÇÃO PRECOCE DE CRIANÇAS NAS REDES SOCIAIS: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS À LUZ DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 102
Daiane Nunes de Jesus Aves; Alessandra de Jesus Nunes; Afraédille de Carvalho Ribeiro

A ESCUTA QUALIFICADA NA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE: ASSEGURANDO O PROTAGONISMO INFANTIL NO PROCESSO JUDICIAL 104
Cailane da Conceição Pereira; Domingos Ferreira Machado; Filipe Case Santos Garcez Silva; Gessica de Souza Machado; Jocelino Correira Cerqueira; José Nailton Araujo da Silva Filho; Roqueline Conceição da Silva Gomes; Franklin da Silva Peixinho

A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E A BOA-FÉ OBJETIVA: CONSCIENTIZAÇÃO JURÍDICA AOS IDOSOS DE CASTRO ALVES-BA SOBRE CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO 106
Ana Beatriz Correia Gomes; Davi Ferreira do Nascimento; Edinea de Jesus Santos Oliveira; Islana Barros dos Santos; Lívia dos Santos da Fonseca; Samires Sacramento de Souza Conceição; Matheus Fernandes Batista; Vaneilton Cunha Silva; Diana Ribeiro da Silva dos Santos

A GEOPOLÍTICA DA MORTE: A MANIFESTAÇÃO DA NECROPOLÍTICA NO TERRITÓRIO BAIANO 108
Emelli Fabiane Dórea Nascimento; Evani Cavalcante de Souza Rocha

A IMPORTÂNCIA DO EXAME DE SANIDADE MENTAL DO ACUSADO E DA VÍTIMA NA FASE DE CONHECIMENTO DO PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA DA COVID-19 EM CRUZ DAS ALMAS 109
André Lima Barbosa; Afraédille de Carvalho Ribeiro

A IMPORTÂNCIA DO NÚCLEO DE APOIO AOS CONTRATOS (NAC) DA EMBRAPA 110
Luiz Antonio Santana Caldas; Brunelli Gil Menezes

A (IN)EFETIVIDADE DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO EM CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS 111
Isabele Santana Moura; Luana Cardoso Pereira Santos; Thiago Góes Junghans; Evani Cavalcante de Souza Rocha

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA DIGITAL NA SENTENÇA PENAL 113
Alisson Felipe de Jesus Farias; Afraédille de Carvalho Ribeiro

A INVISIBILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO NAS ZONAS RURAIS: BARREIRAS AO ACESSO À JUSTIÇA PARA POPULAÇÕES DESASSISTIDAS..... 114
Von Daniken de Jesus Leal; Greicy Kelly de Jesus Leal; Cleópatra Valeria; Evani Cavalcante de Souza Rocha

A LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL EM DEBATE: UMA ANÁLISE SOBRE A POSSÍVEL REVOGAÇÃO DA LEI 12.318/2010..... 115
Juliana Rocha Sampaio; Lívia Santos Peixouto; Rita de Cássia Falcão Borja Correia; Maria Cristina Carneiro Lima

A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE: O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL COMO INSTRUMENTO DE OPORTUNIDADE E A NOVA LÓGICA DA DISPENSABILIDADE DA AÇÃO PENAL PÚBLICA..... 116
Antônio Marcos de Melo Souza; Jucilene de Jesus Nascimento Santos; Maria Cecília dos Santos Nunes; Roseane dos Santos Ribeiro; Tainan Bastos dos Santos

ANÁLISE JURÍDICA SOBRE OS DIREITOS DAS GESTANTES E MÃES ENCARCERADAS NO BRASIL: O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA..... 118
Ester Silva Amador; Giovanna Oliveira Santos; Franklin da Silva Peixinho

A NULIDADE DA PROVA DIANTE DA QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA..... 120
Luiz Antonio Santana Caldas; Sidney Sacramento Barreto dos Santos; Tarcísio Pereira Gonçalves Muniz; Brunelli Gil Menezes

A PROBLEMÁTICA DO ELEMENTO SUBJETIVO NA RECEPTAÇÃO: ANÁLISE DA DESCLASSIFICAÇÃO ENTRE AS MODALIDADES DOLOSA E CULPOSA E OS IMPACTOS DA TIPIFICAÇÃO PRIMÁRIA..... 121
Elton Curi Macedo; Ricardo Silas dos Santos Nascimento; Tainan Bastos dos Santos; Tiago do Amor Divino Teixeira

A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO DEPOIMENTO ESPECIAL: UMA ANÁLISE DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DO FÓRUM DE CRUZ DAS ALMAS/BA..... 123
Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento; Elen Naiane dos Santos de Souza; Luiz Anselmo Santana Salles; Leonardo Dib de Carvalho; Maria Silvia Santos Ressureição Souza; Tiago de Oliveira Santana; Franklin da Silva Peixinho

A PROTEÇÃO JURÍDICA DO NASCITURO À LUZ DA LEI DE GARANTIA DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA: ENTRE EXPECTATIVAS DE DIREITO E RECONHECIMENTO DA PERSONALIDADE..... 125
Carlos Cesar Casé dos Santos; Afraédille de Carvalho Ribeiro

A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM CASTRO ALVES, DE 2021 A 2025: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS..... 126
Sheila Fabiane Bomfim Lessa; Jose Carlos Faria Junior; Afraédille de Carvalho Ribeiro

A SEGURANÇA JURÍDICA PRESENTE NOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL: UMA ANÁLISE SOB O VIÉS DA CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE CONFLITOS COM UM GRUPO DE MULHERES DA TERCEIRA IDADE NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA..... 127
Derisvalda Santana da Conceição; Diana Ribeiro da Silva dos Santos

A TRIBUTAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA NA BAHIA APÓS O TEMA 745 E O PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE E DA ESSENCIALIDADE..... 129
Maria Clara de Sena Cerqueira Lima; Afraédille de Carvalho Ribeiro

A USUCAPIÃO COMO INSTRUMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA..... 130
Emerson Brito Ribeiro; Gabriel Lucas Passos de Araujo; Evani Cavalcante de Souza Rocha

A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NA FIXAÇÃO DO QUANTUM DA PENSÃO ALIMENTÍCIA E A APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA NO DIREITO DE FAMÍLIA NAS DECISÕES DO STJ ENTRE 2024 E 2025..... 131
Gabrielle de Santana Souza; Afraédille de Carvalho Ribeiro

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO CONTEXTO DIGITAL: DESAFIOS E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES EM UM MUNDO CONECTADO 132
Dáfine Kelly Santos Santana Guimarães; Thiago Guimarães de Jesus Santana; Evani Cavalcante de Souza Rocha

A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA COMO CRIME AUTÔNOMO: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO ART. 147-B DO CÓDIGO PENAL NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E TRIBUNAIS ESTADUAIS 133
Emmylle Oliveira Santana; Afraédille de Carvalho Ribeiro

BENEFÍCIOS DA FISIOTERAPIA PÉLVICA NO FORTALECIMENTO DO ASSOALHO PÉLVICO PARA O PARTO: UMA REVISÃO DA LITERATURA 134
Gabriella Paranhos Pereira; Josiane Moreira Germano

BULLYING E DIREITOS HUMANOS: SENSIBILIZAÇÃO E ACOLHIMENTO NO AMBIENTE ESCOLAR 135
Dandara Soares Santos; Carine Elen de Jesus Almeida; Ana Caroline da Silva Rocha; Micael Santos Silveira; Mônica de Oliveira Nascimento Braz; Elton Góes da Silva; Jorge Taikson da Conceição Santana; Robert Souza da Silva; Edna Grisi de Magalhães; Juarez da Silva Paz

CAPS E DIREITOS HUMANOS: CUIDADO EM LIBERDADE E DIGNIDADE NA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA 137
Rafael Ponciano Alves; Guimar Prado da Silva Bloisi; Adelelmo Costa Neto; Carolina Oliveira; Pedro Antonio Aragão Barreto; Emanuel Henrique Nunes Paulino; Jivanilda Conceição da Rocha; Hamilton Pereira de Cerqueira; Juarez da Silva Paz

CASOS DE BULLYING NA TURMA DE 4º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL DERALDO APOLINÁRIO DE OLIVEIRA 138
Fernanda de Oliveira Moura; Afraédille de Carvalho Ribeiro

CIDADANIA E CONTRATOS: UM PROJETO DE EXTENSÃO NO COLÉGIO EUGÊNIO ARAÚJO 140
Amelia Albernaz Rodrigues; Jamile Rodrigues Nascimento; Maria Eduarda Bastos Damascena; Quecia Rafaela Aquino Bernardo; Sarah Ressureissão Felipe; Tauan Conceição Nunes; Diana Ribeiro da Silva dos Santos

COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS 142
Dalila Costa Câmara; Erivaldo da Silva Ventena; João Paulo Moura; José Mateus Guedes Guerra; Lucas Vinícius Alves Brito; Maralayne Ilze Bispo de Santana; Queila Beatriz Santos dos Santos; Regina Maria da Conceição Alves; Taís Teixeira Araújo; Viviane Santos Rebouças; Mateus Costa Pinheiro

COMODATO RURAL NO RECÔNCAVO BAIANO: SEGURANÇA JURÍDICA E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS 144
Filipe Casé Santos Garcez Silva; Girlania de Jesus Barbosa; Rogério Cerqueira Santana; Stefany Santana dos Santana; Thaís Sodré; Diana Ribeiro da Silva dos Santos

CONHECIMENTO E USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO CONTEXTO ACADÊMICO: EVIDÊNCIAS DE ESTUDANTES DO SENAC CRUZ DAS ALMAS 146
Jeferson Santos Damasceno Bispo; Danilo Almeida Brito

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E O PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE: UM ALERTA ÀS EMPRESAS 148
Gisele de Jesus Vieira de Souza; Lucas Neves da Silva; Evani Cavalcante de Souza Rocha

CONTRATOS E PRÁTICAS COMERCIAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES: ANÁLISE À LUZ DO DIREITO CIVIL NO MUNICÍPIO DE CASTRO ALVES, BA 149
Ana Beatriz Cardoso; Ana Flávia Lefundes; Camile Moura; Kailane Souza; Kassia Silva; Maria Antonia Dias; Milena dos Santos; Diana Ribeiro da Silva dos Santos

CONTRATOS JURÍDICOS E AGRICULTURA FAMILIAR: UM INSTRUMENTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL 150
Eduardo da Silva Cruz de Jesus; Emanuel Moraes Pereira da Silva; Ezequiel Silva Mota; João Vitor Silva e Silva; Jonatas Afonso Aquino Santos de Jesus; Yago Santos Sousa; Diana Ribeiro da Silva dos Santos

CRIME DE LGBTFOBIA NO BRASIL: ASPECTOS JURÍDICOS, PENAIS E SOCIAIS.....152
Maria Vitória Messias da Silva; Alana Beatriz Salgado da Silva; Gabrielle de Jesus Vieira; Lucas Henrique Costa de Albuquerque; Vinícius Costa Monteiro; Franklin da Silva Peixinho

CRIMES AMBIENTAIS: O DIREITO NAS ESCOLAS.....153
Bruno de Andrade Ferreira; Crispiniana Nogueira Costa da Silva; Edson de Jesus Nascimento; Grasiele Cardoso de Souza; Jean Carlos de Oliveira Lima; Kamile Araújo dos Santos; Pedro Henrique Queiroz da Silva; Raissa dos Santos da Cruz; Safira Moraes de Souza Barbosa; Franklin da Silva Peixinho

DA TUTELA À PROTEÇÃO INTEGRAL: A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL E OS DESAFIOS DA ERA DIGITAL.....155
Luine Santana Sant'Anna; Mateus Andrade Silva; Taiane de Souza Araujo; Wilson Emanuel Amorim Pereira; Franklin da Silva Peixinho

DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO: UMA ANÁLISE DOS ENTRAVES AO ACESSO À JUSTIÇA E DO PAPEL DA EDUCAÇÃO JURÍDICA.....157
Elias Luiz de Melo Junior; Lucas Mazieiro; Evani Cavalcante de Souza Rocha

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA PARA ASSEGURAR EFETIVAMENTE O ACESSO À JUSTIÇA NA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS.....158
Elaine Pinto Ribeiro; Josevaldo Caldas de Almeida; Rosângela Nascimento dos Santos; Afraédille de Carvalho Ribeiro

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA IMPLANTAÇÃO DA LEI 14.133/2021 NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS A PARTIR DE 2024.....159
Alessandro Moraes dos Santos; Afraédille de Carvalho Ribeiro

DESAFIOS NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS ESPECIAIS RURAIS DE CRUZ DAS ALMAS-BA.....160
André Sena de Almeida; Daniel Silva Conceição; Gilson dos Santos Conceição; Evani Cavalcante de Souza Rocha

DIREITO AMBIENTAL: CONCEITO, EXEMPLOS E SUAS RESPONSABILIDADES PENAIS.....161
Sara Lima Santos dos Santos; Amanda Luquine de Jesus; Alice Vitória Cardoso Arruda; Ana Barbara dos Santos Cerqueira; Gustavo Araújo Costa; Lara Vitória dos Santos Preira; Emily Teixeira; Rafaela Santos de Oliveira; Franklin da Silva Peixinho

DIREITO E COMUNIDADE: A OFICINA JURÍDICA SOBRE O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO FERRAMENTA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....162
Ana Paula Pereira Costa Santana; Manuela da Silva de Souza; Maria Olívia Batista de Jesus; Paloma Santos Almeida; Tainá Ferreira Pires; Tárcila dos Santos Cova; Wenandra Conceição de Jesus; Diana Ribeiro da Silva dos Santos

DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O PAPEL DA FAMÍLIA, SOCIEDADE E ESTADO NA PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....164
Ana Beatriz dos Santos Silva; Ananda Madalena Pereira da Rocha Santos; Giulia Maria Siqueira Fonseca; Pedro Henrique Fernandes de Souza; Wallace dos Santos de Almeida Santana; Franklin da Silva Peixinho

DIREITOS HUMANOS EM AÇÃO: FORTALECENDO SAÚDE E BEM-ESTAR NO SUS PARA A JUVENTUDE.....166
Rafaela Santos de Oliveira; Inacyo Sales; Pablo Victor; Gabriel Santana; Marcos Vinício; Uanderson Araújo; Caique Silva; Paulo Melo; Eder Santana; Mateus Costa Pinheiro

DIREITO, TERRITÓRIO E DIGNIDADE: UMA ABORDAGEM COMUNITÁRIA SOBRE CONTRATOS ABUSIVOS CONTRA IDOSOS NO RECÔNCAVO BAIANO.....168
Cauanny da Silva Arruda de Andrade; Emylle Costa da Silva; Fernanda Ramos Deiró Santos; Francieli de Jesus Macêdo; Gracielle Oliveira de Jesus; Jessica dos Santos Araújo; Maria Clara Pinto de Souza; Yasmim Manuela Santos Oliveira; Diana Ribeiro da Silva dos Santos

ENTRE A DENÚNCIA E O SILÊNCIO: O IMPACTO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO POLICIAL NA DECISÃO DA MULHER EM PROSSEGUIR COM A DENÚNCIA.....170
Maria Clara Machado Dias; Pedro Enrique Ribeiro Brandão; Thainá da Costa Silva Santiago; Afraédille de Carvalho Ribeiro

ESTATUTO DA PESSOA IDOSA: PROTEÇÃO LEGAL E RESPONSABILIDADES PENAIS.....171
Luciano Anunciação Silva Santos; Ana Clara A. de J. Oliveira; Geovana Lopes dos Santos Souza; João Caio dos Santos Pereira; Rafaela Ferreira Santos; Renato Machado de Santana; Tiago Bonfim de Jesus; Franklin da Silva Peixinho

ESTATUTO DO IDOSO: PREVISÃO PENAL E CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL.....173
Danila Livramento de Andrade; Deivid Nascimento Mendes; Isabele Fiuza do Carmo; Kailany Victória dos Santos Andrade; Licia Lopes Correia; Maria Isabel de Araújo Nascimento; Marya Eduarda Lopes Cunha; Sofia Santos Sampaio; Franklin da Silva Peixinho

FLORESTAN FERNANDES À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: GANHOS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA.....174
Iuri Nobre dos Santos; Pabulo Peterson Fernandes de Oliveira

GUARDA COMPARTILHADA VS GUARDA UNILATERAL EM CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESTUDO SOBRE O MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA.....176
Alessandra Sampaio dos Santos; Balbina Santos de Souza; Iasmin Duarte Araújo da Silva da Cruz; Natan dos Santos Oliveira; Andreia da Silva Correia

HERANÇA DIGITAL E A MONETIZAÇÃO DOS ATIVOS DIGITAIS POST MORTEM.....178
Estela Marina Santos Gomes; Evani Cavalcante de Souza Rocha

HOLDING FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E PROTEÇÃO PATRIMONIAL: ASPECTOS JURÍDICOS E TRIBUTÁRIOS.....179
Fernanda Ellen Mota; Afraédille de Carvalho Ribeiro

INDENIZAÇÃO ÀS FAMÍLIAS DE VÍTIMAS DE ASSASSINATO: ANÁLISE JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE DOS RÉUS E OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS NAS VÍTIMAS INDIRETAS.....180
Cideraldo Alves Cavalcanti; Evani Cavalcante de Souza Rocha

MEMÓRIA ATIVA: LAR DOS IDOSOS.....181
Agnaldo Rodrigues; Jamile Oliveira Fiuza; Daiana Santana; Natiele Pereira; Letícia Santos; Edileuza Alves; Taciane Nascimento; Juarez da Silva Paz

MORADIA, DIREITOS E DIGNIDADE: A VULNERABILIDADE DOS IDOSOS NO CONTRATO DE LOCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS.....182
Camila Paula de Almeida da Silva; Lavínia da Silva de Santana; Letícia Almeida Novaes da Silva; Lorena Silva Neiva; Maria Elisa da Costa de Almeida Ramos; Paula Emanuely Conceição Santana; Rafaela do Livramento Braz; Wanessa Suellen Sampaio de Azevedo; Diana Ribeiro da Silva dos Santos

MULTIPARENTALIDADE E PATERNIDADE SOCIOAFETIVA: UMA ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS SUCESSÓRIOS.....184
Priscila G. M. Sousa; Lara Cristina; Ueliton Cerqueira; Evani Cavalcante de Souza Rocha

MULTIPARENTALIDADE E SEUS ASPECTOS NO DIREITO DE FAMÍLIA.....186
Brenda Alencar; Graziela Velame; Evani Cavalcante de Souza Rocha

O CONFLITO ENTRE A PRISÃO PREVENTIVA E A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO: LIMITES E DESAFIOS NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO.....187
Marco Antonio de Jesus Lima; Milena de Oliveira Castro; Raissa Silva Gonçalves; Evani Cavalcante de Souza Rocha

O CONSELHO TUTELAR EM AÇÃO: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES NA EFETIVAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....188
André Henrique Cachoeira Gomes; Anderson de Jesus Santana; Charlene Silva dos Santos; Dermeval Almeida de Oliveira Junior; Erica Ribeiro dos Santos; Iago Alves de Almeida; Iara de Jesus Oliveira; Juarez da Silva Paz

O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA NO INQUÉRITO POLICIAL E NO PROCESSO PENAL À LUZ DA SÚMULA VINCULANTE Nº 14.....190
Cecília Silmeia Santana da Silva; Tainan Bastos dos Santos

O DIREITO À EDUCAÇÃO E O DESAFIO DO ODS 4 NO BRASIL: PERSPECTIVAS JURÍDICAS E SOCIAIS 191
Bárbara dos Reis de Jesus; Ícaro Lázaro Sampaio Silva Vieira; Ione de Souza Reis da Conceição; Iuri Nobre dos Santos; Laiz Láiza Gonçalves de Mello Conceição; Lucas Martins; Maria Eduarda da Silva Freire; Pamella Alisson Mesquita de Azevedo; Senhora Barbosa dos Santos; Mateus Pinheiro

O DIREITO À EDUCAÇÃO, NA VISÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 193
Cássio dos Santos de Andrade; Allan Santos dos Santos; Emmeli Maria Santos Neves; Keliane Rezende dos Santos; Franklin da Silva Peixinho

O ESTATUTO DO DESARMAMENTO: MEDIDA EFICIENTE CONTRA A CRIMINALIDADE OU MERA RESTRIÇÃO AOS DIREITOS INDIVIDUAIS DOS CIDADÃOS? – UMA DISCUSSÃO SOBRE COMO O DESARMAMENTO CIVIL INTERAGE COM O DIREITO À LEGÍTIMA DEFESA E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS 195
Filipe Góes Junghans; Luiz Fernando Santos Júnior; Evani Cavalcante de Souza Rocha

O IMPACTO DA LEI ANTICRIME (LEI Nº 13.964/2019) NO DIREITO PENAL 197
Lucas Cavalcante Sousa; Brenno Vieira de Araujo Santos; Afraédille de Carvalho Ribeiro

O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES: TECENDO BREVES REFLEXÕES SOBRE A SÉRIE ADOLESCÊNCIA 198
Ana Maria Carvalho Cruz Vatin; Ester Silva Amador; Tainan Bastos dos Santos

O MINISTÉRIO PÚBLICO EM AÇÃO: APRENDIZADO, ÉTICA E CIDADANIA NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRUZ DAS ALMAS 200
Angélica Conceição Gomes Machado; Daiane Teixeira Souza; Eduarda Azevedo Santana; Maria Laura Santos Pereira Vieira; Paula Virgínia Dantas dos Santos Santana; Samila dos Santos Dias Cerqueira; Taís do Amaral Conceição; Talita Almeida Slujalkovsky; Juarez da Silva Paz

O SALÁRIO-MATERNIDADE PREVIDENCIÁRIO NA PERSPECTIVA DO JULGAMENTO DA ADI Nº 2110/STF E A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA 202
Iara de Jesus Oliveira; Afraédille de Carvalho Ribeiro

OS DESAFIOS DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ERA DIGITAL 203
Êmilie Brito de Souza; Guilherme Machado Dórea; Thomaz Gustavo Gomes da Cruz; João Felipe de Sousa Gomes; Franklin da Silva Peixinho

OS DESAFIOS NA ADVOCACIA PARA MULHERES: UMA ANÁLISE DE GÊNERO NA PRÁTICA JURÍDICA 204
Liriel da Silva de Souza; Andreza Fernandes de Almeida; Evani Cavalcante de Souza Rocha

PENAS ALTERNATIVAS COMO MEIO RESSOCIALIZADOR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 205
Marcos Afonso Garcez Silva; Afraédille de Carvalho Ribeiro

PROTEÇÃO E RESPONSABILIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ 206
Aldemir Nunes da Cunha; Antônio Lucas de Souza Santos; Carlos da Silva Pereira; Êmile da Conceição Santana; Isabele Rocha da Silva; Lígia Cristina Barbosa Souza Kumar; Paloma Conceição Machado; Sérgio Carvalho Pereira; Thamires Melo Santiago; Verônica Cristina da Silva Pereira; Franklin da Silva Peixinho

RECONHECIMENTO DA CULTURA E IDENTIDADE SURDA: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SAPEAÇU 208
Carolina Maria Silva Ribeiro; Daiana de Souza Carvalho; Eliedna Priscila de Barros Santana; Gabriel Silva Souza; Jilvan Oliveira de Jesus; Meiline Silva Humberto Sampaio; Renato Souza Rocha Junior; Rosana Lima da Paixão; Thailane Moraes Lima; Juarez da Silva Paz

RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA PROTEÇÃO DE ADOLESCENTES LGBT+ EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ABANDONO 210
Gilvan Dias Medeiros; Franklin da Silva Peixinho

SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA E REGULAÇÃO JURÍDICA NO PÓS-REFORMA TRABALHISTA 212
Janaina Nunes de Almeida; Afraédille de Carvalho Ribeiro

TRABALHO SAZONAL NA CULTURA DO FUMO EM CRUZ DAS ALMAS: ANÁLISE DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E REPERCUSSÕES PREVIDENCIÁRIAS.....213
Gabriela dos Santos Sena; Afraédille de Carvalho Ribeiro

TRIBUNAL DO JÚRI: A EFETIVIDADE DO PROCEDIMENTO.....214
Fernanda Silva de Almeida Monção; Iure Pereira Santos; Evani Cavalcante de Souza Rocha

UM ESTUDO SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E SUA INCIDÊNCIA COMO MEDIDA DESPENALIZADORA.....216
Fredi dos Santos Silva Borges; André Leonardo Lima Barbosa; Afraédille de Carvalho Ribeiro

EIXO 04 • SAÚDE 217

ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA EM IDOSO INSTITUCIONALIZADO COM AMPUTAÇÃO TRANSFEMORAL: RELATO DE CASO.....218
Evelen Oliveira Cardoso; Gabriela Menezes de Almeida; Gabriel Teixeira de Oliveira; Ingrid Lindisay de Albuquerque Santos Silva; Jéssica dos Santos Conceição; Karen dos Santos Sande; Mariana Soares Santos; Valdisia dos Santos de Castro; Carla Januário de Jesus Linhares

ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA EM PACIENTE COM DIABETES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....220
Natalie Silva Pinto dos Santos; Rebeca Dias Brito; Márcia Anunciação da Silva; Ayra Pereira Santos; Sofia dos Santos da Costa; Letícia dos Santos da Conceição; Daniele Souza Sales; Evellyn Karynn Andrade; Carla Januário de Jesus Linhares

ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA NA REABILITAÇÃO DE PACIENTE IDOSO COM SEQUELAS DE AVC: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....222
Ana Carolina Rocha Souza; Bianca Dias Souza; Iasmin da Silva Oliveira; Jéssica Caldas Barros; Milena Castro Lima; Stefane Sampaio da Silva; Thiago Sardinha do Sacramento; Veronica da Fonseca Oliveira; Carla Januário de Jesus Linhares

ABORDAGENS FISIOTERAPÊUTICAS NO TRATAMENTO DA DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR: ATUALIZAÇÕES E EVIDÊNCIAS.....224
Dannya Barbosa Araújo; Fernanda dos Santos Nascimento; Josiane Moreira Germano

AÇÃO DE CONSCIENTIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE DIABETES MELLITUS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VIVÊNCIA EDUCATIVA.....226
Amanda Rodrigues da Silva; Beatriz Boaventura Assis; Bianca Marques da França da Cruz; Lívia de Almeida de Jesus; Maíse Alves da Conceição Teixeira; Rebeca Ferreira dos Santos Silva; Tamires Regina Silva Santos; Thayná Victória Melo Fagundes; Danilo Almeida Brito

AÇÃO EDUCATIVA SOBRE ENDOMETRIOSE E OS RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....228
Isabele Silveira Lima de Carvalho; Adriana dos Santos Peixoto; Geovana Vitoria dos Santos; Maurício Souza Filho; Thaise Peixoto Gomes; Danilo Almeida Brito

AÇÃO EDUCATIVA SOBRE O USO RESPONSÁVEL DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....230
Emilli Victória Muniz Pereira; Rebeca de Jesus Santos; Vitória Pereira da Conceição; Gisele Moreira de Sá; Maria Eduarda Araújo Mota; Letícia Eloy de Souza; Emanuelle Aparecida Souza Correia; Danilo Almeida Brito

AÇÃO EDUCATIVA SOBRE PREVENÇÃO CONTRA A HERPES SIMPLES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....232
Ana Gabriela dos Santos Gomes; Evellin Valeria da Silva Santos; Júlia de Santana Silva; Luiz Alberto Queiroz Ferreira; Letícia Liz Sérgio de Jesus Silva; Maria Clara S. Fiais; Maria Clara Soares Maia; Marcus Vinícius da Silva Almeida; Danilo Almeida Brito

AÇÃO EXTENSIONISTA SOBRE PREVENÇÃO A ISTS COM ÊNFASE NO CONTROLE DA SÍFILIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....234
Gabriela Mota da Silva; Juliane Santos Souza; Raiane Samapio dos Santos; Maira dos Santos Oliveira de Jesus; Joice Moreira da Cruz Carvalho; Camylli Rocha; Isabelle Vitoria Fernandes da Mota; Danilo Almeida Brito

AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE: AVALIAÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL, GLICEMIA E TIPAGEM SANGUÍNEA NA EXPOCRUZ, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....236
Milena dos Santos Nascimento; Maria Eduarda Cerqueira Aragão; Luana Simas Novais; Ludimila dos Santos Nascimento; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira

A COMUNIDADE ESCOLAR E A SAÚDE SEXUAL: O USO DO PRESERVATIVO COMO FERRAMENTA DE SAÚDE PÚBLICA.....237
Maria Rita Costa dos Santos; Paloma Pitanga de Oliveira Menezes; Raiani Oliveira da Silva Pinto; Danilo Almeida Brito

A FAMÍLIA COMO FATOR FUNDAMENTAL PARA AS PRÁTICAS ALIMENTARES.....239
Jade Laís Ribeiro Pinto; Vanessa Barbosa Gomes

A IMPORTÂNCIA DA ANAMNESE, AVALIAÇÃO, EVOLUÇÃO E USO DE ESCALAS NO PROCESSO DE ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO.....240
Cailane Souza de Souza; Fábio Lucas Santos Silva; Geovana Alencar dos Reis; Geovanna Peixoto Costa Solidade; Maria Rita Ferreira dos Santos; Tiago do Sacramento Mota; Yuri Moura Martins

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PROCESSO DE APRENDIZADO.....242
Ayra Pereira Santos; Beatriz Raiany dos Santos de Jesus; Daniele Souza Sales; Evelen Oliveira Cardoso; Evellyn Karynn Andrade Batista; Letícia dos Santos da Conceição; Sofia dos Santos da Costa; Yuri Moura Mata Martins

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NA PSICOEDUCAÇÃO NO CONTEXTO COMUNITÁRIO.....243
Alana Ferreira Moura; Bárbara Aline Souza dos Anjos; Maria Eduarda Souza da Ressurreição; Renata Pereira dos Santos Mota; Vitoria Acsa Santana Almeida; Simone Guimarães

A IMPORTÂNCIA DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO E EVOLUÇÃO NA PRÁTICA FISIOTERAPÊUTICA.....244
Joseane Oliveira da Conceição; Jaqueline Pereira dos Santos; Trycia Porccina dos Santos Santana; Larissa dos Santos de Almeida; Rosilane de Almeida Santana; Valdineia dos Santos de Jesus; Yuri Moura Mata Martins

A IMPORTÂNCIA DE METODOLOGIAS ATIVAS PARA O APRENDIZADO DA AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....245
Stephany Santos Gonçalves; Bárbara Gizele Freitas Gomes; Driele Sampaio Lima; Nivia Maria da Conceição Santana; Gabriel Teixeira de Oliveira; Maksoney Santos Barreto; Yuri Moura Mata Martins

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SAÚDE MENTAL: VIVÊNCIA NO POSTO DE SAÚDE.....247
Emilly Lima Amorim; Vânia Mendes da Silva Lemos; Vanessa Barbosa Gomes; Railson Alves Correia de Almeida Junior

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE O CÂNCER BUCAL E SUAS IMPLICAÇÕES: UM ESTUDO TRANSVERSAL OBSERVACIONAL.....248
Camila Andrade; Emily Nithelli; Gleicy Jesus Santos Silva; Iara Ferreira de Oliveira; Joao Reis Santos Junior; Laíssa Cunha Santana; Maria Eduarda Pereira Oliveira; Michelle Santana; Vilma Rocha de Jesus Duda; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos

APLICABILIDADE DA LUDICIDADE COMO FERRAMENTA DE SUPORTE NA FISIOTERAPIA DE IDOSOS DOMICILIADOS COM DISFUNÇÕES MOTORAS NEUROLÓGICAS: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.....250
Suzane Santana Silva; Josiane Moreira Germano

APLICAÇÃO DA ESCALA MORSE E EXERCÍCIOS TERAPÊUTICOS EM IDOSO INSTITUCIONALIZADO: UM ESTUDO DE CASO.....251
Leonardo da Silva Santos; Ana Paula Araújo dos Santos; Tarcizio Silva Cunha; Geisa Moreira Pedreira; Edezio Ferreira Passos Neto; Maria Thereza Sales Ribeiro de Figueiredo; Pauliran Honório da Silva; Laiane de Jesus de Araújo; Carla Januário de Jesus Linhares

A PREVENÇÃO AO SUÍCIDIO COMO AÇÃO COMUNITÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS.....253
Lavinia Santos Barbosa; Taiane Costa Coelho; Thaliane Conceição dos Santos; Ana Júlia Melo da Silva Andrade; Dalila dos Santos da Silva; Kelli Pires de Jesus; Laiza dos Santos Fonseca; Lívia Barbosa Rodrigues Santos; Marcelle de Jesus de Souza; Elisa Carla Salomão Santos Bacelar; Simone Guimarães

ARTETERAPIA E YOGA COMO ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM JOVENS 255
Camila Conceição Bessa Costa; Ihan de Souza Leite; Janine Santos de Araújo; Maria de Lourdes Nascimento Cardoso; Maria Luiza Fonseca da Silva; Luana Santa Ana Salvador Batista; Wladimyr Pires Matos de Maia Júnior; Larissa de Oliveira Silva

ATIVIDADE EXTENSIONISTA DE PREVENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA E COLO DO ÚTERO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 256
Anna Isabel de Oliveira Conceição; Cinara Santos Neres; Ivete Lima Fonseca; Paulo Márcio de Oliveira Santos Junior; Raquel Caldas Pedreira; Thainá Santos Aragão; Zaira de Jesus Silva Brito; Danilo Almeida Brito

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO EM SAÚDE SOBRE O SISTEMA RESPIRATÓRIO 258
Valéria Nunes Sampaio; Ester Ribeiro Santana Borges; Alexia de Macedo Ferreira; Ana Cristina de Jesus Santos; Fernanda dos Santos Nascimento; Danilo Almeida Brito; Zanon Santana Gonçalves

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE O CÂNCER DE MAMA 260
Adrielly Cardoso dos Santos Cavalcante; Alexia Maria Alves Rosa da Silva; Êmilli Magalhães dos Santos; Jemima Raissa de Jesus Santos; Larissa Oliveira de Jesus

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE GENGIVITE ENTRE ACADÊMICOS DE ODONTOLOGIA 262
Naiara Aragão de Oliveira; Harrison Ribeiro Costa; Débora de Aguiar Santos; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos

AVALIAÇÃO DO PÉ E DA PISADA: O PAPEL DA FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO DE LESÕES 264
Railane Santos Vieira; Iuri Silva Lobo; Josiane Moreira Germano

BULLYING ESCOLAR: O SILÊNCIO QUE ECOA NAS SALAS DE AULA 266
Geovana Maria Fonseca de Oliveira; Nathália Boaventura dos Santos; Renata Santos de Jesus da Cruz Peixoto; Simone Guimarães

“CABEÇAS LIMPAS, MENTES SAUDÁVEIS”: A LUDICIDADE COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DA PEDICULOSE INFANTIL 267
Amanda de Jesus Ferreira Lisboa; Ana Clara Vasconcelos Santos; Cassiane Santana da Silva; Elisvaldo Costa dos Santos; Gabrielly de Almeida Dantas; Giulia Belo dos Santos Almeida; Iasmy de Jesus Aragão; Marisa Alves Ferreira

CÂNCER BUCAL (CAB): UM ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO E A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO ENTRE ACADÊMICOS DA FBBR 269
Caique Souza Silva; Amanda de Jesus dos Santos; Gustavo Elias dos Santos Pereira; Gustavo Simão de Brito; Eloane Lima Barbosa; Miriana Brito Almeida; Felipe de Jesus Silva

CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE SOBRE A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE E A PREVENÇÃO 271
Cauane Maia Conceição; Edmilson da Conceição da Silva Filho; Júlia Vitória de Melo Santa Rosa; Laís Almeida da Conceição; Sara Maria Silva dos Santos; Danilo Almeida Brito

CAPACITAÇÃO DE DISCENTES DO NPJ EM PRIMEIROS SOCORROS E SUPORTE BÁSICO DE VIDA: RELATO DE EXPERIÊNCIA 272
Adenildes dos Santos Amaral; Alexia Maria Alves Rosa da Silva; Brena Oliveira Silva; Flávia Bloisi Moraes; Gabriela dos Santos Oliveira; Jemima Raissa de Jesus dos Santos; Laiza Nascimento Soares; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira

CAPACITAÇÃO EM CRISE CONVULSIVA E RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR (RCP): UMA AÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FACULDADE BRASILEIRA DO RECÔNCAVO 273
Larissa Lima Fonseca; Mariana de Almeida Silva; Breno Borges de Araújo; Felipe Pereira Conceição; Isabela Lacerda; Guilherme Conceição; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira

CAPACITAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA (SBV): RELATO DE EXPERIÊNCIA COM DISCENTES DE DIREITO.....275
Fabiana Costa Soares dos Santos; Jerusa Santos de Oliveira; Marliete dos Santos Assis; Rainara do Carmo Sacramento; Thaís Nunes da Silva; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira

CAVIDADE ORAL E SUAS FUNÇÕES: O CONHECIMENTO HISTOLÓGICO DOS ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA DA FBBR.....276
Emilly dos Santos da Fé; Eloane Lima Barbosa; Verônica Vieira dos Santos; Vitória dos Santos Cruz; Danilo Almeida Brito; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos

CICLO CELULAR E CÂNCER: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SAÚDE.....277
Leandro Conceição; Maria Beatriz Sá Souza de Sousa; Mateus de Jesus Fonseca França; Brena Oliveira Silva; Felipe dos Santos Teixeira; Júlia Fonseca Cavalcante; João Vitor Pereira Vieira; Fernanda dos Santos Nascimento; Danilo Almeida Brito; Zanon Santana Gonçalves

COMO REALIZAR PRÁTICAS AVALIATIVAS NA FISIOTERAPIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....279
Nathália de Oliveira Nascimento; Pauliran Honório da Silva; Marcela dos Santos Conceição; Ana Clara da Conceição Santana; Denise Gonçalves Silva; Stefane Sampaio da Silva; Gabriel de Almeida Nunes; Yuri Moura Mata Martins

COMPREENSÃO E ADESÃO À VACINAÇÃO: PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO FRENTE ÀS VACINAS.....280
Erica Machado de Jesus Lira; Maria Eduarda de Jesus dos Santos; Iasmin de Jesus Santos; Catarine Nunes Batista da Silva; Letícia Santiago Marques; Marisa Alves Ferreira; Fernanda dos Santos Nascimento

COMUNIDADE ESCOLAR E A DIABETES: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES NUMA AÇÃO EXTENSIONISTA.....281
Amanda Rodrigues da Silva; Beatriz Boaventura Assis; Bianca Marques da França da Cruz; Lívia de Almeida de Jesus; Maíse Alves da Conceição Teixeira; Rebeca Ferreira dos Santos Silva; Tamires Regina Silva Santos; Thayná Victória Melo Fagundes; Danilo Almeida Brito

CONHECIMENTO ACADÊMICO E SUA RELEVÂNCIA NO ESTUDO DAS SÍNDROMES CROMOSSÔMICAS.....283
Evelin Pinto Magalhães; Geovana Silva de Jesus; Joana Angelica Portugal dos Santos; Julia Aquino Santos de Jesus; Larissa da Rocha Marquez Sousa; Larissa do Carmo da Silva; Samara Sardinha Monteiro; Fernanda dos Santos Nascimento; Zanon Santana Gonçalves; Danilo Almeida Brito

CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE CÂNCER DE MAMA E DE COLO DO ÚTERO.....285
Anna Isabel de Oliveira Conceição; Cinara Santos Neres; Ivete Lima Fonseca; Paulo Márcio de Oliveira Santos Junior; Raquel Caldas Pedreira; Thainá Santos Aragão; Zaira de Jesus Silva Brito; Danilo Almeida Brito

CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À SÍFILIS.....287
Juliane Santos Souza; Gabriela Mota da Silva; Maíra dos Santos Oliveira de Jesus; Raiane Sampaio dos Santos; Joice Moreira da Cruz Carvalho; Camylli Rocha; Isabele Vitória Fernandes da Mota; Marisa Alves Ferreira; Danilo Almeida Brito; Zanon Santana Gonçalves

CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE FORMAS DE TRANSMISSÃO, PREVENÇÃO E OS IMPACTOS EMOCIONAIS RELACIONADOS AO DIAGNÓSTICO DE ISTS.....289
Bruna Nascimento Sampaio; Beatriz da Conceição Vasconcelos; Iasmim Rocha Araújo; Iris dos Santos Sampaio; Mizaele Santos da Silva; Danilo Almeida Brito

CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE OS FATORES DE RISCO E A PREVENÇÃO DO DIABETES EM JOVENS E ADULTOS.....291
Deisiane Souza da Silva; Janeide do Carmo Souza; Miqueias Nunes de Jesus Araújo; Samara dos Santos Pereira; Thassio Sales Ferreira; Danilo Almeida Brito

CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM FORMAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS E RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO DE ANTIBIÓTICOS.....292
Anna Isabel de Oliveira Conceição; Zaira de Jesus Silva Brito; Thainá Santos Aragão; Ivete Lima Fonseca; Luciana Leite Souza; Raquel Caldas Pedreira; Paulo Márcio de Oliveira Santos Junior; Danilo Almeida Brito

CONSCIÊNCIA E PREVENÇÃO DO CÂNCER: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR SOBRE FATORES DE RISCO, DETECÇÃO PRECOCE E HÁBITOS SAUDÁVEIS.....293
Beatriz Barbosa dos Santos Santos; Emilly Sophia da Silva Borba; Paulo Henrique Magalhães da Silva; Tainá Souza Peixoto; Victoria Maria Neiva Sampaio; Yan Santana Souza; Fernanda dos Santos Nascimento; Marisa Alves Ferreira

CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....295
Bruna Nascimento Sampaio; Beatriz da Conceição Vasconcelos; Iasmim Rocha Araújo; Iris dos Santos Sampaio; Mizaele Santos da Silva; Danilo Almeida Brito

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS EFEITOS COLATERAIS DOS ANTIDEPRESSIVOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....296
Amanda Fonseca dos Santos; Evelen da Silva Santos Oliveira; Raissa Peixoto da Conceição; Rafael Buri de Jesus; Rosimeire de Castro de Sousa; Sabrina Santos de Carvalho Ribeiro; Valéria Cavalcante Bury Almeida; Vitória Camile da Silva Nascimento; Danilo Almeida Brito

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....298
Cauane Maia Conceição; Edmilson da Conceição da Silva Filho; Júlia Vitória de Melo Santa Rosa; Lais Almeida da Conceição; Sara Maria Silva dos Santos; Danilo Almeida Brito

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE USO DO PRESERVATIVO COMO FERRAMENTA DE SAÚDE PÚBLICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....299
Maria Rita Costa dos Santos; Paloma Pitanga de Oliveira Menezes; Raiani Oliveira da Silva Pinto; Danilo Almeida Brito

CRISE AMBIENTAL ATUAL E A IMPORTÂNCIA DO CONSUMO SUSTENTÁVEL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL.....301
Emilly Lima Amorim; Danielle Conceição da Cunha; Iasmim Conceição Santos; Rafaele de Souza da Silva; Mirela Brito Silva; Andrielle de Souza Santana; Elma Virgens Guedes; Fernanda dos Santos Nascimento; Marisa Alves Ferreira; Zanon Santana Gonçalves

CUIDANDO DE QUEM CUIDA: PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DOS FUNCIONÁRIOS NO LAR DOS IDOSOS.....303
Adriele da Conceição Santiago; Caliandre Almeida Gonçalves; Gabriele Conceição Marques Rodrigues; Gerciane da Conceição Gonçalves; Guilherme Pinto dos Santos; Rafaela Aparecida de Souza Sá; Sinara Souza; Larissa de Oliveira Silva

DA BRINCADEIRA AO VÍCIO: O ALERTA SOBRE O USO DE CIGARRO E VAPE ENTRE JOVENS.....304
Heloísa Novais da Paixão Silva; Júlia Cunha de Souza; Marcos Aimar Ribeiro; Maria Luísa dos Santos; Monique Evellin Santos Gomes; Danilo Almeida Brito; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira; Marisa Alves Ferreira

DESVENDANDO OS MECANISMOS CELULARES NAS INFECÇÕES HOSPITALARES: PERCEPÇÃO ACADÊMICA SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE.....306
Emanuele de Anunciação Araújo; Esmeralda Santos Santana; Gabrielle Conceição da Cunha; Maria Luisa do Sacramento Soares; Mayana Kelly Santos de Oliveira; Marisa Alves Ferreira; Fernanda dos Santos Nascimento

DIA DE RASTREIO E CONSCIENTIZAÇÃO: O CAMINHO SIMPLES PARA PREVENIR E CONTROLAR A PRESSÃO ARTERIAL E DIABETES.....307
Jamile Silva Oliveira; Sérgio Rodrigues da Silva; Alaíde Gonçalves dos Santos; Cosme Souza; Daniele Cerqueira

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO: EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM NA EXPOCRUZ 309
Maria Alice Ferreira Santos de Almeida; Milena Rodrigues dos Santos Silva; Kaylane Costa dos Santos; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO DA HIPERTENSÃO E DO DIABETES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EJA 310
Bruno dos Santos de Deus; Cailane Araújo Conceição Santos; Islane dos Santos de Oliveira; Maria Aparecida da Silva Alves; Maria Paula da Conceição Santos; Maria Vitória Bune Almeida; Marisa Alves Ferreira

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PROFILAXIAS NA PREVENÇÃO DO HIV: RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO 312
Fabiana Santos Pires Fernandes Conceição; Jose Felipe dos Santos Fernandes; Glendha Resende Ferreira; Raissa Fernandes Chabi de Souza; Renata Thaiz Oliveira da Silva; Rosilene Nunes da Silva; Marisa Alves Ferreira; Danilo Almeida Brito

EDUCAÇÃO EM SAÚDE INTERDISCIPLINAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UMA INTERVENÇÃO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA ESTUDANTES DE DIREITO 314
Cíntia dos Santos do Carmo; Amanda Conceição Moreira; Carielle Amorim dos Santos; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira

EDUCAÇÃO, ESCUTA E ACOLHIMENTO: A PRÁTICA EXTENSIONISTA NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO 316
Ana Luiza da Silva Rebouças; Carolaine dos Santos Conceição; Caroline da Silva Passos; Caroline Souza de Almeida; Daiana das Neves Freitas; Êmile da Silva Pereira; Iasmin Gabriele Barbosa França; Marianne Machado Bruck Borges; Raquel Cupertino de Jesus; Simone Guimarães

EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREVENÇÃO AO TABAGISMO ENTRE ADOLESCENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 318
Andrielle de Souza Santana; Bruna da Silva Cardoso; Janaína Raiane Ferreira Sousa; Mirela Brito Silva; Rafaele de Souza da Silva; Saulo Silva Barbosa; Taisa dos Santos Silva; Danilo Almeida Brito; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira; Marisa Alves Ferreira

EFEITOS DO CORTISOL E DA ADRENALINA NO CORPO E ESTRATÉGIAS DE MANEJO APLICADAS AO CONTEXTO EDUCACIONAL 320
Alana dos Santos Araújo; Beatriz Costa Assunção Pires; Cailane Oliveira de Jesus; Marcela de Freitas Conceição de Oliveira; Maria Luisa Nunes Trindade; Myrelly Cerqueira da Silva; Samira Ferreira Prazeres; Tiago Félix de Andrade; Pablo Silva Costa Barreto; Larissa de Oliveira Silva

EFICÁCIA DA FISIOTERAPIA PÉLVICA NO MANEJO DA DISFUNÇÃO SEXUAL EM MULHERES COM ENDOMETRIOSE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA 322
Rebeka Tavares Pereira; Josiane Moreira Germano

ENDOMETRIOSE E AUTOMEDICAÇÃO: A POSTURA DAS MULHERES DA COMUNIDADE ESCOLAR EM RELAÇÃO À DOR NO PERÍODO MENSTRUAL 324
Geovana Vitória de Jesus Santos; Adriana Peixoto dos Santos; Isabele Silveira Lima de Carvalho; Maurício dos Santos Souza Filho; Thaise Gomes Cerqueira Peixoto; Danilo Almeida Brito

ENVELHECER COM QUALIDADE DE VIDA 326
Aline dos Santos da Silva; Chauana Miguel de Morais; Maria Clara Bastos Konarzewski; Thailane de Jesus dos Santos; Larissa de Oliveira Silva

ENVELHECIMENTO CELULAR E QUALIDADE DE VIDA: PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE ACADÊMICA 328
Adeilde Costa Pires; Alveline Araújo Lima Gomes; Ana Claudia da Silva Pereira; Danildes dos Santos Silva; Vânia Mendes da Silva Lemes; Yasmin Lira do Nascimento; Fernanda dos Santos Nascimento

EQUILÍBRIO E ENVELHECIMENTO: O PAPEL DA ESCALA DE BERG NA AVALIAÇÃO FUNCIONAL 330
Adriele de Jesus da Silva; Thainá Nunes Nogueira Martins; Rosana Anunciação Cerqueira; Crislane de Jesus Rosa; Manoele Santos Faleiro; Janine da Conceição Oliveira; Iasmim Soares Barros Rocha; Carla Januário de Jesus Linhares

ESTERILIZAÇÃO E A ODONTOLOGIA: CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE BRASILEIRA DO RECÔNCAVO (FBBR)..... 332
Alan Santos Moreira; Amanda de Jesus dos Santos; Fábio Dias Damasceno; Jorge Eduardo Alves Novaes de Sá; Danilo Almeida Brito; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE LOMBALGIA EM FISIOTERAPEUTAS QUE ATUAM EM NÍVEL HOSPITALAR: REVISÃO DA LITERATURA..... 334
Eline Fonseca dos Santos; Josiane Moreira Germano

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS SOBRE OS BENEFÍCIOS DO MÉTODO PILATES NA REABILITAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM DOR LOMBAR CRÔNICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA..... 335
Janacy Santos da Silva; Josiane Moreira Germano

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO CATALISADORA DE COMPETÊNCIAS CIDADÃS E DE GESTÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA..... 337
Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros; Elaine Cristina Cartaxo Villas Boas; Elisa Lima Mascarenhas; Gabriel Cortés Ribeiro Goncalves Menezes; Mariana Victória Guimarães dos Santos Lima; Matheus Cortés Ribeiro Gonçalves Menezes; Verena Loureiro Galvão; Maria Gorete Borges Figueiredo

FATORES DE RISCO E ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA..... 339
Ariana Santos De Oliveira Carvalho; Josiane Moreira Germano

FORTALECENDO A IMUNIDADE: O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES SOBRE A RELAÇÃO DAS VITAMINAS E MINERAIS COM O SISTEMA IMUNE..... 341
Joice Vieira dos Santos; Júlia de Souza Bispo; Lídia Raine Bispo Barbosa; Thainá dos Santos Dias; Victória Maria Santos da Conceição; Vitor Souza de Oliveira; Zanon Santana Gonçalves; Marisa Alves Ferreira; Danilo Almeida Brito; Fernanda dos Santos Nascimento

GAMETERAPIA COMO RECURSO FISIOTERAPÊUTICO PARA O DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA REVISÃO INTEGRATIVA..... 343
Juliana Souza Santos; Josiane Moreira Germano

GENÉTICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: PERCEPÇÕES ACADÊMICAS NA ÁREA DA SAÚDE..... 345
Camila da Silva Conceição; Helena Ribeiro dos Santos; Leticia Eloy de Souza; Manuela Oliveira da Silva; Mirela Santos da Costa; Rosana Bune da Silva; Vanessa Ribeiro Rocha; Danilo Almeida Brito; Fernanda dos Santos Nascimento; Zanon Santana Gonçalves

HÁBITOS ALIMENTARES E PERCEPÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA ENTRE ESTUDANTES DOS CURSOS DE SAÚDE..... 347
Aryana Palmeira Souza; Ana Catherine Leal Miranda Moraes; Alessandra dos Santos Maia; Reinan Souza Lima; Elisabete Santos de Jesus; Stefany Silva dos Santos; Marisa Alves Ferreira; Fernanda dos Santos Nascimento

IMPACTOS AMBIENTAIS E SAÚDE PÚBLICA: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA SAÚDE DA FACULDADE BRASILEIRA DO RECÔNCAVO..... 348
Bruna da Silva Cardoso; Janaína Raiane Ferreira Sousa; Julia Cunha de Souza; Letícia Amorim Nunes; Maria Luísa dos Santos; Natália da Silva Cavalcante Rebouças; Danilo Almeida Brito; Fernanda dos Santos Nascimento; Marisa Alves Ferreira; Zanon Santana Gonçalves

IMPACTOS DO CIGARRO E VAPE NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... 350
Adeilde Costa Pires; Alveline Araújo Lima Gomes; Ana Claudia da Silva Pereira; Daniele Moreira França da Silva; Letícia Amorim Nunes; Natália da Silva Cavalcante Rebouças; Yasmin Lira do Nascimento; Danilo Almeida Brito; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira; Marisa Alves Ferreira

IMPACTOS DO USO PROLONGADO DE ANTICONCEPCIONAIS ORAIS NA SAÚDE FEMININA: REVISÃO INTEGRATIVA..... 352
Milena dos Santos Nascimento; Danilo Almeida Brito

IMPACTOS NEGATIVOS DO USO EXCESSIVO DE SMARTPHONES NA SAÚDE E NO DESENVOLVIMENTO DA COLUNA CERVICAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....354
Noemy de Jesus Santos Ribeiro; Josiane Moreira Germano

INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM IDOSO INSTITUCIONALIZADO COM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL: RELATO DE CASO.....356
Beatriz Raiane dos Santos de Jesus; Carlos Vinícius Conceição Moreira; Clara de Almeida da Silva; Gleyce Maria Lopes dos Santos; Júlia Almeida de Santana; Larissa Fiuza da Silva Costa; Laryssa Ribeiro Pinto Silva Santos; Mayara Oliveira Aragão; Carla Januário de Jesus Linhares

INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS EM IDOSA INSTITUCIONALIZADA COM CONDIÇÕES CRÔNICAS: ABORDAGEM FUNCIONAL E PREVENTIVA.....358
Valdineia dos Santos de Jesus; Trycia Porccina dos Santos Santana; Jaqueline Pereira dos Santos; Joseane Oliveira da Conceição; Larissa dos Santos de Almeida; Rosilane de Almeida Santana; Driele Sampaio Lima; Nivia Maria da Conceição Santana; Maksonei Santos Barret; Carla Januário de Jesus Linhares

INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS NA REABILITAÇÃO DE PACIENTES PÓS-TUBERCULOSE: REVISÃO DE LITERATURA.....360
Aisha Oliveira da Silva Fonseca; Fabio Antônio Barbosa dos Santos; Milena Silva Lopes; Stefane Sampaio da Silva; Tacio Pereira Copque; Danilo Almeida Brito

MICROBIOTA E SAÚDE HUMANA: INFLUÊNCIA DOS HÁBITOS ALIMENTARES E PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE.....362
Lenair Andrade Salles; Gisele Moreira de Sá; Gabriel Vaz da Silva; Renan da Silva Costa; Fernanda dos Santos Nascimento; Zanon Santana Gonçalves; Danilo Almeida Brito

NÃO É FRESCURA, É SOBREVIVÊNCIA: PRINCIPAIS CASOS DE ALERGIAS ALIMENTARES DA COMUNIDADE ACADÊMICA.....364
Amanda Lago de Andrade; Danilo Almeida Brito; Elen do Amor Divino Teixeira; Gabriela Araújo Pires da Luz; Giselle da Silva Santana; Iago Santana de Jesus; Rubenisa Conceição Barbosa; Samara Sardinha Monteiro; Taiuana Costa do Sacramento Ferreira

NÃO É FRESCURA, É SOBREVIVÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE ALERGIA ALIMENTAR.....366
Amanda do Lago Andrade; Elen do Amor Divino Teixeira; Gabriela Araújo Pires da Luz; Giselle da Silva Santana; Iago Santana de Jesus; Rubenisa Conceição Barbosa; Samara Sardinha Monteiro; Taiuana Costa do Sacramento Ferreira; Danilo Almeida Brito

NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DA FBBR SOBRE AGENTES PATOGÊNICOS CAUSADORES DE DOENÇAS BUCAIS E SUAS MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS.....368
Maria Eduarda Freitas Matos; Luis Gustavo Oliveira Miranda; Milena de Jesus Pinheiro Lima; Camila Ribeiro Brandão; Carina dos Santos Moreira; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos

NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA SOBRE AGENTES VIRAIS ORAIS.....369
Caliandra Mascarenhas Santana; Camila da Silva Passos; Maiara Nunes Barbosa; Miriana Brito Almeida; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos; Danilo Almeida Brito

NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS DE ESTUDANTES DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA FBBR.....371
Nuno Gabriel Sampaio Silva; Samara Gois de Oliveira; Gustavo Elias dos Santos Pereira; Kauan Rebouças da Silva; Danilo Almeida Brito; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos

NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO COMO PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS.....373
Iasmim Conceição Santos; Danielle Conceição da Cunha; Danildes dos Santos Silva; Vanessa Barbosa Gomes; Railson Alves Correia de Almeida Júnior

O CONHECIMENTO ACADÊMICO DA ÁREA DE SAÚDE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA NERVOSO.....374
Caroline do Evangelho da Conceição; Rosenilda Santos da Conceição; Rubenisa Conceição Barbosa; Thailan Brito Pereira; Vitória de Jesus Lemos; Danilo Almeida Brito; Fernanda dos Santos Nascimento; Zanon Santana Gonçalves

O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE A DOAÇÃO DE SANGUE.....375
Geovana da Anunciação França; Samira de Jesus Fonseca; Luiza Santos Sales; Juliana dos Santos Lobo; Beatriz Vieira Chabi; Josimeire dos Santos do Nascimento; Yuri da Silva Araújo; Luciana Leite Souza; Danilo Almeida Brito

O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE A HERPES SIMPLES: PATOGÊNESE E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO.....377
Ana Gabriela dos Santos Gomes; Evellin Valeria da Silva Santos; Júlia de Santana Silva; Luiz Alberto Queiroz Ferreira; Letícia Liz Sérgio de Jesus Silva; Maria Clara S. Fiais; Maria Clara Soares Maia; Marcus Vinícius da Silva Almeida; Danilo Almeida Brito

O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O USO DE ANTIDEPRESSIVOS.....379
Amanda Fonseca dos Santos; Evelen da Silva Santos Oliveira; Raissa Peixoto da Conceição; Rafael Buri de Jesus; Rosemeire de Castro de Sousa; Sabrina Santos de Carvalho Ribeiro; Valéria Cavalcante Bury Almeida; Vitória Camile da Silva Nascimento; Danilo Almeida Brito

O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA DA FBBR SOBRE PATOLOGIAS BUCAIS: AGENTES ETIOLÓGICOS E PREVENÇÃO.....381
Andressa Conceição Santos; Iasmim Moura da Conceição; Nina Costa Rodrigues; Gustavo Simão de Brito; Danilo Almeida Brito; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos

O IMPACTO DA ASSIDUIDADE E DE UMA BOA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DURANTE O PRÉ-NATAL: GARANTIA DE UMA MELHOR SATISFAÇÃO.....383
Lavínia Oliveira Silva; Stephanie Santos Alves; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira

O OLHAR DA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA SOBRE A DETECÇÃO PRECOCE DAS LEUCEMIAS NA INFÂNCIA.....384
Mayara de Lima Pereira; Ivana Santos Ferraz de Eça; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira; Josiane Moreira Germano

O PAPEL DA PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO.....386
Alex de Carvalho Sobral; Anthonio Carlos Santana de Carvalho; Elilucia Conceição Gomes; Gabryela Souza Cintra; Lavínia Oliveira Araújo Mota; Leticia Cristina Ribeiro da Silva; Lucineia Costa de Jesus dos Santos; Rosimari da Conceição Vieira Boaventura Gonçalves; Vanderley da Hora Cabral; Simone Guimarães

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO ENFERMEIRO NA PROMOÇÃO E MANUTENÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO.....388
Thaynara Pereira de Souza; Josiane Moreira Germano

OUTUBRO ROSA E A CONSCIENTIZAÇÃO E CUIDADO COM A SAÚDE DA MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....390
Jessica Viana Freire; Maria Eduarda Oliveira; Nadine Vitória Peixoto Barbosa; Danilo Almeida Brito

POLUIÇÃO DOS OCEANOS E A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....392
Jéssica de Jesus Conceição Araújo; Jonderson Conceição dos Santos; Laiza dos Santos de Almeida; Railana Manoele de Brito Cerqueira; Valéria Santiago Neves dos Santos; Virginia Souza da França; Vitória Maria de Jesus e Jesus; Marisa Alves Ferreira

PRÁTICAS DE AUTOCUIDADO E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM.....394
Samilly Santana de Jesus; Josiane Moreira Germano

PRÉ-NATAL DE RISCO HABITUAL: O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE COMPLICAÇÕES HIPERTENSIVAS E GLICÊMICAS.....395
Ana Carolina Santos Lima; Gelson Mota Araújo; Laercio Oliveira Correia; Larissa dos Santos e Santos; Mateus Dias dos Santos; Reijane da Silva Oliveira; Danilo Almeida Brito

PREVENÇÃO DE PIOLHOS EM CRIANÇAS: ESTRATÉGIAS LÚDICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA.....396
Talita da Silva Livramento Souza; Mateus da Silva Almeida; Matheus Reis Araújo; Gabriel Silva de Deus da Silva; Daniel dos Santos da Silva; Erica de Souza Batista; Karoline Santos Alencar; Jonderson Conceição Dos Santos; Larissa Oliveira de Jesus; Marisa Alves Ferreira

PRIMEIROS SOCORROS: EXPERIÊNCIA PRÁTICA NO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS (NPJ)..... 398
Amanda de Almeida Souza; Êmilli Magalhães dos Santos; Marimar Passos Santana; Ocecis Maria Leite Viana; Raiane Conceição de Souza; Samara Sena Machado; Sthefany Jovina Dias Nepomuceno; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira

PROJETO DE VIVÊNCIA EXTENSIONISTA EM AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA..... 400
Laércio de Oliveira Correia; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira

PROMOÇÃO DA ESTIMULAÇÃO COGNITIVA E MOTORA EM IDOSOS POR MEIO DA PINTURA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO LAR DOS IDOSOS..... 401
Adenildes dos Santos Amaral; Alexia Maria Alves R. da Silva; Brena Oliveira Silva; Cosme dos Santos Souza; Jemima Raissa de Jesus dos Santos; Tatiane Santos de Souza

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR: COMBATENDO O BULLYING E CONSTRUINDO UM ESPAÇO ACOLHEDOR..... 402
Aline Samaia Souza Nascimento; Debora Caldas dos Santos; Ivila Santana; Jessica do Carmo Santos; Livia de Aquino Santos de Jesus; Rayssa Lima Santos; Sandra dos Santos Aragão; Larissa de Oliveira Silva

PROMOÇÃO DA SAÚDE POR MEIO DA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS: RELATO DE EXPERIÊNCIAS COM CRIANÇAS..... 404
Denise da Fonseca Ribeiro Reis; Claudia dos Santos Magalhães; Caroline Vitoria Araujo da Paixão; Kathleen Almeida Sales Silva; Mairlo Correia Passos; Rafaela da Silva Pereira; Rafaela Santos Pereira; Osana Carvalho da Silva do Nascimento; Marisa Alves Ferreira

PROMOVENDO A SAÚDE DA MULHER: UMA VIVÊNCIA SOBRE O CÂNCER DE COLO DO ÚTERO E O CÂNCER DE MAMA..... 406
Raiane da Silva Conceição; Ana Cristina Santos de Jesus; Ana Gabriela Leão Teixeira da Cruz; Paula Adriane Santos Sampaio; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira

QUALIDADE DO SONO, ESTRESSE E SAÚDE: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR..... 408
Franciele Silva Conceição; Luiz Filipe Souza Oliveira; Marise dos Santos Conceição Santana; Marília Cardoso Sacramento de Araujo; Mikaelle Barros Sena; Marisa Alves Ferreira; Fernanda dos Santos Nascimento

REABILITAÇÃO PULMONAR COMO FERRAMENTA COMPLEMENTAR NO TRATAMENTO DA ASMA: UMA REVISÃO DE LITERATURA..... 409
D´Jiani Novaes; Edilane; Estefane Cardoso; Fernanda Oliveira; Luan Conceição; Mireli Gonçalves; Mirian Neves; Rafaele Damasceno; Emanuel Tavares; Danilo Almeida Brito

RECURSOS TERAPÊUTICOS PARA O ALÍVIO DA DOR NA HÉRNIA DE DISCO E NA CIATALGIA..... 411
Solange Maria da Conceição Almeida; Josiane Moreira Germano

REVISÃO NARRATIVA SOBRE AS NOVAS DIRETRIZES DO EXAME PAPANICOLAU NO RASTREAMENTO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO NO BRASIL..... 412
Talita da Silva Livramento Souza; Sthefany Jovina Dias Nepomuceno; Filipe Rocha Clarindo; Milena dos Santos Nascimento; Ariana Santos de Oliveira Carvalho; Larissa Oliveira de Jesus

SABERES ANCESTRAIS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA..... 414
Sueli Conceição Santos; Adriana Oliveira

SALA DE ESPERA COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PELO ENFERMEIRO NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA..... 415
Silvana de Jesus Andrade; Josiane Moreira Germano

SETEMBRO AMARELO: EXPERIÊNCIA DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR..... 416
Beatriz Fernandes da Silva; Elisiane Cristina Jesus de Sena; Fagner Oliveira dos Santos; Izabella Oliveira Carvalho; Jéssica Barbosa dos Santos; Joabe de Almeida de Souza; Joyce Abreu Lopes Santos Filha; Maicon Cardoso Conceição; Myrelle do Rosário Silva; Paulo Henrique da Silva Duarte; Rafaela Gomes de Almeida Fiais; Raiana Luiza Mota da Silva; Simone Guimarães

SÍNDROME DE BURNOUT EM ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE: FATORES CONTRIBUINTES E IMPACTOS NO BEM-ESTAR ACADÊMICO.....418
Adrielly Cardoso dos Santos Cavalcante; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira; Josiane Moreira Germano

SISTEMA URINÁRIO: DOENÇAS RENAIS, DESAFIOS PARA A SAÚDE PÚBLICA.....420
Adriana Peixoto dos Santos; Geovana Vitória de Jesus; Isabele Silveira Lima de Carvalho; Maurício dos Santos Souza Filho; Thaise Gomes Cerqueira Peixoto; Zanon Santana Gonçalves; Danilo Almeida Brito; Marisa Alves Ferreira

TECNOLOGIA E SAÚDE MENTAL: PREVENINDO A DEPENDÊNCIA DIGITAL.....422
Ester Julya Veríssimo da Silva; Juliane Silva Santos; Maira Batista Costa; Mírian Paula Santana Leite; Moises Pereira da Cruz; Raniel da Silva do Carmo; Sara Fiuza Figueredo da Silva; Talita Mascarenhas Pinto; Larissa de Oliveira Silva

TIMED UP AND GO: INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA MELHORA DA MOBILIDADE, EQUILÍBRIO E QUALIDADE DE VIDA DA PACIENTE IDOSA.....424
Ana Clara da Conceição; Denise Gonçalves; Gabriel Nunes; Marcela Santos; Nathália de Oliveira; Carla Januário de Jesus Linhares

UMA AÇÃO EDUCATIVA SOBRE PREVENÇÃO DO DIABETES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....425
Deisiane Souza da Silva; Janeide Carmo; Miquéias Nunes de Jesus Araújo; Samara dos Santos Pereira; Thassio Sales; Danilo Almeida Brito

USO DA ESCALA MIF COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL EM IDOSOS: ESTUDO DE CASO NO LAR DOS IDOSOS.....427
Stephany Santos Gonçalves; Bárbara Gizele Freitas Gomes; Geovanna Peixoto Costa Solidade; Cailane Souza de Souza; Fábio Lucas Santos Silva; Maria Rita Ferreira dos Santos; Geovana Alencar dos Reis; Tiago Sacramento Mota; Carla Januário de Jesus Linhares

USO INADEQUADO DE ANTIBIÓTICOS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA.....429
Emilli Victória Muniz Pereira; Maria Eduarda Araújo Mota; Rebeca de Jesus Santos; Vanessa Carolina Souza dos Santos; Vitória Pereira da Conceição; Fernanda dos Santos Nascimento; Zanon Santana Gonçalves; Danilo Almeida Brito

UTILIZAÇÃO DA REALIDADE VIRTUAL NA REABILITAÇÃO DE PACIENTES COM DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA (DPOC) COM DEPRESSÃO.....431
Joseany Nunes Silva; Marisa Alves Ferreira; Josiane Moreira Germano

VIVÊNCIA EDUCATIVA SOBRE TIPAGEM SANGUÍNEA: CONSCIENTIZAÇÃO E SOLIDARIEDADE SOBRE DOAÇÃO DE SANGUE.....433
Samira de Jesus Fonseca; Geovana da Anunciação França; Luiza Santos Sales; Juliana dos Santos Lobo; Beatriz Vieira Chabi; Josimeire dos Santos do Nascimento; Yuri da Silva Araújo; Luciana Leite Souza; Danilo Almeida Brito

VIVÊNCIA EXTENSIONISTA: SETEMBRO AMARELO NA ASSOCIAÇÃO GENTE DA GENTE – CRUZ DAS ALMAS (BA).....435
Aline de Araújo Conceição; Ana Paula Nunes da Silva; Denize Silva; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento; Edileusa de Oliveira Magalhães; Fernanda Reis dos Santos; Luciene Nunes da Silva Souza; Maiara Nascimento Peixoto; Thalita Araújo dos Santos; Simone Guimarães

01

EIXO 01

ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Gestão, empreendedorismo, finanças, marketing, tecnologia e inovação nas organizações do Recôncavo.

5 trabalhos

IMPLEMENTAÇÃO DA FERRAMENTA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL POLYMER NA GESTÃO FINANCEIRA DE UM PEQUENO EMPREENDIMENTO DE MODA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ayalla Araújo Pires Santos[1]; Cassiane Santos da Silva Paixão[2]; Heloísa Brandão Oliveira da Rocha da Silva[3]; Iracy dos Santos de Santana Souza[4]; Paulo Sérgio Melo dos Santos[5]; Edson Souza Silva[6]

A educação financeira é uma competência fundamental para o exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida, visto que permite ao indivíduo tomar decisões mais conscientes sobre consumo. No Brasil, pesquisas apontam que a maioria da população não possui hábitos consistentes de organização financeira, o que contribui para ciclos de inadimplência e vulnerabilidade econômica, e essa falta de conhecimento acaba refletindo na atuação de muitos empresários e empreendedores. A utilização da inteligência artificial vem melhorando a qualidade e desempenho de empreendimentos em diversos setores, o que mostra o quanto é importante a implementação de ferramentas tecnológicas no meio comercial. Considerando que muitos empresários enfrentam dificuldades para organizar seu orçamento, controlar gasto e planejar o futuro, esse projeto teve como objetivo principal implementar a ferramenta Polymer na empresa Atual Modas, que fica localizada na Rua da Feira livre, um pequeno empreendimento de moda, com o intuito de demonstrar como a inteligência artificial pode ser utilizada para aprimorar a análise e gestão financeira. Com isso, este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de caráter descritivo. O Polymer é uma plataforma baseada em IA que transforma planilhas e bancos de dados em painéis inteligentes, facilitando a visualização de indicadores, a interpretação de dados e a geração de insights estratégicos. Durante a aplicação, foram realizados testes e demonstrações da ferramenta junto ao setor da empresa e, com a entrega de um folder, a ferramenta Polymer foi apresentada diretamente aos donos da empresa, que buscavam modernizar e otimizar o controle das operações financeiras, até então realizadas de forma totalmente manual. Durante a apresentação, foram destacadas as funcionalidades da ferramenta, como a organização automatizada de dados, que permite uma visualização mais clara e estratégica das informações financeiras. Além disso, os donos relataram maior facilidade para acompanhar o desempenho do negócio em tempo real. O feedback dos proprietários foi positivo. Eles destacaram a simplicidade do uso da ferramenta, a rapidez no processamento de dados e o impacto direto na organização e eficiência da rotina administrativa. A implantação do Polymer foi vista como um passo importante para a transformação digital da empresa. Com a realização deste projeto, foi possível compreender a importância da implementação das ferramentas de IA na área de

[1] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo araujoayalla159@gmail.com
[2] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, paixaocassiane18@gmail.com
[3] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, brandaoheloisa399@gmail.com
[4] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Iracysantos771@gmail.com.br
[5] Graduando em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Pauloms1994@gmail.com
[6] Mestrando em Gestão de Políticas Públicas, docente da FBBR, edson.silva@atmos.edu.br

finanças, mostrando que a tecnologia pode ser uma grande aliada no dia a dia das empresas. A inteligência artificial ajuda a automatizar processos, reduzir erros humanos, facilitar o controle financeiro e melhorar o planejamento das ações. Assim, o projeto reforça que investir em inovação é um passo essencial para o crescimento e a sustentabilidade das empresas em um mercado cada vez mais competitivo e digital.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Finanças. Inovação Tecnológica.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E MARKETING DIGITAL NA PROFISSIONALIZAÇÃO DA IMAGEM DE UM PEQUENO COMÉRCIO DO RAMO ALIMENTÍCIO EM CRUZ DAS ALMAS-BA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Emanoel Sousa dos Santos[1]; Ester Menezes Vidal Costa[2]; Fernanda Souza de Oliveira[3]; Gabriel Santos dos Santos[4]; Milena de Oliveira Souza da Silva[5]; Edson Souza Silva[6]

Com o avanço das tecnologias e o uso crescente das redes sociais, a Inteligência Artificial passou a ter um papel importante na criação de conteúdos e divulgação. Essa combinação entre IA e marketing vem ajudando especialmente pequenos negócios a se comunicarem melhor com o público, de forma simples e acessível. Diante disso, o trabalho mostra como o uso dessas ferramentas pode fortalecer a imagem de comércios do ramo alimentício e contribuir para o crescimento das vendas. O projeto foi desenvolvido para ajudar o comércio Açaí Novo Sabor, localizado no bairro Inocoop, em Cruz das Almas, a melhorar sua divulgação nas redes sociais usando ferramentas de Inteligência Artificial. Durante a análise inicial, a equipe percebeu que, apesar de o local ter bom movimento e produto de qualidade, o marketing era pouco explorado. As postagens eram poucas e o estabelecimento não aproveitava o potencial do Instagram para atrair novos consumidores. A partir disso, a equipe definiu como objetivo aumentar o engajamento digital e ajudar no crescimento das vendas, mostrando que é possível usar a IA de forma simples e acessível. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo, que incluiu visitas ao local e uma análise prévia das redes sociais do comércio. Após o contato inicial com o proprietário, a equipe apresentou o projeto e produziu tutoriais explicativos sobre como utilizar ferramentas como ChatGPT, Gemini e o site Pippit IA para criar postagens, editar imagens e desenvolver legendas criativas. Durante a visita, foi mostrado passo a passo como essas ferramentas poderiam ajudar a deixar as publicações mais atrativas e profissionais. Também foram geradas imagens, vídeos e legendas de exemplo para que fosse possível ver o resultado na prática e entender o processo de forma simples. Os resultados foram positivos. O proprietário demonstrou interesse em adotar as ideias apresentadas e considerou as ferramentas fáceis de usar. O comerciante afirmou que pretende continuar aplicando as técnicas, o que mostra que o projeto teve impacto relevante para o estabelecimento. Para a equipe, a experiência foi importante por unir teoria e prática, permitindo vivenciar de perto a realidade de um pequeno negócio e entender como a inovação pode fazer diferença no dia a dia de um empreendedor. O projeto mostrou que a junção do marketing e da inteligência artificial é uma forma eficaz e acessível de alavancar pequenos comércios, especialmente no setor

[1] Graduando em Administração da FBBR, emanoelsousadossantos207@gmail.com.
[2] Graduanda em Administração da FBBR, estermenezes655@gmail.com.
[3] Graduanda em Administração da FBBR, fernanda.souzaaa2001@gmail.com.
[4] Graduando em Ciências Contábeis da FBBR, ssantos_gabriel@icloud.com.
[5] Graduanda em Ciências Contábeis da FBBR, souzamilena543@gmail.com.
[6] Mestrando em Gestão de Políticas Públicas, docente da FBBR, edson.silva@atmos.edu.br.

alimentício. Com recursos simples e geralmente gratuitos, é possível melhorar a identidade visual e atrair mais clientes. Além de gerar aprendizado para os alunos, a ação também contribuiu para o desenvolvimento local, reforçando a importância das atividades de extensão universitária.

Palavras-chave: Marketing. Inteligência Artificial. Empreendedorismo.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PROSPECÇÃO DE CLIENTES: APLICAÇÃO DA FERRAMENTA PHANTOM BUSTER EM UMA EMPRESA DE CONTROLE DE PRAGAS – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Joice Ribeiro Fiuza[1]; Luiz Filipe Oliveira Gomes[2]; Levi dos Santos[3]; José Carlos Lessa Souza Junior[4]; Robson da Silva Santos Junior[5]; David Lucas da Silva Santos[6]; Edson Souza Silva[7]

O uso da Inteligência Artificial (IA) tornou-se um direcionamento estratégico para organizações que buscam se manter atualizadas e competitivas no mercado dinâmico. No contexto de vendas, a IA oferece possibilidades, destacando-se na prospecção de clientes potenciais, etapa fundamental para o crescimento e consolidação de qualquer negócio. O uso de ferramentas de IA permite automatizar processos, analisar grandes volumes de dados e direcionar esforços com mais precisão, contribuindo para ampliar o alcance e fortalecer a presença das empresas no mercado. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo, apresentando uma solução de IA voltada à prospecção de clientes da empresa GOLD AMBIENTAL, especializada em controle de pragas. A empresa atende a diversos perfis, como residências, comércios, indústrias e órgãos públicos, o que amplia suas possibilidades de expansão. Para a elaboração da proposta, foi realizada uma visita à empresa e uma entrevista, constatando-se que a organização ainda não utilizava soluções baseadas em IA. Essa constatação evidenciou um espaço significativo para inovação e aprimoramento dos processos de prospecção. Diante disso, foi apresentada a ferramenta Phantom Buster, uma IA capaz de analisar locais e extrair informações, como telefones, e-mails e perfis de redes sociais de empresas que possam necessitar dos serviços de dedetização e sanitização. Durante a ação, elaborou-se uma planilha no Excel com dados de potenciais clientes identificados pela ferramenta, fornecendo à GOLD AMBIENTAL um material inicial para estruturar e aprimorar suas estratégias comerciais. A planilha, organizada e de fácil uso, representa um ponto de partida para ampliar a prospecção e fortalecer a carteira de clientes. Essa proposta encontra respaldo teórico, que destaca que o uso da IA no marketing e nas vendas potencializa a personalização e a assertividade. Ao incorporar tais tecnologias, a empresa amplia sua capacidade de identificar e atrair clientes potenciais, fortalecendo seu posicionamento estratégico e explorando de forma eficiente seus nichos de mercado. A partir da atividade de campo, foi possível compreender a relevância da IA como ferramenta de apoio estratégico às vendas. Verificou-se que a empresa ainda não explorava esse recurso, revelando um grande potencial de crescimento. A apresentação da Phantom Buster, aliada à planilha de clientes, demonstrou na prática como a tecnologia

[1] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joicerfiuza2019@gmail.com
[2] Graduando em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, luizgomesadm@hotmail.com
[3] Graduando em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, levissantos2025@gmail.com
[4] Graduando em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, josecarlos.lsj@hotmail.com
[5] Graduando em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, roobsonjr@outlook.com
[6] Graduando em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, davidlucas2004lc@gmail.com
[7] Mestrando em Gestão de Políticas Públicas, docente da FBBR, edson.silva@atmos.edu.br

otimiza a prospecção e torna as ações comerciais mais assertivas. Além disso, a experiência prática mostrou que o uso da ferramenta foi viável e trouxe resultados concretos. A ação gerou benefícios para a empresa, pois não só ajudou no planejamento estratégico, como também abriu espaço para que a organização começasse a atuar em novos mercados, ampliando sua competitividade e possibilidades de crescimento. Os resultados mostraram-se eficazes; a equipe relatou satisfação com a proposta, destacando que a tecnologia facilitou o contato com novos clientes e proporcionou maior organização e clareza nos processos de prospecção e gestão. Conclui-se que a integração da IA aos processos empresariais representa não apenas uma vantagem competitiva, mas também um diferencial estratégico, capaz de aprimorar a gestão comercial, fortalecer a tomada de decisão e promover maior eficiência no alcance dos objetivos organizacionais.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Vendas. Prospecção de clientes.

RECURSOS HUMANOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PREPARAÇÃO DE JOVENS PARA O MERCADO DE TRABALHO: OFICINAS DE CURRÍCULO E ENTREVISTA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Débora Crislaine Conceição dos Santos[1]; Ednaldo Santos do Nascimento de Santana[2]; Geisa Machado Rodrigues[3]; Hemily Azevedo do Carmo[4]; Laíne Maria de Carvalho Soares de Santana[5]; Mainara da Silva Araújo[6]; Uislania Graciele de Almeida Borges[7]; Vilmária Nascimento Souza Conceição[8]; Edson Souza Silva[9]

Na administração, a área de Recursos Humanos (RH) tem passado por transformações significativas impulsionadas pela adoção de tecnologias emergentes, especialmente pela Inteligência Artificial, também conhecida como IA. No contexto atual, o RH moderno assume papel estratégico nas organizações, atuando no desenvolvimento de competências e na promoção da empregabilidade, e a IA, por sua vez, vem sendo utilizada de forma estratégica para otimizar processos seletivos, analisar perfis profissionais e oferecer feedbacks personalizados, o que amplia a eficiência das práticas de gestão de pessoas e a taxa de assertividade na contratação. Considerando esse cenário, e levando em consideração o desafio que é para muitos jovens a inserção no mercado de trabalho, este projeto buscou aplicar conceitos de RH aliados ao uso da IA na orientação de estudantes nos primeiros passos sobre como elaborar um currículo eficiente e como se comportar em entrevistas de emprego, buscando cada vez mais originalidade. O trabalho foi desenvolvido com alunos do 3º ano do Ensino Médio, com o objetivo de capacitá-los para o ingresso no mercado de trabalho, unindo teoria, prática e tecnologia, trazendo sempre a IA como parceira e não como protagonista. Dessa maneira, este estudo caracteriza-se como um relato de experiência de caráter descritivo. O projeto foi desenvolvido como uma ação extensionista no Colégio Doutor Eliel da Silva Martins, na localidade de Sapeaçu-BA, no dia 09 de setembro de 2025. Adotou-se uma metodologia participativa e prática, com oficinas teóricas, construção de currículo individual e simulações de entrevistas. Os conteúdos abordam a estrutura e formatação de currículos, postura e comunicação em entrevistas, e o uso da IA para gerar modelos personalizados e fornecer feedback automático. Foram utilizados recursos multimídia, questionários de autoavaliação e dinâmicas de grupo, permitindo aos estudantes refletirem sobre suas competências profissionais. As atividades permitiram aos jovens conhecerem diferentes

[1] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, deboracrislayne@hotmail.com
[2] Graduando em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Ednaldo.srb@gmail.com
[3] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, geisam701@gmail.com
[4] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Hemilydocarmo@gmail.com
[5] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, lainecarvalho00@outlook.com
[6] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, smainara06@gmail.com
[7] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, uislaniaalmeida957@gmail.com
[8] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, vilmariaconceicao76@gmail.com
[9] Mestrando em Gestão de Políticas Públicas, docente da FBBR, edson.silva@atmos.edu.br

tipos de currículo, identificarem erros comuns e descobrirem como valorizar suas habilidades e experiências de forma eficaz. Com o apoio de ferramentas tecnológicas, eles acessaram modelos personalizados e participaram de simulações de entrevistas, o que contribuiu para o autoconhecimento e o protagonismo. Observou-se um ganho considerável de confiança, bem como uma melhora em suas habilidades de comunicação, postura e autopercepção. Além disso, o projeto reforçou a importância de usar a tecnologia como apoio, e não como substituta das interações humanas durante o processo seletivo. O trabalho teve como objetivo capacitar jovens no uso de currículos eficazes, comunicação e entrevistas, promovendo autoconhecimento e protagonismo. A partir das atividades desenvolvidas, os participantes aprenderam a evitar erros comuns, valorizar suas competências, ganharam confiança e melhoraram postura e comunicação. Como contribuição, o trabalho demonstra que a tecnologia, quando utilizada com sabedoria e sempre acompanhada de interação humana, pode fortalecer o protagonismo juvenil no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Empregabilidade Juvenil. Recursos Humanos.

USO DE DASHBOARDS COMO FERRAMENTA DE APOIO À TOMADA DE DECISÃO NA GESTÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Erick Gustavo Santana do Nascimento[1]; Evellyn Santos Nascimento[2]; Gustavo Damasceno Andrade[3]; Lucilene Cunha da Silva Santos[4]; Luiz Fernando Silva[5]; Maria Roque da Conceição[6]; Mariana Conceição[7]; Marilia Gabriela de Jesus[8]; Mateus de Jesus Silva[9]; Edson Souza Silva[10]

O avanço das tecnologias digitais transformou significativamente a forma como as organizações administram e interpretam informações. Em um cenário em que os dados são elementos essenciais para a eficiência e o planejamento estratégico, os dashboards surgem como ferramentas que traduzem informações complexas em representações visuais simples, favorecendo decisões mais rápidas e precisas. Este trabalho teve como objetivo apresentar uma proposta de uso do dashboard como instrumento de apoio à gestão, demonstrando sua aplicabilidade prática e os benefícios que pode proporcionar à administração de instituições de ensino. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, foi estruturada como um relato de experiência e fundamentada em revisão bibliográfica sobre gestão da informação, inovação tecnológica e transformação digital. A ação prática foi desenvolvida em uma escola de educação infantil, onde os autores apresentaram um modelo de dashboard voltado ao acompanhamento de presença, desempenho e identificação de alunos com maior dificuldade de aprendizagem. Além disso, o modelo incluiu um módulo de controle de materiais didáticos e módulos pedagógicos, possibilitando o registro e monitoramento do uso, distribuição e reposição desses recursos. Essa funcionalidade busca otimizar a gestão dos insumos educacionais, garantindo melhor organização, economia e transparência no uso dos materiais, além de facilitar o planejamento das atividades escolares. O recurso foi demonstrado ao diretor da escola, mostrando como sua utilização poderia otimizar a rotina administrativa, reduzir o tempo gasto em registros manuais e permitir uma análise mais detalhada do progresso dos alunos e da utilização dos materiais. Durante a apresentação, foram destacadas as vantagens em termos de economia de tempo, organização e eficiência no acompanhamento pedagógico e administrativo. O diretor mostrou grande interesse na ferramenta e afirmou que pretende implementá-la futuramente, reconhecendo sua

[1] Graduando em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, erickgustavosantanad@gmail.com
[2] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Evellynnascimento1055@gmail.com
[3] Graduando em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Damascenogustavo79@gmail.com
[4] Graduando em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, lucybella19@icloud.com
[5] Graduando em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Fernando.silvasantos@icloud.com
[6] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Lia_maria21@hotmail.com
[7] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, marylyns2014@gmail.com
[8] Graduanda em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, mariliarocch@gmail.com
[9] Graduando em Administração, Faculdade Brasileira do Recôncavo, mateusinhojs7@gmail.com
[10] Mestrando em Gestão de Políticas Públicas, docente da FBBR, edson.silva@atmos.edu.br

relevância, embora tenha explicado que, no momento, outros projetos estão em andamento. Essa devolutiva representou um resultado positivo, uma vez que evidenciou a viabilidade e o potencial do dashboard no contexto escolar. Para a equipe, a experiência foi enriquecedora, pois possibilitou vivenciar a aplicação prática de conceitos teóricos discutidos em sala, reforçando a importância da tecnologia como aliada da gestão e da tomada de decisões. Conclui-se que o uso de dashboards no ambiente escolar contribui para uma gestão mais eficiente e inovadora, favorecendo o acompanhamento contínuo de indicadores, incluindo o controle de materiais didáticos e módulos, e promovendo maior integração entre os processos administrativos e pedagógicos.

Palavras-chave: Dashboards. Gestão. Inovação.

02

EIXO 02

PEDAGOGIA

Educação, inclusão, relações étnico-raciais, infâncias, EJA e práticas pedagógicas.

34 trabalhos

ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO E A EQUIDADE EDUCACIONAL

Gabriele da Silva de Jesus[1]; Adriana da Silva Oliveira[2]

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma modalidade essencial para a democratização do ensino e a promoção da inclusão social, ao garantir o direito à educação a pessoas que, por diferentes motivos, não concluíram a escolarização na idade regular. O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos alunos da EJA quanto ao acesso e à permanência na escola, destacando as condições estruturais, pedagógicas e sociais que interferem nesse processo, bem como refletir sobre as políticas públicas e as práticas pedagógicas que podem contribuir para a efetivação desse direito. A metodologia adotada baseia-se em uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e levantamento de dados sobre a realidade da EJA no município de Cabaceiras do Paraguaçu, Bahia. Foram utilizados dados do Censo Escolar, relatórios municipais e informações coletadas em campo, o que possibilitou compreender o contexto local de oferta e funcionamento dessa modalidade de ensino. O referencial teórico apoia-se nas concepções de Paulo Freire, especialmente em suas obras Educação como prática de liberdade (1967), Pedagogia da autonomia (2007) e Pedagogia do oprimido (2019), nas quais o autor defende uma educação libertadora e dialógica, centrada na valorização dos saberes e experiências de vida dos educandos. Além de Freire, fundamenta-se também nas contribuições de Arroyo (2011), que discute a exclusão educacional e a necessidade de uma educação cidadã; de Paiva (2006), que analisa o direito à educação de jovens e adultos; de Gadotti (2013), que aborda a história das ideias pedagógicas e a formação crítica; e de Almeida (2014), que destaca a importância da formação docente e das metodologias participativas. Complementam esse referencial Torres (2011), que trata das práticas e concepções da EJA, e Fonseca (2016), que analisa as trajetórias e desafios dessa modalidade. Também se fundamenta nos marcos legais da Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que asseguram a EJA como um direito educacional e social. Os resultados apontam que, embora as políticas públicas reconheçam a importância da EJA, ainda persistem desafios como a insuficiência de recursos, a desvalorização docente, a evasão escolar e a falta de políticas de incentivo à permanência dos alunos. Observa-se que muitos estudantes enfrentam longas jornadas de trabalho, responsabilidades familiares e limitações socioeconômicas, fatores que dificultam a continuidade dos estudos. Conclui-se que a efetivação do direito à Educação de Jovens e Adultos exige políticas públicas integradas e sustentáveis, que articulem inclusão, equidade e valorização profissional, permitindo que a EJA cumpra seu papel como instrumento de emancipação social e de construção de uma sociedade mais justa e democrática.

[1] Discente do Curso de Pedagogia da FBBR, e-mail, Gabriele.gs1jesus@gmail.com
[2] Doutoranda em História, Docente da FBBR, profadrianaoliveira39@gmail.com

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Inclusão Social. Permanência Escolar. Políticas Públicas. Equidade Educacional.

EIXO 02 • PEDAGOGIA | Curso: Pedagogia

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Ana Laura Silva Pereira[1]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[2]

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como espaço estratégico de inclusão social e formação humana, possibilitando que sujeitos historicamente excluídos do processo escolar retomem seus estudos e ressignifiquem suas trajetórias. Na perspectiva crítica de autores como Gaudêncio Frigotto e Miguel Arroyo, a EJA ultrapassa a função compensatória e assume o papel de reconhecer os estudantes como trabalhadores portadores de saberes, experiências e lutas, articulando trabalho, educação e emancipação. Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar como a EJA contribui para a inserção e permanência dos estudantes no mundo do trabalho, compreendendo de que forma essa modalidade promove não apenas a formação profissional, mas também o reconhecimento dos saberes, a valorização pessoal e a emancipação dos sujeitos. De maneira complementar, a pesquisa se orienta pelos seguintes objetivos específicos: identificar as concepções de trabalho e educação presentes na EJA e suas contribuições para a formação integral dos sujeitos; investigar de que maneira a modalidade reconhece e valoriza os saberes e experiências de vida dos estudantes como elementos de identidade, autonomia e cidadania; e analisar como os processos formativos da EJA favorecem a inserção e a permanência no mundo do trabalho, articulando formação profissional, formação humana e emancipação social. A pesquisa, de natureza básica e abordagem qualitativa, fundamenta-se em revisão bibliográfica em livros, artigos científicos e documentos que discutem criticamente a relação entre trabalho, educação e formação de jovens e adultos. Os resultados indicam que, quando orientada por princípios humanizadores, a EJA favorece o desenvolvimento de competências sociais, cognitivas e profissionais, fortalece a autoestima e amplia as possibilidades de inclusão produtiva. Conclui-se que a EJA desempenha papel essencial na promoção da cidadania e no enfrentamento das desigualdades, reafirmando o trabalho como princípio educativo e a educação como prática de liberdade.

Palavras-chave: EJA. Trabalho. Inclusão produtiva. Formação humana. Emancipação.

[1] Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

[2] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MENINAS E MULHERES À LUZ DA LEI 14.164/2021

Ana Maria Carvalho Cruz Vatin[1]

A violência de gênero contra meninas e mulheres constitui-se como uma estrutura sustentada historicamente na sociedade, atravessada por múltiplas formas, dentre elas: física, sexual, psicológica, material, simbólica e institucional. A forma como essa violência se perpetua até os dias atuais apenas nos revela que as desigualdades de poder que estão enraizadas nas relações socioculturais exigem respostas que vão além do campo jurídico e avancem em direção à educação como um instrumento de diálogo e impacto social. A promulgação da Lei 14.164/2021, que institui a obrigatoriedade da promoção de conteúdos sobre prevenção da violência contra mulheres nos currículos da educação básica, se apresenta como um marco importante nesse processo de ruptura ao reafirmar a escola como um espaço de proteção social e um *lócus* que forma sujeitos/as críticos/as comprometidos com a equidade de gênero. Este trabalho tem como objetivo central refletir como a educação pode ser uma ferramenta estratégica na prevenção e no enfrentamento das violências de gênero, analisando os desafios e as possibilidades para a implementação da Lei 14.164/2021 no contexto escolar. Fez-se necessário compreender como o ambiente escolar pode contribuir no processo de desconstrução de estereótipos, na promoção do respeito e no estímulo de práticas pedagógicas que estivessem voltadas à igualdade de gênero à luz das diretrizes legais e numa perspectiva crítica e que compreenda a educação como emancipatória. Como metodologia, utilizou-se a abordagem qualitativa de caráter exploratório, na qual se utilizaram a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Foram examinados textos legais, diretrizes educacionais e produções acadêmicas que discutissem a relação entre gênero, políticas públicas e educação. A análise deste trabalho foi articulada às contribuições dos/as autores/as Heleieth Saffioti (2004), Joan Scott (1995) e Paulo Freire (1996), que ajudam a compreender a educação como espaço possível para esse diálogo. Os resultados indicam que a Lei 14.164/2021, embora constitua um avanço normativo, enfrenta entraves para sua efetivação, especialmente pela ausência de formação docente específica e pela resistência cultural à abordagem de gênero nas escolas. Contudo, observa-se que iniciativas educativas baseadas na pedagogia crítica e nos direitos humanos têm produzido experiências exitosas, promovendo o diálogo e a conscientização de estudantes sobre as desigualdades de gênero e as violências delas decorrentes. Conclui-se que a educação, quando pautada em valores democráticos e na igualdade de direitos, torna-se um instrumento poderoso de prevenção e enfrentamento das violências de gênero. A efetivação da Lei 14.164/2021 depende da integração entre políticas educacionais, formação continuada de professores e práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social.

[1] Mestra em Política Social e Territórios pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). anamariavatin@gmail.com

Palavras-chave: Educação. Violência de gênero. Lei 14.164/2021.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS, EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES APÓS CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO

Amanda Borges Trindade[1]; Cailane Cavalcante de Jesus[2]; Erica Menezes dos Santos[3]; Jenifer Alves dos Santos[4]; Maiane Cristina dos Santos Pereira[5]; Vitória Caldas Tupinambá[6]; Joseane da Conceição Pereira Costa[7]

O presente trabalho tem como objetivo analisar a ação extensionista desenvolvida no componente Vivência Extensionista, do curso de Pedagogia, da Faculdade Brasileira do Recôncavo, voltada à discussão sobre os caminhos de acesso ao ensino superior, com ênfase no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A atividade foi realizada no Colégio Estadual Landulfo Alves de Almeida, com a turma do 3º ano da Educação de Jovens e Adultos (EJA), composta, no dia da ação, por seis estudantes. A escolha do público-alvo fundamentou-se no interesse em compreender como sujeitos que retomaram a escolarização em diferentes fases da vida percebem o ingresso na universidade e quais são suas expectativas, motivações e desafios nesse processo. A metodologia adotada baseou-se em uma roda de conversa sobre o ENEM e as diversas modalidades de ingresso em instituições públicas e privadas de ensino superior. Em seguida, foi proposta uma atividade participativa, na qual os estudantes puderam compartilhar suas experiências, expectativas e perspectivas de continuidade dos estudos. Os resultados evidenciaram que parte dos participantes não manifesta interesse em realizar o exame, tendo em vista outras prioridades pessoais e profissionais. Entretanto, todos reconheceram a relevância da educação e valorizaram o conhecimento adquirido durante a atividade. De acordo com Freire (1996), a educação deve ser um ato de liberdade que possibilite ao educando desenvolver autonomia, criticidade e consciência sobre sua própria realidade. Na Educação de Jovens e Adultos, essa concepção ganha ainda mais sentido, pois envolve sujeitos que buscam retomar seus estudos e transformar suas trajetórias de vida por meio do conhecimento e da valorização de suas experiências. A experiência possibilitou uma reflexão crítica sobre as múltiplas trajetórias possíveis após a conclusão do Ensino Médio, ressaltando a importância de ações educativas que ampliem o acesso à informação e promovam a valorização da aprendizagem contínua. Conclui-se que práticas pedagógicas voltadas à orientação sobre o ingresso no ensino superior contribuem para o fortalecimento da autonomia, da autoestima e do senso crítico dos estudantes da EJA,

[1] Licenciando em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, trindadeamanda334@gmail.com
[2] Licenciando em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, cailanecavalcante0@gmail.com
[3] Licenciando em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, ericamenezes2021c@gmail.com
[4] Licenciando em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, jhenyalvez1569@gmail.com
[5] Licenciando em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, pereiramaiane828@gmail.com
[6] Licenciando em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, tupinambavitoria66@gmail.com
[7] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Orientadora, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joseane.costa@atmos.edu.br

reafirmando o papel da escola como espaço de formação integral e de construção de projetos de vida.

Palavras-chave: ENEM. Ensino Superior. Educação de Jovens e Adultos.

EIXO 02 • PEDAGOGIA | Curso: Pedagogia

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS

Francine Santos Pinheiro[1]; Rebeca dos Santos da Paixão[2]; Adriana da Silva Oliveira[3]

A educação do campo constitui-se como resultado de um processo histórico e social marcado pela luta de movimentos sociais que reivindicam o direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade, voltada às especificidades da vida no meio rural. Essa modalidade educacional nasce do esforço coletivo de repensar o papel da escola como espaço de formação cidadã, capaz de valorizar os saberes e as experiências das comunidades rurais. Nesta pesquisa, propomos uma abordagem inclusiva sobre a educação do campo, com base em uma metodologia qualitativa, utilizando como instrumentos a pesquisa bibliográfica e entrevistas com professores que atuam em escolas da zona rural do município de Sapeaçu, localizado no estado da Bahia. O estudo fundamenta-se em autores que discutem as bases teóricas e políticas da educação do campo, como Miguel Arroyo (2004) e Paulo Freire (1968). Ambos os autores contribuem para a compreensão de uma educação emancipadora, que reconhece o sujeito do campo como protagonista do próprio processo de aprendizagem. O objetivo principal da pesquisa é verificar se os docentes das escolas rurais do município adotam a pedagogia da alternância em suas práticas pedagógicas, buscando compreender em que medida essa metodologia contribui para a formação integral dos estudantes e para o fortalecimento do vínculo entre escola, comunidade e território. Os resultados parciais apontam que, embora haja interesse dos professores em promover práticas mais participativas e contextualizadas, ainda existem desafios relacionados à falta de formação específica, ao pouco apoio institucional e à persistência de modelos tradicionais de ensino. Conclui-se que a educação do campo representa um espaço de resistência e transformação, ao propor uma prática pedagógica inclusiva, voltada para a valorização dos saberes locais e para o reconhecimento das identidades camponesas. Dessa forma, reafirma-se a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a pedagogia da alternância e garantam condições reais para a construção de uma educação mais justa e democrática no campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação Inclusiva. Políticas Públicas. Pedagogia da Alternância. Movimentos Sociais.

[1] Graduanda em Pedagogia pela FBBR, francinelago784@gmail.com
[2] Graduanda em Pedagogia, rebecasantos88526@gmail.com
[3] Doutoranda em História, Docente pela FBBR, profadrianaoliveira39@gmail.com

EIXO 02 • PEDAGOGIA | Curso: Pedagogia

A INCLUSÃO ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Analice Rocha Cerqueira[1]; Deise Gonçalves Silva[2]; Êmile Almeida da Conceição[3]; Gabriele da Silva de Jesus[4]; Tatienny Novaes da Rocha[5]; Joseane da Conceição Pereira Costa[6]

O presente trabalho teve como objetivo compreender como a inclusão tem sido vivenciada por professores da educação básica, com ênfase nas séries iniciais do ensino fundamental. O estudo baseou-se em entrevistas realizadas com duas docentes atuantes em escolas da rede privada de ensino no Recôncavo Baiano. De acordo com Mantoan (2003), a inclusão escolar consiste em reconhecer e valorizar as diferenças, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais, tenham acesso, participação e aprendizagem de qualidade no ambiente escolar. A autora enfatiza que a inclusão não deve ser vista apenas como a inserção de estudantes com deficiência, mas como um processo contínuo de transformação da escola, que passa a ser um espaço acolhedor e democrático para todos. Nessa mesma perspectiva, Sassaki (1997) entende a inclusão como um movimento social e educacional voltado à eliminação de barreiras e à promoção da equidade. As participantes da pesquisa destacaram que os principais desafios enfrentados dizem respeito à falta de infraestrutura e à ausência de acompanhamento especializado. Contudo, apontaram também possibilidades concretas, como o uso de metodologias diferenciadas, o fortalecimento do diálogo entre escola e família e a valorização de valores humanos como respeito e acolhimento. Estamos compreendendo que a inclusão escolar é um processo em construção, que requer formação contínua dos professores, apoio pedagógico e institucional, disponibilidade de recursos adequados e colaboração da família. Nessa perspectiva, a inclusão deve ser entendida para além da simples presença do aluno na sala de aula regular, configurando-se como um compromisso ético e pedagógico sustentado pela valorização das diferenças e pela busca de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Escolar. Diversidade.

[1] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rochaanalice16@gmail.com
[2] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, deise.gs@hotmail.com
[3] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, conceicaoemile323@gmail.com
[4] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabriele.gs1jesus@gmail.com
[5] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, tatynovaes38@gmail.com
[6] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Professora Orientadora, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joseane.costa@atmos.edu.br

A LUTA COLETIVA NO/DO FÓRUM DE EJA E A CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Jeane Nascimento Santos[1]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[2]

Este relato de experiência apresenta as vivências de duas militantes do Fórum de Educação de Jovens, Adultos e Idosos do estado da Bahia/Nordeste durante o VIII Encontro Regional de EJA – EREJA Nordeste, realizado em 2025, no Piauí. Inspiradas pela perspectiva freiriana de que a educação se constrói no inédito viável, vivenciamos o encontro como um grande círculo de cultura, no qual a palavra e o diálogo foram transformados em força coletiva para pensar e reinventar a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de um relato que anuncia caminhos e denuncia silenciamentos, afirmando a militância como prática política, ética e amorosa. A participação nos grupos de trabalho permitiu-nos experimentar, na prática, o sentido do "esperançar" que Freire defende: o movimento de agir, organizar, estudar e lutar. No Eixo 1, "O Estado e a Educação Pública", observamos que as proposições aprovadas reforçam o compromisso de acompanhar e denunciar ingerências privadas na EJA, fortalecer a formação dos sujeitos envolvidos e defender uma política pública construída com o povo e para o povo. Entendemos que esses momentos coletivos expressam a crença freiriana de que ninguém liberta ninguém sozinho; libertamo-nos em comunhão, especialmente quando a pauta é o direito à educação pública, gratuita e democrática. No Eixo 2, "Políticas Públicas e Participação Popular", a experiência revelou a potência da participação dos trabalhadores da educação, movimentos sociais, estudantes e gestores na construção de políticas comprometidas com a justiça social. As discussões apontaram para a inclusão da EJA na formação docente, para a atuação dos Fóruns em espaços de monitoramento e para a defesa de financiamento específico. São proposições que reafirmam a compreensão de que a EJA não pode ser reduzida a uma política compensatória, mas deve ser assumida como direito humano, historicamente negado a jovens, adultos e idosos da classe trabalhadora. Vivenciar o VIII EREJA Nordeste significou sentir, em cada fala, a presença dos sujeitos que carregam em seus corpos marcas de exclusões e resistências. Como militantes, percebemos que a luta pela EJA é mais que pauta educacional: é luta por existência digna, por memória, por visibilidade e por voz. Concluímos que a militância no Fórum de EJA constitui uma experiência profundamente formadora. É um processo de aprender e reaprender-se como educadora e sujeito político, de reconhecer o valor das narrativas dos estudantes e de manter vivo o sonho coletivo de uma educação libertadora.

[1] Licenciada em Geografia e Pedagogia.Especialista em Educação do Campo.Mesta em Educação de Jovens e Adultos(UNEB).Coordenação de Projetos da EJA no município de Teofilândia.Articuladora Territorial do PACTO EJA/UNDIME. jeaneeducacaocampo@gmail.com

[2] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

Os caminhos construídos no VIII EREJA reforçam nossa convicção de que a EJA se sustenta na pedagogia da esperança, da escuta, da solidariedade e da práxis transformadora — princípios que mantêm acesa a luta por uma educação emancipada e emancipadora.

Palavras-chave: EJA. Militância. Educação Popular. Emancipação. Fórum de EJA.

A PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

Gildilane da Silva Conceição[1]; Adriana da Silva Oliveira[2]

O presente resumo retrata a importância da parceria entre a família e a escola. O ser humano está inserido em dois importantes espaços formadores: a família e a escola. Essas instituições exercem papéis complementares e fundamentais na formação do estudante, que deve ser compreendido como o principal sujeito do processo educativo. A escola, ao cumprir sua função pedagógica, busca promover aprendizagens significativas e incentivar a participação das famílias na construção do conhecimento, entendendo que o envolvimento familiar reflete diretamente no desempenho e na motivação dos estudantes. De acordo com Dessen e Polonia (2007), a interação entre família e escola é essencial para o desenvolvimento integral da criança, e Parolin (2007) destaca que a participação da família nas atividades escolares fortalece os vínculos entre pais, professores e alunos. Vygotsky (1988) afirma que o aprendizado ocorre nas interações sociais, e Piaget (2007) ressalta que a criança constrói o conhecimento a partir da interação com o meio, reforçando a importância dessa parceria. O presente estudo foi desenvolvido como um Trabalho de Conclusão de Curso e tem como objetivo geral investigar a relação entre família e escola e os desafios presentes nessa parceria. Como objetivos específicos, busca descrever as realidades das instituições envolvidas, apresentar reflexões teóricas sobre o tema e propor estratégias que favoreçam o fortalecimento dessa relação. A partir dessa reflexão, afirmo que é uma parceria necessária para o trabalho pedagógico, pois o conhecimento adquirido no ambiente familiar se completa com a formação proporcionada pela escola. É importante para a educação dos estudantes que a escola reveja algumas estratégias. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em leituras de artigos científicos, documentos pedagógicos e em uma conversa informal com uma professora da rede básica de ensino público, a fim de compreender experiências e percepções sobre a importância da cooperação entre pais e educadores. Conclui-se que essa parceria é essencial para o trabalho pedagógico, pois o conhecimento adquirido no ambiente familiar se completa com a formação proporcionada pela escola, favorecendo o desenvolvimento integral do estudante.

Palavras-chave: Família. Escola. Parceria.

[1] Graduanda em pedagogia, fbbr,gildilane.gil@gmail.com
[2] Doutoranda em História, Docente da FBBR, profadrianaoliveira39@gmail.com

A PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO E REFLEXÃO: VIVÊNCIAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Gerusa de Andrade Lordelo[1]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[2]

Este resumo constitui um relato de experiência da disciplina de Prática Pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia da FBBR, realizada em uma escola pública dos anos iniciais do ensino fundamental, no município de Cruz das Almas – BA. A unidade escolar onde ocorreram as atividades conta atualmente com 10 profissionais da educação, entre professores, auxiliares, cuidadores, equipe gestora e agente de portaria, atendendo estudantes do 2º ao 5º ano do ensino fundamental anos iniciais. A experiência vivenciada na disciplina de Prática Pedagógica possibilitou compreender a importância do contato direto com o ambiente escolar e suas particularidades, destacando-se como um processo essencial para a formação do pedagogo, para a formação docente e para o aprimoramento das práticas pedagógicas. As atividades foram desenvolvidas com os estudantes do 4º ano. Foi realizado um projeto voltado à criação e ao fortalecimento de uma consciência ambiental, por meio do qual foi possível refletir sobre como as atitudes humanas impactam o meio ambiente e sobre a necessidade de reagir às práticas degradadoras e poluentes dos ecossistemas, a fim de preservar a saúde do planeta. Durante a realização do projeto, percebeu-se que o contexto socioemocional dos estudantes interfere diretamente em seu desempenho escolar. Na execução das atividades, foram ouvidos relatos da equipe de educação que evidenciam como as condições de vida dos estudantes impactam não apenas a gestão da unidade escolar, mas também o trabalho e o bem-estar dos professores, fatores que influenciam diretamente o processo de aprendizagem. Nesse sentido, verificou-se a falta de preparo para lidar com os aspectos socioemocionais que atravessam o ambiente escolar. As situações vivenciadas revelam que muitos docentes ainda não se encontram plenamente preparados para enfrentar as realidades presentes no universo educativo. Dessa forma, ficou clara a importância das disciplinas de Prática Pedagógica como instrumento essencial para a preparação e vivência escolar de maneira efetiva na formação docente. Torna-se notório que a formação continuada é um processo fundamental na área da educação. De acordo com Paulo Freire (1996), o educador deve ser um sujeito em constante processo de aprendizagem para o desenvolvimento de uma consciência crítica. Na perspectiva de suas ideias, o ser humano é um sujeito inacabado, em que a busca incessante por conhecimento impulsiona a superação. Assim, entende-se que a formação docente nunca está concluída, sendo necessário o permanente aprimoramento para lidar com os desafios do contexto escolar. Conclui-se que a formação continuada dos educadores é essencial para promover uma educação mais inclusiva,

[1] Licencianda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gerusaandrade@yahoo.com.br

[2] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

reflexiva e transformadora. Dentro dessa visão de empatia e cooperação, observa-se que o vínculo entre a escola, a família e a comunidade é de extrema importância para a construção de uma didática mais significativa e apropriada às realidades dos estudantes, tornando o ambiente escolar mais humano e acolhedor, e favorecendo um aprendizado construído por meio da constante troca entre educadores e educandos.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas. Socioemocional. Formação Continuada.

A PREGNÂNCIA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS: ESTUDO SOBRE A PÓS-PERMANÊNCIA DE EGRESSOS/AS DAS COTAS RACIAIS DO CURSO DE MEDICINA – UFRB

Natanael Conceição Rocha[1]; Thiago Martins Caldas Prado[2]; Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus[3]

O alvorecer do século XXI está sendo marcado pelas transformações econômicas e sociais, o que consequentemente recai no contexto da educação brasileira. As Políticas Afirmativas e a interiorização do ensino superior vieram a atender uma nova realidade, a qual segue imposta pelas exigências por ações políticas e pelos mercados econômicos em nível global. Os Movimentos Sociais Negros (Gomes, 2017) dedicam-se a lutar para que essa democratização se expanda ainda mais como forma de reparar as injustiças sociais ocorridas ao longo da formação da sociedade brasileira. Diante disso, o presente estudo se propõe a compreender os impactos das políticas institucionais de permanência da UFRB sobre a trajetória e a pós-permanência de estudantes cotistas egressos/as do curso de Medicina. Esta proposição se insere no campo da Etnopesquisa e faz da proposição empreendida uma Etnopesquisa-crítica e Multirreferencial, qualitativa e fenomenológica, que tem implicação com os estudos no campo da história de vida-formação (Josso, 1978; Macedo, 2000). A pesquisa tem como foco a pós-permanência, à luz do entrecruzamento das experiências familiares, acadêmicas e profissionais dos/as cotistas egressos/as, que serão conhecidas a partir das suas histórias de vida-formação. Por este dispositivo será possível perceber ainda os impactos das políticas afirmativas de ingresso, permanência e pós-permanência, naquilo que se compreende como a pregnância das políticas afirmativas. No processo de coleta de dados, inicialmente, lança-se na pesquisa documental, buscando junto à instituição os mecanismos desenvolvidos, especificamente pelas Pró-Reitorias de Graduação e Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis da UFRB, para realizar o acompanhamento dos/as egressos/as. Para além de conhecer a atuação destas unidades organizacionais, pretende-se investigar se existem e qual o impacto das políticas institucionais de fomento à pós-permanência, seja através da inserção no mundo do trabalho e/ou ingresso na pós-graduação. O desejo de pesquisar sobre os(as) egressos(as) das cotas raciais é uma consequência de um posicionamento ético-político com o processo de avaliação das medidas compensatórias, notadamente com as políticas de cotas, dados os mais de 10 anos da sua adoção legal, por meio da Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais, atualizada por meio da Lei nº 14.723/2023, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência. No caso da UFRB, desde a sua criação, por meio da Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, desmembrada da antiga Escola de Agronomia, vinculada à UFBA, a instituição assume um posicionamento ante

[1] Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade (EISU/UFBA), Instituto DACOR, natanaelcrocha@yahoo.com.br
[2] Doutor em Letras (UFBA), Universidade do Estado da Bahia, tprado@uneb.br
[3] Doutora em Educação (UFBA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, rcdias@ufrb.edu.br

as políticas afirmativas, ao estruturar a primeira Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis do Brasil. Um outro elemento proeminente da UFRB é a adoção integral da Lei de Cotas em 2013, assumindo um compromisso tanto com a Lei quanto com as populações negras do território em que está inserida. O curso de Medicina e, mais especificamente, os(as) seus(suas) egressos(as) destacam a atenção justamente pela disputa em torno de se tornar/ser médico(a) implicado nas questões sociais, e o quanto esse lugar foi negado historicamente às populações negras.

Palavras-chave: Egressos das cotas. Curso de Medicina. Políticas Afirmativas.

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS/BA: REALIDADE E NECESSIDADE

Aliciana do Carmo Brandão[1]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[2]

Este trabalho acadêmico, intitulado “As Políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Cruz das Almas/BA: realidade e necessidade”, apresenta um recorte do projeto de pesquisa da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica destinada a sujeitos que, por diferentes razões históricas, sociais, culturais e econômicas, não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos na idade considerada regular. O trabalho tem por objetivo geral analisar de forma crítica a realidade das políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e compreender as necessidades para a construção de uma política educacional de EJA que possa garantir o acesso e permanência dos estudantes no município de Cruz das Almas (BA), com objetivos específicos: discutir a EJA em seu contexto histórico contemporâneo; traçar o perfil socioeducacional dos estudantes da EJA do município de Cruz das Almas (BA); elencar e analisar a realidade das políticas de EJA implementadas nos últimos dez anos no município de Cruz das Almas, buscando problematizá-las a partir das necessidades de uma educação que se propõe transformadora. A abordagem da pesquisa é qualitativa, de natureza básica. Para o desvendamento da problemática, a pesquisa estrutura-se no campo bibliográfico e documental. A pesquisa documental recorre a materiais que não receberam o trabalho de análise, ou seja, trata-se de investigação de fontes primárias. A pesquisa de campo será realizada com aplicação de questionários semiestruturados com docentes e gestores da EJA do referido município. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender, de forma ampla e crítica, a realidade das políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Cruz das Almas/BA. Como arcabouço teórico dessa produção contamos com: Arroyo (2007); Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000); Resolução CNE/CP Nº01/2021 (BRASIL, 2021). Espera-se que os resultados contribuam para identificar lacunas e potencialidades nas políticas educacionais do município, oferecendo subsídios para o fortalecimento da EJA como política pública de inclusão e equidade social. Assim, o estudo busca não apenas descrever a realidade existente, mas também propor reflexões que favoreçam a valorização da EJA como direito humano, reconhecendo os saberes e trajetórias dos sujeitos jovens e adultos como parte fundamental do processo educativo.

[1] Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia. brandaoaliciana3@gmail.com

[2] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Políticas Educacionais. Realidade. Necessidade.

EIXO 02 • PEDAGOGIA | Curso: Pedagogia

BULLYING: IMPACTOS, CONSEQUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Raine de Jesus Conceição[1]; Emily Ester Araújo da Silva Oliveira[2]; Bruna Maria Nascimento Silva[3]; Júlia de Queiroz Ferreira Umburanas[4]; Noemi Vitoria Oliveira dos Santos[5]; Joseane da Conceição Pereira Costa[6]

O bullying constitui um fenômeno social e educacional que interfere diretamente no desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças. O presente estudo teve como objetivo compreender as manifestações, as causas, os impactos e as formas de enfrentamento do bullying no ambiente escolar, destacando o papel da escola e da família na construção de estratégias preventivas e educativas. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica em artigos e obras recentes sobre o tema, além de entrevistas semiestruturadas com duas estudantes do curso de Pedagogia, visando compreender suas experiências de formação durante a escola, como vítimas de bullying. As entrevistas revelaram que o bullying se manifesta de diversas formas: física, verbal, psicológica, social e virtual, e que seus efeitos ultrapassam o espaço escolar, afetando a autoestima, o rendimento acadêmico e a convivência das vítimas com os colegas e familiares. Observou-se que o apoio emocional de professores, psicólogos e familiares é essencial para a superação das situações de violência, pois favorece o fortalecimento da autoconfiança e da empatia. As participantes ressaltaram que o diálogo e as rodas de conversa são práticas pedagógicas eficazes para conscientizar os alunos e reduzir comportamentos agressivos. O estudo reforça que a escola, enquanto espaço de formação cidadã, tem papel fundamental na promoção da cultura de paz, na valorização das diferenças e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Além disso, destaca-se a importância da implementação de políticas públicas e programas institucionais alinhados à Lei nº 13.185/2015 e à Lei nº 14.811/2024, que tratam do combate à intimidação sistemática e da proteção integral à criança e ao adolescente. Conclui-se que prevenir e combater o bullying exige uma ação conjunta entre escola, família e comunidade, baseada no respeito, na escuta ativa e na formação de valores humanos que garantam o bem-estar e o pleno desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: Bullying. Violência escolar. Convivência social.

[1] Estudante do Curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rainedejesus01@gmail.com
[2] Estudante do Curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, esteremily979@gmail.com
[3] Estudante do Curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, mari82817903@gmail.com
[4] Estudante do Curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, anybiquinho@gmail.com
[5] Estudante do Curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Noemivitoria237@gmail.com
[6] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Professora/Orientadora, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joseane.costa@atmos.edu.br

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: VOZES E RAÍZES DO ENGENHO SÃO JOÃO

Milena dos Santos Bastos[1]; Ana Carolina Morais de Jesus[2]; Caryhellen da Conceição Silva Pinto[3]; Jaciele Santos de Almeida[4]; Analice Rocha Cerqueira[5]; Deise Gonçalves Silva[6]; Tatienny Novaes da Rocha Santos[7]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[8]

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como uma política educacional voltada à garantia do direito à escolarização de sujeitos que, por diferentes razões, não tiveram acesso à educação básica na infância. Em comunidades quilombolas, como a do Engenho São João, localizada no município de São Félix (BA), a EJA assume um papel ampliado, constituindo-se em espaço de resistência, pertencimento e valorização da história e da cultura afro-brasileira. Mais do que uma oportunidade de alfabetização, a modalidade tem contribuído para o fortalecimento da identidade coletiva e para o resgate da autoestima de grupos historicamente marginalizados. O presente estudo teve como objetivo compreender os desafios, as motivações e as experiências formativas dos estudantes da EJA pertencentes à comunidade quilombola Engenho São João. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com oito participantes, com idades entre 44 e 64 anos, em sua maioria trabalhadores da agricultura familiar. A análise dos dados seguiu as etapas propostas por Minayo (2001), que compreendem leitura, categorização e interpretação das narrativas, possibilitando a apreensão dos significados atribuídos à educação pelos sujeitos investigados. Os resultados evidenciaram trajetórias marcadas por condições de vulnerabilidade social, trabalho precoce, interrupção dos estudos e restrições de acesso à escola. Muitos participantes relataram ter abandonado a educação escolar em virtude da necessidade de contribuir com o sustento familiar ou da inexistência de transporte escolar adequado. Apesar dessas adversidades, o retorno à sala de aula foi descrito como um ato de resistência, esperança e superação. Os relatos destacaram, ainda, o sentimento de acolhimento e reconhecimento proporcionado pela escola, bem como a relevância de políticas públicas voltadas à permanência, a exemplo do transporte gratuito e do

[1] milenasantosbastos9@gmail.com
[2] anacoarol@gmail.com
[3] carysilvs12@gmail.com
[4] Jacieles772@gmail.com
[5] rochaanalice16@icloud.com
[6] deise.gs@hotmail.com
[7] @tatynovaes38@gmail.com
[8] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

fornecimento de cestas básicas. Tais ações foram apontadas como fundamentais para a continuidade dos estudos e para o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade. Conclui-se que a EJA, em contextos quilombolas, transcende a dimensão instrumental da alfabetização, assumindo um caráter emancipatório e identitário. Ao reconhecer e valorizar os saberes, as experiências e o contexto sociocultural dos educandos, a educação torna-se um instrumento de transformação social e reafirma o direito à aprendizagem ao longo da vida.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Comunidade Quilombola. Identidade e Resistência.

EIXO 02 • PEDAGOGIA | Curso: Pedagogia

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DIVERSIFICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aline da Silva dos Santos[1]; Adriana da Silva Oliveira[2]

O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades da educação inclusiva na Educação Infantil, destacando a importância de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a equidade. Fundamentado em marcos legais nacionais e internacionais, bem como em referências teóricas sobre inclusão, o estudo discute a distinção entre integração e inclusão, enfatizando que esta última requer transformação das práticas escolares e reorganização pedagógica para atender às necessidades de todos os estudantes. O estudo fundamenta-se teoricamente em autores como Mantoan (2003), Carvalho (2008) e Sassaki (2010), que abordam a inclusão sob uma perspectiva histórico-social e pedagógica, ressaltando a necessidade de uma escola democrática e sensível às diferenças individuais. A pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, foi realizada em uma escola municipal e envolveu cinco professoras da Educação Infantil, buscando compreender suas percepções e práticas em relação à inclusão. A metodologia adotada contemplou revisão bibliográfica e pesquisa de campo com aplicação de questionário, que possibilitaram identificar avanços e desafios enfrentados no cotidiano escolar. Os resultados apontam que, embora haja crescente conscientização sobre a importância da inclusão e esforços das educadoras para adaptar o ensino, ainda persistem barreiras estruturais, ausência de formação continuada e resistência cultural, fatores que dificultam a efetivação de práticas verdadeiramente inclusivas. Observou-se também que o apoio institucional e a colaboração entre equipe pedagógica e famílias são elementos fundamentais para o fortalecimento de uma cultura escolar mais aberta e acolhedora à diversidade. Conclui-se que a educação inclusiva é um processo contínuo e desafiador, que demanda comprometimento coletivo, políticas públicas efetivas, recursos pedagógicos adequados e investimento na formação docente. Mais do que uma exigência legal, a inclusão representa um princípio ético e social indispensável para a construção de uma escola democrática, equitativa e acessível a todos, na qual cada criança tenha garantido o direito de aprender e se desenvolver em sua singularidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Infantil. Práticas Pedagógicas.

[1] Licenciatura em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, lynne_99silva@outlook.com
[2] Doutoranda em História, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, profadrianaoliveira39@gmail.com

ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS DA/NA INDÚSTRIA FUMAGEIRA EM CRUZ DAS ALMAS-BA

Jucilene Ferreira Lima[1]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[2]

O presente resumo apresenta o projeto de pesquisa desenvolvido no componente de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI), que tem como objetivo investigar os desafios enfrentados pelas mulheres negras trabalhadoras da/na indústria fumageira em seu processo de escolarização na EJA em Cruz das Almas-BA. O município de Cruz das Almas, situado no Recôncavo Baiano, consolidou-se, desde o século XIX, como um epicentro da produção de fumo, mobilizando grande parte da população local por décadas. A cultura fumageira impactou significativamente o desenvolvimento das cidades da região, destacando-se como principal produtora e exportadora de fumo em folha para a confecção de charutos. A educação é amplamente reconhecida como um direito fundamental e um instrumento de transformação social, mas, para as mulheres negras, a escolarização representa também a possibilidade de enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe. Historicamente, a indústria fumageira no Recôncavo Baiano inseriu majoritariamente mulheres negras em atividades precarizadas e exaustivas, o que, somado à dupla jornada de trabalho e responsabilidades domésticas, dificultou o acesso e a permanência na educação formal. A pesquisa busca compreender os principais desafios atuais e as perspectivas de continuidade da escolarização dessas trabalhadoras na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A metodologia proposta constitui-se de um estudo exploratório descritivo, de natureza aplicada, de abordagem qualitativa. Para desenvolver a pesquisa, temos como procedimentos: observação participante, revisão bibliográfica e documental e entrevistas semiestruturadas para coletar dados junto às mulheres que trabalharam e trabalham na indústria, de forma a assegurar a perspectiva dialógica e interseccional desse estudo. Os teóricos de base epistemológica que sustentam o projeto de pesquisa são: hooks (1995), Ribeiro (2017), Silva (2011) e Souza (2024). O trabalho se justifica pela necessidade de dar visibilidade às trajetórias dessas mulheres, contribuindo para ampliar a compreensão ao trazer o recorte da escolarização das mulheres negras sob a perspectiva do quadro geracional. Espera-se que a análise contribua para produzir reflexões que fortaleçam a EJA como espaço de emancipação e reparação social, e para subsidiar práticas pedagógicas e políticas públicas mais inclusivas e que valorizem a história das mulheres negras fumageiras no Recôncavo Baiano.

Palavras-chave: Mulheres negras. Educação de Jovens e Adultos (EJA). Indústria fumageira. Recôncavo Baiano.

[1] Graduanda em pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, jucilenelima11@outlook.com

[2] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

FORMAS DE EXPRESSÃO: INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Bárbara Oliveira Santos[1]; Beatriz de Carvalho Ferreira[2]; Bianca de Oliveira da Silva[3]; Jenifer Oliveira Reis[4]; Joice de Jesus Caldas[5]; Karen Andrade Fiuza Souza[6]; Nariele dos Santos Alves[7]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[8]

O presente trabalho, realizado na disciplina Vivência Extensionista no curso de Pedagogia da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), consiste em uma experiência extensionista intitulada “Formas de Expressão”, desenvolvida na Escola Municipal Quinze de Janeiro com a turma do 4º ano do Ensino Fundamental. A proposta surgiu da necessidade de promover a inclusão escolar e valorizar as múltiplas formas de comunicação utilizadas por crianças com neurodivergência, reconhecendo a importância da expressão artística como ferramenta de interação e desenvolvimento emocional. O principal objetivo do projeto foi compreender e valorizar as diferentes formas de comunicação presentes no ambiente escolar, especialmente entre alunos neurodivergentes, estimulando a empatia, a criatividade e o respeito às diferenças individuais. Para alcançar tais propósitos, foram desenvolvidas atividades fundamentadas em metodologias lúdicas e participativas, que favorecem o envolvimento dos estudantes e o aprendizado significativo. As práticas metodológicas incluíram dramatizações, pinturas, o jogo da emoção e a dança dos sentimentos, atividades planejadas para possibilitar que as crianças expressassem seus sentimentos e percepções de maneira livre e espontânea. Através dessas dinâmicas, buscou-se criar um ambiente de confiança e acolhimento, no qual cada participante pudesse se comunicar conforme suas potencialidades, explorando gestos, cores, movimentos e expressões corporais como meios legítimos de interação e comunicação. Durante os encontros, observou-se o engajamento e a sensibilidade das crianças, que demonstraram grande interesse em participar das atividades propostas. As interações possibilitaram o fortalecimento dos vínculos afetivos e o reconhecimento das emoções, favorecendo o desenvolvimento de uma convivência mais empática e cooperativa entre os colegas. O uso de práticas artísticas revelou-se um recurso potente para ampliar as formas de expressão e

[1] Licencianda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, barbara@cofel.net
[2] Licencianda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, bf4711669@gmail.com
[3] Licencianda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, oliveirabianca31294@gmail.com
[4] Licencianda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, s9jenifer21@icloud.com
[5] Licencianda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joicecaldas2000@gmail.com
[6] Licencianda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, andradekaren251@gmail.com
[7] Licencianda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, naryellesantos20@gmail.com
[8] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

comunicação, especialmente entre alunos que apresentam dificuldades na linguagem verbal. Os resultados evidenciaram que ações extensionistas como esta contribuem significativamente para o processo de inclusão escolar, ao passo que promovem o protagonismo infantil e o respeito à diversidade. Além disso, reafirmam o papel da escola como um espaço de convivência, acolhimento e aprendizagem coletiva.
Conclui-se que o projeto “Formas de Expressão” reforça a importância da formação docente sensível às múltiplas formas de expressão humana, evidenciando que a arte, quando integrada ao contexto educacional, torna-se um caminho eficaz para construir uma educação mais inclusiva, afetiva e transformadora.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Expressão. Ensino Fundamental.

GINGA E COMUNICAÇÃO: ESTRATÉGIAS DIGITAIS PARA FORTALECER A CAPOEIRA E A COMUNIDADE

Isabele Barbosa de Araujo[1]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[2]

A comunicação se manifesta por meio de processos interativos, tanto no âmbito pessoal quanto coletivo, e também através de canais tecnológicos. Ela atravessa as dinâmicas sociais, ainda que estas possuam características próprias e específicas. Os movimentos sociais representam articulações da sociedade civil, formadas por grupos que se reconhecem como sujeitos de direitos. Esses grupos se organizam coletivamente para reivindicar esses direitos e buscam soluções para os problemas enfrentados pelas comunidades das quais fazem parte. Ao longo da história, a comunicação tem sido parte essencial dos processos de mobilização e ampliação da visibilidade desses movimentos, adaptando-se às formas de organização e aos recursos disponíveis em cada período (meios impressos, televisivos ou digitais). Nesse contexto, o fortalecimento de práticas comunicacionais independentes revela-se uma necessidade, funcionando como canais de expressão, mobilização e organização popular. Assim, surgem propostas e experiências de uma comunicação horizontal — comunitária, participativa e democrática — construída a partir do envolvimento ativo dos sujeitos pertencentes a esses grupos. O presente trabalho constitui um relato de experiência e busca apresentar o impacto de uma ação de comunicação nas redes sociais, demonstrando como ela pode influenciar positivamente iniciativas comunitárias, auxiliando na promoção da inclusão social e da valorização cultural para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, através da organização de uma roda de capoeira, fortalecendo vínculos com a comunidade e ampliando a visibilidade do esporte e da cultura afro-brasileira. O primeiro passo foi uma visita ao grupo artístico e cultural Vinte de Novembro, no núcleo do Grupo de Escoteiros, onde pudemos acompanhar algumas aulas. Após uma conversa com o instrutor, chegamos à conclusão que a baixa divulgação das atividades desenvolvidas poderia estar diretamente ligada à participação tímida da comunidade. Dessa forma, reunimos informações sobre o projeto e, em conjunto, criamos um card para divulgação nas redes sociais. Dois meses após essa atividade, o Mestre do grupo sugeriu inserção de outros monitores e a ampliação dos dias de aula. Como desdobramento, produzimos um novo card e organizamos, em parceria com a Diretoria do Grupo de Escoteiros e do Grupo Vinte de Novembro, uma roda de integração realizada no dia 31/10, às 19h, na sede do Grupo de Escoteiros. O evento contou com a participação de cerca de 40 pessoas, entre graduados e alunos de capoeira, fortalecendo os vínculos comunitários e ampliando a visibilidade do projeto. Conclui-se que a comunicação nas organizações da sociedade civil é fundamental como

[1] Graduada em Biologia, FBBR, isabelearaujo@outlook.com

[2] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

forma de divulgação e reivindicação autônoma de grupos minoritários. Ela possibilita que exponham suas próprias vivências, divulguem suas ações, resultados, e expressem suas demandas sem depender dos grandes veículos tradicionais de mídia, além de constituir uma importante ferramenta para a ampliação de portfólios, servindo como registro documental e elemento de comprovação na elaboração de projetos voltados ao acesso a editais de fomento a atividades educacionais e esportivas.

Palavras-chave: Comunicação comunitária. Capoeira. Redes sociais.

EIXO 02 • PEDAGOGIA | Curso: Pedagogia

INCLUSÃO ESCOLAR: A EXPERIÊNCIA DE UMA MÃE NO PROCESSO EDUCATIVO DE SUA FILHA COM TEA

Jaqueline da Silva Santana[1]; Gisele do Nascimento dos Santos[2]; Gabrielly Luquine[3]; Joseane da Conceição Pereira Costa[4]

Este trabalho parte das atividades de pesquisa realizadas durante os estudos no componente curricular Metodologia do Trabalho Científico em Educação, no curso de Pedagogia. O trabalho teve como objetivo compreender as vivências, desafios e percepções de uma mãe no processo de inclusão escolar de sua filha de 5 anos, diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), matriculada na Educação Infantil de uma escola da rede particular do município de Governador Mangabeira. A inclusão escolar de crianças com TEA é um tema que exige sensibilidade, formação docente e comprometimento coletivo, como um processo que reconhece e valoriza as diferenças, exigindo da escola um trabalho ético e colaborativo. Nesse contexto, a família desempenha papel essencial, pois participa ativamente das decisões e do acompanhamento do desenvolvimento da criança. A pesquisa teve abordagem qualitativa, utilizando uma entrevista estruturada como instrumento de coleta de dados, cujas perguntas abordaram temas como os interesses da filha, os apoios recebidos, as condições de adaptação escolar e as barreiras encontradas na inclusão. A mãe descreveu sua filha como uma criança curiosa, inteligente e com forte desejo de aprender, embora enfrente desafios na comunicação e na atenção. Ela relatou que a filha recebe acompanhamento psicológico e psicopedagógico, mas que o suporte oferecido pela escola ainda é limitado para o seu desenvolvimento. das interações sociais e da mediação de adultos significativos, o que reforça a importância de educadores preparados e atentos às necessidades individuais de seus alunos. A mãe reconheceu o empenho de alguns professores, mas destacou que muitos ainda não possuem formação adequada para lidar com o autismo em sala de aula. Ela participa das reuniões e decisões pedagógicas, mas gostaria de ver práticas mais adaptadas à realidade da filha, com atividades fracionadas e maior acompanhamento. Relatou que, em casa, costuma refazer as tarefas com a filha de maneira lúdica, reforçando o vínculo afetivo. Ela descreveu que a adaptação escolar foi lenta e desafiadora, mas que a filha tem apresentado avanços significativos. A partir dessa experiência, foi possível compreender que a inclusão escolar vai além de colocar a criança dentro da sala de aula. Ela depende de afeto, paciência, diálogo e da parceria entre escola e família.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Transtorno do Espectro Autista. Educação Escolar.

[1] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, jaquelinesantanajs66@gmail.com
[2] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gisele14092001@gmail.com
[3] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, : Gabriellyluquine60@gmail.com
[4] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Professora Orientadora, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Joseane.costa@atmos.edu.br

INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI): TRAJETÓRIAS, DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES

Ana Caroline do Amor Divino[1]; Emily Alves da Fonseca[2]; Gessika Rocha Pereira de Carvalho[3]; Maria Isabele Fiais Boaventura[4]; Uelito dos Santos Silveira[5]; Joseane da Conceição Pereira Costa[6]

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) constitui um espaço essencial de inclusão social, ao oferecer oportunidades educacionais para indivíduos que tiveram sua escolarização interrompida, favorecendo o desenvolvimento da autonomia, da autoestima e da cidadania. Este trabalho teve como objetivo analisar a contribuição da EJAI na promoção da aprendizagem, do protagonismo e da participação social dos alunos, bem como compreender os desafios enfrentados em seu retorno à escola. Adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com cinco alunos da EJAI da Escola Elza Souza Silva de Jesus, no município de Governador Mangabeira, Bahia, a fim de captar suas experiências e percepções sobre o processo de reintegração à educação escolar. A análise dos dados revelou que a evasão escolar está frequentemente associada a fatores familiares, sociais, econômicos e profissionais, indicando a complexidade das trajetórias educativas desses sujeitos e evidenciando a necessidade de estratégias políticas e pedagógicas mais flexíveis para favorecer seu retorno e permanência. Os participantes relataram conquistas significativas ao longo da trajetória escolar, como aprender a ler e escrever, interpretar documentos oficiais e compreender informações do cotidiano. Além disso, destacaram maior participação nas atividades comunitárias, demonstrando que a educação de adultos extrapola o ensino de conteúdos, alcançando também o resgate de habilidades básicas e o fortalecimento das competências socioemocionais. De acordo com Arroyo (2017), a Educação de Jovens e Adultos é um campo de direitos e de responsabilidade pública, possibilitando aos sujeitos o reconhecimento de suas histórias e saberes. Nessa perspectiva, Freire (1996) defende que a prática educativa deve ser pautada na autonomia e na libertação, compreendendo o aluno como protagonista do processo de aprendizagem. Assim, a EJAI mostra-se um instrumento de transformação individual e coletiva, promovendo inclusão social, ampliação da autoestima, valorização do protagonismo e engajamento comunitário. A retomada da formação escolar representa, portanto, uma oportunidade de reconstrução das trajetórias educativas e de exercício consciente da cidadania. A educação de jovens e adultos contribui não apenas para a alfabetização e aquisição de conhecimentos, mas também para o desenvolvimento de sujeitos críticos, capazes de interagir de maneira ativa e emancipatória na sociedade. Os

[1] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail rollsalles@gmail.com
[2] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail emillyfonseca095@gmail.com
[3] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail gessika.r@hotmail.com
[4] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail @isabelefiais@icloud.com
[5] Graduando em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail uelitos02@gmail.com
[6] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Professora Orientadora, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joseane.costa@atmos.edu.br

resultados indicam que a EJAI desempenha papel fundamental na promoção da inclusão social ao possibilitar que os alunos se tornem agentes ativos em suas vidas e em suas comunidades, consolidando práticas educativas transformadoras e socialmente significativas. Conclui-se que a Educação de Jovens, Adultos e Idosos é indispensável para garantir o direito à educação, fortalecer a autonomia dos sujeitos e fomentar a participação social, destacando a importância de políticas públicas que valorizem, ampliem e qualifiquem essa modalidade de ensino. Assim, assegura-se que mais indivíduos tenham acesso a oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento integral, consolidando uma prática educativa inclusiva, promotora de equidade, protagonismo e transformação social.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Inclusão social. Cidadania.

MUNDO COLORIDO: APRENDER, INCLUIR E CUIDAR

Ana Valéria de Jesus dos Santos[1]; Emily Ester Araújo da Silva Oliveira[2]; Gisele Boaventura[3]; Gisele do Nascimento dos Santos[4]; Ivonilda Teixeira dos Santos[5]; Jadiane Machado Neres[6]; Rebeca Ramos de Oliveira[7]; Edilane Silveira Nascimento[8]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[9]

O presente trabalho, desenvolvido no componente de Vivência Extensionista II, do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), consiste em um relato de experiência sobre uma intervenção realizada na Escola Municipal Carmelito Barbosa Alves, localizada em Cruz das Almas – BA, com estudantes da Educação Infantil, com idades entre 5 e 6 anos. O projeto “Mundo Colorido: Aprender, Incluir e Cuidar” teve como objetivo valorizar a diversidade e promover a inclusão por meio da simbologia das cores. Assim como cada cor possui sua beleza e importância, cada pessoa é única e essencial na construção de um mundo mais justo, acolhedor e solidário. Conceituada como o estudo do significado e dos efeitos psicológicos e emocionais das cores que pode ser aplicado ao contexto educacional. As cores não são neutras, pois elas despertam sentimentos, possibilitam certas atitudes e podem ser utilizadas enquanto recursos pedagógicos que facilitam o ensino e a aprendizagem. Estudos pedagógicos que se fundamentam na simbologia das cores advêm da arte e do desenvolvimento humano no campo da psicologia, especialmente nas contribuições de Goethe (1810), Steiner (1985), Piaget (1936) e Vygotsky (1934). A vivência buscou despertar nas crianças atitudes de respeito, empatia e cuidado com o outro, favorecendo reflexões sobre as diferenças e o valor da convivência harmoniosa. Além disso, teve como propósito estimular a criatividade, a cooperação e o senso de pertencimento, reconhecendo a diversidade como um elemento fundamental para a aprendizagem e para a formação cidadã. A metodologia utilizada na vivência baseou-se na realização de atividades lúdicas e participativas, que incentivaram a expressão artística, o trabalho em equipe, a cooperação e a criatividade. Dessa forma, a vivência “Mundo Colorido: Aprender, Incluir e Cuidar” possibilitou às crianças uma experiência lúdica e significativa, favorecendo a valorização das diferenças,

[1] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, dejesusvaleria16@gmail.com
[2] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Esteremily979@gmail.com
[3] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Conceicaogisele911@gmail.com
[4] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gisele14092001@gmail.com
[5] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Ivonildasantos31@gmail.com
[6] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, anneneres3101@gmail.com
[7] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rrebecaramos03@gmail.com
[8] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, silveiralane825@gmail.com
[9] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

o fortalecimento de laços afetivos e o incentivo ao cuidado coletivo. Assim, conclui-se neste trabalho a importância de trabalhar inclusão e diversidade desde a infância, utilizando metodologias criativas, ativas e inovadoras que favoreçam a cooperação e o respeito mútuo. Além disso, a atividade de extensão proporcionou ao coletivo de estudantes da Licenciatura em Pedagogia a experiência teórico-prática, contribuindo com o desenvolvimento profissional e preparação para atuação no campo pedagógico.

Palavras-chave: Inclusão. Diversidade. Ludicidade. Simbologia das Cores.

"NÃO SÓ PELO DINHEIRO, MAS PELA SATISFAÇÃO DE TER UMA PROFISSÃO": PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA EJA SOBRE O ENSINO SUPERIOR

Ana Alice de Jesus Sodre[1]; Beatriz Salomé Santana[2]; Gerusa de Andrade Lordelo[3]; Gilmara Oliveira de Andrade[4]; Jessica Brenda dos Santos[5]; Julia de Jesus Vieira[6]; Kaliane Soares[7]; Laiza da Silva Conceição[8]; Paulo Ricardo Bispo Nogueira Silva[9]; Joseane da Conceição Pereira Costa[10]

Este trabalho consiste em um relato de experiência desenvolvido no âmbito do componente Vivência Extensionista, do curso de Pedagogia, da Faculdade Brasileira do Recôncavo, junto aos estudantes do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com idades entre 18 e 69 anos, do Colégio Estadual Landulfo Alves, localizado no município de Cruz das Almas - BA. A ação teve como principal objetivo dialogar com os estudantes sobre as possibilidades de acesso ao Ensino Superior, suas formas de ingresso e as experiências vivenciadas na graduação pelos integrantes do grupo de ação. Durante a atividade, foram discutidas as expectativas de melhoria da qualidade de vida que podem ser alcançadas por meio da formação universitária. A vivência também abordou a expansão da oferta de cursos superiores e as diversas oportunidades existentes na região, que atualmente se consolida como um importante polo de Educação Superior, abrigando instituições públicas e privadas. Foram apresentadas as modalidades de ensino (presencial, semipresencial e a distância) e detalhados os mecanismos de ingresso, como o ENEM, SISU, Prouni, Fies, e demais processos seletivos. Além do ingresso, destacou-se a importância das políticas públicas de permanência no Ensino Superior, que têm possibilitado não apenas o acesso, mas também a continuidade e conclusão dos cursos de graduação, para estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica. Os integrantes do grupo de ação compartilharam suas próprias trajetórias acadêmicas, com o propósito de provocar os estudantes da EJA a acreditarem na possibilidade de trilhar o caminho acadêmico (entre outros existentes) e transformarem suas realidades por meio da educação. Nesse sentido, a ação dialoga com os princípios de Paulo Freire (1996), ao compreender a educação como um processo de conscientização e transformação social, fundamentado na construção coletiva do conhecimento. Além disso, foi aplicado um questionário cujos resultados apontaram que mais de 60% demonstraram interesse em

[1] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, analice0509@gmail.com
[2] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, byaslome2025@gmail.com
[3] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gerusaandrade@yahoo.com.br
[4] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gilmaraandrade590 @gmail.com
[5] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, jessicabrenda.jr@gmail.com
[6] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, anajuliavieiraxsz18@icloud.com
[7] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, kalianesoares49@gmail.com
[8] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, laizasilva530@gmail.com
[9] Graduando em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, ricardobiispo11@gmail.com
[10] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Orientador, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joseane.costa@atmos.edu.br

ingressar no Ensino Superior, revelando que o desejo de continuar os estudos ainda é presente entre jovens e adultos. No entanto, foram relatadas muitas dificuldades enfrentadas para alcançar esse objetivo, relacionadas a fatores como a idade, as condições cotidianas e, principalmente, as limitações financeiras que tornam a graduação um desafio. Ficou evidente que a necessidade de sustento financeiro exerce influência determinante sobre as escolhas educacionais dos estudantes, o que reforça a importância de ações formativas e extensionistas que aproximem a comunidade escolar do ambiente acadêmico. Tais ações contribuem para rediscutir os caminhos possíveis, fortalecer a autonomia dos sujeitos e promover o sentimento de pertencimento ao espaço universitário. A realização desta atividade proporcionou também uma reflexão relevante sobre o papel social da universidade e sua importância na formação cidadã e profissional. A partir dessa experiência, reafirma-se o entendimento de que a educação deve promover oportunidades, inspirar trajetórias e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipada.

Palavras-chave: Ensino Superior. Acesso e Permanência. Educação de Jovens e Adultos (EJA).

EIXO 02 • PEDAGOGIA | Curso: Pedagogia

NARRATIVAS DE PROFESSORAS NEGRAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROCESSOS FORMATIVOS PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA

Arilma Reis Conceição[1]; Juarez da Silva Paz[2]

Este artigo tem como objetivo analisar as narrativas de professoras negras na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco nos processos formativos que influenciam a construção de práticas pedagógicas antirracistas. A pesquisa parte do reconhecimento de que o racismo estrutural permeia o ambiente escolar brasileiro, exigindo a implementação de práticas educacionais que valorizem as identidades negras e enfrentem as desigualdades históricas e sociais. As professoras negras, ao ocuparem espaços de ensino e aprendizagem, trazem consigo um rico repertório de experiências pessoais e profissionais que contribuem para a promoção de uma educação inclusiva e libertadora. A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, exploratória e interpretativa, utilizando entrevistas semiestruturadas para captar as vivências, percepções e estratégias das educadoras no contexto da EJA. As participantes são professoras da rede pública de ensino do município de Cruz das Almas, Bahia, selecionadas para assegurar diversidade e representatividade. A análise dos dados, conduzida por meio da técnica de análise temática, revela as dimensões complexas das práticas pedagógicas dessas educadoras, incluindo os desafios enfrentados e as formas de superação no combate ao racismo. Dialogando com teóricos como Paulo Freire, bell hooks e Djamila Ribeiro, o artigo busca articular os conceitos de educação como prática da liberdade e pedagogia transgressora, reconhecendo as interseccionalidades que afetam as mulheres negras em seus espaços de atuação. Os resultados evidenciam que essas educadoras utilizam estratégias inovadoras, como a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras, a escuta atenta às narrativas dos educandos e a criação de espaços de diálogo e respeito à diversidade. Conclui-se que as práticas pedagógicas antirracistas das professoras negras são fundamentais para a construção de um ambiente escolar inclusivo, capaz de estimular a consciência crítica dos educandos e contribuir para a transformação social. Além de fortalecer a identidade racial e cultural dos estudantes, essas práticas são essenciais para repensar a formação docente e as políticas públicas educacionais, consolidando o compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Narrativas docentes. Educação antirracista. Educação de Jovens e Adultos. Representatividade negra. Prática pedagógica.

[1] Estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, arilmareis81@gmail.com
[2] Pós-Doutor em Gestão e Políticas Públicas, Doutor em Difusão do Conhecimento, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), juarez.paz@atmos.edu.br

O AMBIENTE ESCOLAR E SEUS IMPACTOS NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Camile Souza[1]; Jaqueline da Conceição[2]; Vitória Sena[3]; Marcela de Souza[4]; Maria Fernanda Peixoto[5]; Jaqueline Maia[6]; Marilândia Dias[7]; Joseane da Conceição Pereira Costa[8]

Este trabalho tem como objetivo entender como o ambiente escolar pode influenciar o aprendizado dos alunos das séries finais do Ensino Fundamental. Para isso, foram consideradas as experiências de dois estudantes de duas escolas públicas das cidades de Cruz das Almas e Muritiba, Bahia. A intenção foi compreender como a organização do tempo e das atividades no ambiente escolar pode interferir na maneira como os alunos aprendem. Além disso, objetivamos refletir sobre como a convivência e o ambiente da escola ajudam na convivência e no desenvolvimento emocional e social dos alunos. Esse trabalho foi feito a partir de entrevistas semiestruturadas com os dois alunos de escolas diferentes, sendo um da escola cujo modelo é cívico-militar, e o outro de uma escola de modelo tradicional. As respostas foram organizadas e interpretadas com base em autores como Santos (2024) e Vygotsky (2007) para entender de que forma o ambiente escolar influencia a aprendizagem e o cotidiano dos estudantes. De modo geral, observamos que a rotina escolar desempenha um papel essencial tanto na organização das atividades pedagógicas quanto na formação integral dos estudantes. Uma rotina estruturada, mas flexível, contribui significativamente para o aumento da concentração, da disciplina e do engajamento dos alunos nas atividades. Os dados revelam que a escola cívico-militar apresenta uma rotina mais organizada e disciplinada, na qual o aluno segue o horário e regras mais rígidas. Já a escola tradicional estudada se caracteriza por maior flexibilidade, promovendo um ambiente mais leve e voltado para o estudo e a convivência entre colegas. Apesar das diferenças, ambos os estudantes relataram satisfação com suas escolas, indicando que cada modelo educativo influencia a aprendizagem de forma singular. O ambiente escolar exerce uma importante função social, pois é através dele que os alunos desenvolvem vínculos afetivos, aprendem a conviver com as diferenças e fortalecem suas habilidades socioemocionais. A escola, nesse sentido, torna-se um espaço de convivência, aprendizado e formação de valores. Outro ponto relevante identificado é que a rotina escolar não se restringe apenas ao ambiente da sala de aula. Ela se articula com o contexto

[1] Estudante do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, csouza81769@gmail.com
[2] Estudante do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, j72310895@gmail.com
[3] Estudante do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, vitoriadossantos78241492@gmail.com
[4] Estudante do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Marcelasouza882343@gmail.com
[5] Estudante do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, ns441337@gmail.com
[6] Estudante do curso Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Jacksilvamaia34@gmail.com
[7] Estudante do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, marilandiadias58@gmail.com
[8] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Professora Orientadora, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joseane.costa@atmos.edu.br

familiar e social de cada aluno, o que reforça a importância de uma prática pedagógica que considere as realidades e as experiências individuais. Assim, o processo formativo contribui para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos, fortalecendo o vínculo entre o aprender e conviver. Compreende-se que uma rotina escolar organizada e estruturada em consonância com as finalidades educacionais favorece a segurança emocional dos alunos e potencializa a aprendizagem, contribuindo para melhor desempenho nas atividades escolares e para o bem-estar emocional.

Palavras-chave: Ambiente Escolar. Processo de Aprendizagem. Socialização.

O ENSINO SUPERIOR COMO DIREITO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA VIVÊNCIA EXTENSIONISTA

Daniela Cerqueira Santos[1]; Lorena de Sales Santos[2]; Márcia Costa Alves[3]; Rosangela Silva[4]; Vanessa Silva dos Santos; Joseane da Conceição Pereira Costa[5]

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a atividade desenvolvida no âmbito do componente curricular Vivência Extensionista, do curso de Pedagogia, da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). A ação foi realizada no Colégio Estadual Luciano Passos, com uma turma de 3º ano do Ensino Médio, localizada no município de Cruz das Almas (BA). A proposta teve como foco promover uma reflexão crítica sobre as possibilidades de ingresso no ensino superior, abordando os desafios e as desigualdades que permeiam esse processo. A atividade buscou, sobretudo, aproximar o espaço acadêmico da comunidade escolar, apresentando o papel da universidade como agente transformador da sociedade, em consonância com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O referencial teórico que sustentou a ação baseou-se na pedagogia dialógica de Freire (1996), que defende uma educação libertadora, crítica e participativa, onde o diálogo é elemento essencial para a construção coletiva do conhecimento. Como processo metodológico, foi desenvolvida uma roda de conversa, fundamentada nos princípios da pedagogia freiriana, que valoriza o diálogo como prática emancipadora e instrumento de construção coletiva do conhecimento. A metodologia adotada buscou promover a participação ativa dos estudantes, incentivando-os a expressar suas dúvidas, experiências e expectativas em relação ao ingresso no ensino superior. Durante a atividade, foram apresentados e discutidos os principais programas de acesso à universidade, como o ENEM, SISU, PROUNI, FIES e Ações Afirmativas, com explicações sobre seus funcionamentos, critérios e possibilidades de ingresso. Essa abordagem possibilitou a reflexão crítica sobre o ensino superior como direito social, estimulando o protagonismo estudantil e o planejamento de projetos da vida acadêmica. A atividade promoveu um ambiente de escuta sensível e acolhedora, fortalecendo o vínculo entre os participantes e possibilitando que refletissem sobre seus objetivos e desafios. Além de favorecer a expressão individual, contribuiu para o reconhecimento da realidade social dos estudantes, permitindo-lhes compreender a educação superior como ferramenta de transformação pessoal e social. O trabalho também possibilitou aos discentes do curso de Pedagogia uma aproximação concreta com o contexto do Ensino Médio, evidenciando

[1] Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, cerqueiradanii19@gmail.com
[2] Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo Lorenasales255@gmail.com
[3] Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, marciacosta31263@gmail.com
[4] Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo tyta_tam@hotmail.com
[5] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Orientadora, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joseane.costa@atmos.edu.br

a importância do diálogo educativo como prática pedagógica orientada para a construção colaborativa do conhecimento e para a formação de educadores críticos e reflexivos.

Palavras-chave: Ensino superior. Educação libertadora. Direito social.

OLHARES SOBRE O ENSINO SUPERIOR: EXPECTATIVAS E DESAFIOS ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Adriele Conceição Souza[1]; Beatriz Neimar Assis França[2]; Jiseli dos Santos Borges[3]; Kailane Costa Santos[4]; Laiza Mirele Neves Ferreira[5]; Lavinia Oliveira da Silva[6]; Mariane do Carmo Fiuza[7]; Joseane da Conceição Pereira Costa[8]

Este trabalho consiste em um relato de experiência a partir da ação desenvolvida durante os estudos realizados na disciplina de Vivência Extensionista, do curso de Pedagogia da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). A ação foi realizada no Colégio Estadual Landulfo Alves de Almeida, no município de Cruz das Almas, Bahia, com a turma do 2º ano integral do Ensino Médio, composta por 13 estudantes com idades entre 16 e 17 anos. O principal objetivo da atividade foi discutir sobre o ingresso no Ensino Superior, abordando as diferentes formas de acesso e os programas que possibilitam a entrada nas universidades. Inicialmente, foram apresentadas as modalidades de ingresso no ensino superior, estimulando o debate acerca das oportunidades e desafios enfrentados pelos estudantes. Em seguida, aplicou-se um questionário com o intuito de conhecer as percepções, os interesses, as limitações e as expectativas dos participantes em relação à continuidade dos estudos. Observamos que muitos estudantes possuíam poucas informações sobre a temática. As respostas evidenciaram que a maioria dos estudantes possuía informações limitadas sobre os processos de acesso ao ensino superior. Diante disso, foi promovido um momento de socialização e diálogo coletivo, no qual os participantes puderam compartilhar suas aspirações profissionais e refletir sobre as condições que influenciam suas trajetórias educacionais. Posteriormente, discutiu-se sobre as dificuldades enfrentadas e sobre o modo como a escola tem contribuído para a preparação desses jovens em relação à continuidade dos estudos. A experiência revelou que, embora haja um interesse significativo em cursar o ensino superior, muitos estudantes enfrentam desafios relacionados à conciliação entre trabalho e estudo. A ação mostrou-se de grande relevância por ampliar o horizonte dos discentes para além do Ensino Médio, contribuindo para o amadurecimento de suas escolhas e para a disseminação de informações sobre os programas de acesso ao ensino superior. Conclui-se que a atividade foi eficaz ao envolver os estudantes de forma participativa,

[1] Graduanda do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, adriellysoouza1998@gmail.com
[2] Graduanda do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, beatrizneimar8240@gmail.com
[3] Graduanda do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, jessicaborges_live@hotmail.com
[4] Graduanda do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, layzamirellen@gmail.com
[5] Graduanda do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, skayllane723@gmail.com
[6] Graduanda do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, laviniasilva09888@gmail.com
[7] Graduanda do curso de Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, carmomariane96@gmail.com
[8] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Orientadora, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joseane.costa@atmos.edu.br

evidenciando a importância da educação superior como meio de desenvolvimento pessoal, social e profissional.

Palavras-chave: Acesso ao Ensino Superior. Ensino Médio. Extensão.

O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO 3º (TERCEIRO) ANO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: REALIDADES E POSSIBILIDADES

Letícia Valentim da Conceição[1]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[2]

O presente texto integra o recorte do Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) da Faculdade Brasileira do Recôncavo, cujo tema é *"O processo de ensino e aprendizagem no 3º (terceiro) ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: realidades e possibilidades"*. O estudo tem como objetivo geral investigar a realidade de uma turma do 3º ano dos Anos Iniciais, analisando os desafios presentes no contexto escolar e identificando práticas pedagógicas capazes de favorecer o desenvolvimento dos estudantes. A metodologia adotada caracteriza-se como pesquisa básica de abordagem qualitativa e bibliográfica; será realizada uma pesquisa de campo com aplicação de questionário estruturado como instrumento de coleta de dados junto aos participantes em duas escolas públicas do município de Cruz das Almas-BA. O arcabouço teórico apoia-se em autores como Luckesi (2011), que discute a avaliação diagnóstica como prática orientadora do processo de aprendizagem, e Nóvoa (2009), cujas contribuições enfatizam o papel da formação docente, da reflexão crítica e da profissionalidade na qualificação das práticas pedagógicas. Esses referenciais auxiliam na compreensão de como a avaliação e a atuação docente influenciam diretamente o desenvolvimento dos estudantes. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, os significados que serão atribuídos pelas participantes ao processo de ensino e aprendizagem, considerando percepções, experiências e práticas presentes no contexto escolar. Esse delineamento permitirá analisar como os sujeitos interpretarão sua realidade educativa, possibilitando uma leitura sensível e contextualizada dos desafios e das possibilidades identificadas na turma investigada. Os dados que serão coletados serão posteriormente organizados e analisados de forma a favorecer a interpretação dos sentidos emergentes, bem como a identificação de padrões, tensões e particularidades que caracterizarão a realidade estudada. Conclui-se parcialmente que compreender a realidade da turma e reconhecer as possibilidades de intervenção pedagógica constituem passos fundamentais para a construção de um ambiente de aprendizagem mais significativo, participativo e inclusivo, alinhado às reflexões de Nóvoa e às orientações avaliativas de Luckesi, embora novas etapas de investigação e aprofundamento sejam necessárias para ampliar a compreensão sobre o processo educativo analisado.

[1] Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia, E-mail:

[2] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

Palavras-chave: Ensino. Aprendizagem. Realidade. Possibilidades. Práticas pedagógicas.

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO 7º ANO

Lorena Sales Oliveira; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[1]

Este texto faz parte do recorte do Projeto de Pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) do curso de Licenciatura em Pedagogia na Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), que tem por objetivo geral analisar os impactos da utilização da Inteligência Artificial (IA) no processo de aprendizagem dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II em uma escola do município de Cruz das Almas-BA, com os seguintes objetivos específicos: identificar de que forma os alunos do 7º ano utilizam ferramentas de Inteligência Artificial em suas práticas escolares; descrever os efeitos positivos e negativos do uso da IA no processo de aprendizagem, considerando a percepção de professores e estudantes; sugerir estratégias pedagógicas que promovam o uso crítico e consciente da IA no ensino. A pesquisa busca compreender de que forma essa tecnologia influencia o desempenho escolar e o desenvolvimento das habilidades cognitivas e críticas dos estudantes. A metodologia a ser utilizada será a pesquisa bibliográfica, na qual utilizaremos os materiais já publicados, como livros e artigos publicados em periódicos. Como arcabouço teórico dessa produção contamos com os seguintes autores: Paulo Freire, Jean Piaget e Michel Foucault. A pesquisa de campo será realizada por meio da aplicação de questionário semiestruturado com alunos e professores.

Portanto, busca-se compreender como essas ferramentas influenciam a autonomia dos estudantes e o papel do professor na mediação do conhecimento. A partir das discussões teóricas e dos dados obtidos, almeja-se propor estratégias pedagógicas que favoreçam o uso consciente e crítico da tecnologia, em consonância com os princípios de Freire, Piaget e Foucault, que destacam a importância da construção ativa do saber, da reflexão e da emancipação intelectual.

Dessa forma, este trabalho busca contribuir para o debate sobre a integração da Inteligência Artificial na educação, incentivando práticas que aproximem a inovação tecnológica dos valores humanos e pedagógicos, de modo que a escola continue sendo um espaço de formação crítica, ética e transformadora.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Aprendizagem. Ensino Fundamental. Tecnologia Educacional.

[1] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

PLATAFORMAS DIGITAIS E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS (7 A 9 ANOS): INFLUÊNCIAS E DESAFIOS FORA DO AMBIENTE ESCOLAR

Lais Kelen Pires Santana[1]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[2]

O presente estudo é um recorte do projeto de pesquisa da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e tem como foco compreender as influências e os desafios do uso das plataformas digitais na aprendizagem de crianças de 7 (sete) a 9 (nove) anos, especialmente fora do ambiente escolar. O avanço das tecnologias digitais e o maior acesso à internet provocaram transformações na maneira como as crianças aprendem e se desenvolvem, sobretudo após a pandemia da Covid-19, que intensificou o uso das plataformas digitais na educação. Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é analisar de que forma o uso de plataformas digitais influencia o processo de aprendizagem de crianças de 7 (sete) a 9 (nove) anos fora do ambiente escolar. De acordo com Vygotsky (1998), o aprendizado se dá por meio das interações sociais, mediadas por instrumentos e signos culturais. As tecnologias digitais, quando utilizadas de modo orientado e significativo, podem funcionar como mediadoras no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, favorecendo a aprendizagem ativa e a autonomia. Nesse contexto, Moran (2015) destaca que o uso pedagógico das tecnologias amplia as possibilidades de personalização e protagonismo do estudante, estimulando a curiosidade, a criatividade e o pensamento crítico. As plataformas digitais, portanto, podem contribuir positivamente para o desenvolvimento infantil, oferecendo conteúdos interativos, jogos educativos, vídeos e atividades com feedbacks imediatos que promovem o engajamento e o aprendizado contínuo.

Entretanto, é necessário reconhecer os desafios e riscos associados ao uso indiscriminado dessas ferramentas. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, fundamenta-se em autores como Vygotsky (1998), Kenski (2012), Moran (2015), Carr (2011) e Bardin (2016), além de dados recentes do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2024), que apontam que cerca de 82% das crianças brasileiras utilizam a internet e 26% possuem celular próprio. A análise será conduzida a partir da técnica de análise de conteúdo, com o intuito de identificar categorias temáticas que evidenciem os benefícios e os desafios relacionados ao tema. Os resultados parciais a partir das leituras indicam que o uso orientado de plataformas digitais pode ampliar as possibilidades de aprendizagem, fortalecer a autonomia e promover o desenvolvimento de competências digitais e socioemocionais. Contudo, o uso excessivo, sem acompanhamento adequado, tende a afetar a atenção, o convívio social e o equilíbrio emocional das crianças. Esses achados reforçam a importância de políticas públicas e práticas pedagógicas que promovam a

[1] Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia, laiskelens@icloud.com

[2] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

alfabetização digital crítica desde os primeiros anos da escolarização, garantindo o uso responsável e produtivo das tecnologias digitais na formação integral das crianças.

Palavras-chave: Plataformas digitais. Aprendizagem. Tecnologia educacional. Mediação pedagógica. Alfabetização digital.

EIXO 02 • PEDAGOGIA | Curso: Pedagogia

PROJETOS DE VIDA E PLANEJAMENTO PROFISSIONAL: PERSPECTIVAS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA

Bárbara Oliveira Santos[1]; Joice de Jesus Caldas[2]; Karen Andrade Fiuza Souza[3]; Nariele Alves dos Santos[4]; Joseane da Conceição Costa[5]

O presente trabalho, desenvolvido no âmbito da disciplina Metodologia do Trabalho Científico em Educação, do curso de Pedagogia da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), teve como objetivo compreender as expectativas dos estudantes do Ensino Médio, da rede pública de ensino, analisando de que modo suas vivências pessoais e condições socioeconômicas influenciam seus projetos e escolhas profissionais. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com seis alunos de escolas públicas da cidade de Cruz das Almas, Bahia, com idades entre 15 e 19 anos. As entrevistas foram realizadas de forma presencial e on-line, em setembro de 2025, buscando identificar os principais desafios enfrentados pelos jovens na conciliação entre estudo e trabalho, o apoio familiar recebido e as perspectivas de continuidade dos estudos. Os resultados demonstraram que grande parte dos estudantes precisa trabalhar para contribuir com a renda familiar, o que impacta negativamente o rendimento escolar e o tempo dedicado às atividades escolares. Apesar dessas dificuldades, os jovens revelam determinação, esperança e o desejo de alcançar uma vida melhor por meio da educação. Observou-se também a relevância do apoio familiar e do incentivo dos professores, fatores que contribuem para a permanência na escola e para o fortalecimento da autoestima. Além disso, a análise dos relatos evidenciou que os alunos reconhecem a escola pública como um espaço essencial para a transformação social e a construção de novos horizontes. Apesar das limitações estruturais e da falta de políticas públicas efetivas, a educação é vista como o principal caminho para o crescimento pessoal, profissional e social. Embora enfrentem limitações estruturais e a ausência de políticas públicas efetivas, atribuem à educação o papel de principal via de ascensão pessoal, profissional e social. Evidencia-se, portanto, a relevância de políticas educacionais que valorizem a educação pública e promovam práticas pedagógicas inclusivas, capazes de reconhecer a diversidade dos contextos sociais e possibilitar a formação integral e emancipatória dos jovens.

Palavras-chave: Ensino Médio. Educação Pública. Juventude.

[1] Licencianda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, barbara@cofel.net
[2] Licencianda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joicecaldas2000@gmail.com
[3] Licencianda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, andradekaren251@gmail.com
[4] Licencianda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, naryellesantos20@gmail.com
[5] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Orientadora, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joseane.costa@atmos.edu.br

SABERES QUE TRANSFORMAM: EDUCAÇÃO POPULAR, INCLUSÃO, DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE

Bruna Maria Nascimento da Silva[1]; Camile de Souza da Silva[2]; Jaqueline da Conceição do Amor Divino Santana[3]; Júlia de Queiroz Ferreira Umburanas[4]; Marcela de Souza Brito[5]; Maria Fernanda Peixoto Santana[6]; Noemi Vitória Oliveira dos Santos[7]; Raine de Jesus Conceição[8]; Vitória dos Santos de Sena[9]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[10]

Esta produção consiste em um relato de experiência do componente curricular Vivência Extensionista I, do curso de Pedagogia da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), dentro do projeto “Saberes que Transformam”. A ação aconteceu no dia 24 de outubro de 2025, na Creche Anísia Angélica da Silva, no distrito de São José do Itaporã, em Muritiba-BA, com o objetivo de trabalhar a conscientização ambiental, inclusão e respeito às diferenças por meio de atividades simples, criativas e divertidas. A intervenção foi realizada com a turma G5B, formada por crianças de 5 e 6 anos. Começamos com uma apresentação coletiva, seguida da exibição de um vídeo infantil sobre reciclagem, que serviu como ponto de partida para conversar com as crianças sobre o lixo, reaproveitamento de materiais e cuidado com o meio ambiente. Depois, realizamos três atividades: o Jogo das Cores, que estimulou coordenação motora e atenção; a atividade “Trace e pinte a colmeia”, que desenvolveu criatividade e controle do traço; e a montagem de uma colmeia com macarrão, que trabalhou paciência, concentração e motricidade fina. Durante o intervalo, tivemos um momento de conversa com a gestão escolar, onde observamos que a creche tem um ambiente acolhedor, com estrutura segura e compromisso com a inclusão. As crianças participaram com interesse, curiosidade e afeto, mostrando que aprender pode ser leve e significativo quando a ludicidade está presente. Concluímos que a experiência foi importante tanto para o aprendizado das crianças quanto para nossa formação como futuras pedagogas, reforçando a ideia de que a

[1] Graduanda em pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail mari82817903@gmail.com
[2] Graduanda em pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail csouza81769@gmail.com
[3] Graduanda em pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail j72310895@gmail.com
[4] Graduanda em pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail anybiquinho@gmail.com
[5] Graduanda em pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail MarcelaSouza882343@gmail.com
[6] Graduanda em pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail ns441337@gmail.com
[7] Graduanda em pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail Noemivitoria237@gmail.com
[8] Graduanda em pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo,e-mail rainedejesus01@gmail.com
[9] Graduanda em pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail vitoriadossantos78241492@gmail.com
[10] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

educação tem papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, consciente e humana.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Inclusão. Educação. Diversidade.

SABERES QUE TRANSFORMAM: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS COM HORTA, SUSTENTABILIDADE E NUTRIÇÃO NA APAE DE GOVERNADOR MANGABEIRA

Ana Caroline do Amor Divino[1]; Emily Alves da Fonseca[2]; Gessika Rocha Pereira de Carvalho[3]; Jaqueline dos Santos Maia[4]; Maria Isabele Fiais Boaventura[5]; Uelito dos Santos Silveira[6]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[7]

O presente relato de experiência dá continuidade ao projeto de extensão desenvolvido no semestre 2025.1, ampliando ações, reflexões e intervenções a partir da experiência com a horta escolar inclusiva da APAE de Governador Mangabeira, Bahia. A educação inclusiva tem se afirmado como um princípio fundamental no âmbito das políticas educacionais contemporâneas e, concomitantemente, como um desafio à efetivação de práticas pedagógicas equânimes. Nesse contexto, é necessário assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os sujeitos, sem distinção das condições individuais, reafirmando o compromisso da unidade escolar com a diversidade e a garantia do direito à educação. Assim, práticas pedagógicas que integrem sustentabilidade, alimentação saudável e inclusão tornam-se instrumentos valiosos para a formação integral, inclusiva e emancipatória dos alunos. O trabalho teve como objetivo analisar a contribuição da horta escolar inclusiva da APAE de Governador Mangabeira como espaço de aprendizagem experiencial que articula conhecimentos sobre nutrição, meio ambiente e cidadania. Para o desenvolvimento da vivência, foram realizados três encontros com os alunos, contemplando atividades práticas de cuidado com a horta, introdução de novos alimentos, preparação de receitas simples e uma minifeira com exposição dos produtos cultivados. A participação de uma nutricionista e de uma mãe atípica estudante de nutrição ampliou a perspectiva inclusiva e educativa da ação, permitindo que os alunos relacionassem os alimentos cultivados aos hábitos nutricionais saudáveis. O registro das atividades ocorreu por meio de observações sistematizadas, registros fotográficos e relatos dos participantes, evidenciando a participação ativa e o engajamento dos alunos nos processos de cuidado, cultivo e preparo dos alimentos. A experiência demonstrou que a horta inclusiva vai além de uma prática de jardinagem; constitui um espaço pedagógico que promove aprendizagem significativa,

[1] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail rollsalles@gmail.com
[2] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail emillyfonseca095@gmail.com
[3] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail gessika.r@hotmail.com
[4] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail Jacksilvamaia34@gmail.com
[5] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail @isabelefiais@icloud.com
[6] Graduando em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail uelitos02@gmail.com
[7] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

desenvolvimento da autonomia, responsabilidade e senso de pertencimento. Além disso, ao articular sustentabilidade e alimentação saudável, a vivência contribui para a formação de cidadãos conscientes sobre a importância do cuidado com o meio ambiente e da valorização de hábitos alimentares saudáveis. Observou-se que a interação entre alunos, equipe pedagógica, nutricionista e comunidade escolar fortaleceu vínculos sociais e ampliou a compreensão sobre a inclusão como prática cotidiana, não apenas como teoria. Nesse sentido, projetos como o da horta escolar demonstram que a aprendizagem experiencial e coletiva potencializa o desenvolvimento integral do aluno e evidencia a necessidade de espaços educativos que promovam práticas pedagógicas inclusivas e significativas. Portanto, a vivência com a horta inclusiva na APAE de Governador Mangabeira reforça a importância de se pensar a escola como um espaço de cuidado, sustentabilidade e promoção da saúde, em que todos os sujeitos aprendentes possam atuar de maneira colaborativa, ampliando seus saberes e fortalecendo sua cidadania.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Sustentabilidade. Educação inclusiva.

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ana Valéria de Jesus dos Santos[1]; Gisele Boaventura[2]; Edilane Silveira do Nascimento[3]; Ivonilda Teixeira dos Santos[4]; Jadiane Machado Neres[5]; Rebeca de Oliveira Ramos[6]; Joseane da Conceição Pereira Costa[7]

Este trabalho tem como objetivo compreender o funcionamento e os impactos da Sala de Recursos Multifuncionais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A pesquisa tem abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, e foi realizada na Sala de Recursos Multifuncionais do Centro Educacional Professor Agnaldo Viana Pereira (CEPAVP), localizado na zona rural de Governador Mangabeira – BA. Participaram do estudo uma psicopedagoga da referida instituição e uma estudante do 6º ano do Ensino Fundamental, atendida pelo AEE. A análise das entrevistas permitiu identificar aspectos relevantes sobre a organização e o trabalho desenvolvido na sala multifuncional e seus impactos no processo de ensino e aprendizagem. A psicopedagoga entrevistada destacou que a sala multifuncional é utilizada como um espaço de apoio pedagógico, no qual os alunos do ensino regular participam de sessões específicas para o desenvolvimento de habilidades e acompanhamento individualizado. Compreendemos, com isso, que os principais objetivos desse ambiente são promover a inclusão escolar, identificar e potencializar as capacidades de cada estudante, favorecer a autonomia e colaborar para a superação de barreiras de aprendizagem. Entre os recursos pedagógicos utilizados, foram mencionados jogos educativos, letras móveis, blocos lógicos, livros acessíveis e materiais em braile. A atuação da psicopedagoga revela-se fundamental, pois exerce o papel de mediação e orientação, estimulando os estudantes por meio de estratégias e materiais adaptados às suas necessidades, o que contribui para o fortalecimento de suas habilidades e para uma participação mais efetiva nas atividades do ensino regular. Fundamentado especialmente em Vygotsky (1984), o estudo reafirma que a aprendizagem se constitui nas interações sociais e que a mediação é componente essencial do processo educativo. Dessa forma, foi possível compreender a importância da sala multifuncional como espaço fundamental para a inclusão escolar, na medida em que oferece suporte individualizado e adaptado às especificidades dos estudantes, contribuindo tanto para o desenvolvimento acadêmico e pessoal quanto para a promoção da igualdade de oportunidades.

[1] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, dejesusvaleria16@gmail.com
[2] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Conceicaogisele911@gmail.com
[3] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, silveiralane825@gmail.com
[4] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Ivonildasantos31@gmail.com
[5] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, anneneres3101@gmail.com
[6] Graduanda em Pedagogia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rrebecaramos03@gmail.com
[7] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Professora Orientadora, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Joseane.costa@atmos.edu.br

Palavras-chave: Sala de Recursos Multifuncionais. Atendimento Educacional Especializado. Aprendizagem.

TRANSIÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS/BA

Gisele Neves da Silva; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[1]

A transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental simboliza um momento decisivo na trajetória escolar das crianças, demandando uma adaptação que envolve aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Esse processo requer uma atenção especial dos educadores e da escola, com o objetivo de garantir que as práticas pedagógicas beneficiem a continuidade do desenvolvimento infantil e o sucesso na nova etapa de ensino. O presente trabalho é um recorte do Projeto de Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I), que tem como tema “Transição escolar da Educação Infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: perspectivas pedagógicas do município de Cruz das Almas/BA”, buscando compreender como essa transição vem sendo trabalhada nas escolas municipais e quais estratégias pedagógicas são adotadas para facilitar a adaptação dos estudantes. O estudo tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem na transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental em uma escola pública de Cruz das Almas/BA. Como objetivos específicos: identificar as habilidades e competências mobilizadas no processo de transição escolar; investigar como ocorre a transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais na escola investigada; avaliar a contribuição das práticas pedagógicas para a adaptação e o desenvolvimento dos estudantes nesse processo. A pesquisa é de natureza básica, com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica utiliza os materiais já publicados, como livros e artigos publicados em periódicos. Como arcabouço teórico dessa produção contamos com os autores Jean Piaget e Flávia Miller Naethe Mota. As observações pretendem possibilitar a compreensão do cotidiano das práticas pedagógicas, do ambiente escolar e das interações entre professores e alunos, considerando os aspectos de acolhimento e adaptação. Espera-se que os resultados revelem que a transição escolar constitui um momento de desafios tanto para os educadores quanto para as crianças, especialmente em função das mudanças nas rotinas, nas exigências pedagógicas e na organização das atividades. Prevê-se, ainda, que o acolhimento afetivo e a continuidade das metodologias da Educação Infantil se configurem como fatores fundamentais para uma transição mais agradável e significativa. Assim, acredita-se que o sucesso desse processo dependerá de uma articulação pedagógica entre as etapas, do diálogo entre professores e da valorização das experiências vividas pelas crianças, garantindo um percurso educativo mais integrado e humanizado.

[1] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

Palavras-chave: Transição escolar. Educação Infantil. Anos Iniciais. Práticas pedagógicas.

UMA PRÁTICA DE EXTENSÃO E A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS

Gabrielly Luquine Caldas[1]; Lívia Barbosa Costa[2]; Marilândia Dias dos Santos[3]; Vitória Regina Santos dos Santos[4]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[5]

Este resumo tem o propósito de apresentar o relato de experiência das atividades desenvolvidas através do componente de Vivência Extensionista do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). Foi realizada uma intervenção com estudantes da Educação Infantil de uma creche pública do município de Cruz das Almas/BA. O tema "Valorização das Diferenças" buscou trabalhar sobretudo um destaque da identidade negra e da diversidade cultural do país. Iniciamos o trabalho utilizando o livro *"Menina Bonita do Laço de Fita"*, de Ana Maria Machado, no intuito de despertar nas crianças o respeito e o reconhecimento das diversas formas de beleza que existem nas pessoas. Embora em pesquisas e publicações recentes existam controvérsias de opiniões sobre a obra por trazer traços eurocêntricos, o livro é tido como um clássico da literatura infantil brasileira, pois apresenta a valorização da beleza e da diversidade. Em contrapartida, existem autores, a exemplo de Regina Zilberman e Nelly Novaes Coelho, defensores da obra literária, que nos afirmam que o livro para sua época foi inovador, ao apresentar uma protagonista negra e trabalhar o respeito às diferenças. O texto utiliza uma linguagem lúdica e acessível às crianças. A intervenção foi realizada na Creche Municipal Maria Alves. Traçamos as discussões da valorização das identidades numa perspectiva crítica a partir da autora Nilma Lino Gomes. Gomes (2003) aponta que a formação da identidade negra na infância nos espaços escolares é um processo complexo, influenciado pelas dinâmicas sociais, os aspectos culturais e históricos. Nesse contexto, compreendemos que a escola pode tanto reforçar os preconceitos como pode se tornar um espaço de resistência e valorização da identidade negra. No primeiro momento, tivemos contato com a escola onde foi solicitada a permissão para realizar a visita, apresentar o tema e os objetivos; em seguida, fomos realizar a vivência onde fizemos uma contação de história, seguida de um breve diálogo e finalizamos com uma atividade prática lúdica. Através da leitura, diálogo e das atividades propostas, as crianças aprendem que existem diversas formas de beleza entre as pessoas, fortalecendo a identidade e diversidade. Essa vivência contribui para o desenvolvimento de uma convivência mais igualitária e acolhedora, levando as crianças a reconhecerem em si e nos outros as particularidades e

[1] Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FBBR, Gabriellyluquine60@gmail.com
[2] Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FBBR, liviabarbosacosta21@gmail.com
[3] Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FBBR, marilandiadias58@gmail.com
[4] Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FBBR, vitoriareginast18@gmail.com
[5] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

beleza de cada um, respeitando e buscando a valorização da identidade negra e da diversidade cultural do país.

Palavras-chave: Diversidade. Valorização. Identidade Negra.

03

EIXO 03

DIREITO

Direitos humanos, justiça racial, direito público e privado, cidadania e acesso à justiça.

81 trabalhos

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

ACESSO À JUSTIÇA EM PEQUENAS CIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Eron dos Anjos Silva Soares[1]; Robson Galdino da Silva[2]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[3]

O presente trabalho pretende analisar o acesso à justiça em pequenas cidades, com foco na ausência de Juizados Especiais no município de Cruz das Almas. A pesquisa busca compreender de que forma a inexistência dessa estrutura judicial afeta o exercício do direito de acesso à justiça, previsto na Constituição Federal de 1988. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, pretende-se identificar os principais desafios enfrentados pela população local e discutir possíveis alternativas para garantir maior efetividade e celeridade no atendimento das demandas de menor complexidade. O estudo contribuirá para o debate sobre a democratização da justiça e para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à ampliação do acesso ao Judiciário em cidades de pequeno e médio porte. A metodologia adotará caráter bibliográfico, com base em doutrinas contemporâneas e pesquisa de campo no município de Cruz das Almas, tendo como referência a Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais). Espera-se que os resultados revelem a sobrecarga do Judiciário local, evidenciada pelo aumento de demandas judiciais e pela morosidade processual em casos que poderiam ser solucionados em curto prazo. Diante disso, pretende-se demonstrar a necessidade de criação e efetivação de Juizados Especiais no município de Cruz das Almas como instrumento essencial para a concretização do princípio constitucional do amplo acesso à justiça, previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988. Assim, a pesquisa busca evidenciar a importância de políticas públicas voltadas à interiorização da justiça e à democratização dos serviços judiciários, garantindo à população de pequenos municípios o mesmo direito de acesso e resolução de litígios de forma célere, descomplicada e eficaz.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Juizados Especiais. Cruz das Almas. Pequenas cidades.

[1] Autor, Estudante de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo. eronsill8144@gmail.com
[2] Autor, Estudante de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo. evrobsongaldinno@gmail.com
[3] Orientadora, Advogada especialista em Família e Sucessões. Mestranda em Família na sociedade contemporânea (UCSAL). email afraedille@gmail.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A CONCESSÃO TARDIA DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) ÀS PESSOAS COM CÂNCER: UMA ANÁLISE JURÍDICA À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA PORTARIA CONJUNTA MDS/INSS Nº 34/2025

Isabele Santana Moura[1]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[2]; Evani Cavalcante de Souza Rocha[3]

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), integra o tripé da Seguridade Social brasileira, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, configurando-se como um instrumento fundamental de garantia do mínimo existencial e de efetivação da dignidade da pessoa humana. Este trabalho tem como objetivo analisar a concessão tardia do BPC às pessoas acometidas por câncer, discutindo os impactos jurídicos e sociais dessa morosidade sob a ótica da Portaria Conjunta MDS/INSS nº 34/2025, que redefine os critérios de avaliação biopsicossocial. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter descritivo-jurídico, baseou-se em revisão bibliográfica e documental de legislações, doutrinas clássicas e contemporâneas, como Ferreira Filho, Castro e Lazzari, Chaves, Cunha e Pinto, e de autores da área do Serviço Social, como Sposati e Yazbek, que problematizam a rigidez e a instrumentalização da avaliação social no âmbito do BPC. A análise interdisciplinar evidencia que o reconhecimento do câncer como fator de impedimento de longo prazo, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), requer uma abordagem que una os saberes jurídicos e sociais na compreensão da vulnerabilidade. Observou-se que a concessão tardia do benefício, somada à desconsideração dos gastos extraordinários com tratamento e transporte, viola os princípios da dignidade da pessoa humana, da razoável duração do processo administrativo e do direito à saúde, comprometendo a função protetiva da Seguridade Social. Conclui-se que o BPC deve ser efetivado sob uma perspectiva jurídico-assistencial integrada, que reconheça a primazia da realidade fática sobre os critérios meramente formais, assegurando o acesso célere e humanizado ao benefício como instrumento de justiça social e promoção da vida digna.

Palavras-chave: Benefício de Prestação Continuada. Seguridade Social. Câncer. Dignidade humana. Portaria MDS nº 34/2025.

[1] Especialista em Gestão Social (UNOPAR), Bacharela em Serviço Social (UNOPAR), Graduanda de Bacharelado em Direito (FBBR), 102944@atmos.edu.br

[2] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

[3] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A CULTURA BELIGERANTE NO BRASIL EM FACE DA NECESSIDADE DO FOMENTO À CULTURA DA PAZ

Lílian Castro Santos[1]; Maria Cristina Carneiro Lima[2]

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a cultura litigiosa presente na sociedade brasileira e a necessidade de resgatar uma cultura pacífica, baseada no diálogo e na empatia, como meio eficaz de resolução de conflitos. Desde os primórdios, o ser humano é propenso a criar guerras e conflitos. Historicamente, formas pacíficas de resolução de litígios surgiram nas civilizações antigas e foram sendo incorporadas às sociedades ocidentais, que passaram a institucionalizar disputas sob a autoridade estatal, consolidando a figura do juiz togado como detentor do poder de "dizer o direito". Essa institucionalização fortaleceu uma cultura beligerante, que levou as pessoas a crerem que seus conflitos só poderiam ser resolvidos se levados ao Judiciário. Durante muito tempo, o acesso à justiça era privilégio dos mais favorecidos financeiramente, em razão dos custos processuais e honorários advocatícios. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a consolidação do princípio constitucional de acesso à justiça, a chegada da justiça gratuita e a composição da Defensoria Pública, o cenário jurídico nacional se transformou, mas também trouxe consigo uma superlotação no Poder Judiciário. Diante desse contexto, surgiu a necessidade de promover meios alternativos de resolução de conflitos, a fim de desafogar o sistema judicial e trazer de volta o protagonismo de uma cultura pacífica. Metodologicamente, o estudo fundamenta-se na leitura bibliográfica e na análise das legislações que tratam da autocomposição, como a Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, a Lei nº 13.140/2015 e o Código de Processo Civil de 2015. A análise demonstra que, apesar de tantos avanços, ainda há resistência, principalmente por parte dos operadores do direito, em reconhecer o valor da mediação e da conciliação como instrumentos de transformação social. Conclui-se que é imprescindível fomentar a conscientização sobre a importância da autocomposição e do fortalecimento dos vínculos humanos para a efetivação da harmonia social, entendendo que a paz se constrói com diálogo e empatia, não apenas por meio de decisões judiciais.

Palavras-chave: Cultura da paz. Mediação. Conciliação. Poder Judiciário. Autocomposição.

[1] Lílian Castro Santos, FBBR, lyudireito2005@gmail.com.
[2] Maria Cristina Carneiro Lima, FBBR, maria.cristina@atmos.edu.br.

A EROTIZAÇÃO PRECOCE DE CRIANÇAS NAS REDES SOCIAIS: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS À LUZ DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Daiane Nunes de Jesus Aves[1]; Alessandra de Jesus Nunes[2]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[3]

A erotização infantil pode ser compreendida como a imposição externa de comportamentos, valores e significados de natureza sexual, geralmente promovida por adultos ou por meios de comunicação que reproduzem padrões estéticos e condutas inadequadas para a idade. Trata-se da exposição precoce de crianças e adolescentes a responsabilidades, conteúdos, hábitos e representações típicos do universo adulto, que acabam por antecipar etapas do desenvolvimento e fragilizar a construção da identidade infantil. No contexto das redes sociais, esse fenômeno adquire contornos ainda mais preocupantes, uma vez que a internet potencializa a exposição da imagem de crianças e facilita a disseminação de conteúdos que violam sua dignidade e integridade moral. Dessa forma, busca-se compreender de que forma as implicações jurídicas decorrentes da erotização precoce de crianças nas redes sociais podem ser interpretadas à luz dos princípios e garantias previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O presente estudo tem como objetivo analisar essas implicações jurídicas, enfatizando a importância dos mecanismos legais de proteção integral e das responsabilidades tanto individuais quanto coletivas no ambiente digital. Para isso, serão apresentados os principais conceitos teóricos relacionados à erotização precoce, bem como seus impactos psicológicos, sociais e emocionais no desenvolvimento infantil. Além disso, pretende-se identificar as lacunas na aplicação das normas existentes e propor caminhos que reforcem a efetividade das medidas protetivas previstas no ECA, especialmente no que se refere à proteção da imagem, dignidade e integridade moral de crianças e adolescentes. A metodologia utilizada baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de doutrinas jurídicas, legislações nacionais e jurisprudências pertinentes ao tema. Os resultados obtidos poderão servir como instrumento de reflexão e incentivo à adoção de políticas públicas, ações educativas e medidas preventivas que favoreçam a proteção integral da infância. Busca-se, igualmente, promover novos enfoques e perspectivas sobre essa problemática, contribuindo para o debate acadêmico e para a conscientização social acerca dos riscos da erotização precoce. Por fim, considerando que a infância representa um período essencial e formativo no desenvolvimento humano, impõe-se uma reflexão crítica e coletiva sobre as práticas sociais e midiáticas que a envolvem, reafirmando o dever ético e jurídico de garantir às crianças o direito de crescerem livres de qualquer forma de exploração.

Palavras-chave: Erotização precoce. Proteção à infância. Redes sociais. ECA.

[1] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, dai-nunes93@hotmail.com
[2] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail alehnunnes@gmail.com
[3] Advogada especialista em Direito de Família e sucessões. Mestranda em família na sociedade Contemporânea, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, afraedille@gmail.com

A ESCUTA QUALIFICADA NA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE: ASSEGURANDO O PROTAGONISMO INFANTIL NO PROCESSO JUDICIAL

Cailane da Conceição Pereira[1]; Domingos Ferreira Machado[2]; Filipe Case Santos Garcez Silva[3]; Gessica de Souza Machado[4]; Jocelino Correira Cerqueira[5]; José Nailton Araujo da Silva Filho[6]; Roqueline Conceição da Silva Gomes[7]; Franklin da Silva Peixinho[8]

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90) aboliu a perspectiva tutelar, reconhecendo a criança e o adolescente como indivíduos com plenos direitos. O direito de ser ouvido, conforme estipulado no artigo 16 do Estatuto, é fundamental para essa perspectiva. Esse direito vai além de uma simples formalidade, demandando que o Poder Judiciário estabeleça mecanismos que garantam a verdadeira expressão da vontade e do desejo do jovem, principalmente em processos de grande complexidade, como os que envolvem a perda do poder familiar ou a adoção. A falta de uma escuta atenta pode prejudicar a efetividade da decisão e desrespeitar a dignidade do jurisdicionado. O objetivo principal deste resumo é examinar a escuta qualificada tanto como um direito subjetivo quanto como uma metodologia processual essencial para a formação do convencimento judicial. Busca-se mostrar como a técnica de escuta adequada assegura a validade das decisões ao integrar a visão da criança ou adolescente ao processo. A metodologia empregada na elaboração deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica. A escuta qualificada se distingue de um depoimento comum: ela requer um ambiente que seja seguro tanto física quanto emocionalmente, guiado por profissionais capacitados para prevenir a revitimização ou a indução de respostas. O desafio está em adaptar a linguagem e a percepção temporal do jovem ao contexto jurídico formal, assegurando que o juiz entenda a profundidade de sua posição, sem que a criança se sinta encarregada de tomar a decisão final. O debate se aprofunda na reflexão entre a autonomia demonstrada pelo jovem e o princípio do melhor interesse, que continua sendo o critério final do julgador. A aplicação eficaz da escuta qualificada resulta na criação de um acervo probatório mais abrangente e humano. Quando o jovem sente que sua opinião foi verdadeiramente levada em conta, a chance de aceitar a decisão judicial cresce consideravelmente, diminuindo a resistência à execução e contribuindo para a harmonia social. Em situações de adoção, o adolescente ouvido geralmente se envolve de forma mais eficaz no novo relacionamento

[1] Bacharelanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, kaylanep519@gmail.com.
[2] Bacharelando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, trabalhot330@gmail.com.
[3] Bacharelando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, filipegarcez2002@gmailcom.
[4] Bacharelanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gessica21. lu@hotmail.com.
[5] Bacharelando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, jota_cerqueira@hotmail.com.
[6] Bacharelando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, nailtonaraujofilho@gmail.com.
[7] Bacharelanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, kelysantus1819@gmail.com.
[8] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

familiar. Assim, a escuta qualificada é um pilar fundamental da justiça juvenil contemporânea; sua aplicação adequada garante que o ECA não seja apenas um conjunto de normas protetivas, mas um instrumento ativo que reconhece a capacidade progressiva de discernimento do jovem, fortalecendo seu papel como protagonista nas escolhas que determinam seu futuro.

Palavras-chave: Escuta qualificada. Protagonismo infantil. Melhor interesse.

A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E A BOA-FÉ OBJETIVA: CONSCIENTIZAÇÃO JURÍDICA AOS IDOSOS DE CASTRO ALVES-BA SOBRE CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO

Ana Beatriz Correia Gomes[1]; Davi Ferreira do Nascimento[2]; Edinea de Jesus Santos Oliveira[3]; Islana Barros dos Santos[4]; Lívia dos Santos da Fonseca[5]; Samires Sacramento de Souza Conceição[6]; Matheus Fernandes Batista[7]; Vaneilton Cunha Silva[8]; Diana Ribeiro da Silva dos Santos[9]

Diante do cenário de desigualdades sociais no Recôncavo Baiano, torna-se mister o cumprimento da função social e da boa-fé objetiva, visando, por meio da cidadania ativa, melhores condições de educação e acesso a uma justiça igualitária. A presente vivência extensionista aborda a relevância do acesso a informações a respeito dos direitos das partes em um contrato e dos direitos civis, que previnem a hipervulnerabilidade dos grupos em situações de fragilidade contratual na vida em sociedade, especialmente no que diz respeito aos empréstimos firmados por idosos. A metodologia adotada foi descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica e de pesquisa de campo, por meio de entrevistas. Nessa ocasião, foram abordadas questões fundamentais, como a vulnerabilidade das pessoas ao assinarem contratos bancários de forma abusiva, utilizando-se termos jurídicos para dificultar a compreensão das cláusulas em abuso, principalmente o empréstimo, em suas diversas modalidades, que é cotidiano na vida em sociedade. Ficam nítidas as dificuldades de prevenção e segurança com pessoas de maior risco a essas mazelas sociais. Durante a vivência em Castro Alves-BA, observou-se que muitos idosos não têm o hábito de ler os contratos com atenção, em razão da linguagem excessivamente técnica, o que facilita a ocorrência de situações abusivas. É perceptível a ausência de orientações adequadas por parte das instituições financeiras, o que contribui para o aumento da desinformação e, consequentemente, para o risco de endividamento. No que diz respeito à segurança, notou-se a falta de informações adequadas, somada a fatores como fragilidade cognitiva, pressão psicológica e, em muitos casos, isolamento social. A ausência de familiares nessas ocasiões torna o idoso um alvo suscetível para ofertas de crédito predatórias. Durante a entrevista, um dos temas centrais abordados foi a facilidade de acesso ao crédito consignado, na folha de pagamento, levando os idosos ao endividamento excessivo, comprometendo uma parte significativa da renda e a própria subsistência. Fica visível a falta de mecanismos para coibir e prevenir

[1] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, anabcg24@gmail.com
[2] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, fdavi3788@gmail.com
[3] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, edineao@hotmail.com
[4] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, barrosislana@gmail.com
[5] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, liviafonseca334@gmail.com
[6] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, samiressacramento108@gmail.com
[7] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, matheusfernandesbatista2006@gmail.com
[8] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, vancunha3095@gmail.com
[9] Especialista em Direito Civil, diana.santos@atmos.edu.br

esses abusos, como uma palestra demonstrativa e exemplificativa, a fim de conscientizar os idosos e seus responsáveis sobre possíveis fraudes e informá-los de seus direitos como consumidores, aludindo a artigos do Código Civil e do Código. Conclui-se, nesse contexto, que a função social do contrato, prevista no Código Civil, e a boa-fé objetiva ganham protagonismo. A função social impõe que o contrato não sirva apenas aos interesses privados das partes, mas também ao bem-estar da coletividade, coibindo abusos e garantindo que as relações contratuais cumpram um papel justo e equitativo. A boa-fé objetiva, por sua vez, exige que as partes ajam com lealdade, transparência e cooperação mútua, impondo ao fornecedor de crédito o dever de informar de forma clara e acessível, considerando as peculiaridades de cada público.

Palavras-chave: Justiça social. Justiça igualitária. Função social.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A GEOPOLÍTICA DA MORTE: A MANIFESTAÇÃO DA NECROPOLÍTICA NO TERRITÓRIO BAIANO

Emelli Fabiane Dórea Nascimento; Evani Cavalcante de Souza Rocha[1]

A presente pesquisa analisa a manifestação da necropolítica no território baiano, à luz da teoria formulada por Achille Mbembe, examinando como o Estado exerce o poder de decidir sobre quem pode viver e quem deve morrer em um contexto marcado pelo racismo estrutural, pela militarização das periferias e pela seletividade penal. O estudo tem como objetivo investigar a relação entre o ordenamento jurídico estadual, especialmente a Constituição da Bahia e o Estatuto da Igualdade Racial, e a realidade social vivenciada pela população negra, majoritária no estado, verificando a existência de um descompasso entre as garantias normativas e a efetividade dos direitos fundamentais. A metodologia empregada é qualitativa, com abordagem dedutiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica, documental e análise de dados estatísticos oficiais, além de aporte teórico de autores como Mbembe, Foucault, Silvio Almeida, Angela Davis e Boaventura de Sousa Santos. A discussão revela que, embora o Estado da Bahia possua arcabouço jurídico avançado em matéria de igualdade racial e proteção à dignidade humana, observa-se, na prática, uma inversão axiológica desses princípios, materializada na omissão estatal frente às desigualdades estruturais e no emprego seletivo e letal de políticas de segurança pública que vitimam, sobretudo, jovens negros das periferias urbanas. Os resultados evidenciam a prevalência de um cenário de exceção racial, em que a vida negra é precarizada e tratada como descartável, consolidando uma geopolítica da morte que contraria os fundamentos do Estado Democrático de Direito. Conclui-se que a necropolítica na Bahia se expressa tanto pela ausência de políticas públicas eficientes quanto pela atuação repressiva do Estado, demandando a adoção de práticas institucionais antirracistas, políticas de reparação e a efetivação de direitos que superem a distância entre o de jure e o de facto. Dessa forma, o estudo busca contribuir para o debate acerca da proteção à vida, da justiça racial e da construção de uma ordem jurídica comprometida com a dignidade humana e com a valorização da vida negra.

Palavras-chave: Necropolítica. Constituição da Bahia. População negra. Política.

[1] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A IMPORTÂNCIA DO EXAME DE SANIDADE MENTAL DO ACUSADO E DA VÍTIMA NA FASE DE CONHECIMENTO DO PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA DA COVID-19 EM CRUZ DAS ALMAS

André Lima Barbosa[1]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[2]

O presente trabalho pretende analisar a importância do exame de sanidade mental do acusado e da vítima na fase de conhecimento do processo penal, considerando o contexto pós-pandemia da Covid-19 no município de Cruz das Almas. A pesquisa parte da premissa de que a avaliação da saúde mental constitui instrumento essencial para a efetividade da justiça penal, permitindo decisões mais equilibradas e em conformidade com os princípios constitucionais e o devido processo legal. O estudo buscará demonstrar que o exame de sanidade mental não deve ser direcionado apenas ao acusado, mas também à vítima, cuja condição psicológica pode influenciar na coleta de depoimentos, na compreensão dos fatos e, consequentemente, na formação do convencimento judicial. Diante dos impactos da pandemia na saúde mental da população, observa-se a necessidade de compreender o aumento das demandas judiciais que envolvem questões psicológicas, o que torna o tema ainda mais relevante. A pesquisa terá caráter qualitativo, descritivo e exploratório, utilizando-se de revisão bibliográfica e documental, com base em doutrinas, legislações, artigos científicos e análise de processos judiciais. O método dedutivo será empregado para partir de conceitos gerais sobre sanidade mental e imputabilidade penal até a análise de sua aplicação prática no município estudado. Espera-se, com o estudo, compreender de que forma a realização do exame de sanidade mental influencia o andamento dos processos penais e contribui para decisões judiciais mais justas e humanizadas. Além disso, pretende-se ressaltar a necessidade de uma atuação interdisciplinar entre o Direito e a Psicologia, de modo a garantir a efetividade dos direitos fundamentais das partes envolvidas. A expectativa é que o trabalho contribua para evidenciar a atenção à saúde mental no processo penal como um passo essencial para a consolidação de um sistema de justiça mais ético, técnico e sensível às complexidades humanas, especialmente diante dos reflexos da crise sanitária recente.

Palavras-chave: Sanidade mental. Processo penal. Imputabilidade. Interdisciplinaridade. Covid-19.

[1] Estudante de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo, andrelimabarbosa457@gmail.com
[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador UCSAL, afraedille@gmail.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A IMPORTÂNCIA DO NÚCLEO DE APOIO AOS CONTRATOS (NAC) DA EMBRAPA

Luiz Antonio Santana Caldas[1]; Brunelli Gil Menezes[2]

O Núcleo de Apoio aos Contratos (NAC) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – é uma unidade estratégica que atua na gestão, assessoramento e controle das contratações públicas, com o objetivo de garantir maior eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos. Este trabalho tem como objetivo analisar a importância do NAC na estrutura organizacional da Embrapa, enfatizando sua contribuição para a conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e para o fortalecimento da governança institucional e das boas práticas de integridade pública e compliance. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e bibliográfica, com base em documentos oficiais da Embrapa, legislação pertinente e publicações sobre gestão pública, contratos administrativos e políticas de governança. Os resultados apontam que o NAC desempenha papel essencial na padronização de procedimentos, no acompanhamento da execução contratual e na prevenção de falhas que possam comprometer a legalidade e a economicidade das contratações. Além disso, observa-se que o núcleo contribui para a capacitação contínua dos servidores, o aprimoramento da comunicação entre as áreas internas, o uso mais racional dos recursos públicos e a promoção de uma cultura institucional voltada à eficiência e responsabilidade administrativa. Dessa forma, o NAC se consolida como instrumento de apoio técnico e jurídico indispensável para a eficiência administrativa e o alcance dos objetivos institucionais da Embrapa. Conclui-se que seu fortalecimento e expansão são fundamentais para assegurar a boa governança, a integridade, a sustentabilidade e a inovação contínua das políticas públicas implementadas pela instituição, consolidando boas práticas administrativas.

Palavras-chave: NAC. Embrapa. Gestão pública. Contratos administrativos. Governança.

[1] A Importância do Núcleo de Apoio aos Contratos - NAC da EMBRAPA, Faculdade Brasileira do Recôncavo - FBBR, caldasluiz@hotmai.com

[2] Advogada, Pós-graduada em Direito Administrativo Professora da Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR, brunellimenezes@yahoo.com.br

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A (IN)EFETIVIDADE DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO EM CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS

Isabele Santana Moura[1]; Luana Cardoso Pereira Santos[2]; Thiago Góes Junghans[3]; Evani Cavalcante de Souza Rocha[4]

O presente estudo nasce da inquietação diante de uma realidade ainda tão sensível, dolorosa e urgente, que envolve a violência sexual contra crianças e adolescentes. O trabalho busca analisar como as garantias legais de proteção têm sido aplicadas, na realidade, no município de Cruz das Almas, Bahia, e de que forma as ações da rede de proteção têm garantido resultados concretos. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, reunindo revisão bibliográfica, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas com profissionais diretamente envolvidos nessa rede, dentre eles conselheiros tutelares, profissionais da saúde, promotores e integrantes da segurança pública. A partir dos relatos e das vivências desses profissionais, foi possível perceber que, embora o Brasil possua uma legislação consistente e bem estruturada, amparada pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda existe uma distância considerável entre o que a norma prevê e o que se efetiva no cotidiano dos atendimentos. Em Cruz das Almas, a maior parte das situações de abuso sexual ocorre na zona rural e também dentro do próprio lar, onde fatores como vulnerabilidade social, baixo nível de escolaridade e isolamento dificultam a denúncia e o acompanhamento das vítimas. As falas dos entrevistados também revelaram desafios persistentes, como a falta de capacitação contínua, a escassez de recursos humanos e materiais, a alta rotatividade das equipes e a ausência de fluxos padronizados entre os órgãos que compõem a rede. Mesmo diante desses entraves, alguns progressos foram identificados, como a adoção da escuta especializada e do depoimento especial, práticas alinhadas à Lei nº 13.431/2017 e à Resolução nº 299/2019 do Conselho Nacional de Justiça, que representam passos importantes para o acolhimento das vítimas. Mais do que apresentar dados e diagnósticos, esta pesquisa propõe uma reflexão ética e social, onde proteger uma criança não é apenas um dever legal, mas um compromisso coletivo que exige corresponsabilidade, preparo e empatia. Conclui-se que a efetivação da proteção integral depende da continuidade das políticas públicas, do fortalecimento da articulação entre os setores e da construção de uma cultura que enfrente o silêncio e reconheça a infância como prioridade absoluta.

Palavras-chave: Proteção integral. Abuso sexual. Criança e adolescente. Violência intrafamiliar. Rede de proteção.

[1] Especialista em Gestão Social (UNOPAR), Bacharela em Serviço Social (UNOPAR), Graduanda de Bacharelado em Direito (FBBR), 102944@atmos.edu.br
[2] Graduanda de Bacharelado em Direito (FBBR), luana.pereira1722@gmail.com
[3] Graduando de Bacharelado em Direito (FBBR), thiagogoesj@gmail.com
[4] Especialista em, Bacharela em Direito, Docente da FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA DIGITAL NA SENTENÇA PENAL

Alisson Felipe de Jesus Farias[1]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[2]

A presente pesquisa buscará analisar a crescente e complexa influência da mídia digital, incluindo redes sociais, portais de notícias online e plataformas de vídeo, no desfecho da sentença penal no Brasil. O tema se justifica pela urgência em investigar o delicado equilíbrio entre a liberdade de imprensa, o direito à informação e as garantias processuais penais, que pretende buscar que a sentença seja resultado da lei e das provas, e não de uma narrativa pré-construída pela mídia digital. O objetivo geral é analisar o impacto da mídia digital em sentenças penais, e, como objetivos específicos, o estudo buscará avaliar os impactos de notícias e informações no curso e após o processo, discutir sentenças penais e analisar os princípios processuais penais e o CPP. A pergunta-problema que guia o estudo é: as notícias e informações influenciam a sentença penal? A hipótese levanta que, apesar de a era da informação ser um grande avanço nas relações sociais, o desafio constante na sociedade é saber diferenciar a informação do Processo Penal, e o estudo buscará demonstrar se as notícias impactam ou não a decisão terminativa, ou seja, a sentença. A relevância social desta pesquisa reside na constatação de que a difusão massiva e acelerada de notícias, muitas vezes parciais ou tendenciosas, sobre crimes e réus gera intenso clamor social e uma forte pressão sobre o sistema de justiça criminal. O estudo é crucial para buscar entender se a opinião pública, moldada por discursos punitivistas e pela "espetacularização" dos casos, pode se infiltrar no ambiente forense. Juridicamente, o tema toca diretamente em princípios constitucionais fundamentais, como a presunção de inocência, o devido processo legal, a imparcialidade do julgador (especialmente no Tribunal do Júri), e o direito à intimidade e à imagem. A pesquisa buscará ir além da discussão tradicional sobre a mídia de massa, focando nas especificidades da mídia digital, sua velocidade, alcance global e a facilidade de propagação de "fake news" e pré-julgamentos que antecedem a decisão judicial formal. O trabalho será predominantemente de natureza bibliográfica e documental, buscando na doutrina e na jurisprudência casos paradigmáticos para verificar a influência da pressão midiática (digital) no raciocínio judicial ou na dosimetria da pena, conforme a metodologia sugerida. Portanto, espera-se delinear os limites éticos e legais da atuação midiática e, principalmente, buscar mecanismos de proteção para garantir a isenção e a imparcialidade da decisão judicial frente à pressão externa, servindo de base para futuras discussões sobre regulamentação e boas práticas processuais.

Palavras-chave: Mídia digital. Sentença penal. Presunção de inocência. Imparcialidade judicial. Processo penal.

[1] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo - FBBR, alissonfelipe2899@gmail.com
[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador UCSAL, afraedille@gmail.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A INVISIBILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO NAS ZONAS RURAIS: BARREIRAS AO ACESSO À JUSTIÇA PARA POPULAÇÕES DESASSISTIDAS

Von Daniken de Jesus Leal[1]; Greicy Kelly de Jesus Leal[2]; Cleópatra Valeria[3]; Evani Cavalcante de Souza Rocha[4]

O presente estudo analisa a invisibilidade do Poder Judiciário nas zonas rurais brasileiras e as barreiras que dificultam o acesso à justiça por populações desassistidas, configurando um desafio à concretização do Estado Democrático de Direito. O objetivo central é identificar os fatores estruturais, institucionais, sociais e tecnológicos que limitam o exercício do direito fundamental previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, e propor medidas que promovam a democratização do sistema judicial. Adota-se metodologia qualitativa e analítica, baseada em relatórios oficiais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Defensoria Pública da União (DPU), além de doutrina crítica inspirada em Boaventura de Sousa Santos, especialmente sua teoria da "razão indolente". A pesquisa evidencia que a concentração de recursos nas áreas urbanas, a escassez de defensores públicos, a exclusão digital e o formalismo excessivo do sistema jurídico são fatores determinantes da desigualdade jurídica no campo. Os resultados apontam que, embora a digitalização do Judiciário tenha aumentado a eficiência processual, ela aprofundou a exclusão das comunidades rurais, que carecem de conectividade e infraestrutura. A discussão ressalta ainda o impacto das desigualdades educacionais e econômicas, a litigância abusiva e a ausência de políticas públicas adequadas. Conclui-se que a efetivação do direito de acesso à justiça nas zonas rurais depende da ampliação da Defensoria Pública, do fortalecimento da justiça itinerante, da inclusão digital e da valorização dos saberes jurídicos locais, numa perspectiva intercultural e participativa. O estudo reafirma a necessidade de superar a razão indolente e promover um Judiciário inclusivo, acessível e comprometido com a igualdade substantiva, para que o direito à justiça seja realidade em todo o território nacional.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Desigualdade. Zonas rurais. Judiciário. Cidadania.

[1] Mestre em Recurso Geneico e Doutorado interrompido, FBBR, dan_agro@hotmail.com
[2] Discente em Direito, FBBR greicy25vasconcellos@gmail.com
[3] Discente em Direito, FBBR, cvmarques@tjba.jus.br
[4] Docente, FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL EM DEBATE: UMA ANÁLISE SOBRE A POSSÍVEL REVOGAÇÃO DA LEI 12.318/2010

Juliana Rocha Sampaio[1]; Lívia Santos Peixouto[2]; Rita de Cássia Falcão Borja Correia[3]; Maria Cristina Carneiro Lima[4]

A Lei 12.318/2010, conhecida como a Lei de Alienação Parental, representa um avanço no sistema jurídico brasileiro ao tratar desse dilema familiar nas situações de litígios. Dispõe em seu art. 2º que alienação parental é a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para que repudie genitor ou que cause prejuízos ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. Essa lei foi criada com a finalidade de proteger crianças e adolescentes contra a manipulação psicológica praticada por um dos genitores ou responsáveis que buscam afastá-los do outro. Ela, também, traz uma série de medidas penalizadoras a serem impostas quando configuradas práticas alienadoras. Sua aplicação nos casos concretos ainda apresenta desafios tanto do ponto de vista do Direito como da Psicologia. Hoje, há todo um movimento buscando sua revogação, em que o principal questionamento reside em saber se a lei cumpre sua função protetiva ou se tem sido utilizada de forma distorcida. A mobilização partiu de mães em que houve a inversão da guarda para o genitor, por comprovada a falsidade das alegações imputadas contra ele. Entre elas, a alegação da prática de abuso sexual. Atualmente, tramitam projetos de lei que visam revogar total ou parcialmente a Lei de Alienação Parental, como o PL nº 498/2018. Nessa senda, busca-se com essa pesquisa refletir sobre a eficácia da Lei 12.318/10, no conflito entre dois valores fundamentais: de um lado, a proteção da criança contra as manipulações e, do outro, a garantia de que denúncias de abuso e violência sejam levadas a sério. Através da revisão teórica da literatura, com o método de pesquisa bibliográfica, objetiva-se, ao final deste estudo, ter uma visão mais aprofundada sobre o caminho mais equilibrado entre a revisão normativa ou a revogação da Lei 12.318/10. Até porque sua revogação não vai fazer a alienação parental desaparecer nem vai inibir que a justiça reconheça sua prática. A solução deve ser orientada pelos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Alienação parental. Revisão. Revogação.

[1] Mestre em Adminstração, UFBA, julianarochasampaio@gmail.com
[2] Mestre em Ciências Sociais, UFRB, liviapeixouto@ufrb.edu.br
[3] Mestre em Gestão Pública, aluna Direito da FBBR, ritaborja@yahoo.com.br
[4] Mestre em Resolução de Conflitos, Professora/orientadora da FBBR, cristina.limaadv@hotmail.com

A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE: O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL COMO INSTRUMENTO DE OPORTUNIDADE E A NOVA LÓGICA DA DISPENSABILIDADE DA AÇÃO PENAL PÚBLICA

Antônio Marcos de Melo Souza[1]; Jucilene de Jesus Nascimento Santos[2]; Maria Cecília dos Santos Nunes[3]; Roseane dos Santos Ribeiro[4]; Tainan Bastos dos Santos[5]

O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública constitui um pilar fundamental do sistema processual penal brasileiro, determinando ao Ministério Público o dever de agir diante de indícios suficientes de autoria e materialidade. Contudo, o ordenamento pátrio vem passando por uma transformação paradigmática em direção à justiça penal negociada. A inclusão do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), através do art. 28-A do Código de Processo Penal, é o ápice dessa mitigação, introduzindo uma forma de oportunidade regrada. O ANPP permite um acordo entre o Ministério Público e o investigado sob requisitos objetivos e subjetivos estritos, questionando a rigidez da obrigatoriedade clássica. Logo, o objetivo geral deste estudo é analisar se a aplicabilidade do ANPP de fato obsta o princípio da obrigatoriedade, ou se, na verdade, o reconfigura. Busca-se, especificamente, discutir como a titularidade da ação penal coexiste com a nova lógica da dispensabilidade da persecução processual, ou seja, se o Ministério Público, preenchidos os requisitos legais, estaria obrigado a não oferecer a peça acusatória, devendo optar pelo acordo. A análise transcende a mera verificação dos pressupostos objetivos do art. 28-A, pois o Ministério Público, como titular da ação penal pública, deve aferir se o acordo é “necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime”. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa, utilizando-se a revisão bibliográfica como ferramenta central das investigações e analisando o ordenamento jurídico vigente no Brasil, com ênfase no Código de Processo Penal e seus desdobramentos a partir das alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), e confrontando-o com a doutrina processual penal contemporânea. Conclui-se, portanto, que o ANPP não representa uma simples violação ao princípio da obrigatoriedade, mas sim uma releitura sistemática. A “obrigatoriedade” não desaparece, mas se flexibiliza, convertendo-se no dever de oportunizar a via consensual quando preenchidos os requisitos legais. O ANPP, outrossim, consolida a dispensabilidade da

[1] Estudante de graduação no curso de Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). Marcos.melo26@hotmail.com.
[2] Estudante de graduação no curso de Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). jucy02.mma@gmail.com
[3] Estudante de graduação no curso de Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). mc9511657@gmail.com
[4] Estudante de graduação no curso de Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). Ribeiroroseane.1910@gmail.com
[5] Docente no curso de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). tbastosdossantos@gmail.com.

ação penal como uma nova faceta da atuação ministerial, priorizando a eficiência e a solução alternativa de conflitos sem renunciar ao controle da persecução penal.

Palavras-chave: Acordo de Não Persecução Penal. Princípio da obrigatoriedade. Dispensabilidade da ação penal.

ANÁLISE JURÍDICA SOBRE OS DIREITOS DAS GESTANTES E MÃES ENCARCERADAS NO BRASIL: O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Ester Silva Amador[1]; Giovanna Oliveira Santos[2]; Franklin da Silva Peixinho[3]

O presente estudo busca analisar as rupturas entre o sistema carcerário brasileiro e a proteção dos direitos inerentes a mães, gestantes e infantes. Parte-se da premissa de que o sistema de justiça criminal pátrio, dotado de reveses crônicos e de uma estrutura multifacetada, atua como um obstáculo à plena execução dos direitos fundamentais. Essa falha estrutural atinge, de modo particular, os grupos femininos, expondo uma vulnerabilidade historicamente negligenciada por uma concepção sistêmica que desconsidera, especialmente, as especificidades femininas. Para mães e/ou gestantes, a vivência da maternidade no cárcere revela-se desafiadora e conturbada, na qual garantias basilares são sistematicamente ceifadas. Percebe-se, na prática, que direitos como o parto humanizado, a amamentação e o acompanhamento pré-natal são cotidianamente desrespeitados, restando reduzidos a meras normas teóricas. Além disso, a privação de liberdade de gestantes e mães impacta diretamente o desenvolvimento integral da criança, bem como desafia a efetividade da doutrina da proteção integral e do princípio do melhor interesse do menor, ambos consagrados, de modo expresso, na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, o objetivo geral visa analisar a eficácia normativa, prevista tanto na CF/88 quanto na Lei de Execução Penal e no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), no que concerne à garantia do binômio mãe-filho no contexto carcerário. Pretende-se, ainda, discutir e buscar soluções para os impactos ocasionados pelas falhas na efetivação das garantias inerentes a mães, gestantes e infantes. Ainda, o estudo investiga como a separação forçada e repentina atrapalha a criação do laço de confiança e afeto, “apego seguro”, estabelecido entre a mãe e o filho, especialmente na primeira infância. Tal ruptura acarreta consequências severas, e às vezes permanentes, para o desenvolvimento emocional do menor, bem como para sua inserção na sociedade. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa qualitativa, tendo a revisão bibliográfica e de legislações pertinentes como instrumentos essenciais para a investigação do tema, literatura especializada nas áreas de processo e execução penal, direitos humanos e direito da criança e do adolescente. Conclui-se, portanto, que a negligência estatal em não assegurar os direitos das mães e/ou gestantes encarceradas transcende a esfera individual, atingindo diretamente as garantias da criança e do adolescente. Nesta senda, o encarceramento materno, operado nos moldes

[1] Estudante de graduação no curso de Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). estersilvaamador@gmail.com
[2] Estudante de graduação no curso de Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). Ogiovanna178@gmail.com
[3] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

atuais, atua como um vetor de acentuação das desigualdades, impondo uma “punição” que viola, dentre outros princípios, a intranscendência da pena.

Palavras-chave: Proteção integral. Sistema carcerário. Maternidade.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A NULIDADE DA PROVA DIANTE DA QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Luiz Antonio Santana Caldas[1]; Sidney Sacramento Barreto dos Santos[2]; Tarcísio Pereira Gonçalves Muniz[3]; Brunelli Gil Menezes[4]

A cadeia de custódia constitui o conjunto de procedimentos destinados a garantir a autenticidade, integridade e rastreabilidade da prova colhida no âmbito do processo penal, assegurando que o vestígio obtido em local de crime preserve sua fidedignidade, validade jurídica e aptidão probatória. A presente pesquisa tem por escopo examinar a nulidade das provas decorrentes da violação da cadeia de custódia, sob a ótica dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e bibliográfica, com base em doutrinas contemporâneas, dispositivos normativos — em especial os artigos 158-A a 158-F do Código de Processo Penal — e julgados paradigmáticos dos Tribunais Superiores, que delineiam os contornos teóricos e práticos da matéria. Os resultados preliminares indicam que a quebra da cadeia de custódia compromete a confiabilidade do material probatório, tornando-o inidôneo para embasar uma condenação penal, pois rompe a necessária relação de causalidade entre o vestígio pericial e o fato delituoso. Ademais, a ausência de controle documental e procedimental sobre a manipulação da prova acarreta violação direta aos direitos fundamentais do acusado, esvaziando a força probatória dos elementos colhidos e, consequentemente, afetando a legitimidade e a imparcialidade da persecução penal. Diante disso, a pesquisa encontra-se em fase de ampliação teórica, com o propósito de aprofundar o estudo acerca das repercussões jurídicas e processuais da quebra da cadeia de custódia, bem como dos critérios de aferição da nulidade probatória à luz da jurisprudência pátria e dos preceitos constitucionais de proteção à dignidade humana.

Palavras-chave: Cadeia de custódia. Nulidade da prova. Contraditório. Ampla defesa. Devido processo legal.

[1] A Nulidade da prova diante da quebra da cadeia de custódia: Uma análise sob o prisma do contraditório e da ampla defesa, Faculdade Brasileira do Recôncavo - FBBR, caldasluiz@hotmai.com
[2] A Nulidade da prova diante da quebra da cadeia de custódia: Uma análise sob o prisma do contraditório e da ampla defesa, Faculdade Brasileira do Recôncavo - FBBR, sidneysacramento13@gmail.com
[3] A Nulidade da prova diante da quebra da cadeia de custódia: Uma análise sob o prisma do contraditório e da ampla defesa, Faculdade Brasileira do Recôncavo - FBBR, tarcisio.muniz@yahoo.com.br
[4] Advogada, Pós-graduada em Direito Administrativo Professora da Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR, brunellimenezes@yahoo.com.br

A PROBLEMÁTICA DO ELEMENTO SUBJETIVO NA RECEPTAÇÃO: ANÁLISE DA DESCLASSIFICAÇÃO ENTRE AS MODALIDADES DOLOSA E CULPOSA E OS IMPACTOS DA TIPIFICAÇÃO PRIMÁRIA

Elton Curi Macedo[1]; Ricardo Silas dos Santos Nascimento[2]; Tainan Bastos dos Santos[3]; Tiago do Amor Divino Teixeira[4]

O crime de receptação, tipificado no art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal brasileiro), estabelece modalidades que veiculam significativas distinções de sanção penal. A receptação dolosa (art. 180, caput, e §1º), por exigir a plena consciência da ilicitude, ostenta uma pena consideravelmente mais severa, refletindo um maior grau de reprovabilidade social. Em contrapartida, a receptação culposa (§3º), decorrente da negligência ou imprudência, possui uma reprimenda penal substancialmente mais branda. No curso da persecução penal, e de forma mais intensa na fase judicial, emerge um acirrado debate defensivo pela desclassificação da modalidade dolosa para a culposa, tática jurídica que invoca os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, visando a aplicação de uma sanção penal menos gravosa ao réu. Nesse complexo contexto, a aferição do elemento subjetivo torna-se o ponto crucial da controvérsia. O dolo de receptação exige a comprovação inequívoca de que o agente tinha conhecimento ou, no mínimo, plena suspeita (dolo eventual) da origem ilícita do bem adquirido. Contudo, na fase inicial da persecução, especificamente ao lavrar o Auto de Prisão em Flagrante (APF), a autoridade policial depara-se com o desafio de identificar e formalizar esse animus criminoso. Quando a intenção dolosa não é objetivamente demonstrada ou quando a conduta do agente é caracterizada apenas pela negligência ou imprudência na aquisição do bem de procedência duvidosa, como ao comprar mercadoria por preço vil, a correta tipificação, em tese, deveria ser a culposa. Verifica-se, entretanto, a crítica fundada de que a discricionariedade conferida à autoridade policial na tipificação primária, ao interpretar as circunstâncias e o elemento subjetivo, pode gerar séria insegurança jurídica e promover desigualdades no enquadramento penal. O risco prático reside na possibilidade de o indiciado ser autuado sumariamente por receptação dolosa, em sede policial, mesmo diante de elementos que sugerem apenas a culpa, o que restringe seus direitos e o prejudica desnecessariamente na fase pré-processual e judicial subsequente. Diante disso, o objetivo geral do estudo é analisar o tratamento jurídico da receptação, focando na distinção dolo vs. culpa, e avaliar suas implicações na persecução penal e na tutela dos direitos fundamentais. Os objetivos específicos incluem: (1) examinar os critérios de configuração do dolo e da culpa e as dificuldades probatórias; e

[1] Graduado em Administração – FAMAM; Especialista em gestão de Pessoas – FAMAM; Diretor de ensino em autoescola - EBT; Graduando em Direito - FBBR. eltoncurimacedo@gmail.com
[2] Graduado em Licenciatura em História – UFRB; Graduando em Direito – FBBR, ricardosillas_@hotmail.com
[3] Docente no curso de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR, tbastosdossantos@gmail.com
[4] Graduado em Teologia – IGAM; Graduando em Direito – FBBR, tiagoad794@gmail.com

(2) investigar as consequências jurídicas da equivocada tipificação dolosa pré-processual sobre a ampla defesa e a segurança jurídica. A metodologia empregada é de natureza qualitativa e utiliza o método dedutivo, partindo da análise normativa do art. 180, CP. Os instrumentos de investigação incluem pesquisa bibliográfica em doutrina especializada e análise de jurisprudências recentes dos tribunais superiores, buscando identificar tendências interpretativas sobre o dolo e a culpa na receptação.

Palavras-chave: Receptação. Dolosa. Culposa.

A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO DEPOIMENTO ESPECIAL: UMA ANÁLISE DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DO FÓRUM DE CRUZ DAS ALMAS/BA

Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[1]; Elen Naiane dos Santos de Souza; Luiz Anselmo Santana Salles; Leonardo Dib de Carvalho; Maria Silvia Santos Ressureição Souza; Tiago de Oliveira Santana; Franklin da Silva Peixinho[2]

O presente estudo analisa a aplicação prática da Lei nº 13.431/2017, que institui o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, tomando como objeto a Sala de Depoimento Especial do Fórum de Cruz das Almas/BA. O objetivo geral consiste em compreender como os protocolos legais e técnicos são observados na realização do Depoimento Especial (DE), destacando o papel do perito psicólogo judicial na condução da escuta e na preservação da integridade emocional da vítima. De forma específica, o estudo busca descrever a atuação do profissional, verificar a adequação estrutural do espaço físico e o uso da tecnologia Lifesize, além de analisar os mecanismos adotados para evitar o contato entre vítima e acusado. A metodologia adotada foi qualitativa e exploratória, configurando-se como estudo de caso, com base em análise documental da Lei nº 13.431/2017 e da Resolução nº 17/2019 do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), bem como em entrevista semiestruturada com perito judicial atuante na comarca de Cruz das Almas/BA. Os resultados revelam que o procedimento de oitiva é conduzido de forma humanizada, por meio da livre narrativa da vítima, garantindo-lhe espaço para expressar-se com segurança e acolhimento. O perito atua como mediador técnico, traduzindo as perguntas das partes para linguagem acessível e adequada à idade da criança ou adolescente, em conformidade com os princípios da escuta protegida, da proteção integral e da prioridade absoluta, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esses princípios orientam toda a política de atendimento e asseguram que os direitos infanto-juvenis sejam tratados como prioridade na agenda do sistema de justiça, reafirmando que toda intervenção deve ter como foco o melhor interesse da criança e do adolescente. O uso do sistema Lifesize assegura sigilo e confidencialidade, permitindo a participação remota do juiz, do Ministério Público e da Defensoria Pública/Advogados, sem exposição da vítima. Além disso, os protocolos físicos e tecnológicos da sala garantem a ausência de contato, inclusive visual, entre vítima e acusado, reduzindo o risco de revitimização. Conclui-se que o modelo adotado pela comarca de Cruz das Almas/BA reflete uma prática de justiça humanizada,

[1] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com

[2] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

tecnicamente estruturada e juridicamente adequada, reafirmando o compromisso do sistema judiciário com a proteção integral, a prioridade absoluta e a efetivação dos direitos fundamentais previstos na Lei nº 13.431/2017 e no ECA, fortalecendo a rede de proteção e a promoção de uma escuta verdadeiramente acolhedora e respeitosa.

Palavras-chave: Depoimento Especial. Proteção Integral. Prioridade Absoluta. Revitimização. Psicologia Jurídica.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A PROTEÇÃO JURÍDICA DO NASCITURO À LUZ DA LEI DE GARANTIA DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA: ENTRE EXPECTATIVAS DE DIREITO E RECONHECIMENTO DA PERSONALIDADE

Carlos Cesar Casé dos Santos; Afraédille de Carvalho Ribeiro[1]

A proteção jurídica do nascituro permanece como um dos pontos mais sensíveis e controversos do Direito Civil brasileiro, especialmente diante das transformações legislativas recentes. A promulgação da Lei nº 13.257/2016 — a chamada Lei da Primeira Infância — reacendeu o debate ao prever políticas públicas voltadas à gestante e ao feto, o que levanta a questão: estaríamos diante de um novo paradigma de tutela pré-natal?
Este trabalho propõe-se a investigar os reflexos dessa legislação na consolidação de direitos do nascituro, partindo de uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica e análise de jurisprudência atual. Embora o artigo 2º do Código Civil condicione a personalidade jurídica ao nascimento com vida, a doutrina majoritária reconhece a existência de um feixe de direitos desde a concepção — ainda que de forma condicional ou instrumental.
A Lei da Primeira Infância, ao prever ações concretas de proteção à saúde e ao bem-estar do feto, parece reforçar a leitura concepcionista, especialmente quando analisada à luz da dignidade da pessoa humana. Autores como Maria Helena Diniz, defensora da teoria concepcionista, e Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald, que propõem uma hermenêutica constitucional protetiva, sustentam essa ampliação interpretativa.
Contudo, o avanço normativo não elimina as tensões éticas e jurídicas entre a proteção do nascituro e os direitos reprodutivos da mulher. A autonomia corporal feminina, frequentemente negligenciada no debate jurídico, exige atenção redobrada para que a proteção ao nascituro não se converta em instrumento de opressão.
Conclui-se que a Lei nº 13.257/2016 representa um avanço relevante, mas ainda insuficiente, na construção de uma tutela jurídica mais abrangente e equilibrada do início da vida. O desafio contemporâneo está em harmonizar essa proteção com os princípios constitucionais da liberdade, igualdade e dignidade, sem retroceder em direitos já consolidados.

Palavras-chave: Nascituro. Lei da Primeira Infância. Personalidade jurídica. Teoria concepcionista. Direitos reprodutivos.

[1] Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Professora da Faculdade Brasileira do Recôncavo, afraedille@gmail.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM CASTRO ALVES, DE 2021 A 2025: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Sheila Fabiane Bomfim Lessa[1]; Jose Carlos Faria Junior[2]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[3]

O presente estudo tem como tema “A Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher em Castro Alves, Bahia, de 2021 a 2025: Avanços, Desafios e Perspectivas”, e tem como propósito analisar a atuação dos órgãos e instituições que compõem essa rede, identificando os avanços alcançados, os desafios enfrentados e as possibilidades de aprimoramento das ações voltadas à proteção das mulheres em situação de violência. A pesquisa parte da compreensão de que a violência doméstica é um fenômeno social complexo, que exige articulação interinstitucional e compromisso contínuo entre os setores de segurança, justiça, assistência social e saúde, conforme preconiza a Lei Maria da Penha. A escolha do tema decorre de uma vivência pessoal e profissional conectada às questões humanas e sociais, reforçada pela observação cotidiana das fragilidades na efetivação das políticas públicas voltadas às mulheres no município de Castro Alves, Bahia. De natureza qualitativa, a pesquisa adota caráter exploratório e descritivo, utilizando-se de procedimentos de pesquisa documental — por meio da análise de relatórios de gestão, boletins de ocorrência, dados municipais e normativas — e entrevistas semiestruturadas com representantes da rede de enfrentamento, incluindo Polícia Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, CREAS, CRAS e profissionais de saúde. A análise buscará compreender não apenas a estrutura e o funcionamento da rede, mas também as percepções e desafios enfrentados pelos profissionais no atendimento às vítimas. Espera-se identificar avanços relacionados à articulação institucional e ao acolhimento humanizado, bem como dificuldades persistentes, como a falta de recursos, a ausência de Defensoria Pública e as barreiras para a autonomia econômica das mulheres. Acredita-se que os resultados contribuirão para fortalecer o debate sobre a efetividade das políticas públicas locais, promovendo reflexões que auxiliem na formulação de estratégias mais integradas, sensíveis e eficientes. Conclui-se que compreender a dinâmica da rede de enfrentamento à violência doméstica em Castro Alves é também um caminho para promover desenvolvimento social, cidadania e o direito das mulheres a uma vida livre de violência.

Palavras-chave: Violência doméstica. Rede de enfrentamento. Políticas públicas.

[1] Pós Graduação em Psicopedagogia, Faculdade Montesoriano, sheilafabiane29@gmail.com
[2] MBA, Auditoria e Gestão, FGV, e-mail jcfariajr@gmail.com
[3] Mestranda em Família na Sociedade, UCSAL, afraedille@gmail.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A SEGURANÇA JURÍDICA PRESENTE NOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL: UMA ANÁLISE SOB O VIÉS DA CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE CONFLITOS COM UM GRUPO DE MULHERES DA TERCEIRA IDADE NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA

Derisvalda Santana da Conceição[1]; Diana Ribeiro da Silva dos Santos[2]

O contrato de locação residencial constitui-se em um dispositivo de âmbito jurídico de manifestação de vontade entre duas partes e sua relevância prefulge em promover a segurança jurídica, garantindo estabilidade nas relações sociais e por sua vez, evitando riscos e litígios entre locador e locatário. No tocante, a existência desse arcabouço legal permite que grupos minoritários e vulneráveis sejam contemplados com a efetivação de direitos fundamentais como moradia e dignidade da pessoa humana previstos na Constituição Federal de 1988, visto que a construção de uma sociedade livre e justa está intimamente ligada a promover com concretude indistintamente a adoção de princípios e valores sociais intrínsecos ao cidadão. Em virtude disso, buscou-se como objetivo geral: compreender o contrato de locação residencial como um viés propulsor para a garantia da segurança jurídica nas relações sociais. Tendo como objetivos específicos: refletir sobre regras contratuais; analisar as principais cláusulas que permeiam o contrato de locação residencial amparadas pela Lei do Inquilinato; esclarecer dúvidas expressando a necessidade e importância em se utilizar o contrato de locação por escrito nas negociações de locação residencial. Como proposta metodológica contemplou-se uma abordagem de natureza qualitativa com foco nos aspectos exploratórios e descritivos no intuito de buscar um entendimento maior sobre o tema, visando enriquecer a pesquisa; como forma de coleta de dados utilizaram-se pesquisas bibliográficas e de campo através de legislações e jurisprudências pertinentes ao tema abordado; questionário misto; roda de conversa. Os procedimentos foram realizados com um grupo de mulheres da terceira idade residentes no município de Cruz das Almas-BA. Por fim, o estudo apontou que 80% das mulheres desconheciam as regras pertinentes ao contrato de locação residencial; 70% não possuíam conhecimento sobre a Lei do Inquilinato e 100% desconsideravam a segurança jurídica presente em um contrato de locação por entender que a confiança baseada em um contrato verbal é prevalente dentro de um contexto de relação social. Contudo, a partir dos esclarecimentos prestados através do diálogo e mediante a apresentação e conhecimento das leis que versam sobre as cláusulas, direitos e deveres do locador e locatário, percebeu-se que as dúvidas foram sanadas; convém assim afirmar que os objetivos deste projeto foram alcançados, comprovando que o conhecimento jurídico corrobora para despertar o senso de responsabilidade social e consciência cidadã, pois confere ao indivíduo a oportunidade de conhecer seus direitos e obrigações e o convida a atuar como um agente de transformação social.

[1] Pós-graduada em Inclusão e Diversidade na Educação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), santanaderisvalda@hotmail.com

[2] Especialista em Raça, Gênero, Etnia e Sexualidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), diana.santos@atmos.edu.br

Palavras-chave: Segurança Jurídica. Contrato de Locação. Grupos vulneráveis.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A TRIBUTAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA NA BAHIA APÓS O TEMA 745 E O PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE E DA ESSENCIALIDADE

Maria Clara de Sena Cerqueira Lima[1]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[2]

O presente trabalho buscará analisar a conformidade da tributação da energia elétrica no Estado da Bahia com os princípios constitucionais da seletividade e da essencialidade após o julgamento do Tema 745 (RE 714.139) pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A pesquisa partirá da constatação de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de receita estadual, historicamente incidiu sobre bens essenciais — como a energia elétrica — com alíquotas elevadas, contrariando o mandamento constitucional de justiça fiscal. O estudo terá como objetivo investigar, sob uma perspectiva jurídico-constitucional, se a adequação da legislação baiana posterior à decisão do STF efetivamente concretizará os princípios da seletividade e da essencialidade, promovendo uma tributação mais justa e proporcional. A metodologia será dedutiva, com abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, analisando dados legislativos, decisões judiciais e publicações oficiais compreendidas entre 2022 e 2024, especialmente a repercussão da Lei Complementar nº 194/2022 e da Lei Estadual nº 14.629/2023, que majorou a alíquota geral do ICMS na Bahia. Serão consideradas diversas fontes doutrinárias e jurisprudenciais relevantes, com destaque para a obra de Hugo de Brito Machado e outros autores do campo do Direito Tributário. A análise buscará apontar que, embora a Bahia tenha reduzido a alíquota do ICMS incidente sobre a energia elétrica após o Tema 745, a posterior majoração pela Lei nº 14.629/2023 poderá revelar uma efetividade apenas formal dos princípios constitucionais da seletividade e da essencialidade. Espera-se concluir que a efetividade desses princípios dependerá de uma reestruturação da política tributária estadual que reconheça o papel social da tributação e assegure a energia elétrica como bem indispensável à dignidade humana e ao mínimo existencial. O estudo pretenderá contribuir para o aprimoramento das políticas fiscais estaduais e para futuras pesquisas sobre justiça tributária e efetividade dos princípios constitucionais tributários.

Palavras-chave: ICMS. Energia elétrica. Seletividade. Essencialidade. Justiça fiscal.

[1] Maria Clara de Sena Cerqueira Lima, Faculdade Brasileira do Recôncavo, 102561@atmos.edu.br
[2] Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Professora da Faculdade Brasileira do Recôncavo, afraedille@gmail.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A USUCAPIÃO COMO INSTRUMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Emerson Brito Ribeiro[1]; Gabriel Lucas Passos de Araujo[2]; Evani Cavalcante de Souza Rocha[3]

O presente estudo analisa a usucapião como instrumento de regularização fundiária, destacando sua relevância jurídica e social para a efetivação do direito à moradia e a promoção da função social da propriedade. Parte-se da compreensão de que a desigualdade fundiária no país torna necessário examinar os mecanismos jurídicos capazes de converter a posse consolidada em propriedade formalmente reconhecida. O objetivo foi compreender como a usucapião, em suas modalidades judicial e extrajudicial, contribui para a inclusão social, a pacificação de conflitos e o ordenamento territorial no Brasil. A pesquisa adotou metodologia qualitativa e bibliográfica, fundamentada em legislação, doutrina e normas correlatas, especialmente a Lei nº 13.465/2017 e o Provimento nº 65/2017 do CNJ, que consolidaram a via administrativa da usucapião e da Regularização Fundiária Urbana (Reurb). Nesse contexto, destaca-se o papel da usucapião como instrumento de efetivação do direito à moradia, ao reconhecer a posse prolongada, mansa e pacífica como fundamento legítimo de aquisição da propriedade. Por conseguinte, o instituto transcende a técnica jurídica e se torna um mecanismo de justiça social e cidadania. A análise evidencia que os benefícios do instituto se manifestam em diferentes dimensões, que se complementam. No campo jurídico, confere segurança e desonera o bem de ônus anteriores; no campo social, assegura o direito à moradia e integra famílias de baixa renda ao sistema formal de propriedade; e, no aspecto econômico e urbanístico, estimula o ordenamento territorial, a valorização imobiliária e a ampliação da arrecadação tributária municipal. Observa-se, ainda, que a possibilidade de reconhecimento da usucapião pela via administrativa amplia o alcance do instituto, tornando a regularização mais acessível às famílias que dela necessitam. Dessa forma, conclui-se que a usucapião, especialmente em sua modalidade extrajudicial, representa um avanço significativo na desjudicialização e na efetividade do direito de propriedade, constituindo-se em ferramenta indispensável para a concretização da função social da propriedade e para a redução da desigualdade fundiária no país.

Palavras-chave: Usucapião. Regularização fundiária. Função social. Direito à moradia.

[1] Bacharelando em Direito, FBBR, emerson_brito@outlook.com
[2] Bacharelando em Direito, FBBR, gabriellucas1972@hotmail.com
[3] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NA FIXAÇÃO DO QUANTUM DA PENSÃO ALIMENTÍCIA E A APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA NO DIREITO DE FAMÍLIA NAS DECISÕES DO STJ ENTRE 2024 E 2025

Gabrielle de Santana Souza[1]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[2]

A presente pesquisa analisa a utilização das provas obtidas através das redes sociais em processos de fixação do quantum alimentar pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a possibilidade de aplicação da Teoria da Aparência. A escolha do tema se justifica pela crescente utilização das redes sociais como fonte de prova em processos de alimentos, devido à sua capacidade de demonstrar a capacidade financeira do alimentante. O objetivo deste estudo será analisar de que forma as provas digitais obtidas nas redes sociais podem ser utilizadas na aplicação da Teoria da Aparência, avaliando a influência desse conjunto probatório na fixação do quantum alimentar. Para tanto, é necessário verificar de que forma a exposição nas redes sociais é empregada para comprovar a condição social do alimentante e avaliar os efeitos da aplicação da Teoria da Aparência sobre a definição do valor da pensão alimentícia nos julgados da Corte Superior. A literatura e decisões já identificadas indicam que a Teoria da Aparência é utilizada nas decisões do Superior Tribunal de Justiça quando o julgador reconhece, nas publicações feitas nas redes sociais, que o devedor de alimentos ostenta um padrão de vida incompatível com a renda declarada. As redes sociais se tornam relevantes nessa perspectiva, pois as publicações permitem visualizar o estilo de vida e a situação financeira dos usuários, podendo complementar as provas tradicionais utilizadas nos processos judiciais. A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica e documental de legislações, doutrinas, jurisprudências e artigos científicos relacionados ao tema. Dessa forma, espera-se, ao final da pesquisa, demonstrar que a utilização de provas digitais obtidas nas redes sociais é uma ferramenta efetiva para subsidiar a fixação da pensão alimentícia, ao oferecer indícios do padrão de vida do alimentante, contribuindo para a consolidação de parâmetros probatórios e para o fortalecimento do acesso à justiça no Direito de Família.

Palavras-chave: Pensão alimentícia. Provas digitais. Redes sociais. Teoria da Aparência.

[1] Estudante, Faculdade Brasileira do Recôncavo FBBR, contactgabriellesantana@gmail.com
[2] Advogada especialista em Direito de Família e Sucessões. Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador UCSAL, afraedille@gmail.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO CONTEXTO DIGITAL: DESAFIOS E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES EM UM MUNDO CONECTADO

Dáfine Kelly Santos Santana Guimarães[1]; Thiago Guimarães de Jesus Santana[2]; Evani Cavalcante de Souza Rocha[3]

A violência obstétrica é um problema significativo que afeta a saúde das mulheres durante a gestação, o parto e o puerpério, caracterizada por práticas desrespeitosas, abusivas ou desnecessárias por parte de profissionais de saúde. Este tipo de violência, reconhecido como uma violência de gênero, inclui desde comentários ofensivos até a realização de procedimentos médicos sem consentimento, violando direitos humanos e reprodutivos. Com o aumento de relatos e denúncias, especialmente em hospitais, a violência obstétrica desafia a efetividade de direitos fundamentais como o acesso à saúde e um atendimento humanizado. Além disso, impacta diretamente a saúde materna e infantil. Nos últimos anos, a tecnologia digital, especialmente as redes sociais e plataformas de saúde, tem desempenhado um papel importante na visibilidade e enfrentamento da violência obstétrica, permitindo denúncias e mobilização, mas também levantando questões éticas sobre privacidade e responsabilidade profissional. Nesse contexto, a pesquisa investiga como o ambiente digital pode contribuir para a proteção dos direitos das mulheres e para a promoção de práticas obstétricas mais seguras e humanizadas, ao mesmo tempo em que considera os riscos jurídicos e regulatórios envolvidos. A pesquisa busca identificar desafios e soluções, propondo políticas públicas, estratégias jurídicas e tecnologias que promovam a equidade de gênero e a proteção das mulheres. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, por meio das quais se buscou examinar a produção acadêmica e os documentos normativos pertinentes ao tema, de modo a compreender as interfaces entre a violência obstétrica, os direitos das mulheres e o ambiente digital. A análise evidencia que o ambiente digital apresenta duplo caráter: de um lado, amplia a visibilidade das denúncias e favorece a mobilização social; de outro, suscita questões éticas e jurídicas relacionadas à privacidade e à responsabilidade profissional. Conclui-se que o enfrentamento da violência obstétrica requer não apenas medidas jurídicas e políticas públicas eficazes, mas também uma cultura de respeito, empatia e responsabilidade profissional no cuidado à mulher.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Direitos das mulheres. Tecnologias digitais.

[1] Bacharelando em Direito, FBBR, dafinekelly07@gmail.com
[2] Bacharelando em Direito, FBBR, thiagogjsantana@gmail.com
[3] Advogada, FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA COMO CRIME AUTÔNOMO: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO ART. 147-B DO CÓDIGO PENAL NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E TRIBUNAIS ESTADUAIS

Emmylle Oliveira Santana[1]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[2]

A violência psicológica, durante muito tempo negligenciada nas relações sociais e, sobretudo, nas de gênero, passou a receber maior reconhecimento e atenção no âmbito jurídico e legislativo com a criação do artigo 147-B do Código Penal, instituído pela Lei nº 14.188/2021, que define a violência psicológica contra a mulher como crime autônomo. O presente trabalho tem como propósito examinar a aplicação desse dispositivo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dos Tribunais de Justiça estaduais, buscando identificar os critérios adotados pelos magistrados para caracterizar o delito, as principais divergências interpretativas e os impactos dessa tipificação na efetiva proteção das vítimas. A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa e documental, fundamentada na análise de acórdãos proferidos entre 2021 e 2025, disponíveis nas bases de dados oficiais do STJ e de tribunais selecionados — São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Serão analisados 50 julgados, classificados conforme a natureza das decisões (condenatórias, absolutórias ou de trancamento da ação penal) e os argumentos jurídicos mais recorrentes. Espera-se que os resultados indiquem que, embora o artigo 147-B tenha fortalecido a tutela da integridade psicológica da mulher, sua aplicação ainda enfrenta entraves, especialmente no que se refere à comprovação do abalo emocional e à distinção entre comportamentos tipificados e conflitos comuns nas relações afetivas. Pretende-se verificar se o STJ vem firmando entendimento de que a configuração do crime não exige prova pericial específica, sendo suficiente a demonstração do sofrimento psicológico por meio de testemunhos e outros elementos de prova, o que reforça a relevância da palavra da vítima, desde que corroborada pelo conjunto probatório. Nos tribunais estaduais, contudo, observa-se certa heterogeneidade nas interpretações, com decisões que ora ampliam, ora restringem o alcance do tipo penal. A expectativa é que a pesquisa evidencie que a inclusão do art. 147-B representa um avanço significativo no enfrentamento da violência de gênero e na promoção dos direitos fundamentais das mulheres, mas sua plena eficácia depende de uma atuação judicial sensível à complexidade da violência psicológica e de políticas públicas voltadas à formação continuada dos profissionais do sistema de justiça.

Palavras-chave: Violência psicológica. Artigo 147-B. Código Penal. Jurisprudência. Violência de gênero.

[1] Emmylle Oliveira Santana, FBBR, oliveiraemmylle14@gmail.com

[2] Advogada especialista em Família e Sucessões. Mestranda em Família na sociedade contemporânea (UCSAL)., FBBR, afredille@gmail.com

BENEFÍCIOS DA FISIOTERAPIA PÉLVICA NO FORTALECIMENTO DO ASSOALHO PÉLVICO PARA O PARTO: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Gabriella Paranhos Pereira[1]; Josiane Moreira Germano[2]

A gestação e o parto envolvem mudanças no corpo da mulher e a fisioterapia pélvica pode contribuir positivamente ao proporcionar mais confiança, controle corporal e melhor experiência no parto. O fortalecimento do assoalho pélvico tem sido associado à prevenção de disfunções como a incontinência urinária, o prolapso de órgãos pélvicos e lesões perineais, além de contribuir para um trabalho de parto mais eficiente e menos traumático. Objetivo: Analisar os benefícios da fisioterapia pélvica no fortalecimento do assoalho pélvico e sua influência para o parto. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que reuniu e analisou estudos científicos relevantes publicados nos últimos 10 anos. A busca foi realizada em bases de dados científicas, como: SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed (US National Library of Medicine), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: pelvic floor, childbirth, pelvic physiotherapy, fisioterapia pélvica, fisioterapia na gestação, assoalho pélvico, combinados com o operador booleano AND. Resultados: Os principais resultados explicitam a eficácia da fisioterapia pélvica no fortalecimento do assoalho pélvico na prevenção e reabilitação das disfunções musculoesqueléticas e uroginecológicas associadas à gestação, ao parto e ao puerpério. Os estudos analisados convergem ao demonstrar que o acompanhamento fisioterapêutico durante o período gestacional proporciona benefícios significativos tanto para a saúde materna quanto para os desfechos obstétricos, também melhora a função muscular, previne lesões perineais e contribui na redução da dor, além de fortalecer a musculatura do assoalho pélvico. Denota-se que a orientação e a prática de exercícios fisioterapêuticos durante o pré-natal contribuem para proporcionar consciência corporal e postural e melhora da capacidade respiratória, fatores que influenciam diretamente na evolução do parto vaginal; com isso, os estudos destacam a importância da fisioterapia na redução de cesarianas desnecessárias. Considerações finais: A implementação sistemática dessas práticas em programas de pré-natal contribui para melhores desfechos maternos e neonatais, além de consolidar a fisioterapia como área indispensável na atenção integral à saúde feminina.

Palavras-chave: Apresentação Pélvica. Distúrbios do Assoalho Pélvico. Gravidez. Assistência Fisioterapêutica.

[1] Estudante, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabiiparanhos133@gmail.com
[2] Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, josiane.germano@usp.br

BULLYING E DIREITOS HUMANOS: SENSIBILIZAÇÃO E ACOLHIMENTO NO AMBIENTE ESCOLAR

Dandara Soares Santos[1]; Carine Elen de Jesus Almeida[2]; Ana Caroline da Silva Rocha[3]; Micael Santos Silveira[4]; Mônica de Oliveira Nascimento Braz[5]; Elton Góes da Silva[6]; Jorge Taikson da Conceição Santana[7]; Robert Souza da Silva[8]; Edna Grisi de Magalhães[9]; Juarez da Silva Paz[10]

Este texto trata do projeto de extensão desenvolvido por estudantes do curso de Direito do 1º semestre, com o objetivo de refletir, sensibilizar, acolher e combater o bullying no ambiente escolar. Por meio de pesquisas, debates e atividades lúdicas, buscou-se dar voz e acolher estudantes que sofrem com situações de intimidação, dentro e fora das salas de aula. O bullying é um problema social e educacional grave, que pode se manifestar de diferentes formas: verbais, físicas ou psicológicas; tanto de maneira presencial quanto virtual. Além de comprometer a saúde mental das vítimas, configura uma violação de direitos fundamentais, como o direito à igualdade, à vida e à segurança. No contexto digital, o cyberbullying surge como uma forma de violência intencional e repetitiva, praticada em um ambiente de desequilíbrio de poder. O projeto teve como propósito ampliar a sensibilização sobre o tema e promover o diálogo, fortalecendo o protagonismo das vítimas e informando-as sobre seus direitos como cidadãos. Foram discutidas legislações relevantes, como a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), e a Lei nº 14.811/2024, que altera o Código Penal para tratar com maior rigor as práticas de bullying e cyberbullying. As ações incluíram palestras interativas e rodas de conversa em escolas, com o intuito de prevenir e sensibilizar sobre o problema, estimulando os estudantes a reconhecer e interromper comportamentos abusivos, bem como a buscar apoio de adultos responsáveis diante de situações de violência. Acredita-se que iniciativas como esta contribuem para a construção de um ambiente escolar mais seguro, empático e solidário, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes e a formação de cidadãos mais sensíveis e responsáveis. O combate à violência deve ser constante, com o envolvimento de toda a comunidade escolar e familiar, promovendo o diálogo, a empatia e o respeito mútuo como princípios fundamentais da convivência humana.

[1] Estudante de Direito na FBBR, dandarasoasantos@gmail.com
[2] Estudante de Direito na FBBR, karen6678904@gmail.com
[3] Estudante de Direito na FBBR, Carolinerocha.fbbr@gmail.com
[4] Estudante de Direito na FBBR, micaelsantossilveira63@gmail.com
[5] Estudante de Direito na FBBR, brazoliveiramonica@gmail.com
[6] Estudante de Direito na FBBR, eltongoes230@gmail.com
[7] Estudante de Direito na FBBR, Tayksonsantanna@hotmail.com
[8] Estudante de Direito na FBBR, robrtsouza271@gmail.com
[9] Estudante de Direito na FBBR, ednagrisi69@gmail.com
[10] Pós-Doutor em Gestão e Políticas Públicas, Doutor em Difusão do Conhecimento, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), juarez.paz@atmos.edu.br

Palavras-chave: Bullying. Cyberbullying. Direitos Humanos. Educação.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

CAPS E DIREITOS HUMANOS: CUIDADO EM LIBERDADE E DIGNIDADE NA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA

Rafael Ponciano Alves[1]; Guimar Prado da Silva Bloisi[2]; Adelelmo Costa Neto[3]; Carolina Oliveira[4]; Pedro Antonio Aragão Barreto[5]; Emanuel Henrique Nunes Paulino[6]; Jivanilda Conceição da Rocha[7]; Hamilton Pereira de Cerqueira[8]; Juarez da Silva Paz[9]

O presente trabalho analisa o papel do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) como dispositivo central na garantia dos direitos humanos e na consolidação dos avanços da Reforma Psiquiátrica brasileira, em contraposição ao modelo manicomial. A trajetória da saúde mental no Brasil é marcada por violações históricas, e os serviços substitutivos, como o CAPS, emergem como espaços de reconstrução da dignidade e de cuidado integral. O objetivo foi compreender de que forma o CAPS de Cruz das Almas (BA), em sua práxis cotidiana, assegura os direitos de seus usuários, especialmente por meio de estratégias de cuidado que vão além da medicação e favorecem a reinserção social. A metodologia adotada foi a pesquisa de campo qualitativa, envolvendo observação direta da estrutura e do fluxo de atendimento, além de entrevista semiestruturada com a equipe técnica sobre os desafios e avanços do serviço. Os resultados evidenciam que o CAPS se consolida como um espaço efetivo de garantia de direitos humanos, substituindo a lógica de confinamento por práticas pautadas na escuta, no acolhimento e no respeito à singularidade dos sujeitos. O trabalho desenvolvido oferece não apenas atendimento clínico, mas também apoio psicossocial contínuo e suporte material, especialmente a usuários em situação de vulnerabilidade social ou sem vínculos familiares. A discussão incluiu ainda os avanços recentes da política nacional de saúde mental, com destaque para a expansão dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), previstos na Lei nº 10.708/2003, que assegura o direito à moradia para pessoas egressas de longas internações. Conclui-se que o CAPS de Cruz das Almas configura-se como um potente instrumento de cidadania, reafirmando o cuidado em liberdade como princípio ético e político da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Palavras-chave: Centro de Atenção Psicossocial. Direitos Humanos. Saúde Mental. Cuidado em Liberdade. Reforma Psiquiátrica.

[1] Bacharelando em direito, FBBR, rponcianoalves10@gmail.com
[2] Bacharelando em direito, FBBR, bloisiguimar@gmail.com
[3] Bacharelando em direito, FBBR, Netocosta633@gmail.com
[4] Bacharelando em direito, FBBR, carol_vito@hotmail.com
[5] Bacharelando em direito, FBBR, paabarreto@gmail.com
[6] Bacharelando em direito, FBBR, emanuelhenriquenunes01@gmail.com
[7] Bacharelando em direito, FBBR, Jivanildaconceicao07@gmail.com
[8] Bacharelando em direito, FBBR, hpcerqueira@yahoo.com.br
[9] Pós-Doutor em Gestão e Políticas Públicas, Doutor em Difusão do Conhecimento, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), juarez.paz@atmos.edu.br

CASOS DE BULLYING NA TURMA DE 4º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL DERALDO APOLINÁRIO DE OLIVEIRA

Fernanda de Oliveira Moura[1]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[2]

O presente estudo de caso se dedica à realidade alarmante do bullying na turma do 4º ano da Escola Municipal Deraldo Apolinário de Oliveira, em São José do Itaporã, Muritiba – BA. A ideia fundamental é que a escola é um espaço de acolhimento e desenvolvimento e tem o dever legal de zelar pela segurança e integridade de seus alunos, compromisso vital diante dos atos de violência física ou psicológica, repetitivos e intencionais, que causam sofrimento e danos. Com o trabalho é estabelecida a discussão sob uma robusta estrutura jurídica que impõe à instituição de ensino o dever de cuidado. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Art. 4º): determina a proteção integral e o dever da família, sociedade e do Poder Público de zelar pelos direitos fundamentais dos menores, coibindo toda forma de negligência e violência. A Lei Federal nº 13.185/2015 (Lei do Bullying): instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática e estabeleceu a obrigação das escolas de assegurar medidas de conscientização, prevenção e combate. Já a Lei nº 14.811/2024: trouxe um avanço significativo, tipificando penalmente o bullying e o cyberbullying no Código Penal, reforçando a seriedade do tema. A questão central da pesquisa é a responsabilidade civil da escola diante dos casos vivenciados, desde que a mesma seja omissa ou falha no cumprimento do seu dever. Os artigos 186, 927, 932 (inciso IV) e 933 do Código Civil preveem o dever de indenização à vítima quando houver ato ilícito. A escola tem a responsabilidade objetiva pelos atos que seus alunos praticarem durante o horário escolar e dentro do seu espaço físico. Para que a escola seja responsabilizada, tem que haver a comprovação do nexo causal entre o dano sofrido pelo aluno e a omissão da instituição nas ações de prevenção e enfrentamento. O objetivo do trabalho é investigar, prevenir e analisar a responsabilidade civil da Escola Municipal Deraldo Apolinário de Oliveira, identificando os tipos de bullying e a frequência com que acontecem, verificando falha ou omissão nas ações preventivas. A metodologia utilizada será um estudo de caso qualitativo com natureza exploratória, e o método empregado será o indutivo. A técnica analítica utilizada será análise de conteúdo temático de dados de entrevistas com professor e gestor e de documentos como atas e ocorrências, dentro de um lapso temporal e critérios de seleção definidos. A presente conclusão reforça que o estudo é um instrumento de mudança e o direito é o indutor de políticas preventivas. A responsabilidade civil serve como mecanismo de reparação e para que a escola assuma o papel de garantidora de direitos, determinando um ambiente seguro e acolhedor para os alunos. Diante dos fatos, há necessidade de mapear os conflitos e de uma intervenção pedagógica e jurídica efetiva para que se obtenham os resultados esperados, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento ao bullying, assegurando o direito fundamental dos alunos.

[1] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Fernandadeoliveiramoura@hotmail.com
[2] Advogada especialista em Família e Sucessões. Mestranda em Família na sociedade contemporânea, UCSAL, afraedille@gmail.com

Palavras-chave: Bullying. Responsabilidade civil. Escola.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

CIDADANIA E CONTRATOS: UM PROJETO DE EXTENSÃO NO COLÉGIO EUGÊNIO ARAÚJO

Amelia Albernaz Rodrigues[1]; Jamile Rodrigues Nascimento[2]; Maria Eduarda Bastos Damascena[3]; Quecia Rafaela Aquino Bernardo[4]; Sarah Ressureissão Felipe[5]; Tauan Conceição Nunes[6]; Diana Ribeiro da Silva dos Santos[7]

O presente trabalho apresenta as ações desenvolvidas no projeto de extensão voltado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Colégio Eugênio Araújo, município de Castro Alves, Bahia, com o objetivo de conscientizar sobre os direitos e deveres relacionados aos contratos de aluguel. Partindo da necessidade de promover a inclusão social e o exercício da cidadania entre pessoas que não concluíram a educação básica e necessitam de informações jurídicas essenciais, o projeto propõe o conhecimento dos princípios da boa-fé e da função social dos contratos. A metodologia adotada compreendeu oficinas práticas, dinâmicas de grupo e análise de casos reais, possibilitando a interação efetiva entre os estudantes. As atividades foram conduzidas de forma participativa, utilizando recursos tecnológicos e simulações para facilitar a compreensão dos conteúdos. Os resultados demonstraram um avanço significativo na capacidade dos participantes para interpretar e agir em situações que envolvem contratos locatícios, fortalecendo a autonomia e decisões fundamentadas. Dessa forma, conclui-se que o projeto contribuiu efetivamente para o fortalecimento da cidadania, da igualdade social e da conscientização sobre a importância dos contratos como instrumentos de justiça e inclusão nas relações jurídicas no Colégio Eugênio Araújo. A iniciativa reforça o compromisso da instituição com a educação e a inclusão social, promovendo um impacto positivo na comunidade. O projeto também permitiu que os participantes desenvolvessem habilidades importantes, como a capacidade de analisar e resolver problemas, trabalhar em equipe e tomar decisões informadas. Além disso, o projeto contribuiu para a formação de cidadãos mais conscientes e ativos, capazes de exercer seus direitos e deveres de forma responsável e eficaz. Portanto, o projeto de extensão no Colégio Eugênio Araújo foi um sucesso, alcançando seus objetivos e promovendo um impacto positivo na comunidade. A iniciativa serve como exemplo para outras instituições e projetos, demonstrando a importância da educação e da inclusão social para o desenvolvimento da cidadania e da igualdade social.

Palavras-chave: Educação Jurídica. Cidadania. Inclusão Social.

[1] Graduanda em Direito, FBBR, melalbernaz1994@gmail.com
[2] Graduanda em Direito, FBBR, rodriguesjamile30@gmail.com
[3] Graduanda em Direito, FBBR, Dudabastos1502@gmail.com
[4] Graduanda em Direito, FBBR, queciarafaela@hotmail.com
[5] Graduanda em Direito, FBBR, Sarahsantos9300@gmail.com
[6] Graduando em Direito, FBBR, nunestauan81@gmail.com
[7] Bacharel em Direito - UNEB,Especialização em Raça, Gênero, Etnia e Sexualidade na Formação de Educadores - UNEB, diana.santos@atmos.edu.br

COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Dalila Costa Câmara[1]; Erivaldo da Silva Ventena[2]; João Paulo Moura[3]; José Mateus Guedes Guerra[4]; Lucas Vinícius Alves Brito[5]; Maralayne Ilze Bispo de Santana[6]; Queila Beatriz Santos dos Santos[7]; Regina Maria da Conceição Alves[8]; Taís Teixeira Araújo[9]; Viviane Santos Rebouças[10]; Mateus Costa Pinheiro[11]

O presente trabalho tem como tema o combate às alterações climáticas e foi desenvolvido com base nas reflexões do escritor e pensador indígena Ailton Krenak, apresentadas aos alunos do 3º ano do ensino médio. A pesquisa teve como objetivo promover uma reflexão crítica sobre a relação do ser humano com a natureza e despertar a consciência ambiental entre os estudantes. A discussão partiu da compreensão de que as mudanças climáticas não são apenas um problema ambiental, mas também social, cultural e espiritual, pois revelam a desconexão do homem com a Terra. Como metodologia, foi realizada uma apresentação expositiva e com diálogo, baseada em trechos dos livros de Krenak, como Ideias para adiar o fim do mundo e A vida não é útil. Além disso, foram utilizados recursos visuais e atividades de debate, que incentivaram a participação dos alunos e a troca de experiências sobre práticas sustentáveis. Durante a apresentação, destacou-se a importância de repensar o modo de vida moderno, marcado pelo consumo excessivo e pela exploração da natureza, propondo a necessidade de reconectar-se com o planeta e valorizar os saberes tradicionais e indígenas. Os resultados observados demonstraram o interesse dos estudantes pelo tema e o reconhecimento da urgência em adotar atitudes responsáveis, como reduzir o desperdício, cuidar dos recursos naturais e fortalecer ações coletivas em prol do meio ambiente. A discussão proporcionou um momento de conscientização sobre o papel de cada indivíduo na preservação da vida e na construção de um futuro mais equilibrado. Conclui-se que o combate às alterações climáticas vai além das medidas técnicas e governamentais; ele exige uma mudança de mentalidade e de valores, conforme propõe Ailton Krenak. Ao adiar o fim do mundo, como o autor sugere, tornamo-nos capazes de reconstruir nossa relação com a Terra de forma mais respeitosa, solidária e sustentável.

[1] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo. costadalila888@gmail.com
[2] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo. Thellventena@gmail.com
[3] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo. joao_paulo_moura@hotmail.com
[4] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo. matheusguedes585@gmail.com
[5] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo. brtluc@hotmail.com
[6] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo. Imaralayne@gmail.com
[7] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo. beatrizqueila7@gmail.com
[8] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo. ra384699@gmail.com
[9] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo. teixeiraaraujotais@gmail.com
[10] Graduada em Ciências Contábeis pela UNIMAM. Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo.vivianesreboucas@gmail.com
[11] Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Lisboa. Professor em Graduação, Pós e Concurso. Coordenador da Bahia Cidadã e da Faculdade Brasileira do Recôncavo. mateus.pinheiro@atmos.edu.br

Palavras-chave: Alterações climáticas. Sustentabilidade. Ailton Krenak. Consciência ambiental. Educação.

COMODATO RURAL NO RECÔNCAVO BAIANO: SEGURANÇA JURÍDICA E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

Filipe Casé Santos Garcez Silva[1]; Girlania de Jesus Barbosa[2]; Rogério Cerqueira Santana[3]; Stefany Santana dos Santana[4]; Thaís Sodré[5]; Diana Ribeiro da Silva dos Santos[6]

O contrato de comodato é um instrumento jurídico fundamental para famílias rurais em vulnerabilidade social, viabilizando o uso gratuito de imóveis e terras sem transferência de propriedade. No contexto do Recôncavo Baiano, onde prevalecem condições de pobreza, insegurança fundiária e desafios ambientais, o comodato assegura o acesso à terra para produção agrícola e moradia, garantindo direitos básicos e facilitando a inclusão socioeconômica dessas famílias. Para essas comunidades, o comodato não apenas oferece segurança jurídica para o uso da terra, mas também fortalece a possibilidade de acesso a políticas públicas essenciais, como o crédito rural, programas de assistência técnica e benefícios da seguridade social — incluindo aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade e auxílio por incapacidade temporária. Essas políticas públicas são fundamentais para a promoção da justiça social e a redução das desigualdades históricas no campo, favorecendo a permanência no território e o desenvolvimento sustentável. Além disso, no semiárido baiano, o acesso ao crédito produtivo rural por meio do PRONAF e às linhas de microcrédito do Banco do Nordeste — como o Agroamigo — potencializa a inclusão financeira e o fortalecimento da agricultura familiar, viabilizando investimentos em produção, assistência técnica e tecnologias de convivência com o semiárido. O contrato de comodato serve como base documental para formalizar o uso da terra, conferindo a segurança jurídica necessária para acessar essas políticas e serviços financeiros. Juridicamente, o comodato deve ser interpretado considerando os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da igualdade e dos direitos fundamentais (art. 5º da CF), além da função social do contrato (arts. 421 e 421-A do Código Civil) e da boa-fé objetiva (art. 422 do Código Civil). Esses princípios orientam que o contrato, especialmente em contextos sociais vulneráveis e interseccionais como o rural nordestino, não pode ser instrumento de exploração ou exclusão, mas sim de proteção, solidariedade e inclusão social. No Recôncavo Baiano, região com forte tradição agrícola e presença relevante de pequenos produtores, o contrato de comodato viabiliza o uso de terras frequentemente sob posse precária ou informal, contribui para o fortalecimento da agricultura familiar e favorece a integração com programas municipais e estaduais de assistência social e desenvolvimento rural. Essa regularização tímida, mas importante, possibilita o acesso a direitos previdenciários, habitação rural e serviços de

[1] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, filipegarcez2002@gmail.com
[2] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, laniabarbosa@gmail.com
[3] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rogercerqueira205@gmail.com
[4] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, stefannyyan32@gmail.com
[5] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, thaissodre02@gmail.com
[6] Bacharel em Direito – UNEB, Especialização em Raça, Gênero, Etnia e Sexualidade na Formação de Educadores - UNEB, diana.santos@atmos.edu.br

saúde, componentes essenciais da proteção social. Para que o comodato cumpra plenamente essa função social, sua elaboração deve ser feita de forma acessível, clara e inclusiva, abrangendo famílias em situação de vulnerabilidade social, incluindo mulheres rurais, populações negras e outros grupos marginalizados pela interseccionalidade, garantindo sua autonomia no exercício dos direitos contratuais. Em suma, o contrato de comodato rural funciona como um mecanismo eficaz para garantir o direito à terra e à moradia, sendo um vetor de acesso a políticas públicas e benefícios da seguridade social para famílias rurais vulneráveis no Nordeste.

Palavras-chave: Contrato de comodato. Famílias rurais vulneráveis. Políticas públicas. Função social.

CONHECIMENTO E USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO CONTEXTO ACADÊMICO: EVIDÊNCIAS DE ESTUDANTES DO SENAC CRUZ DAS ALMAS

Jeferson Santos Damasceno Bispo[1]; Danilo Almeida Brito[2]

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) constitui um marco relevante na valorização do conhecimento tradicional e na promoção do uso seguro e eficaz dessas terapias no Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Ferreira (2022), essa política busca integrar práticas populares e científicas, promover o uso racional das plantas medicinais, fortalecer o saber tradicional e incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de fitoterápicos com base em evidências científicas. Nesse contexto, torna-se essencial compreender como o conhecimento e a utilização dessas práticas se mantêm entre as novas gerações. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo investigar o conhecimento, a utilização e a confiança em fitoterápicos e plantas medicinais entre estudantes do SENAC de Cruz das Almas (BA), além de identificar a origem desse saber e a percepção dos participantes sobre sua continuidade intergeracional. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário estruturado aplicado a 25 estudantes, com idades entre 14 e 24 anos, em outubro de 2025, e da análise de artigos científicos disponíveis nas bases PubMed e SciELO, buscando correlacionar dados empíricos (obtidos na pesquisa de campo) e teóricos (oriundos da literatura científica). Os resultados revelaram que 60% dos participantes sabem o que é um fitoterápico, e 70% conhecem e utilizam plantas medicinais comuns, como erva-doce, boldo, picão, quebra-pedra, alecrim e São Gonçalinho. A transmissão desse conhecimento ocorre predominantemente no âmbito familiar (70%), evidenciando a força da tradição oral e do convívio cultural. Além disso, 90% dos estudantes consideram essencial repassar tais práticas às futuras gerações. Todos os entrevistados (100%) declararam confiar na eficácia dos fitoterápicos, embora nenhum tenha recebido indicação formal de profissionais de saúde, o que sugere uma lacuna na integração entre o saber popular e o conhecimento técnico-científico. Ademais, 95% acreditam que o uso de fitoterápicos deve ser incentivado nas práticas de saúde pública, como forma de ampliar o cuidado integral e promover alternativas terapêuticas acessíveis. Conclui-se que há uma expressiva valorização do saber popular e das práticas fitoterápicas entre os estudantes investigados, refletindo o papel cultural e identitário dessas práticas na comunidade. Os resultados reforçam a importância de fortalecer políticas públicas e estratégias educativas que promovam a integração entre o conhecimento tradicional e a ciência, garantindo o uso seguro, racional e sustentável das plantas medicinais. Assim, a efetivação das diretrizes da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) revela-se fundamental para a consolidação de um modelo de atenção à saúde mais inclusivo, participativo e alinhado à diversidade cultural brasileira.

[1] Graduando em Enfermagem, FBBR jefersonsdb19@gmail.com
[2] Mestre em microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

Palavras-chave: Plantas medicinais. Saber tradicional. Política Nacional de Plantas Medicinais. Fitoterápicos.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E O PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE: UM ALERTA ÀS EMPRESAS

Gisele de Jesus Vieira de Souza[1]; Lucas Neves da Silva[2]; Evani Cavalcante de Souza Rocha[3]

O presente trabalho tem por objetivo analisar o contrato de prestação de serviços sob a ótica do Direito do Trabalho, com ênfase no risco de reconhecimento do vínculo empregatício quando presentes os requisitos caracterizadores da relação de emprego. Busca compreender em que medida a Justiça do Trabalho pode descaracterizar o contrato civil e reconhecer a relação laboral, à luz dos princípios da primazia da realidade e da proteção ao trabalhador. A pesquisa parte da constatação de que, diante das transformações nas relações laborais contemporâneas, marcadas pela terceirização, pela flexibilização das formas de contratação e pelo avanço tecnológico, tem-se tornado cada vez mais comum a utilização de contratos civis como forma de mascarar verdadeiras relações de emprego, prática que resulta na precarização dos direitos trabalhistas e em insegurança jurídica para ambas as partes. A metodologia utilizada é dedutiva e qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e análise jurisprudencial, com o intuito de identificar os critérios aplicados pelos tribunais na distinção entre o trabalhador autônomo e o empregado subordinado. O estudo examina os requisitos essenciais do vínculo empregatício previstos nos artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) — pessoalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação — e demonstra como sua presença, ainda que disfarçada sob a forma de contrato civil, autoriza o reconhecimento judicial da relação de emprego. Além disso, analisa o papel da subordinação estrutural e tecnológica, conceito da doutrina contemporânea que explica novas formas de controle e dependência nas relações laborais. Por fim, discute a responsabilidade das empresas contratantes e as implicações jurídicas da fraude trabalhista, concluindo que, embora o contrato de prestação de serviços seja legítimo e necessário, seu uso indevido pode configurar fraude à legislação. O estudo reforça a importância de equilibrar a flexibilização contratual com a proteção ao trabalhador, assegurando que a autonomia não se torne instrumento de supressão de direitos fundamentais.

Palavras-chave: Contrato de prestação de serviços. Vínculo empregatício. Subordinação. Primazia da realidade. Relações de trabalho.

[1] Graduando em Bacharelado em Direito, FBBR, giselevieira947@gmail.com
[2] Graduando em Bacharelado em Direito, FBBR, pastorlucasnevesdasilva@gmail.com
[3] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

CONTRATOS E PRÁTICAS COMERCIAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES: ANÁLISE À LUZ DO DIREITO CIVIL NO MUNICÍPIO DE CASTRO ALVES, BA

Ana Beatriz Cardoso[1]; Ana Flávia Lefundes; Camile Moura; Kailane Souza[2]; Kassia Silva[3]; Maria Antonia Dias[4]; Milena dos Santos; Diana Ribeiro da Silva dos Santos[5]

O trabalho de extensão “Contratos e práticas comerciais de agricultores familiares: análise à luz do Direito Civil no município de Castro Alves, BA” tem como propósito contribuir para o fortalecimento das relações jurídicas e comerciais entre agricultores e familiares da região. A iniciativa busca promover a segurança jurídica e a autonomia dos produtores rurais por meio da divulgação de informações acessíveis sobre contratos utilizados nas atividades do campo, orientando-os quanto aos seus direitos, deveres e às consequências legais de cada tipo de acordo.
A pesquisa foi desenvolvida por um grupo de extensionistas que atuaram diretamente com os agricultores nas feiras livres de agricultura familiar do município. A metodologia adotada teve caráter qualitativo e educativo, baseada em conversas informais, observação de campo e distribuição de folhetos explicativos, contendo informações sobre os principais modelos de contratos rurais, a importância da formalização de CNPJ e o registro documental das transações comerciais. Durante as atividades, observou-se que a grande maioria dos agricultores não possuem conhecimento prévio sobre contratos formais, realizando negociações apenas de forma verbal e sem garantias legais. Essa informalidade pode gerar conflitos e prejuízos financeiros, sobretudo pela ausência de registros que assegurem o cumprimento dos acordos firmados. Nas conversas, os produtores revelaram um interesse genuíno em compreender as práticas jurídicas do campo, reforçando a relevância do projeto como um instrumento de transformação e aprendizado. Dessa forma, o projeto cumpre um papel essencial ao aproximar o conhecimento jurídico do cotidiano rural, fortalecendo o diálogo entre o meio acadêmico e a comunidade. Ao apresentar modelos de contratos e promover a reflexão sobre a importância da formalização nas relações comerciais, a iniciativa contribui para a construção de uma cultura de responsabilidade, transparência e segurança jurídica entre os agricultores familiares de Castro Alves. Assim, o trabalho se consolida como uma importante ação de extensão universitária, promovendo educação jurídica, cidadania e desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Agricultura. Vivência. Contratos.

[1] Bacharelando em Direito, FBBR, bia.diascard@gmail.com
[2] Bacharelando em Direito, FBBR, kaisouza1006@gmail.com
[3] Bacharelando em Direito, FBBR, kassia10santos@gmail.com
[4] Bacharelando em Direito, FBBR, mariadiassena@gmail.com
[5] Especialista em Direito Civil, diana.santos@atmos.edu.br

CONTRATOS JURÍDICOS E AGRICULTURA FAMILIAR: UM INSTRUMENTO DE DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL

Eduardo da Silva Cruz de Jesus[1]; Emanuel Moraes Pereira da Silva[2]; Ezequiel Silva Mota[3]; João Vitor Silva e Silva[4]; Jonatas Afonso Aquino Santos de Jesus[5]; Yago Santos Sousa[6]; Diana Ribeiro da Silva dos Santos[7]

A princípio, as reflexões acerca da pesquisa e curadoria exercida no âmbito das associações de pequenos produtores rurais na cidade de Conceição do Almeida exaltaram ainda mais a importância de contratos e regulamentações para garantir os direitos e deveres dos associados. O diálogo refletiu sobre a realidade das associações, os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores e a necessidade de uma gestão eficiente e legalizada para a obtenção de benefícios e incentivos governamentais. A metodologia empregada no presente trabalho possui uma abordagem qualitativa, sendo utilizada a revisão bibliográfica, assim como a pesquisa de campo, visitando a Câmara Municipal e as associações da cidade de Conceição do Almeida. Constatou-se que as associações como um todo no município carecem de instrução jurídica; sendo assim, fomentaram-se reflexões acerca da necessidade de um apoio jurídico na regulamentação e adequação das associações. Diante disso, foram propostas ações para promover importantes avanços e melhorias na infraestrutura e gestão das associações, perante a presumida inércia dos representantes para o setor jurídico. Os objetivos específicos deste estudo consistem em diagnosticar as principais dificuldades de ordem jurídica enfrentadas pelas associações de agricultores do município de Conceição do Almeida, buscando compreender os entraves que limitam o pleno exercício de suas atividades. Pretende-se, ainda, orientar os associados quanto à importância do respaldo legal nas ações desenvolvidas, enfatizando a necessidade de observância às normas e à formalização de instrumentos jurídicos que assegurem maior segurança nas relações comerciais. Além disso, objetiva-se promover a capacitação dos membros das associações no que se refere à elaboração e à interpretação de contratos, de modo a fomentar práticas transparentes e responsáveis. Por fim, busca-se contribuir para o fortalecimento institucional das associações e para o desenvolvimento econômico e social dos agricultores, mediante a adoção de medidas que ampliem sua autonomia e proteção jurídica. Nos resultados obtidos, observou-se, ainda, o aumento da conscientização sobre a necessidade de formalização de contratos, sejam eles de compra e venda ou de outras naturezas, como instrumento essencial para garantir segurança e

[1] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), educrz21@gmail.com
[2] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), Emanuelmoraes2017@hotmail.com
[3] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), zequisilva22@outlook.com
[4] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), joaovitor99100@gmail.com
[5] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), jtj2091@gmail.com
[6] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), Yagosousa105@gmail.com
[7] Mestranda em Gestão de Políticas Públicas, Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), diana.santos@atmos.edu.br

transparência nas relações comerciais. As orientações contribuíram para que os associados passassem a reconhecer a importância do respaldo legal em suas atividades, buscando amparo jurídico que os proteja de possíveis desavenças futuras. Em síntese, o diálogo em questão revela um grande desafio enfrentado por associações de pequenos produtores da cidade de Conceição do Almeida, destacando a importância de uma gestão legalizada e eficiente nas associações. Além disso, a necessidade de um apoio contínuo e de uma comunicação clara entre os associados e as entidades governamentais é fundamental para o sucesso das iniciativas propostas. A reflexão sobre a realidade prática das associações e a busca por soluções conjuntas são passos necessários para fortalecer a atuação dos pequenos produtores no mercado. E, mais uma vez, destaca-se a importância de uma instrução jurídica por parte do município para sanar as dúvidas de todos os associados.

Palavras-chave: Pequenos produtores. Incentivos governamentais. Agricultura familiar. Contrato de compra e venda.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

CRIME DE LGBTFOBIA NO BRASIL: ASPECTOS JURÍDICOS, PENAIS E SOCIAIS

Maria Vitória Messias da Silva[1]; Alana Beatriz Salgado da Silva[2]; Gabrielle de Jesus Vieira[3]; Lucas Henrique Costa de Albuquerque[4]; Vinícius Costa Monteiro[5]; Franklin da Silva Peixinho[6]

O presente trabalho propõe uma reflexão aprofundada sobre o crime de LGBTfobia no Brasil, analisando seus aspectos jurídicos, penais e sociais, com ênfase na proteção dos direitos fundamentais e no combate à discriminação direcionada à população LGBTQIA+. A partir de uma abordagem teórica e prática, o estudo discute o conceito de LGBTfobia, sua base legal e penal, bem como os impactos sociais, psicológicos e culturais decorrentes da violência, do preconceito e da marginalização histórica desses grupos. O objetivo central é compreender de que forma o reconhecimento jurídico da LGBTfobia como crime — equiparado ao racismo, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal em 2019 — contribui para a efetivação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e do respeito à diversidade, assegurados pela Constituição Federal de 1988. A ação de extensão foi desenvolvida no Colégio Estadual Luciano Passos, localizado em Cruz das Almas (BA), no dia 22 de setembro de 2025, com estudantes do 1º ano do ensino médio. A atividade consistiu em uma exposição dialogada com apoio de slides, seguida de uma dinâmica interativa, que buscou promover o diálogo, a escuta e o respeito mútuo. Foram abordadas as diferentes formas de manifestação da LGBTfobia, os meios de denúncia e a relevância da conscientização social como ferramenta de prevenção desse tipo de violência. Os resultados evidenciaram expressivo engajamento, curiosidade e interesse dos participantes, promovendo reflexão sobre o respeito às diferenças e a importância da empatia nas relações humanas. Conclui-se que o enfrentamento da LGBTfobia exige, além da punição penal, políticas públicas efetivas, ações educativas permanentes e o fortalecimento da cidadania, a fim de construir uma sociedade verdadeiramente justa, plural e inclusiva.

Palavras-chave: LGBTfobia. Direitos Humanos. Discriminação. Direito Penal. Inclusão Social.

[1] Maria Vitória Messias da Silva, Faculdade Brasileira do Recôncavo, visilva0709@gmail.com
[2] Alana Beatriz Salgado da Silva, Faculdade Brasileira do Recôncavo, alana9silva.4@gmail.com
[3] Gabrielle de Jesus Vieira, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabriellevieira1327@gmail.com
[4] Lucas Henrique Costa de Albuquerque, Faculdade Brasileira do Recôncavo, llucazalbuquerque@gmail.com
[5] Vinícius Costa Monteiro, Faculdade Brasileira do Recôncavo, vinnicmont@gmail.com
[6] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

CRIMES AMBIENTAIS: O DIREITO NAS ESCOLAS

Bruno de Andrade Ferreira[1]; Crispiniana Nogueira Costa da Silva[2]; Edson de Jesus Nascimento[3]; Grasiele Cardoso de Souza[4]; Jean Carlos de Oliveira Lima[5]; Kamile Araújo dos Santos[6]; Pedro Henrique Queiroz da Silva[7]; Raissa dos Santos da Cruz[8]; Safira Moraes de Souza Barbosa[9]; Franklin da Silva Peixinho[10]

O presente projeto de extensão foi desenvolvido por discentes do curso de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo, com o propósito de promover a conscientização sobre a prática de crimes ambientais e a importância da preservação do meio ambiente junto a estudantes do 3º ano A – Vespertino, do Colégio Estadual Luiz Eduardo Magalhães na cidade de Santa Teresinha/BA. A atividade buscou apresentar e aproximar o conhecimento jurídico à comunidade escolar, utilizando linguagem acessível e recursos interativos para estimular o interesse pelo tema. O projeto teve como base legal o artigo 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988, a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e o Decreto nº 6.514/2008, que regulamenta as infrações administrativas ambientais. O objetivo principal foi expandir informações e levar conhecimento sobre os tipos de crimes ambientais, suas classificações, sanções previstas e a relevância da legislação ambiental na edificação de uma sociedade sustentável, pautada na responsabilidade com o meio ambiente. A metodologia adotada consistiu na elaboração e apresentação de um material didático em formato de slides, acompanhada da distribuição de folders informativos aos alunos, e seguida de uma dinâmica interativa em forma de quiz, permitindo que os alunos participassem ativamente do processo de aprendizagem. Durante a intervenção extensionista, foram abordados temas como a definição de crime

[1] Discente do curso de Bacharel em Direito da FBBR – Faculdade Brasileira do Recôncavo, bruno77777@icloud.com
[2] Discente do curso de Bacharel em Direito da FBBR – Faculdade Brasileira do Recôncavo, silvalumma08@gmail.com
[3] Discente do curso de Bacharel em Direito da FBBR – Faculdade Brasileira do Recôncavo, edsondandinho@hotmail.com
[4] Discente do curso de Bacharel em Direito da FBBR – Faculdade Brasileira do Recôncavo, grasielec225@gmail.com
[5] Discente do curso de Bacharel em Direito da FBBR – Faculdade Brasileira do Recôncavo, jeancarlos040120012@gmail.com
[6] Discente do curso de Bacharel em Direito da FBBR – Faculdade Brasileira do Recôncavo, mylearaujo27@gmail.com
[7] Discente do curso de Bacharel em Direito da FBBR – Faculdade Brasileira do Recôncavo, pedrohenriquequeirozdasilva71@gmail.com
[8] Discente do curso de Bacharel em Direito da FBBR – Faculdade Brasileira do Recôncavo, raissacruz.d0@gmail.com
[9] Discente do curso de Bacharel em Direito da FBBR – Faculdade Brasileira do Recôncavo, safiramoraesb31@gmail.com
[10] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

ambiental, os diferentes tipos de meio ambiente e as penalidades aplicáveis tanto a pessoas físicas quanto jurídicas, além de orientações sobre os meios de denúncia disponíveis aos cidadãos, como os canais do Ibama e o Disque Denúncia. Espera-se, como resultado, que essa ação contribua para o fortalecimento da educação ambiental, incentivando o desenvolvimento de uma consciência crítica nos estudantes, estimulando-os a exercer práticas sustentáveis. O projeto reforça a grande importância da extensão universitária como meio de integração entre o conhecimento acadêmico e a realidade social, cumprindo seu papel educativo e transformador.

Palavras-chave: Crimes Ambientais. Conscientização. Meio Ambiente.

DA TUTELA À PROTEÇÃO INTEGRAL: A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL E OS DESAFIOS DA ERA DIGITAL

Luine Santana Sant'Anna[1]; Mateus Andrade Silva[2]; Taiane de Souza Araujo[3]; Wilson Emanuel Amorim Pereira[4]; Franklin da Silva Peixinho[5]

A proteção jurídica da criança e do adolescente no Brasil passou por um longo processo de evolução histórica, marcado pela superação de uma concepção tutelar e repressiva para a consolidação da doutrina da proteção integral. No início do século XX, sob o primeiro Código de Menores (1927), a criança era tratada como objeto de tutela do Estado, sujeita à repressão e à indiferença social. O Código de Menores de 1979 manteve traços assistencialistas, restringindo-se aos "menores em situação irregular". A Constituição Federal de 1988 rompeu com esse paradigma ao instituir, no artigo 227, o dever compartilhado entre família, sociedade e Estado de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos das crianças e adolescentes. Esse novo marco foi consolidado com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Este trabalho teve como objetivo analisar a evolução do tratamento jurídico da criança e do adolescente no Brasil até a promulgação do ECA e identificar os desafios contemporâneos para a efetividade da proteção integral, com enfoque nas vulnerabilidades criadas pelo ambiente digital. Trata-se de uma pesquisa qualitativa feita a partir da revisão de legislações nacionais, obras doutrinárias e artigos científicos que abordam a proteção jurídica infantojuvenil. O estudo revelou uma mudança de paradigma no tratamento jurídico da infância, que passou da repressão e do assistencialismo à efetiva proteção integral e reconhecimento da dignidade da pessoa em desenvolvimento. Contudo, o surgimento das tecnologias digitais introduziu novas formas de vulnerabilidade, como o cyberbullying, a exploração sexual virtual e a exposição indevida de dados e imagens, desafiando a proteção integral na contemporaneidade. Tais fenômenos desafiam a eficácia das políticas públicas e demandam atualização constante dos mecanismos de proteção. Conclui-se que o ECA representou um marco civilizatório na consolidação dos direitos da criança e do adolescente. Entretanto, sua efetividade na era digital depende da atuação conjunta e contínua do Estado, da família e da sociedade, com políticas públicas adaptadas às novas formas de risco e violação de direitos.

[1] Bacharelando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, santanaluine34@gmail.com
[2] 2Bacharelando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Mateusandradema444@gmail.com
[3] Bacharelando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, thaianearaujo373@gmail.com
[4] Bacharelando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo Wilsonemanuel123@gmail.com Docente em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, franklin_peixinho@yahoo.com.br
[5] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

Palavras-chave: ECA. Proteção integral. Vulnerabilidade digital. Políticas públicas.

DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO: UMA ANÁLISE DOS ENTRAVES AO ACESSO À JUSTIÇA E DO PAPEL DA EDUCAÇÃO JURÍDICA

Elias Luiz de Melo Junior; Lucas Mazieiro; Evani Cavalcante de Souza Rocha[1]

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo analisar de que forma a democratização do ensino jurídico no Território de Identidade do Recôncavo Baiano pode atuar na redução dos persistentes entraves ao acesso ao Poder Judiciário. A pesquisa se aprofunda na análise das desigualdades estruturais que marcam corpos e classes historicamente desvalorizados na região, com foco especial na questão da letalidade policial que afeta majoritariamente a população negra e pobre. A metodologia empregada combina a revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos do Direito e da Sociologia Jurídica, como Mauro Cappelletti, Achille Mbembe e Robert Alexy, com a análise doutrinária. O trabalho se desenvolve em três eixos temáticos: o mapeamento dos entraves estruturais e institucionais ao acesso à justiça no Recôncavo; o exame do impacto da expansão dos cursos de Direito, notadamente através de projetos de extensão, como vetor de democratização do conhecimento jurídico; e a análise da relação entre a omissão judicial em casos de violência estatal e a produção de necropolítica. Os resultados indicam que a fragilidade institucional e o racismo estrutural criam um "deserto jurídico" que transforma o acesso à justiça em um privilégio. A expansão dos cursos de Direito, ao formar profissionais contextualizados e promover a consciência jurídica popular via extensão, atua como um mecanismo estratégico de superação desses entraves. Conclui-se que a democratização do ensino é um vetor essencial para resgatar a validade ética do sistema de justiça e promover a inclusão de populações historicamente marginalizadas, sendo a luta pela justiça no Recôncavo uma luta pela correção moral do Estado.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Democratização do Direito. Recôncavo Baiano. Racismo Estrutural. Necropolítica.

[1] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA PARA ASSEGURAR EFETIVAMENTE O ACESSO À JUSTIÇA NA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS

Elaine Pinto Ribeiro[1]; Josevaldo Caldas de Almeida[2]; Rosângela Nascimento dos Santos[3]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[4]

O acesso igualitário à justiça constitui um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito e condição indispensável para a efetivação da cidadania e da dignidade humana. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XXXV, garante que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, reconhecendo o acesso à justiça como direito fundamental. Entretanto, persistem barreiras que dificultam sua concretização, como a desigualdade social, a limitação de recursos, a falta de informação jurídica e a morosidade do sistema judiciário. Nesse contexto, a Defensoria Pública desempenha papel essencial na promoção da justiça social e na garantia da assistência jurídica integral e gratuita à população vulnerável. O presente trabalho pretende analisar os principais desafios enfrentados pela Defensoria Pública na cidade de Cruz das Almas para assegurar efetivamente o acesso à justiça. Busca-se compreender como a atuação da instituição contribui para o fortalecimento da cidadania e para a redução das desigualdades jurídicas e sociais. A pesquisa adotará abordagem qualitativa e descritiva, com base em revisão bibliográfica e documental, fundamentada na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 80/1994 e em publicações oficiais da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA). Serão também considerados dados e registros locais sobre atividades de orientação jurídica, mutirões de cidadania e ações voltadas à defesa dos direitos humanos no município. Espera-se que o estudo evidencie os avanços e limitações da Defensoria Pública na efetivação do direito de acesso à justiça, destacando a importância de políticas públicas que fortaleçam sua estrutura e ampliem sua presença territorial. Além disso, pretende-se propor medidas de aprimoramento institucional e parcerias com órgãos do sistema de justiça e universidades, visando à democratização do acesso e ao incentivo de práticas de mediação e conciliação. A expectativa é que a pesquisa contribua para o debate sobre o papel transformador da Defensoria Pública na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com a efetividade dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Defensoria Pública. Cidadania. Igualdade. Estado Democrático de Direito.

[1] Estudante de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo, pintoelaine777@gmail.com
[2] Estudante de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo, valdo.caldas23@gmail.com
[3] Estudante de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo, 104799@atmos.edu.br
[4] Advogada especialista em Família e Sucessões. Mestranda em Família na sociedade contemporânea (UCSAL), afraedille@gmail.com

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA IMPLANTAÇÃO DA LEI 14.133/2021 NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS A PARTIR DE 2024

Alessandro Moraes dos Santos[1]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[2]

A revogação, no âmbito jurídico, corresponde à retirada de vigência de uma norma por ato normativo de igual ou superior hierarquia, de modo expresso ou tácito. Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021 passou a vigorar em substituição à Lei nº 8.666/1993, tornando-se obrigatória a partir de 2024. Denominada Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, essa legislação introduz mudanças estruturais e substanciais no regime jurídico das contratações públicas, impondo aos entes federativos o desafio de adequar suas estruturas administrativas, normativas e operacionais a um modelo de gestão orientado pelos princípios da eficiência, transparência e governança. Diante desse contexto, o presente trabalho pretende analisar os desafios e perspectivas na implantação da Lei nº 14.133/2021 no município de Cruz das Almas, considerando as transformações exigidas na cultura organizacional, na capacitação de servidores e na modernização dos instrumentos de gestão pública. A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e coleta de dados junto a gestores e servidores municipais envolvidos nos processos de implementação e execução da nova lei. Espera-se identificar avanços na assimilação dos princípios e diretrizes da legislação, bem como mapear entraves relacionados à limitação de recursos humanos qualificados, lacunas na capacitação técnica e dificuldades de integração entre setores administrativos. A expectativa é que a resistência cultural e a permanência de práticas anteriores à nova lei constituam obstáculos à transição, mas que ações de capacitação, governança e aperfeiçoamento de processos possam gerar ganhos significativos a curto e médio prazo, fortalecendo a administração pública municipal e aprimorando a eficiência das contratações.

Palavras-chave: Licitações e contratos administrativos. Lei nº 14.133/2021. Gestão pública municipal de Cruz das Almas. Capacitação e governança.

[1] Bacharel em Engenharia Agronômica, Faculdade Brasileira do Recôncavo, adv.alessandro.moraes1972@gmail.com
[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador UCSAL, afraedille@gmail.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

DESAFIOS NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS ESPECIAIS RURAIS DE CRUZ DAS ALMAS-BA

André Sena de Almeida[1]; Daniel Silva Conceição[2]; Gilson dos Santos Conceição[3]; Evani Cavalcante de Souza Rocha[4]

Este estudo analisa as dificuldades enfrentadas pelos segurados especiais rurais de Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano, para obter benefícios previdenciários junto ao INSS. Embora a Constituição Federal de 1988 consagre a seguridade social como um direito fundamental, na prática esses trabalhadores deparam-se com entraves que comprometem sua efetivação. O arcabouço jurídico, delineado nos artigos 194 a 204 da Carta Magna e na Lei nº 8.213/1991, prevê ampla proteção; contudo, agricultores familiares, pescadores e demais lavradores enfrentam exigências documentais rigorosas, dificuldades em comprovar a continuidade da atividade rural e carência de apoio técnico e jurídico, o que torna a burocracia um obstáculo ao acesso à aposentadoria e a outros benefícios. Em Cruz das Almas, município de forte base agrícola, tais benefícios representam fonte essencial de renda e dignidade para centenas de famílias. Sob o ponto de vista social, o tema evidencia desigualdades que afastam o povo do campo de seus direitos; academicamente, contribui para o debate sobre a necessidade de aprimorar políticas públicas e promover maior justiça social. A pesquisa, de natureza qualitativa, descritiva e explicativa, combina revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo, fundamentando-se em autores como Wladimir Novaes Martinez e Norberto Bobbio, que compreendem a previdência como instrumento de equidade e garantia de direitos humanos. As entrevistas realizadas com agricultores, advogados e servidores revelaram entraves centrais, como a rejeição de provas informais, a exemplo de declarações sindicais e notas fiscais de comercialização, e a ausência de orientação especializada, o que mantém muitos trabalhadores à margem do sistema. Os resultados apontam para a urgência de medidas voltadas à simplificação dos meios de prova, ampliação da assistência jurídica no meio rural e reconhecimento da especificidade do trabalho campesino, reforçando a necessidade de articulação entre Estado, Poder Judiciário, entidades de classe e sociedade civil. Conclui-se que superar esses obstáculos requer ajustes normativos, administrativos e, sobretudo, sensibilidade institucional. Garantir a efetividade da previdência a esses trabalhadores depende de um esforço conjunto em prol da inclusão e da cidadania, pois valorizar quem vive da terra é essencial para construir uma sociedade mais justa e fortalecer a seguridade social como base da dignidade humana.

Palavras-chave: Segurado Especial Rural. Previdência Social. Cruz das Almas-BA.

[1] Bacharelando em Direito, FBBR – André Sena de Almeida – andredeamanda.juridico@gmail.com
[2] Bacharelando em Direito, FBBR – Daniel Silva Conceição – daniel162377@hotmail.com
[3] Bacharelando em Direito, FBBR – Gilson dos Santos Conceição – advgilsonconceicao@gmail.com
[4] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

DIREITO AMBIENTAL: CONCEITO, EXEMPLOS E SUAS RESPONSABILIDADES PENAIS

Sara Lima Santos dos Santos[1]; Amanda Luquine de Jesus[2]; Alice Vitória Cardoso Arruda[3]; Ana Barbara dos Santos Cerqueira[4]; Gustavo Araújo Costa[5]; Lara Vitória dos Santos Preira[6]; Emily Teixeira[7]; Rafaela Santos de Oliveira[8]; Franklin da Silva Peixinho[9]

O foco deste trabalho foi uma palestra em uma escola. O objetivo não era apenas dar uma aula de direito, mas sim passar um ensinamento aos jovens, conscientizando-os sobre a importância de preservar o meio ambiente. Nós buscamos apresentar o Direito Ambiental de forma acessível, mostrando que ele não é só teoria, mas sim uma realidade que nos garante um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nós definimos para eles que o Direito Ambiental é como o ramo que equilibra a vida, a relação entre pessoas, empresas e governos, como, por exemplo, a situação da barragem de Brumadinho, para que o bem-estar social e a economia caminhem juntos com a saúde do nosso planeta. É uma forma de proteger o futuro, garantindo que as próximas gerações também tenham um ambiente saudável. Nós destacamos que, infelizmente, o Direito Ambiental não recebe o destaque merecido na mídia. Ele só aparece em grandes tragédias, como o rompimento da barragem de Brumadinho, o que impede que as pessoas vejam o lado jurídico e entendam seus próprios direitos e deveres ambientais. Ao dar o exemplo de Brumadinho, nós mostramos a força da lei: a empresa Vale foi responsabilizada pelo desastre e teve que arcar com o maior acordo de reparação ambiental da história do Brasil. Isso prova que a lei pode, sim, trazer justiça e tentar curar as feridas do planeta. Por fim, o trabalho faz um apelo à reflexão sobre o consumo desenfreado e ressalta que os Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) existem para punir quem destrói a natureza. O grande desafio é vencer a impunidade, a falta de fiscalização e construir uma cultura ambiental sólida na sociedade.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Preservação do Meio Ambiente. Brumadinho. Crimes Ambientais.

[1] Graduanda em Direito, FBBR, saralimas022@gmail.com
[2] Graduanda em Direito, FBBR,
[3] Graduanda em Direito, FBBR,
[4] Graduando em Direito, FBBR,
[5] Graduanda em Direito, FBBR,
[6] Graduanda em Direito, FBBR,
[7] Graduanda em Direito, FBBR,
[8] Graduanda em Direito, FBBR, Mestre em Educação Profissional e Tecnologia, Orientador, FBBR.
[9] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

DIREITO E COMUNIDADE: A OFICINA JURÍDICA SOBRE O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO FERRAMENTA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ana Paula Pereira Costa Santana[1]; Manuela da Silva de Souza[2]; Maria Olívia Batista de Jesus[3]; Paloma Santos Almeida[4]; Tainá Ferreira Pires[5]; Tárcila dos Santos Cova[6]; Wenandra Conceição de Jesus[7]; Diana Ribeiro da Silva dos Santos[8]

A vivência extensionista intitulada “Oficina Jurídica: Contrato de Prestação de Serviços na Prática”, desenvolvida no CETEP Jonival Lucas, em Sapeaçu, no âmbito da Faculdade de Direito, insere-se no eixo temático “Comunidade e Território: Onde a pesquisa ganha vida para o Desenvolvimento Regional e Social”, ao promover a aplicação do conhecimento jurídico em favor da formação cidadã e do fortalecimento das relações sociais e econômicas locais. O projeto teve como propósito aproximar o saber acadêmico das demandas concretas da comunidade, possibilitando aos participantes compreender o papel do Direito como instrumento de organização social e de promoção da segurança jurídica nas relações civis.

O contrato de prestação de serviços foi escolhido como objeto central da oficina por representar uma das formas mais comuns de contratação no cotidiano da população, sobretudo em contextos de economia informal e de pequenos empreendedores, nos quais a ausência de formalização contratual pode gerar insegurança e conflitos. A atividade teve como objetivo capacitar os participantes a identificar, interpretar e redigir cláusulas contratuais essenciais, analisando os princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva como fundamentos da ética, da responsabilidade nas relações jurídicas e valorizar a formalidade como instrumento de segurança jurídica.

A metodologia combinou exposição teórica, prática supervisionada e dinâmica em grupo. Foi realizada uma explanação acerca dos elementos constitutivos do contrato de prestação de serviços, de seu regime jurídico e das obrigações das partes. Na sequência, elaborou-se, de forma colaborativa, um modelo contratual adaptado a situações concretas do território, como prestação de serviços domésticos, manutenção e aulas de reforço. As atividades em grupo favoreceram o desenvolvimento do raciocínio jurídico, do trabalho coletivo e da autonomia intelectual, aproximando o conteúdo teórico da aplicação prática.

A etapa final destacou a importância da clareza e da formalidade contratual como instrumentos de proteção social e de prevenção de litígios. Como resultados, observou-se

[1] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, santanapaulla683@gmail.com
[2] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, manuelasilva62455@gmail.com
[3] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, olivia.mariabatista11@gmail.com
[4] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, santosalmeidapaloma@gmail.com
[5] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, tainferreira3001@gmail.com
[6] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, tarcilasantossc@gmail.com
[7] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, wenandrabastos@gmail.com
[8] Especialista em raça, gênero, etnia e sexualidade na formação de professores, Faculdade Brasileira do Recôncavo, diana.santos@atmos.edu.br

a ampliação da consciência jurídica dos participantes, o desenvolvimento de competências interpretativas e redacionais e a valorização do contrato como instrumento de cidadania. Conclui-se que a experiência extensionista reafirmou o compromisso social da universidade e a função transformadora do ensino jurídico na promoção do desenvolvimento regional e social.

Palavras-chave: Contrato de prestação de serviços. Extensão universitária. Boa-fé. Organização social. Relações jurídicas.

DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O PAPEL DA FAMÍLIA, SOCIEDADE E ESTADO NA PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ana Beatriz dos Santos Silva[1]; Ananda Madalena Pereira da Rocha Santos[2]; Giulia Maria Siqueira Fonseca[3]; Pedro Henrique Fernandes de Souza[4]; Wallace dos Santos de Almeida Santana[5]; Franklin da Silva Peixinho[6]

O presente trabalho tem como objetivo analisar os direitos fundamentais da criança e do adolescente implementados na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.069/1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com enfoque no papel da família, da sociedade e do Estado na garantia da proteção integral. A pesquisa parte da compreensão de que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, e o ECA, instituído pela Lei nº 8.069/1990, consolidam o marco jurídico voltado à proteção integral da criança e do adolescente, estabelecendo que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. A metodologia adotada foi de caráter bibliográfico e qualitativo, baseada na análise de doutrinas e legislações que abordam os princípios da prioridade absoluta e da proteção integral. Os resultados apontam que, embora o ECA e a CF representem um avanço significativo na efetivação dos direitos na infância do menor, ainda existem desafios a serem superados no que diz respeito à implementação de política pública eficaz, à atuação integrada dos órgãos de proteção e à conscientização social sobre a importância da responsabilidade com o menor e com o adolescente. Verifica-se que a família tem papel essencial para garantia da proteção integral, devendo ser apoiada por políticas públicas que garantam condições adequadas para o desenvolvimento infanto-juvenil. A sociedade civil, por sua vez, desempenha função fiscalizadora e colaborativa, participando de conselhos e programas de defesa dos direitos infantojuvenis. Já o Estado deve assegurar, de forma prioritária, a destinação de recursos públicos para implementação de serviços de saúde, educação, assistência e proteção social do menor. Conclui-se que a efetivação dos direitos da criança e do adolescente depende de uma ação conjunta entre família, sociedade e Estado, pautada na solidariedade e no compromisso ético com o futuro das novas gerações, conforme os princípios constitucionais vigentes.

[1] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, anabeatrizsantossilva166@gmail.com
[2] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Nandsrocha96@gmail.com
[3] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, giuliamf0013@gmail.com
[4] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernandespedro3735@gmail.com
[5] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Wallace.almeida.santana@gmail.com
[6] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

Palavras-chave: Proteção Integral. Prioridade Absoluta. Família. Estado. Sociedade.

DIREITOS HUMANOS EM AÇÃO: FORTALECENDO SAÚDE E BEM-ESTAR NO SUS PARA A JUVENTUDE

Rafaela Santos de Oliveira[1]; Inacyo Sales[2]; Pablo Victor[3]; Gabriel Santana[4]; Marcos Vinício[5]; Uanderson Araújo[6]; Caique Silva[7]; Paulo Melo[8]; Eder Santana[9]; Mateus Costa Pinheiro[10]

O projeto tem como finalidade aproximar o conhecimento jurídico e social dos estudantes do curso de Direito e dos jovens de escolas públicas, promovendo a conscientização sobre os direitos humanos à saúde e ao bem-estar. A proposta nasce do reconhecimento da importância do Sistema Único de Saúde (SUS) como instrumento de efetivação de direitos fundamentais, especialmente no que se refere à saúde física, sexual e psicológica, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 3 da Agenda 2030: Saúde e Bem-Estar. O principal objetivo é investigar e promover a eficiência social dos direitos humanos no acesso à saúde entre jovens de 17 a 19 anos, estimulando o protagonismo juvenil e a cidadania ativa. Entre os objetivos específicos, destacam-se: difundir o conhecimento sobre os princípios e funcionamento do SUS; incentivar práticas de autocuidado e saúde mental; combater estigmas ligados à saúde sexual e psicológica; e fortalecer a participação juvenil em espaços de controle social. A metodologia utilizada baseou-se em um diagnóstico inicial, por meio de questionário anônimo aplicado aos estudantes, seguido da realização de oficinas participativas, rodas de conversa, dinâmicas de grupo e simulações práticas sobre o acesso ao SUS. O projeto contou ainda com o apoio de profissionais de saúde, professores locais e equipamentos audiovisuais para registro das atividades. A discussão e os resultados evidenciaram a receptividade e a participação dos jovens, que demonstraram interesse em compreender melhor seus direitos e em debater questões relacionadas à saúde sexual e psicológica. A ação contribuiu para reduzir o desconhecimento sobre o SUS, fortalecer a integração entre universidade, escola e comunidade e despertar a consciência crítica dos participantes sobre a importância do acesso igualitário à saúde pública. Em conclusão, o projeto extensionista cumpriu seus objetivos, consolidando-se como uma experiência transformadora tanto para os estudantes de Direito quanto para os jovens participantes. A iniciativa reforça o papel da universidade como agente de transformação social, promovendo uma formação acadêmica comprometida com a cidadania, os direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

[1] Graduanda em Direito, FBBR, rafaela.gui09@hotmail.com
[2] Graduando em Direito, FBBR, Inacyosalessilva296@gmail.com
[3] Graduando em Direito, FBBR, pablovictorcruz1304@gmail.com
[4] Graduando em Direito, FBBR, brielsantanna2016@gmail.com
[5] Graduando em Direito, FBBR, marcosviniciocs95@gmail.com
[6] Graduando em Direito, FBBR, Uandersonaraujo06@icloud.com
[7] Graduando em Direito, FBBR, Caiquesilva162004@gmail.com
[8] Graduando em Direito, FBBR, paulinhoadm@hotmail.com
[9] Graduando em Direito, FBBR, Edersantana9@gmail.com
[10] Mestre em Direito Constitucional, FBBR, mateus.pinheiro@atmos.edu.br

Palavras-chave: Direitos Humanos. SUS. Juventude. Saúde e Bem-Estar. Desenvolvimento sustentável.

DIREITO, TERRITÓRIO E DIGNIDADE: UMA ABORDAGEM COMUNITÁRIA SOBRE CONTRATOS ABUSIVOS CONTRA IDOSOS NO RECÔNCAVO BAIANO

Cauanny da Silva Arruda de Andrade[1]; Emylle Costa da Silva[2]; Fernanda Ramos Deiró Santos[3]; Francieli de Jesus Macêdo[4]; Gracielle Oliveira de Jesus[5]; Jessica dos Santos Araújo[6]; Maria Clara Pinto de Souza[7]; Yasmim Manuela Santos Oliveira[8]; Diana Ribeiro da Silva dos Santos[9]

O Estatuto da Pessoa Idosa é um marco que visa assegurar a prioridade, a proteção integral e a dignidade das pessoas idosas do nosso país. Mas, apesar dos avanços com a Lei nº 10.741/2003, é evidente a vulnerabilidade de uma parcela deste grupo; muitos idosos têm essa seguridade lesada por causa da sua fragilidade social, econômica e jurídica. Com isso, este trabalho tem como objetivo trazer o excesso dos tutores (em sua maioria, familiares) e a vulnerabilidade da pessoa idosa, no que tange a contratos de empréstimos abusivos, aqui no Recôncavo Baiano. A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico e de pesquisa de campo. Por meio de entrevistas e observações das realidades locais, foram analisadas formas de impedimento à proteção, à autonomia e à valorização dos direitos fundamentais dos idosos. Tal como foram investigadas quais foram as situações, na esfera jurídica, que desprotegeram este grupo; bem como os impactos que impediram, dentro dos princípios constitucionais, um envelhecimento digno. Cabe ressaltar que a maioria dos abusos ocorreram no próprio núcleo familiar, uma vez que os parentes se aproveitaram da confiança e vulnerabilidade destes idosos, para ter acesso aos seus documentos e induzi-los a assinar – mesmo sem plena consciência das consequências jurídicas – atos e procurações. O Projeto de Extensão em curso proporcionou uma análise aprofundada sobre a vulnerabilidade social e jurídica da pessoa idosa, diante de práticas contratuais abusivas. Ao conectar o saber teórico com a vivência prática, o projeto ilustrou como o Direito Civil atua como instrumento crucial para a proteção da dignidade da pessoa humana. As atividades práticas, como as oficinas, constataram o desconhecimento dos idosos, em relação aos seus direitos. O que remete à necessidade da urgência da educação jurídica popular, como meio de autonomia e prevenção. Nesse sentido, o projeto fortaleceu a autonomia e a cidadania dos envolvidos; tal como realçou o papel transformador da Faculdade, ao aproximar o ensino da realidade social.

[1] Acadêmica do Curso de Direito, FBBR, Cauannyandrade0gmail.com
[2] Acadêmica do Curso de Direito, FBBR, emyllecosta522@gmail.com
[3] Acadêmica do Curso de Direito, FBBR, fernanda_ramos1313@hotmail.com
[4] Acadêmica do Curso de Direito, FBBR, francielijmacedo@gmail.com
[5] Acadêmica do Curso de Direito, FBBR, graci.oj@hotmail.com
[6] Acadêmica do Curso de Direito, FBBR, jessicaraujo2006@gmail.com
[7] Acadêmica do Curso de Direito, FBBR, cmariaclara547@gmail.com
[8] Acadêmica do Curso de Direito, FBBR, mooana2020@gmail.com
[9] Titulação máxima, FBBR, diana.santos@atmos.edu.br

Palavras-chave: Contratos. Idosos. Vulnerabilidade.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

ENTRE A DENÚNCIA E O SILÊNCIO: O IMPACTO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO POLICIAL NA DECISÃO DA MULHER EM PROSSEGUIR COM A DENÚNCIA

Maria Clara Machado Dias[1]; Pedro Enrique Ribeiro Brandão[2]; Thainá da Costa Silva Santiago[3]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[4]

A violência doméstica contra a mulher continua sendo um grave problema social e jurídico no Brasil, mesmo após os avanços promovidos pela Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. O momento em que a vítima procura a delegacia para registrar a ocorrência é um marco importante, pois simboliza o início de sua busca por proteção e justiça. A forma como ela é acolhida pelos profissionais nesse primeiro contato pode determinar se seguirá com a denúncia ou se desistirá, mantendo-se em situação de vulnerabilidade. Atendimentos frios, burocráticos ou marcados por julgamentos acabam reforçando o medo e a sensação de desamparo, o que leva muitas mulheres ao silêncio e à permanência no ciclo de violência. O objetivo geral deste estudo é analisar como a qualidade do atendimento policial impacta a decisão da mulher em prosseguir ou não com a denúncia. Os objetivos específicos incluem identificar características de um acolhimento humanizado, compreender como diferentes abordagens influenciam a desistência e investigar a importância da capacitação contínua dos agentes que atuam no enfrentamento à violência doméstica. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-documental, baseada na análise de legislações, relatórios institucionais e obras acadêmicas que discutem a atuação policial no acolhimento às vítimas; essa metodologia possibilitou compreender as relações entre o atendimento prestado, a confiança institucional e a continuidade da denúncia. Os resultados evidenciam que um atendimento empático, sigiloso e respeitoso contribui para reduzir desistências e fortalecer o vínculo de confiança entre vítima e instituição; por outro lado, a ausência de preparo emocional e técnico dos profissionais favorece a revitimização e a descrença no sistema de justiça. Conclui-se que investir na formação continuada, em protocolos claros de atendimento e em práticas de escuta ativa é essencial; delegacias estruturadas e humanizadas representam não apenas locais de denúncia, mas espaços de acolhimento, empoderamento e reconstrução da dignidade feminina.

Palavras-chave: Violência doméstica. Direito das mulheres. Acolhimento.

[1] Maria Clara Machado Dias Autor, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail claradias390@gmail.com
[2] Pedro Enrique Ribeiro Brandão Autor, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail pedroenriquebrandao@gmail.com
[3] Thainá da Costa Silva Santiago Autor, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail thainasantiago2831@gmail.com
[4] Afraedille de Carvalho Ribeiro Autor Orientador, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail afraedille@gmail.com

ESTATUTO DA PESSOA IDOSA: PROTEÇÃO LEGAL E RESPONSABILIDADES PENAIS

Luciano Anunciação Silva Santos[1]; Ana Clara A. de J. Oliveira[2]; Geovana Lopes dos Santos Souza[3]; João Caio dos Santos Pereira[4]; Rafaela Ferreira Santos[5]; Renato Machado de Santana[6]; Tiago Bonfim de Jesus[7]; Franklin da Silva Peixinho[8]

Com o envelhecimento da população brasileira, torna-se cada vez mais importante garantir os direitos e a dignidade das pessoas idosas. De acordo com o Censo de 2022 do IBGE, o Brasil possui mais de 32 milhões de idosos, representando 15,8% da população. Dito isso, diante desse cenário, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) surge como um importante instrumento legal que assegura a proteção, o respeito e a prioridade no atendimento aos cidadãos com 60 anos ou mais. Além disso, estabelece medidas penais para reprimir abusos e garantias para que os idosos vivam com dignidade, segurança e acesso pleno aos seus direitos. Essa garantia deve partir do Estado, da família e da sociedade como um todo, pois todos têm que transitar para a 3ª idade de forma digna com todos seus direitos garantidos. Para tanto, a pesquisa foi realizada, a princípio, com estudantes da Unidade Escolar Lavoisier em Cruz das Almas, que atuam na modalidade de Educação. Visamos compreender as percepções deles em relação às pessoas de idades avançadas e como estava a sua conscientização quanto a essas pessoas que atualmente representam 15,8% da população brasileira, pois o etarismo (preconceito com idosos) é cada vez mais frequente em nossa sociedade. A maior parte dos estudantes declararam nunca ter ouvido falar do Estatuto da Pessoa Idosa, ainda que parte deles estivessem em constante convivência com essas pessoas, sendo os seus pais, tios, avós e avôs, demonstrando assim uma notável necessidade de ações educativas, que abordem os direitos humanos, para conscientizar os adolescentes sobre respeito com os idosos, a geração de pessoas que educaram a anterior a deles. O Estatuto da Pessoa Idosa é um instrumento fundamental para garantir a dignidade dessa parcela crescente da população brasileira, mas sua efetividade depende do compromisso do Estado, da sociedade e, sobretudo, da formação consciente das novas gerações. Por fim, conclui-se que iniciativas como essa são essenciais para conscientizar e influenciar para que os jovens tenham respeito com todas as pessoas e para garantir que os idosos sejam tratados com a dignidade, o cuidado e a atenção que merecem.

[1] Graduando em Direito, FBBR, lucianosantoss21@gmail.com
[2] Graduando em Direito, FBBR, clara260223@gmail.com
[3] Graduanda em Direito, FBBR, geovanaalopes.17@gmail.com
[4] Graduanda em Direito, FBBR, Joaocaiocaio90@gmail.com
[5] Graduanda em Direito, FBBR, ferreirarafaela704@gmail.com
[6] Graduando em Direito, FBBR, rmsantana@gmail.com
[7] Graduando em Direito, FBBR, tiagobomfim239@gmail.com
[8] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

Palavras-chave: Estatuto da Pessoa Idosa. Direitos humanos. Igualdade e respeito.

ESTATUTO DO IDOSO: PREVISÃO PENAL E CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL

Danila Livramento de Andrade; Deivid Nascimento Mendes; Isabele Fiuza do Carmo; Kailany Victória dos Santos Andrade; Licia Lopes Correia; Maria Isabel de Araújo Nascimento; Marya Eduarda Lopes Cunha; Sofia Santos Sampaio; Franklin da Silva Peixinho[1]

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o Estatuto do Idoso: previsão penal e conscientização social, analisando a importância na proteção da Lei nº 10.741/2003 e sua importância para a dignidade, integridade física e moral da população de idade superior a 60 anos. A partir de uma discussão teórica que abrange temas como cidadania, estatuto da pessoa idosa, direitos sociais e a proteção à vulnerabilidade, este estudo busca compreender como a aplicação desses conhecimentos influencia na qualidade de vida e na convivência social dos jovens com seus familiares de antigas gerações. O objetivo é garantir que os estudantes reflitam sobre como o respeito, a responsabilidade afetiva e a boa convivência evitam atitudes abusivas e de maus-tratos, corruptas que desmerecem a dignidade da pessoa com mais idade. Diante de uma ação realizada no Colégio Estadual Landulfo Alves de Almeida, em Cruz das Almas (BA), no dia 22 de setembro de 2025, tendo como público-alvo os alunos do 3º ano do ensino médio, foi apresentado em exposição dialogada com apoio de slides, seguida de dinâmica interativa de perguntas e respostas, visando estimular o aprendizado e a participação ativa dos estudantes. Foram abordados os principais crimes previstos no Estatuto do Idoso, como abandono, discriminação, maus-tratos e apropriação de bens, com destaque para os artigos 96 a 102. Durante a discussão, enfatizou-se a necessidade de denunciar situações de violência e a relevância do Direito Penal como instrumento de efetivação dos direitos fundamentais. Os resultados alcançados demonstraram significativa receptividade do público, promovendo reflexão e sensibilização sobre a responsabilidade social na defesa dos idosos. Assim, a pesquisa possibilitou compreender a importância do Estatuto do Idoso como instrumento de proteção e conscientização social, evidenciando como o conhecimento jurídico e a educação cidadã podem contribuir para o respeito, a valorização e a defesa dos direitos das pessoas idosas na sociedade.

Palavras-chave: Estatuto do Idoso. Direito Penal. Conscientização Social. Dignidade Humana. Proteção à Pessoa Idosa.

[1] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

FLORESTAN FERNANDES À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: GANHOS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Iuri Nobre dos Santos[1]; Pabulo Peterson Fernandes de Oliveira[2]

Este trabalho analisa a Constituição de 1988 à luz do pensamento de Florestan Fernandes, destacando não apenas sua contribuição histórica para a redemocratização brasileira, mas também os ganhos concretos que sua obra oferece para compreender e fortalecer a democracia no país. Florestan, sociólogo, educador e deputado constituinte, dedicou sua trajetória à defesa de uma democracia substantiva, voltada à redução das desigualdades sociais, à valorização da educação pública e à ampliação da participação popular. Sua reflexão crítica sobre a realidade brasileira identificou como o país permanecia estruturado por desigualdades econômicas, raciais e regionais, e destacou que a consolidação democrática dependia de medidas concretas capazes de garantir direitos efetivos a todos os cidadãos. Ao revisitar sua atuação acadêmica e parlamentar, evidencia-se como a Constituição de 1988 incorporou princípios que refletem suas ideias, incluindo direitos sociais universais, educação como dever do Estado e direito de todos, proteção à infância e à maternidade, liberdade sindical e mecanismos de participação popular. O diferencial desta análise está na leitura crítica que relaciona a teoria sociológica de Florestan com a prática legislativa e os desafios contemporâneos da democracia brasileira. Os direitos conquistados na Constituição não são apresentados apenas como normas jurídicas, mas como instrumentos ativos de transformação social, oferecendo uma perspectiva que valoriza a mobilização popular, a conscientização política e a educação como motores da cidadania. Compreender a Constituição à luz de Florestan Fernandes permite identificar tanto os avanços alcançados quanto os desafios que permanecem, oferecendo uma visão atualizada sobre igualdade, justiça social e participação política, ressaltando que a democracia se constrói de forma contínua e exigente. A análise evidencia também o ganho pedagógico e social do pensamento florestaniano, pois conecta história, teoria e prática política, permitindo compreender como a educação, os direitos sociais e a mobilização cidadã são essenciais para consolidar uma sociedade democrática. Ao apresentar Florestan como referência para interpretar a Constituição de 1988, evidencia-se que o texto constitucional não é estático, mas um instrumento vivo, cujo potencial depende da aplicação consciente de seus princípios e do compromisso social coletivo. Dessa forma, a reflexão permite perceber os avanços da democracia brasileira e os desafios que ainda persistem, oferecendo subsídios para compreender como educação, igualdade e direitos sociais constituem pilares essenciais para a efetivação de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. O legado de Florestan Fernandes permanece atual, reafirmando que a construção de uma democracia substantiva exige

[1] Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e graduando em Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). iurinobredossantos@gmail.com
[2] Especialista em Direito Constitucional, Administrativo e Eleitoral. Professor de Graduação e Pós-Graduação. Advogado., Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), pabulopeterson@gmail.com

constante reflexão, mobilização e compromisso social, evidenciando os ganhos que sua obra oferece para interpretar o Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Constituição de 1988. Democracia. Educação. Direitos Sociais.

GUARDA COMPARTILHADA VS GUARDA UNILATERAL EM CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESTUDO SOBRE O MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

Alessandra Sampaio dos Santos[1]; Balbina Santos de Souza[2]; Iasmin Duarte Araújo da Silva da Cruz[3]; Natan dos Santos Oliveira[4]; Andreia da Silva Correia[5]

A guarda dos filhos após a dissolução da união conjugal é uma das questões mais delicadas enfrentadas pelo Direito de Família. A legislação brasileira prioriza a guarda compartilhada, conforme disposto nos artigos 1.583 e 1.584 do Código Civil, como forma de assegurar a convivência equilibrada e a corresponsabilidade dos pais. No entanto, quando há violência doméstica, surgem sérios desafios à aplicação desse modelo, pois o convívio pode expor a vítima e os filhos a riscos físicos e psicológicos. Assim, o estudo busca analisar se, diante de situações de violência, a guarda compartilhada atende ao melhor interesse da criança, ou se a guarda unilateral deve prevalecer como medida de proteção. Como objetivos específicos, pretende-se: a) examinar o tratamento jurídico da guarda em contextos de violência doméstica; b) investigar os impactos emocionais e sociais do convívio com o genitor agressor; c) analisar a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e sua relação com o instituto da guarda; d) verificar como os tribunais brasileiros têm decidido nesses casos. A pesquisa adota abordagem qualitativa e bibliográfica, com base em doutrinas, legislação e jurisprudências recentes. Foram consultados autores do Direito de Família e Penal e decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e tribunais estaduais, para compreender o posicionamento jurídico predominante. A guarda compartilhada pressupõe diálogo, confiança e cooperação entre os genitores. Em casos de violência doméstica, esses pressupostos são rompidos, tornando inviável a convivência harmônica. A Lei Maria da Penha prioriza a segurança da vítima e dos dependentes, sendo incompatível com a manutenção de vínculos obrigatórios com o agressor. Os tribunais têm reconhecido que a guarda unilateral, conferida ao genitor não violento, melhor atende ao princípio da proteção integral e ao melhor interesse da criança, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O tema divide a doutrina quanto à possibilidade de manutenção da guarda compartilhada em contextos de violência doméstica. Para Maria Berenice Dias (2016), a guarda compartilhada deve ser aplicada com cautela, pois “não há como exigir convivência pacífica entre quem se agride; impor o compartilhamento da guarda é perpetuar a violência”. A autora entende que a imposição desse modelo pode fragilizar ainda mais a vítima e comprometer o equilíbrio emocional dos filhos. Em contrapartida, Rodrigo da Cunha Pereira (2018) defende que a guarda compartilhada, quando bem estruturada e acompanhada pelo Judiciário, “pode contribuir para o amadurecimento das relações parentais e para o exercício responsável da

[1] sandrarosa12@hotmail.com
[2] balbinasantosdesouza0312@
[3] @gmail.com
[4] natanoliveira740@gmail.com
[5] Andreia.correia@atmos.edu.br

paternidade, mesmo após situações conflituosas". Essas perspectivas revelam a complexidade do tema e reforçam a necessidade de análise individualizada de cada caso, sempre à luz do princípio do melhor interesse da criança. Conclui-se que, embora a guarda compartilhada seja a regra geral no ordenamento jurídico, sua aplicação deve ser relativizada em casos de violência doméstica. A guarda unilateral revela-se a alternativa mais adequada para garantir a segurança, estabilidade emocional e desenvolvimento saudável da criança, assegurando a efetividade dos direitos fundamentais e o cumprimento do princípio do melhor interesse do menor.

Palavras-chave: Guarda compartilhada. Guarda unilateral. Violência doméstica. Melhor interesse da criança. Proteção integral.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

HERANÇA DIGITAL E A MONETIZAÇÃO DOS ATIVOS DIGITAIS POST MORTEM

Estela Marina Santos Gomes; Evani Cavalcante de Souza Rocha[1]

A expansão do ambiente digital transformou profundamente as noções de patrimônio e sucessão, exigindo do Direito Civil uma releitura diante da imaterialidade e descentralização dos bens digitais. Este estudo tem como objetivo analisar a herança digital e a monetização post mortem de ativos virtuais, identificando lacunas normativas e propondo mecanismos de adequação jurídica ao contexto tecnológico contemporâneo. Adotou-se metodologia qualitativa, exploratória e bibliográfica, com base em doutrina, jurisprudência e nas políticas das principais plataformas digitais, como Meta, Google e Instagram. A pesquisa demonstra que o Código Civil de 2002 é insuficiente para regular a transmissibilidade de ativos digitais, cuja posse e acesso dependem de credenciais tecnológicas e contratos de adesão privados. Foram examinadas as três principais correntes doutrinárias — patrimonialista, personalista e contrato — que divergem quanto à natureza jurídica e à transmissibilidade dos bens digitais. A análise jurisprudencial revelou decisões não uniformes, com soluções casuísticas diante da ausência de regulação específica. Observou-se, ainda, que as plataformas adotam políticas próprias para gestão de contas post mortem, o que acentua o conflito entre o direito sucessório e a autonomia contratual. Como resultado, propõe-se a implementação do planejamento sucessório digital, com a criação do inventário digital e a figura do executor digital, instrumentos capazes de garantir segurança jurídica e efetividade às disposições de última vontade no meio virtual. O estudo dialoga com o Projeto de Lei nº 4/2025, que propõe incluir expressamente os bens digitais no Novo Código Civil, consolidando sua natureza patrimonial e regulamentando a sucessão digital. Conclui-se que a herança digital demanda uma abordagem interdisciplinar, que una direito, tecnologia e educação digital, assegurando a proteção da memória, da autonomia da vontade e do patrimônio imaterial no ambiente virtual.

Palavras-chave: Herança digital. Monetização. Ativos digitais. Planejamento sucessório. Direito Civil.

[1] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

HOLDING FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E PROTEÇÃO PATRIMONIAL: ASPECTOS JURÍDICOS E TRIBUTÁRIOS

Fernanda Ellen Mota[1]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[2]

O presente projeto de pesquisa intitulado “Holding familiar como instrumento de planejamento sucessório e proteção patrimonial: aspectos jurídicos e tributários” tem como objetivo analisar de que forma a constituição de uma holding familiar pode ser utilizada como mecanismo legítimo de planejamento sucessório e de proteção patrimonial, avaliando seus reflexos jurídicos e tributários, de modo a verificar se é possível minimizar a carga fiscal sem configurar fraude ou evasão. A pesquisa surgiu a partir da vivência prática no Cartório de Registro de Imóveis e em escritório de advocacia especializado em Direito de Família, onde se observou a complexidade e morosidade dos processos de inventário, bem como a alta carga tributária incidente sobre a transmissão de bens. A holding familiar é essencialmente uma sociedade que tem como objeto social a participação em outras empresas ou sociedades, sendo sua previsão legal encontrada na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), que autoriza a constituição de companhias com essa finalidade. Assim, pode ser utilizada por famílias empresárias ou não, configurando-se como importante instrumento de organização, administração, gestão e, eventualmente, divisão do patrimônio familiar. Partindo da hipótese de que a holding familiar constitui uma ferramenta eficaz e lícita de organização patrimonial, sustentada pelos princípios da autonomia privada e da liberdade de organização empresarial, o estudo busca compreender seus fundamentos legais e as controvérsias doutrinárias que envolvem a distinção entre planejamento tributário lícito e evasão fiscal. A metodologia utilizada será o método jurídico-teórico e raciocínio dedutivo com técnica de pesquisa bibliográfica, mediante análise de obras doutrinárias e jurisprudenciais pertinentes ao tema. A discussão mostra que a constituição de uma holding familiar, quando realizada dentro dos limites legais e éticos, pode contribuir significativamente para a preservação e continuidade dos bens familiares, evitando litígios entre herdeiros e proporcionando maior eficiência na gestão patrimonial. Além disso, a estrutura societária da holding permite a antecipação da sucessão e a racionalização tributária, reduzindo custos sem infringir a legislação. Portanto, espera-se, ao final da pesquisa, demonstrar que a holding familiar representa uma alternativa juridicamente segura e economicamente vantajosa para o planejamento sucessório e a proteção do patrimônio, desde que utilizada com transparência e em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Holding Familiar. Planejamento sucessório. Proteção Patrimonial. Evasão fiscal.

[1] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo - FBBR, motafernandaellen@gmail.com
[2] Advogada especialista em Direito de Família e Sucessões. Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador UCSAL, afraedille@gmail.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

INDENIZAÇÃO ÀS FAMÍLIAS DE VÍTIMAS DE ASSASSINATO: ANÁLISE JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE DOS RÉUS E OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS NAS VÍTIMAS INDIRETAS

Cideraldo Alves Cavalcanti[1]; Evani Cavalcante de Souza Rocha[2]

A violência homicida constitui um dos fenômenos sociais mais graves enfrentados pela sociedade brasileira, atingindo não apenas as vítimas diretas, mas também suas famílias, que vivenciam consequências jurídicas, psicológicas e sociais profundas. Este trabalho tem como objetivo investigar a responsabilidade jurídica dos réus em casos de homicídio e analisar os aspectos legais, psicológicos e sociais relacionados à indenização das famílias das vítimas, com enfoque nas chamadas vítimas indiretas. A pesquisa fundamenta-se em metodologia bibliográfica e documental, com base em doutrinas jurídicas, legislação nacional e internacional, jurisprudência dos tribunais superiores e estudos empíricos das áreas da Psicologia e das Ciências Sociais. A partir de abordagem multidisciplinar, verificou-se que a reparação civil em casos de homicídio abrange danos materiais e morais, devendo assegurar não apenas compensação financeira, mas o reconhecimento da dignidade e do sofrimento das famílias. A análise demonstrou que a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002 consolidaram o direito à indenização integral, ao passo que o Superior Tribunal de Justiça tem reforçado o entendimento de que o dano moral em caso de homicídio é presumido, dada a gravidade do evento. Além dos fundamentos legais, constatou-se que o impacto psicológico das perdas violentas é expressivo, manifestando-se em quadros de luto traumático, depressão e transtorno de estresse pós-traumático, enquanto os reflexos sociais incluem estigmatização, exclusão e vulnerabilidade econômica. Conclui-se que a efetividade da reparação civil exige integração entre o Direito e as ciências humanas, para que a indenização não se limite ao aspecto patrimonial, mas inclua apoio psicossocial e políticas públicas voltadas à reinserção social das famílias. O reconhecimento jurídico das vítimas indiretas representa um avanço na concretização da dignidade humana e na promoção de uma justiça mais sensível e restaurativa.

Palavras-chave: Indenização. Homicídio. Responsabilidade Civil. Vítimas Indiretas. Impactos Psicológicos.

[1] Graduando em Bacharelado em Direito, FBBR, cideraldoalves@gmail.com
[2] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

MEMÓRIA ATIVA: LAR DOS IDOSOS

Agnaldo Rodrigues[1]; Jamile Oliveira Fiuza[2]; Daiana Santana[3]; Natiele Pereira[4]; Letícia Santos[5]; Edileuza Alves[6]; Taciane Nascimento[7]; Juarez da Silva Paz[8]

O crescimento da pessoa idosa em números absolutos e relativos é um fenômeno mundial e está ocorrendo de forma sem precedentes. O Brasil está a experimentar um crescimento significativo da população idosa com dados do IBGE (2005), mostrando que a proporção de pessoas com 60 anos ou mais quase duplicou entre 2000 e 2023, passando de 8,7% para 15,6%. Em 2022, o número de idosos (65 anos ou mais) atingiu 22,2 milhões, representando 11% da população, com um crescimento de 57,4% em relação a 2010. Este envelhecimento populacional é atribuído à melhoria na saúde e qualidade de vida, redução da mortalidade e natalidade. Diante desse cenário de crescimento da população idosa no mundo e no Brasil, é fundamental a criação de equipamentos de moradia apropriada para esse público, a exemplo da Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Nossa ação tem por objetivo verificar as experiências dos idosos em uma ILPI. Utilizamos como metodologia a observação e o diálogo com idosos. Assim sendo, realizamos a visita ao Lar dos Idosos do município de Cruz das Almas, no qual identificamos a existência de espaços exteriores acessíveis, existência de dispositivos de segurança, equipamento de banheiros, supervisões durante refeições, acompanhamento dos profissionais da saúde, assistência social e outros. Realizamos também o diálogo com os idosos, onde eles apresentaram suas histórias afetivas, onde percebemos o desenvolvimento da ativação de memórias. Utilizamos também imagens que contribuíram com suas lembranças. Diante desse cenário, percebemos, a partir das observações e dos diálogos estabelecidos, que o Lar dos Idosos tem garantido os cuidados necessários para o público atendido. A Constituição Federal de 1988, no art. 230, assegura que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Palavras-chave: Envelhecimento. Instituição de longa permanência para idosos. Memória ativa.

[1] Estudante de Direito, FBBR, agnaldorodriguesouza066@gmail.com
[2] Estudante de Direito, FBBR, millyfiuza1@gmail.com
[3] Estudante de Direito, FBBR gana73284@gmail.com
[4] Estudante de Direito, FBBR, daconceicaonatiele@gmail.com
[5] Estudante de Direito, FBBR ls3405602@gmail.com
[6] Estudante de Direito, FBBR, edileuza4752@gmail.com
[7] Estudante de Direito FBBR, tacianen02@gmail.com
[8] Pós-Doutor em Gestão e Políticas Públicas, Doutor em Difusão do Conhecimento, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), juarez.paz@atmos.edu.br

MORADIA, DIREITOS E DIGNIDADE: A VULNERABILIDADE DOS IDOSOS NO CONTRATO DE LOCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS

Camila Paula de Almeida da Silva[1]; Lavínia da Silva de Santana[2]; Letícia Almeida Novaes da Silva[3]; Lorena Silva Neiva[4]; Maria Elisa da Costa de Almeida Ramos[5]; Paula Emanuely Conceição Santana[6]; Rafaela do Livramento Braz[7]; Wanessa Suellen Sampaio de Azevedo[8]; Diana Ribeiro da Silva dos Santos[9]

A sociedade está em constante avanço e é válido destacar que, em meio a esse mar de imediatismos, conexões e múltiplas informações em que o mundo se encontra, a Geração Sênior acaba ficando para trás. Nesse sentido, pode-se afirmar que tais problemáticas afetam os mais diversos âmbitos sociais, dentre eles, o direito civil. Assim sendo, é mister tratar sobre a vulnerabilidade dos idosos no contrato de locação. A Lei 10.406 de 2002, o Código Civil, versa sobre a locação de bens, especialmente móveis, do artigo 565 ao 578. Além desta, a Lei 8.245 de 1991, a Lei do Inquilinato, regula, ao longo de toda a sua redação, a locação dos bens imóveis urbanos. À vista disso, o objetivo do trabalho é tratar sobre a posição vulnerável das pessoas de terceira idade no contrato de locação, sob a visão da interseccionalidade, no município de Cruz das Almas. Para isso, fez-se uma pesquisa de campo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Cruz das Almas, entrevista conjunta aos idosos que frequentam rotineiramente o local e análises bibliográficas do Código Civil e da Lei do Inquilinato, a fim de observar como a interseccionalidade, ou seja, a junção de fatores como a idade, o gênero, a raça e a classe social se entrecruzam e intensificam a fragilidade desse grupo na elaboração e execução de um contrato de locação. Durante a visita, a equipe entregou folders explicativos, com linguagem clara e objetiva, contendo o resumo de como deve ser feito um contrato de locação, sua aplicação prática e os respectivos cuidados a serem tomados nessa era tecnológica; abriu uma sessão de esclarecimento de dúvidas com base nos casos reais abordados; bem como orientou os indivíduos a locais no município onde poderiam encontrar profissionais qualificados, no setor público e no privado. Em suma, observou-se a nítida desvantagem dos idosos nas relações contratuais, enquanto locadores ou locatários, tanto no cumprimento de seus deveres, já que muitos sequer formalizam seus acordos de locação, quanto na reivindicação de seus direitos, dado que a maioria se

[1] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, camilapauula123@gmail.com
[2] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, laviniasilvasantana123@gmail.com
[3] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, lletycialm08@gmail.com
[4] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, lorenaneiva12@icloud.com
[5] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, mariaelisa101547@gmail.com
[6] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, paulaemanuely47@gmail.com
[7] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rafaelabraz55@gmail.com
[8] Graduanda em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, wanessasuellen2004@gmail.com
[9] Bacharel em Direito - UNEB, Especialização em Raça, Gênero, Etnia e Sexualidade na Formação de Educadores - UNEB, diana.santos@atmos.edu.br

silencia diante de golpes e fraudes. Portanto, pode-se concluir, com base na vulnerabilidade legal dos idosos em contratos de locação no município de Cruz das Almas, que a prefeitura deve focar no fomento da educação jurídica, preferencialmente, a partir do ensino fundamental; na criação de um ponto de apoio legal permanente ou no investimento do CRAS como espaço de apoio; na criação de campanhas publicitárias que abordem a importância do aparato legal na elaboração e na execução dos contratos de locação e na inclusão dos idosos nos meios tecnológicos para, com isso, promover autonomia, conexão social e qualidade de vida a esses cidadãos. Isso, por meio do redirecionamento de verbas e subsídios para a educação, para a assistência social e para canais como a rádio e as mídias sociais, com o intuito de empoderar os idosos nessa era de avanços tecnológicos e equilibrar suas relações contratuais mantendo-as transparentes, seguras e humanizadas.

Palavras-chave: Idosos. Vulnerabilidade. Contrato. Locação. Direitos.

MULTIPARENTALIDADE E PATERNIDADE SOCIOAFETIVA: UMA ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS SUCESSÓRIOS

Priscila G. M. Sousa; Lara Cristina; Ueliton Cerqueira; Evani Cavalcante de Souza Rocha[1]

O presente trabalho analisa os direitos sucessórios decorrentes da paternidade socioafetiva no ordenamento jurídico brasileiro, investigando como essa modalidade de filiação, fundamentada no afeto e na convivência, impacta a ordem de vocação hereditária e as questões práticas da sucessão legítima: Quais são os direitos sucessórios dos filhos socioafetivos e como se opera a transmissão hereditária em casos de multiparentalidade? A evolução do direito de família, marcada pela superação do paradigma biológico e pela proteção integral da criança e do adolescente, consolidou a afetividade como valor jurídico, gerando plenos efeitos jurídicos decorrentes da relação parental, inclusive no âmbito sucessório. O objetivo geral deste estudo consiste em examinar os direitos sucessórios na paternidade socioafetiva, analisando seus fundamentos jurídicos e as implicações práticas após o reconhecimento da multiparentalidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Recurso Extraordinário nº 898.060/2016, que admitiu a coexistência de vínculos biológicos e afetivos. Para tal, foram definidos como objetivos específicos: conceituar a paternidade socioafetiva e seus elementos caracterizadores (posse do estado de filho, reputação social, nome de família, estabilidade temporal e responsabilidade afetiva); analisar a posição do filho socioafetivo na ordem de vocação hereditária; examinar as consequências sucessórias da multiparentalidade; investigar as questões probatórias em sede sucessória; analisar a jurisprudência sobre o tema e identificar as lacunas legislativas e desafios práticos. A metodologia adotada baseia-se na pesquisa qualitativa com método dedutivo, utilizando fontes doutrinárias, jurisprudenciais e legislativas, com um marco temporal pós-Constituição Federal de 1988. Os resultados demonstram que a paternidade socioafetiva gera plenos direitos sucessórios equiparados à filiação biológica, com o filho socioafetivo integrando a primeira classe de herdeiros necessários e participando integralmente da legítima. A multiparentalidade, por sua vez, introduziu o conceito de "dupla herança" ou "herança múltipla", conferindo ao filho direitos sucessórios integrais em relação a todos os genitores sem redução proporcional, pois o vínculo afetivo não pode ser invocado para reduzir direitos. As principais dificuldades residem nas questões probatórias da socioafetividade em sede sucessória, que exige um conjunto probatório robusto e diversificado para comprovar a posse do estado de filho, e nas lacunas legislativas do Código Civil, que não previu a sucessão socioafetiva e a multiparentalidade, gerando incertezas interpretativas e desafios operacionais nos inventários. Conclui-se que, embora a evolução jurisprudencial tenha consolidado a plena eficácia sucessória do afeto, persiste a necessidade de aperfeiçoamento legislativo (reforma normativa) para conferir maior segurança jurídica às relações sucessórias e superar as dificuldades práticas e custos processuais relacionados à habilitação de herdeiros em casos de multiparentalidade, assegurando-se a plena efetivação dos direitos hereditários.

[1] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

Palavras-chave: Paternidade socioafetiva. Direitos sucessórios. Multiparentalidade. Filiação. Herança.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

MULTIPARENTALIDADE E SEUS ASPECTOS NO DIREITO DE FAMÍLIA

Brenda Alencar; Graziela Velame; Evani Cavalcante de Souza Rocha[1]

Este projeto tem como finalidade refletir sobre a multiparentalidade sob uma perspectiva social e jurídica, destacando seus desafios e contribuições para o fortalecimento das relações familiares no contexto atual. A pesquisa parte do reconhecimento de que o conceito de família evoluiu ao longo do tempo, deixando de se restringir aos laços biológicos e matrimoniais para abarcar vínculos baseados no afeto, na convivência e na solidariedade, que passaram a ocupar papel central na formação das novas entidades familiares e na construção da identidade dos indivíduos. Nesse sentido, a metodologia empregada é qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica e análise de decisões judiciais recentes. Busca-se compreender como o Poder Judiciário tem interpretado a coexistência de vínculos parentais múltiplos e quais os reflexos dessa realidade na vida das crianças e adolescentes envolvidos, observando-se ainda os efeitos sociais, psicológicos e jurídicos dessa forma de parentalidade e sua contribuição para a efetivação dos direitos fundamentais. Além disso, os resultados apontam que a multiparentalidade representa um avanço significativo para a efetivação dos direitos humanos e constitucionais, ao permitir que o afeto, o cuidado e a responsabilidade prevaleçam sobre a formalidade dos vínculos de sangue. Em contrapartida, ainda existem desafios quanto à consolidação normativa e à uniformização do entendimento jurisprudencial sobre o tema. Por conseguinte, demonstra-se que esse instituto contribui para a construção de um Direito de Família mais humanizado, plural, inclusivo e coerente com a realidade contemporânea. Desse modo, a multiparentalidade consolida-se como instrumento de justiça social e afetiva, reafirmando o papel do Direito como promotor da inclusão, da igualdade e do reconhecimento da diversidade familiar, expressando, assim, a evolução da sociedade e do Direito e reafirmando a importância da dignidade humana e da adaptação normativa às transformações sociais.

Palavras-chave: Multiparentalidade. Impactos sociais. Regulamentação.

[1] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

O CONFLITO ENTRE A PRISÃO PREVENTIVA E A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO: LIMITES E DESAFIOS NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Marco Antonio de Jesus Lima[1]; Milena de Oliveira Castro[2]; Raissa Silva Gonçalves[3]; Evani Cavalcante de Souza Rocha[4]

O presente estudo analisa o conflito entre a prisão preventiva e o princípio constitucional da duração razoável do processo, discutindo seus limites, implicações e desafios à luz da efetividade das garantias fundamentais no sistema penal brasileiro. A relevância do tema decorre da persistente prática de manutenção de prisões cautelares por períodos superiores ao razoável, em flagrante violação aos direitos à liberdade e à presunção de inocência assegurados pela Constituição Federal de 1988. O objetivo geral consiste em examinar a compatibilidade entre a prisão preventiva e o princípio da duração razoável do processo, buscando identificar de que modo a morosidade judicial e a aplicação desproporcional dessa medida afetam a legitimidade do processo penal. De forma específica, o trabalho investiga os fundamentos legais da prisão preventiva, as transformações introduzidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) e a evolução jurisprudencial quanto à necessidade de fundamentação concreta e revisão periódica da custódia cautelar. A pesquisa é de natureza qualitativa, com método dedutivo e abordagem descritivo-analítica, baseada em revisão bibliográfica e documental, abrangendo doutrinas, legislações e decisões dos tribunais superiores. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços normativos, a prisão preventiva permanece sendo utilizada de forma excessiva e prolongada, convertendo-se, muitas vezes, em verdadeira antecipação da pena. Tal realidade demonstra a distância entre a norma constitucional e sua aplicação prática, comprometendo a credibilidade do Poder Judiciário e a concretização dos direitos fundamentais. Conclui-se que a efetividade do princípio da duração razoável do processo exige não apenas reformas legislativas, mas também uma profunda mudança de paradigma institucional e cultural, voltada à adoção de medidas cautelares alternativas e ao fortalecimento de uma atuação judicial comprometida com a proporcionalidade e a excepcionalidade da prisão preventiva. Assim, a preservação da liberdade como regra e da prisão cautelar como exceção representa condição indispensável para a consolidação de um processo penal democrático, célere e garantista, coerente com os valores do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Prisão preventiva. Duração razoável do processo. Direitos fundamentais.

[1] Graduando em Bacharelado em Direito, FBBR, marcodaliga0712@gmail.com
[2] Graduanda em Bacharelado em Direito, FBBR, millenaacastroo08@gmail.com
[3] Graduanda em Bacharelado em Direito, FBBR, raissasilva31@hotmail.com
[4] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

O CONSELHO TUTELAR EM AÇÃO: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES NA EFETIVAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

André Henrique Cachoeira Gomes[1]; Anderson de Jesus Santana[2]; Charlene Silva dos Santos[3]; Dermeval Almeida de Oliveira Junior[4]; Erica Ribeiro dos Santos[5]; Iago Alves de Almeida[6]; Iara de Jesus Oliveira[7]; Juarez da Silva Paz[8]

O presente trabalho resulta de uma atividade extensionista realizada no Conselho Tutelar de Cruz das Almas (BA), com o objetivo de compreender a efetivação das atribuições previstas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A ação teve como foco conhecer de perto a dinâmica institucional e as práticas de proteção, prevenção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, aproximando os estudantes da realidade de um órgão essencial à garantia desses direitos no município. Do ponto de vista metodológico, a experiência consistiu em uma visita à instituição, com observação direta de seu funcionamento. Durante a visita, a equipe pôde observar a rotina dos conselheiros, compreender o fluxo de atendimento e identificar os principais desafios enfrentados no cotidiano da instituição. Constatou-se que, embora o Conselho Tutelar disponha de uma estrutura organizacional harmoniosa, ainda enfrenta limitações de recursos, como a ausência de uma casa de acolhimento no município, o que exige o encaminhamento de crianças para cidades vizinhas. Também foi apontada a redução das ações de Ronda Escolar, cuja retomada poderia contribuir para a prevenção de condutas infracionais nas imediações das escolas. Além disso, observou-se a existência de uma percepção social distorcida sobre o papel do Conselho Tutelar, frequentemente visto como uma instituição punitiva, quando, na realidade, atua para garantir a integridade física, emocional e social das crianças e adolescentes. Essa percepção equivocada pode afastar famílias e comunidades do órgão, o que reforça a importância de ações de esclarecimento sobre suas atribuições legais. O estudo evidencia, portanto, a relevância do Conselho como instrumento de defesa e promoção de direitos, reforçando a necessidade de fortalecimento de suas ações e da conscientização da sociedade sobre sua função protetiva e educativa. Conclui-se, ainda, que a vivência extensionista permitiu articular os conhecimentos teóricos sobre o ECA com a realidade concreta de sua aplicação, contribuindo para a formação crítica e cidadã dos estudantes.

[1] Estudante de Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, andrecachoeira01@gmail.com
[2] Estudante de Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, santoscrys68@gmail.com
[3] Estudante de Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, charlenesilvasantos.85@gmail.com
[4] Estudante de Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, juniormengo1988@gmail.com
[5] Estudante de Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, ericasallesba@gmail.com
[6] Estudante de Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, iagoalves94@hotmail.com
[7] Estudante de Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Graduada em Ciências Contábeis(UCSAL), Especialista em Gestão Pública, Especialista em Gestão Municipal, iara.oliveira@hotmail.com
[8] Pós-Doutor em Gestão e Políticas Públicas, Doutor em Difusão do Conhecimento, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), juarez.paz@atmos.edu.br

Palavras-chave: Conselho Tutelar. Direitos da Criança e do Adolescente. Proteção Social. ECA. Extensão Universitária.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA NO INQUÉRITO POLICIAL E NO PROCESSO PENAL À LUZ DA SÚMULA VINCULANTE Nº 14

Cecília Silmeia Santana da Silva[1]; Tainan Bastos dos Santos[2]

O presente estudo analisa a Súmula Vinculante nº 14 do STF e seu impacto concreto na persecução penal, desde a fase do inquérito policial até o subsequente processo penal. A referida súmula estabelece que é garantido ao defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório, digam respeito ao exercício do direito de defesa. Esta garantia é de importância central no sistema processual penal brasileiro, que adota um modelo acusatório na fase processual, mas mantém uma natureza jurídica inquisitiva no inquérito policial. Em razão dessa característica inquisitorial, o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa, ambos fundamentais para a regularidade da persecução criminal, ocorre de forma mitigada. O objetivo geral é, portanto, avaliar o impacto da Súmula nº 14 como um indispensável instrumento de equilíbrio, visando a chamada "paridade de armas" entre a defesa e a acusação, e sua influência para o devido processo penal. Para a obtenção do objetivo proposto, empregar-se-á uma metodologia de abordagem qualitativa. Como técnicas de investigação, utiliza-se a revisão bibliográfica e análise documental, com base na legislação pátria vigente, especialmente a Constituição Federal de 1988, bem como a doutrina de processo penal e a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores acerca do tema. Conclui-se que, embora o próprio dispositivo preveja limitações – não se aplicando a diligências em andamento e ainda não documentadas, sob pena de violar o sigilo da investigação –, o seu descumprimento quanto aos autos já documentados configura uma violação direta ao princípio constitucional da ampla defesa, previsto no art. 5º, LV, da CF/88. Tal negativa não fere apenas prerrogativas da advocacia, mas macula o devido processo legal, tornando os atos processuais subsequentes passíveis de nulidade pelo órgão julgador.

Palavras-chave: Inquérito Policial. Constituição Federal. Contraditório e Ampla Defesa.

[1] Estudante de graduação no curso de Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). silmeiacecilia@gmail.com
[2] Docente no curso de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). tbastosdossantos@gmail.com

O DIREITO À EDUCAÇÃO E O DESAFIO DO ODS 4 NO BRASIL: PERSPECTIVAS JURÍDICAS E SOCIAIS

Bárbara dos Reis de Jesus[1]; Ícaro Lázaro Sampaio Silva Vieira[2]; Ione de Souza Reis da Conceição[3]; Iuri Nobre dos Santos[4]; Laiz Láiza Gonçalves de Mello Conceição[5]; Lucas Martins[6]; Maria Eduarda da Silva Freire[7]; Pamella Alisson Mesquita de Azevedo[8]; Senhora Barbosa dos Santos[9]; Mateus Pinheiro[10]

Um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e social é a educação de qualidade, reconhecida internacionalmente como direito humano e meio indispensável para promover a cidadania e a dignidade. A relevância desse tema é reafirmada pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Agenda 2030, que define a meta global de garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Este trabalho tem como objetivo analisar a educação de qualidade sob a ótica dos direitos fundamentais e do ODS 4, evidenciando sua importância jurídica e social e os desafios para sua efetivação no contexto brasileiro. Especificamente, buscou-se compreender o papel do Estado e da sociedade civil na concretização desse direito, relacionando o tema ao Direito Internacional e Constitucional, com foco na eliminação das disparidades. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, com caráter exploratório e analítico, consultando fontes normativas e institucionais cruciais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional de Educação (PNE) e relatórios oficiais da UNESCO e da ONU Brasil sobre desigualdades educacionais. Os

[1] Estudante do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), baahcorreia.iurd@gmail.com
[2] Estudante do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), ilssv1608@gmail.com
[3] Estudante do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), yonereis2020@gmail.com
[4] Estudante do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), iurinobredossantos@gmail.com
[5] Estudante do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mellolaiza@hotmail.com
[6] Estudante do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), lucasaerea@gmail.com
[7] Estudante do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), fmariaeduarda840@gmail.com
[8] Estudante do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), pamellaalisson2019@gmail.com
[9] Estudante do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), dae.fernandes14@gmail.com
[10] Mestre em Direito Constitucional, Professor do curso de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mateus.pinheiro@atmos.edu.br

resultados demonstram que, apesar dos avanços normativos e da existência de um sólido marco legal, o Brasil ainda enfrenta desafios estruturais crônicos e persistentes, como a desigualdade regional na distribuição de recursos, o subfinanciamento contínuo das políticas educacionais, a urgente desvalorização do magistério e a sistemática exclusão de grupos vulneráveis. Em perspectiva teórico-prática, a experiência extensionista "ODS 4: Entendendo o Direito à Educação", desenvolvida pelo curso de Direito, articulou o conhecimento acadêmico com a realidade social por meio de atividades de conscientização em escolas públicas. Essa ação demonstrou que garantir o direito à educação requer a implementação de políticas públicas sólidas e duradouras, financiamento apropriado, maior envolvimento da sociedade no monitoramento e reconhecimento da educação como fundamento essencial para a inclusão e o desenvolvimento sustentável. Conclui-se que o fortalecimento e o alcance integral das metas do ODS 4 dependem, crucialmente, do comprometimento conjunto e coordenado entre o Estado e a sociedade civil, reafirmando a educação não apenas como um direito formal, mas como o principal meio de transformação social e de realização dos direitos humanos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Educação de qualidade. Direito à educação. ODS 4. Políticas públicas educacionais. Participação social.

O DIREITO À EDUCAÇÃO, NA VISÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Cássio dos Santos de Andrade[1]; Allan Santos dos Santos[2]; Emmeli Maria Santos Neves[3]; Keliane Rezende dos Santos[4]; Franklin da Silva Peixinho[5]

O direito à educação é reconhecido pela Constituição Federal de 1988 como um dos direitos sociais mais relevantes, indispensável à concretização da cidadania, ao desenvolvimento humano e à redução das desigualdades. Nessa perspectiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surge como um marco normativo que consolida a doutrina da proteção integral, garantindo que crianças e adolescentes sejam considerados sujeitos de direitos e não meros objetos de tutela. O ECA, ao tratar da educação, reforça o dever compartilhado entre Estado, família e sociedade de assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência, a qualidade e a equidade no ensino, promovendo oportunidades que favoreçam o desenvolvimento pleno e a inserção social. O presente estudo tem como objetivo analisar o direito à educação sob a ótica do ECA, compreendendo seus fundamentos legais, implicações sociais e desafios para sua efetivação. A metodologia utilizada é qualitativa e bibliográfica, baseada em pesquisa documental e na análise de dispositivos legais, especialmente os artigos 53 a 59 do ECA, bem como em obras doutrinárias e estudos sobre políticas públicas educacionais. Os resultados indicam que, embora o Estatuto represente um avanço significativo na consolidação dos direitos educacionais, sua aplicação prática ainda enfrenta obstáculos relacionados à desigualdade social, à evasão escolar e à falta de investimento estrutural no sistema de ensino. A discussão revela que o enfrentamento desses desafios exige a atuação integrada entre Estado, escola e comunidade, orientada por princípios de inclusão, respeito à diversidade e equidade. Conclui-se que o direito à educação previsto no ECA é um instrumento essencial para o fortalecimento da democracia e da justiça social, devendo ser continuamente promovido e fiscalizado, a fim de garantir a todas as crianças e adolescentes o pleno exercício de sua cidadania e o acesso a um futuro digno e transformador.

[1] Estudante de graduação no curso de Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). contatocassiobig@gmail.com
[2] Estudante de graduação no curso de Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). allanbahia_20@hotmail.com
[3] Estudante de graduação no curso de Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR) emmelimaria_@hotmail.com
[4] Estudante de graduação no curso de Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR) rezendekeliane@gmail.com Docente no curso de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). Franklin_peixinho@yahoo.com.br
[5] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

Palavras-chave: Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos Fundamentais.

O ESTATUTO DO DESARMAMENTO: MEDIDA EFICIENTE CONTRA A CRIMINALIDADE OU MERA RESTRIÇÃO AOS DIREITOS INDIVIDUAIS DOS CIDADÃOS? – UMA DISCUSSÃO SOBRE COMO O DESARMAMENTO CIVIL INTERAGE COM O DIREITO À LEGÍTIMA DEFESA E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS

Filipe Góes Junghans; Luiz Fernando Santos Júnior[1]; Evani Cavalcante de Souza Rocha[2]

O presente resumo do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O Estatuto do Desarmamento: medida eficiente contra a criminalidade ou mera restrição aos direitos individuais dos cidadãos?” analisa de forma crítica a Lei nº 10.826/2003, questionando sua eficácia como política pública de segurança e seus impactos sobre os direitos fundamentais, especialmente o direito à legítima defesa. A metodologia utilizada é de caráter qualitativo e bibliográfico, fundamentada em revisão doutrinária, análise legislativa e estudo de dados empíricos provenientes de fontes como o Atlas da Violência e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A pesquisa adota abordagem jurídico-constitucional e filosófica, confrontando o Estatuto com princípios da Constituição Federal de 1988 — como o direito à vida, à segurança e à proporcionalidade — e com teorias clássicas do direito natural e do contrato social. O objetivo geral do estudo é avaliar se o Estatuto do Desarmamento é uma medida eficaz no combate à criminalidade ou se constitui mera restrição às liberdades individuais. Os objetivos específicos incluem examinar a evolução histórica das políticas de controle de armas no Brasil e no mundo; analisar os fundamentos jurídicos e políticos da lei; discutir suas tensões constitucionais e o impacto sobre o direito à autodefesa; e avaliar seus resultados práticos com base em dados estatísticos e jurisprudência. Os resultados encontrados indicam que, embora o Estatuto tenha produzido uma redução inicial nas taxas de homicídio entre 2004 e 2010, a criminalidade voltou a crescer posteriormente, atingindo o pico em 2017. A partir de 2018, houve nova queda, atribuída não apenas à legislação, mas também a outros fatores estruturais, como o uso de tecnologias policiais e políticas integradas de segurança. O trabalho demonstra que o Estatuto impactou mais fortemente o cidadão cumpridor da lei, enquanto o mercado ilegal de armas permaneceu ativo. Além disso, o referendo de 2005, no qual 64% da população rejeitou a proibição do comércio de armas, não foi plenamente refletido na política estatal, o que levanta questionamentos sobre a soberania popular e a legitimidade democrática da lei. A relevância jurídica do estudo está em revelar as tensões entre segurança pública e direitos fundamentais, destacando o papel do princípio da proporcionalidade na limitação estatal de liberdades individuais. O trabalho contribui para o debate constitucional contemporâneo sobre os limites da intervenção do Estado na esfera privada e reforça a necessidade de políticas públicas mais equilibradas, baseadas em evidências empíricas e no respeito à Constituição. Em síntese, o TCC conclui que o Estatuto do Desarmamento possui forte valor simbólico, mas eficácia questionável,

[1] Graduando em Direito, Faculdade Brasileira do Recôncavo - fernandojunioradv10@gmail.com
[2] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.edu.br

exigindo reavaliação legislativa que concilie a segurança coletiva com o direito individual à autodefesa.

Palavras-chave: Estatuto do Desarmamento. Legítima Defesa. Direitos Fundamentais. Princípio da Proporcionalidade. Desarmamento Civil.

O IMPACTO DA LEI ANTICRIME (LEI Nº 13.964/2019) NO DIREITO PENAL

Lucas Cavalcante Sousa; Brenno Vieira de Araujo Santos; Afraédille de Carvalho Ribeiro[1]

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da Lei Anticrime (Lei nº 13.964/2019) no Direito Penal brasileiro, examinando suas principais inovações, controvérsias e efeitos práticos na aplicação da justiça criminal. A hipótese que norteia este estudo é a de que a Lei Anticrime, embora tenha sido criada com o objetivo de tornar o sistema penal mais rigoroso e eficiente no combate à criminalidade, vem gerando tensões e desafios práticos quanto à sua aplicação, especialmente no equilíbrio entre o fortalecimento do poder punitivo do Estado e a preservação das garantias fundamentais do acusado. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, baseia-se na análise de doutrinas, legislações e jurisprudências, buscando compreender como as alterações promovidas pela lei vêm sendo interpretadas pelos tribunais superiores. Acredito que, em alguns aspectos, a lei trouxe avanços relevantes, como a criação do acordo de não persecução penal, a ampliação da transparência no cumprimento da pena e a tentativa de modernizar o processo penal, mas também deixou lacunas e incertezas que ainda geram divergências interpretativas entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Tais divergências, que envolvem temas como o juiz das garantias, a retroatividade de normas penais mais benéficas e a aplicação prática do acordo de não persecução penal, têm provocado grande insegurança jurídica, visto que a ausência de uniformidade nas decisões causa impactos diretos na atuação de advogados, promotores e magistrados. Essa falta de consenso faz com que, inclusive em provas e concursos públicos, determinadas questões possam ser anuladas, uma vez que há entendimentos distintos nas cortes superiores. O estudo busca, assim, refletir criticamente sobre o alcance e a efetividade das reformas penais trazidas pelo chamado Pacote Anticrime, questionando se as mudanças realmente contribuem para um sistema de justiça mais justo, célere e equilibrado, ou se acabam reforçando um viés positivista em detrimento das garantias fundamentais. A escolha do tema decorre de sua relevância atual e de sua grande importância prática para os operadores do Direito, especialmente aqueles que pretendem atuar na área penal. Analisar o impacto dessa legislação significa compreender o modo como o Estado lida com o crime e com os direitos dos cidadãos, ponderando os limites da atuação punitiva diante das exigências constitucionais. Portanto, embora a Lei Anticrime represente um avanço em determinados pontos, sua aplicação ainda depende da consolidação de entendimentos estáveis pelos tribunais superiores, de modo a garantir segurança jurídica e efetividade às reformas propostas.

Palavras-chave: Lei Anticrime. Direito Penal. Garantias Fundamentais. Segurança Jurídica. Tribunais Superiores.

[1] Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Professora da Faculdade Brasileira do Recôncavo, afraedille@gmail.com

O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES: TECENDO BREVES REFLEXÕES SOBRE A SÉRIE ADOLESCÊNCIA

Ana Maria Carvalho Cruz Vatin[1]; Ester Silva Amador[2]; Tainan Bastos dos Santos[3]

As redes sociais têm ocupado papel central no processo de socialização de adolescentes, influenciando a construção de identidades, comportamentos e percepções sobre gênero. É de suma importância tecermos compreensões de como as masculinidades são produzidas, reforçadas ou tensionadas em espaços virtuais, o que se torna fundamental para refletir sobre os modos de ser homem na contemporaneidade. Em 2025, a *Netflix* lançou a série intitulada *Adolescência*, que se apresenta como um material fecundo para análise, ao retratar os desafios, conflitos e vivências de jovens em um contexto marcado pela hiperconectividade, pela busca de pertencimento e pelas pressões sociais relacionadas ao gênero. O diálogo tecido neste trabalho objetiva analisar criticamente os impactos das redes sociais na formação das masculinidades a partir de uma leitura interpretativa da série *Adolescência*, buscando identificar como os discursos e práticas mediados pela internet influenciam as formas de expressão e reafirmação do ser masculino na juventude. Pretende-se, ainda, problematizar os mecanismos de reprodução de estereótipos e as possibilidades de ruptura que emergem nos ambientes digitais e nas narrativas audiovisuais voltadas ao público adolescente. A metodologia utilizada é de caráter qualitativo e interpretativo, baseada em análise de conteúdo audiovisual e revisão bibliográfica. Foram selecionados episódios da série que abordam explicitamente a relação entre jovens, redes sociais e questões de gênero. A análise considerou aspectos narrativos, diálogos e representações imagéticas, articulando-os com referenciais teóricos sobre masculinidades. Os resultados apontam que as plataformas digitais funcionam como espaços de aprendizagem e performatividade de gênero, nos quais os jovens são constantemente convocados a corresponder a determinados modelos de masculinidade – fortes, viris, competitivos e heteronormativos –, ao mesmo tempo em que vivenciam contradições e vulnerabilidades. A série evidencia essas tensões, mostrando personagens que oscilam entre a adesão aos padrões dominantes e a busca por novas formas de ser homem, mais sensíveis e abertas ao diálogo. A presença das redes sociais amplifica tanto as cobranças quanto as possibilidades, tornando-se um campo de disputa simbólica. É importante evidenciar que as redes sociais exercem influência significativa na formação das masculinidades na juventude, ora reforçando estereótipos, ora abrindo brechas para a construção de masculinidades plurais. Refletir criticamente sobre essas dinâmicas faz-se

[1] Mestre em Política Social e Territórios pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). anamariavatin@gmail.com
[2] Estudante de graduação no curso de Direito pela Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). estersilvaamador0@gmail.com
[3] Docente no curso de Direito da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). tbastosdossantos@gmail.com

importante através das práticas educativas que contribuam para a equidade de gênero e o respeito à diversidade.

Palavras-chave: Masculinidades. Redes Sociais. Juventude.

O MINISTÉRIO PÚBLICO EM AÇÃO: APRENDIZADO, ÉTICA E CIDADANIA NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRUZ DAS ALMAS

Angélica Conceição Gomes Machado[1]; Daiane Teixeira Souza[2]; Eduarda Azevedo Santana[3]; Maria Laura Santos Pereira Vieira[4]; Paula Virgínia Dantas dos Santos Santana[5]; Samila dos Santos Dias Cerqueira[6]; Taís do Amaral Conceição[7]; Talita Almeida Slujalkovsky[8]; Juarez da Silva Paz[9]

Esta experiência extensionista teve como propósito compreender, na prática, a estrutura e o funcionamento da Promotoria de Justiça da cidade de Cruz das Almas (BA), destacando o papel do Ministério Público na defesa da sociedade e na promoção da justiça. Desenvolvida no âmbito do curso de Direito, a atividade buscou reconhecer as atribuições do promotor de justiça, compreender como sua atuação contribui para a efetivação dos direitos fundamentais e estimular a reflexão sobre cidadania e ética profissional. A proposta partiu do entendimento de que o contato direto com as instituições do sistema de justiça é fundamental para a formação jurídica, pois permite relacionar os conteúdos estudados à realidade institucional. A metodologia adotada envolveu pesquisa bibliográfica sobre a história, a organização e as funções do Ministério Público, seguida de uma visita supervisionada à Promotoria de Justiça. O estudo prévio orientou o olhar dos estudantes durante a visita, permitindo-lhes reconhecer, no cotidiano da Promotoria, as funções estudadas. Durante a experiência, os estudantes puderam conhecer o ambiente institucional, dialogar com os profissionais e observar os desafios cotidianos na aplicação da lei e na proteção dos direitos coletivos, como saúde, educação e segurança. Os resultados revelaram uma significativa integração entre teoria e prática, ampliando a compreensão sobre o sistema de justiça e fortalecendo o senso de responsabilidade social dos participantes. A atividade também contribuiu para consolidar uma visão crítica e ética sobre a atuação jurídica, evidenciando que o exercício do Direito ultrapassa a dimensão técnica, exigindo sensibilidade humana, compromisso com a verdade e respeito à dignidade das pessoas. Conclui-se que a vivência extensionista cumpriu plenamente seu papel formativo ao aproximar os estudantes da realidade profissional e social, promovendo o desenvolvimento de competências reflexivas e valores indispensáveis à construção de uma sociedade mais justa, ética e igualitária. Desse modo, a experiência

[1] Discente do curso de Direito, angelica.gomesmachado@gmail.com.
[2] Discente do Curso de Direito, dai.teixeira_16@hotmail.com
[3] Discente do curso de Direito, eduardaazevedo601@gmail.com.
[4] Discente do curso de Direito, lauraimpera@outlook.com.
[5] Discente do curso de Direito, dantasaluap@gmail.com.
[6] Discente do curso de Direito, samiladias1773@gmail.com.
[7] Discente do curso de Direito, advocacia_tais@hotmail.com.br.
[8] Discente do curso de Direito, slujalkovsky.talita1@gmail.com.
[9] Pós-Doutor em Gestão e Políticas Públicas, Doutor em Difusão do Conhecimento, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), juarez.paz@atmos.edu.br

reafirma a extensão universitária como espaço privilegiado de aprendizagem e de aproximação entre a academia e as instituições públicas.

Palavras-chave: Cidadania. Ministério Público. Ética Profissional. Extensão Universitária. Formação Jurídica.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

O SALÁRIO-MATERNIDADE PREVIDENCIÁRIO NA PERSPECTIVA DO JULGAMENTO DA ADI Nº 2110/STF E A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

Iara de Jesus Oliveira[1]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[2]

O salário-maternidade é um benefício previdenciário essencial à proteção da mulher trabalhadora e à garantia da dignidade no período gestacional e pós-parto, assegurando o afastamento remunerado por até 120 dias, conforme o fato gerador previsto na legislação: parto, aborto não criminoso ou adoção. O presente estudo pretende analisar a relevância desse benefício no contexto da proteção social e os impactos jurídicos e econômicos decorrentes do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2110, apreciada pelo Supremo Tribunal Federal em 2024. A pesquisa adotará abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, baseando-se na Constituição Federal, na Lei nº 8.213/1991, no Decreto nº 3.048/1999, em artigos científicos, dados públicos e jurisprudência recente. O estudo buscará examinar como a decisão do STF, ao dispensar o cumprimento de carência para contribuintes individuais, seguradas facultativas e seguradas especiais, amplia o acesso ao salário-maternidade e fortalece o princípio da isonomia, especialmente no que se refere à proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica ou inseridas no trabalho informal. Contudo, a análise também pretende discutir possíveis repercussões financeiras e atuariais para o sistema previdenciário, considerando que a ampliação do benefício pode tender a aumentar a despesa pública, exigindo maior planejamento estatal e revisão periódica de políticas contributivas. Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para compreender se a aplicação do princípio da isonomia, tal como fundamentada pelo STF, promove inclusão social sem comprometer a sustentabilidade econômico-atuarial do regime previdenciário, além de evidenciar a importância de políticas públicas voltadas ao incentivo da contribuição regular como forma de garantir equilíbrio entre ampliação de direitos e responsabilidade fiscal.

Palavras-chave: Salário-maternidade. Carência. ADI 2110/STF. Isonomia. Previdência Social.

[1] Discente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, iara.oliveira@hotmail.com
[2] Orientadora. Professora da Faculdade Brasileira do Recôncavo, afraedille@gmail.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

OS DESAFIOS DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ERA DIGITAL

Êmilie Brito de Souza; Guilherme Machado Dórea; Thomaz Gustavo Gomes da Cruz; João Felipe de Sousa Gomes; Franklin da Silva Peixinho[1]

O presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelo sistema jurídico brasileiro na efetivação da doutrina da proteção integral da criança e do adolescente diante do avanço das tecnologias digitais. Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), o ordenamento jurídico brasileiro passou a reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, com prioridade absoluta na garantia de sua dignidade e desenvolvimento. Entretanto, as transformações sociais e tecnológicas trouxeram novas formas de vulnerabilidade, exigindo uma atualização constante das políticas públicas e das práticas de proteção. O estudo foi desenvolvido a partir de assuntos dados em sala de aula, pesquisa bibliográfica e documental, com base em legislações nacionais, relatórios institucionais e artigos científicos voltados ao tema. A metodologia adotada permitiu compreender que, embora o ECA represente um marco histórico na defesa dos direitos infantojuvenis, a efetividade dessa proteção enfrenta desafios no contexto digital, em que as fronteiras da privacidade e da segurança se tornam cada vez mais tênues. Problemas como o cyberbullying, a exploração sexual virtual, a exposição excessiva nas redes sociais e a dependência tecnológica configuram riscos que demandam ação conjunta entre Estado, família, escola e sociedade civil. A análise revelou que a simples existência de dispositivos legais não é suficiente; é necessária uma atuação integrada e preventiva, com educação digital, fiscalização adequada e políticas públicas inclusivas. Assim, conclui-se que a proteção integral na era digital vai além do campo jurídico: trata-se de um compromisso ético e humano. Proteger crianças e adolescentes nesse novo contexto significa educar, acolher e promover um ambiente digital seguro, respeitoso e saudável. A efetivação desses direitos depende da conscientização coletiva de que cada ação protetiva é um investimento no futuro de uma sociedade mais justa, empática e comprometida com as próximas gerações.

Palavras-chave: Proteção Integral. Estatuto da Criança e do Adolescente. Era Digital. Direitos Fundamentais. Responsabilidade Social.

[1] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

OS DESAFIOS NA ADVOCACIA PARA MULHERES: UMA ANÁLISE DE GÊNERO NA PRÁTICA JURÍDICA

Liriel da Silva de Souza[1]; Andreza Fernandes de Almeida[2]; Evani Cavalcante de Souza Rocha[3]

A consolidação da presença feminina na advocacia brasileira constitui marco histórico recente e, ao mesmo tempo, um campo que revela o entrelaçamento de desigualdades de gênero e de raça nas estruturas do Direito. A despeito de representarem maioria entre os profissionais inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, as mulheres continuam enfrentando limitações concretas e simbólicas que comprometem sua plena inserção nos espaços de poder e decisão, expondo a persistência de um modelo jurídico moldado sob perspectivas patriarcais. O presente trabalho teve por objetivo analisar os desafios enfrentados por mulheres na advocacia contemporânea, à luz de uma abordagem de gênero e interseccionalidade, investigando de que modo estereótipos sociais e práticas discriminatórias interferem em sua trajetória profissional, reconhecimento e ascensão hierárquica. Para tanto, a pesquisa adotou metodologia qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, com fundamento em revisão bibliográfica de obras jurídicas, sociológicas e filosóficas, possibilitando uma leitura crítica do cenário atual. A análise dos dados evidenciou que, embora haja avanços numéricos quanto à inserção feminina na advocacia, as estruturas que sustentam a desigualdade permanecem operando de forma sutil, manifestando-se em disparidades salariais, na menor ocupação de cargos de liderança e na reprodução de estigmas comportamentais que associam a competência jurídica à figura masculina. As mulheres negras, em particular, enfrentam uma dupla exclusão derivada da interseção entre racismo estrutural e sexismo institucional, o que reforça a urgência de políticas públicas voltadas à equidade e à representatividade. Observa-se, entretanto, o fortalecimento de redes de apoio, coletivos femininos e movimentos jurídicos inclusivos, os quais têm promovido uma reconfiguração simbólica da advocacia e do próprio entendimento do papel da mulher no Direito. Conclui-se que a superação dessas barreiras exige mais do que reformas normativas: impõe-se a necessidade de uma transformação cultural nas instituições jurídicas, com a desconstrução dos paradigmas patriarcais e o reconhecimento da diversidade como princípio estruturante da justiça. A valorização do saber jurídico feminino e o estímulo à ocupação equitativa dos espaços decisórios configuram, assim, instrumentos essenciais para a efetivação de um sistema jurídico verdadeiramente democrático e plural.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero. Interseccionalidade. Equidade.

[1] Bacharelanda em Direito, FBBR, silvaliriel.25@gmail.com
[2] Bacharelanda em Direito, FBBR, 001andrezaalmeida@gmail.com
[3] Especialista, Professora da FBBR, evani.cavalcante@atomos.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

PENAS ALTERNATIVAS COMO MEIO RESSOCIALIZADOR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Marcos Afonso Garcez Silva; Afraédille de Carvalho Ribeiro[1]

As penas alternativas surgem no ordenamento jurídico brasileiro como uma resposta à ineficácia do sistema prisional tradicional em promover ressocialização do condenado, considerando sua importância frente à crise do sistema prisional marcado por superlotação, insalubridade e ineficácia na reabilitação dos condenados. As penas alternativas, previstas no art. 43 do Código Penal Brasileiro (CP), são apresentadas como medidas humanizadas, que permitem ao condenado manter vínculos sociais e familiares, favorecendo sua reintegração e reduzindo a reincidência. Com base em autores como *Rogério Greco*, *Cezar Roberto Bitencourt e Damásio de Jesus*, o estudo destaca que essas penas, introduzidas pela Lei nº 7.209/1984 e ampliadas pela Lei nº 9.714/1998, representam um avanço da política criminal moderna, priorizando a educação e a reintegração social do infrator em vez do encarceramento. A relevância da pesquisa decorre do colapso do sistema prisional e da necessidade de medidas mais eficazes e humanizadas para crimes de menor potencial ofensivo. As penas alternativas contribuem para a dignidade da pessoa humana, a proporcionalidade da pena e a construção de uma justiça restaurativa, mais eficiente e menos punitiva. As penas alternativas são mais eficazes que a prisão tradicional na promoção da ressocialização, pois evitam o ambiente degradante do cárcere, mantêm vínculos sociais e reduzem a reincidência criminal. As penas alternativas previstas no Código Penal são realmente eficazes para a ressocialização dos condenados e para a redução dos efeitos negativos da prisão. Objetivo geral: analisar a eficácia das penas alternativas como instrumento de ressocialização no Brasil. Objetivos específicos: identificar fundamentos legais das penas alternativas; avaliar seus efeitos na prevenção da reincidência; investigar vantagens e limitações frente à pena de prisão; examinar o papel das políticas públicas na efetividade dessas medidas. Metodologia: pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e documental, utilizando doutrina, legislação penal e jurisprudência como fontes secundárias. As penas alternativas configuram um instrumento jurídico eficaz para promover a ressocialização e a dignidade humana, além de representar uma solução prática para reduzir a superlotação carcerária, reduzindo significativamente os custos e despesas em comparação com a prisão tradicional no regime fechado e melhorar a efetividade do sistema penal.

Palavras-chave: Penas alternativas. Ressocialização. Sistema prisional. Reintegração social.

[1] Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Professora da Faculdade Brasileira do Recôncavo, afraedille@gmail.com

PROTEÇÃO E RESPONSABILIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Aldemir Nunes da Cunha[1]; Antônio Lucas de Souza Santos[2]; Carlos da Silva Pereira[3]; Êmile da Conceição Santana[4]; Isabele Rocha da Silva[5]; Lígia Cristina Barbosa Souza Kumar[6]; Paloma Conceição Machado[7]; Sérgio Carvalho Pereira[8]; Thamires Melo Santiago[9]; Verônica Cristina da Silva Pereira[10]; Franklin da Silva Peixinho[11]

Os direitos e penalidades previstos no ordenamento jurídico brasileiro relacionados à proteção da população LGBTQIA+ são importantes mecanismos de responsabilidade penal contra práticas discriminatórias e de violência contra esta população, tornando-os importantes instrumentos de conscientização social e jurídica para a efetivação da igualdade e dignidade humana. Assim, este projeto teve como objetivo a elaboração, desenvolvimento e apresentação de uma palestra no Colégio CETEP Alberto Torres, voltada para estudantes de 17 a 18 anos do curso de Informática. O objetivo geral do trabalho foi o de compreender como o debate jurídico, quando levado ao ambiente escolar, contribui para a formação, para a prevenção de práticas discriminatórias e para a valorização do respeito à diversidade. Como objetivos específicos, buscou-se informar sobre os direitos penais e processuais das pessoas LGBTQIA+; esclarecer como leis como a Constituição Federal, o Código Penal, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio se aplicam; orientar sobre responsabilidade penal, tanto na condição de “vítima” quanto de “réu”; e apresentar formas de denúncia e canais de apoio legal e psicológico. A experiência se constituiu como um espaço de diálogo e troca de saberes, permitindo não apenas compartilhar informações importantes e relevantes sobre o tema proposto, mas também estimular a reflexão crítica dos jovens. O processo contemplou desde a pesquisa e preparação do conteúdo até a sua exposição, promovendo um momento de aprendizagem tanto para os palestrantes quanto para os alunos ouvintes. A realização da palestra representou uma experiência enriquecedora, tanto no aspecto acadêmico quanto pessoal. Além de consolidar o aprendizado dos palestrantes, possibilitou ampliar a consciência crítica dos alunos acerca do tema LGBTfobia, promovendo um ambiente de respeito, acolhimento e diálogo. Ao apresentar leis como a Lei do Racismo, a Lei Maria

[1] Graduando em Direito, FBBR, aldemirncunha@gmail.com
[2] Graduando em Direito, FBBR, antoniolucasea@outlook.com
[3] Graduando em Direito, FBBR, krlospex@hotmail.com
[4] Graduanda em Direito, FBBR, emiledireito@gmail.com
[5] Graduanda em Direito, FBBR, isabelerocha2005@gmail.com
[6] Graduanda em Direito, FBBR, ligiakumar@gmail.com
[7] Graduanda em Direito, FBBR, palomaconceicao43941@gmail.com
[8] Graduando em Direito, FBBR, sergiocarvalhopereira5@gmail.com
[9] Graduanda em Direito, FBBR, thamiresmelo0395@gmail.com
[10] Graduanda em Direito, FBBR, veronicacristina1704@gmail.com
[11] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

da Penha e o crime de injúria racial previsto no Código Penal, foi possível demonstrar de forma concreta como o Direito atua na proteção da dignidade humana. Dessa forma, a atividade contribuiu para fortalecer competências comunicativas e reflexivas, reforçando a importância de levar debates jurídicos relevantes ao espaço escolar e estimulando o protagonismo juvenil na construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Palavras-chave: Preconceito. Inclusão. Igualdade. Respeito.

RECONHECIMENTO DA CULTURA E IDENTIDADE SURDA: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SAPEAÇU

Carolina Maria Silva Ribeiro[1]; Daiana de Souza Carvalho[2]; Eliedna Priscila de Barros Santana[3]; Gabriel Silva Souza[4]; Jilvan Oliveira de Jesus[5]; Meiline Silva Humberto Sampaio[6]; Renato Souza Rocha Junior[7]; Rosana Lima da Paixão[8]; Thailane Moraes Lima[9]; Juarez da Silva Paz[10]

A trajetória das pessoas surdas é marcada por processos de resistência, conquistas de direitos e pela constante busca por reconhecimento social, cultural e linguístico. A comunidade surda ultrapassa a concepção restrita de deficiência auditiva, configurando-se como um grupo cultural dotado de identidade própria, expressa por meio de sua língua, manifestações artísticas, produções literárias e modos singulares de viver. Compreender essa dimensão cultural é fundamental para superar visões limitadas e reconhecer as pessoas surdas como sujeitos de direitos e produtoras de cultura. O presente trabalho teve como objetivo contribuir para a ampliação da visibilidade da comunidade surda e fortalecer seus movimentos sociais, evidenciando sua relevância enquanto grupo cultural e linguístico. A metodologia adotada baseou-se na realização de entrevistas, registradas em vídeo mediante autorização dos participantes, com representantes da Associação Pestalozzi de Sapeaçu, instituição que desenvolve ações voltadas à inclusão e valorização das pessoas com deficiência. Os recursos utilizados compreenderam o uso de aparelho celular, computador, papel e caneta, materiais simples que viabilizaram o registro e a organização das informações obtidas junto aos entrevistados. Os resultados evidenciam a importância da conscientização social sobre o reconhecimento da comunidade surda, não apenas em sua dimensão de “aparecer”, mas, sobretudo, de ser respeitada, reconhecida e valorizada em todas as esferas da vida social. A relevância deste estudo fundamenta-se na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito à plena participação social, cultural e linguística das pessoas com deficiência, contribuindo para o fortalecimento da identidade e da cultura surda na contemporaneidade. A experiência extensionista na Associação Pestalozzi de Sapeaçu evidenciou o valor de um trabalho que articula compromisso social, empatia e solidariedade, reafirmando cotidianamente a importância da inclusão e do respeito à

[1] Estudante de Direto, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rebelde.ribeiro@gmail.com
[2] Estudante de Direto, Faculdade Brasileira do Recôncavo, daianasouza2905@gmail.com
[3] Estudante de Direto, Faculdade Brasileira do Recôncavo, priscilacontatomkt@gmail.com
[4] Estudante de Direto, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabriel.souza9020@gmail.com
[5] Estudante de Direto, Faculdade Brasileira do Recôncavo, oliveirajilvan057@gmail.com
[6] Estudante de Direto, Faculdade Brasileira do Recôncavo, meilineabencoada@gmail.com
[7] Estudante de Direto, Faculdade Brasileira do Recôncavo, renatosouzarochajunior@gmail.com
[8] Estudante de Direto, Faculdade Brasileira do Recôncavo, lucontatos2010@hotmail.com
[9] Estudante de Direto, Faculdade Brasileira do Recôncavo, thailanemoraeslimamoraes@gmail.com
[10] Pós-Doutor em Gestão e Políticas Públicas, Doutor em Difusão do Conhecimento, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), juarez.paz@atmos.edu.br

diversidade. Desse modo, a vivência reforça o papel da extensão universitária na aproximação entre a formação acadêmica e as demandas da comunidade, ao dar voz a sujeitos historicamente invisibilizados.

Palavras-chave: Visibilidade. Identidade Surda. Inclusão. Extensão Universitária. Associação Pestalozzi.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA PROTEÇÃO DE ADOLESCENTES LGBT+ EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ABANDONO

Gilvan Dias Medeiros[1]; Franklin da Silva Peixinho[2]

O presente estudo tem como tema a responsabilidade do Estado na proteção de adolescentes LGBT+ em situações de violência doméstica e abandono, analisando como o poder público atua para garantir os direitos dessa população conforme previsto na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e em tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Adolescentes LGBT+ figuram entre os grupos mais expostos à vulnerabilidade e à violação de direitos, sendo recorrentes casos de violência e rejeição familiar motivados por preconceito em razão da orientação sexual e da identidade de gênero. Essas violências refletem estruturas patriarcais e heteronormativas que produzem exclusão, invisibilidade e ruptura de vínculos afetivos e sociais. O estudo tem como objetivo geral analisar o papel e a responsabilidade do Estado brasileiro na proteção de adolescentes LGBT+ vítimas de violência doméstica e abandono. Busca, especificamente: compreender o alcance jurídico das normas nacionais e internacionais que asseguram a proteção integral; identificar falhas e lacunas na efetivação de políticas públicas voltadas a essa população; e discutir a necessidade de medidas intersetoriais que promovam acolhimento, dignidade e cidadania plena. A pesquisa adota metodologia qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica interdisciplinar, análise documental de legislações e dados oficiais (IBGE, Disque 100, SINAN), além de relatórios de organizações da sociedade civil. Também são examinadas decisões judiciais e normativas do sistema de garantia de direitos, considerando a interseccionalidade entre sexualidade, gênero, raça e classe social, que agrava a vulnerabilidade desses adolescentes. A fundamentação apoia-se na Constituição Federal, especialmente nos artigos 1º, III, 3º, IV, 5º, XLI e XLII e 227, e em instrumentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), os Pactos Internacionais de 1966, a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) e a Convenção de Belém do Pará (1994). Os resultados indicam que, embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure a proteção integral de crianças e adolescentes, persistem lacunas na efetivação das políticas públicas voltadas à população LGBT+. Verifica-se escassez de abrigos inclusivos, ausência de protocolos específicos e despreparo de profissionais das áreas de assistência, saúde e educação para o acolhimento adequado. Além disso, há invisibilidade estatística e institucional que dificulta o enfrentamento da violência e o desenvolvimento de ações eficazes de proteção e prevenção. Conclui-se que a omissão estatal diante da violência e do abandono de adolescentes LGBT+ configura grave violação de direitos humanos, contrariando normas constitucionais e internacionais. É urgente o fortalecimento de

[1] Pós Graduado em Educação Inclusiva, FBBR, gilvandias725@gmail.com
[2] Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Docente do curso de Direito da FBBR, franklin_peixinho@yahoo.com.br

políticas públicas intersetoriais e inclusivas, orientadas pelos direitos humanos, capazes de garantir acolhimento humanizado, dignidade e cidadania plena a essa população historicamente marginalizada.

Palavras-chave: Adolescentes LGBT+. Violência doméstica. Abandono familiar. Políticas públicas. Direitos humanos.

SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA E REGULAÇÃO JURÍDICA NO PÓS-REFORMA TRABALHISTA

Janaina Nunes de Almeida[1]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[2]

A subordinação algorítmica representa um novo modelo de gestão das relações laborais contemporâneas, caracterizado pela execução de atividades econômicas mediadas por plataformas digitais e controladas por sistemas automatizados. Esse fenômeno reflete uma transformação profunda na forma como o trabalho vem sendo organizado, especialmente após a Reforma Trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467/2017), que ampliou os modelos de contratação e flexibilizou a legislação, sem, contudo, contemplar adequadamente os impactos da automação e da inteligência artificial na gestão da força de trabalho. A presente pesquisa pretende compreender os desafios jurídicos decorrentes da subordinação algorítmica à luz da legislação trabalhista brasileira vigente, bem como analisar e propor trajetos normativos capazes de assegurar proteção social e dignidade ao trabalhador. A metodologia adotará abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise de decisões judiciais nacionais e internacionais relacionadas à pauta do trabalho plataformizado. Além disso, o estudo buscará examinar o conceito de uberização trabalhista, entendido como a reconfiguração das relações laborais provocada pelo modelo de negócios de plataformas digitais, as quais utilizam algoritmos para controlar tarefas, remuneração e desempenho. Espera-se que os resultados revelem que esse controle algorítmico configura uma nova forma de subordinação, invisível e estrutural, que desafia os critérios tradicionais de vínculo empregatício previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. Pretende-se, ainda, demonstrar a necessidade de revisão conceitual da subordinação jurídica e de criação de mecanismos legais que assegurem transparência, auditabilidade e responsabilização das plataformas digitais. A análise deverá dialogar com autores como Ricardo Antunes, que denuncia a precarização e a servidão digital no contexto da uberização, e Renan Kalil, que propõe novas arquiteturas jurídicas para o trabalho mediado por algoritmos. A expectativa é que a pesquisa contribua para o debate sobre a regulação da subordinação algorítmica, orientando-se pelos princípios da justiça social, da proteção ao trabalho e da adequação normativa às transformações tecnológicas, a fim de evitar o aprofundamento da precarização e da insegurança jurídica nas relações laborais.

Palavras-chave: Subordinação algorítmica. Direito do trabalho. Reforma trabalhista. Plataformas digitais. Regulação jurídica.

[1] Discente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, janaina.nunes@gmail.com
[2] Orientadora. Professora da Faculdade Brasileira do Recôncavo, afraedille@gmail.com

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

TRABALHO SAZONAL NA CULTURA DO FUMO EM CRUZ DAS ALMAS: ANÁLISE DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E REPERCUSSÕES PREVIDENCIÁRIAS

Gabriela dos Santos Sena[1]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[2]

A cultura do fumo em Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano, tem grande relevância econômica, mas se desenvolve em um contexto marcado pela precarização das relações de trabalho, especialmente pela predominância da mão de obra sazonal empregada durante o período de colheita e secagem. Trata-se de uma atividade que mobiliza trabalhadores cuja inserção ocorre de forma temporária, circunstância que torna necessário examinar em que medida lhes são efetivamente asseguradas as garantias trabalhistas e previdenciárias. O presente estudo pretende compreender de que forma essas relações laborais se estruturam e avaliar as repercussões previdenciárias para os trabalhadores que dependem dessa atividade para sua subsistência. A pesquisa adotará abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais e consultas a dados públicos sobre o mercado rural e o acesso à Previdência Social. Espera-se que a investigação revele que, embora o trabalho sazonal seja essencial ao ciclo produtivo do fumo, ele ocorre em um cenário de fragilidade jurídica, no qual a informalidade e a intermitência do vínculo tendem a afastar o trabalhador do sistema de proteção social. A pesquisa buscará identificar como a ausência de registro formal compromete o recolhimento de contribuições, dificultando o acesso a benefícios previdenciários como auxílio-doença, salário-maternidade e aposentadoria. Pretende-se, ainda, examinar as barreiras enfrentadas para o reconhecimento do trabalhador rural como segurado especial, especialmente em razão da insuficiência de fiscalização e das dificuldades de comprovação do tempo de serviço. Espera-se concluir que o enfrentamento dessa realidade exigirá não apenas ajustes normativos, mas também políticas públicas efetivas de reconhecimento e valorização do trabalho agrícola sazonal, de modo a garantir dignidade, segurança social e justiça previdenciária aos trabalhadores da cultura do fumo no Recôncavo Baiano. Com isso, o estudo pretende contribuir para o debate jurídico acerca da proteção social do trabalhador rural sazonal, aproximando a análise normativa da realidade concreta vivenciada na região.

Palavras-chave: Trabalho sazonal. Cultura do fumo. Previdência Social. Trabalho rural.

[1] Gabriela dos Santos Sena, gabrielasenacv@gmail.com
[2] Orientadora. Professora da Faculdade Brasileira do Recôncavo, afraedille@gmail.com

TRIBUNAL DO JÚRI: A EFETIVIDADE DO PROCEDIMENTO

Fernanda Silva de Almeida Monção[1]; Iure Pereira Santos[2]; Evani Cavalcante de Souza Rocha[3]

O tema do presente trabalho é o Tribunal do Júri e a sua efetividade do procedimento, onde abordará o regulamento do procedimento e a composição do presente órgão judicial, contestando sobre direitos e deveres, função, procedimento e decisões em geral. Serão abordados, de forma associada, os direitos, deveres, função, o procedimento (bifásico) e as decisões proferidas por este colegiado leigo. A gênese do Tribunal do Júri é marcada por uma significativa imprecisão doutrinária, contudo, seu surgimento está profundamente ligado a crenças populares e à invocação de uma justiça divina, fato que remete à própria etimologia da palavra júri, proveniente de juramento, que significa clamar a Deus como testemunha. No Brasil, sua instituição ocorreu em 1822, por meio de um decreto do Príncipe Regente Dom Pedro, inicialmente com a finalidade específica de julgar crimes de imprensa, visando garantir a liberdade de expressão. Desde então, o Júri se consolidou como um mecanismo que permite à sociedade, por intermédio do Conselho de Sentença, avaliar a culpabilidade ou a inocência do acusado.
Vale ressaltar que o Tribunal do Júri é um procedimento bifásico, dividido entre: a primeira fase (judicium accusationis) para determinar a admissibilidade da acusação e a segunda fase (judicium causae) para o julgamento pelo Conselho de Sentença. O presente estudo possui o intuito de abordar as principais questões do procedimento do Tribunal do Júri, bem como os fatos e fundamentos para que haja a garantia dos direitos e efetividade da Constituição Federal. Assim, será fundamentado em ideias e condições de teóricos que apresentam expressiva importância na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise. A efetividade sob a ótica da legitimidade e participação popular reflete na democracia e na vontade popular do sistema judiciário, onde se dá por cidadãos leigos, promovendo uma maior aceitação por parte da sociedade, assim o julgamento caracteriza os valores e a consciência social. Entretanto, existem alguns desafios que podem minar essa legitimidade, como a percepção de que os jurados são facilmente influenciados, a falta de representatividade de certos grupos na composição do júri, ou até mesmo a sensação de que as decisões são baseadas em emoções em vez de fatos. Vale verificar que a efetividade pode ser abordada de diversas maneiras e as conclusões variam de acordo com a qualidade das decisões, morosidade processual, os custos e o impacto da criminalidade. De acordo com os fatos mencionados, nota-se que essa análise da efetividade do Tribunal do Júri revela uma complexa interação de fatores que ultrapassam a mera avaliação de taxas de condenação, pois a participação popular é um dos pilares do júri, onde confere a inegável legitimidade às decisões proferidas. Assim, a diversidade do Conselho de Sentença, ao trazer diferentes valores e perspectivas para esses julgamentos, pode contribuir para decisões mais sensíveis aos matizes do caso concreto e aos anseios da sociedade.

[1] Bacharelanda em Direito, FBBR, moncaofernanda91@gmail.com
[2] Bacharelando em Direito, FBBR, 103746@atmos.edu.br
[3] Especialista. Professora da FBBR, evani.cavalcante@atmos.com

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Efetividade. Procedimento.

EIXO 03 • DIREITO | Curso: Direito

UM ESTUDO SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E SUA INCIDÊNCIA COMO MEDIDA DESPENALIZADORA

Fredi dos Santos Silva Borges[1]; André Leonardo Lima Barbosa[2]; Afraédille de Carvalho Ribeiro[3]

O presente estudo aborda as transformações no sistema de Justiça Criminal brasileiro, que tem se afastado da rigidez do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública em favor da chamada justiça penal negocial. Nesse contexto, o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), introduzido pelo artigo 28-A do Código de Processo Penal (CPP) pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), é analisado como o mais notório instrumento de justiça consensual para crimes de médio potencial ofensivo, visando uma solução despenalizadora e evitando a instauração do processo judicial. A relevância do tema é acentuada pela divergência na doutrina e jurisprudência sobre a natureza jurídica do instituto e a sua aplicação prática, especialmente no que tange à exigência de confissão formal e circunstanciada, e sua compatibilidade com garantias constitucionais como a presunção de inocência e o direito à não autoincriminação. Em suma, o projeto se justifica por tocar diretamente na eficácia de uma política criminal moderna e na garantia de um processo penal que busque a solução mais justa e proporcional ao caso concreto. O objetivo do estudo é analisar a natureza jurídica do ANPP com o intuito de demonstrar que, uma vez preenchidos os rigorosos requisitos legais (objetivos e subjetivos), sua concessão constitui um direito subjetivo do investigado, e não uma mera faculdade discricionária do Ministério Público. Essa pretensão se baseia na hipótese de que a recusa do Ministério Público em propor o acordo, sem motivação idônea, configura arbitrariedade e viola os direitos fundamentais do investigado à solução consensual e despenalizadora. Para testar a hipótese, o estudo adotará a metodologia explicativa, buscando identificar os fatores e fundamentos que levam o ANPP a ser interpretado como um direito e não como uma discricionariedade absoluta. A pesquisa será conduzida baseada na análise bibliográfica e com abordagem qualitativa, através do levantamento crítico e analítico de normas, doutrinas e jurisprudências. O resultado, inicialmente, identificou que o entendimento pacífico dos tribunais superiores dá conta de não se tratar de direito subjetivo do acusado, todavia muito questionado com base nos preceitos constitucionais; deste modo, esse estudo visa analisar a tensão entre a discricionariedade do *Parquet* e o potencial direito subjetivo do investigado, fornecendo subsídios para a segurança jurídica e a uniformização de entendimentos entre advogados, membros do Ministério Público e magistrados, contribuindo para a concretização dos direitos do investigado na fase pré-processual.

Palavras-chave: Processo Penal. Acordo de não persecução penal. Garantias Constitucionais.

[1] Bacharelando em Direito, FBBR, fredi.slv@gmail.com
[2] Bacharelando em Direito, FBBR, decao20@hotmail.com
[3] Advogada, Orientadora, FBBR, afraedille@gmail.com

04

EIXO 04

SAÚDE

Promoção da saúde, cuidado, prevenção, reabilitação e saúde mental na comunidade.

128 trabalhos

EIXO 04 • SAÚDE

ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA EM IDOSO INSTITUCIONALIZADO COM AMPUTAÇÃO TRANSFEMORAL: RELATO DE CASO

Evelen Oliveira Cardoso[1]; Gabriela Menezes de Almeida[2]; Gabriel Teixeira de Oliveira[3]; Ingrid Lindisay de Albuquerque Santos Silva[4]; Jéssica dos Santos Conceição[5]; Karen dos Santos Sande[6]; Mariana Soares Santos[7]; Valdisia dos Santos de Castro[8]; Carla Januário de Jesus Linhares[9]

Introdução: As doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e doença renal crônica, representam um importante problema de saúde pública, especialmente entre idosos, por causarem alta morbimortalidade e perda funcional. Essas condições frequentemente coexistem, aumentando o risco de complicações e necessidade de reabilitação. Nesse contexto, a Escala de Barthel é essencial para avaliar a independência nas atividades de vida diária e orientar intervenções fisioterapêuticas que promovam autonomia e melhor qualidade de vida. Objetivo: O objetivo deste estudo foi elaborar e implementar um plano de intervenção fisioterapêutica voltado às necessidades funcionais do paciente idoso, utilizando a Escala de Barthel como instrumento para mensurar a capacidade funcional e o grau de dependência nas atividades de vida diária. Metodologia: Trata-se de um relato de caso clínico, de caráter descritivo e qualitativo, realizado em um lar de idosos. A intervenção fisioterapêutica incluiu exercícios de fortalecimento, alongamentos, treino respiratório, controle da dor fantasma e treino de equilíbrio adaptado, utilizando materiais como theraband, halteres, elásticos, caneleiras, bola, bastão, espelho, aplicados em três séries de dez repetições, respeitando a condição clínica do paciente. Resultado/Discussão: O paciente apresentou dependência moderada para atividades de vida diária (55 pontos na Escala de Barthel). Durante a fisioterapia, houve leve tremor em membros superiores e desconforto nos inferiores, com melhora da tolerância ao esforço e funcionalidade ao longo das sessões. Os achados reforçam a importância da fisioterapia contínua na manutenção da força, mobilidade e independência, especialmente diante de limitações físicas e impossibilidade de uso de prótese.
Conclusão: Portanto, a intervenção fisioterapêutica baseada na Escala de Barthel demonstrou contribuir para a manutenção e melhora da funcionalidade do paciente idoso, promovendo maior autonomia nas atividades de vida diária, aumento da tolerância ao

[1] Evelen Oliveira Cardoso, Faculdade Brasileira do Recôncavo, evelenoliveira65@gmail.com
[2] Gabriela Menezes de Almeida, Faculdade Brasileira do Recôncavo, menezesgabriela725@gmail.com
[3] Gabriel Teixeira de Oliveira, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabrielteixeira1106@gmail.com
[4] Ingrid Lindisay de Albuquerque Santos Silva, Faculdade Brasileira do Recôncavo, ingridlindisay@gmail.com
[5] Jéssica dos Santos Conceição, Faculdade Brasileira do Recôncavo, jessicademotler69@gmail.com
[6] Karen dos Santos Sande, Faculdade Brasileira do Recôncavo, karenmic@live.com
[7] Mariana Soares Santos, Faculdade Brasileira do Recôncavo, marisoares8284@gmail.com
[8] Valdisia dos Santos de Castro, Faculdade Brasileira do Recôncavo, disiasantos.s@hotmail.com
[9] Carla de Jesus Januário, Docente de Fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo, carladejesus_18@hotmail.com

esforço e preservação da mobilidade, mesmo diante de limitações físicas e impossibilidade de uso de prótese.

Palavras-chave: Amputação Transfemoral. Fisioterapia. Dor fantasma. Escala de Barthel.

ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA EM PACIENTE COM DIABETES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Natalie Silva Pinto dos Santos[1]; Rebeca Dias Brito[2]; Márcia Anunciação da Silva[3]; Ayra Pereira Santos[4]; Sofia dos Santos da Costa[5]; Letícia dos Santos da Conceição[6]; Daniele Souza Sales[7]; Evellyn Karynn Andrade[8]; Carla Januário de Jesus Linhares[9]

O diabetes mellitus (DM) é um grupo de doenças metabólicas caracterizadas pela hiperglicemia, associado a complicações micro e macrovasculares que afetam diversos sistemas e órgãos, sendo uma das principais causas de morte no mundo. Nas Américas, o número de indivíduos com diabetes foi estimado em 35 milhões para o ano 2000 e projetado para 64 milhões em 2025. O déficit de equilíbrio e o consequente risco de queda são frequentes entre indivíduos com DM, sobretudo do tipo 2, e complicações microvasculares como a neuropatia periférica e a retinopatia contribuem para o aumento da oscilação postural e das quedas. O objetivo desta pesquisa é mostrar a atuação do fisioterapeuta em pacientes com DM, com ou sem neuropatias diabéticas, utilizando a escala de Tinetti, que avalia a marcha e o equilíbrio da pessoa idosa para prever o risco de quedas, a fim de devolver ao paciente qualidade de vida, função dos membros mais afetados (MMSS e MMII), mobilidade, equilíbrio e coordenação.
A pesquisa baseou-se em artigos da SciELO, do Google Acadêmico e da Oxford Acadêmica, publicados entre 2003 e 2018, com as palavras-chave Diabetes Mellitus, equilíbrio e idosos, excluindo-se os que fugiam do tema. Os atendimentos ocorreram no Lar dos Idosos da cidade, uma vez por semana, no turno da manhã. Paciente M.P.S., 69 anos, sexo masculino, portador de HAS e DM, sem histórico cirúrgico, internações ou quedas nos últimos 12 meses, em uso de Losartana, Anlodipino, HCT, Metformina e Glibenclamida. Queixa-se de dor nas pernas e apresenta edema e ressecamento em MMII e extremidades, edema bilateral na região torácica, curvatura acentuada em região torácica, estrabismo no olho direito e ferida na perna direita. Não possui estímulo de reflexo em MMII, há sensibilidade nos membros e grau de força 5 nos braços; inicia e acelera a marcha sem dificuldade, com passos equilibrados e postura curvada anteriormente, e testa positivo para o equilíbrio estático e dinâmico.
A intervenção incluiu alongamentos de posteriores com apoio na parede e de cervical, fortalecimento postural, exercício de sentar e levantar (fortalecimento das pernas, equilíbrio e prevenção de quedas), Mini Band em membros inferiores (fortalecimento e

[1] Graduanda em Fisioterapia, FBBR, nateteem059@gmail.com
[2] Graduanda em Fisioterapia, FBBR, diasrebeca098@gmail.com
[3] Graduanda em Fisioterapia, FBBR, ms.marciiiaa@gmail.com
[4] Graduanda em Fisioterapia, FBBR, ayrapereira69@gmail.com
[5] Graduanda em Fisioterapia, FBBR, sofia2509costa@gmail.com
[6] Graduanda em Fisioterapia, FBBR, letisantos03250@gmail.com
[7] Graduanda em Fisioterapia, FBBR, danielesalles53@gmail.com
[8] Graduanda em Fisioterapia, FBBR, karynnstudies@gmail.com
[9] Docente em Fisioterapia, FBBR, carladejesus_18@hotmail.com

resistência) e exercícios de panturrilha (fortalecimento, circulação e redução de inchaço e rigidez), com 10 repetições cada, evitando fadiga, desconforto ou dor. Na avaliação inicial, a queixa principal era dor nos MMII associada a edema; após a intervenção, o paciente relatou melhora significativa das dores. A curvatura torácica e a deambulação, embora não atrapalhassem suas atividades, não apresentaram mudanças efetivas, pois a correção biomecânica estrutural exige foco fisioterapêutico mais específico e contínuo. A escala de Tinetti mostrou-se de fácil e rápida aplicação, com tarefas simples e sem equipamentos complexos. O programa melhorou o fortalecimento muscular e o equilíbrio e ajudou na gestão de complicações periféricas (edema e ressecamento), promovendo funcionalidade e segurança ao paciente. Conclui-se que a abordagem fisioterapêutica individualizada e contínua, integrada à equipe multidisciplinar, é essencial para minimizar o impacto das comorbidades e promover um envelhecimento ativo e saudável nessa população.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus. Equilíbrio. Idosos.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Fisioterapia

ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA NA REABILITAÇÃO DE PACIENTE IDOSO COM SEQUELAS DE AVC: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Carolina Rocha Souza[1]; Bianca Dias Souza[2]; Iasmin da Silva Oliveira[3]; Jéssica Caldas Barros[4]; Milena Castro Lima[5]; Stefane Sampaio da Silva[6]; Thiago Sardinha do Sacramento[7]; Veronica da Fonseca Oliveira[8]; Carla Januário de Jesus Linhares[9]

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) constitui uma das principais causas de incapacidade funcional no mundo, provocando déficits motores, cognitivos e sensoriais que comprometem a independência e a qualidade de vida. A fisioterapia é fundamental nesse contexto, pois visa recuperar a funcionalidade, prevenir complicações e promover a reintegração social do paciente, contribuindo para a melhoria da autonomia e do bem-estar geral. O objetivo é descrever a abordagem fisioterapêutica aplicada a um paciente com sequelas motoras decorrentes de AVC, destacando os efeitos das intervenções sobre a recuperação funcional e a promoção da autonomia nas atividades de vida diária (AVDs). O presente trabalho refere-se a um estudo de caso realizado no Lar dos Idosos de Cruz das Almas – BA, com um paciente do sexo masculino, 60 anos, portador de histórico de AVC, diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, glaucoma e catarata. O acompanhamento ocorreu entre os dias 26 de agosto e 28 de outubro de 2025. Foram realizadas avaliações clínicas e funcionais, incluindo a Escala de Lawton para mensuração do grau de dependência nas AVDs. As intervenções fisioterapêuticas envolveram exercícios ativos e passivos para membros superiores e inferiores, alongamentos, treino de marcha, mobilizações articulares e atividades de integração social.
Na avaliação inicial, o paciente apresentou dependência moderada, obtendo 18 pontos na Escala de Lawton. Durante o processo terapêutico, observou-se melhora na execução das AVDs, aumento da amplitude de movimento e estímulo à participação em atividades coletivas. Apesar de o escore final permanecer o mesmo, foram constatadas melhorias qualitativas, como maior engajamento social, aprimoramento da coordenação motora e independência parcial em tarefas cotidianas. O acompanhamento fisioterapêutico mostrou-se essencial para a estimulação das funções motoras e cognitivas, contribuindo também para o bem-estar emocional do paciente.
A fisioterapia demonstrou papel essencial na reabilitação de pacientes pós-AVC, favorecendo a manutenção da funcionalidade e o desenvolvimento da autonomia. As atividades realizadas evidenciaram a importância do trabalho interdisciplinar e do

[1] Graduanda de fisioterapia, FBBR, karolvitenas69@gmail.com
[2] Graduanda de fisioterapia, FBBR, biancadias829@gmail.com
[3] Graduanda de fisioterapia, FBBR, iasmindasilvaoliveira7@gmail.com
[4] Graduanda de fisioterapia, FBBR, jessicaanalistacaldas@gmail.com
[5] Graduanda de fisioterapia, FBBR, milena.cl2695@gmail.com
[6] Graduanda de fisioterapia, FBBR, stefanesampaio256@gmail.com
[7] Graduando de fisioterapia, FBBR, lightsacramento@gmail.com
[8] Graduanda de fisioterapia, FBBR, veufonseca28@gmail.com
[9] Orientadora e Docente da FBBR, carladejesus_18@hotmail.com

atendimento humanizado no cuidado ao idoso, reforçando que a cinesioterapia e o acompanhamento contínuo promovem melhorias significativas na qualidade de vida, mesmo diante de limitações físicas permanentes.

Palavras-chave: Acidente Vascular Cerebral. Fisioterapia. Reabilitação. Autonomia Funcional. Idoso.

ABORDAGENS FISIOTERAPÊUTICAS NO TRATAMENTO DA DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR: ATUALIZAÇÕES E EVIDÊNCIAS

Dannya Barbosa Araújo[1]; Fernanda dos Santos Nascimento[2]; Josiane Moreira Germano[3]

Introdução: A disfunção temporomandibular é um conjunto de condições que acometem a articulação temporomandibular, os músculos mastigatórios e estruturas adjacentes, podendo ocasionar dor orofacial crônica, limitações funcionais e impacto significativo na qualidade de vida, especialmente nos casos de dor crônica, alterando o funcionamento social e emocional dos indivíduos. Estima-se que a prevalência da disfunção temporomandibular é de aproximadamente 33 a 34%, com maior incidência em mulheres (37,0%) em relação aos homens (29,3%). Nesse contexto, torna-se necessário aprofundar o conhecimento sobre as estratégias fisioterapêuticas disponíveis, contribuindo para a formulação de protocolos mais eficazes e baseados em evidências científicas. Objetivo: revisar e analisar as principais evidências científicas disponíveis sobre as abordagens fisioterapêuticas aplicadas ao tratamento da disfunção temporomandibular. Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com uma abordagem qualitativa exploratória. As etapas seguidas compreenderam: definição do tema, elaboração da pergunta de pesquisa, seleção da amostra, identificação dos estudos pré-selecionados e dos estudos selecionados, além da análise e interpretação dos resultados encontrados. A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados eletrônicas, como SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed (Public Medicine), PEDro (Physiotherapy Evidence Database) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), abrangendo publicações entre os anos de 2010 e 2025. Resultados e discussão: Os achados apontam que a fisioterapia desempenha papel fundamental na reabilitação de pacientes com disfunção temporomandibular, promovendo melhora da função mastigatória, redução da dor e ganhos significativos na qualidade de vida. As evidências apontam que a terapia manual reduz a tensão muscular e melhora a mobilidade articular da articulação temporomandibular e da região cervical. As técnicas de liberação miofascial e mobilizações articulares contribuem significativamente para reduzir a dor e aumentar a amplitude de movimento. O uso de recursos de eletroterapia pode ser eficaz na redução da dor e no estímulo da regeneração tecidual e são recursos utilizados como complementares e não como tratamento isolado. Considerações finais: A atuação do fisioterapeuta é fundamental no manejo da disfunção temporomandibular, pois contribui significativamente para o alívio da dor, restauração da função mastigatória e melhora da qualidade de vida dos pacientes. A integração entre técnicas manuais, exercícios terapêuticos e educação em saúde é o caminho mais promissor para o tratamento. No

[1] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo - FBBR, dannyaaraujo14@gmail.com
[2] Doutora em Biotecnologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernanda.santos@atmos.edu.br
[3] : Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo - FBBR, josiane.germano@usp.br.

entanto, a consolidação de protocolos padronizados e estudos de maior robustez metodológica ainda é um desafio para a comunidade científica.

Palavras-chave: Disfunção Temporomandibular. Dor crônica. Tratamento fisioterapêutico.

AÇÃO DE CONSCIENTIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE DIABETES MELLITUS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VIVÊNCIA EDUCATIVA

Amanda Rodrigues da Silva[1]; Beatriz Boaventura Assis[2]; Bianca Marques da França da Cruz[3]; Lívia de Almeida de Jesus[4]; Maíse Alves da Conceição Teixeira[5]; Rebeca Ferreira dos Santos Silva[6]; Tamires Regina Silva Santos[7]; Thayná Victória Melo Fagundes[8]; Danilo Almeida Brito[9]

A Diabetes Mellitus é uma doença crônica caracterizada pelo aumento da glicose no sangue devido à produção insuficiente ou utilização inadequada de insulina. Faz-se necessário educar a população sobre prevenção, cuidados e complicações do Diabetes Mellitus, integrando aprendizado prático para estudantes de Farmácia e Enfermagem. As ações de educação em saúde possuem grande importância para a formação acadêmica para os profissionais de saúde, pois proporcionam aos estudantes o contato direto com o público e estimulam o desenvolvimento de competências práticas e educativas fundamentais para o exercício profissional. Visto isso, esse trabalho teve como objetivo promover conhecimento sobre a doença para a comunidade, estimular hábitos saudáveis, desenvolver habilidades práticas nos estudantes de saúde e fortalecer a interação entre público e acadêmico. Para isso, a vivência educativa sobre Diabetes Mellitus foi realizada numa feira de saúde intitulada “Vitrine da Saúde”, organizada pelos estudantes de Farmácia e Enfermagem que orientaram sobre prevenção, cuidados e sinais do diabetes. O evento ocorreu no Colégio Estadual CETEP e o espaço foi decorado com toalha branca, balões azuis, banner informativo, oferta de chá educativo para acolhimento, lembrancinhas, folders e um quiz interativo. Na ocasião também foi realizada aferição de glicemia do público e orientação sobre os níveis adequados e fatores que influenciam o aumento do índice glicêmico no sangue. A recepção da intervenção pelos visitantes foi positiva, com grande interesse nas explicações e na degustação do chá educativo. Dentre os pontos positivos, incluíram-se a interação direta com o público e a integração entre estudantes de Farmácia e Enfermagem. As principais dificuldades foram a organização inicial do espaço e o tempo limitado para orientar todos os visitantes, que chegavam em quantidade superior ao que cabia no espaço. Para futuras ações, sugerimos maior planejamento da logística do espaço, com melhor ventilação e ampliação dos materiais educativos. Por fim, a experiência abriu novas possibilidades de discussão sobre

[1] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, amandarodriiigues@gmail.com
[2] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, 139333@atmos.edu.br
[3] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, biancaiasd18@gmail.com
[4] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, liiadejesuslb@gmail.com
[5] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, maiset30@icloud.com
[6] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rebeccasilva448@gmail.com
[7] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, tamiresreginasilvasantos@gmail.com
[8] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, taynamelomeloaz@gmail.com
[9] Mestre em Microbiologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, microbiologiafbbr@gmail.com

prevenção e cuidados com o Diabetes e sobre os instrumentos de promoção da qualidade de vida, aproximando teoria e prática e preparando futuros profissionais para atuarem de forma humanizada, preventiva e colaborativa junto à comunidade.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus. Educação em saúde. Relato de experiência.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

AÇÃO EDUCATIVA SOBRE ENDOMETRIOSE E OS RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Isabele Silveira Lima de Carvalho[1]; Adriana dos Santos Peixoto[2]; Geovana Vitoria dos Santos[3]; Maurício Souza Filho[4]; Thaise Peixoto Gomes[5]; Danilo Almeida Brito[6]

A endometriose é uma doença ginecológica caracterizada pelo crescimento do tecido endometrial fora do útero, causando dores intensas, cólicas e, em alguns casos, infertilidade. A automedicação, por sua vez, consiste no uso de medicamentos sem prescrição médica, o que pode mascarar sintomas e atrasar o diagnóstico das doenças. Muitas mulheres recorrem à automedicação para aliviar as dores menstruais, o que aumenta o risco de complicações. O tema é de grande importância para a enfermagem, pois o enfermeiro tem papel essencial na educação em saúde, orientando mulheres sobre sintomas, prevenção e riscos da automedicação, contribuindo para a promoção da saúde e o diagnóstico precoce. Visto isso, esse trabalho teve como objetivo promover a conscientização sobre a endometriose e os riscos da automedicação entre a comunidade escolar, destacando a importância do diagnóstico precoce e da orientação profissional na saúde da mulher. Para isso, foi realizada intervenção educativa durante o evento “Vitrine de Saúde” no CETEP, onde o grupo abordou o tema “Endometriose e a Automedicação”. A apresentação foi desenvolvida de forma clara e didática, explicando o que é a doença, como ocorre, seus sintomas e fatores de risco. A mesa expositiva foi cuidadosamente ornamentada: utilizou-se TNT para forrar a mesa, os objetos foram organizados e expôs-se um modelo didático do útero para demonstrar visualmente a anatomia do sistema reprodutor feminino e para realização de apontamento onde ocorre a endometriose. Foram confeccionados folders informativos, lembrancinhas, banners e um quiz educativo, estimulando a participação do público de forma dinâmica e interativa. A ação superou as expectativas da equipe. O público demonstrou grande interesse no tema, especialmente as mulheres em idade reprodutiva entre 20 e 30 anos. Muitas afirmaram já ter ouvido falar sobre a endometriose, mas não sabiam como ela ocorre nem suas consequências. Durante a apresentação, houve muitos elogios à forma como o grupo abordou o tema, pela clareza das explicações e pelos recursos visuais utilizados. Foram feitas diversas perguntas, principalmente sobre o desenvolvimento da doença, sintomas, exames e se toda mulher pode ter endometriose. Os pontos positivos incluíram a grande participação do público, a valorização do trabalho da equipe que estava apresentando, que foram tratados como profissionais, e o impacto educativo da ação. O ponto negativo foi o espaço físico reduzido e o tempo curto, que limitaram a troca com o público. Esse tipo de atividade

[1] Técnica de Enfermagem Graduanda em Enfermagem,Faculdade Brasileira do Recôncavo, isabelecarvalho101@gmail.com
[2] Graduanda, Faculdade Brasileira do Recôncavo, peixotodrisnts@gmail.com
[3] Graduanda. Faculdade Brasileira do Recôncavo, geovanasantos150706@gmail.com
[4] Graduando, Faculdade Brasileira do Recôncavo, cinho3105@gmail.com
[5] Graduanda, Faculdade Brasileira do Recôncavo, thaiseGomes59@gmail.com
[6] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

permite que o enfermeiro exerça seu papel educativo, promovendo informação, prevenção e autocuidado, amplia o conhecimento da população sobre uma doença ainda pouco discutida e alerta sobre os riscos do uso indiscriminado de medicamentos, além de fortalecer o vínculo entre o ensino superior e a comunidade. Por fim, vale ressaltar que a experiência no CETEP foi enriquecedora e gratificante e proporcionou aprendizado prático, desenvolveu habilidades de comunicação, empatia e trabalho em equipe, e reforçou a relevância da educação em saúde como ferramenta de transformação social.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Cuidados de Enfermagem. Saúde da Mulher.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Farmácia

AÇÃO EDUCATIVA SOBRE O USO RESPONSÁVEL DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Emilli Victória Muniz Pereira[1]; Rebeca de Jesus Santos[2]; Vitória Pereira da Conceição[3]; Gisele Moreira de Sá[4]; Maria Eduarda Araújo Mota[5]; Letícia Eloy de Souza[6]; Emanuelle Aparecida Souza Correia[7]; Danilo Almeida Brito[8]

O uso de suplementos alimentares tem aumentado consideravelmente, sendo incentivado pelo desejo de melhorar a performance física, acelerar resultados estéticos e suprir carências nutricionais. Entretanto, quando consumidos sem acompanhamento profissional, de maneira descontrolada, esses produtos podem trazer riscos sérios à saúde, como sobrecarga hepática e renal, desequilíbrios nutricionais, complicações cardiovasculares e até dependência psicológica. Visto isso, esse trabalho teve como objetivo promover a conscientização da comunidade geral sobre os riscos do uso descontrolado de suplementos alimentares, incentivando práticas de consumo mais seguras e responsáveis. Para isso, foi realizado evento na disciplina de Vivências Extensionistas, intitulado “Vitrine da Saúde”, no Colégio Estadual CETEP – Recôncavo II. Foi apresentado um banner informativo com informações sobre o projeto, incluindo objetivos, tipos de suplementos, riscos e benefícios, entrega de brindes para os visitantes da vitrine como forma de incentivo, conscientização e acolhimento, além da realização de um quiz educativo com o objetivo de avaliar e reforçar o conhecimento dos participantes sobre suplementos e seus riscos, com um formato on-line e interativo com perguntas de múltipla escolha, respostas imediatas e pontuação baseada nos acertos. A comunidade escolar que visitou o nosso stand nos recebeu de forma muito positiva, demonstrando interesse, através da interação e participação nas discussões sobre o uso de suplementos. Essa receptividade evidenciou a relevância do tema e a eficácia da abordagem adotada durante a apresentação. Foi possível verificar que a comunidade faz uso de suplementos e a principal dúvida foi em relação ao modo de uso, mesmo sem realizar musculação ou atividade física. Contudo, para aprimorar futuras atividades, poderíamos investir em recursos visuais ainda mais interativos e em dinâmicas que favoreçam uma maior troca de experiências, tornando o aprendizado ainda mais envolvente e acessível. Conclui-se que essa experiência possibilitou estimular a responsabilidade profissional diante do aconselhamento e acompanhamento do uso de suplementos pela população. Além disso, reforçou a importância do farmacêutico como agente de orientação e promoção do uso seguro e adequado desses produtos.

[1] 1 Emilli Victória Muniz Pereira, cursando Farmácia na FBBR, mili.muniz012@outlook.com
[2] 2 Rebeca de Jesus Santos, cursando Farmácia na FBBR, becarj569@gmail.com
[3] 3 Vitória Pereira da Conceição, cursando Farmácia na FBBR, pereiraqueiroz21@icloud.com
[4] 4 Gisele Moreira de Sá, cursando Farmácia na FBBR, luark0923@gmail.com
[5] 5 Maria Eduarda Araújo Mota, cursando Farmácia na FBBR, eduardamota09@icloud.com
[6] 6 Letícia Eloy de Souza, cursando Farmácia na FBBR, leticiaeloy99@gmail.com
[7] Emanuelle Aparecida Souza Correia, cursando Farmácia na FBBR, manucorreiaofc@gmail.com
[8] Danilo de Almeida Brito, mestre em Microbiologia, docente da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

Palavras-chave: Conscientização. Riscos. Profissional.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

AÇÃO EDUCATIVA SOBRE PREVENÇÃO CONTRA A HERPES SIMPLES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Gabriela dos Santos Gomes[1]; Evellin Valeria da Silva Santos[2]; Júlia de Santana Silva[3]; Luiz Alberto Queiroz Ferreira[4]; Letícia Liz Sérgio de Jesus Silva[5]; Maria Clara S. Fiais[6]; Maria Clara Soares Maia[7]; Marcus Vinícius da Silva Almeida[8]; Danilo Almeida Brito[9]

A herpes simples é uma doença viral bastante comum, causada pelo vírus herpes, que se manifesta principalmente por meio de feridas na boca ou na região genital. É uma infecção recorrente, transmitida pelo contato direto com lesões ativas ou secreções, sendo considerada um problema de saúde pública devido à sua alta taxa de infecção. No Brasil, estima-se que grande parte da população já tenha tido contato com o vírus, o que reforça a importância do conhecimento sobre sua prevenção. O enfermeiro deve compreender esse tema, pois tem papel fundamental na orientação da população, esclarecendo dúvidas, reduzindo os casos e promovendo o cuidado com os portadores do vírus. Visto isso, o objetivo geral da ação foi promover a compreensão e a conscientização de jovens sobre a importância da prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), por meio de atividades que abordassem a saúde sexual de forma clara e acessível. A metodologia foi desenvolvida durante uma atividade de extensão intitulada “Vitrine da Saúde” no CETEP – Recôncavo II, na qual o grupo preparou e decorou o espaço e organizou uma mesa com materiais informativos, com cartazes, lembrancinhas e folheto educativo. Todo o material foi elaborado com o intuito de atrair a atenção e facilitar a compreensão do tema, e cada integrante teve participação ativa na montagem e nas explicações oferecidas aos participantes. Durante a realização da atividade, o público demonstrou interesse, fazendo perguntas e participando das dinâmicas; algumas pessoas mostraram curiosidade em saber como se prevenir e quais sintomas indicam a presença do vírus. O ponto positivo foi o envolvimento dos alunos, que contribuíram com a troca de experiências e elogiaram a forma como o tema foi abordado, enquanto o ponto negativo foi o forte calor no dia do evento, que tornou o ambiente um pouco desconfortável e limitou o número de pessoas no local. No entanto, a ação foi de grande importância, pois contribuiu para ampliar o conhecimento sobre o tema, reforçar a prevenção e o autocuidado, além de possibilitar o desenvolvimento de habilidades educativas nos futuros profissionais de enfermagem, que puderam vivenciar, na prática, o papel do enfermeiro na promoção da saúde. Conclui-se que a experiência no CETEP foi muito positiva, proporcionando aprendizado, troca de

[1] Graduanda em Enfermagem, FBBR, gomesanagabriela73@gmail.com
[2] Graduanda em Enfermagem, FBBR, evellinnogueiraaa14@gmail.com
[3] Graduanda em Enfermagem, FBBR, juliasanntana13@gmail.com
[4] Graduanda em Enfermagem, FBBR, letiicializz@gmail.com
[5] Graduanda em Enfermagem, FBBR, claraluck2@hotmail.com
[6] Graduanda em Enfermagem, FBBR, clarafiais929@gmail.com
[7] Graduando em Enfermagem, FBBR, amigovida@hotmail.com
[8] Graduando em Enfermagem, FBBR, marcusalmeida29177@gmail.com
[9] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

saberes entre os participantes e reforçando a importância da educação em saúde como instrumento essencial para a formação do estudante de enfermagem e promoção de conhecimento sobre a prevenção e o bem-estar coletivo.

Palavras-chave: Prevenção. Vírus. Conscientização. Infecções Sexualmente Transmissíveis.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

AÇÃO EXTENSIONISTA SOBRE PREVENÇÃO A ISTS COM ÊNFASE NO CONTROLE DA SÍFILIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gabriela Mota da Silva[1]; Juliane Santos Souza[2]; Raiane Samapio dos Santos[3]; Maira dos Santos Oliveira de Jesus[4]; Joice Moreira da Cruz Carvalho[5]; Camylli Rocha[6]; Isabelle Vitoria Fernandes da Mota[7]; Danilo Almeida Brito[8]

A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) é um desafio para a saúde pública, especialmente no combate à sífilis, cujo número de casos tem aumentado no Brasil. As ações educativas são fundamentais para o conhecimento e o incentivo ao autocuidado. Nesse contexto, foi realizada uma feira de saúde no colégio CETEP, com o tema “Estratégias de Prevenção e Enfrentamento das ISTs”, dando destaque à sífilis. Nosso objetivo com esse trabalho foi conscientizar a respeito dos riscos das ISTs, métodos de prevenção, tratamento e diagnóstico, com foco nos casos de sífilis. Para isso, organizamos estande informativo decorado com a cor vermelha, que representa o combate universal às ISTs, decorado com cartazes explicativos sobre o que é sífilis, suas formas de transmissão e medidas de prevenção, foram distribuídos panfletos educativos e preservativos, além de apresentados materiais visuais que exemplificavam os sintomas e a importância do diagnóstico precoce. O espaço contou também com uma dinâmica de interação com o público, por meio de caixas temáticas representando diferentes ISTs para que os estudantes identificassem qual doença possuía imunizante, para estimular o aprendizado de forma lúdica e participativa. Durante a ação, foram realizadas orientações e esclarecimentos sobre a importância do uso do preservativo e da testagem regular, orientando a prevenção como principal forma de combate à sífilis e demais ISTs. A atividade obteve resultados positivos, demonstrando grande envolvimento dos alunos e boa receptividade do público. A vivência contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade, reforçando o papel dos estudantes da área da saúde na promoção da educação preventiva. Essa experiência contribuiu para a formação profissional, evidenciando o papel do estudante de saúde na promoção do autocuidado e na prevenção de doenças. Por fim, nossa avaliação é que a atividade de extensão foi uma experiência enriquecedora, que uniu aprendizado, conscientização e prática e demonstrou que ações educativas são fundamentais para fortalecer a prevenção das ISTs e promover o autocuidado. Além disso, contribuiu para formação dos estudantes, destacando o

[1] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabybass007@gmail.com
[2] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, julianesantos0524@gmail.com
[3] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rhaysillva274@gmail.com
[4] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, mairasantos8019@gmail.com
[5] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joycarv.jc@hotmail.com
[6] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, camylli.nurse@gmail.com
[7] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, isabelevitoria1819@gmail.com
[8] Orientador do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, microbiologiafbbr@gmal.com

compromisso profissional que devemos ter com a saúde e o bem-estar individual e da comunidade.

Palavras-chave: Doenças. Prevenção. Educação em Saúde. Autocuidado.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE: AVALIAÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL, GLICEMIA E TIPAGEM SANGUÍNEA NA EXPOCRUZ, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Milena dos Santos Nascimento[1]; Maria Eduarda Cerqueira Aragão[2]; Luana Simas Novais[3]; Ludimila dos Santos Nascimento[4]; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[5]

A ExpoCruz é um evento importante, focado no agronegócio, empreendedorismo, cultura e entretenimento, que reuniu mais de 200 expositores, incluindo artesãos, produtores da agricultura familiar, profissionais da gastronomia, além de expositores de flores, plantas e negócios. Com entrada gratuita, o evento foi realizado pela Prefeitura de Cruz das Almas, com o apoio do Governo do Estado da Bahia e do Ministério do Turismo. A programação diversificada proporcionou troca de experiências e expansão de negócios. O projeto teve como objetivo disseminar o conhecimento sobre a importância da aferição da pressão arterial, da glicemia capilar e da tipagem sanguínea entre os moradores e visitantes de Cruz das Almas durante o período da ExpoCruz. Para isso, foi necessário um estande com diversos materiais, como esfigmomanômetro, estetoscópio, glicosímetro, lancetas, fitas reagentes, lâminas de vidro, algodão, álcool, reagentes e o apoio dos estudantes de enfermagem para realizar a aferição da pressão arterial, a glicemia capilar e a tipagem sanguínea. Por meio do projeto, foi possível observar que muitos frequentadores da feira apresentavam elevação da pressão arterial ou dos níveis de glicemia, além de não conhecerem o próprio tipo sanguíneo. Dessa forma, conseguimos compartilhar nosso entendimento sobre a importância do cuidado e sobre como a enfermagem pode atuar nesse processo. A participação na ExpoCruz foi uma oportunidade enriquecedora para promover a saúde e conscientizar a população sobre a importância dos cuidados preventivos, como a aferição da pressão arterial, o teste de glicemia e a tipagem sanguínea. Através das ações realizadas, foi possível identificar a necessidade de maior orientação da comunidade quanto a esses temas e reforçar o papel fundamental da enfermagem na promoção da saúde e na prevenção de doenças.

Palavras-chave: ExpoCruz. Promoção à saúde. Ações de saúde.

[1] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, milenanascimento1515@gmail.com
[2] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, eduardaaragao016@gmail.com
[3] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, luannanovais25@gmail.com
[4] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, ludimilanascimento2708@gmail.com
[5] Coordenadora dos cursos da área da saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Coordenacao_enfermagem@atmos.Edu.br

EIXO 04 • SAÚDE

A COMUNIDADE ESCOLAR E A SAÚDE SEXUAL: O USO DO PRESERVATIVO COMO FERRAMENTA DE SAÚDE PÚBLICA

Maria Rita Costa dos Santos[1]; Paloma Pitanga de Oliveira Menezes[2]; Raiani Oliveira da Silva Pinto[3]; Danilo Almeida Brito[4]

O preservativo é um método de barreira que previne infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez. O uso do preservativo figura entre ações do Sistema Único de Saúde (SUS) voltadas à saúde sexual, pois é uma ferramenta de saúde pública fundamental por ser acessível, eficaz e promover a prevenção de várias doenças. A enfermagem desempenha um papel essencial nas campanhas de incentivo ao uso do preservativo, pois atua diretamente na educação em saúde e na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Os profissionais orientam a população sobre o uso correto do preservativo, esclarecem dúvidas e ajudam a quebrar tabus relacionados à sexualidade. Além disso, sua atuação próxima à comunidade fortalece a consciência sobre a importância da prevenção, contribuindo para a redução de doenças e de gravidez não planejada, promovendo assim uma vida sexual mais segura e responsável. Visto isso, este trabalho visou investigar a importância e o impacto do uso do preservativo como ferramenta de saúde pública para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidez indesejada. A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário composto por sete perguntas claras e objetivas, elaborado com informações relevantes sobre o nível de conscientização e as atitudes desse público em relação ao tema. As respostas foram anônimas, garantindo a privacidade e a liberdade dos participantes. O formulário foi aplicado a estudantes do CETEP – Recôncavo II, durante ação extensionista denominada “Vitrine da Saúde”, logo após os estudantes visitarem o estande com material educativo sobre o tema. Foram coletadas oito respostas, sete do sexo feminino e uma do sexo masculino; sete participantes afirmaram saber utilizar corretamente o preservativo. A doença sexualmente transmissível mais conhecida entre os respondentes é o HIV/AIDS, citada por sete participantes. Todos os participantes reconheceram a importância do uso do preservativo na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, apesar de três indicarem fazer uso do preservativo apenas ocasionalmente, e de dois relatarem utilizá-lo raramente. Além disso, cinco estudantes acreditam que o preservativo interfere negativamente no prazer sexual. Quanto à aquisição do preservativo, quatro afirmaram sentir-se confortáveis para comprar/pedir e dois relataram nunca tê-lo feito. As principais barreiras apontadas para o uso do preservativo foram a vergonha ou constrangimento e a percepção de redução do prazer

[1] Aluna do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo- FBBR, mariaritacos1211@gmail.com
[2] Aluna do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo- FBBR, pitangapaloma39@gmail.com
[3] Aluna do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo- FBBR - raianisilvapinto3213@gmail.com
[4] Mestre em Microbiologia, Professor FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

sexual, mencionadas por três participantes. Observa-se que muitos participantes estão colocando a satisfação ou vontade pessoal à frente do cuidado da saúde individual e coletiva, já que o sujeito que recusa o preservativo está arcando com o aumento da vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis e possibilidade de disseminação para seus parceiros/parceiras. Conclui-se que, embora os estudantes reconheçam a importância do uso do preservativo, ainda persistem barreiras relacionadas à vergonha, tabus e desinformação. Esses achados destacam a importância da presença do profissional de enfermagem como agente promotor de ações educativas que contribuam para o conhecimento, desfaçam mitos e incentivem o diálogo aberto sobre cuidado da saúde sexual.

Palavras-chave: Prevenção. Educação sexual. Extensão. Enfermagem.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Nutrição

A FAMÍLIA COMO FATOR FUNDAMENTAL PARA AS PRÁTICAS ALIMENTARES

Jade Laís Ribeiro Pinto[1]; Vanessa Barbosa Gomes[2]

A família representa o primeiro e principal núcleo de convivência social do indivíduo, sendo responsável pela construção de grande parte dos hábitos e comportamentos, incluindo aqueles relacionados à alimentação. Diversos estudos demonstram que o ambiente familiar pode exercer influência positiva ou negativa sobre a nutrição e a saúde. O objetivo deste trabalho visa apresentar o entendimento de como a influência do ambiente e do convívio familiar age na nutrição individual, destacando principalmente como a família pode consolidar, ou não, boas práticas alimentares. Além disso, fatores como dinâmica familiar, estresse, ansiedade e problemas emocionais podem interferir na relação com o alimento e contribuir para o desenvolvimento de transtornos nutricionais e comportamentais. A metodologia de pesquisa para este trabalho foi uma revisão de literatura, com artigos científicos, que abordassem a influência familiar na nutrição do indivíduo, publicados entre os anos de 2021 e 2024, nas plataformas SciELO e PubMed. Dos artigos encontrados, foram selecionados 5 artigos para serem utilizados para realização deste trabalho. A partir deles, é possível entender que o impacto não se limita à infância: em situações de doença e recuperação, o apoio familiar e social é fundamental para o cuidado e manutenção de uma nutrição adequada, especialmente entre idosos e pacientes em transição entre hospital e domicílio. Esse suporte contribui para a adesão ao tratamento nutricional, melhora da qualidade de vida e prevenção de complicações clínicas. Assim, compreende-se que o convívio familiar pode atuar como um fator protetor da saúde nutricional ou, quando disfuncional, contribuir para hábitos nocivos e prejuízos alimentares, reforçando a importância de estratégias de cuidado integradas que envolvam a família no processo de promoção da saúde e reabilitação nutricional.

Palavras-chave: Nutrição. Hábitos Alimentares. Ambiente Familiar. Saúde do Paciente.

[1] Discente no curso de Nutrição, Faculdade Brasileira do Recôncavo, jaderibeirop@gmail.com
[2] Docente e Coordenadora do curso de Nutrição, Faculdade Brasileira do Recôncavo, ntcvanessagomes@gmail.com

A IMPORTÂNCIA DA ANAMNESE, AVALIAÇÃO, EVOLUÇÃO E USO DE ESCALAS NO PROCESSO DE ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO

Cailane Souza de Souza[1]; Fábio Lucas Santos Silva[2]; Geovana Alencar dos Reis[3]; Geovanna Peixoto Costa Solidade[4]; Maria Rita Ferreira dos Santos[5]; Tiago do Sacramento Mota[6]; Yuri Moura Martins[7]

A anamnese, a avaliação, a evolução e o uso de escalas são etapas fundamentais no processo de atendimento fisioterapêutico, pois permitem compreender de forma ampla as condições do paciente e direcionar o plano de tratamento de maneira individualizada. A coleta detalhada de informações, aliada à aplicação de instrumentos padronizados, possibilita ao fisioterapeuta acompanhar a resposta terapêutica e ajustar as condutas conforme a evolução clínica. Dessa forma, essas etapas garantem um atendimento mais eficaz, seguro e baseado em evidências, contribuindo para a reabilitação funcional e a melhora da qualidade de vida do paciente.
Este relato tem como objetivo principal descrever o processo de desenvolvimento de um curta-metragem educativo sobre avaliação fisioterapêutica que apresenta, de forma didática, as etapas do atendimento fisioterapêutico e a importância da avaliação contínua. O presente texto trata de um relato de experiência que descreve a construção do vídeo educativo. A metodologia foi dividida em três partes: inicialmente, aprofundamento prévio em sala acerca dos conceitos trabalhados; posteriormente, foi criado um caso clínico fictício, que serviu de base para a criação de vídeos sobre anamnese, evolução, avaliação e escalas. Cada vídeo contou com introdução, explicação teórica, exemplo prático e conclusão, utilizando uma boneca feita por inteligência artificial para ilustrar as situações.
Os resultados mostraram que uma anamnese adequada permite compreender o histórico e as necessidades do paciente, orientando o planejamento terapêutico. A avaliação fisioterapêutica foi essencial para identificar disfunções e traçar metas realistas. O registro da evolução possibilitou acompanhar o progresso clínico, garantindo segurança e continuidade do tratamento. Além disso, o uso de escalas padronizadas, como a EVA e o Índice de Barthel, proporcionou dados objetivos sobre dor, funcionalidade e qualidade de vida, comprovando a eficácia das intervenções fisioterapêuticas.
Conclui-se que a integração dessas etapas é indispensável para um atendimento fisioterapêutico completo, permitindo um acompanhamento contínuo, humanizado e

[1] Graduando Fisioterapia, FBBR, Cailanesouzadesouza@gmail.com
[2] Graduando Fisioterapia, FBBR, Lucasfb861@gmail.com
[3] Graduando Fisioterapia, FBBR, Geovanaar00@gmail.com
[4] Graduando Fisioterapia, FBBR, Peixotogeovanna89@gmail.com
[5] Graduando Fisioterapia, FBBR, Ritafs881@gmail.com
[6] Graduando Fisioterapia, FBBR, Tisacracramento10@gmail.com
[7] Fisioterapeuta, Mestre em Saúde da População Negra e Indígena- UFRB. Docente do curso de Fisioterapia Faculdade Brasileira do Recôncavo- FBBR, Yurimourafisio@gmail.com

cientificamente embasado, que favorece a reabilitação funcional e a satisfação do paciente.

Palavras-chave: Anamnese. Avaliação. Reabilitação.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Fisioterapia

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PROCESSO DE APRENDIZADO

Ayra Pereira Santos[1]; Beatriz Raiany dos Santos de Jesus[2]; Daniele Souza Sales[3]; Evelen Oliveira Cardoso[4]; Evellyn Karynn Andrade Batista[5]; Letícia dos Santos da Conceição[6]; Sofia dos Santos da Costa[7]; Yuri Moura Mata Martins[8]

A avaliação fisioterapêutica refere-se ao processo sistemático e detalhado de coleta e análise de dados sobre a condição física, funcional e psicossocial da saúde de um paciente. Esse processo envolve diferentes etapas, como a anamnese, o exame físico, o exame funcional, além da inspeção e palpação, que, em conjunto, possibilitam uma visão global do quadro clínico. No contexto acadêmico, compreender e aplicar corretamente cada uma dessas etapas é essencial para a formação profissional do estudante de fisioterapia, pois contribui para o desenvolvimento do pensamento analítico e do olhar crítico sobre as necessidades do paciente. Diante disso, teve-se como objetivo apresentar uma abordagem didática e dinâmica para o ensino da avaliação fisioterapêutica, utilizando recursos tecnológicos e estratégias de aprendizagem ativa, desenvolvendo vídeos educativos de curta duração que demonstrassem, de forma clara e prática, os passos essenciais das práticas avaliativas da fisioterapia, servindo como base de aprendizado. Para isso, utilizou-se como metodologia o processo de discussão em sala de aula sobre as etapas da avaliação. Em seguida, elaborou-se um roteiro para a produção de vídeos curtos e explicativos, abordando testes ativos e passivos, instrumentos de avaliação, tipos de condutas adequadas e o conceito de avaliação, com o auxílio da inteligência artificial. Os vídeos foram gravados no ambiente acadêmico, em sala de aula e no laboratório, com o uso de ferramentas de exercício, como halteres. A edição foi realizada por meio de um aplicativo gratuito, com legendas geradas por IA. O resultado desse trabalho culminou em uma apresentação em sala de aula, na qual foram exibidos os vídeos e explicado o processo criativo desenvolvido. Assim, conclui-se que apresentar a avaliação fisioterapêutica de forma dinâmica favorece a absorção do aprendizado e o aprimoramento das condutas profissionais pelos alunos, além de reforçar que a avaliação é um componente central e insubstituível na formação acadêmica do fisioterapeuta.

Palavras-chave: Análise. Etapas. Acadêmico. Inteligência Artificial. Vídeos.

[1] Bacharelando em Fisioterapia, FBBR, ayrapereira69@gmail.com
[2] Bacharelando em Fisioterapia, FBBR, raianybeatriz927@gmail.com
[3] Bacharelando em Fisioterapia, FBBR, danielesalles53@gmail.com
[4] Bacharelando em Fisioterapia, FBBR, Evelenoliveira65@gmail.com
[5] Bacharelando em Fisioterapia, FBBR, karynnstudies@gmail.com
[6] Bacharelando em Fisioterapia, FBBR, letisantos03250@gmail.com
[7] Bacharelando em Fisioterapia, FBBR, sofia2509costa@gmail.com
[8] Fisioterapeuta Mestre em Saúde da População Negra e Indígena, UFRB, yurimourafisio@gmail.com

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Psicologia

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NA PSICOEDUCAÇÃO NO CONTEXTO COMUNITÁRIO

Alana Ferreira Moura[1]; Bárbara Aline Souza dos Anjos[2]; Maria Eduarda Souza da Ressurreição[3]; Renata Pereira dos Santos Mota[4]; Vitoria Acsa Santana Almeida[5]; Simone Guimarães[6]

Este trabalho tem a finalidade de descrever de forma ampla o trabalho desenvolvido na Associação Gente da Gente em Cruz das Almas - BA. A comunidade é um espaço de construção onde os indivíduos que a compõem estruturam a sua identidade. O contexto comunitário é amplo, dinâmico e permeado de fenômenos. Mediante isso, compreende-se que um grupo de pessoas que, por meio do senso de pertencimento, se envolve em uma dinâmica de resistência e enfrentamento de suas demandas tende a ganhar força e capacidade de maior êxito, porém, por vezes, se vê paralisado pela falta de informação, acesso e estrutura. O objetivo geral é evidenciar como a psicologia tem um importante papel no que tange à psicoeducação, e como se torna um divisor de águas no contexto comunitário, a partir da observação de suas necessidades e da apresentação de estratégias. Os objetivos específicos são: compreender o papel da psicologia na comunidade, identificar as demandas comunitárias e contribuir através da psicoeducação. Esta é uma importante ferramenta que a psicologia utiliza a fim de desenvolver temáticas e campanhas que venham contribuir com intervenções que tragam conscientização e conhecimento de si. Pensar na psicoeducação no contexto comunitário é elencar suas demandas e marcadores, dando alusão ao que mais emerge atenção e cuidado. Após a realização de uma escuta comunitária, onde os moradores do bairro Tiradentes apresentaram como demanda principal as problemáticas envolvendo saúde mental, ausência de profissionais e o alto índice de depressão, foi realizada, no mês de setembro de 2025, uma palestra psicoeducativa sobre o Setembro Amarelo, uma campanha de prevenção ao suicídio. Conclui-se, então, a partir disso, que a psicologia atua diretamente no processo de emancipação dos indivíduos, vinculando sua função informativa às potencialidades já existentes na comunidade, fomentando assim a participação social e habilitando-os para melhor resolução das problemáticas presentes no cotidiano.

Palavras-chave: Comunidade. Psicoeducação. Escuta ativa.

[1] Graduanda em Psicologia, FBBR, Allannasanttos23@gmail.com
[2] Graduanda em Psicologia, FBBR, barbaraasanjos@gmail.com
[3] Graduanda em Psicologia, FBBR, du.2018.souza@gmail.com
[4] Graduada em História, Graduando em Psicologia, FBBR, renata.cda@hotmail.com
[5] Graduando em Psicologia, FBBR, vihtrindade1@gmail.com
[6] Mestra em Psicologia, professora da FBBR, psicóloga Clínica, simonepsicologa.neuro@gmail.com

A IMPORTÂNCIA DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO E EVOLUÇÃO NA PRÁTICA FISIOTERAPÊUTICA

Joseane Oliveira da Conceição[1]; Jaqueline Pereira dos Santos[2]; Trycia Porccina dos Santos Santana[3]; Larissa dos Santos de Almeida[4]; Rosilane de Almeida Santana[5]; Valdineia dos Santos de Jesus[6]; Yuri Moura Mata Martins[7]

A avaliação fisioterapêutica constitui um dos pilares fundamentais da prática clínica, sendo indispensável para o planejamento e a execução de condutas eficazes e individualizadas. Esse processo é composto por etapas essenciais que permitem compreender o paciente de forma global, garantindo um tratamento direcionado e seguro, como a anamnese, a palpação, os testes específicos, os exercícios terapêuticos e, por fim, a evolução fisioterapêutica. Cada uma dessas etapas fornece informações que se complementam, orientando as decisões do fisioterapeuta ao longo de todo o acompanhamento. Dessa forma, o trabalho teve como objetivo compreender e demonstrar a importância das etapas que compõem a avaliação e a evolução fisioterapêutica, destacando sua relevância para o diagnóstico funcional, o planejamento terapêutico e o monitoramento da reabilitação. Além disso, buscou promover aprendizado prático e reflexão profissional por meio da produção de um vídeo educativo. O presente texto trata de um relato de experiência acerca da construção de um vídeo educativo de curta duração. O trabalho começou a ser desenvolvido em sala de aula, a partir das discussões dos conteúdos abordados. A partir da teoria, foi produzido um vídeo educativo pelos estudantes de Fisioterapia do 4º semestre, na Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), abordando de forma prática e dinâmica os principais procedimentos avaliativos e evolutivos. A atividade foi apresentada em sala de aula, promovendo troca de conhecimento e experiência prática entre os participantes, estimulando a reflexão sobre a importância da observação clínica, do raciocínio fisioterapêutico e da comunicação efetiva entre profissional e paciente. A produção do material permitiu aos estudantes articular os conteúdos teóricos à sua aplicação prática, consolidando a compreensão de cada etapa do processo avaliativo. A vivência reforçou que a prática fisioterapêutica exige não apenas domínio técnico e científico, mas também empatia, escuta ativa e compromisso ético, elementos indispensáveis para o cuidado integral e humanizado.

Palavras-chave: Avaliação fisioterapêutica. Prática clínica. Prática profissional.

[1] Joseane Oliveira da Conceição, Graduando em Fisioterapia, FBBR,josyoliveira999999@gmail.com
[2] Jaqueline Pereira dos Santos,Graduando em Fisioterapia,FBBR, jaquelinepsantos82@gmail.com
[3] Trycia Porccina Dos Santos Santana, Graduando em Fisioterapia,FBBR,triciasanto05@icloud.com
[4] Larissa dos Santos de Almeida Graduando em Fisoterapia,FBBR larissasantos13062001@gmail.com
[5] Rosilane De Almeida Santana, Graduando em Fisioterapia,FBBR,rosilanesantana012@gmail.com
[6] Valdinéia dos Santos de Jesus Graduando em Fisioterapia, FBBR, neya.valadares@gmail.com
[7] Yuri Moura Mata Martins Fisioterapeuta, Mestre em Saúde da População Negra e Indígena-UFRB. Docente do curso de Fisioterapia Faculdade Brasileira do Recôncavo -FBBR, yurimourafisio@gmail.com

A IMPORTÂNCIA DE METODOLOGIAS ATIVAS PARA O APRENDIZADO DA AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Stephany Santos Gonçalves[1]; Bárbara Gizele Freitas Gomes[2]; Driele Sampaio Lima[3]; Nivia Maria da Conceição Santana[4]; Gabriel Teixeira de Oliveira[5]; Maksoney Santos Barreto[6]; Yuri Moura Mata Martins[7]

A avaliação fisioterapêutica é uma etapa essencial do atendimento, pois permite ao fisioterapeuta compreender o funcionamento do corpo do paciente, identificar alterações posturais, limitações de movimento e possíveis causas de dor. O objetivo do trabalho foi sintetizar e demonstrar os componentes essenciais da avaliação fisioterapêutica em um formato audiovisual acessível, evidenciando a importância das metodologias ativas no aprendizado e sua contribuição para a formação prática e o desenvolvimento profissional do futuro fisioterapeuta. Trata-se de um relato de experiência sobre a produção de um vídeo educativo elaborado na disciplina de Bases e Métodos da Avaliação Fisioterapêutica, no semestre 2025.2. A metodologia envolveu o estudo em sala dos conceitos da avaliação fisioterapêutica, a divisão dos temas e a gravação da atividade “Um Dia na Clínica”, proposta pelo professor Yuri Martins, com o objetivo de demonstrar na prática a importância da avaliação e das intervenções fisioterapêuticas durante o atendimento clínico. As gravações ocorreram nas dependências da faculdade, em locais como a biblioteca e o laboratório de fisioterapia, simulando um ambiente clínico real e dinâmico. Foram utilizados diversos instrumentos, como bicicleta ergométrica, halteres, cadeira extensora, mini band, tornozeleira de 1 kg, goniômetro, step, maca, jaleco, oxímetro, estetoscópio e ficha de avaliação, que registrou dados da anamnese e destacou a importância da coleta de informações para a elaboração do plano de tratamento. O vídeo foi editado no aplicativo CapCut, com cortes, legendas e efeitos para melhorar a apresentação e a clareza do conteúdo. A metodologia possibilitou unir teoria e prática, promovendo melhor compreensão do papel do fisioterapeuta e da importância de uma avaliação detalhada e individualizada. No vídeo “Um Dia na Clínica”, foram demonstradas as etapas do processo avaliativo, como a anamnese, os testes físicos, o preenchimento do prontuário e a interpretação dos resultados. A experiência proporcionou maior engajamento, aprendizado prático e integração entre teoria e prática. Conclui-se que as metodologias ativas são fundamentais no ensino da fisioterapia, pois permitem ao estudante vivenciar situações reais, desenvolver competências e consolidar o

[1] Graduando Fisioterapia, FBBR, stephany.ssg20@gmail.com
[2] Graduando Fisioterapia, FBBR, barbarafreitasgomes0@gmail.com,
[3] Graduando Fisioterapia, FBBR, drielesampaio32@gmail.com
[4] Graduando Fisioterapia, FBBR, niviadcsantana@gmail.com
[5] Graduando Fisioterapia, F BBR gabrielteixeira1106@gmail.com
[6] Graduando Fisioterapia, FBBR, maksoneybarreto035@gmail.com
[7] Fisioterapeuta, Mestre em Saúde da População Negra e Indígena-UFRB. Docente do curso de Fisioterapia Faculdade Brasileira do Recôncavo -FBBR, yurimourafisio@gmail.com

conhecimento, aprimorando a tomada de decisão e reconhecendo a importância da avaliação fisioterapêutica na promoção da saúde e reabilitação do paciente.

Palavras-chave: Prática clínica. Reabilitação. Formação profissional.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Nutrição

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SAÚDE MENTAL: VIVÊNCIA NO POSTO DE SAÚDE

Emilly Lima Amorim[1]; Vânia Mendes da Silva Lemos[2]; Vanessa Barbosa Gomes[3]; Railson Alves Correia de Almeida Junior[4]

A alimentação saudável e a saúde mental destacam-se de forma importante para uma dieta equilibrada e para o bem-estar psicológico. O projeto teve como tema alimentação saudável e saúde mental, esse projeto foi desenvolvido no posto de saúde local, com o objetivo de promover a conscientização sobre a importância dos hábitos alimentares para o equilíbrio físico e emocional. O presente trabalho teve como objetivo conscientizar a comunidade sobre a influência da alimentação equilibrada na melhoria da saúde mental e incentivar práticas alimentares saudáveis no cotidiano. A atividade foi realizada no dia quatro de novembro de 2025, em um posto de saúde, pelas estudantes de nutrição Emilly Lima e Vânia Mendes, da Faculdade Brasileira do Recôncavo. Foi executada uma dinâmica participativa, envolvendo conversas e interação direta com o público. Foram debatidos quais eram os alimentos mais consumidos no dia a dia, os nutrientes que favorecem o bem-estar e estratégias simples para melhorar os hábitos alimentares. Durante a vivência, os participantes compartilharam experiências pessoais e tiraram dúvidas relacionadas à alimentação. Foram apresentados exemplos de alimentos saudáveis e alimentos não saudáveis e discutidos os efeitos de determinados alimentos sobre o humor e a disposição. O momento promoveu diálogo, escuta e aprendizado mútuo entre pessoas abordadas e autores do projeto. Houve grande envolvimento do público, que demonstrou interesse e motivação para adotar hábitos mais saudáveis. A troca de informações e a abordagem acessível contribuíram para a compreensão da relação entre alimentação e saúde mental. O projeto e as vivências evidenciaram a importância da integração entre teoria e prática na formação acadêmica e o fortalecimento entre instituição e comunidade. As vivências permitiram o fortalecimento do vínculo entre instituição e comunidade, contribuindo para a promoção da saúde e o desenvolvimento pessoal e profissional das participantes.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Vivência acadêmica. Alimentação saudável. Educação em saúde. Projeto de extensão.

[1] Graduanda em Nutrição, FBBR, emillylima1p@gmail.com
[2] Graduanda em Nutrição, FBBR, vaniaafinna@gmail.com
[3] Pós Graduada, IPGS, ntcvanessagomes@gmail.com
[4] Pós Graduado, UFRB, raylson.ac@gmail.com

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Odontologia

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE O CÂNCER BUCAL E SUAS IMPLICAÇÕES: UM ESTUDO TRANSVERSAL OBSERVACIONAL

Camila Andrade[1]; Emily Nithelli[2]; Gleicy Jesus Santos Silva[3]; Iara Ferreira de Oliveira[4]; Joao Reis Santos Junior[5]; Laíssa Cunha Santana[6]; Maria Eduarda Pereira Oliveira[7]; Michelle Santana[8]; Vilma Rocha de Jesus Duda[9]; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos[10]

O câncer bucal é uma neoplasia maligna que pode acometer diferentes estruturas da cavidade oral, sendo a língua, o assoalho bucal e o lábio inferior as regiões mais frequentemente afetadas. Anualmente, mais de 600 mil óbitos são registrados no Brasil em decorrência do câncer bucal. Além disso, um levantamento realizado em 2023 pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA) estimou a ocorrência de aproximadamente 15,1 mil novos casos da doença, sendo 10.900 em homens e 4.200 em mulheres. O tipo histológico mais comum é o carcinoma de células escamosas (CCE), também denominado carcinoma espinocelular. O objetivo deste estudo foi avaliar o nível de conhecimento da população sobre o câncer de boca. Para isso, foi aplicado um questionário on-line desenvolvido no Google Forms e divulgado virtualmente. O instrumento foi composto por perguntas fechadas abordando o grau de conhecimento sobre o câncer oral, os principais fatores de risco e o reconhecimento de sinais e sintomas associados à doença. O estudo contou com uma amostra de 53 participantes, dos quais 25 (47,2%) eram do sexo masculino e 28 (52,8%) do sexo feminino. A maioria dos respondentes (69,8%) encontrava-se na faixa etária entre 18 e 29 anos. Em relação ao nível de escolaridade, 27 (50,9%) possuíam ensino médio completo, 12 (22,6%) ensino superior incompleto, 8 (15,1%) pós-graduação, 5 (9,4%) ensino fundamental e apenas 1 (1,9%) ensino superior completo. A maior parte dos participantes (90,6%) não atua nem estuda na área da saúde. Quanto ao conhecimento sobre o tema, 16 (30,2%) relataram nunca ter ouvido falar sobre o câncer de boca. Em relação aos fatores de risco, 46 (86,8%) reconheceram o tabagismo como o principal fator associado, seguido pela má higiene bucal (35; 66%). No entanto, houve menor reconhecimento de outros fatores relevantes, como o consumo excessivo de álcool (25; 47,2%). Fatores frequentemente subestimados, como a exposição solar sem proteção (19; 35,8%) e o trauma crônico causado por próteses

[1] Graduanda em Odontologia,Faculdade brasileira do reconcavo FBBR, Camilandrade2119@gmail.com
[2] Graduanda em Odontologia,Faculdade brasileira do reconcavo FBBR, e.nithelly123@gmail.com
[3] Graduanda em Odontologia,Faculdade brasileira do reconcavo FBBR, geufernandes25@gmail.com
[4] Graduanda em Odontologia,Faculdade brasileira do reconcavo FBBR, Iaraferreiraodonto@gmail.com
[5] Graduando em Odontologia,Faculdade brasileira do reconcavo FBBR, joaoreisgeo@hotmail.com
[6] Graduanda em Odontologia,Faculdade brasileira do reconcavo FBBR, laissacunha15@gmail.com
[7] Graduanda em Odontologia,Faculdade brasileira do reconcavo FBBR, mariaeduardap346@gmail.com
[8] Graduanda em Odontologia,Faculdade brasileira do reconcavo FBBR, mii.santtos11@gmail.com
[9] Graduanda em Odontologia,Faculdade brasileira do reconcavo FBBR, vilma.rocha2024@hotmail.com
[10] Docente do curso de Odontologia, Faculdade brasileira do reconcavo FBBR, paulocarvalhor@icloud.com

mal adaptadas (17; 32,1%), foram pouco mencionados, indicando lacunas significativas de conhecimento. Quanto aos sinais e sintomas, observou-se que 12 (22,6%) dos participantes não souberam identificar nenhum. As feridas que não cicatrizam foram o sinal mais reconhecido (36; 67,9%), enquanto manifestações importantes para o diagnóstico precoce, como dor persistente (21; 39,6%) e dificuldade para engolir (16; 30,2%), foram menos citadas. Esses achados evidenciam que, apesar de certo conhecimento sobre fatores clássicos, ainda há deficiências expressivas na percepção geral da população quanto aos riscos e sinais do câncer bucal. Conclui-se que é essencial reforçar a importância das visitas regulares ao cirurgião-dentista para o diagnóstico precoce e a adoção de condutas eficazes. O reconhecimento dos sinais e sintomas é fundamental para que a doença seja detectada em estágios iniciais, quando o tratamento é mais efetivo e as chances de cura são significativamente maiores.

Palavras-chave: Câncer bucal. Fatores de risco. Prevenção. Saúde pública. Patologia oral.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Fisioterapia

APLICABILIDADE DA LUDICIDADE COMO FERRAMENTA DE SUPORTE NA FISIOTERAPIA DE IDOSOS DOMICILIADOS COM DISFUNÇÕES MOTORAS NEUROLÓGICAS: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Suzane Santana Silva[1]; Josiane Moreira Germano[2]

O envelhecimento é um processo progressivo e irreversível e acontece de forma natural. Acomete a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos, com manifestações biológicas, funcionais e psicológicas. As doenças neurológicas estão entre as condições mais prevalentes em idosos, como o acidente vascular cerebral (AVC), a doença de Parkinson, dentre outras, gerando incapacidade funcional. A fisioterapia desempenha papel fundamental ao promover a reabilitação funcional e a manutenção da independência do idoso. Entretanto, a adesão às terapias pode ser prejudicada pela monotonia dos exercícios convencionais, pela falta de estímulo e por barreiras relacionadas ao ambiente domiciliar. As estratégias lúdicas são um recurso que motiva e potencializa a eficácia da reabilitação neurológica em idosos domiciliados; a melhora reflete em aspectos emocionais e sociais, fundamentais para atividades de vida diária. Objetivo: Analisar a aplicabilidade da ludicidade como ferramenta de suporte na fisioterapia de idosos domiciliados com disfunções motoras neurológicas. Método: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com busca em bases de dados como PubMed, SciELO, LILACS e PEDro, considerando artigos dos últimos 10 anos. Foram selecionados estudos que abordam a ludicidade nas intervenções fisioterapêuticas neurológicas domiciliares, a ludicidade como melhor adesão à fisioterapia domiciliar, melhora das disfunções neurológicas e motoras com a fisioterapia lúdica nas disfunções neurológicas. Resultados: Espera-se que, após a conclusão, este trabalho apresente que o uso da ludicidade na fisioterapia domiciliar de idosos neurológicos represente uma abordagem inovadora e eficaz, que promova ganhos funcionais e emocionais significativos. O desafio atual para os fisioterapeutas é desenvolver protocolos individualizados que integrem o lúdico de forma segura e adaptada, fortalecendo a autonomia do idoso e ampliando sua qualidade de vida no contexto domiciliar. Conclusão: A fisioterapia lúdica apresenta-se como recurso promissor para potencializar o tratamento neurológico em idosos domiciliados.

Palavras-chave: Envelhecimento. Doenças neurológicas. Fisioterapia domiciliar. Ludicidade.

[1] Discente de fisioterapia 9º semestre, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, suzyssilva@yahoo.com
[2] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, jossiane.germano@usp.br

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Fisioterapia

APLICAÇÃO DA ESCALA MORSE E EXERCÍCIOS TERAPÊUTICOS EM IDOSO INSTITUCIONALIZADO: UM ESTUDO DE CASO

Leonardo da Silva Santos[1]; Ana Paula Araújo dos Santos[2]; Tarcizio Silva Cunha[3]; Geisa Moreira Pedreira[4]; Edezio Ferreira Passos Neto[5]; Maria Thereza Sales Ribeiro de Figueiredo[6]; Pauliran Honório da Silva[7]; Laiane de Jesus de Araújo[8]; Carla Januário de Jesus Linhares[9]

O envelhecimento é uma fase natural da vida que traz diversas mudanças no corpo e na forma de realizar as atividades diárias. Com o passar dos anos, é comum ocorrer perda de força e massa muscular, o que aumenta o risco de quedas e reduz a independência do idoso. Além disso, doenças como hipertensão arterial e diabetes mellitus tipo II são frequentes nessa faixa etária e, quando associadas à redução da força e mobilidade, comprometem ainda mais a qualidade de vida. A fisioterapia tem papel essencial nesse processo, pois ajuda a manter e melhorar a força muscular, o equilíbrio e a mobilidade, promovendo mais autonomia e segurança. Com base nisso, o presente estudo teve como objetivo identificar o risco de quedas e aplicar exercícios terapêuticos voltados à prevenção em um idoso institucionalizado, utilizando a Escala de Morse como instrumento de avaliação. O estudo foi desenvolvido durante a disciplina de Vivência Extensionista, no lar dos idosos em Cruz das Almas, Bahia, no período de 20 de setembro a 28 de outubro de 2025. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem descritiva e intervenção fisioterapêutica. O paciente, do sexo masculino, 83 anos, apresenta hipertensão arterial, diabetes mellitus tipo II e amputação parcial do pé direito devido a complicações da diabetes. A avaliação do risco de quedas foi realizada por meio da Escala de Morse, que considera seis critérios: histórico de quedas, diagnóstico secundário, auxílio na deambulação, uso de terapia endovenosa, tipo de marcha e estado mental. Após a avaliação inicial, foram realizadas sessões semanais de fisioterapia com exercícios voltados ao fortalecimento muscular, mobilidade articular, resistência física e treino de equilíbrio. As atividades foram adaptadas às condições do paciente e progrediram conforme sua evolução funcional. Os resultados mostraram risco moderado de quedas, principalmente devido à amputação parcial e fraqueza nos membros inferiores. Com o decorrer das sessões, observou-se melhora na estabilidade postural, aumento da força muscular e maior segurança ao caminhar. O paciente relatou sentir-se mais confiante para realizar as atividades de vida diária, sem ocorrência de quedas durante o acompanhamento. Conclui-se que a Escala de Morse foi eficaz para identificar o risco de

[1] Graduando em Fisioterapia, FBBR, 9leo0santos@gmail.com
[2] Graduando em Fisioterapia, FBBR, drfaluap@hotmail.com
[3] Graduando em Fisioterapia, FBBR, Tarciziocunha9@gmail.com
[4] Graduando em Fisioterapia, FBBR, geisamoreirapedreira@gmail.com
[5] Graduando em Fisioterapia, FBBR, Edezioneto470@gmail.com
[6] Graduando em Fisioterapia, FBBR, Maria_thereza@outlook.com
[7] Graduando em Fisioterapia, FBBR, pauliranhonoriodasilva@gmail.com
[8] Graduanda em Fisioterapia, FBBR, laydejeus4@gmail.com
[9] Docente Fisioterapeuta, FBBR, carladejesus_18@hotmail.com

quedas e direcionar o tratamento fisioterapêutico. As intervenções promoveram ganhos funcionais, melhora do equilíbrio e prevenção de novas quedas, reforçando a importância do fisioterapeuta no cuidado com o idoso institucionalizado, promovendo envelhecimento mais saudável, seguro e com melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Idoso. Escala de Morse. Prevenção de quedas.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Psicologia

A PREVENÇÃO AO SUÍCIDIO COMO AÇÃO COMUNITÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Lavinia Santos Barbosa[1]; Taiane Costa Coelho[2]; Thaliane Conceição dos Santos[3]; Ana Júlia Melo da Silva Andrade[4]; Dalila dos Santos da Silva[5]; Kelli Pires de Jesus[6]; Laiza dos Santos Fonseca[7]; Lívia Barbosa Rodrigues Santos[8]; Marcelle de Jesus de Souza[9]; Elisa Carla Salomão Santos Bacelar[10]; Simone Guimarães[11]

O presente artigo descreve uma vivência de prevenção ao suicídio efetuada na Associação Gente da Gente, em setembro de 2025, que fez parte da ação “Terça Amarela”, organizada pela Faculdade Brasileira do Recôncavo. Esta iniciativa procurou conectar o saber acadêmico com a ação comunitária, incentivando a discussão sobre saúde mental e a prevenção do suicídio, em alinhamento com os propósitos da campanha nacional Setembro Amarelo. A palestra visou promover a comunicação livre, a compreensão mútua e o reforço das redes de suporte social como elementos fundamentais na redução do comportamento autodestrutivo. O principal objetivo da atividade foi educar e conscientizar adultos e idosos sobre os sinais de alerta, suas causas e as estratégias de prevenção ao suicídio, englobando a promoção da educação em saúde mental, o incentivo à escuta ativa e à empatia entre os integrantes da comunidade, além de destacar a importância dos psicólogos e cidadãos na preservação do bem-estar emocional. Além de promover a conscientização, a iniciativa teve como objetivo humanizar a discussão sobre saúde mental por meio da interação direta e de uma abordagem inclusiva. A apresentação, liderada pela professora e psicóloga Simone Guimarães, uniu teoria explicativa a atividades interativas; durante a exposição, foram apresentados dados estatísticos sobre o suicídio em âmbito nacional e estadual (Bahia), bem como exemplos práticos de intervenção e prevenção. Métodos interativos foram aplicados, incluindo momentos de reflexão em grupo e trocas informais com o público. Gestos simbólicos, como abraços e a oferta de pequenos brindes comestíveis, ajudaram a criar uma atmosfera de acolhimento e conexão, estimulando os ouvintes a se expressarem com liberdade. A presença de estudantes e docente da universidade proporcionou uma estrutura de apoio que uniu

[1] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, slavinia859@gmail.com
[2] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, taianecostacoelho@gmail.com
[3] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, thalianesantos453@gmail.com
[4] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, juliah.mello55@gmail.com
[5] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, dalilassilva27@gmail.com
[6] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, piresskelli@gmail.com
[7] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, laizinha.fonseca43@gmail.com
[8] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, liviarodrigues057@gmail.com
[9] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, smarcelle514@gmail.com
[10] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, elisacarlasalomaosantosbacelar@gmail.com
[11] Docente em Vivência Extensionista II, Faculdade Brasileira do Recôncavo, simonepsicologa.neuro@gmail.com

aprendizado acadêmico e prática social. A resposta da comunidade demonstrou a eficácia de uma abordagem centrada no ser humano e baseada na empatia. A escuta atenta e as reações emocionadas dos moradores locais revelaram uma maior abertura para buscar ajuda e oferecer apoio a pessoas em sofrimento. Além disso, essas ações transformaram a discussão em um espaço de reconhecimento mútuo, onde a escuta, empatia e presença se tornaram instrumentos de prevenção. A experiência confirmou que a prevenção do suicídio depende tanto da atuação profissional quanto da empatia, da compreensão e do apoio conjunto. Ao combinar o saber científico com a empatia, revelou-se a força transformadora do diálogo e da ligação humana. A iniciativa conseguiu atingir seus objetivos, gerando um impacto considerável tanto nos participantes quanto nos organizadores. Ao enfatizar o diálogo, a empatia e a corresponsabilidade, a experiência confirmou que a prevenção do suicídio transcende uma mera questão clínica ou estatística, tornando-se uma iniciativa altamente humana, fundamentada no cuidado, na compreensão e na convicção de que cada vida tem valor intrínseco.

Palavras-chave: Prevenção do suicídio. Saúde mental. Comunidade.

EIXO 04 • SAÚDE

ARTETERAPIA E YOGA COMO ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM JOVENS

Camila Conceição Bessa Costa[1]; Ihan de Souza Leite[2]; Janine Santos de Araújo[3]; Maria de Lourdes Nascimento Cardoso[4]; Maria Luiza Fonseca da Silva[5]; Luana Santa Ana Salvador Batista[6]; Wladimyr Pires Matos de Maia Júnior[7]; Larissa de Oliveira Silva[8]

O projeto intitulado “Arteterapia e Yoga como Estratégias de Promoção da Saúde Mental em Jovens” foi desenvolvido por estudantes da Faculdade Brasileira do Recôncavo, uma ação de vivência extensionista realizada na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que teve como proposta a divulgação do Setembro Amarelo através de expressões artísticas visando a arteterapia realizadas por um professor de yoga (Luã Godoy) e discursos realizados por psicólogos convidados para a vivência (Pablo Barreto e Heilaine Suzart). A ação teve como objetivo principal o combate ao suicídio, visando à propagação do Setembro Amarelo como prevenção de idealizações suicidas e promoção da saúde mental para jovens através de práticas de diálogos abertos e expressões de arteterapia. Dentro deste espaço também foram discutidas questões sobre o impacto das redes sociais e a falta de conexão com o próximo no mundo atual. Este projeto foi realizado num campo aberto com árvores e presença de animais; este espaço foi fundamental na realização desta ação, pois ele promove a conexão com a natureza e o momento presente. A primeira ação realizada nesta vivência foi uma conversa com os psicólogos ali presentes onde se teve um espaço aberto onde todas as pessoas presentes podiam expressar sua visão sobre o cuidado com a saúde mental. Após isso, o professor de yoga presente realizou uma roda de yoga e explicou a função destes exercícios para uma vida com maior conexão ao presente e também exercícios que promoviam uma respiração melhor através de meditações. Por fim, tivemos algumas canções realizadas pela aluna de psicologia Maria Luiza como forma de usar a expressão artística como um processo de conexão entre todos envolvidos nesta vivência. O projeto atingiu seus objetivos principais de debate e exposição dentro de um espaço acolhedor e sensível, conseguindo realizar reflexões importantes sobre o suicídio e a depressão através tanto do debate quanto das ações de arteterapia, promovendo o combate à depressão e à ansiedade através de seu relacionamento com o outro e o momento presente.

Palavras-chave: Arteterapia. Suicídio. Yoga.

[1] Camila Conceição Bessa Costa, FBBR, camilacbessac@gmail.com
[2] Ihan De Souza Leite, FBBR, desouzaihan@gmail.com
[3] Janine Santos De Araújo, FBBR, araujojanine7@gmail.com
[4] Maria De Lourdes Nascimento Cardoso, FBBR, lourdescardoso014@gmail.com
[5] Maria Luiza Fonseca Da Silva, FBBR, Liizysilva740@gmail.com
[6] Luana Santa Ana Salvador Batista, FBBR, luanasantaana56@gmail.com
[7] Wladimyr Pires Matos De Maia Júnior, FBBR, Juniorwladimyr@gmail.com
[8] Larissa Silva, FBBR, larissapsi.oliveira@gmail.com

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

ATIVIDADE EXTENSIONISTA DE PREVENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA E COLO DO ÚTERO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Anna Isabel de Oliveira Conceição[1]; Cinara Santos Neres[2]; Ivete Lima Fonseca[3]; Paulo Márcio de Oliveira Santos Junior[4]; Raquel Caldas Pedreira[5]; Thainá Santos Aragão[6]; Zaira de Jesus Silva Brito[7]; Danilo Almeida Brito[8]

O câncer é o crescimento descontrolado de células que formam tumores e podem se espalhar pelo corpo. No Brasil, o câncer de colo do útero causou 171.793 mortes entre 1980 e 2021 e deve superar 7 mil em 2025. Já o câncer de mama é o mais comum entre mulheres, com previsão de 73.610 novos casos em 2025 e mais de 20 mil mortes em 2023, destacando a importância do diagnóstico precoce. A enfermagem atua na prevenção, rastreamento e apoio ao tratamento do câncer com foco no diagnóstico precoce e cuidado humanizado. Visto isso, nosso trabalho teve como objetivo identificar os fatores relacionados ao câncer de mama e ao câncer do colo de útero, e participamos da feira de saúde intitulada “Vitrine da Saúde”, projeto que integra nossas Vivências Extensionistas, abordando o tema Câncer de Mama e Colo de Útero. O evento ocorreu na Escola Estadual CETEP – Alberto Torres II, e desde o início nosso estande já chamava atenção por trazer informações claras e acessíveis sobre o tema. Durante a atividade, explicamos como realizar o autoexame das mamas, destacamos a importância da mamografia e do exame Papanicolau, e distribuímos lembrancinhas com o laço rosa, panfletos informativos e doces para atrair o público. A organização da feira demonstrou cuidado e acolhimento, com estudantes receptivos e equipes prontas para tirar dúvidas. O material foi bem recebido, gerando interesse e interação. Um dos momentos mais marcantes foi a escuta ativa de relatos de pessoas que enfrentaram o câncer ou acompanharam familiares durante o tratamento. Ouvir histórias de superação, medo e esperança contribuiu profundamente para nossa formação humana e profissional, ampliando nossa compreensão sobre o impacto emocional da doença. Além disso, orientamos o público sobre hábitos de prevenção e autocuidado, como praticar atividades físicas regularmente, manter uma alimentação equilibrada e realizar exames médicos de rotina. Após a experiência, sugerimos que, em futuras edições da feira, haja ampliação da divulgação, criação de parcerias com unidades de saúde e incentivo à participação de mulheres da comunidade de diferentes faixas etárias. Também recomendamos um local mais amplo e ventilado para melhor conforto dos participantes. Por fim, vivenciar a união entre profissionais e estudantes da área da saúde reforçou a ideia de que o cuidado é coletivo. As atividades de

[1] Annaisabelconceicao@gmail.com
[2] Nerycinara28@gmail.com
[3] Ivetecavalcante833@gmail.com
[4] Pauloenfermagem2@gmail.com
[5] Pastora.raquel36@gmail.com
[6] Thayaragao78@gmail.com
[7] Zairasilva758@gmail.com
[8] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

extensão aproximam o conhecimento acadêmico da realidade e despertam a esperança de fazer diferença na saúde da comunidade, incentivando as mulheres a agirem preventivamente.

Palavras-chave: Câncer. Prevenção. Enfermagem.

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO EM SAÚDE SOBRE O SISTEMA RESPIRATÓRIO

Valéria Nunes Sampaio[1]; Ester Ribeiro Santana Borges[2]; Alexia de Macedo Ferreira[3]; Ana Cristina de Jesus Santos[4]; Fernanda dos Santos Nascimento[5]; Danilo Almeida Brito[6]; Zanon Santana Gonçalves[7]

O sistema respiratório desempenha um papel fundamental para a sobrevivência do ser humano, fornecendo oxigênio e eliminando dióxido de carbono. A avaliação do conhecimento acadêmico sobre o funcionamento do sistema respiratório permite identificar o grau de compreensão dos estudantes, além de fornecer subsídios para intervenções pedagógicas mais eficazes. A relevância dessa pesquisa reside em garantir a formação de profissionais competentes e promover a prática clínica segura e embasada cientificamente. Visto isso, essa pesquisa objetivou investigar o conhecimento da comunidade acadêmica da área da saúde sobre o funcionamento do sistema respiratório e sua relação com desenvolvimento, identificação e prevenção das principais doenças respiratórias. Para isso foi aplicado um formulário on-line pelo Google Formulários, com envio pelo aplicativo WhatsApp. O questionário possui questões fechadas sobre função dos alvéolos pulmonares, identificação de fatores de risco para DPOC e formas de prevenção contra infecções virais respiratórias. Entre os 14 participantes que responderam ao questionário, 78,6% identificaram corretamente que a principal função dos alvéolos pulmonares é realizar trocas gasosas, processo essencial para a oxigenação do sangue. Em relação aos fatores de risco para o desenvolvimento da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), 42,9% apontaram o tabagismo como principal causa, enquanto os demais associaram a outros fatores, como exposição à poluição e histórico familiar. Todos os participantes (100%) reconheceram a vacinação contra a gripe e o uso de máscara facial como medidas muito importantes para a prevenção de doenças virais respiratórias. Os resultados indicam que os estudantes apresentam nível satisfatório de conhecimento sobre o sistema respiratório, especialmente quanto à função dos alvéolos pulmonares e às medidas preventivas contra infecções virais. No entanto, observou-se déficit na identificação dos fatores de risco para a DPOC, o que evidencia a necessidade de reforçar o ensino sobre doenças respiratórias crônicas e seus determinantes. Ações educativas e integrativas, voltadas à promoção da saúde respiratória e à prevenção de

[1] Discente do 2º semestre do curso de Fisioterapia, FBBR, valerianunes.02@hotmail.com
[2] Discente do 2º semestre do curso de Nutrição, FBBR, esterribeiro2023@outlook.com
[3] Discente do 2º semestre do curso de Fisioterapia, FBBR, alexiamacedo383@gmail.com
[4] Discente do 2º semestre do curso de Fisioterapia, FBBR, annasantos0065@gmail.com
[5] Doutora em Biotecnologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernanda.santos@atmos.edu.br
[6] Mestre em microbiologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, danilo.a.brito@hotmail.com
[7] Doutor em Genética e Biologia Molecular, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, zyarck@gmail.com

doenças, são fundamentais para aprimorar a formação acadêmica e preparar profissionais mais conscientes e capacitados para atuar em contextos clínicos e preventivos.

Palavras-chave: Infecções virais. Formação acadêmica. Alvéolos pulmonares. Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE O CÂNCER DE MAMA

Adrielly Cardoso dos Santos Cavalcante[1]; Alexia Maria Alves Rosa da Silva[2]; Êmilli Magalhães dos Santos[3]; Jemima Raissa de Jesus Santos[4]; Larissa Oliveira de Jesus[5]

O câncer de mama constitui uma das principais causas de mortalidade entre mulheres no Brasil e no mundo, representando um importante desafio para a saúde pública. A detecção precoce, aliada ao diagnóstico oportuno, é essencial para o aumento das chances de cura e redução dos índices de mortalidade. No entanto, a falta de informação sobre sinais, sintomas e medidas preventivas ainda é uma barreira significativa. Nesse contexto, avaliar o conhecimento da população sobre o câncer de mama é uma estratégia relevante para identificar lacunas de informação e direcionar ações educativas que promovam a conscientização e o autocuidado. O objetivo do estudo foi, portanto, avaliar o conhecimento da população sobre o câncer de mama, identificando o entendimento sobre sinais e sintomas, práticas preventivas e a percepção da importância das campanhas educativas, como o Outubro Rosa. Trata-se de um estudo descritivo, de natureza quantitativa, realizado por meio de um questionário eletrônico composto por questões objetivas e uma discursiva. O instrumento foi aplicado a participantes de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, totalizando 25 respondentes. As perguntas abordaram temas como conhecimento geral sobre o câncer de mama, realização do autoexame, importância da mamografia e participação em ações de conscientização. Os dados foram analisados de forma descritiva e expressos em percentuais. Dos 25 participantes, 100% afirmaram já ter ouvido falar sobre o câncer de mama, evidenciando ampla divulgação do tema. No entanto, 32% declararam não saber identificar os principais sinais e sintomas, enquanto 68% afirmaram ter algum conhecimento. Em relação ao autoexame, apenas 28% relataram realizá-lo frequentemente, 44% às vezes, e 28% não o realizam. Sobre a mamografia, 76% reconheceram sua importância para detecção precoce, embora uma minoria a associe apenas ao tratamento. Quanto à orientação recebida, 60% disseram já ter participado de campanhas educativas ou ações de saúde, enquanto 40% nunca receberam orientações formais. Um dado preocupante foi que 56% desconheciam que homens também podem ter câncer de mama, o que demonstra uma lacuna significativa de conhecimento. A maioria reconheceu o Outubro Rosa como uma campanha essencial para prevenção e conscientização. Os resultados indicam que, embora exista um bom nível de conhecimento geral sobre o câncer de mama, ainda há fragilidades quanto à prática do autoexame e à compreensão sobre a prevenção. Ressalta-se a necessidade de ampliar as ações educativas e fortalecer campanhas como o Outubro Rosa, promovendo maior

[1] Formando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, 102699@atmos.edu.br
[2] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo,alexiamariarosa0@gmail.com
[3] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, meury2210@gmail.com
[4] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, jemimasantos386@gmail.com
[5] Enfermeira, pós-graduada, Docente na Faculdade Brasileira do Recôncavo, larisssa.oliveira@atmos.edu.br

alcance da informação, inclusão de públicos diversos e estímulo à detecção precoce da doença.

Palavras-chave: Câncer de mama. Prevenção. Conscientização. Educação em saúde. Outubro Rosa.

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE GENGIVITE ENTRE ACADÊMICOS DE ODONTOLOGIA

Naiara Aragão de Oliveira[1]; Harrison Ribeiro Costa[2]; Débora de Aguiar Santos[3]; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos[4]

Introdução: A gengivite é uma inflamação gengival reversível, geralmente causada pelo acúmulo de placa bacteriana, sendo considerada a forma inicial das doenças periodontais. Quando não tratada, pode evoluir para periodontite, condição irreversível que afeta o tecido ósseo e o ligamento periodontal. A prevenção e o diagnóstico precoce da gengivite são essenciais para manter a saúde bucal, sendo o cirurgião-dentista e o acadêmico de Odontologia peças fundamentais nesse processo. Avaliar o conhecimento dos estudantes sobre a doença permite identificar possíveis lacunas na formação e contribuir para o aprimoramento do ensino na área de Periodontia. Objetivo: Avaliar o nível de conhecimento dos estudantes de Odontologia sobre gengivite, abordando aspectos como sinais clínicos, fatores etiológicos, prevenção e evolução da doença. Metodologia: Foi aplicado um questionário online elaborado na plataforma Google Forms, composto por 7 perguntas objetivas. O instrumento buscou avaliar o entendimento dos estudantes sobre os principais sinais e causas da gengivite, suas possíveis consequências e medidas preventivas. Participaram da pesquisa alunos matriculados entre o 1º e o 4º semestre do curso de Odontologia. Resultados/Discussão: Participaram ao todo 14 estudantes de Odontologia, sendo 9 (64,3%) do 1º semestre, 1 (7,1%) do 2º semestre e 4 (28,6%) do 3º semestre. Quando questionados sobre o próprio conhecimento acerca da gengivite, a maioria respondeu possuir entendimento “mais ou menos” ou “pouco” sobre o tema. Quanto aos sinais clínicos, 14 (100%) identificaram corretamente o sangramento e a vermelhidão gengival como características da doença. Sobre o principal fator causal, todos os participantes reconheceram a placa bacteriana como o agente mais comum. Em relação às consequências da falta de tratamento, a maioria respondeu que a gengivite pode evoluir para periodontite, demonstrando boa compreensão sobre a progressão da doença. A escovação associada ao uso do fio dental foi apontada como a melhor forma de prevenção e tratamento. Entretanto, alguns alunos ainda apresentaram dúvidas quanto ao comprometimento do osso e do ligamento, indicando lacunas no entendimento da fisiopatologia da doença. Conclusão: Os resultados indicam que os estudantes de Odontologia possuem bom conhecimento sobre os principais sinais clínicos e fatores causais da gengivite, bem como sobre suas possíveis consequências e formas de prevenção. Essas informações contribuem para compreender o nível de conhecimento dos alunos e orientar estratégias de aprendizado voltadas ao fortalecimento da compreensão sobre a saúde periodontal.

[1] Graduando de Odontologia, FBBR, naiaragaooliveiramartinelli@gmail.com
[2] Graduando de Odontologia, FBBR, hrc.2024@icloud.com
[3] Graduando de Odontologia, FBBR, deboradeaguiarsantos@gmail.com
[4] Docente em Odontologia, FBBR, paulocarvalhor@icloud.com

Palavras-chave: Gengivite. Doença periodontal. Placa bacteriana. Prevenção. Odontologia.

AVALIAÇÃO DO PÉ E DA PISADA: O PAPEL DA FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO DE LESÕES

Railane Santos Vieira[1]; Iuri Silva Lobo[2]; Josiane Moreira Germano[3]

Introdução: O pé humano é uma estrutura anatômica complexa e altamente adaptável, composta por ossos, articulações, ligamentos e músculos, sendo essencial na absorção de impactos e na adaptação a diferentes superfícies durante a marcha. Entre suas principais estruturas está o arco longitudinal medial, frequentemente utilizado na classificação dos tipos de pés. A pisada pode ser dividida em três tipos: pronada, normal e supinada. Objetivo: Analisar a contribuição da fisioterapia, destacando a importância da avaliação para prevenção de disfunções e a correção de alterações biomecânicas relacionadas ao pé e à pisada. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A busca para realização dos resultados ocorreu em outubro de 2025, nas bases de dados Physiotherapy Evidence Database (PEDro) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando-se os seguintes descritores: “Pé x disfunção”, “Fisioterapia x Pé”, “Avaliar x Pisada” e suas respectivas traduções padronizadas nos Descritores em Ciências da Saúde (DECS). Com essa estratégia, houve uma recuperação de um número maior de referências, garantindo a detecção da maioria dos trabalhos publicados dentro dos critérios pré-estabelecidos. Esses foram combinados por meio do operador booleano AND nas consultas. Como critérios de inclusão do estudo foram definidos: artigos publicados na língua portuguesa; no período de 2015 a 2025; e que abordassem a temática sobre pé e pisada. Foram excluídos: teses, dissertações, erratas, cartas, editoriais e comentários do editor, que não abordassem a temática definida e que não estivessem relacionados à fisioterapia. Resultados e discussão: A literatura demonstra que alterações funcionais do pé podem comprometer a biomecânica de toda a extremidade inferior, reforçando a importância da avaliação fisioterapêutica. O fortalecimento dos músculos intrínsecos e o uso adequado de calçados contribuem para prevenir sobrecargas e lesões, especialmente entre corredores. Além disso, padrões como a pronação acentuada e deformidades complexas, incluindo o pé plano valgo adquirido, apresentam origem multifatorial e podem ocorrer mesmo sem lesão do tendão tibial posterior, exigindo abordagem ampla. Nesse contexto, recursos como a baropodometria auxiliam na identificação de picos de pressão e orientam condutas como o uso de órteses. Assim, a avaliação detalhada do pé e da pisada é essencial para a prevenção de disfunções e o direcionamento terapêutico individualizado. Conclusão: A presente revisão de literatura evidenciou que a avaliação fisioterapêutica do pé e da pisada é uma ferramenta essencial para a prática clínica, proporcionando um olhar preventivo e integrativo sobre o movimento humano. Investir em estratégias avaliativas e intervenções precoces favorece não apenas a recuperação funcional, mas também a promoção da saúde

[1] Estudante de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, lanysv@hotmail.com
[2] Fisioterapeuta Pós Graduando em Ortopedia Desportiva pela Escola Nacional de Saúde, driurilobo@gmail.com
[3] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR,josiane.germano@usp.br

e da qualidade de vida dos indivíduos, consolidando a fisioterapia como protagonista na prevenção de disfunções e na manutenção da integridade biomecânica do sistema musculoesquelético.

Palavras-chave: Pé. Alteração. Disfunção. Avaliação. Fisioterapia.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Psicologia

BULLYING ESCOLAR: O SILÊNCIO QUE ECOA NAS SALAS DE AULA

Geovana Maria Fonseca de Oliveira[1]; Nathália Boaventura dos Santos[2]; Renata Santos de Jesus da Cruz Peixoto[3]; Simone Guimarães[4]

O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos e desafios do bullying no contexto escolar, considerando suas implicações emocionais, sociais e pedagógicas para os estudantes e para a dinâmica das instituições de ensino. O bullying caracteriza-se por comportamentos intencionais e repetitivos de intimidação, humilhação e exclusão, que afetam significativamente o bem-estar psicológico e o desenvolvimento social das vítimas. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica qualitativa, com base em estudos recentes sobre a temática, consultando artigos científicos, livros e documentos oficiais que abordam o fenômeno no ambiente educacional. A metodologia adotada permitiu compreender as múltiplas dimensões do bullying e suas repercussões no processo de aprendizagem e nas relações interpessoais entre alunos e professores. Os resultados apontam que o bullying é um fenômeno multifatorial que envolve aspectos individuais, familiares e institucionais, sendo agravado pela ausência de diálogo, pela omissão de testemunhas e pela falta de estratégias preventivas eficazes no espaço escolar. Observou-se que o silêncio das vítimas, motivado pelo medo e pela vergonha, contribui para a perpetuação da violência e dificulta a identificação do problema pelas equipes pedagógicas. A análise evidenciou ainda a importância da atuação conjunta entre escola, família e comunidade na prevenção e enfrentamento desse comportamento, por meio da promoção de práticas pedagógicas humanizadoras, da escuta ativa e do fortalecimento de vínculos afetivos. Destaca-se a necessidade de políticas educacionais que estimulem o respeito à diversidade e a empatia, bem como a capacitação contínua dos profissionais da educação para identificar e intervir em situações de bullying. Conclui-se que combater o bullying no ambiente escolar requer uma abordagem integrada e permanente, voltada para a construção de uma cultura de paz e solidariedade, capaz de romper o ciclo de violência e garantir um espaço seguro e inclusivo para todos os estudantes. Ao reconhecer a gravidade do fenômeno e promover ações efetivas de prevenção, a escola reafirma seu papel social na formação de cidadãos conscientes, empáticos e comprometidos com o respeito mútuo.

Palavras-chave: Bullying. Escola. Violência. Educação. Prevenção.

[1] Graduanda em Psicologia da FBBR, fonsecageo11@gmail.com
[2] Graduanda em Psicologia da FBBR, nathaliaboaventura937@gmail.com
[3] Graduada em Gestão de Recursos Humanos, Graduanda em Psicologia da FBBR, renatas351@gmail.com
[4] Simone Guimarães, Graduada em Psicologia, Mestrado em Educação, Mestranda em Neuropsicologia e Docente da FBBR, simonepsicologa.neuro@gmail.com

"CABEÇAS LIMPAS, MENTES SAUDÁVEIS": A LUDICIDADE COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DA PEDICULOSE INFANTIL

Amanda de Jesus Ferreira Lisboa[1]; Ana Clara Vasconcelos Santos[2]; Cassiane Santana da Silva[3]; Elisvaldo Costa dos Santos[4]; Gabrielly de Almeida Dantas[5]; Giulia Belo dos Santos Almeida[6]; Iasmy de Jesus Aragão[7]; Marisa Alves Ferreira[8]

A pediculose, comumente denominada infestação por piolhos, constitui uma condição parasitária de elevada incidência entre crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, configurando-se como um relevante agravo à saúde pública infantil. Embora não represente risco grave à integridade física, sua ocorrência acarreta desconforto, prurido intenso e repercussões emocionais negativas, sobretudo no âmbito da autoestima e da convivência social. O presente projeto, realizado em 29 de agosto de 2025, na Escola Municipal Hamilton Cerqueira, localizada no município de Cruz das Almas, teve como objetivo promover a conscientização acerca da prevenção e da transmissão da pediculose em crianças, por meio de estratégias lúdicas e educativas adaptadas à faixa etária de 6 a 10 anos. A metodologia empregada consistiu na elaboração e utilização de um banner explicativo e interativo, contendo informações sobre o parasita, sua forma de transmissão, cuidados preventivos e medidas de controle, apresentados em linguagem acessível e compatível com o nível de compreensão do público-alvo. Foram também utilizados cartões dinâmicos contendo conteúdos sobre o ciclo de vida do piolho, sua alimentação, os modos de disseminação e o papel da família na adoção de medidas profiláticas. A proposta estimulou a participação ativa das crianças, que demonstraram interesse, formularam questionamentos e reforçaram o aprendizado por meio da interação. Para consolidar os conhecimentos adquiridos, realizou-se uma atividade prática com a confecção de um cartaz representando o couro cabeludo humano, no qual as crianças preencheram a área com papel picado, simbolizando os fios de cabelo, e colaram figuras de piolhos nos locais correspondentes à infestação. A ação mostrou-se eficaz e bem aceita, evidenciando que abordagens lúdicas são estratégias pedagógicas potentes para a promoção da saúde, favorecendo a assimilação de informações, o desenvolvimento do senso crítico e o fortalecimento da consciência coletiva sobre práticas de higiene. O projeto ressaltou a importância da educação em saúde no ambiente escolar e destacou o papel do enfermeiro enquanto agente transformador, promotor de conhecimento e mediador de práticas preventivas.

[1] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, amandalisboa032@hotmail.com
[2] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, anavasconcelos34@icloud.com
[3] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, cs5752376@gmail.com
[4] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, costaelisvaldo84@gmail.com
[5] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabyalmeidadantas4@gmail.com l
[6] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, giuliabeloalm17@icloud.com
[7] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Iasmyaragao@gmail.com
[8] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br

Palavras-chave: Pediculose. Educação em saúde. Enfermagem.

CÂNCER BUCAL (CAB): UM ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO E A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO ENTRE ACADÊMICOS DA FBBR

Caique Souza Silva[1]; Amanda de Jesus dos Santos[2]; Gustavo Elias dos Santos Pereira[3]; Gustavo Simão de Brito[4]; Eloane Lima Barbosa[5]; Miriana Brito Almeida[6]; Felipe de Jesus Silva[7]

O câncer bucal é uma neoplasia maligna que acomete os tecidos da cavidade oral, incluindo lábios, gengiva, palato, língua e mucosa jugal. Clinicamente, pode apresentar úlceras que não cicatrizam por mais de 15 dias, manchas esbranquiçadas ou avermelhadas e nódulos na boca ou no pescoço. Trata-se de um problema de saúde pública de grande relevância devido às elevadas taxas de morbimortalidade e à detecção tardia dos casos, fatores que impactam diretamente o prognóstico dos pacientes. Entre os principais fatores de risco destacam-se o tabagismo, o consumo excessivo de álcool, a exposição solar prolongada e, mais recentemente, a infecção por cepas oncogênicas do papilomavírus humano (HPV), cuja associação com o desenvolvimento de neoplasias orofaríngeas e de cavidade oral tem sido amplamente investigada. Diante desse cenário, torna-se essencial a ampliação do conhecimento sobre o tema, sobretudo entre futuros profissionais de diferentes áreas, visto que a abordagem multiprofissional é fundamental para a promoção da saúde e o diagnóstico precoce. Este estudo tem como objetivo avaliar o conhecimento dos estudantes do primeiro semestre dos cursos das áreas da Saúde e de Ciências Jurídicas sobre o CaB, destacando a importância da integração entre os campos do saber na prevenção e controle da doença. A metodologia baseou-se na elaboração de um questionário, composto por questões fechadas, voltado à análise do nível de conhecimento dos participantes. Para subsidiar a construção do instrumento, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados SciELO e PubMed, utilizando os artigos mais relevantes publicados nos últimos cinco anos sobre o CaB. Os resultados obtidos a partir do questionário aplicado aos estudantes do primeiro semestre dos cursos da área de Saúde e de Ciências Jurídicas demonstraram um nível de conhecimento considerado bom, mesmo entre alunos que ainda não tiveram contato aprofundado com conteúdos específicos do tema. A classificação das respostas seguiu os critérios: insatisfatório (0 a 7 acertos; <50%), bom (8 a 12 acertos; 50-80%) e excelente (13 a 15 acertos; >80%). A média dos alunos do curso de Direito foi de 8 acertos, enquanto os estudantes dos cursos da área da Saúde – compostos por Enfermagem (15 alunos), Biomedicina (3 alunos), Fisioterapia (9 alunos), Farmácia (6 alunos) e Nutrição (2) – alcançaram média de 9,6 acertos. Ambas as médias enquadram-se na classificação bom, o que indica que, mesmo em fases iniciais da graduação, os participantes apresentam um

[1] Graduando de Odontologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, sabedoriafe6@hotmail.com
[2] Graduando de Odontologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, mandaa.santos05@gmail.com
[3] Graduando de Odontologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gustavoeliasdossantos3@gmail.com
[4] Graduando de Odontologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gubritinho696@gmail.com
[5] Graduando de Odontologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, eloane_lua@hotmail.com
[6] Graduando de Odontologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, mirianabritoalmeida@gmail.com
[7] Professor Mestre, Faculdade Brasileira do Recôncavo, felipeodontoufs@gmail.com

conhecimento satisfatório sobre o tema. Apesar da expectativa de maior pontuação para os cursos da saúde, devido à futura atuação direta na área, não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos analisados. Esse resultado pode estar relacionado com conhecimentos prévios, visto que todos são usuários do Sistema Único de Saúde, e ações de Sala de Espera, Educação permanente, consultas com Cirurgiões-dentistas e Programa Saúde nas Escolas (PSE), podem ter subsidiado os alunos para responderem as questões. Conclui-se que, mesmo sendo um conhecimento específico da área da odontologia, é imprescindível que alunos de outros cursos sejam compartilhadores de conhecimento para a população, ajudando de forma direta e indireta na prevenção do CaB.

Palavras-chave: Câncer bucal. Prevenção. Acadêmicos. Conhecimento. Saúde pública.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE SOBRE A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE E A PREVENÇÃO

Cauane Maia Conceição[1]; Edmilson da Conceição da Silva Filho[2]; Júlia Vitória de Melo Santa Rosa[3]; Laís Almeida da Conceição[4]; Sara Maria Silva dos Santos[5]; Danilo Almeida Brito[6]

O câncer de colo de útero é causado principalmente pela infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV) e afeta a parte inferior do útero. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, aproximadamente 604 mil novos casos e 342 mil mortes ocorrem anualmente. Nos serviços de prevenção da saúde, a enfermagem tem papel fundamental na orientação, na realização do exame preventivo e no acolhimento, reduzindo a mortalidade e garantindo mais qualidade de vida. Visto isso, o objetivo do trabalho foi analisar o conhecimento de diagnóstico precoce e das medidas preventivas no combate ao câncer do colo do útero, mostrando a conscientização e a atuação da saúde. Para isso, foi realizada coleta de dados no CETEP – Recôncavo II, durante uma atividade extensionista intitulada "Vitrine da Saúde", por meio de questionário com perguntas fechadas, sobre o exame Papanicolau, vacina contra HPV e os métodos de prevenção conhecidos e a frequência com que realizam os exames. Dentre as 34 mulheres que responderam, 26 consideram a vacinação contra o HPV, o uso de preservativos e a realização do exame preventivo como medidas de proteção, porém a prevenção do câncer do colo do útero ainda é baixa: 17 realizam o exame a cada 6 meses ou uma vez ao ano. 30 procuram atendimento quando já apresentam sintomas, aumentando o risco de complicações. Os resultados indicam que, apesar do conhecimento básico sobre prevenção, muitas mulheres ainda não realizam o exame com frequência adequada. O Papanicolau é realizado pela coleta de células do colo de útero, que posteriormente são analisadas em laboratórios para identificar alterações celulares. Portanto, reforça-se o papel da enfermagem na educação em saúde, acolhimento e incentivo ao acompanhamento preventivo, contribuindo para a orientação do diagnóstico precoce e redução da mortalidade feminina.

Palavras-chave: HPV. Educação em saúde. Enfermagem. Papanicolau. Saúde da mulher.

[1] Estudante de enfermagem, FBBR, 150230@atmos.edu.br
[2] Estudante de enfermagem, FBBR, edmilsonconceicao349@gmail.com
[3] Estudante de enfermagem, FBBR, jvitoriamelo05@gmail.com
[4] Estudante de enfermagem, FBBR, laisalmeida319@gmail.com
[5] Estudante de enfermagem, FBBR, saramariasilvadossantos@gmail.com
[6] Mestre em Microbiologia, FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

CAPACITAÇÃO DE DISCENTES DO NPJ EM PRIMEIROS SOCORROS E SUPORTE BÁSICO DE VIDA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Adenildes dos Santos Amaral[1]; Alexia Maria Alves Rosa da Silva[2]; Brena Oliveira Silva[3]; Flávia Bloisi Moraes[4]; Gabriela dos Santos Oliveira[5]; Jemima Raissa de Jesus dos Santos[6]; Laiza Nascimento Soares[7]; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[8]

A capacitação continuada de discentes constitui estratégia indispensável para a promoção da segurança e do preparo em situações de emergência no ambiente acadêmico. A habilidade de atuação rápida e adequada frente a eventos como desengasgo, crises convulsivas e necessidade de suporte básico de vida revela-se essencial para a proteção de colegas e profissionais, ressaltando a importância de programas educativos direcionados à emergência em saúde. Este relato descreve a experiência de capacitação desenvolvida junto a discentes do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do curso de Direito, abordando a aquisição de competências teóricas e práticas em primeiros socorros, manobra de desengasgo, atendimento a crises convulsivas e suporte básico de vida. A iniciativa foi conduzida por discentes do curso de Enfermagem, com a supervisão da coordenadora do respectivo curso. O treinamento contemplou exposições teóricas detalhadas sobre protocolos de emergência, complementadas por práticas orientadas, que permitiram aos participantes internalizar procedimentos essenciais. Tal articulação entre teoria e prática favoreceu a consolidação de conhecimentos, bem como a segurança e a confiança na atuação dos discentes em contextos críticos. Observou-se elevado engajamento e assimilação satisfatória dos conteúdos pelos participantes. A capacitação contribuiu para o desenvolvimento de competências técnicas e cognitivas necessárias à intervenção em situações emergenciais, promovendo maior preparo, autoconfiança e senso de responsabilidade frente à segurança no ambiente acadêmico. A experiência evidencia que programas de capacitação em primeiros socorros e suporte básico de vida constituem instrumento eficaz para o fortalecimento do papel do discente como agente de cuidado e proteção. A integração de conhecimentos teóricos com práticas supervisionadas revela-se fundamental para consolidar habilidades que assegurem ambientes acadêmicos mais seguros, preparados e resilientes.

Palavras-chave: Capacitação discente. Primeiros socorros. Suporte básico de vida.

[1] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, adenildes09@icloud.com
[2] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, alexiamariarosa0@gmail.com
[3] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, brenao912@gmail.com
[4] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, fvbloisi@gmail.com
[5] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabbriielaoli@gmail.com
[6] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, jemimasantos386@gmail.com
[7] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, slaiza038@gmail.com
[8] Professora-coordenadora de Enfermagema, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Enfa.danicarvalho@me.com

EIXO 04 • SAÚDE

CAPACITAÇÃO EM CRISE CONVULSIVA E RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR (RCP): UMA AÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FACULDADE BRASILEIRA DO RECÔNCAVO

Larissa Lima Fonseca[1]; Mariana de Almeida Silva[2]; Breno Borges de Araújo[3]; Felipe Pereira Conceição[4]; Isabela Lacerda[5]; Guilherme Conceição[6]; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[7]

A Capacitação NPJ sobre Crise Convulsiva e Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) constituiu uma iniciativa de extensão universitária da Faculdade Brasileira do Recôncavo, realizada nos dias 17/09, 18/09, 24/09 e 25/09, com o objetivo de disseminar conhecimentos essenciais de primeiros socorros para a comunidade acadêmica e o público em geral. A relevância do tema reside na alta incidência de crises convulsivas na população e na necessidade crítica de intervenção imediata e correta em casos de parada cardiorrespiratória, situações que demandam conhecimento prático para a preservação da vida e minimização de sequelas. O evento foi idealizado e conduzido por alunos do curso de Enfermagem, sob a orientação e supervisão da coordenadora e do corpo docente da instituição, reforçando o compromisso social da universidade. Os objetivos primários da ação incluíram capacitar os participantes a reconhecerem os sinais de uma crise convulsiva e de uma parada cardiorrespiratória, bem como a aplicarem as manobras de primeiros socorros de forma segura e eficaz, com foco na RCP de alta qualidade. A metodologia empregada foi eminentemente prática e interativa, utilizando uma combinação de recursos didáticos para otimizar o aprendizado. Foram utilizados slides para a apresentação do conteúdo teórico, bonecos de simulação para a demonstração e prática supervisionada das manobras de RCP, e a incorporação de música para auxiliar na manutenção do ritmo correto das compressões torácicas. Além disso, a promoção de debates e interações diretas fomentou a troca de experiências e o esclarecimento de dúvidas, consolidando o conhecimento de forma dinâmica. O público-alvo, composto por estudantes de Direito e a população em geral, demonstrou grande engajamento, refletindo a universalidade da necessidade de tais conhecimentos. Os resultados da capacitação apontam para uma significativa melhoria na autoconfiança e na capacidade percebida dos participantes em atuar como primeiros socorros em situações de emergência. A discussão dos resultados sublinha a eficácia de metodologias ativas na educação em saúde, especialmente quando aplicadas a temas de urgência e emergência, e a importância da interdisciplinaridade, ao envolver estudantes de Direito, futuros profissionais que podem se deparar com tais situações no âmbito social e legal. Conclui-se que a iniciativa cumpriu seu papel de extensão, promovendo a integração entre universidade e sociedade e

[1] Larissa Lima Fonseca, FBBR, larifon1995@gmail.com
[2] Mariana de Almeida Silva, FBBR, marianadealmeida3@hotmail.com
[3] Breno Borges Araújo, FBBR, breno_borges_araujo@hotmail.com
[4] Felipe Pedreira Conceição, FBBR, madarauno16@gmail.com
[5] Isabela Lacerda, FBBR, bellalacerda005@icloud.com
[6] Guilherme Conceição FBBR, guilherme200conc@gmail.com
[7] Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira, FBBR, daniellaatmos@edu.com.br

capacitando cidadãos para serem agentes ativos na cadeia de sobrevivência, reforçando a missão da Faculdade Brasileira do Recôncavo na formação de profissionais e na promoção da saúde pública.

Palavras-chave: Crise convulsiva. Ressuscitação cardiopulmonar. Primeiros socorros. Extensão universitária. Enfermagem.

CAPACITAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA (SBV): RELATO DE EXPERIÊNCIA COM DISCENTES DE DIREITO

Fabiana Costa Soares dos Santos[1]; Jerusa Santos de Oliveira[2]; Marliete dos Santos Assis[3]; Rainara do Carmo Sacramento[4]; Thaís Nunes da Silva[5]; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[6]

Saber agir em situações de emergência é uma habilidade essencial para todos. O Suporte Básico de Vida (SBV) é crucial, pois permite salvar vidas e desenvolve competências importantes como a empatia, a ética e a capacidade de tomar decisões rápidas. Este conhecimento básico de vida não deve ser restrito a estudantes ou profissionais de saúde, mas sim universalizado para abranger todo o público. Mesmo os estudantes do curso de Direito podem se beneficiar significativamente desse aprendizado, aplicando-o em diferentes contextos do dia a dia. O objetivo deste trabalho é apresentar o relato da experiência de capacitação dos alunos do curso de Direito da FBBR quanto à correta identificação e ao manuseio das manobras de Suporte Básico de Vida (SBV), destacando a importância da eficácia e da sabedoria na execução dessas ações em situações de emergência. Trata-se de um relato de experiência voltado para os discentes do curso de Direito da FBBR, com uma atividade de capacitação com o tema central do suporte básico de vida (SBV), que foi administrada em dois tempos, baseando-se em demonstração temática por meio de slides, elaborada com linguagem acessível e de fácil compreensão, seguida de outra demonstração didática e prática dos procedimentos do Suporte Básico de Vida (SBV). Destaca-se a observação de que a junção teórica e prática permitiu que os discentes fixassem o conteúdo de maneira dinâmica e significativa. Foi perceptível a falta de conhecimentos em identificar e como poder agir mediante um caso de emergência, porém foi perceptível também a interação dos discentes, onde eles puderam tirar suas dúvidas diante da temática e colocaram em prática os conhecimentos que foram adquiridos. Diante disso, podemos concluir que o curso de capacitação demonstrou um impacto significativo, tanto para discentes quanto para facilitadores, ao abordar o manuseio básico e essencial de vida. A experiência foi gratificante e memorável, transformando uma tarde comum em um momento de intenso aprendizado e troca de experiências.

Palavras-chave: Suporte básico de vida. Educação em Saúde. Primeiros socorros.

[1] Graduanda de Enfermagem, FBBR, costafabiana97709@gmail.com
[2] Graduanda de Enfermagem, FBBR, jerusasantos.deby@gmail.com
[3] Graduanda de Enfermagem, FBBR, marlieteassis219@gmail.com
[4] Graduanda de Enfermagem, FBBR, rainarasacramento15@gmail.com
[5] Graduanda de Enfermagem, FBBR, thaisnunesdasilva17@gmail.com
[6] Coordenadora do Curso de Enfermagem, FBBR, enfa.danicarvalho@me.com

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Odontologia

CAVIDADE ORAL E SUAS FUNÇÕES: O CONHECIMENTO HISTOLÓGICO DOS ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA DA FBBR

Emilly dos Santos da Fé[1]; Eloane Lima Barbosa[2]; Verônica Vieira dos Santos[3]; Vitória dos Santos Cruz[4]; Danilo Almeida Brito[5]; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos[6]

A cavidade oral é a região inicial do sistema digestivo, responsável por funções essenciais como a mastigação, deglutição, fonação, respiração e percepção do paladar. É composta por diferentes tecidos, como mucosa, gengiva, língua, dentes e glândulas salivares, que atuam de forma integrada para manter o equilíbrio da saúde bucal e geral do organismo. Diante disso, a presente pesquisa teve como objetivo investigar o conhecimento dos estudantes de odontologia sobre os tecidos da cavidade oral e suas respectivas funções. Buscou-se identificar a compreensão sobre os tipos de tecidos, avaliar o entendimento da origem embrionária e mensurar a capacidade de associação entre estrutura e função, relacionando-as aos procedimentos odontológicos. Para alcançar tais objetivos, foi realizada uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, utilizando um formulário online elaborado no Google Forms, distribuído via aplicativo WhatsApp a alunos do curso de Odontologia do primeiro e segundo semestres. O questionário continha questões fechadas sobre a cavidade oral, seus tecidos e funções. Foram obtidas 15 respostas válidas, nas quais se observou que 12 alunos responderam corretamente a respeito dos tecidos que compõem a mucosa, saliva, dentina e língua, enquanto apenas 6 conseguiram associar corretamente a lista de tecidos às suas funções. Ao comparar o desempenho entre os semestres, verificou-se que os alunos do primeiro semestre apresentaram percentual de acertos entre 33% e 67%, enquanto os do segundo semestre alcançaram entre 67% e 89%. Os resultados indicam que, embora os alunos consigam identificar estruturas e componentes da cavidade oral, ainda há dificuldade em correlacionar função e tecido, o que é essencial para a prática clínica. Essa constatação reforça a necessidade de promover exercícios integrativos e atividades práticas desde os primeiros semestres do curso. Conclui-se que compreender a anatomia e as funções da cavidade oral é fundamental para a formação acadêmica do cirurgião-dentista, pois proporciona base teórica e prática indispensável ao desenvolvimento profissional e à qualidade do atendimento odontológico.

Palavras-chave: Tecidos bucais. Formação acadêmica. Histologia oral. Anatomia.

[1] Graduanda de Odontologia, FBBR, 2425millys@gmail.com
[2] Graduanda de Odontologia, FBBR, eloane_lua@hotmail.com
[3] Graduanda de Odontologia, FBBR, veronica.vvsantos22@gmail.com
[4] Graduanda de Odontologia, FBBR, vitoriacrzz@icloud.com
[5] Mestre em Microbiologia, Professor FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com
[6] Mestre em Microbiologia, Professor FBBR, paulocarvalhor@icloud.com

CICLO CELULAR E CÂNCER: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SAÚDE

Leandro Conceição[1]; Maria Beatriz Sá Souza de Sousa[2]; Mateus de Jesus Fonseca França[3]; Brena Oliveira Silva[4]; Felipe dos Santos Teixeira[5]; Júlia Fonseca Cavalcante[6]; João Vitor Pereira Vieira[7]; Fernanda dos Santos Nascimento[8]; Danilo Almeida Brito[9]; Zanon Santana Gonçalves[10]

O câncer é uma doença causada pelo descontrole da divisão celular, resultante da superativação de oncogenes ou da inativação de genes supressores tumorais, podendo ocorrer principalmente durante a interfase, etapa essencial do ciclo celular. No Brasil, para o triênio 2023-2025, o Instituto Nacional de Câncer (INCA) estima cerca de 704 mil novos casos por ano, evidenciando a importância do tema para a saúde pública e a necessidade de formação adequada de profissionais da saúde. O domínio dos conceitos de Biologia Celular e a compreensão da relação entre o funcionamento celular e o desenvolvimento do câncer são fundamentais para orientar ações de prevenção, diagnóstico precoce e controle da doença, além de subsidiar políticas públicas e o uso eficiente dos recursos do sistema de saúde. A pesquisa teve como objetivo investigar o conhecimento da comunidade acadêmica da área da saúde sobre a relação entre os mecanismos da divisão celular e o surgimento do câncer. Para isso, foi aplicado um questionário online, elaborado no Google Formulários e enviado via WhatsApp, direcionado a estudantes dos cursos da área da saúde. O questionário continha três questões fechadas sobre divisão celular e sua relação com o câncer. Foram obtidas 18 respostas; 12 participantes diferenciaram corretamente mitose e meiose e reconheceram a interfase como a fase mais propensa ao surgimento de alterações celulares associadas ao câncer. Os cursos de Farmácia, Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia apresentaram melhor desempenho, enquanto Psicologia e Odontologia demonstraram menor conhecimento sobre o tema. A informação teórica é essencial para a capacitação dos profissionais da saúde, especialmente nos cursos de Fisioterapia, nas disciplinas de Biologia Celular e Molecular, Histologia e Embriologia, Fisiologia Humana, Genética

[1] 1Graduando em Fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR, conceicaoleandro626@gmail.com
[2] 2Graduando em Fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR, b21trix@gmail.com
[3] Graduando em Fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR, Mateusfonseca101@gmail.com
[4] 4Graduando em Fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR, brenao912@gmail.com
[5] 6Graduando em Fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR, felipedossantosteixeira34@gmail.com
[6] Graduando em Fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo– FBBR, fonsecajulia952@gmail.com
[7] Graduando em Fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR, vitorvieirap.90@gmail.com
[8] Doutora em Biotecnologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernanda.santos@atmos.edu.br
[9] Mestre em microbiologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, danilo.a.brito@hotmail.com
[10] Doutor em Genética e Biologia Molecular, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, zyarck@gmail.com

Humana e Imunologia. Embora a maioria dos estudantes compreenda as diferenças entre mitose e meiose, ainda existem lacunas no entendimento do ciclo celular e sua relação com o câncer. Observa-se, portanto, a necessidade de reforço no ensino dessa temática, principalmente em cursos como Psicologia e Odontologia, a fim de aprimorar a compreensão dos processos celulares envolvidos no desenvolvimento do câncer.

Palavras-chave: Formação. Prevenção. Saúde pública. Conhecimento. Profissional de saúde.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Fisioterapia

COMO REALIZAR PRÁTICAS AVALIATIVAS NA FISIOTERAPIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Nathália de Oliveira Nascimento[1]; Pauliran Honório da Silva[2]; Marcela dos Santos Conceição[3]; Ana Clara da Conceição Santana[4]; Denise Gonçalves Silva[5]; Stefane Sampaio da Silva[6]; Gabriel de Almeida Nunes[7]; Yuri Moura Mata Martins[8]

A avaliação fisioterapêutica é o primeiro e mais importante passo do atendimento fisioterapêutico. Ela consiste em um processo sistemático de coleta e análise de informações sobre o paciente, com a função de identificar alterações no movimento, na função e nas capacidades físicas, além de compreender como essas alterações afetam sua qualidade de vida. Esse processo se define em 5 etapas: importância da anamnese; técnicas de inspeção postural; palpação; como preencher e organizar um prontuário; avaliação contínua e tomada de decisão terapêutica. O objetivo principal foi desenvolver um vídeo educativo de curta duração que demonstrasse de forma objetiva e ressaltasse os pontos primordiais das práticas avaliativas da fisioterapia. Trata-se de um relato de experiência da construção de um vídeo educativo de curta duração acerca da avaliação fisioterapêutica. Para isso foram realizadas algumas etapas: foi aplicado o teste de TUG - Timed Up and Go, inspeção postural, palpação de ombro, a importância da anamnese, e como preencher e organizar um prontuário eletrônico. Esse trabalho foi desenvolvido no componente curricular Bases e Métodos de Avaliação Fisioterapêutica – turma do 5º Semestre 2025.2. As atividades realizadas permitiram compreender a importância de cada etapa da avaliação fisioterapêutica. O teste TUG identifica limitações na marcha e equilíbrio; a inspeção postural revela alterações no alinhamento corporal; e a palpação detecta pontos de dor e tensão muscular. A anamnese possibilita conhecer o histórico do paciente, e o uso do prontuário eletrônico destaca a relevância do registro detalhado para o acompanhamento e planejamento terapêutico. Portanto, o desenvolvimento do trabalho tem como principal função mostrar como é importante compreender o passo a passo das práticas avaliativas da fisioterapia para que haja uma eficiência no atendimento clínico que possa trazer resultados significativos que visem melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

Palavras-chave: Funcionalidade. Qualidade de vida. Reabilitação.

[1] Graduação em Fisioterapia, FBBR, no8233172@gmail.com
[2] Graduação em Fisioterapia, FBBR, pauliranhonoriodasilva@gmail.com
[3] Graduação em Fisioterapia, FBBR, Marcelaventura507@hotmail.com
[4] Graduação em Fisioterapia, FBBR, anaclaraconceic@gmail.com
[5] Graduação em Fisioterapia, FBBR, denisegs2709@gmail.com
[6] Graduação em Fisioterapia, FBBR, Stefanesampaio256@gmail.com
[7] Graduação em Fisioterapia, FBBR, Gabriel.nines270802@gmail.com
[8] Docente Fisioterapeuta, FBBR, yuremourafisio@gmail.com

EIXO 04 • SAÚDE

COMPREENSÃO E ADESÃO À VACINAÇÃO: PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO FRENTE ÀS VACINAS

Erica Machado de Jesus Lira; Maria Eduarda de Jesus dos Santos; Iasmin de Jesus Santos; Catarine Nunes Batista da Silva; Letícia Santiago Marques; Marisa Alves Ferreira[1]; Fernanda dos Santos Nascimento[2]

As vacinas figuram entre as estratégias mais seguras e eficazes para a prevenção de doenças infecciosas, atuando na preparação do sistema imunológico contra agentes patogênicos sem causar a doença. Apesar de seu reconhecido papel na promoção da saúde coletiva, ainda existem casos de resistência, hesitação e desinformação, que comprometem a imunização em massa e elevam o risco de surtos. O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção e o comportamento da população quanto à importância da vacinação, identificando fatores associados à adesão e à atualização vacinal. Para isso, foi aplicado um questionário on-line elaborado no Google Forms, divulgado entre estudantes e membros da comunidade externa, abordando temas relacionados à confiança, atualização vacinal e influência das fake news. Participaram do estudo 117 respondentes, majoritariamente do sexo feminino (70,9%) e com bom nível educacional. Os resultados mostraram que 82,9% dos participantes declararam confiar nas vacinas, e 96,6% reconheceram sua importância na prevenção de doenças. No entanto, apenas 67,5% afirmaram manter o cartão de vacinação atualizado, e 32,5% admitiram já ter deixado de se vacinar por influência de informações falsas. Além disso, 77,8% dos entrevistados consideraram as campanhas educativas como ferramentas eficazes para ampliar a adesão vacinal. Conclui-se que, embora a população demonstre alta confiança e consciência sobre o papel das vacinas, ainda há lacunas na atualização vacinal e na resistência influenciada por desinformação. Os resultados reforçam a necessidade de ações educativas contínuas, promovendo uma comunicação clara e baseada em evidências científicas, essencial para fortalecer a imunização coletiva e a saúde pública.

Palavras-chave: Imunização. Saúde pública. Fake news. Educação em saúde. Hesitação vacinal.

[1] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br

[2] Doutora em Biotecnologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernanda.santos@atmos.edu.br

COMUNIDADE ESCOLAR E A DIABETES: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES NUMA AÇÃO EXTENSIONISTA

Amanda Rodrigues da Silva[1]; Beatriz Boaventura Assis[2]; Bianca Marques da França da Cruz[3]; Lívia de Almeida de Jesus[4]; Maíse Alves da Conceição Teixeira[5]; Rebeca Ferreira dos Santos Silva[6]; Tamires Regina Silva Santos[7]; Thayná Victória Melo Fagundes[8]; Danilo Almeida Brito[9]

A diabetes mellitus é uma doença crônica indicada por níveis elevados de glicose no sangue, decorrente da produção de pouca ou de incapacidade de produzir insulina. Atualmente, no Brasil, 10,5% da população nacional convive com a diabetes, causada pelo mau estilo de vida ou por fatores genéticos. O conhecimento sobre a doença é fundamental, sobretudo que a informação seja compartilhada de forma cada vez mais acessível para todas as pessoas. Nessa perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo identificar o perfil sociodemográfico, hábitos de vida, histórico familiar e nível de conhecimento de um grupo de participantes, em relação à diabetes mellitus. Para isso, durante a feira de saúde intitulada “Vitrine da Saúde”, foi aplicado um questionário com perguntas de múltipla escolha sobre o conhecimento da comunidade escolar sobre o tema. Dentre os 28 participantes que responderam, 23 já ouviram falar sobre diabetes; desse quantitativo, 21 sabem citar sinais ou sintomas da diabetes; 14 responderam que raramente consomem alimentos ricos em açúcar (refrigerante, bolo, doces), 7 consomem todos os dias e 6, dois a três vezes por semana; 17 não consideram que têm informações suficientes sobre a doença. 17 dos participantes não possuem conhecimento suficiente sobre a doença crônica, que se tem tornado cada vez mais comum, essa falta de informação dificulta a prevenção e diagnóstico precoce, destacando a relevância da educação em saúde para melhorar a qualidade de vida da população. A diabetes tipo II é uma patologia em que o corpo não consegue usar a insulina corretamente fazendo com que a glicose se acumule no sangue, sendo assim é possível preveni-la com hábitos saudáveis. Os resultados alcançados foram importantes para demonstrar como é essencial a divulgação do conhecimento através da conscientização. Portanto, estratégias como a Vitrine da Saúde, com ações educativas para avaliar o conhecimento e propagar estratégias de prevenção à diabetes para a comunidade, mostram-se essenciais.

Palavras-chave: Diabetes mellitus. Educação em saúde. Prevenção.

[1] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, amandarodriiigues@gmail.com
[2] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, 139333@atmos.edu.br
[3] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, biancaiasd18@gmail.com
[4] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, liiadejesuslb@gmail.com
[5] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, maiset30@icloud.com
[6] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rebeccasilva448@gmail.com
[7] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, tamiresreginasilvasantos@gmail.com
[8] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, taynamelomeloaz@gmail.com
[9] Mestre em Microbiologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, microbiologiafbbr@gmail.com

CONHECIMENTO ACADÊMICO E SUA RELEVÂNCIA NO ESTUDO DAS SÍNDROMES CROMOSSÔMICAS

Evelin Pinto Magalhães[1]; Geovana Silva de Jesus[2]; Joana Angelica Portugal dos Santos[3]; Julia Aquino Santos de Jesus[4]; Larissa da Rocha Marquez Sousa[5]; Larissa do Carmo da Silva[6]; Samara Sardinha Monteiro[7]; Fernanda dos Santos Nascimento[8]; Zanon Santana Gonçalves[9]; Danilo Almeida Brito[10]

As mutações cromossômicas são alterações que afetam a quantidade ou a estrutura dos cromossomos. Quando envolvem todo o conjunto cromossômico, são chamadas de euploidias; quando atingem apenas um ou alguns cromossomos, recebem o nome de aneuploidias, associadas a síndromes como Down, Turner e Klinefelter. O estudo dessas alterações é essencial, pois orienta práticas seguras e eficazes. Na fisioterapia, o conhecimento sobre as síndromes cromossômicas auxilia na reabilitação e na melhora da qualidade de vida; na nutrição, contribui para uma alimentação equilibrada e para a prevenção de doenças; e na farmácia, garante o uso correto e seguro dos medicamentos. Assim, o saber científico une ciência e cuidado humano, promovendo saúde e bem-estar. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo investigar o conhecimento da comunidade acadêmica da área da saúde sobre síndromes cromossômicas e suas implicações na saúde humana. Para isso, foi feita a coleta de dados, que ocorreu na instituição FBBR, com estudantes de diferentes cursos da área da saúde e variados semestres. Os participantes responderam voluntariamente a um formulário no Google Forms, acessado pelo link do QR Code disponibilizado no ambiente acadêmico. A pesquisa contou com 35 estudantes da área da saúde; 32 afirmaram já ter tido contato com conteúdo sobre genética e síndromes cromossômicas, reconhecendo a importância do tema para a prática profissional, e dezoito participantes souberam identificar o exame de cariótipo como método diagnóstico. E dezessete associaram corretamente a síndrome de Turner à infertilidade e dezenove relacionaram a síndrome de Klinefelter à mesma

[1] Graduanda em fisioterapia, na Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR-magalhaesevelin10@gmail.com
[2] Graduanda em fisioterapia, na Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR-geosilv04@gmail.com
[3] Graduanda em fisioterapia, na Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR-joanittaportugal11@gmail.com
[4] Graduanda em fisioterapia, na Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR-juliaaquinoaquino12@gmail.com
[5] Graduanda em nutrição, na Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR-Nutrilarissarocha@gmail.com
[6] Graduanda em fisioterapia, na Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR-larissacsilva2202@gmail.com l
[7] Graduanda em farmácia, na Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR-monteirosardinha48@gmail.com
[8] Doutora em Biotecnologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernanda.santos@atmos.edu.br
[9] Doutor em Genética e Biologia Molecular, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, zyarck@gmail.com
[10] Mestre em microbiologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, danilo.a.brito@hotmail.com

condição. O diagnóstico por exame de cariótipo é realizado com amostras de sangue ou líquido amniótico, onde as células são cultivadas e analisadas sob um microscópio. O diagnóstico precoce é crucial, pois permite intervenções que melhoram a qualidade de vida do paciente e ajudam no planejamento familiar. Para os profissionais de saúde, conhecer essa técnica é fundamental para oferecer aconselhamento genético, discutir tratamentos e fornecer suporte emocional às famílias. Dessa forma, observa-se que o conhecimento acadêmico sobre as síndromes cromossômicas é relevante não apenas para o entendimento teórico, mas também para a atuação prática dos futuros profissionais. Logo, investir em estratégias pedagógicas e ampliar atividades em componentes curriculares que discutam genética é essencial para promover uma formação mais completa e humanizada.

Palavras-chave: Mutações cromossômicas. Comunidade acadêmica. Saúde humana.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE CÂNCER DE MAMA E DE COLO DO ÚTERO

Anna Isabel de Oliveira Conceição[1]; Cinara Santos Neres[2]; Ivete Lima Fonseca[3]; Paulo Márcio de Oliveira Santos Junior[4]; Raquel Caldas Pedreira[5]; Thainá Santos Aragão[6]; Zaira de Jesus Silva Brito[7]; Danilo Almeida Brito[8]

Câncer de mama é uma neoplasia que se origina nas células da mama e pode se manifestar como nódulo, alteração na pele ou secreção pelos mamilos. Já o câncer de colo do útero é um câncer causado pela infecção do HPV e afeta o tecido uterino. Em 2023, foram estimados 73.610 novos casos de cânceres de mama, com um risco de 66,54 casos a cada 100 mil mulheres. Para a formação dos profissionais de enfermagem, entender essas doenças é fundamental, pois eles desempenham um papel importante no cuidado e orientação dos pacientes. Visto isso, esse trabalho objetivou realizar uma análise de dados sobre câncer de mama e colo do útero, focando a importância da prevenção e detecção precoce com os estudantes do CETEP-Alberto Torres II. Para isso, construímos um formulário que foi pensado e elaborado em equipe, foi disponibilizado impresso e teve 7 questões respondidas sobre o tema e foi aplicado durante a ação extensionista intitulada “Vitrine da Saúde”. Responderam ao formulário 19 pessoas; 10 participantes indicaram que têm históricos de câncer de mama e colo do útero na família. Quanto ao câncer de colo do útero, 19 participantes reconhecem a relevância do exame Papanicolau e da vacinação contra o HPV como estratégia de prevenção. Outros 15 participantes indicaram que a adesão a esses exames é fundamental para reduzir a mortalidade. Dentre as estratégias de prevenção mais relevantes e citadas nesse estudo, está a realização do Papanicolau, que é um exame feito em um consultório médico com os pacientes na posição ginecológica, é fundamental para a detecção precoce de alterações celulares que podem indicar o câncer do colo do útero. Segundo dados da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, em 2021 cerca de 60% das mulheres elegíveis realizam o exame Papanicolau, embora o ideal seja uma cobertura próxima de 100%. Concluímos com esses dados que há a necessidade de mais campanhas de conscientização sobre a saúde da mulher, promovendo informações sobre hábitos e a importância da realização de exames regulares para o cuidado da saúde na prevenção, diagnóstico precoce e o tratamento. Além disso, é crucial a presença do enfermeiro como agente da educação em saúde presente em todos os contextos sociais, sobretudo na comunidade escolar.

[1] Graduando de enfermagem, FBBR, Annaisabelconceicao@gmail.com
[2] Graduando de enfermagem, FBBR, Nerycinara28@gmail.com
[3] Graduando de enfermagem, FBBR, Ivetecavalcante833@gmail.com
[4] Graduando de enfermagem, FBBR, Pauloenfermagem2@gmail.com
[5] Graduando de enfermagem, FBBR, Pastora.raquel36@gmail.com
[6] Graduando de enfermagem, FBBR, Thayaragao78@gmail.com
[7] Graduando de enfermagem, FBBR, Zairasilva758@gmail.com
[8] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

Palavras-chave: Câncer. Prevenção. Enfermagem.

CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À SÍFILIS

Juliane Santos Souza[1]; Gabriela Mota da Silva[2]; Maíra dos Santos Oliveira de Jesus[3]; Raiane Sampaio dos Santos[4]; Joice Moreira da Cruz Carvalho[5]; Camylli Rocha[6]; Isabele Vitória Fernandes da Mota[7]; Marisa Alves Ferreira[8]; Danilo Almeida Brito[9]; Zanon Santana Gonçalves[10]

A sífilis destaca-se como uma das ISTs mais comuns. Trata-se da infecção causada pela bactéria *Treponema pallidum*, que apresenta diferentes estágios clínicos e, se não tratada, pode causar complicações graves, inclusive neurológicas e cardiovasculares. Na Bahia, segundo dados de 2024 da Secretaria de Saúde do Estado (SESAB), foram notificados 10.279 casos de sífilis, o que reforça a necessidade de ações educativas contínuas e estratégias de prevenção voltadas à população. A educação em saúde tem papel essencial na formação do enfermeiro, e permite que ele atue como agente transformador, estimulando o autocuidado e a adoção de práticas seguras para o bem-estar coletivo. Visto isso, este trabalho tem como objetivo avaliar o conhecimento da população sobre métodos preventivos, formas de tratamento e importância das ações educativas relacionadas às ISTs. Para isso, foi realizada uma ação educativa chamada “Vitrine da Saúde”, com o tema Saúde da Mulher e do Homem: estratégias de prevenção e enfrentamento das ISTs, com destaque para o controle e combate à sífilis, no CETEP Alberto Tôrres II. Durante a atividade, foi realizada aplicação de um questionário estruturado com perguntas objetivas sobre as estratégias de controle e tratamento de ISTs. Foram obtidas 26 respostas, de indivíduos com idades entre 18 e 58 anos, sendo 24 mulheres e 2 homens. Todos os participantes reconheceram o uso do preservativo como principal forma de prevenção das ISTs, 22 participantes consideraram muito importante a realização de testes rápidos e exames regulares. Verificou-se também que 19 participantes sabem que o tratamento da sífilis é disponibilizado gratuitamente pelo SUS, o que reflete a efetividade das campanhas informativas. Em contrapartida, 3 participantes desconhecem a importância da vacinação contra o HPV e outras medidas preventivas complementares. O tratamento da sífilis, que é disponibilizado pelo SUS, consiste na testagem rápida, orientação,

[1] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, julianesantos05@gmail.com
[2] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabybass007@gmail.com
[3] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, mairasantos8019@gmail.com
[4] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rhaysilva274@gamail.com
[5] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joycarv.jc@hotmail.com
[6] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, camylli.nurse@gmail.com
[7] Estudante do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, isabelevitoria1819@gmail.com
[8] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br
[9] Professor do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, 143063@atmos.edu.br
[10] Professor do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, microbiologiafbbr@gmail.com

notificação dos casos e administração da penicilina benzatina, conforme protocolo do Ministério da Saúde, garantindo acompanhamento e cura da doença quando o tratamento é realizado corretamente. Concluímos que iniciativas de educação em saúde sobre ISTs são fundamentais para ampliar o conhecimento da população, reduzir estigmas associados a essas patologias e fortalecer o acesso aos serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento, especialmente no que se refere à sífilis, cuja taxa de incidência ainda representa um desafio para a saúde pública.

Palavras-chave: ISTs. Enfermagem. Educação em saúde.

CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE FORMAS DE TRANSMISSÃO, PREVENÇÃO E OS IMPACTOS EMOCIONAIS RELACIONADOS AO DIAGNÓSTICO DE ISTS

Bruna Nascimento Sampaio[1]; Beatriz da Conceição Vasconcelos[2]; Iasmim Rocha Araújo[3]; Iris dos Santos Sampaio[4]; Mizaele Santos da Silva[5]; Danilo Almeida Brito[6]

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) são doenças causadas por diversos microrganismos, como vírus, bactérias e fungos, que são transmitidos principalmente por meio do contato sexual desprotegido. Entre as ISTs mais prevalentes estão o HIV, a sífilis, o HPV, a gonorreia e a clamídia. De acordo com dados da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB), a sífilis e o HIV continuam entre as mais notificadas no estado, o que reforça a importância de campanhas de prevenção e conscientização contínuas. A enfermagem desempenha papel essencial nesse processo, pois o profissional dessa área atua diretamente na educação em saúde, acolhimento emocional e orientação preventiva, contribuindo para reduzir o número de novos casos e promover uma abordagem humanizada junto à população. Visto isso, essa pesquisa sobre conscientização e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (ISTs) teve como objetivo identificar o nível de conhecimento da população sobre formas de transmissão, prevenção e os impactos emocionais relacionados a essas infecções. Para isso, foram aplicados questionários durante a ação extensionista intitulada “Vitrine da Saúde”, realizada no CETEP-Recôncavo II. O instrumento de coleta de dados continha perguntas sobre riscos em relações sexuais sem preservativo, transmissão durante a gravidez e percepção emocional diante de um diagnóstico. Foram obtidas 30 respostas; destas, 26 participantes indicaram reconhecer o HIV, a sífilis e o HPV como ISTs de alto risco, demonstrando bom entendimento sobre a importância do uso de preservativos. Cerca de 3 participantes confundiram doenças como dengue e hipertensão com ISTs, indicando a necessidade de reforçar ações educativas. Em relação aos riscos durante a gravidez, 23 participantes identificaram corretamente sífilis e HIV como infecções que podem ser transmitidas de mãe para filho, enquanto 7 participantes ainda associaram incorretamente doenças respiratórias, como gripe e H1N1. Quanto ao impacto emocional, 18 participantes afirmaram que um diagnóstico de IST pode gerar ansiedade, medo ou tristeza, e 9 participantes disseram que poderia levar ao isolamento social ou depressão, mostrando que o tema ainda está cercado de estigma e insegurança emocional. De modo geral, a análise evidencia que o público apresenta bom conhecimento sobre as ISTs, mas ainda existem lacunas informativas que devem ser trabalhadas por meio de ações educativas contínuas, incentivando o uso do preservativo, a realização de exames periódicos e o

[1] Graduanda em enfermagem, Bruna Nascimento Sampaio, brunasampaio374@gmail.com
[2] Graduanda em enfermagem, Beatriz Conceição Vasconcelos, Beatrizvasconcelos05@icloud.com
[3] Graduanda em enfermagem, Iasmin Rocha Araújo, Araujoiasmim659@gmail.com
[4] Graduanda em enfermagem, Iris dos Santos Sampaio, Iris78653@gmail.com
[5] Graduanda em enfermagem, Mizaele Santos da Silva, mizaelesantos47@gmail.com
[6] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

acolhimento emocional das pessoas afetadas. Conclui-se que se faz necessária a presença do profissional de enfermagem como agente de educação e saúde para colaborar na transmissão de informações claras e acessíveis sobre estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento das ISTs.

Palavras-chave: Conscientização. Educação. Saúde sexual. Enfermagem.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE OS FATORES DE RISCO E A PREVENÇÃO DO DIABETES EM JOVENS E ADULTOS

Deisiane Souza da Silva[1]; Janeide do Carmo Souza[2]; Miqueias Nunes de Jesus Araújo[3]; Samara dos Santos Pereira[4]; Thassio Sales Ferreira[5]; Danilo Almeida Brito[6]

O diabetes é uma doença crônica caracterizada pelo aumento dos níveis de glicose no sangue. Esse problema de saúde tem se tornado cada vez mais comum entre jovens e adultos devido a fatores como má alimentação, sedentarismo e histórico familiar. A prevenção é fundamental, pois hábitos saudáveis como a prática regular de atividades físicas e uma alimentação equilibrada podem reduzir o risco de desenvolver a doença. É de suma importância conscientizar a população sobre as medidas preventivas que promovam qualidade de vida e evitem complicações associadas ao diabetes. Visto isso, o objetivo desse trabalho é analisar os fatores que influenciam o desenvolvimento do diabetes em jovens e adultos, bem como as estratégias de prevenção e controle que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida desses indivíduos. Para isso, foi aplicado um questionário com perguntas relacionadas ao diabetes durante a execução do evento extensionista intitulado “Vitrine da Saúde”, que foi respondido por jovens e adultos presentes no local. Foram coletadas 25 respostas; 20 dos participantes não souberam diferenciar o diabetes tipo 1 do tipo 2, esse resultado é considerado relevante pois demonstra a falta de conhecimento sobre as diferenças entre os tipos da doença. O questionário evidenciou que 20 pessoas desconhecem aspectos importantes sobre o diabetes, como tipos, sintomas e prevenção. Fica claro que é necessário ampliar a educação sobre a doença principalmente em escolas e na comunidade, promovendo maior conscientização e práticas de autocuidado. Os resultados indicam uma significativa falta de conhecimento entre os participantes sobre as diferenças entre o diabete mellitus tipo 1 e tipo 2, o que pode dificultar a prevenção e diagnóstico precoce. Segundo Pinto e Grossi (2018), a falta de informação sobre o diabete ainda é um desafio, especialmente entre jovens e adultos, o que contribui para o diagnóstico tardio e o aumento das complicações associadas à doença. Conclui-se com esses dados a importância de mais ações educativas voltadas para a promoção da saúde e conscientização da população sobre o diabetes.

Palavras-chave: Conscientização. Educação em saúde. Doenças crônicas.

[1] Graduanda em Enfermagem- FBBR- Faculdade Brasileira do Recôncavo - deisesouza575@gmail.com
[2] Graduanda em Enfermagem- FBBR - Faculdade Brasileira do Recôncavo - janeidesouzza19@gmail.com
[3] Graduando em Enfermagem- FBBR - Faculdade Brasileira do Recôncavo –-mil1001.nunes@gmail.com
[4] Graduanda em Enfermagem- FBBR- Faculdade Brasileira do Recôncavo- sampereira034@gmail.com
[5] Graduando em Enfermagem – FBBR – Faculdade Brasileira do Recôncavo – thassioferreira41@gmail.com
[6] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM FORMAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS E RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO DE ANTIBIÓTICOS

Anna Isabel de Oliveira Conceição[1]; Zaira de Jesus Silva Brito[2]; Thainá Santos Aragão[3]; Ivete Lima Fonseca[4]; Luciana Leite Souza[5]; Raquel Caldas Pedreira[6]; Paulo Márcio de Oliveira Santos Junior[7]; Danilo Almeida Brito[8]

Os antibióticos são substâncias capazes de eliminar ou impedir a multiplicação de bactérias. De acordo com o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), mantido pela Anvisa, são consumidas 9,8 a 12,9 doses diárias de antibiótico definidas por 1 000 habitantes/dia, dado que indica aumento do consumo médio desse fármaco. Esse tema é vital para a formação do profissional de enfermagem, afinal ele será agente de informação dos pacientes sobre os riscos da automedicação por antibióticos. Visto isso, o objetivo desse estudo foi analisar o nível de conhecimento dos estudantes sobre a prescrição de antibióticos, as suas atitudes em relação à automedicação e identificar fatores que influenciam suas decisões quanto ao uso inadequado ou interrupção do tratamento. Para a coleta de dados, foi elaborado um formulário no Google Forms contendo três perguntas objetivas, disponibilizado em grupos virtuais de todos os cursos da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). As perguntas abordaram os seguintes aspectos: hábito de leitura da bula dos antibióticos, frequência de uso sem prescrição médica e principais motivações para a automedicação. Dentre as 134 pessoas do ensino superior pesquisadas com relação ao uso de antibióticos, cerca de 75% dos estudantes não consultam a bula, 43,3% costumam tomar antibióticos sem prescrição médica e 97% das pessoas responderam que são motivadas a tomar antibióticos por dores intensas. Com base nos resultados obtidos, as atitudes relatadas pelos participantes são agravadas pela possibilidade de venda dos antibióticos em farmácias sem prescrição médica, logo aumenta a automedicação, postura que é perigosa, pois aumenta a resistência bacteriana e inviabiliza o uso desses antibióticos em novos quadros de infecção. Portanto, é essencial promover a educação e o controle para o uso correto desses medicamentos, visando proteger a população e manter a eficácia destes medicamentos.

Palavras-chave: Medicamentos. Prescrição médica. Imunidade. Resistência bacteriana.

[1] Annaisabelconceicao@gmail.com
[2] Zairasilva758@gmail.com
[3] Thayaragao78@gmail.com
[4] Ivetecavalcante833@gmail.com
[5] lucyannaleyty@gmail.com
[6] pastora.raquel36@gmail.com
[7] Pauloenfermagem2@gmail.com
[8] microbiologiafbbr@gmail.com

CONSCIÊNCIA E PREVENÇÃO DO CÂNCER: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR SOBRE FATORES DE RISCO, DETECÇÃO PRECOCE E HÁBITOS SAUDÁVEIS

Beatriz Barbosa dos Santos Santos[1]; Emilly Sophia da Silva Borba[2]; Paulo Henrique Magalhães da Silva[3]; Tainá Souza Peixoto[4]; Victoria Maria Neiva Sampaio[5]; Yan Santana Souza[6]; Fernanda dos Santos Nascimento[7]; Marisa Alves Ferreira[8]

O câncer é uma das principais causas de morbidade e mortalidade no mundo, caracterizando-se pelo crescimento descontrolado de células anormais, resultante de alterações genéticas que comprometem os mecanismos de regulação do ciclo celular. Fatores ambientais, comportamentais e genéticos contribuem para o surgimento e a progressão da doença, reforçando a importância da prevenção, do diagnóstico precoce e da adoção de hábitos de vida saudáveis. Este estudo teve como objetivo avaliar o conhecimento e a percepção de estudantes do ensino superior sobre a conscientização e prevenção do câncer, considerando fatores de risco, estratégias de detecção precoce e promoção de hábitos saudáveis. A pesquisa foi de natureza descritiva e quantitativa, realizada por meio da aplicação de um questionário on-line elaborado no Google Forms, composto por perguntas objetivas sobre conhecimento, percepção e prevenção do câncer. As respostas foram analisadas de forma descritiva e representadas em gráficos. Os resultados demonstraram que 100% dos participantes reconhecem a influência de fatores ambientais e comportamentais no desenvolvimento do câncer. Quanto às medidas preventivas, 51,9% destacaram consultas e exames periódicos como principal estratégia, seguidos por 28,8% que mencionaram a alimentação saudável, 11,5% a prática de atividade física e 7,7% a prevenção do tabagismo e do consumo de álcool. Além disso, 51,9% afirmaram conhecer bem os exames de detecção precoce, como Papanicolau, mamografia e colonoscopia, enquanto apenas 5,8% relataram baixo conhecimento sobre esses procedimentos. Conclui-se que os estudantes apresentam nível satisfatório de conscientização sobre o câncer e suas formas de prevenção, mas ainda é necessária a intensificação de campanhas educativas que incentivem a adoção de hábitos saudáveis e a realização periódica de exames preventivos, fundamentais para a redução da incidência e da mortalidade associadas à doença.

[1] Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo, beatrizbarbosa1515@gmail.com
[2] Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo, emillysophia010210@gmail.com
[3] Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo, paulomagalhaes181205@gmail.com
[4] Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo, Peixototaina01@gmail.com
[5] Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo, victorianeiva740@gmail.com
[6] Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo, yam50796@gmail.com
[7] Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernanda.santos@atmos.edu.br
[8] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br

Palavras-chave: Alimentação saudável. Prevenção de câncer. Saúde.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bruna Nascimento Sampaio[1]; Beatriz da Conceição Vasconcelos[2]; Iasmim Rocha Araújo[3]; Iris dos Santos Sampaio[4]; Mizaele Santos da Silva[5]; Danilo Almeida Brito[6]

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. São transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual (oral, vaginal ou anal) sem o uso de camisinha masculina ou feminina com uma pessoa infectada. De acordo com a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) de 2022, na Bahia foram registrados 836 novos casos de infecção por HIV, o segundo maior número da região Nordeste. O papel do enfermeiro na prevenção e tratamento das ISTs é crucial para a saúde da população, sendo esses profissionais agentes essenciais na educação em saúde, disseminando informações precisas sobre prevenção, como o uso de preservativos e vacinação. Visto isso, nossa ação objetivou promover a conscientização e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, por meio de estratégias educativas em saúde, visando à redução de comportamentos de risco e à melhoria da qualidade de vida da população. Para isso, foi realizada uma ação de educação em saúde em atividade extensionista intitulada “Vitrine da Saúde”, ocorrida no dia 14 de outubro no CETEP – Recôncavo II. Para a ação, ornamentamos o espaço e nos apresentamos com a cor vermelha, universalmente conhecida como a cor do combate ao HIV/AIDS. Além disso, utilizamos modelos didáticos do sistema reprodutor masculino e feminino para ilustrar os métodos de prevenção e os locais de possíveis infecções. Também preparamos folders, lembrancinhas com preservativos masculinos e femininos, acompanhados de cartões informativos, balas e cartazes com informações sobre ISTs. A participação na Vitrine da Saúde proporcionou uma experiência significativa de integração entre teoria e prática, voltada à promoção da saúde e à prevenção de doenças. O público demonstrou grande interesse e participação, tirando dúvidas e compartilhando experiências pessoais. A ação contribuiu para quebrar preconceitos, estimular o diálogo sobre sexualidade responsável e reforçar a importância da testagem e do uso de métodos preventivos. Conclui-se que a carência de informação adequada na sociedade acerca das doenças sexualmente transmissíveis representa um fator determinante para o aumento da vulnerabilidade populacional, reforçando a urgência de políticas públicas voltadas à educação sexual, à prevenção e ao acesso facilitado aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Infecções. Enfermagem. Diagnóstico. Tratamento.

[1] Graduanda em enfermagem, Bruna Nascimento Sampaio, brunasampaio374@gmail.com
[2] Graduanda em enfermagem, Beatriz Conceição Vasconcelos, Beatrizvasconcelos05@icloud.com
[3] Graduanda em enfermagem, Iasmin Rocha Araújo, Araujoiasmim659@gmail.com
[4] Graduanda em enfermagem, Iris dos Santos Sampaio, Iris78653@gmail.com
[5] Graduanda em enfermagem, Mizaele Santos da Silva, mizaelesantos47@gmail.com
[6] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS EFEITOS COLATERAIS DOS ANTIDEPRESSIVOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amanda Fonseca dos Santos[1]; Evelen da Silva Santos Oliveira[2]; Raissa Peixoto da Conceição[3]; Rafael Buri de Jesus[4]; Rosimeire de Castro de Sousa[5]; Sabrina Santos de Carvalho Ribeiro[6]; Valéria Cavalcante Bury Almeida[7]; Vitória Camile da Silva Nascimento[8]; Danilo Almeida Brito[9]

Os antidepressivos são medicamentos utilizados no tratamento de transtornos mentais, como depressão e ansiedade. Eles atuam no sistema nervoso central equilibrando substâncias como a serotonina e a noradrenalina, que influenciam o humor e o bem-estar. Apesar de sua eficácia, esses medicamentos podem causar alguns efeitos colaterais, como sonolência, boca seca, tontura, náusea e alterações no apetite ou no sono. Por isso, o tratamento deve ser feito com acompanhamento profissional e o farmacêutico tem papel essencial nesse processo, orientando sobre o uso correto, ajudando a identificar possíveis reações adversas e incentivando a adesão ao tratamento, o que garante mais segurança e qualidade de vida ao paciente. Visto isso, o objetivo deste trabalho foi promover a conscientização sobre os efeitos colaterais dos antidepressivos e o uso racional desses medicamentos e avaliar a percepção dos acadêmicos sobre fatores que contribuem para o alto consumo, incluindo automedicação e estigma, ressaltando o papel do farmacêutico no acompanhamento e na promoção da saúde mental. Para isso, foi realizado evento no componente curricular Vivências Extensionistas, intitulado “Vitrine da Saúde”, no Colégio Estadual CETEP – Recôncavo II, em outubro de 2025. Durante a atividade, realizamos uma ação educativa com exposição de banner explicativo, quiz e conversas informativas sobre os efeitos colaterais dos antidepressivos, e sobre o papel de acompanhamento do farmacêutico e o uso racional dos medicamentos, com esclarecimento de dúvidas e entrega de folhetos educativos. Os resultados mostraram que muitos participantes desconheciam os efeitos colaterais dos antidepressivos e a importância de manter o tratamento prescrito pelo médico. Foi possível avaliar que a atividade despertou interesse, permitiu troca de experiências e reforçou o papel do farmacêutico e da educação em saúde mental. A ação evidenciou a importância dos eventos educativos para o uso racional de antidepressivos e a conscientização sobre seus efeitos. Conclui-se que a experiência contribuiu para o aprendizado dos estudantes de Farmácia na execução de projetos de educação em saúde, no acesso de informações à

[1] Graduanda em Farmácia, FBBR, fonsecaamanda865@gmail.com
[2] Graduanda em Farmácia, FBBR, evelenoliveira2340@gmail.com
[3] Graduanda em Farmácia, FBBR, raaiiconceicao15@gmail.com
[4] Graduando em Farmácia, FBBR, rafaelburi97@gmail.com
[5] Graduanda em Farmácia, FBBR, rosemeirecastro2125@gmail.com
[6] Graduanda em Farmácia, FBBR, sabrinacarvalho09092004@gmail.com
[7] Graduanda em Farmácia, FBBR, valeriabury@hotmail.com
[8] Graduanda em Farmácia, FBBR, vc721313@gmail.com
[9] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

comunidade escolar, além da construção de um perfil sem estigmas, mais empático e humanizado para os pacientes que estão em tratamento com antidepressivos.

Palavras-chave: Atenção Farmacêutica. Promoção da Saúde. Medicamentos.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cauane Maia Conceição[1]; Edmilson da Conceição da Silva Filho[2]; Júlia Vitória de Melo Santa Rosa[3]; Lais Almeida da Conceição[4]; Sara Maria Silva dos Santos[5]; Danilo Almeida Brito[6]

O câncer de colo de útero é um tipo de câncer que se desenvolve a partir de alterações nas células do colo uterino, geralmente após a contaminação pelo vírus do HPV (Papilomavírus Humano), transmitido sexualmente. No Brasil, segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2023), o câncer do colo uterino é o terceiro mais incidente entre as mulheres. Estima-se que mais de 17 mil novos casos sejam diagnosticados por ano. A abordagem desse tema possibilita compreender o papel do profissional de enfermagem na promoção da saúde da mulher, na orientação sobre medidas preventivas, na realização do exame citopatológico e na atuação em educação em saúde. O objetivo é analisar a relevância do diagnóstico precoce e das medidas preventivas no combate ao câncer de colo de útero, visando à conscientização e à promoção da saúde feminina. Para isso, foi promovida uma atividade extensionista em modelo de feira, intitulada “Vitrine da Saúde”, no Colégio Estadual no CETEP, em que alunos de enfermagem orientaram a comunidade sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de colo de útero e das medidas preventivas relacionadas à infecção pelo HPV. Durante a realização do evento, percebeu-se que a maioria das mulheres orientadas apresentaram conhecimento limitado sobre o câncer de colo de útero, muitas não sabiam localizar o colo uterino, qual a causa do câncer ou sintomas da doença. Além disso, grande parte das visitantes informaram não realizar o exame de rastreamento regularmente, demonstraram dúvidas sobre o que é o exame Papanicolau, onde realizá-lo e sua importância. De modo geral, a falta de conhecimento observada entre as visitantes revela a necessidade de intensificar ações educativas voltadas à saúde feminina, principalmente sobre a prevenção do câncer de colo de útero com participação do profissional de enfermagem como agente de orientação, no esclarecimento de dúvidas e no incentivo à realização do exame preventivo. Por fim, essa experiência extensionista nos proporcionou uma importante reflexão, enquanto futuros profissionais de Enfermagem, reforçando a importância do enfermeiro nas ações de educação em saúde para levar informação sobre estratégias de prevenção de doenças.

Palavras-chave: Saúde da mulher. Enfermagem. HPV. Educação em saúde. Extensão.

[1] Estudante de enfermagem, FBBR, 150230@atmos.edu.br
[2] Estudante de enfermagem, FBBR, edmilsonconceicao349@gmail.com
[3] Estudante de enfermagem, FBBR, jvitoriamelo05@gmail.com
[4] Estudante de enfermagem, FBBR, laisalmeida319@gmail.com
[5] Estudante de enfermagem, FBBR, saramariasilvadossantos@gmail.com
[6] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE USO DO PRESERVATIVO COMO FERRAMENTA DE SAÚDE PÚBLICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Rita Costa dos Santos[1]; Paloma Pitanga de Oliveira Menezes[2]; Raiani Oliveira da Silva Pinto[3]; Danilo Almeida Brito[4]

O preservativo é um dos métodos mais simples e eficazes para prevenir infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e evitar gravidez não planejada. Esse método é acessível e amplamente divulgado, porém ainda há muitas dúvidas e resistência em relação ao seu uso. Isso acontece por causa da vergonha de falar sobre o assunto, da falta de informação e também por questões culturais. As dúvidas, em geral, aparecem com mais frequência entre adolescentes e jovens, que, muitas vezes, não têm espaços abertos para conversar sobre sexualidade e prevenção. A enfermagem pode colaborar com a orientação dos métodos de prevenção às ISTs e promovendo espaços de educação em saúde. Visto isso, o objetivo deste trabalho foi conscientizar a população sobre a importância do uso do preservativo, destacando seu papel na prevenção de doenças e na promoção da saúde pública, através de uma ação educativa interativa e acessível. Para isso, foi organizado um evento extensionista intitulado “Vitrine da Saúde”, que ocorreu na Escola Estadual CETEP – Recôncavo II e nosso grupo elaborou folders com informações sobre o uso correto do preservativo e sua importância, também foram entregues lembrancinhas com preservativos e mensagens de incentivo ao cuidado com a saúde sexual. A atividade foi organizada em um ambiente acolhedor, e nossa mesa foi decorada com a cor vermelha, que é atribuída universalmente à luta do HIV/AIDS, para chamar atenção sobre os riscos do sexo sem o uso de preservativo, enfim, todas essas estratégias foram para criar um espaço leve para o diálogo e o esclarecimento de dúvidas. No dia da ação, o público recebeu bem a ação, embora algumas pessoas tenham demonstrado pouco interesse muitas vezes por vergonha ou por acharem que já conhecem o tema. Mesmo assim, outros participantes se mostraram curiosos e abertos, fazendo perguntas e compartilhando experiências. Essa vivência mostrou que ainda existe necessidade de falar mais sobre o assunto de forma simples e sem julgamentos, também iniciativas assim fazem diferença e é necessário que elas aconteçam com mais frequência, em horários e locais diferentes, para alcançar mais pessoas. Em uma nova oportunidade de execução do evento sugerimos atividade com mais tempo e um espaço mais amplo, pois o diálogo poderia ser ainda mais produtivo, ajudando a quebrar tabus e reforçar a importância do cuidado e da prevenção. Por fim, essa experiência colaborou na minha formação, pois proporcionou um importante ganho acadêmico, ao contribuir para a ampliação do

[1] Aluna do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo- FBBR, mariaritacos1211@gmail.com
[2] Aluna do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo- FBBR, pitangapaloma39@gmail.com
[3] Aluna do curso de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo- FBBR - raianisilvapinto3213@gmail.com
[4] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

conhecimento teórico e prático sobre educação em saúde, fortaleceu habilidades de comunicação, trabalho em equipe e empatia, além de reafirmar o papel do profissional de enfermagem como agente fundamental na promoção da saúde pública.

Palavras-chave: Ação educativa. Prevenção. Educação em saúde. Vivências Extensionistas.

CRISE AMBIENTAL ATUAL E A IMPORTÂNCIA DO CONSUMO SUSTENTÁVEL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL

Emilly Lima Amorim[1]; Danielle Conceição da Cunha[2]; Iasmim Conceição Santos[3]; Rafaele de Souza da Silva[4]; Mirela Brito Silva[5]; Andrielle de Souza Santana[6]; Elma Virgens Guedes[7]; Fernanda dos Santos Nascimento[8]; Marisa Alves Ferreira[9]; Zanon Santana Gonçalves[10]

A crise ambiental é um dos maiores desafios globais, impactando diretamente a saúde e a qualidade de vida da população. Problemas como o aquecimento global, a poluição do ar e da água e a perda da biodiversidade evidenciam a necessidade de mudanças nos padrões de produção e consumo. Os futuros profissionais da área da saúde precisam desenvolver consciência sobre a relação entre ambiente e saúde, adotando hábitos que promovam tanto o equilíbrio ecológico quanto a qualidade de vida. O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção e o conhecimento de acadêmicos da área da saúde da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR) sobre a crise ambiental e a importância do consumo sustentável para a promoção da saúde humana e ambiental. Por meio da plataforma Google Forms, foram aplicados questionários abordando problemas ambientais, práticas cotidianas e atitudes individuais frente à preservação ambiental, com a participação de 80 estudantes. As respostas foram organizadas e analisadas qualitativamente, sendo os resultados apresentados em gráficos de barras e pizza, com foco na identificação de padrões, tendências e percepções predominantes. Aproximadamente 75% dos participantes reconheceram o impacto positivo de pequenas mudanças cotidianas, como transporte consciente, economia de energia e redução do consumo. Um percentual semelhante demonstrou consciência de que práticas de consumo sustentável contribuem para a mitigação de problemas ambientais, reforçando a percepção de que ações como reutilizar, reciclar e reduzir desperdícios estão diretamente ligadas à preservação do meio ambiente. Os resultados mostram que, embora a maioria dos estudantes reconheça a importância do consumo sustentável, ainda há diferença entre o que sabem e o que praticam no dia a dia. Isso reforça a necessidade de ações educativas nas universidades, que estimulem atitudes sustentáveis. Também se observa que o entendimento sobre os

[1] Discente em Nutrição, da Faculdade Brasileira do Recôncavo, emillylima1p@gmail.com
[2] Discente em Nutrição, da Faculdade Brasileira do Recôncavo, dani_cunha82@hotmail.com
[3] Discente em Nutrição, da Faculdade Brasileira do Recôncavo, yasmimsantos1551@gmail.com
[4] Discente em Farmácia, da Faculdade Brasileira do Recôncavo, rafaelle4silvaa@gmail.com
[5] Discente em Farmácia, da Faculdade Brasileira do Recôncavo, mirelabritosilva@gmail.com
[6] Discente em Farmácia, da Faculdade Brasileira do Recôncavo, andriellesantana.s7@gmail.com
[7] Discente em Fisioterapia, da Faculdade Brasileira do Recôncavo, elmaguedes415@gmail.com
[8] Doutora em Biotecnologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernanda.santos@atmos.edu.br
[9] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br
[10] Doutor em Genética e Biologia Molecular, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, zyarch@gmail.com

impactos ambientais está ligado à formação em saúde, evidenciando o papel das instituições na construção de uma consciência ecológica. Assim, a promoção da saúde ambiental depende tanto da conscientização individual quanto de políticas que incentivem práticas sustentáveis.

Palavras-chave: Crise Ambiental. Consumo Consciente. Saúde Ambiental. Educação em Saúde.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Psicologia

CUIDANDO DE QUEM CUIDA: PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DOS FUNCIONÁRIOS NO LAR DOS IDOSOS

Adriele da Conceição Santiago[1]; Caliandre Almeida Gonçalves[2]; Gabriele Conceição Marques Rodrigues[3]; Gerciane da Conceição Gonçalves[4]; Guilherme Pinto dos Santos[5]; Rafaela Aparecida de Souza Sá[6]; Sinara Souza[7]; Larissa de Oliveira Silva[8]

O ambiente de trabalho exerce influência direta sobre a saúde mental dos colaboradores, especialmente em instituições de longa permanência, onde o cuidado com pessoas idosas demanda empatia, paciência e estabilidade emocional. Nesse contexto, o presente projeto de vivência extensionista, intitulado *"Cuidando de Quem Cuida: Promoção da Saúde Mental dos Funcionários do Lar dos Idosos"*, teve como objetivo principal promover a saúde mental e o bem-estar dos funcionários do Lar dos Idosos, por meio de ações voltadas à prevenção do estresse, acolhimento psicológico e fortalecimento emocional. Buscou-se, de forma específica, orientar sobre a gestão do estresse e prevenção do burnout, conscientizar sobre a importância da saúde mental no ambiente de trabalho e estimular o diálogo, a escuta e o apoio mútuo entre os colegas. A metodologia envolveu quatro momentos principais: uma palestra sobre saúde mental e prevenção do burnout; a dinâmica "A Teia da União", voltada ao fortalecimento de vínculos; a dinâmica "Linha do Tempo Emocional", com partilha de experiências; e, por fim, um momento de reflexão a partir da música Portas pra Mim, de Daniela Ferreras, que aborda o autocuidado e a importância do acolhimento. Espera-se que essas ações contribuam para a redução dos níveis de estresse e esgotamento emocional, o fortalecimento das relações interpessoais e a valorização dos profissionais. Acredita-se que, ao proporcionar espaços de escuta e partilha, o projeto promova um ambiente de trabalho mais acolhedor, empático e saudável, impactando positivamente não apenas a qualidade de vida dos colaboradores, mas também o cuidado prestado aos residentes. Dessa forma, conclui-se que a proposta reafirma o compromisso da Psicologia com a promoção da saúde mental e com a construção de práticas mais humanas e solidárias no contexto institucional.

Palavras-chave: Saúde mental. Cuidado. Empatia. Acolhimento. Valorização profissional.

[1] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, adrieleconceicao339@gmail.com
[2] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, kalyalmeida04@gmail.com
[3] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabirodriguescmr@gmail.com
[4] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, goncalvesgerciane984@gmail.com
[5] Graduando em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gsgui000@gmail.com
[6] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rafaela.souzasa@gmail.com
[7] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, narinhafanoel@hotmail.com
[8] Graduada em Psicologia, Pós-graduada em Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico, Pós-graduada em Psicopatologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, larissaoliveira.psi@gmail.com

DA BRINCADEIRA AO VÍCIO: O ALERTA SOBRE O USO DE CIGARRO E VAPE ENTRE JOVENS

Heloísa Novais da Paixão Silva[1]; Júlia Cunha de Souza[2]; Marcos Aimar Ribeiro[3]; Maria Luísa dos Santos[4]; Monique Evellin Santos Gomes[5]; Danilo Almeida Brito[6]; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[7]; Marisa Alves Ferreira[8]

O cigarro e o vape são produtos que contêm substâncias químicas capazes de causar sérios danos à saúde, principalmente quando utilizados por crianças e adolescentes, que estão em fase de desenvolvimento físico e psicológico. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi investigar as consequências do uso de produtos derivados do tabaco e dispositivos eletrônicos de inalação entre o público infantojuvenil. Pretende-se compreender de que forma essas substâncias interferem na saúde, no comportamento e no desenvolvimento dos jovens, além de discutir os fatores sociais e culturais que favorecem seu consumo. Foi realizada uma busca literária no mês de novembro de 2025, por meio de bancos de dados PubMed (National Library of Medicine) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), utilizando o termo “tabagismo AND jovens”. Foram reportados 131 artigos no SciELO e 5 no PubMed, sendo 40 publicações nos últimos cinco anos na SciELO e um na PubMed. A seleção, após triagem de publicações alinhadas ao tema (04), permitiu confirmar que o uso de produtos derivados do tabaco, incluindo o cigarro tradicional e os dispositivos eletrônicos de inalação, entre jovens representa uma grave ameaça ao desenvolvimento físico, psicológico e social dessa faixa etária. A vulnerabilidade de adolescentes e pré-adolescentes se dá em virtude de um cérebro ainda em maturação, o que amplifica os efeitos da nicotina e demais substâncias tóxicas presentes nesses produtos, favorecendo o início precoce e a progressão para dependência. Além disso, o consumo entre jovens é fortemente influenciado por contextos sociais e culturais: a convivência com familiares que fumam, o convívio com pares que utilizam cigarro ou vape e o fácil acesso aos dispositivos demonstram que o tabagismo juvenil não é apenas uma questão individual, mas perpassa o ambiente familiar, escolar e comunitário. A predominância de meninas no uso de cigarro eletrônico, destacada nas fontes consultadas, aponta também para possíveis dimensões de gênero nessa epidemia que merecem atenção. Diante disso, é fundamental que famílias, escolas e profissionais da saúde atuem juntos na prevenção e na conscientização, oferecendo informações claras e apoio emocional. Somente com diálogo

[1] Graduanda em Biomedicina, Faculdade Brasileira do Recôncavo, estudosheloisanovaissilva@gmail.com
[2] Graduanda em Biomedicina, Faculdade Brasileira do Recôncavo, juliacunhasouza4@gmail.com
[3] Graduando em Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, marcosaimarribeirogomes@gmail.com
[4] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, itsmallu16@gmail.com
[5] Graduanda em Biomedicina, Faculdade Brasileira do Recôncavo, moniqueevellin12@outlook.com
[6] Docente, Faculdade Brasileira do Recôncavo, danilo.a.brito@hotmail.com
[7] Coordenadora dos cursos da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, daniella.carvalho@atmos.edu.br
[8] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br

e orientação é possível ajudar os jovens a fazerem escolhas mais seguras e saudáveis para o futuro.

Palavras-chave: Vício. Saúde. Dependência.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

DESVENDANDO OS MECANISMOS CELULARES NAS INFECÇÕES HOSPITALARES: PERCEPÇÃO ACADÊMICA SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE

Emanuele de Anunciação Araújo[1]; Esmeralda Santos Santana[2]; Gabrielle Conceição da Cunha[3]; Maria Luisa do Sacramento Soares[4]; Mayana Kelly Santos de Oliveira[5]; Marisa Alves Ferreira[6]; Fernanda dos Santos Nascimento[7]

As infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) representam um importante desafio global, impactando pacientes, profissionais e sistemas de saúde. Essas infecções são causadas por diferentes patógenos, incluindo bactérias resistentes a antibióticos, vírus e fungos, e estão associadas a complicações graves, prolongamento de internações e aumento das taxas de mortalidade. A compreensão dos mecanismos celulares envolvidos no processo infeccioso é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e controle. O presente estudo teve como objetivo analisar o conhecimento e a percepção de estudantes sobre os mecanismos celulares e as práticas de prevenção e controle de infecções hospitalares. A pesquisa foi de caráter descritivo e quantitativo, realizada por meio de um questionário eletrônico elaborado no *Google Forms*, aplicado a alunos da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). O instrumento abordou aspectos teóricos e práticos relacionados às IRAS, além de treinamentos e medidas de biossegurança. As respostas de 88 participantes foram analisadas de forma descritiva, em números absolutos e percentuais. Os resultados indicaram que 96,6% dos respondentes afirmaram possuir conhecimento teórico sobre IRAS; contudo, 28,4% relataram desconhecimento sobre práticas preventivas e apenas 13,6% mencionaram experiências práticas na área. Além disso, 85,2% consideraram os treinamentos fundamentais e 98,9% reconheceram a prevenção como uma responsabilidade coletiva. A higienização das mãos foi destacada como a medida mais eficaz, evidenciando, porém, lacunas entre o conhecimento teórico e a prática cotidiana. Conclui-se que, embora os estudantes demonstrem bom entendimento teórico sobre as infecções hospitalares, persistem fragilidades na aplicação prática das medidas preventivas. O fortalecimento de atividades de capacitação e a integração entre teoria e prática são essenciais para promover a segurança do paciente e reduzir a incidência das IRAS.

Palavras-chave: Biossegurança. Higienização das Mãos. Educação em saúde.

[1] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, anunciacaoemanuele386@gmail.com
[2] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, enf.esmeraldasantoss@gmail.com
[3] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, cunhagabii46@hotmail.com
[4] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, luisasacramento50@gmail.com
[5] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, eumayanaoliveira@gmail.com
[6] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br
[7] Doutora em Biotecnologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernanda.santos@atmos.edu.br

DIA DE RASTREIO E CONSCIENTIZAÇÃO: O CAMINHO SIMPLES PARA PREVENIR E CONTROLAR A PRESSÃO ARTERIAL E DIABETES

Jamile Silva Oliveira[1]; Sérgio Rodrigues da Silva[2]; Alaíde Gonçalves dos Santos[3]; Cosme Souza[4]; Daniele Cerqueira[5]

Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), conhecida popularmente como pressão alta, e Diabetes Mellitus (DM) são condições crônicas de saúde que afetam milhões de pessoas em todo o mundo. Ambas são classificadas como doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e representam um dos maiores desafios para os sistemas de saúde, devido à sua alta prevalência e ao risco significativo de complicações graves. A presença de ambas as condições em um mesmo indivíduo aumenta dramaticamente o risco cardiovascular e renal, exigindo uma abordagem terapêutica e um controle rigoroso de ambas para preservar a qualidade de vida e reduzir a morbimortalidade. O tratamento e a prevenção focam em mudanças no estilo de vida e, frequentemente, no uso contínuo de medicamentos e promover a educação em saúde sobre a importância da prevenção e manejo dessas condições. Esta ação teve o objetivo de identificar e direcionar para acompanhamento médico os indivíduos rastreados durante a ação que apresentarem valores alterados de pressão arterial (140/90 mmHg) e/ou glicemia capilar (126 mg/dl), para diagnóstico e início de tratamento oportuno. A pesquisa foi realizada em outubro de 2025 na Expocruz na cidade de Cruz das Almas-BA. A aferição da pressão arterial foi realizada utilizando esfigmomanômetro calibrado, a glicemia capilar foi determinada por meio de glicosímetros validados com dados coletados em um único dia por meio de um formulário estruturado preenchido pelos participantes no momento da ação. O formulário incluiu questões sobre anotações do controle de hipertensão e diabetes, idade e sexo dos participantes, estilo de vida e campo de atuação. Os resultados mostraram uma taxa de adesão de 90% do público-alvo com um alto nível de participação dos pacientes, 100% dos atendidos realizaram a aferição de pressão arterial e glicemia capilar; 55% dessas pessoas foram orientadas a procurar uma unidade básica de saúde para acompanhamento médico. A aferição da PA revelou uma diversidade de resultados, incluindo casos que se enquadraram nos critérios de pré-hipertensão e hipertensão, demandando orientações imediatas sobre a necessidade de confirmação diagnóstica em unidades de saúde. Da mesma forma, os testes de glicemia capilar identificaram indivíduos com níveis elevados, reforçando a prevalência silenciosa do risco metabólico na comunidade. A distribuição dos materiais educativos foi um ponto central da atividade, pois permitiu a interação direta com os participantes, esclarecendo dúvidas sobre dieta, atividade física e a importância da adesão ao tratamento. Conclui-se que a integração de atividades práticas de triagem com a distribuição de material educativo é vital para conscientizar a população

[1] Graduação em Enfermagem, FBBR e-mail jamile.oliveirajg@gmail.com
[2] Graduação em Enfermagem, FBBR, e-mail sergio060995@gmail.com
[3] Graduação em Enfermagem, FBBR e-mail Santosouza2030@gmail.com
[4] Coordenadora de Enfermagem, FBBR e-mail coordenação_enfermagem@atmos.E-du.br
[5] Graduação em Enfermagem, FBBR e-mail laigsantos07@gmail.com

sobre a prevenção de doenças crônicas, demonstrando a relevância de levar a saúde para fora dos muros das instituições formais.

Palavras-chave: Pressão alta. Diabetes. Rastreamento. Educação em saúde.

EIXO 04 • SAÚDE

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO: EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM NA EXPOCRUZ

Maria Alice Ferreira Santos de Almeida; Milena Rodrigues dos Santos Silva; Kaylane Costa dos Santos; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[1]

A educação em saúde constitui uma estratégia essencial de promoção da saúde e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), ao favorecer a autonomia, o autocuidado e a corresponsabilidade dos indivíduos e comunidades. De acordo com a Política Nacional de Promoção da Saúde, as ações educativas devem estimular práticas saudáveis, reduzir vulnerabilidades e transformar os determinantes sociais da saúde, integrando ações intersetoriais e participativas. Nesse contexto, a inserção de estudantes de Enfermagem em atividades de triagem e orientação à saúde se destaca como ferramenta pedagógica e assistencial de grande relevância. Ao realizarem triagens, esses estudantes contribuem para a detecção precoce de agravos e a vigilância em saúde; ao oferecerem orientações, promovem a educação em saúde e estimulam o autocuidado da população. Essa vivência prática reforça o processo ensino-aprendizagem, aproximando o conhecimento acadêmico das necessidades reais do território e consolidando a formação de profissionais críticos, éticos e socialmente comprometidos. Além disso, a integração ensino-serviço, preconizada pelas diretrizes do SUS e do Ministério da Saúde, potencializa a atuação dos futuros enfermeiros na promoção da saúde coletiva, fortalecendo a atenção primária, o vínculo entre profissionais e comunidade e a efetivação dos princípios de universalidade, equidade e integralidade do cuidado. A Expocruz é uma grande feira de negócios e empreendedorismo com participação de milhares de pessoas durante a sua realização. Este relato de experiência tem por objetivo expressar, sob a ótica dos acadêmicos de enfermagem, a importância da participação na feira e promoção de educação em saúde. Os acadêmicos foram divididos por escalas de dias e horários onde realizaram orientações sobre prevenção ao câncer de mama e cuidados gerais de saúde como realização de atividades físicas e acompanhamento médico periódico nas unidades de saúde; foram verificados níveis glicêmicos e de pressão arterial. Na realização da ação, foi percebido resultado positivo para a população atendida e também para os estudantes; os atendimentos à população permitiram retirar dúvidas e realizar escuta ativa. A ação na Expocruz incentiva a reflexão sobre os principais problemas enfrentados pela população, como a alimentação, o sedentarismo e a falta de acesso aos serviços básicos. Dessa forma, contribui para a conscientização coletiva e para a formação de cidadãos mais responsáveis com o próprio bem-estar.

Palavras-chave: Educação em saúde. Promoção à saúde. Autocuidado.

[1] Coordenadora dos cursos de Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, daniella.carvalho@atmos.edu.br

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO DA HIPERTENSÃO E DO DIABETES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EJA

Bruno dos Santos de Deus[1]; Cailane Araújo Conceição Santos[2]; Islane dos Santos de Oliveira[3]; Maria Aparecida da Silva Alves[4]; Maria Paula da Conceição Santos[5]; Maria Vitória Bune Almeida[6]; Marisa Alves Ferreira[7]

Manter hábitos saudáveis e uma vida ativa é essencial para prevenir doenças crônicas como a hipertensão arterial e o diabetes mellitus, dois dos principais fatores de risco à saúde da população brasileira. A hipertensão é caracterizada pelo aumento persistente da pressão arterial, sendo em grande parte influenciada por fatores genéticos, mas também por hábitos como o consumo excessivo de sal, álcool, fumo e o sedentarismo. Já o diabetes é uma condição crônica causada pela produção insuficiente ou má absorção de insulina, hormônio responsável por regular a glicose no sangue e garantir energia ao organismo. Ambas podem ser controladas e prevenidas com mudanças no estilo de vida, incluindo alimentação equilibrada e prática regular de atividade física. Este trabalho teve como objetivo promover a conscientização sobre a prevenção da hipertensão arterial e do diabetes, por meio de uma ação educativa integrada com cursos da saúde, voltada aos alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos), incentivando hábitos saudáveis e o autocuidado com a saúde. No dia 30 de outubro de 2025, foi realizada uma ação educativa promovida pelos alunos dos cursos de Farmácia, Nutrição e Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), na Escola Lorival José dos Santos, localizada na comunidade da Pumba, em Cruz das Almas (BA). A ação teve início com uma palestra sobre o câncer de mama, abordando a importância do autoexame e dos cuidados com a saúde da mulher. Em seguida, os participantes foram divididos em grupos para realizar atividades práticas, como tipagem sanguínea, ventosaterapia, avaliação nutricional, aferição da pressão arterial e medição da glicemia capilar. Uma equipe composta por graduandos em Enfermagem ficou responsável por aferições de pressão e glicemia, explicando aos participantes sobre as doenças, seus sintomas, formas de prevenção e importância do acompanhamento regular na Unidade Básica de Saúde (UBS). Durante as atividades, algumas aferições apresentaram resultados alterados, o que possibilitou a orientação individualizada sobre os cuidados necessários. Também foram distribuídos panfletos informativos e oferecida uma salada de frutas, reforçando a importância da alimentação saudável na prevenção dessas doenças. A experiência foi de grande

[1] Graduando em Enfermagem, FBBR, brunosantosdedeus451@gamil.com
[2] Graduando em Enfermagem, FBBR, Cailaneconceicao17@gmail.com
[3] Graduando em Enfermagem, FBBR, islaneoliveira104@gmail.com
[4] Graduando em Enfermagem, FBBR, Ms1804109@gmail.com
[5] Graduando em Enfermagem, FBBR, paullas61046@gmail.com
[6] Graduando em Enfermagem, FBBR, mariavitoriabune@gmail.com
[7] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br

relevância tanto para os graduandos quanto para a comunidade, pois promoveu a conscientização sobre o autocuidado e a prevenção às doenças crônicas. Além de possibilitar o contato direto dos discentes com a prática educativa em saúde, a ação contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre a instituição de ensino e a população local.

Palavras-chave: Doenças crônicas. Ação Extensionista. Educação de Jovens e Adultos.

EIXO 04 • SAÚDE

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PROFILAXIAS NA PREVENÇÃO DO HIV: RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

Fabiana Santos Pires Fernandes Conceição[1]; Jose Felipe dos Santos Fernandes[2]; Glendha Resende Ferreira[3]; Raissa Fernandes Chabi de Souza[4]; Renata Thaiz Oliveira da Silva[5]; Rosilene Nunes da Silva[6]; Marisa Alves Ferreira[7]; Danilo Almeida Brito[8]

A epidemia do HIV, apesar dos avanços terapêuticos, mantém sua relevância como um problema de saúde pública. Neste contexto, a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e a Profilaxia Pós-Exposição (PEP) consolidaram-se como ferramentas biomédicas fundamentais para o controle da transmissão do vírus. A PrEP, destinada à prevenção contínua em populações vulneráveis, e a PEP, uma medida emergencial após exposição de risco, são oferecidas gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde. Contudo, a efetividade dessas estratégias é diretamente comprometida por barreiras como o desconhecimento da população sobre sua existência, indicações e acesso, além da persistência de estigmas associados ao HIV. O presente trabalho visou avaliar o impacto de ações extensionistas na promoção do conhecimento e na desmistificação da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e Profilaxia Pós-Exposição (PEP) para prevenção do HIV. Buscou-se mensurar a evolução do entendimento sobre indicação e acesso a esses métodos, desconstruir estigmas associados à infecção e estimular a procura pelos serviços de saúde, analisando o engajamento do público nas atividades. A intervenção consistiu em uma ação educativa baseada na exposição de um estande interativo em uma escola de ensino médio do município de Cruz das Almas-BA. A abordagem metodológica centrou-se em três eixos principais: exposição prática às embalagens dos medicamentos de PrEP e PEP, permitindo familiarização com os produtos; orientação individual e coletiva sobre transmissão do HIV, métodos preventivos e acesso aos serviços de saúde; e aplicação de questionamento dialógico para avaliar conhecimentos prévios e desconstruir mitos associados à doença e aos medicamentos. A estratégia priorizou o contato direto com os insumos de prevenção e o diálogo participativo, visando promover uma compreensão crítica e prática do tema. A execução do projeto foi avaliada como positiva, com a observação de um notável interesse e engajamento por parte dos participantes em todas as atividades. O diálogo aberto nas rodas de conversa e a interatividade durante as palestras

[1] Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), fabianasantos522@gmail.com
[2] Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), josefelipedossantosfernandes@gmail.com
[3] Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), glendharesende9@gmail.com
[4] Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), raissafernandes015@gmail.com
[5] Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), bomgosto526@gmail.com
[6] Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), rosilenenunes816@gmail.com
[7] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br
[8] Mestre em Microbiologia (UFRB), docente na Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), danilo.a.brito@hotmail.com

indicaram uma efetiva quebra de barreiras informacionais e a desconstrução de estigmas relacionados ao HIV. O aumento no nível de conhecimento sobre os métodos de profilaxia e a consequente motivação para acessar os serviços de saúde especializados refletem o sucesso da estratégia de comunicação adotada. Estes resultados comprovam a educação em saúde como ferramenta fundamental para ampliar a adesão às estratégias de prevenção combinada. Conclui-se que a iniciativa extensionista se mostrou uma estratégia eficaz para a disseminação de conhecimento científico sobre a prevenção do HIV, traduzindo-se em maior engajamento comunitário. A metodologia participativa foi crucial para fomentar um ambiente de aprendizagem e reflexão, contribuindo para a redução de vulnerabilidades.

Palavras-chave: Prevenção do HIV. Educação em Saúde. Profilaxia.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE INTERDISCIPLINAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UMA INTERVENÇÃO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA ESTUDANTES DE DIREITO

Cíntia dos Santos do Carmo[1]; Amanda Conceição Moreira[2]; Carielle Amorim dos Santos[3]; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[4]

INTRODUÇÃO: O Suporte Básico de Vida (SBV) é um conjunto de medidas essenciais para manter as funções vitais até a chegada do atendimento especializado, sendo um conhecimento importante não apenas para profissionais da saúde, mas também para toda a população. A capacitação de leigos, como estudantes de outras áreas, configura-se como uma estratégia eficaz de educação em saúde e promoção da cidadania. Nesse contexto, ações interdisciplinares realizadas por acadêmicos de enfermagem fortalecem o papel educativo da profissão e contribuem para a difusão de práticas que podem salvar vidas. OBJETIVO: Relatar a experiência de uma intervenção educativa sobre Suporte Básico de Vida realizada com estudantes de Direito, destacando a importância da educação em saúde como ferramenta de integração entre saberes e promoção da responsabilidade social. METODOLOGIA: Trata-se de um relato de experiência desenvolvido por discentes do 8º semestre de Enfermagem, na cidade de Cruz das Almas (BA), durante o mês de setembro de 2025. A atividade teve duração de aproximadamente três horas, sendo composta por uma etapa teórica, adaptada ao nível de compreensão do público, e uma etapa prática, utilizando bonecos de simulação para demonstrar condutas frente a situações de parada cardiorrespiratória (PCR) e convulsão. RESULTADOS E DISCUSSÃO: Durante a intervenção, observou-se grande envolvimento e curiosidade dos estudantes de Direito, especialmente nas demonstrações práticas. Muitos relataram nunca terem recebido instruções sobre como agir em situações emergenciais, reconhecendo a importância de adquirir esse tipo de conhecimento para a vida cotidiana. A etapa teórica foi conduzida de forma dinâmica e interativa, com linguagem acessível e exemplos do dia a dia, o que favoreceu a compreensão dos conceitos de SBV e a desmistificação do medo de agir diante de uma emergência. Na parte prática, os participantes puderam aplicar o que aprenderam, realizando compressões torácicas, posicionamento correto das mãos e simulação de atendimento a vítimas de convulsão. Houve um notável progresso entre o início e o final da atividade, com aumento da segurança e da autonomia dos participantes. Para os acadêmicos de enfermagem, a experiência representou uma oportunidade de aprimorar a comunicação, a didática e a responsabilidade social, reforçando o papel educativo do enfermeiro na comunidade e a importância da interdisciplinaridade na formação profissional. CONCLUSÃO: A intervenção demonstrou que a educação em saúde é um instrumento eficaz de transformação social e integração entre áreas do conhecimento. A vivência contribuiu

[1] Graduanda em Enfermagem, FBBR, cintia_santos2015@outlook.com
[2] Graduanda em Enfermagem, FBBR, moreiraamandaa262@gmail.com
[3] Graduanda em Enfermagem, FBBR, carielle10@hotmail.com
[4] Docente do Curso de Enfermagem, FBBR, enfa.danicarvalho@me.com

para ampliar a consciência sobre a importância do Suporte Básico de Vida e fortalecer o compromisso dos futuros enfermeiros com a promoção do cuidado e a prevenção de agravos, reafirmando a relevância das ações interdisciplinares na formação em enfermagem e no desenvolvimento de uma sociedade mais preparada e solidária diante de emergências.

Palavras-chave: Suporte Básico de Vida. Educação em Saúde. Interdisciplinaridade. Enfermagem.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Psicologia

EDUCAÇÃO, ESCUTA E ACOLHIMENTO: A PRÁTICA EXTENSIONISTA NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

Ana Luiza da Silva Rebouças[1]; Carolaine dos Santos Conceição[2]; Caroline da Silva Passos[3]; Caroline Souza de Almeida[4]; Daiana das Neves Freitas[5]; Êmile da Silva Pereira[6]; Iasmin Gabriele Barbosa França[7]; Marianne Machado Bruck Borges[8]; Raquel Cupertino de Jesus[9]; Simone Guimarães[10]

Este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência de vivência extensionista realizada pelos estudantes do primeiro e segundo semestres do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira do Recôncavo. A ação extensionista teve por objetivo disseminar conhecimento sobre os fatores de risco e prevenção ao suicídio, promover autoestima e autoconhecimento através de dinâmicas e desenvolver conexão com a comunidade por meio de ações solidárias. A atividade consistiu na organização de uma palestra alusiva à campanha Setembro Amarelo, voltada à prevenção do suicídio, realizada na Associação Gente da Gente, localizada no bairro 2 de Julho, na cidade de Cruz das Almas, Bahia. A palestra foi ministrada pela psicóloga e docente Simone Guimarães, que abordou dados estatísticos sobre o suicídio, fatores de risco, sinais de alerta e estratégias de prevenção. Após a palestra, ocorreu um momento de confraternização e acolhimento, onde foi servida uma saborosa sopa, fortalecendo os laços entre os participantes e criando um ambiente de comunhão e fraternidade. Além disso, foram realizadas dinâmicas interativas, conduzidas pelos discentes envolvidos, que estimularam o autoconhecimento, a expressão emocional e a valorização da vida. Os estudantes também participaram de uma ação solidária, arrecadando alimentos não perecíveis destinados a famílias em situação de vulnerabilidade da comunidade local. As informações apresentadas durante a palestra foram de grande relevância, proporcionando ao público um conhecimento significativo acerca do tema e da importância da empatia e do cuidado com a saúde mental. A atividade teve como propósito sensibilizar a comunidade quanto à necessidade de acolher pessoas em sofrimento emocional e promover espaços de escuta e apoio. Essa vivência extensionista permitiu aos acadêmicos vivenciarem a Psicologia na prática,

[1] Graduando em Psicologia da FBBR, luizareboucas003@gmail.com
[2] Graduanda em Psicologia da FBBR, santoscarolaine133@gmail.com
[3] Graduanda em Psicologia da FBBR, passoscarol360@gmail.com
[4] Graduanda em Psicologia da FBBR, carollsouza810@icloud.com
[5] Graduanda em Psicologia da FBBR, dayfreitas54@gmail.com
[6] Graduanda em Psicologia da FBBR, emilepereira2345@gmail.com
[7] Graduanda em Psicologia da FBBR, gabrieleiasmin7@gmail.com
[8] Graduada em Letras e Teologia, Pós-graduada em Linguagens, Códigos, Suas Tecnologias e o Mudo do Trabalho Graduanda em Psicologia da FBBR, mariannebruck@gmail.com
[9] Graduanda em Psicologia da FBBR, raqueldiligente2024@gmail.com
[10] Psicóloga Clínica, especialista em terapia cognitiva comportamental, Psicóloga hospitalar, tanatalogia, especialista em ABA análise comportamental aplicada ao autismo, Mestre em educação e Mestranda em Neuropsicologia, Docente da FBBR, simonepsicologa.neuro@gmail.com

unindo teoria e ação social. A atividade contribuiu para o desenvolvimento de habilidades de escuta, empatia e intervenção comunitária, reforçando o papel do psicólogo como agente de transformação social e promotor da saúde mental coletiva.

Palavras-chave: Prevenção do Suicídio. Setembro Amarelo. Extensão Universitária.

EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREVENÇÃO AO TABAGISMO ENTRE ADOLESCENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andrielle de Souza Santana[1]; Bruna da Silva Cardoso[2]; Janaína Raiane Ferreira Sousa[3]; Mirela Brito Silva[4]; Rafaele de Souza da Silva[5]; Saulo Silva Barbosa[6]; Taisa dos Santos Silva[7]; Danilo Almeida Brito[8]; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[9]; Marisa Alves Ferreira[10]

O uso do cigarro tradicional e eletrônico (vape) tem aumentado entre os jovens, impulsionado pela curiosidade, pela influência social e pela falsa ideia de que o vape é uma alternativa menos nociva. No entanto, ambos os produtos representam sérios riscos à saúde, pois o consumo constante dessas substâncias pode ocasionar o desenvolvimento de doenças respiratórias crônicas, problemas cardiovasculares, variados tipos de câncer, entre outras complicações graves. O vape, por sua aparência moderna e sabores atrativos, tem se tornado especialmente popular entre adolescentes, que acabam iniciando o uso precoce e desenvolvendo dependência sem plena consciência dos danos causados. Diante desse cenário preocupante, uma ação extensionista em Saúde foi realizada pelos graduandos do curso de Farmácia da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), com o objetivo de informar, sensibilizar e conscientizar jovens da rede pública do Ensino Médio na cidade de Cruz das Almas – BA, sobre os riscos do cigarro e do vape. A atividade integrou um projeto de extensão voltado à promoção da saúde e à prevenção de agravos, no formato de Feira de Saúde integrada com outros cursos das áreas da saúde, também da FBBR, enfatizando a importância do conhecimento como ferramenta de proteção individual e coletiva. Durante a vivência, os acadêmicos apresentaram uma exposição explicativa sobre os diferentes tipos de cigarro, os efeitos da nicotina no organismo, os benefícios da cessação do tabagismo e a importância da prevenção. Foram utilizados recursos visuais, como banner ilustrativo e folders informativos, que facilitaram a compreensão do conteúdo. Além disso, foi distribuída uma lembrança simbólica acompanhada de um QR Code que direcionava a um questionário interativo, elaborado para avaliar o entendimento dos participantes e estimular o engajamento de forma lúdica e educativa. O público demonstrou grande interesse em participar, fazendo perguntas e compartilhando experiências pessoais. Muitos manifestaram surpresa ao descobrir que o

[1] Discente de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, andriellesantana.s7@gmail.com
[2] Discente de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, sivabruna005@gmail.com
[3] Discente de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, janainaraiane880@gmail.com
[4] Discente de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, mirelabritosilva@gmail.com
[5] Discente de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rafaelle4silvaa@gmail.com
[6] Discente de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, saulobarbosa9797@gmail.com
[7] Discente de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, taisas964@gmail.com
[8] Docente no curso de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, danilo.a.brito@hotmail.com
[9] Coordenadora dos cursos da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, daniella.carvalho@atmos.edu.br
[10] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br

cigarro eletrônico também contém nicotina, substância altamente viciante e responsável por gerar dependência química. A abordagem foi realizada de forma dinâmica e educativa por meio da troca de conhecimentos e despertou interesse dos jovens em refletir sobre as consequências do uso do cigarro e do vape. Essa experiência reforça a importância de promover ações educativas que contribuam para a formação de uma geração mais consciente e responsável em relação à saúde.

Palavras-chave: Saúde Pública. Dependência Química. Prevenção e Conscientização.

EFEITOS DO CORTISOL E DA ADRENALINA NO CORPO E ESTRATÉGIAS DE MANEJO APLICADAS AO CONTEXTO EDUCACIONAL

Alana dos Santos Araújo[1]; Beatriz Costa Assunção Pires[2]; Cailane Oliveira de Jesus[3]; Marcela de Freitas Conceição de Oliveira[4]; Maria Luisa Nunes Trindade[5]; Myrelly Cerqueira da Silva[6]; Samira Ferreira Prazeres[7]; Tiago Félix de Andrade[8]; Pablo Silva Costa Barreto[9]; Larissa de Oliveira Silva[10]

O cortisol e a adrenalina são hormônios fundamentais na resposta ao estresse, pois preparam o organismo para situações de alerta e adaptação, conforme descrito por Cannon (1915) em sua teoria da resposta de “luta ou fuga” e aprofundado por Selye (1936) na Síndrome Geral de Adaptação. A adrenalina atua de forma imediata, aumentando os batimentos cardíacos, a frequência respiratória e a energia muscular, enquanto o cortisol mantém o corpo em estado de vigilância, elevando a glicose sanguínea e sustentando a reação ao estressor. Este trabalho aborda a compreensão dos “Efeitos do Cortisol e da Adrenalina no Corpo e Estratégias de Manejo Aplicadas ao Contexto Educacional”, com foco nos estudantes do terceiro ano do ensino médio que visam fazer o ENEM. Esta produção trata de uma experiência no componente de Vivência Extensionista do curso de Psicologia da FBBR, que teve como objetivo estudar os impactos do cortisol e da adrenalina no corpo e apresentar estratégias para reduzir seus efeitos negativos na rotina, por meio da psicoeducação, de modo a promover maior consciência sobre os impactos e favorecer práticas de autocuidado e regulação emocional. A metodologia adotada foi uma coleta de dados que ocorreu por meio da aplicação de um questionário estruturado, contendo 10 itens sobre aspectos emocionais, comportamentais e estratégias de enfrentamento ao estresse escolar. O questionário foi aplicado de forma individual e anônima com os discentes, permitindo-nos comparar as respostas. Posteriormente, foi realizado um momento de regulação emocional e manejo do estresse conduzido pelo psicólogo Pablo Barreto. Foram utilizados recursos que facilitam a imersão e a aprendizagem dos participantes, como projetor de luzes para criar um ambiente acolhedor

[1] Graduanda em psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, alanaaraujo541@gmail.com
[2] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, beatrizdhu10@gmail.com
[3] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, kailaneoliveira.lany124@gmail.com
[4] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, marcelafreitas049@gmail.com
[5] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, luisanunes11rtt@gmail.com
[6] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, cerqueiramyrelly@gmail.com
[7] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, samprazeres@gmail.com
[8] Graduando em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, tiagoa015@gmail.com
[9] Especialista em psicologia, Professor da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), pablobarreto.psi@gmail.com
[10] Graduada em psicologia, pós graduada em avaliação psicológica e psicodiagnóstico, pós graduada em psicopatologia, Coordenadora do curso de psicologia FBBR, Docente da FBBR, larissapsi.oliveira@gmail.com

e favorecer o foco, carpete para proporcionar conforto e estímulo tátil, caixa de som com músicas relaxantes e sons da natureza, auxiliando no relaxamento e na redução da ansiedade, além de lembranças simbólicas, compostas por chá de ervas, que reforçam e estimulam a importância do autocuidado. A pesquisa com 17 estudantes revelou que 71% dos alunos enfrentam altos níveis de tensão devido ao ENEM e provas. Dentre eles, 41% apresentam pressão moderada, como sobrecarga e cansaço e 30% demonstram sinais intensos como ansiedade, insônia e esgotamento. Os resultados enfatizam a necessidade de promover a gestão de pressões, o autocuidado e a regulação emocional no ambiente acadêmico. Conclui-se que a promoção da saúde mental entre jovens estudantes demanda uma pausa na rotina de hipervigilância e a valorização de momentos de regulação emocional como formas de enfrentamento dos efeitos negativos da tensão crônica. A porcentagem alta (71%) sinaliza a urgência da implementação de ações preventivas no contexto escolar, como oficinas e acompanhamento psicológico.

Palavras-chave: Psicoeducação. Autocuidado. Regulação emocional.

EFICÁCIA DA FISIOTERAPIA PÉLVICA NO MANEJO DA DISFUNÇÃO SEXUAL EM MULHERES COM ENDOMETRIOSE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Rebeka Tavares Pereira[1]; Josiane Moreira Germano[2]

A endometriose é uma patologia inflamatória crônica que acomete de 6% a 10% das mulheres em idade reprodutiva, caracterizando-se pela presença de tecido endometrial fora da cavidade uterina. Essa condição provoca respostas inflamatórias, aderências e alterações anatômicas pélvicas, resultando em sintomas como dor pélvica crônica, infertilidade e disfunção sexual feminina. A dispareunia, a diminuição do desejo e a dificuldade de lubrificação interferem diretamente na qualidade de vida, na autoestima e no bem-estar biopsicossocial das pacientes. Além do impacto físico, a endometriose também gera repercussões emocionais, como ansiedade, depressão e comprometimento das relações afetivas, o que evidencia a necessidade de abordagens terapêuticas integradas. Nesse contexto, a fisioterapia pélvica surge como uma alternativa eficaz e não invasiva, atuando na reabilitação dos músculos do assoalho pélvico, na redução da tensão miofascial e na reeducação corporal. Por meio de técnicas como liberação miofascial, biofeedback, exercícios de fortalecimento e relaxamento e treinamento proprioceptivo, busca-se restaurar a função muscular, melhorar a consciência corporal e reduzir a dor durante o ato sexual. Este estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, a eficácia da fisioterapia pélvica no manejo da disfunção sexual em mulheres com endometriose, identificando os principais métodos terapêuticos utilizados, seus resultados clínicos e as lacunas existentes nas produções científicas recentes. A metodologia segue as etapas descritas por Dantas et al. (2022), incluindo a formulação da questão norteadora, definição dos critérios de inclusão e exclusão, busca sistematizada nas bases de dados LILACS, Medline, SciELO e PubMed, categorização e análise crítica dos resultados e síntese final do conhecimento. Foram definidos como descritores “Fisioterapia Pélvica”, “Disfunção Sexual” e “Mulheres com Endometriose”, combinados pelo operador booleano “AND”. Serão incluídos estudos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis gratuitamente em texto completo e nos idiomas português, inglês e espanhol, com relevância metodológica e relação direta com o tema. Espera-se que os resultados evidenciem a contribuição significativa da fisioterapia pélvica na redução da dor pélvica e da dispareunia, na melhora da lubrificação, do desejo e da satisfação sexual, além de favorecer o equilíbrio muscular pélvico e a autopercepção corporal. Prevê-se ainda que a integração entre fisioterapia, psicologia e ginecologia potencialize os resultados terapêuticos, promovendo benefícios físicos e emocionais duradouros. Conclui-se que a fisioterapia pélvica é uma intervenção segura, de baixo custo e baseada em evidências, capaz de reduzir sintomas dolorosos, melhorar a função sexual e elevar a qualidade de vida de mulheres com endometriose. A padronização de

[1] Graduanda em Fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, Rebekat833@gmail.com
[2] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, josiane.germano@usp.br

protocolos clínicos e a ampliação de pesquisas podem favorecer sua incorporação em políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva, fortalecendo o cuidado multidisciplinar e humanizado à mulher.

Palavras-chave: Endometriose. Fisioterapia pélvica. Disfunção sexual feminina. Reabilitação. Qualidade de vida.

EIXO 04 • SAÚDE

ENDOMETRIOSE E AUTOMEDICAÇÃO: A POSTURA DAS MULHERES DA COMUNIDADE ESCOLAR EM RELAÇÃO À DOR NO PERÍODO MENSTRUAL

Geovana Vitória de Jesus Santos[1]; Adriana Peixoto dos Santos[2]; Isabele Silveira Lima de Carvalho[3]; Maurício dos Santos Souza Filho[4]; Thaise Gomes Cerqueira Peixoto[5]; Danilo Almeida Brito[6]

A endometriose é uma doença crônica, causada pela presença de células semelhantes ao tecido do endométrio fora do útero, sendo encontrada principalmente nos ovários, trompas, nas paredes do útero e no intestino. Seus sintomas podem variar de intensidade e de tipo; os sintomas mais comuns incluem: dismenorreia, dor pélvica crônica, infertilidade e sangramento anormal. O uso de medicamentos sem prescrição médica pode mascarar esses sintomas e dificultar o diagnóstico precoce da doença. O objetivo geral da pesquisa foi investigar e compreender a relação entre a prática da automedicação em mulheres com suspeita de endometriose e o papel do sistema de saúde na orientação, prevenção e acompanhamento dessas pacientes. A pesquisa foi realizada por meio de um formulário online durante um evento extensionista intitulado “Vitrine da Saúde”, que ocorreu no CETEP – Recôncavo II, contendo perguntas sobre a frequência de sintomas menstruais, uso de medicamentos e comportamentos adotados durante o período menstrual. Participaram, ao todo, 25 mulheres com faixa etária entre 19 e 25 anos, período em que os sintomas da endometriose tendem a se manifestar de forma mais intensa. A maioria das participantes relataram sentir cólicas intensas com frequência (20 entre “às vezes” e “sempre”), o que pode indicar possíveis sinais de endometriose leve ou não diagnosticada. De acordo com os dados, foi observado um uso expressivo de Dipirona (20) e Ibuprofeno (14), que são medicamentos comuns no tratamento de endometriose, porém foi analisado também o uso de antibióticos, o que indica um uso de automedicação inadequada, já que esses medicamentos não são apropriados para dores menstruais e o uso inadequado pode causar resistência bacteriana. A maior parte das participantes (11) afirmou utilizar a automedicação para aliviar as dores menstruais, e apenas 4 participantes recorrem aos medicamentos prescritos pelo médico. Nos resultados mostrados, grande parte das mulheres apresenta sintomas menstruais intensos e recorre à automedicação como forma de aliviar a dor. Embora comum, essa prática pode mascarar sintomas importantes da endometriose, dificultando o seu diagnóstico precoce. Já era de se esperar o uso de analgésicos e anti-inflamatórios, porém a presença do uso de antibióticos sem prescrição reforça a necessidade de educação em saúde e orientação médica adequada. Nesse cenário, a presença do profissional de enfermagem desempenha um papel

[1] Graduanda, Faculdade Brasileira do Recôncavo, geovanasantos150706@gmail.com
[2] Graduanda, Faculdade Brasileira do Recôncavo, peixotodrisnts@gmail.com
[3] Graduanda, Faculdade Brasileira do Recôncavo, isabelecarvalho101@gmail.com
[4] Graduando, Faculdade Brasileira do Recôncavo, cinho3105@gmail.com
[5] Graduanda, Faculdade Brasileira do Recôncavo, thaiseGomes59@gmail.com
[6] Mestre em Microbiologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo,microbiologiafbbr@gmail.com

fundamental: a enfermagem atua não apenas na assistência direta, mas também na educação em saúde, prevenção de agravos e promoção do autocuidado consciente. A enfermagem é essencial para interromper o ciclo da automedicação e favorecer o diagnóstico precoce da endometriose, por meio de ações educativas, escuta ativa e acolhimento humanizado. Portanto, é essencial ampliar a informação sobre a endometriose, destacando seus sintomas e incentivando o acompanhamento ginecológico regular.

Palavras-chave: Enfermagem. Mulher. Medicamento.

ENVELHECER COM QUALIDADE DE VIDA

Aline dos Santos da Silva[1]; Chauana Miguel de Morais[2]; Maria Clara Bastos Konarzewski[3]; Thailane de Jesus dos Santos[4]; Larissa de Oliveira Silva[5]

O projeto “Envelhecer com Qualidade de Vida” foi desenvolvido pelas estudantes de psicologia do 3º semestre da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), em parceria com o Supera, e teve como público-alvo idosos com faixa etária entre 50 e 75 anos. O tema surgiu da necessidade de ampliar o diálogo sobre a saúde emocional, cognitiva e psicomotora na velhice, fase marcada por mudanças significativas que podem impactar o bem-estar e a autonomia. Observa-se que muitos idosos apresentam sinais de declínio cognitivo, desmotivação e dificuldades motoras, mas nem sempre dispõem de suporte ou estímulo adequados, o que reforça a importância de ações educativas e integrativas voltadas à promoção da saúde e do autocuidado. O principal objetivo do projeto foi promover a reflexão e a conscientização sobre o cuidado com a saúde mental e corporal, estimulando a autoestima, o vínculo social e o fortalecimento da identidade pessoal por meio de atividades lúdicas e dinâmicas. Para isso, adotou-se uma metodologia participativa, iniciada com o planejamento coletivo do grupo e posterior contato com o Supera, onde as atividades foram realizadas no dia 17 de outubro de 2025, com duração de aproximadamente uma hora. A intervenção iniciou-se com uma roda de conversa mediada pela gerontóloga Alexia Galvão, que abordou a importância da estimulação cognitiva na terceira idade. Em seguida, foi aplicada a dinâmica “Pedra que Encanta”, na qual os idosos foram convidados a transformar uma pedra em uma peça artística que remetesse à infância, estimulando criatividade, memória afetiva e flexibilidade cognitiva. Os resultados demonstraram que atividades que envolvem lembranças pessoais, expressão emocional e interação comunitária contribuem para o fortalecimento da confiança, da autonomia e do bem-estar subjetivo. Houve engajamento significativo da maior parte dos participantes, apesar de uma idosa apresentar resistência inicial, o que foi gradualmente superado pelo acolhimento e escuta ativa do grupo. Como pontos positivos, destacaram-se o desenvolvimento da empatia, do trabalho em equipe, da criatividade e do cuidado compartilhado. A experiência evidenciou que ações simples, quando dotadas de significado, podem promover vivências profundamente enriquecedoras. Conclui-se que o projeto favoreceu a promoção da saúde emocional e cognitiva dos idosos, contribuindo para uma velhice mais ativa, sensível e inclusiva. Além disso, reforçou o papel das

[1] Graduanda em Psicologia pela FBBR, alineesilva008@gmail.com
[2] Graduada em Pedagogia, Graduanda em Psicologia pela FBBR, chauanamiguel@yahoo.com.br
[3] Graduada em Tecnólogo em Investigação Forense e Pericia Criminal, Graduanda em Psicologia pela FBBR, mariaclarabastoskonarzewski@gmail.com
[4] Graduanda em Psicologia pela FBBR, santosthailane11@gmail.com
[5] Graduada em psicologia, pós graduada em avaliação psicológica e psicodiagnóstico, pós graduada em psicopatologia, Coordenadora do curso de psicologia da FBBR, docente da FBBR, larissapsi.oliveira@gmail.com

práticas educativas como ferramenta de transformação e cuidado integral ao longo do envelhecimento.

Palavras-chave: Envelhecimento ativo. Saúde emocional. Estimulação cognitiva.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Fisioterapia

ENVELHECIMENTO CELULAR E QUALIDADE DE VIDA: PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Adeilde Costa Pires[1]; Alveline Araújo Lima Gomes[2]; Ana Claudia da Silva Pereira[3]; Danildes dos Santos Silva[4]; Vânia Mendes da Silva Lemes[5]; Yasmin Lira do Nascimento[6]; Fernanda dos Santos Nascimento[7]

O envelhecimento celular é um processo biológico natural caracterizado por alterações progressivas nas funções das células, influenciado por fatores genéticos, ambientais e comportamentais, impactando diretamente a saúde e a qualidade de vida. Compreender como esse processo é percebido pelas pessoas é relevante, uma vez que hábitos, crenças e fontes de informação podem favorecer ou dificultar a adoção de práticas preventivas. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo analisar a percepção da comunidade acadêmica sobre o envelhecimento celular, investigando hábitos, crenças e conhecimentos relacionados à prevenção do envelhecimento precoce. A pesquisa, de caráter exploratório-descritivo e abordagem quantitativa e qualitativa, foi realizada por meio de questionário eletrônico aplicado a 100 participantes da comunidade acadêmica. Os dados obtidos foram organizados em tabelas e gráficos, além de categorizados por temas emergentes nas respostas qualitativas, o que permitiu articular os resultados numéricos às percepções expressas pelos participantes. Os resultados apontaram que 67% dos participantes já haviam ouvido falar em envelhecimento celular, 72% acreditam ser possível retardar o processo e 84% destacaram a alimentação balanceada como principal fator preventivo. Observou-se ainda prática irregular de atividade física e dependência de redes sociais como fonte de informação (27%). Entre os produtos mais utilizados para o bem-estar, destacaram-se protetor solar (47%) e suplementos vitamínicos (43%). Esses achados indicam que, embora o tema seja conhecido por boa parte dos respondentes, nem sempre esse conhecimento se traduz em práticas regulares de cuidado com a saúde. Conclui-se que a comunidade acadêmica reconhece a importância de hábitos saudáveis para um envelhecimento de qualidade, embora a busca por informações em fontes não confiáveis e a crença em produtos sem respaldo científico revelem lacunas a serem trabalhadas. Dessa forma, sugere-se a ampliação de ações educativas no âmbito universitário, como palestras, campanhas e programas de promoção da saúde, a fim de fortalecer o acesso a informações seguras e incentivar práticas conscientes para o envelhecimento saudável.

[1] Discente de Fisioterapia, faculdade Brasileira do Rêconvavo, adeildes82@hotmail.com
[2] Discente de Fisioterapia, faculdade Brasileira do Rêconvavo, limaalveline@gmail.com
[3] Discente de Fisioterapia, faculdade Brasileira do Rêconvavo, Anaclaudiadasilvapereira32@gmail.com
[4] Discente de Fisioterapia, faculdade Brasileira do Rêconvavo,danildessantossilva6@gmail.com
[5] Discente de Fisioterapia, faculdade Brasileira do Rêconvavo, vaniaafinna@gmail.com
[6] Discente de Fisioterapia, faculdade Brasileira do Rêconvavo, Yasmin5835@icloud.com
[7] Doutora em Biotecnologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, Fernanda.santos@atmos.edu.br

Palavras-chave: Saúde. Prevenção. Vitalidade.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Fisioterapia

EQUILÍBRIO E ENVELHECIMENTO: O PAPEL DA ESCALA DE BERG NA AVALIAÇÃO FUNCIONAL

Adriele de Jesus da Silva[1]; Thainá Nunes Nogueira Martins[2]; Rosana Anunciação Cerqueira[3]; Crislane de Jesus Rosa[4]; Manoele Santos Faleiro[5]; Janine da Conceição Oliveira[6]; Iasmim Soares Barros Rocha[7]; Carla Januário de Jesus Linhares[8]

A Escala de Equilíbrio de Berg (Berg Balance Scale – BBS) é amplamente utilizada para avaliar o equilíbrio funcional em idosos e pessoas com comprometimentos neurológicos ou ortopédicos. Desenvolvida em 1989 por Katherine Berg, mensura o risco de quedas e a capacidade de realizar atividades funcionais relacionadas ao equilíbrio. O teste possui 14 tarefas pontuadas de 0 a 4, totalizando 56 pontos e classificando-se em: 0–20 (alta dependência e risco), 21–40 (dependência moderada) e 41–56 (independência e baixo risco). É sensível, confiável e padrão-ouro na avaliação. Tem como propósito identificar alterações no controle postural e no risco de quedas. A aplicação da escala permite observar movimentos simples e cotidianos, quantificar o grau de independência funcional, auxiliar no planejamento de metas terapêuticas, monitorar a evolução clínica e contribuir para a segurança e qualidade de vida da paciente. A paciente M.C.B.A., 69 anos, sexo feminino, aposentada e residente no Lar dos Idosos, possui Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e Hipertensão Arterial Sistêmica, sem histórico de quedas. No exame físico, observou-se escoliose torácica, joelhos encurvados, quadril antevertido e sensibilidade tátil ausente em pés. Apresentou força muscular diminuída em membros inferiores e superiores, equilíbrio estático preservado e dinâmico comprometido. Mantém mobilidade ativa e atividades de vida diária preservadas, com uso de CPAP noturno. Foram realizados anamnese, inspeção postural, avaliação de amplitude de movimento, força e sensibilidade, além da aplicação da BBS. O instrumento contém 14 tarefas funcionais que avaliam atividades do cotidiano, como levantar-se, permanecer em pé, alcançar objetos e girar o corpo. Foram utilizados materiais como a cadeira, cronômetro, cones, bosu, anel de pilates, caneleiras e um espaço adequado para deslocamento. A ação foi realizada no Lar dos Idosos, em Cruz das Almas (BA), pelos discentes de Fisioterapia da Faculdade Brasileira do Recôncavo. A paciente apresentou PA 130x70 mmHg, FC 72 bpm e SpO_2 94%. Na primeira aplicação da Escala de Equilíbrio de Berg obteve 48 pontos, indicando independência relativa e risco moderado de quedas. Na reavaliação, alcançou 39 pontos, evidenciando redução do equilíbrio dinâmico e maior risco de

[1] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Brasileira Do Recôncavo, belydora02@gmail.com
[2] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Brasileira Do Recôncavo, thainanunesmm@gmail.com
[3] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Brasileira Do Recôncavo, zanacerqueira23@gmail.com
[4] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Brasileira Do Recôncavo, Cris.lane.rosa33@gmail.com
[5] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Brasileira Do Recôncavo, faleiromanu672@gmail.com
[6] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Brasileira Do Recôncavo, janyneoliveira15@hotmail.com
[7] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Brasileira Do Recôncavo, yasmimsoares1717@gmail.com
[8] Fisioterapia pela FADBA,Pós graduação em fisioterapia neuro funcional, carladejesus_18@hotmail.com

quedas. Conclui-se que a escala se mostrou eficaz na avaliação do equilíbrio funcional, indicando declínio progressivo e necessidade de acompanhamento fisioterapêutico contínuo voltado ao fortalecimento muscular e prevenção de quedas.

Palavras-chave: Vivência. Escala. Equilíbrio.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Odontologia

ESTERILIZAÇÃO E A ODONTOLOGIA: CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE BRASILEIRA DO RECÔNCAVO (FBBR)

Alan Santos Moreira[1]; Amanda de Jesus dos Santos[2]; Fábio Dias Damasceno[3]; Jorge Eduardo Alves Novaes de Sá[4]; Danilo Almeida Brito[5]; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos[6]

A esterilização é definida como um processo de eliminação ou destruição completa de todas as formas de vida microbiana e é realizada por diversos métodos físicos e químicos. O processo deve seguir protocolos rigorosos que envolvem a limpeza e embalagem prévia dos instrumentos, a secagem completa e o uso de equipamentos como autoclaves devidamente testadas e monitoradas. Além disso, o controle biológico e químico da esterilização deve ser realizado periodicamente, assegurando a eficácia dos ciclos. Na Odontologia, esse processo constitui parte essencial da biossegurança, pois evita o contato com materiais infectantes que representam risco biológico para profissionais e pacientes. Visto isso, essa pesquisa teve como objetivo avaliar o conhecimento dos estudantes da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), do curso de Odontologia, sobre esterilização. Para isso, foi aplicado um questionário on-line, por meio do Google Formulários, e foi compartilhado com os estudantes o link através do WhatsApp; o questionário continha questões de múltipla escolha relacionadas a métodos e técnicas de esterilização. Dentre os 13 participantes que responderam ao questionário, 11 demonstraram possuir conhecimento adequado sobre o conceito de esterilização, enquanto 2 o confundiram com a redução parcial dos microrganismos e 10 indicaram a maior eficácia para a autoclavagem. A maioria dos estudantes reconheceu corretamente o conceito de esterilização e identificou a autoclave como o método mais eficaz. Esse equipamento utiliza alta pressão e vapor por período programado para esterilizar instrumentos, logo excluindo a possibilidade de crescimento microbiano, incluindo suas formas esporuladas, garantindo a biossegurança e prevenindo infecções em procedimentos médicos e odontológicos. PURI et al. (2010) avaliaram a eficácia e a conformidade dos métodos de esterilização em consultórios odontológicos, concluindo que a autoclave é o método mais eficaz, com uma taxa de falha de 1,57%, valor considerado muito inferior em relação ao número de processos bem-sucedidos (1.390 falhas em 88.527 ciclos). Conclui-se que os estudantes do curso de Odontologia da FBBR apresentam alto nível de conhecimento sobre esterilização, o que confirma a importância das disciplinas da área do ensino superior para formação do odontólogo para o entendimento do controle do crescimento microbiano e, por conseguinte, evitar infecções.

[1] Acadêmico do curso de odontologia, FBBR, alansantosmoreira11@gmail.com
[2] Acadêmico do curso de odontologia, FBBR, Mandaa.santos05@gmail.com
[3] Acadêmico do curso de odontologia, FBBR, fabioddamasceno06@gmail.com
[4] Acadêmico do curso de odontologia, FBBR, eduardonovaes088@gmail.com
[5] Professor dos cursos da área da Saúde, FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com
[6] Professor do curso de odontologia, FBBR, paulocarvalhor@icloud.com

Palavras-chave: Biossegurança. Odontologia. Saúde bucal. Controle microbiano. Conhecimento estudantil.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Fisioterapia

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE LOMBALGIA EM FISIOTERAPEUTAS QUE ATUAM EM NÍVEL HOSPITALAR: REVISÃO DA LITERATURA

Eline Fonseca dos Santos[1]; Josiane Moreira Germano[2]

Introdução: A lombalgia é condição frequente entre fisioterapeutas de atendimento hospitalar, com estudos apontando prevalências variáveis, sugerindo elevado risco ocupacional associado a posturas forçadas, movimentação de pacientes e jornadas prolongadas. No Brasil, a literatura disponível é mais fragmentada, mas registros em bases nacionais indicam ocorrência significativa de lombalgia em estudantes e profissionais de fisioterapia, relacionando fatores posturais, carga de trabalho e falta de medidas ergonômicas. As diretrizes e linhas de cuidado do Ministério da Saúde reconhecem a dor lombar como problema prioritário de atenção e recomendam ações de prevenção, educação postural e promoção da saúde ocupacional, medidas relevantes para reduzir absenteísmo e lesões entre fisioterapeutas hospitalares. Objetivo: Analisar fatores de risco para a ocorrência de lombalgia em fisioterapeutas que atuam no ambiente hospitalar e propor estratégias eficazes para a prevenção e redução da lombalgia com foco na promoção da saúde ocupacional e na melhoria das condições de trabalho. Metodologia: Essa pesquisa trata de uma revisão de literatura com objetivo de mostrar que os profissionais de fisioterapia também sofrem com o impacto da dor lombar. A pesquisa será realizada baseada nos dados do SciELO e Google Acadêmico, abrangendo artigos publicados nos últimos 10 anos. Foram selecionados estudos que abordam a lombalgia, intervenções e cuidados durante o atendimento do profissional com o paciente; foram selecionados artigos que abordaram lombalgia em fisioterapeutas e seus tratamentos e intervenções para a melhora dessa disfunção. Resultado: Espera-se que, após esse trabalho, o resultado seja que as empresas adotem programas preventivos de reabilitação contínua que promovam educação e saúde para minimizar a recorrência da lombalgia nos profissionais de fisioterapia que atuam em hospitais e clínicas. Sendo a lombalgia uma condição multifatorial, o fisioterapeuta deve ajustar sua postura diante de condição que sobrecarrega sua estrutura musculoesquelética e atentar para pausas para não intensificar a sobrecarga de trabalho. Considerações Finais: O estudo apresenta considerações sobre posturas inadequadas e sobrecarga de trabalho, aliadas à má postura do fisioterapeuta, para melhor condição de trabalho adequar o trabalho desse profissional.

Palavras-chave: Lombalgia. Fisioterapia. Disfunções musculoesqueléticas.

[1] Discente de fisioterapia 9º semestre, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, linefonseca92@gmail.com
[2] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, jossiane.germano@usp.br

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Fisioterapia

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS SOBRE OS BENEFÍCIOS DO MÉTODO PILATES NA REABILITAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM DOR LOMBAR CRÔNICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Janacy Santos da Silva[1]; Josiane Moreira Germano[2]

Introdução: A dor lombar crônica constitui uma das principais causas de limitação funcional em escala mundial, afetando uma parcela expressiva da população e comprometendo significativamente a qualidade de vida e a capacidade produtiva dos indivíduos. No contexto da reabilitação da dor lombar crônica, o Pilates tem como objetivo principal o fortalecimento dos músculos estabilizadores profundos do tronco, além de promover maior mobilidade articular e flexibilidade da coluna vertebral. A importância do Pilates no tratamento da dor lombar crônica, aliado aos seus princípios de controle e equilíbrio, justifica a realização deste estudo, que tem como objetivo investigar a eficácia dessa abordagem terapêutica na melhoria da função e qualidade de vida dos pacientes com dor lombar crônica. Objetivo: Analisar criticamente as evidências científicas disponíveis sobre os benefícios do método Pilates na reabilitação de indivíduos com dor lombar crônica. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Foram utilizados os seguintes descritores e palavras-chave: “Pilates”, “dor lombar crônica”, “reabilitação”, “fisioterapia”, e seus correspondentes em inglês: “Pilates”, “chronic low back pain”, “rehabilitation”, “physical therapy”, combinados com operador booleano AND. Os critérios de inclusão adotados foram: artigos publicados entre os anos de 2015 e 2025, redigidos em português e inglês, trabalhos que abordassem o método Pilates como intervenção em indivíduos com dor lombar crônica, artigos disponíveis na íntegra e de acesso gratuito. Foram excluídos da amostra: artigos duplicados entre as bases, trabalhos que não abordassem diretamente a prática do método Pilates como intervenção principal, estudos de opinião, editoriais, dissertações e resumos sem acesso ao texto completo. Resultados/Discussão: Os estudos analisados confirmam que o método Pilates é eficaz na reabilitação de indivíduos com dor lombar crônica, promovendo redução da dor, melhora funcional, aumento da força e ativação do core, além de ganhos em flexibilidade, equilíbrio e bem-estar psicossocial. As evidências indicam que tanto protocolos de baixa quanto de alta intensidade produzem resultados semelhantes, sendo o método seguro e adaptável a diferentes perfis de pacientes. Apesar das limitações metodológicas encontradas nos estudos, há consistência nos resultados, reforçando o Pilates como uma opção terapêutica eficaz e baseada em evidências. Pesquisas futuras devem padronizar protocolos e ampliar o acompanhamento de longo prazo. Considerações finais: O estudo conclui que o método Pilates é eficaz e seguro na reabilitação da dor lombar crônica, promovendo redução da dor, melhora funcional, flexibilidade e qualidade de vida. Atua também nos aspectos emocionais e posturais,

[1] Graduanda em Fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, sjanacy@gmail.com Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, jossiane.germano@usp.br
[2] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR, josiane.germano@usp.br

sendo uma abordagem terapêutica completa e recomendada para o tratamento dessa condição.

Palavras-chave: Dor lombar crônica. Técnicas de movimentos do exercício. Reabilitação. Fisioterapia. Qualidade de vida.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO CATALISADORA DE COMPETÊNCIAS CIDADÃS E DE GESTÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros[1]; Elaine Cristina Cartaxo Villas Boas[2]; Elisa Lima Mascarenhas[3]; Gabriel Cortés Ribeiro Goncalves Menezes[4]; Mariana Victória Guimarães dos Santos Lima[5]; Matheus Cortés Ribeiro Gonçalves Menezes[6]; Verena Loureiro Galvão[7]; Maria Gorete Borges Figueiredo[8]

Objetiva-se analisar como a extensão universitária, concretizada no evento interdisciplinar “Mistur@ê” da Universidade Católica do Salvador, catalisa a aprendizagem em gestão e a formação cidadã ao articular cuidado e inovação tecnológica na experiência discente. Partimos do entendimento de que a extensão, quando concebida como prática acadêmica indissociável do ensino e da pesquisa, amplia os ambientes de aprendizagem, conecta universidade e território e desenvolve competências transversais essenciais à atuação profissional e ao compromisso social. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso qualitativo, de orientação interpretativista, que acompanhou o ciclo de concepção, organização e realização do evento por estudantes e docentes de diferentes cursos. A produção empírica combinou entrevistas e grupos focais semiestruturados com análise documental (planos, relatórios e devolutivas dos participantes), examinados por análise temática realizada entre maio e julho de 2024. Os resultados indicam que o “Mistur@ê” opera como um laboratório vivo de aprendizagem situada. No eixo da gestão, observam-se ganhos em planejamento, liderança, cooperação, comunicação, negociação, resolução de problemas e gestão do tempo, além do fortalecimento do protagonismo estudantil e da corresponsabilidade em contextos reais. No eixo do cuidado, destacam-se a integração de práticas de saúde e bem-estar, a atenção humanizada às demandas da comunidade e a ampliação de empatia, ética e responsabilidade social. No eixo da inovação tecnológica, evidencia-se a apropriação crítica de ferramentas digitais em oficinas, protótipos e atendimentos, elevando a literacia tecnológica aplicada e a capacidade de integrar soluções a problemas concretos do território. Essa convergência produz pertencimento, ativa redes interdisciplinares e eleva a prontidão para o trabalho, ao mesmo tempo em que gera impactos tangíveis para a comunidade atendida. Conclui-se

[1] Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social. Universidade Católica do Salvador. lea.medeiros@ucsal.br.
[2] Mestre em Família na Sociedade Contemporânea. Universidade Católica do Salvador. elaine.boas@pro.ucsal.br.
[3] Especialista em Sexualidade e Psicologia. Universidade Católica do Salvador. elisamascarenhas0@gmail.com.
[4] Graduando em Enfermagem. Universidade Católica do Salvador. gabriel.menezes@ucsal.edu.br.
[5] Graduanda em Enfermagem. Universidade Católica do Salvador. marianavictoria.lima@ucsal.edu.br.
[6] Graduando em Enfermagem. Universidade Católica do Salvador. matheuscortes.menezes@ucsal.edu.br.
[7] Doutora em Medicina e Saúde Humana. Universidade Católica do Salvador. verena.galvao@pro.ucsal.br
[8] Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Universidade Católica do Salvador. maria.gorete@ucsal.br

que iniciativas como o “Mistur@ê” potencializam a indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão ao transformar enunciados institucionais em práticas com evidências, recomendando-se sua institucionalização com metas, indicadores e orçamento dedicados, além de monitoramento contínuo, para garantir sustentabilidade e expansão dos resultados educacionais e sociais.

Palavras-chave: Extensão universitária. Aprendizagem em gestão. Inovação tecnológica.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

FATORES DE RISCO E ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ariana Santos De Oliveira Carvalho[1]; Josiane Moreira Germano[2]

Introdução: A saúde mental dos profissionais da área da saúde é um tema de relevância social e acadêmica urgente, dada a intensa sobrecarga de trabalho, a escassez de recursos e as exigências emocionais constantes impostas por um modelo de gestão racional e produtivista, que frequentemente negligencia o bem-estar dos trabalhadores em detrimento da eficiência. Essa realidade aumenta a vulnerabilidade dos profissionais ao desenvolvimento de transtornos como ansiedade, depressão e a síndrome de *burnout*, cenário agravado pela ausência de estratégias institucionais eficazes de promoção da saúde mental no ambiente de trabalho e institucional para a sustentabilidade do sistema de saúde. Objetivo: Analisar os fatores de risco que impactam a saúde mental de profissionais da área da saúde e identificar as estratégias de promoção e enfrentamento descritas na literatura científica. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A busca foi realizada nas bases de dados LILACS, BDENF, BBO, INDEXPSI, InstitutionalDB, MEDLINE e PIE. Os descritores utilizados foram definidos a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), contemplando os seguintes termos: “saúde mental”, “profissionais de saúde”, “fatores de risco”, “estratégias de enfrentamento” e “promoção da saúde mental”. Para o refinamento dos resultados, empregaram-se os operadores booleanos AND e OR. Utilizaram-se como recorte temporal artigos publicados entre 2015 e 2025. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 16 artigos compuseram a amostra final, que foi analisada e categorizada em: (1) fatores de risco psicossociais e ocupacionais e (2) estratégias de promoção da saúde mental. Resultados e discussão: Os achados evidenciam que o adoecimento mental é multifatorial, sendo a sobrecarga ocupacional, o estresse, a falta de reconhecimento profissional e a exposição contínua ao sofrimento e morte os principais fatores de risco. Os resultados sugerem inserção de práticas para o campo da saúde tanto em nível profissional quanto institucional na qual as estratégias mais eficazes identificadas para o enfrentamento e promoção do bem-estar incluíram os programas de acolhimento psicológico, as práticas integrativas e complementares (como meditação e yoga) e as ações institucionais de suporte emocional e valorização profissional. A análise crítica revelou a necessidade de políticas organizacionais que promovam mudanças estruturais de promoção da saúde mental, com programas institucionais de apoio psicológico, avaliação periódica de condições laborais e reorganização das escalas e jornadas de trabalho. Considerações finais: A promoção da saúde mental dos profissionais da área da saúde exige uma abordagem multidimensional e intersetorial. É imprescindível que os serviços de saúde implementem políticas permanentes de apoio psicológico e de melhoria

[1] Graduanda em Enfermagem, FBBR arianasoc1307@gmail.com

[2] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, jossiane.germano@usp.br

das condições laborais, reconhecendo o cuidado com quem cuida como uma prioridade ética e institucional essencial para a sustentabilidade do sistema de saúde.

Palavras-chave: Saúde Mental. Saúde e bem-estar emocional. Profissionais de saúde. Fatores de risco. Estratégias de enfrentamento.

FORTALECENDO A IMUNIDADE: O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES SOBRE A RELAÇÃO DAS VITAMINAS E MINERAIS COM O SISTEMA IMUNE

Joice Vieira dos Santos[1]; Júlia de Souza Bispo[2]; Lídia Raine Bispo Barbosa[3]; Thainá dos Santos Dias[4]; Victória Maria Santos da Conceição[5]; Vitor Souza de Oliveira[6]; Zanon Santana Gonçalves[7]; Marisa Alves Ferreira[8]; Danilo Almeida Brito[9]; Fernanda dos Santos Nascimento[10]

O sistema imunológico atua como a principal linha de defesa do organismo contra agentes patogênicos, como vírus e bactérias. Para seu funcionamento adequado, são necessários energia e nutrientes que participam de processos como a produção de células de defesa, a regulação da inflamação e a proteção contra o estresse oxidativo. Entre esses nutrientes, destacam-se vitaminas e minerais, que atuam como cofatores em diversas reações bioquímicas. O conhecimento sobre a relação entre nutrição e imunidade é fundamental na formação do profissional de saúde, uma vez que deficiências nutricionais podem comprometer o sistema imunológico e aumentar a suscetibilidade a doenças. O presente estudo teve como objetivo investigar o papel de vitaminas, minerais e compostos bioativos na resposta imune, além de avaliar os hábitos alimentares da comunidade acadêmica. A pesquisa, de abordagem quantitativa e descritiva, foi realizada por meio de um formulário on-line, elaborado na plataforma *Google Forms* e compartilhado via *WhatsApp*. Participaram 25 estudantes, dos quais a maioria relatou bons hábitos de hidratação, com 60% declarando beber água regularmente. Em relação à alimentação, 40% afirmaram consumir frutas e verduras com frequência, principalmente laranja e cenoura, alimentos ricos em vitamina C e betacaroteno. Entretanto, observou-se baixo consumo de vegetais como espinafre, brócolis e beterraba, com predominância das respostas “nunca” ou “raramente” entre 22 participantes. Além disso, 14 respondentes afirmaram não estar dispostos a incluir esses alimentos na dieta. Os resultados evidenciam que, embora os participantes apresentem hábitos favoráveis à imunidade, ainda há dificuldades em manter uma alimentação variada e equilibrada. Conclui-se que é necessário ampliar estratégias educativas voltadas à promoção da saúde nutricional,

[1] Estudante do curso de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, joicevieiradsantos@gmail.com
[2] Estudante do curso de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, juliasouza58257@gmail.com
[3] Estudante do curso de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, barbosabispo6@gmail.com
[4] Estudante do curso de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo,thainadias641@gmail.com
[5] Estudante do curso de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, santosvictoriamaria30@gmail.com
[6] Estudante do curso de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, vs0527021@gmail.com
[7] Doutor em Genética e Biologia Molecular, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, zyarck@gmail.com
[8] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br
[9] Mestre em microbiologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, danilo.a.brito@hotmail.com
[10] Doutora em Biotecnologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernanda.santos@atmos.edu.br

estimulando a ingestão de alimentos ricos em micronutrientes e compostos bioativos. Tais ações são fundamentais para fortalecer o sistema imunológico e preparar futuros profissionais da saúde como agentes multiplicadores de informação e orientação alimentar.

Palavras-chave: Micronutrientes. Sistema imunológico. Alimentação saudável. Educação em saúde.

GAMETERAPIA COMO RECURSO FISIOTERAPÊUTICO PARA O DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Juliana Souza Santos[1]; Josiane Moreira Germano[2]

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista é uma condição neurológica que compromete aspectos da comunicação, comportamento e habilidades motoras, interferindo na autonomia e na qualidade de vida infantil. Nesse contexto, a fisioterapia tem papel essencial na promoção do desenvolvimento motor e na inclusão social dessas crianças. Objetivo: Analisar, por meio de revisão narrativa da literatura, os efeitos da gameterapia como recurso fisioterapêutico no desenvolvimento motor de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa e caráter exploratório. Foram realizadas buscas nas bases SciELO, PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), LILACS e Google Acadêmico, utilizando os descritores “Fisioterapia”, “Transtorno das Habilidades Motoras”, “Transtorno do Espectro Autista” e “Gameterapia”, combinados pelo operador booleano AND. Foram considerados estudos publicados no período de 2015 a 2024, em português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra. Excluíram-se trabalhos duplicados, teses, dissertações, editoriais, resenhas e pesquisas sem relação direta com o objeto deste estudo. Resultados e discussão: A análise da literatura sobre o uso da gameterapia como recurso fisioterapêutico no desenvolvimento motor de crianças com Transtorno do Espectro Autista revelou evidências consistentes acerca de seus benefícios, especialmente na coordenação motora, no equilíbrio e na percepção corporal. Diversos estudos apontam que crianças apresentam déficits motores que impactam diretamente sua autonomia, e a gameterapia, ao propor jogos digitais e exergames que exigem movimentos corporais, mostrou-se eficaz para promover melhorias significativas nessas áreas. Os achados evidenciaram que a gameterapia promove ganhos significativos na coordenação motora, equilíbrio, percepção corporal e esquema corporal, além de favorecer aspectos emocionais e sociais como autoestima, interação e motivação. A ludicidade e o ambiente interativo dos jogos contribuem para maior engajamento e adesão às terapias, tornando o processo mais dinâmico e prazeroso. As análises confirmam que a gameterapia representa uma estratégia inovadora e eficaz no desenvolvimento motor de crianças com Transtorno do Espectro Autista, proporcionando benefícios que abrangem aspectos emocionais, sociais e de engajamento, além dos físicos. Contudo, seu uso deve ser considerado como uma prática complementar à fisioterapia convencional, com atenção às limitações existentes, à necessidade de capacitação profissional e ao envolvimento ativo da família, garantindo maior eficácia e sustentabilidade dos resultados alcançados. Considerações finais: A gameterapia é um recurso inovador e eficaz quando utilizada de forma supervisionada e integrada às terapias convencionais, representando uma estratégia

[1] Estudante de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, juliana.souzaaa@hotmail.com
[2] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, josiane.germano@usp.br.

promissora para o desenvolvimento motor e global de crianças com Transtorno do Espectro Autista, além de potencializar a inclusão e a qualidade de vida infantil.

Palavras-chave: Fisioterapia. Transtorno das habilidades motoras. Transtorno do Espectro Autista. Gameterapia.

GENÉTICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: PERCEPÇÕES ACADÊMICAS NA ÁREA DA SAÚDE

Camila da Silva Conceição[1]; Helena Ribeiro dos Santos[2]; Leticia Eloy de Souza[3]; Manuela Oliveira da Silva[4]; Mirela Santos da Costa[5]; Rosana Bune da Silva[6]; Vanessa Ribeiro Rocha[7]; Danilo Almeida Brito[8]; Fernanda dos Santos Nascimento[9]; Zanon Santana Gonçalves[10]

A Genética humana é o estudo da transmissão de características herdadas em seres humanos, como cor dos olhos e predisposição a doenças, através de genes, DNA e cromossomos. Com os avanços e novas descobertas científicas e biotecnológicas, o domínio do conhecimento genético tornou-se fundamental na formação dos cursos da área da saúde, como os de Fisioterapia, Farmácia e Nutrição. Visto isso, o presente estudo teve como objetivo investigar o nível de conhecimento e a percepção dos acadêmicos da área da saúde acerca dos conceitos fundamentais de genética e de sua importância na formação profissional. Para isso, foi realizada uma pesquisa com formulário do Google Forms, contendo questões sobre o conhecimento em genética e sua importância na formação profissional. O link foi compartilhado com estudantes da área da saúde da FBBR via WhatsApp. Foram obtidas respostas de 50 participantes: 28 avaliaram seu conhecimento em genética como médio, 42 reconheceram a relevância da genética na formação acadêmica e 40 consideraram o espaço da disciplina relevante ou muito relevante. Entre as disciplinas citadas como contribuintes para o conhecimento em genética, destacam-se Microbiologia e Imunologia, Histologia, Genética e Embriologia, e Fisiologia Humana. A disciplina de Anatomia Humana também foi mencionada, embora por apenas 7 alunos. Essa menor frequência chama atenção, pois é possível integrar genética e anatomia, por exemplo, estudando malformações congênitas ou variações anatômicas ligadas a fatores genéticos. Conclui-se que, embora os estudantes compreendam a importância da genética para a saúde e para a formação profissional, ainda existem lacunas no ensino. Assim, há necessidade de aprimorar metodologias, utilizando estratégias ativas que estimulem raciocínio crítico e aplicação do conhecimento científico, formando profissionais mais preparados e conscientes do papel da genética na prática clínica e no cuidado ao paciente.

[1] Graduanda em bacharel em Fisioterapia, camillasilva853@gmail.com
[2] Graduanda em bacharel em Fisioterapia, helenars1234@gmail.com
[3] Graduanda em bacharel em Farmácia, leticiaeloy99@gmail.com
[4] Graduanda em bacharel em Nutrição, manuela02oliveirs@gmail.com
[5] Graduanda em bacharel em Nutrição, Mirelasantosdacosta03@gmail.com
[6] Graduanda em bacharel em Nutrição, rosabunysillva@gmail.com
[7] Graduanda em bacharel em Fisioterapia vanessaribeeiro052@gmail.com
[8] Mestre em Microbiologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, danilo.a.brito@hotmail.com
[9] Doutora em Biotecnologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernanda.santos@atmos.edu.br
[10] Doutor em Genética e Biologia Molecular, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, zyarck@gmail.com

Palavras-chave: Genética. Formação profissional. Saúde. Ensino. Percepção acadêmica.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

HÁBITOS ALIMENTARES E PERCEPÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA ENTRE ESTUDANTES DOS CURSOS DE SAÚDE

Aryana Palmeira Souza[1]; Ana Catherine Leal Miranda Moraes[2]; Alessandra dos Santos Maia[3]; Reinan Souza Lima[4]; Elisabete Santos de Jesus[5]; Stefany Silva dos Santos[6]; Marisa Alves Ferreira[7]; Fernanda dos Santos Nascimento[8]

A alimentação exerce papel essencial na manutenção da saúde e no bom funcionamento do organismo, pois fornece nutrientes fundamentais, como carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas, minerais e água, que sustentam os processos metabólicos das células. A adoção de hábitos alimentares equilibrados está diretamente associada à prevenção de doenças e à melhoria da disposição física e mental. O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção dos estudantes dos cursos de saúde sobre a importância da alimentação equilibrada para a saúde e o bem-estar. Para isso, aplicou-se um questionário on-line elaborado no *Google Forms*, contendo perguntas objetivas baseadas em livros didáticos e materiais de apoio da disciplina. O formulário foi divulgado por meio de QR Code e compartilhado via WhatsApp e presencialmente, buscando atingir estudantes da área da saúde, especialmente do curso de Enfermagem. A maioria dos respondentes era do sexo feminino (81,8%) e possuía entre 17 e 23 anos (54,5%). Os resultados mostraram que 66,7% dos participantes afirmaram incluir frutas e verduras nas refeições, enquanto 60,6% relataram consumir água regularmente ao longo do dia. Em relação à percepção sobre a qualidade da alimentação, 51,5% consideraram-na regular e 33,3% boa. Além disso, 93,9% relataram sentir efeitos negativos, como cansaço e dificuldade de concentração, quando não mantêm uma dieta equilibrada, e todos reconheceram que uma boa alimentação contribui para maior disposição física e mental. Conclui-se que, embora os estudantes demonstrem conhecimento sobre a importância da alimentação saudável, ainda há necessidade de incentivar a prática diária de hábitos alimentares adequados e a conscientização sobre o papel da nutrição na saúde celular e metabólica, visando à promoção integral da saúde no ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Equilíbrio nutricional. Funcionamento celular.

[1] Graduanda em enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, aryanapalmeira9@gmail.com
[2] Graduanda em enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, katherinemoraes.m@gmail.com
[3] Graduanda em enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, alessandramaia748@gmail.com
[4] Graduando em enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, reinansouzalima@hotmail.com
[5] Graduanda em enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, betejesus33@gmail.com
[6] Graduanda em enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, sanysilva347@gmail.com
[7] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br
[8] Doutora em Biotecnologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, Fernanda.santos@atmos.edu.br

IMPACTOS AMBIENTAIS E SAÚDE PÚBLICA: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA SAÚDE DA FACULDADE BRASILEIRA DO RECÔNCAVO

Bruna da Silva Cardoso[1]; Janaína Raiane Ferreira Sousa[2]; Julia Cunha de Souza[3]; Letícia Amorim Nunes[4]; Maria Luísa dos Santos[5]; Natália da Silva Cavalcante Rebouças[6]; Danilo Almeida Brito[7]; Fernanda dos Santos Nascimento[8]; Marisa Alves Ferreira[9]; Zanon Santana Gonçalves[10]

Os impactos ambientais correspondem às alterações no ambiente provocadas, sobretudo, pelas atividades humanas no espaço geográfico. Tais mudanças configuram um grande desafio para a sociedade contemporânea, representando um obstáculo significativo à promoção da qualidade de vida. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, cerca de 24% das doenças no mundo estão relacionadas a fatores ambientais, o que evidencia a estreita conexão entre o desequilíbrio ecológico e a saúde pública. O objetivo deste estudo foi analisar a percepção e o conhecimento de acadêmicos da área da saúde acerca da relação entre ambiente e saúde, com ênfase no controle da contaminação ambiental e nas estratégias de promoção da saúde humana e ambiental. Para isso, realizou-se uma pesquisa quantitativa, composta por perguntas objetivas aplicadas a universitários da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). O questionário *online* incluiu questões sobre o perfil dos participantes (n = 60) e sobre conhecimentos e percepções ambientais. As respostas foram coletadas anonimamente por meio do Google Forms, e os dados analisados e apresentados em gráficos de barras e de pizza. A maioria dos participantes (95%) reconhece a importância do controle da contaminação ambiental para a manutenção da saúde pública. Em relação aos tipos de contaminação mais prejudiciais, 38,3% apontaram a água e 36,7% o ar como os principais. Além disso, 83,6% afirmaram que a destruição dos recursos naturais pode causar doenças e outros problemas de saúde, evidenciando a consciência ambiental entre os estudantes. Quanto à formação, 52,5% consideraram que seus cursos abordam de forma adequada a relação entre meio ambiente e saúde, enquanto 34,4% disseram sentir-se preparados para orientar a comunidade sobre o tema. A análise das respostas revelou variações no nível de conhecimento, mas reforçou

[1] Discente de Farmácia, Faculdade Brasileira do Rêconvavo, sivabruna005@gmail.com
[2] Discente de Farmácia, Faculdade Brasileira do Rêconvavo, janainaraiane880@gmail.com
[3] Discente de Biomedicina, Faculdade Brasileira do Rêconvavo, juliacunhasouza4@gmail.com
[4] Discente de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Rêconvavo, leticiaamorimnunes@gmail.com
[5] Discente de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Rêconvavo, itsmallu16@gmail.com
[6] Discente de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Rêconvavo, natalyareboucas@hotmail.com
[7] Mestre em Microbiologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, danilo.a.brito@hotmail.com
[8] Doutora em Biotecnologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernanda.santos@atmos.edu.br
[9] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br
[10] Doutor em Genética e Biologia Molecular, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, zyarck@gmail.com

o reconhecimento da relevância do controle da contaminação ambiental como componente essencial para a promoção da saúde. Esses resultados destacam o papel fundamental do profissional de saúde na orientação da população quanto à educação ambiental e na promoção de ambientes mais saudáveis.

Palavras-chave: Saúde ambiental. Contaminação ambiental. Promoção da saúde. Sustentabilidade.

IMPACTOS DO CIGARRO E VAPE NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Adeilde Costa Pires[1]; Alveline Araújo Lima Gomes[2]; Ana Claudia da Silva Pereira[3]; Daniele Moreira França da Silva[4]; Letícia Amorim Nunes[5]; Natália da Silva Cavalcante Rebouças[6]; Yasmin Lira do Nascimento[7]; Danilo Almeida Brito[8]; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[9]; Marisa Alves Ferreira[10]

O tabagismo é reconhecido como uma das principais causas evitáveis de morte em todo o mundo. Nos últimos anos, surgiram novas formas de consumo da nicotina, como os cigarros eletrônicos, popularmente conhecidos como vapes. Embora apresentados como alternativas menos nocivas, estudos demonstram que essas modalidades também acarretam sérios riscos à saúde, especialmente entre crianças e adolescentes. Esse público é mais vulnerável ao vício em razão do desenvolvimento cerebral ainda em curso, o que pode afetar diretamente a memória, o aprendizado e o controle de impulsos. Nesse contexto, desenvolveu-se uma ação extensionista com o objetivo de avaliar os impactos do cigarro tradicional e do vape na saúde de crianças e adolescentes, promovendo a conscientização da comunidade sobre os riscos associados ao uso dessas substâncias. A ação foi realizada pelos graduandos da área da saúde da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), em uma Feira Expositiva no CETEP (Centro Territorial de Educação Profissional Recôncavo II Alberto Torres) e teve como público-alvo estudantes da rede pública do ensino médio, em Cruz das Almas – BA. Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário com perguntas objetivas, desenvolvido na plataforma *Google Forms* e disponibilizado por meio de um QR Code impresso em materiais distribuídos durante a atividade educativa. O questionário buscou compreender a percepção dos jovens sobre o uso de cigarros e vapes, bem como as motivações para o consumo. Entre os respondentes, 90% acreditaram que a proibição para menores de idade não é suficiente para evitar o uso, enquanto 75% apontaram influência das redes sociais e dos amigos, seguidos de 55% que citaram a moda e 35% a curiosidade como fatores determinantes. Na oportunidade, os graduandos realizaram uma exposição informativa sobre os efeitos da nicotina no organismo, os riscos do tabagismo e os benefícios da prevenção precoce. Foram utilizados

[1] Discente de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, adeildes82@hotmail.com
[2] Discente de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, limaalveline@gmail.com
[3] Discente de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, anaclaudiadasilvapereira32@gmail.com
[4] Discente de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, danielesilva.201417@gmail.com
[5] Discente de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, leticiaamorimnunes@gmail.com
[6] Discente de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, natalyareboucas@hotmail.com
[7] Discente de Fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, yasmin5835@icloud.com
[8] Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, danilo.a.brito@hotmail.com
[9] Coordenadora dos cursos da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, daniella.carvalho@atmos.edu.br
[10] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br

recursos visuais e materiais didáticos para facilitar o entendimento e estimular a participação dos jovens. A atividade despertou o interesse do público e possibilitou ampla troca de experiências, evidenciando a importância do diálogo e da escuta ativa como estratégias educativas. Com base nos resultados, constatou-se que o uso de cigarros e vapes representa um grave problema de saúde pública entre crianças e adolescentes, influenciado pelo meio social e digital. É necessário ampliar as ações de conscientização e prevenção, fortalecer políticas públicas de controle e estimular práticas educativas contínuas, capazes de formar uma geração mais informada, crítica e responsável.

Palavras-chave: Tabagismo. Saúde. Nicotina.

IMPACTOS DO USO PROLONGADO DE ANTICONCEPCIONAIS ORAIS NA SAÚDE FEMININA: REVISÃO INTEGRATIVA

Milena dos Santos Nascimento[1]; Danilo Almeida Brito[2]

Os anticoncepcionais orais são utilizados principalmente por mulheres em idade reprodutiva para prevenir gravidez, mas também podem ser utilizados para regular o ciclo menstrual, diminuir cólicas e tratar condições como acne e oleosidade excessiva na pele. No Brasil, em 2023, cerca de 72% das mulheres utilizavam anticoncepcionais orais. Esses medicamentos podem ser encontrados com diversas formulações, um exemplar pode ter formulação combinada com hormônios estrogênio e progesterona e as não combinadas como a minipílula que contém somente o hormônio progesterona. Sendo que todos atuam com o intuito de inibir a ovulação, de fazer alteração no endométrio e o espessamento do muco cervical dificultando a fertilização. É importante que os acadêmicos em enfermagem conheçam o tema, pois ele desempenha um papel central no planejamento familiar, na promoção da saúde da mulher e na educação dos pacientes. Este trabalho teve como objetivo analisar na literatura efeitos colaterais dos anticoncepcionais orais na saúde feminina com o uso prolongado. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, composta por três artigos científicos publicados nas plataformas SciELO e PubMed entre os anos de 2018 e 2025. Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: artigos que descrevessem os efeitos dos contraceptivos hormonais orais sobre os valores vasculares e pressóricos em mulheres que utilizavam esse tipo de medicamento. Os resultados indicam que o uso prolongado pode estar associado a um aumento do risco de trombose, pois é uma doença vascular que acomete as veias plantares laterais ou mediais, com manifestações clínicas específicas como dor na região plantar, edema e dificuldade na deambulação. A doença afeta predominantemente indivíduos do sexo feminino, de meia-idade e na maioria dos casos é idiopática. Os fatores de risco mais comumente associados são procedimentos cirúrgicos recentes, neoplasias e uso de anticoncepcionais orais. São destacadas também alterações cardiovasculares, pois demonstraram que o estrogênio exógeno contribui para a ativação do sistema renina-angiotensina-aldosterona, causando efeitos hipertensivos, mesmo em pequenas doses. Os dados encontrados permitem aperfeiçoar o conhecimento sobre o método contraceptivo, para individualizar a escolha e melhorar a adesão. Os dados mencionados anteriormente foram extraídos do trabalho realizado a partir de um estudo de caso e uma revisão integrativa de literatura, respectivamente. Portanto, é crucial uma avaliação individualizada, pois a eficácia e a segurança de cada método variam conforme as características de cada mulher e o acompanhamento com um profissional da enfermagem é essencial, pois o enfermeiro atua no acolhimento, escuta qualificada, avaliação clínica, anamnese detalhada, educação em saúde, tomada de decisão conjunta, orientação e reavaliação periódica que é importante a fim de garantir segurança e o bem-estar das mulheres em uso, além de promover o acesso

[1] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, milenanascimento1515@gmail.com
[2] Docente dos cursos da área da saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, microbiologiafbbr@gmail.com

a informações completas sobre as possíveis consequências do método, a monitorização e o gerenciamento dos efeitos colaterais.

Palavras-chave: Saúde da Mulher. Métodos Contraceptivos. Efeitos Colaterais.

IMPACTOS NEGATIVOS DO USO EXCESSIVO DE SMARTPHONES NA SAÚDE E NO DESENVOLVIMENTO DA COLUNA CERVICAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Noemy de Jesus Santos Ribeiro[1]; Josiane Moreira Germano[2]

Introdução: O uso excessivo de smartphones por crianças e adolescentes tem impacto negativo na saúde da coluna cervical, causando alterações posturais, sobrecarga muscular, dor cervical e fadiga. Além dos efeitos físicos, há repercussões psicossociais, como déficit de atenção, insônia e ansiedade. Objetivo: Investigar os impactos negativos do uso excessivo de smartphones na saúde e no desenvolvimento da coluna cervical de crianças e adolescentes. Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa da literatura realizada nas seguintes bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online); PubMed (National Library of Medicine); Google Acadêmico; LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Foram utilizados os descritores em português e inglês: “uso de smartphones”, “postura cervical”, “cervicalgia”, “crianças e adolescentes”, “alterações posturais”, “text neck”, “physiotherapy”, “postural education” combinados com operador booleano AND. Utilizou-se como recorte temporal estudos publicados entre 2008 e 2025, escritos em português, inglês ou espanhol; disponíveis na íntegra, gratuitamente. Foram excluídos: estudos duplicados; trabalhos que focavam em adultos ou idosos; publicações que não apresentavam relação direta com a temática. Resultados e discussão: Os achados deste estudo evidenciam que o uso excessivo de smartphones está fortemente associado a alterações posturais na coluna cervical, principalmente pela manutenção prolongada da postura de flexão anterior da cabeça. Adolescentes que utilizam esses dispositivos por longos períodos apresentam anteriorização da cabeça, encurtamento da musculatura flexora e fraqueza nos extensores cervicais, predispondo ao desenvolvimento de dor cervical e lombar. Além disso, a revisão identificou que tais alterações não afetam apenas o sistema musculoesquelético, mas também têm impacto sobre a saúde mental e o desempenho acadêmico. Outro ponto importante é o reforço de que há diferenças de risco entre faixas etárias e gêneros. Notou-se que meninas tendem a relatar mais dores cervicais. No que se refere às estratégias preventivas e fisioterapêuticas, a literatura aponta bons resultados com programas de educação postural com incentivo à prática de atividade física e recomendações de redução do tempo de tela, conforme orientações da Organização Mundial da Saúde. Isso demonstra que a fisioterapia tem papel central tanto na prevenção quanto no tratamento, com enfoque em alongamentos, fortalecimento da musculatura cervical e conscientização dos hábitos posturais. Conclusão: O uso prolongado de smartphones está associado à anteriorização da cabeça, encurtamento muscular e desequilíbrio postural, fatores que contribuem para o surgimento de dor cervical, lombar e alterações funcionais. Além disso, observou-se que essas consequências não se limitam ao aspecto musculoesquelético, mas

[1] Estudante de fisioterapia, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, noemyribeirofisio@gmail.com
[2] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, josiane.germano@usp.br

também influenciam a atenção, o rendimento escolar e a saúde mental de crianças e adolescentes. Faz-se necessária a implementação de estratégias educativas e fisioterapêuticas para promover hábitos posturais saudáveis e prevenir danos na população infantojuvenil.

Palavras-chave: Uso excessivo de smartphones. Alterações posturais em adolescentes. Cervicalgia. Intervenções fisioterapêuticas. Reeducação postural.

INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM IDOSO INSTITUCIONALIZADO COM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL: RELATO DE CASO

Beatriz Raiane dos Santos de Jesus[1]; Carlos Vinícius Conceição Moreira[2]; Clara de Almeida da Silva[3]; Gleyce Maria Lopes dos Santos[4]; Júlia Almeida de Santana[5]; Larissa Fiuza da Silva Costa[6]; Laryssa Ribeiro Pinto Silva Santos[7]; Mayara Oliveira Aragão[8]; Carla Januário de Jesus Linhares[9]

O processo de envelhecer traz consigo mudanças físicas e emocionais que impactam a autonomia do idoso. Entre as condições mais comuns, o Acidente Vascular Cerebral (AVC) é uma das principais causas de morte e incapacidade no Brasil, pois ocorre quando há uma interrupção do fluxo sanguíneo no cérebro, gerando limitações motoras, sensoriais ou cognitivas. Segundo dados do Ministério da Saúde (2025), o AVC é responsável por mais de 64 mil óbitos entre janeiro e outubro de 2025, o que equivale a um a cada seis minutos. O AVC isquêmico representa cerca de 85% dos casos, enquanto o hemorrágico representa aproximadamente 15%, além disso, 80% dos casos poderiam ser evitados com o controle de fatores de risco como hipertensão, diabetes, obesidade e sedentarismo. Para muitos idosos, o AVC representa um marco em suas vidas, exigindo adaptações e apoio constante para manter a independência. A fisioterapia desempenha papel essencial na reabilitação desses pacientes, promovendo a recuperação da mobilidade, do equilíbrio e das atividades de vida diária, além de prevenir complicações secundárias. O objetivo foi avaliar a funcionalidade, implementar intervenções voltadas à otimização da mobilidade e à prevenção de agravos, e relatar os desfechos obtidos durante o acompanhamento. Trata-se de um relato de caso descritivo e intervencional realizado no Lar dos Idosos, com um paciente de 74 anos, diagnosticado com AVC, diabetes mellitus tipo II, espondilose dorsal e hipertensão arterial sistêmica. As sessões fisioterapêuticas foram semanais, com duração média de 50 minutos, incluindo cinesioterapia ativa e assistida, alongamentos manuais, posicionamento terapêutico, exercícios respiratórios e atividades cognitivas. Durante o acompanhamento, observou-se melhora na interação social, maior resposta a estímulos cognitivos, leve redução de edema e rigidez articular, além de melhora na atenção, memória e engajamento nas atividades. Houve manutenção da postura funcional adequada e prevenção de complicações associadas à imobilidade. O paciente apresentou maior colaboração e interesse nas atividades propostas, demonstrando evolução na capacidade de concentração e na resposta a estímulos. Esses

[1] Graduanda de Fisioterapia, FBBR, raianybeatriz927@gmail.com
[2] Graduando de Fisioterapia, FBBR, nv1250c@gmail.com
[3] Graduanda de Fisioterapia, FBBR, claraccb0501@gmail.com
[4] Graduanda de Fisioterapia, FBBR, Gleycelopes0611@gmail.com
[5] Graduanda de Fisioterapia, FBBR, Juliaallmeida2@gmail.com
[6] Graduanda de Fisioterapia, FBBR, larissafiuzasilvacosta@gmail.com
[7] Graduanda de Fisioterapia, FBBR, Laryssaribeiro083@gmail.com
[8] Graduanda de Fisioterapia, FBBR, maymoa847@gmail.com
[9] Docente do curso de Fisioterapia, FBBR, carladejesus_18@hotmail.com

resultados reforçam a importância da continuidade do tratamento fisioterapêutico para potencializar ganhos motores e cognitivos, além de favorecer a socialização e o bem-estar. Conclui-se que a atuação fisioterapêutica em instituições de longa permanência é essencial para manter a funcionalidade e o bem-estar de idosos acometidos por AVC. A continuidade das sessões auxilia na prevenção de complicações, no estímulo físico e cognitivo e na promoção da socialização. O caso evidencia o papel central do fisioterapeuta na saúde integral do idoso, favorecendo maior autonomia e melhor qualidade de vida. Assim, reforça-se a importância de políticas que incentivem o cuidado interdisciplinar e humanizado.

Palavras-chave: Fisioterapia. Acidente Vascular Cerebral. Idoso.

INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS EM IDOSA INSTITUCIONALIZADA COM CONDIÇÕES CRÔNICAS: ABORDAGEM FUNCIONAL E PREVENTIVA

Valdineia dos Santos de Jesus[1]; Trycia Porccina dos Santos Santana[2]; Jaqueline Pereira dos Santos[3]; Joseane Oliveira da Conceição[4]; Larissa dos Santos de Almeida[5]; Rosilane de Almeida Santana[6]; Driele Sampaio Lima[7]; Nivia Maria da Conceição Santana[8]; Maksonei Santos Barret[9]; Carla Januário de Jesus Linhares[10]

O processo de envelhecimento está frequentemente associado a alterações musculoesqueléticas e ao desenvolvimento de doenças crônicas, como hipertensão arterial, osteoartrose e osteoporose, que podem comprometer a funcionalidade e a qualidade de vida dos idosos. Nesse cenário, a institucionalização exige cuidados contínuos e individualizados, capazes de preservar a independência possível e de prevenir agravos. No contexto da vivência extensionista realizada no Lar dos Idosos, desenvolveu-se um trabalho voltado à promoção da autonomia e do bem-estar de idosos institucionalizados, com ênfase na prevenção e na reabilitação funcional. A paciente J.S., de 69 anos, residente na instituição, apresentava histórico de hipertensão arterial sistêmica, osteoartrose e osteoporose, além de episódios de incontinência urinária de esforço e alterações posturais, como escoliose torácica e genu varo bilateral. A avaliação fisioterapêutica evidenciou déficits de equilíbrio, diminuição da força muscular e alterações no padrão de marcha, achados que orientaram a definição das condutas terapêuticas. As intervenções fisioterapêuticas incluíram exercícios com bola terapêutica, mini band, halteres e cones, voltados ao fortalecimento muscular, ao treino de equilíbrio e à reeducação da marcha, além de atividades específicas para o controle da incontinência urinária. Os recursos foram utilizados de acordo com as condições clínicas da paciente, buscando conciliar segurança, funcionalidade e participação ativa nas sessões. Durante o processo, observou-se melhora na estabilidade postural e na coordenação motora, bem como maior engajamento da paciente nas atividades propostas, o que indica a contribuição de uma abordagem funcional e preventiva para a manutenção de sua independência. Essa experiência extensionista proporcionou aos estudantes uma vivência prática do papel essencial da Fisioterapia no cuidado ao idoso, destacando a importância da avaliação individualizada e do acompanhamento contínuo no processo de reabilitação.

[1] Valdinéia dos Santos de Jesus Graduando em Fisioterapia, FBBR, neya.valadares@gmail.com
[2] Trycia Porccina Dos Santos Santana, Graduando em Fisioterapia,FBBR,triciasanto05@icloud.com
[3] Jaqueline Pereira dos Santos,Graduando em Fisioterapia,FBBR, jaquelinepsantos82@gmail.com
[4] Joseane Oliveira da Conceição, Graduando em Fisioterapia, FBBR,josyoliveira999999@gmail.com
[5] Larissa dos Santos de Almeida Graduando em Fisoterapia,FBBR larissasantos13062001@gmail.com
[6] Rosilane De Almeida Santana, Instituição de vínculo, FBBR,rosilanesantana012@gmail.com
[7] Driele Sampaio Lima,Graduando em Fisoterapia,FBBR, drielesampaio32@gmail.com
[8] Nivia Maria da Conceição Santana,Graduando em Fisoterapia,FBBR, niviadcsantana@gmail.com
[9] Maksonei Santos Barreto, Graduando em Fisioterapia, FBBR,maksoneybarreto035@gmail.com
[10] Carla Januário de Jesus Linhares, fisioterapeuta.carladejesus_18@hotmail.com

Além disso, contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre teoria e prática, promovendo melhorias na qualidade de vida e na funcionalidade dos idosos atendidos e reafirmando o compromisso da formação em saúde com o cuidado integral da pessoa idosa.

Palavras-chave: Fisioterapia geriátrica. Envelhecimento. Prevenção.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Fisioterapia

INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS NA REABILITAÇÃO DE PACIENTES PÓS-TUBERCULOSE: REVISÃO DE LITERATURA

Aisha Oliveira da Silva Fonseca[1]; Fabio Antônio Barbosa dos Santos[2]; Milena Silva Lopes[3]; Stefane Sampaio da Silva[4]; Tacio Pereira Copque[5]; Danilo Almeida Brito[6]

A tuberculose é uma doença infecciosa com grande impacto na saúde pública. Mesmo após o tratamento, muitos pacientes desenvolvem sequelas pulmonares, conhecidas como doença pulmonar pós-tuberculose, que comprometem a função respiratória, reduzem a capacidade de exercício e afetam a qualidade de vida. Os sintomas incluem falta de ar, fadiga, perda de peso e isolamento social, semelhantes aos observados em outras doenças respiratórias crônicas. Esta revisão teve como finalidade analisar intervenções fisioterapêuticas aplicáveis ao cuidado de pacientes com tuberculose, visando à reabilitação respiratória e à promoção da qualidade de vida. Trata-se de uma revisão de literatura descritiva e qualitativa realizada nas bases PubMed e SciELO, utilizando os descritores “tuberculose” OR “tuberculosis” AND “fisioterapia” OR “physiotherapy” OR “respiratory therapy” OR “pulmonary rehabilitation”. Foram encontrados 803 artigos, dos quais 29 atenderam aos critérios de inclusão, sendo publicados entre 2020 e 2025, textos completos em português ou inglês sobre fisioterapia respiratória na tuberculose. Foram excluídos artigos com mais de 10 anos, revisões, livros e textos incompletos. Seis artigos foram lidos na íntegra e um foi destacado para discussão. Os estudos evidenciaram que a fisioterapia respiratória contribui para a melhora da função pulmonar, aumento da capacidade funcional e melhor qualidade de vida. As técnicas mais citadas incluíram exercícios respiratórios, treinamento muscular inspiratório e reabilitação pulmonar supervisionada, destacando-se também a importância da atuação multiprofissional. O estudo que foi lido na íntegra e atendeu às questões de pesquisa realizou pesquisa com 260 indivíduos com doença pulmonar pós-tuberculose; 246 completaram 12 semanas de reabilitação pulmonar, apresentando melhorias significativas na capacidade de exercício, força muscular, escores de qualidade de vida e parâmetros pulmonares (FEV_1 e FVC). Esses dados reforçam que a reabilitação pulmonar estruturada é uma estratégia eficaz para essa população e também que programas que integram exercícios físicos e respiratórios, técnicas de desobstrução das vias aéreas, educação em autogestão, suporte nutricional e apoio psicossocial mostram-se promissores para melhorar função pulmonar, capacidade funcional e qualidade de vida. Conclui-se, a partir da literatura revisada, que a intervenção fisioterapêutica, com implementação de programas acessíveis e contínuos, idealmente integrados a políticas nacionais de saúde, é essencial para suprir a lacuna de cuidado

[1] Fisioterapia, FBBR, Aishasilva616@gmail.com
[2] Fisioterapia, FBBR, Binhofeliz9@gmail.com
[3] Fisioterapia, FBBR, Milenasilvalopes75@gmail.com
[4] Fisioterapia, FBBR, Stefanesampaio256@gmail.com
[5] Fisioterapia, FBBR, Taciocopque25@gmail.com
[6] Orientador, FBBR, Microbiologiaffbbr@gmail.com

enfrentada por esses pacientes que estão em tratamento de doenças pulmonares pós-tuberculose.

Palavras-chave: Tuberculose. Doença pulmonar pós-tuberculose. Fisioterapia respiratória. Reabilitação pulmonar.

MICROBIOTA E SAÚDE HUMANA: INFLUÊNCIA DOS HÁBITOS ALIMENTARES E PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE

Lenair Andrade Salles[1]; Gisele Moreira de Sá[2]; Gabriel Vaz da Silva[3]; Renan da Silva Costa[4]; Fernanda dos Santos Nascimento[5]; Zanon Santana Gonçalves[6]; Danilo Almeida Brito[7]

A microbiota humana é composta por trilhões de microrganismos que habitam o corpo humano, exercendo funções essenciais na digestão, na modulação do sistema imunológico e na proteção contra agentes patogênicos. Alterações na comunidade microbiana podem resultar em desequilíbrios fisiológicos e contribuir para o surgimento de diversas doenças. Diante das mudanças alimentares contemporâneas, caracterizadas pelo consumo elevado de alimentos ultraprocessados, torna-se necessário compreender como os hábitos alimentares influenciam a composição microbiana e o bem-estar geral. Este estudo teve como objetivo investigar a relação entre a composição da microbiota e a saúde geral, com foco em doenças comuns, a partir da percepção de estudantes da área da saúde. Para isso, aplicou-se um questionário on-line, elaborado no *Google Forms* e direcionado à comunidade acadêmica da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). O instrumento continha perguntas objetivas sobre conhecimento da microbiota, alimentação e saúde intestinal. Participaram da pesquisa 19 estudantes da área da saúde. Os resultados indicaram que 73,4% demonstraram conhecimento adequado sobre o conceito de microbiota, reconhecendo-a como o conjunto de bactérias, vírus e fungos que habitam o intestino. Quanto à influência da microbiota nas doenças intestinais, 52,6% consideraram que ela exerce grande impacto, 42,1% acreditam que influencia parcialmente e 5,3% afirmaram não perceber relação direta. Em relação aos hábitos alimentares, 47,4% declararam ter uma alimentação desequilibrada e 36,8% relataram manter dieta regular e variada. Conclui-se que os participantes apresentam bom entendimento sobre a importância da microbiota intestinal, mas ainda persistem hábitos alimentares inadequados que podem comprometer seu equilíbrio e a saúde geral. Os achados reforçam a necessidade de ações educativas voltadas à promoção da alimentação saudável e à

[1] Lenair Andrade Salles, Discente de fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo, lenairsalles@yahoo.com.br
[2] Gisele Moreira de Sá, Discente de farmácia na Faculdade Brasileira do Recôncavo, luark0923@gmail.com
[3] Gabriel Vaz da Silva, Discente de fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabrielvaaz03@gmail.com
[4] Renan da Silva Costa, Discente de fisioterapia na Faculdade Brasileira do Recôncavo, renansilvacosta17@outlook.com
[5] Fernanda dos Santos Nascimento, Doutora em biotecnologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, fernanda.santos@atmos.edu.br
[6] Zanon Santana Gonçalves, Doutor em genética e biologia molecular, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, zyarck@gmail.com
[7] Danilo de Almeida Brito, Mestre em microbiologia, Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, Danilo.a.brito@hotmail.com

conscientização sobre o papel da microbiota no bem-estar físico e mental, especialmente no contexto acadêmico.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Equilíbrio do corpo. Microrganismos benéficos.

NÃO É FRESCURA, É SOBREVIVÊNCIA: PRINCIPAIS CASOS DE ALERGIAS ALIMENTARES DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Amanda Lago de Andrade[1]; Danilo Almeida Brito[2]; Elen do Amor Divino Teixeira[3]; Gabriela Araújo Pires da Luz[4]; Giselle da Silva Santana[5]; Iago Santana de Jesus[6]; Rubenisa Conceição Barbosa[7]; Samara Sardinha Monteiro[8]; Taiuana Costa do Sacramento Ferreira[9]

As alergias alimentares são reações adversas do sistema imunológico a determinadas substâncias presentes nos alimentos, podendo causar sintomas que variam de leves a graves, como coceira, inchaço, dificuldade para respirar e, em casos extremos, risco de vida. No Brasil, estima-se que 2% dos adultos e 8% das crianças até dois anos convivam com algum tipo de alergia alimentar, segundo dados da Sociedade Brasileira de Pediatria e da ASBAID. É fundamental que os cursos da área da saúde abordem esse tema com profundidade, pois prepara os futuros profissionais para reconhecer, orientar e acolher pacientes alérgicos com empatia e segurança. Visto isso, esta pesquisa objetivou identificar o nível de conhecimento da comunidade e dos alunos sobre alergias alimentares. Para isso, a pesquisa foi realizada de forma presencial, logo após apresentações educativas em duas oportunidades, durante a semana de nutrição da FBBR e na feira de saúde no CETEP – Recôncavo II intitulada “Vitrine da Saúde”. Foram realizadas entrevistas com preenchimento de formulário com 7 questões fechadas. Foram obtidas 257 respostas: 64,2% dos participantes afirmam saber o que é uma alergia alimentar, 45,5% não têm o hábito de ler rótulos de alimentos industrializados, uma prática essencial para evitar o contato com substâncias alergênicas. Além disso, 71% relataram já ter vivenciado ou presenciado reações alérgicas, sendo leite, amendoim e frutos do mar os principais causadores, em que 65,4% informam que nessa situação foi necessário buscar atendimento médico, o que mostra a gravidade das ocorrências. Outro ponto que chama atenção é que 61,1% dos participantes já ouviram que alergia alimentar é “frescura”, o que pode descredibilizar quem convive com a condição. E talvez o dado mais preocupante: 47,5% disseram não saber como agir diante de uma reação alérgica grave. Esses resultados mostram que, embora exista algum conhecimento sobre o tema, ainda há uma grande distância entre saber e saber agir. Portanto, essa pesquisa reforça a importância de ações educativas que informem, desmistifiquem e preparem a população para lidar com alergias alimentares com mais responsabilidade, empatia e segurança. Também é essencial a presença de profissionais de saúde em formação nestes espaços

[1] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, amandalagoandrade@gmail.com
[2] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com
[3] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Adelen803@gmail.com
[4] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabryellaaraujopires@gmail.com
[5] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Santanagiselle843@gmail.com
[6] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, higopedrinhiago@gmail.com
[7] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, barbosarubenisa@gmail.com
[8] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, samaramonteiro2506@gmail.com
[9] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo Taiuanaferreira8@gmail.com

educativos, como escolas e instituições de ensino, para promoção de diálogos e vivências que alertem sobre os riscos das reações alérgicas desencadeadas por alimentos.

Palavras-chave: Reação Alérgica. Educação em saúde. Segurança alimentar.

NÃO É FRESCURA, É SOBREVIVÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE ALERGIA ALIMENTAR

Amanda do Lago Andrade[1]; Elen do Amor Divino Teixeira[2]; Gabriela Araújo Pires da Luz[3]; Giselle da Silva Santana[4]; Iago Santana de Jesus[5]; Rubenisa Conceição Barbosa[6]; Samara Sardinha Monteiro[7]; Taiuana Costa do Sacramento Ferreira[8]; Danilo Almeida Brito[9]

As alergias alimentares são reações adversas do sistema imunológico desencadeadas pela ingestão de determinados alimentos. Essa condição pode causar desde sintomas leves a reações graves que colocam a vida em risco. Em termos de prevalência, no Brasil as alergias alimentares afetam uma estimativa de 2 a 10% da população, enquanto as estimativas globais apontam para um número de 200 a 250 milhões de pessoas. Portanto, o conhecimento aprofundado sobre o tema é indispensável para a área da saúde. É vital para diagnosticar e manejar rapidamente reações graves como anafilaxia, salvar vidas e educar pacientes sobre a prevenção e o uso correto dos medicamentos. Visto isso, o objetivo desse trabalho foi promover ações educativas que contribuam para a prevenção de riscos à saúde causados por alergias alimentares. Para isso, foi realizada uma atividade extensionista intitulada “vitrine de saúde” no colégio CETEP Recôncavo II. Foram produzidos e apresentados diversos materiais, como banner confeccionado em papel metro com imagens impressas e pintura decorativa, folders informativos sobre o tema, e lembrancinhas contendo lenços, uma bala e um pequeno papel com informações sobre alergias alimentares, além de um cartão para anotar possíveis restrições alimentares. O espaço foi decorado com balões e cestinhas com balas, criando um ambiente acolhedor. A abordagem ao público ocorreu de forma interativa, conforme os visitantes passavam pelo estande e assistiam à apresentação; ao final, foram convidados a responder a um questionário sobre o tema. A vivência na feira foi bastante enriquecedora, pois proporcionou momentos de troca de saberes entre os participantes e o público visitante. Foi possível divulgar informações corretas, desmistificar preconceitos e despertar maior conscientização sobre a importância do diagnóstico e manejo adequado. O interesse e a participação ativa das pessoas foram pontos positivos que demonstraram o impacto do projeto e o alcance da mensagem transmitida; por outro lado, alguns desafios foram identificados, como o espaço físico reduzido e o calor intenso no ambiente, que dificultaram a realização das atividades de forma mais confortável. Com isso, podemos

[1] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, amandalagoandrade@gmail.com
[2] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Adelen803@gmail.com
[3] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gabryellaaraujopires@gmail.com
[4] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Santanagiselle843@gmail.com
[5] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, higopedrinhiago@gmail.com
[6] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, barbosarubenisa@gmail.com
[7] Graduanda de Farmácia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, samaramonteiro2506@gmail.com
[8] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo Taiuanaferreira8@gmail.com
[9] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

concluir que a participação na vitrine de saúde proporcionou uma vivência significativa, permitindo relacionar os conhecimentos adquiridos em sala de aula com a prática educativa junto à comunidade. A experiência despertou uma reflexão sobre a importância do papel dos profissionais da saúde na orientação e conscientização da população, especialmente diante de temas que ainda são cercados por desinformação e preconceitos, como as alergias alimentares.

Palavras-chave: Prevenção. Formação profissional. Extensão. Reação Alérgica.

EIXO 04 • SAÚDE

NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DA FBBR SOBRE AGENTES PATOGÊNICOS CAUSADORES DE DOENÇAS BUCAIS E SUAS MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS

Maria Eduarda Freitas Matos[1]; Luis Gustavo Oliveira Miranda[2]; Milena de Jesus Pinheiro Lima[3]; Camila Ribeiro Brandão[4]; Carina dos Santos Moreira[5]; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos[6]

Os agentes patogênicos bucais são microrganismos responsáveis por causar doenças na cavidade oral. Dos principais agentes patogênicos, destacam-se fungos, vírus e bactérias que podem causar infecção na gengiva, esmalte dentário, glândulas salivares, ligamento periodontal e nas arcadas. O conhecimento sobre agentes patogênicos é essencial para o odontólogo, pois a manutenção da saúde bucal está diretamente relacionada ao diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças como cárie e periodontite. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento dos estudantes da FBBR sobre alguns patógenos causadores de doenças bucais e suas manifestações clínicas. Para isso, foi aplicado formulário on-line pelo Google Formulários, com envio do link pelo aplicativo WhatsApp, com questionário possuindo questões fechadas sobre agentes patogênicos causadores de doenças bucais e suas manifestações clínicas e foi destinado aos estudantes do curso de Odontologia da FBBR. Dentre os 13 participantes, todos indicaram como resposta principal a cárie, periodontite e HPV e o mesmo número para edema como a principal manifestação e como um dos sinais mais frequentes. Sobre a relação entre patologia e tecido bucal atingido, os 13 participantes relacionaram a cárie como lesão do tecido dentário. Podemos avaliar que os participantes possuem compreensão adequada sobre os principais patógenos, como os causadores de cárie e periodontite, bem como sobre as manifestações clínicas mais frequentes, como o edema, e a relação entre patologia e tecido afetado. Portanto, o conhecimento do modo como os agentes patogênicos atuam na cavidade oral é essencial para formação em Odontologia. Esse conhecimento permite que o profissional identifique doenças com mais precisão, trate de forma eficaz e, principalmente, previna que elas apareçam. Além disso, a capacidade de reconhecer os sinais clínicos e a relação entre o agente e o tecido afetado é o que diferencia um atendimento comum de uma prática realmente responsável e completa, voltada para a saúde e a qualidade de vida do paciente.

Palavras-chave: Conhecimento acadêmico. Microrganismos orais. Alterações bucais.

[1] Maria Eduarda Freitas Matos, freitasduda057@gmail.com
[2] Luis Gustavo Oliveira Miranda, gustavomiranda5673@icloud.com
[3] Milena de Jesus Pinheiro Lima, milenapinheiro22@hotmail.com
[4] Camila Ribeiro Brandão, camilabrandao2007@gmail.com
[5] Carina Dos Santos Moreira, domingos2950@hotmail.com
[6] Paulo Ricardo Carvalho dos Santos, paulocarvalhor@icloud.com

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Odontologia

NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA SOBRE AGENTES VIRAIS ORAIS

Caliandra Mascarenhas Santana[1]; Camila da Silva Passos[2]; Maiara Nunes Barbosa[3]; Miriana Brito Almeida[4]; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos[5]; Danilo Almeida Brito[6]

Os vírus são micro-organismos capazes de infectar os tecidos orais, causando lesões, inflamações ou infecções na mucosa, gengiva, língua, lábios e outras estruturas. As infecções virais orais mais comuns são provocadas por vírus como o Papilomavírus Humano (HPV), o Vírus Epstein-Barr (EBV) e o Vírus Herpes Simplex (HSV). Estima-se que cerca de 70% da população já tenha tido contato com algum tipo de herpesvírus e com o HPV, sendo ambos os agentes mais frequentemente associados a lesões orais. Diante disso, o tema mostra-se de grande relevância para a Odontologia para preparo dos profissionais a lidar com as patologias virais que possam surgir nos consultórios e para atuar na orientação dos pacientes em relação à prevenção. Visto isso, o presente trabalho teve como objetivo avaliar o nível de preparo dos futuros cirurgiões-dentistas para identificar, prevenir e manejar infecções virais bucais, promovendo segurança clínica, prática baseada em evidências e prevenção de complicações sistêmicas. Para a coleta de dados, foi aplicado um formulário online para os estudantes de odontologia da FBBR, que foi elaborado no Google Formulários e encaminhado aos participantes via aplicativo WhatsApp. O questionário continha três questões objetivas que avaliaram o conhecimento dos estudantes sobre lesões orais associadas a vírus. Entre os 11 participantes que responderam ao questionário, 10 consideraram a higienização das mãos e superfícies uma medida muito eficaz na prevenção de infecções virais, enquanto 9 destacaram a vacinação como a principal estratégia preventiva. O uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) foi avaliado como altamente eficaz por 8 estudantes, e a educação em saúde bucal foi citada por 7. Em relação aos vírus mencionados, o HSV foi citado por todos os 11 participantes, o HPV por 9 e o EBV por 6, enquanto os vírus Influenza e Hepatite B apresentaram baixa associação com a cavidade oral. O uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) atua como uma barreira física essencial, prevenindo a contaminação do profissional por fluidos, secreções e aerossóis durante o atendimento clínico, garantindo segurança e biossegurança no ambiente odontológico. Conclui-se que os acadêmicos demonstraram um bom nível de conhecimento sobre os principais agentes virais orais, reforçando a importância da educação contínua em virologia odontológica e da valorização das práticas de biossegurança na formação profissional.

[1] Acadêmico do curso de odontologia, FBBR, calymascarenhas@gmail.com
[2] Acadêmico do curso de odontologia, FBBR, camilapassos122@gmail.com
[3] Acadêmico do curso de odontologia, FBBR, maiaranunes171@gmail.com
[4] Acadêmico do curso de odontologia, FBBR, mirianabritoalmeida@gmail.com
[5] 5 Mestre em microbiologia, FBBR, paulocarvalhor@icloud.com
[6] 6 Mestre em microbiologia, FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

Palavras-chave: Vírus. Prevenção. Infecções orais. Saúde oral.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Odontologia

NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS DE ESTUDANTES DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA FBBR

Nuno Gabriel Sampaio Silva[1]; Samara Gois de Oliveira[2]; Gustavo Elias dos Santos Pereira[3]; Kauan Rebouças da Silva[4]; Danilo Almeida Brito[5]; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos[6]

A odontologia estética tem ganhado destaque nas últimas décadas, acompanhando o aumento da preocupação das pessoas com a aparência e o bem-estar. Mais do que apenas restaurar a função dos dentes e da boca, os procedimentos estéticos odontológicos têm como objetivo harmonizar o sorriso, melhorar a autoestima e contribuir para a qualidade de vida dos pacientes. Assim, a estética bucal tornou-se uma área essencial dentro da odontologia contemporânea, unindo ciência, tecnologia e arte para alcançar resultados naturais e satisfatórios. Considerando esses fatores, esta pesquisa teve como objetivo analisar o nível de conhecimento relacionado a procedimentos estéticos odontológicos de alunos do primeiro e segundo semestre do curso de odontologia da Faculdade Brasileira do Recôncavo da Bahia (FBBR). Para alcançar esse resultado, foi feito um formulário no Google Forms contendo questões relacionadas a procedimentos estéticos. O link do questionário foi divulgado via WhatsApp, com o intuito de facilitar o alcance e a participação dos estudantes da FBBR. Ao todo, foram obtidas 14 respostas de alunos do curso de odontologia da instituição. Dentre os participantes, os dados obtidos revelam que os estudantes, em sua maioria do segundo semestre e com faixa etária entre 18 e 21 anos, 7 apresentam um nível de conhecimento predominantemente intermediário sobre procedimentos estéticos odontológicos, com maior familiaridade em clareamento dental, 9 participantes apresentaram conhecimento sobre técnicas como toxina botulínica e preenchimento facial. Observa-se também uma percepção consciente quanto aos possíveis impactos biológicos desses procedimentos, destacando o esmalte dentário, a gengiva e a mucosa como os tecidos mais afetados. De modo geral, os 14 participantes reconhecem que os procedimentos estéticos podem gerar tanto benefícios quanto efeitos adversos ocasionais, demonstrando uma postura crítica e equilibrada diante das práticas clínicas. Entretanto, ao analisar especificamente o conhecimento sobre a toxina botulínica, nota-se que ele se concentra majoritariamente em sua aplicação estética, havendo uma lacuna significativa em relação ao seu uso terapêutico. A toxina botulínica possui diversas aplicações em procedimentos odontológicos não estéticos, como no tratamento de bruxismo, disfunção temporomandibular (DTM), dores miofasciais, trismo e sialorreia, mas esses usos ainda são pouco abordados na formação inicial dos estudantes. Essa limitação pode estar relacionada à ênfase comercial e midiática da toxina como produto estético. Esses resultados indicam que, mesmo em fases iniciais da formação, os

[1] Acadêmico do curso de odontologia, FBBR, nunoalt1@gmail.com
[2] Acadêmico do curso de odontologia, FBBR, samgois2028@gmail.com
[3] Acadêmico do curso de odontologia, FBBR, gustavoeliasdossantos3@gmail.com
[4] Acadêmico do curso de odontologia, FBBR, kaunreboucas25@gmail.com
[5] Docente da FBBR, FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com
[6] Docente da FBBR, FBBR, paulocarvalhor@icloud.com

estudantes já desenvolvem uma compreensão importante sobre a relação entre estética e saúde bucal, evidenciando a necessidade de aprofundamento teórico e prático ao longo do curso.

Palavras-chave: Toxina botulínica. Estética. Clareamento dental. Gengiva.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Nutrição

NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO COMO PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS

Iasmim Conceição Santos[1]; Danielle Conceição da Cunha[2]; Danildes dos Santos Silva[3]; Vanessa Barbosa Gomes[4]; Railson Alves Correia de Almeida Júnior[5]

O consumo diário de uma boa alimentação, como frutas, legumes, verduras e vitaminas, está associado ao menor risco para algumas doenças crônicas, como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer. Os benefícios de uma dieta balanceada também se estendem à saúde mental, pois a alimentação adequada pode influenciar positivamente o humor, reduzir o risco de depressão e contribuir para a saúde do cérebro a longo prazo. Desse modo, a educação alimentar configura-se como uma estratégia relevante de promoção da saúde e de prevenção de doenças no cotidiano da comunidade. O objetivo deste trabalho é conscientizar sobre o quanto uma alimentação saudável é importante para a manutenção da saúde, fornecendo os nutrientes necessários, melhorando o bem-estar e prevenindo doenças. As atividades educativas aconteceram no posto da Tabela, em Cruz das Almas, Bahia, onde foi feita uma apresentação com banner mostrando uma pirâmide alimentar e explicações sobre o consumo de açúcares, massas brancas, pães e refrigerantes, que podem causar diabetes e ganho de peso. Também foram apresentados alimentos importantes, como peixes, ovos e feijão, que fornecem proteínas, e os ricos em ômega-3, como a sardinha, que previne doenças cardiovasculares. A pirâmide alimentar serviu como recurso visual para facilitar a compreensão do público sobre os diferentes grupos de alimentos e sobre aqueles que devem ser consumidos com moderação. Para aproximar o público, foram entregues saladas de frutas e lembrancinhas, incentivando o consumo de alimentos frescos e naturais. As intervenções realizadas através desse estudo ajudaram o público a entender melhor como a alimentação influencia a saúde física e mental. Houve boa participação e interesse nas orientações dadas, mostrando que atividades práticas e educativas são importantes para estimular escolhas alimentares mais saudáveis no dia a dia. Conclui-se, assim, que ações educativas desenvolvidas junto à comunidade contribuem para a conscientização sobre o papel da alimentação na prevenção de doenças crônicas e na promoção do bem-estar.

Palavras-chave: Bem-estar. Saúde. Educação nutricional.

[1] Graduanda em Nutrição, FBBR, Yasmimsantos1551@gmail.com
[2] Graduanda em Nutrição, FBBR,dani_cunha82@hotmail.com
[3] Graduanda em Nutrição, FBBR,danildessantossilva6@gmail.com
[4] Pós-graduada, IPGS, ntcvanessagomes@gmail.com
[5] Pós-graduado, UFRB, raylson.ac@gmail.com

EIXO 04 • SAÚDE | Cursos: Nutrição, Psicologia, Fisioterapia

O CONHECIMENTO ACADÊMICO DA ÁREA DE SAÚDE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA NERVOSO

Caroline do Evangelho da Conceição[1]; Rosenilda Santos da Conceição[2]; Rubenisa Conceição Barbosa[3]; Thailan Brito Pereira[4]; Vitória de Jesus Lemos[5]; Danilo Almeida Brito[6]; Fernanda dos Santos Nascimento[7]; Zanon Santana Gonçalves[8]

O sistema nervoso é responsável por captar, processar e elaborar a resposta diante dos estímulos aos quais é submetido. É constituído por tecido nervoso e pode ser dividido em Sistema Nervoso Central (SNC), composto pelo encéfalo e pela medula espinhal e Sistema Nervoso Periférico (SNP), composto pelos nervos, gânglios e terminações nervosas. Esse sistema é fundamental para que o corpo humano seja capaz de responder adequadamente aos estímulos externos e internos, garantindo a manutenção das funções vitais e a interação com o ambiente.

Por isso, o estudo sobre o sistema nervoso se justifica pela sua importância no controle e na coordenação das funções corporais, além de sua relação direta com a saúde e o bem-estar do ser humano. Compreender seu funcionamento é essencial para os profissionais e estudantes da área de saúde, pois permite identificar alterações neurológicas e contribuir para a prevenção e o tratamento de doenças que afetam o sistema nervoso. Observa-se que, após a divulgação de um questionário aplicado a estudantes da área de saúde da comunidade acadêmica da FBBR, cujas respostas foram analisadas de forma descritiva, a fim de discutir e compreender o funcionamento do sistema nervoso, os resultados evidenciaram que 70% dos participantes apresentaram conhecimento limitado quanto à identificação precoce de sinais e sintomas de doenças neurológicas agudas e crônicas, como AVC e Alzheimer. A discussão dos dados mostrou consonância com levantamentos recentes, que apontam aumento expressivo da incidência dessas patologias nas últimas décadas, com impacto mundial em bilhões de pessoas.

Conclui-se que há uma necessidade de ampliação do conhecimento acadêmico e conscientização sobre medidas preventivas, para reduzir a vulnerabilidade da população frente às doenças neurológicas.

Palavras-chave: Doenças neurológicas. Estudantes. Conhecimento acadêmico.

[1] Caroline do Evangelho da Comceição,cursando nutrição na FBBR,evangecaroline452@gmail
[2] Rosenilda Santos da Conceição, cursando nutrição na FBBR, rosenildasant18@gmail.com
[3] Rubenisa Conceição Barbosa, cursando psicologia na FBBR,barbosarubenisa@gmail.com
[4] Thailan Brito Pereira, cursando nutrição na FBBR,britothailan6@gmail.com
[5] Vitória de Jesus Lemos, cursando fisioterapia na FBBR,jesussvitoria.17@gmail.com
[6] Danilo de Almeida Brito, mestre em microbiologia, docente da FBBR, danilo.a.brito@hotmail
[7] Fernanda dos Santos Nascimento, doutora em biotecnologia, docente da FBBR,fernanda@atmos.edu.br
[8] Zanon Santana Gonçalves, doutor em genética e biologia molecular, docente da FBBR,zyarck@gmail.com

O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE A DOAÇÃO DE SANGUE

Geovana da Anunciação França[1]; Samira de Jesus Fonseca[2]; Luiza Santos Sales[3]; Juliana dos Santos Lobo[4]; Beatriz Vieira Chabi[5]; Josimeire dos Santos do Nascimento[6]; Yuri da Silva Araújo[7]; Luciana Leite Souza[8]; Danilo Almeida Brito[9]

A doação de sangue constitui um ato de solidariedade de extrema relevância para a saúde pública, desempenhando um papel essencial na preservação de vidas, especialmente em situações de emergência. Esse é também um ato de cidadania e responsabilidade social, pois cada doação tem o potencial de salvar diversas vidas de pacientes em situações de emergência, cirurgias e tratamentos contínuos. A doação de sangue possui papel fundamental no âmbito da enfermagem, uma vez que contribui para assegurar a segurança e a eficácia nos processos de coleta e transfusão sanguínea. Além disso, a enfermagem desempenha função essencial na proteção do doador, na promoção da saúde e na conscientização da comunidade, visando ao aumento do número de doadores e o fortalecimento dessa prática solidária. Visto isso, nossa pesquisa objetivou analisar o nível de conhecimento dos participantes, buscando compreender o nível de conhecimento, percepção e engajamento dos indivíduos em relação a essa prática solidária e essencial para a saúde pública. Para isso, foi realizada a aplicação de um questionário elaborado na plataforma Google Forms, composto por três questões objetivas sobre as percepções da doação de sangue. O acesso ao questionário foi disponibilizado por meio de um link compartilhado com os respondentes pelo WhatsApp. De acordo com os resultados do levantamento realizado com 42 participantes, 32 integrantes demonstraram compreender a relevância da doação de sangue, destacando-a como um ato de extrema importância, especialmente em situações que envolvem complicações durante o parto, nas quais o sangue doado pode ser determinante para a preservação da vida materna e do recém-nascido. No entanto, observou-se que esses mesmos participantes afirmaram que não doam sangue por questões de problema de saúde, e 36 integrantes informaram que só doam sangue em situações de necessidades com amigos e familiares, tal comportamento evidencia a importância de ampliar campanhas de conscientização que estimulem a doação voluntária e contínua, desvinculada de laços pessoais, de modo a fortalecer os estoques dos bancos de sangue e garantir que esse recurso vital esteja disponível para todos que dele necessitam. Os

[1] Graduando em enfermagem, FBBR, geofanunciacao2131@gmail.com
[2] Graduando em enfermagem, FBBR, samirafonsecaenf@gmail.com
[3] Graduando em enfermagem, FBBR, salesluiza830@gmail.com
[4] Graduando em enfermagem, FBBR, julianasantoslobo13@gmail.com
[5] Graduando em enfermagem, FBBR, beatriz_chabi@hotmail.com
[6] Graduando em enfermagem, FBBR, josi.meiry@hotmail.com
[7] Graduando em enfermagem, FBBR, yuridasilvaaraujo01@gmail.com
[8] Graduando em enfermagem, FBBR, lucyannaleyty@gmail.com
[9] Professor orientador, FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

resultados revelam que há conscientização sobre a importância da doação de sangue, especialmente em casos de urgência, mas muitos ainda deixam de doar por motivos de saúde. Além disso, grande parte dos informantes doariam apenas para ajudar amigos ou familiares, o que indica a necessidade de intensificar campanhas educativas que estimulem a doação voluntária e regular como um ato de solidariedade e responsabilidade social. Conclui-se que a população reconhece a doação de sangue como ato essencial para salvar vidas, mas ainda faltam mais ações de conscientização para ampliar a motivação da população em se tornarem doadores.

Palavras-chave: Conscientização. Transfusão sanguínea. Enfermagem.

O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE A HERPES SIMPLES: PATOGÊNESE E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

Ana Gabriela dos Santos Gomes[1]; Evellin Valeria da Silva Santos[2]; Júlia de Santana Silva[3]; Luiz Alberto Queiroz Ferreira[4]; Letícia Liz Sérgio de Jesus Silva[5]; Maria Clara S. Fiais[6]; Maria Clara Soares Maia[7]; Marcus Vinícius da Silva Almeida[8]; Danilo Almeida Brito[9]

A herpes simples é uma infecção viral de alta prevalência causada pelo vírus herpes simplex (HSV) e não apenas afeta uma grande parcela da população, mas também carrega um estigma social significativo que pode comprometer negativamente a qualidade de vida dos indivíduos. De acordo com o Ministério da Saúde e dados de saúde pública, o vírus do herpes simples tem uma prevalência extremamente alta na população brasileira, com estimativas indicando que a grande maioria dos adultos já foram infectados, embora muitos sejam assintomáticos. Diante disso, a atuação da enfermagem é fundamental, pois combina a educação do paciente sobre prevenção e transmissão com o cuidado direto das lesões para aliviar sintomas e evitar complicações. Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo foi avaliar o nível de conhecimento dos participantes sobre diferentes formas de transmissão, métodos preventivos e a percepção social em relação à herpes simples. Para isso, utilizou-se uma metodologia de caráter quantitativo e descritivo, com a aplicação de um questionário impresso, composto por três perguntas objetivas sobre a possibilidade de transmissão do vírus mesmo na ausência de feridas visíveis, atitudes preventivas adequadas e a percepção social da infecção. Dentre as 20 respostas coletadas, todos os participantes selecionaram as alternativas corretas em todas as perguntas, reconheceram que o vírus causador da herpes pode ser transmitido mesmo sem feridas aparentes, demonstrando conhecimento sobre a natureza assintomática da infecção. Do mesmo modo, todos identificaram corretamente o uso de camisinha e a não utilização compartilhada de objetos pessoais como práticas eficazes de prevenção. Os resultados reforçam que a educação é uma estratégia poderosa e indispensável para mitigar o contágio, desmistificar tabus e combater o estigma associado a infecções sexualmente transmissíveis, promovendo uma abordagem mais empática e responsável em relação à saúde. Conclui-se que a amostra investigada possui um elevado grau de informação sobre a herpes simples, o que indica possível sucesso de campanhas informativas e a importância da presença do enfermeiro nos espaços escolares como agente de orientação sobre estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento de infecções virais.

[1] Graduanda em Enfermagem, FBBR, gomesanagabriela73@gmail.com
[2] Graduanda em Enfermagem, FBBR, evellinnogueiraaa14@gmail.com
[3] Graduanda em Enfermagem, FBBR, juliasanntana13@gmail.com
[4] Graduanda em Enfermagem, FBBR, letiicializz@gmail.com
[5] Graduanda em Enfermagem, FBBR, claraluck2@hotmail.com
[6] Graduanda em Enfermagem, FBBR, clarafiais929@gmail.com
[7] Graduando em Enfermagem, FBBR, amigovida@hotmail.com
[8] Graduando em Enfermagem, FBBR, marcusalmeida29177@gmail.com
[9] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

Palavras-chave: Conscientização. Estigma Social. Infecções Sexualmente Transmissíveis.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Farmácia

O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O USO DE ANTIDEPRESSIVOS

Amanda Fonseca dos Santos[1]; Evelen da Silva Santos Oliveira[2]; Raissa Peixoto da Conceição[3]; Rafael Buri de Jesus[4]; Rosemeire de Castro de Sousa[5]; Sabrina Santos de Carvalho Ribeiro[6]; Valéria Cavalcante Bury Almeida[7]; Vitória Camile da Silva Nascimento[8]; Danilo Almeida Brito[9]

Antidepressivos são medicamentos que equilibram substâncias do cérebro, como a serotonina, ajudando a melhorar o humor e tratar a depressão e a ansiedade. Os antidepressivos são utilizados no tratamento de depressão, transtornos de ansiedade, pânico, TOC, estresse pós-traumático e alguns casos de dor crônica ou insônia, sempre com orientação médica. O conhecimento sobre o uso de antidepressivos é essencial para o farmacêutico, pois permite orientar corretamente os pacientes, garantir o uso seguro dos medicamentos e prevenir interações e efeitos adversos. Visto isso, esta pesquisa teve como objetivo analisar o conhecimento e a percepção de outros estudantes sobre o uso de antidepressivos, identificando níveis de informação, possíveis dúvidas e atitudes em relação ao tratamento, a fim de promover conscientização e uso racional desses medicamentos. Para isso, foi aplicado formulário durante a ação extensionista intitulada “Vitrine da Saúde”, que ocorreu no mês de outubro no CETEP – Recôncavo II. Este formulário foi disponibilizado virtualmente com questões a respeito do acesso à informação da comunidade sobre antidepressivos. Foram coletadas 11 respostas, 7 dos participantes afirmaram nunca ter usado antidepressivos, aproximadamente 8 respondentes citaram conhecer os ISRS (Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina), usados principalmente no tratamento de depressão, ansiedade e TOC. Alguns dos participantes confundiram antidepressivos com ansiolíticos, como o Diazepam. 8 acertaram ao dizer que os ISRS atuam aumentando a serotonina. Os efeitos colaterais mais citados foram: ganho de peso (5), sonolência (6), disfunção sexual (3). Esses dados mostram que os participantes têm consciência dos efeitos mais visíveis, como ganho de peso e sonolência, mas menos percepção sobre os efeitos menos falados, como a disfunção sexual. Os resultados mostram que, mesmo com baixo uso prático, os participantes têm bom entendimento teórico sobre os antidepressivos, principalmente os ISRS. Além disso, reconhecem os principais efeitos colaterais, se preocupam com o aumento do uso por causa do estresse e da automedicação, e têm consciência dos riscos do uso sem acompanhamento médico. Conclui-se que cada vez mais se faz necessária a

[1] Graduanda em Farmácia, FBBR, fonsecaamanda865@gmail.com
[2] Graduanda em Farmácia, FBBR, evelenoliveira2340@gmail.com
[3] Graduanda em Farmácia, FBBR, raaiiconceicao15@gmail.com
[4] Graduando em Farmácia, FBBR, rafaelburi97@gmail.com
[5] Graduanda em Farmácia, FBBR, rosemeirecastro2125@gmail.com
[6] Graduanda em Farmácia, FBBR, sabrinacarvalho09092004@gmail.com
[7] Graduanda em Farmácia, FBBR, valeriabury@hotmail.com
[8] Graduanda em Farmácia, FBBR, vc721313@gmail.com
[9] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

presença do farmacêutico como agente de informação e educação em saúde para atuar constantemente ressaltando a necessidade da prescrição médica e o conhecimento da ação e os riscos que a automedicação ou uso inadequado pode causar no paciente.

Palavras-chave: Atenção Farmacêutica. Promoção da Saúde. Medicamentos.

EIXO 04 • SAÚDE

O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA DA FBBR SOBRE PATOLOGIAS BUCAIS: AGENTES ETIOLÓGICOS E PREVENÇÃO

Andressa Conceição Santos[1]; Iasmim Moura da Conceição[2]; Nina Costa Rodrigues[3]; Gustavo Simão de Brito[4]; Danilo Almeida Brito[5]; Paulo Ricardo Carvalho dos Santos[6]

A cárie dentária é uma das doenças crônicas mais prevalentes no mundo, resultado da interação entre bactérias, uma dieta rica em açúcares, um tempo de exposição e a susceptibilidade do hospedeiro. No Brasil, apesar dos avanços nas políticas públicas de saúde bucal, a cárie ainda representa um importante problema de saúde pública, sendo uma das principais causas de perda dentária. Na odontologia, a cárie dentária é um tema amplamente importante e discutido pelos estudantes. Visto isso, esta pesquisa objetivou analisar o nível de conhecimento dos estudantes de Odontologia da Faculdade Brasileira do Recôncavo sobre as principais patologias bucais, seus agentes etiológicos e medidas preventivas, destacando a importância da educação em saúde na formação acadêmica. Para isso, foi realizada uma pesquisa aplicando um questionário online pela plataforma Google Forms à comunidade acadêmica do curso de odontologia da Faculdade Brasileira do Recôncavo, os resultados foram coletados, analisados e sintetizados para a construção desse trabalho. Dentre os 20 estudantes que responderam ao formulário, 12 demonstraram possuir muito conhecimento sobre a doença da cárie dentária ser causada por bactéria. Além disso, 12 participantes indicaram que a mucosa bucal é o tecido mais afetado pela candidíase oral, causada pela *Candida albicans*. Por fim, 19 participantes afirmaram que as estratégias mais eficazes na prevenção e no controle das principais doenças bucais são a escovação adequada, o uso do fio dental, a aplicação tópica de flúor e o acompanhamento odontológico regular. Os resultados mostram que a maioria dos estudantes possui maior associação entre a cárie dentária e seu agente etiológico, além de reconhecer a mucosa bucal como o principal local afetado pela candidíase oral causada por *Candida albicans*, também demonstram uma boa assimilação dos princípios de promoção da saúde bucal. Portanto, as respostas dos participantes indicaram que o conhecimento maior é dos agentes etiológicos mais comuns, fato que reforça a relevância da formação acadêmica voltada para ampliação do espectro de processos patológicos bucais e os microrganismos causadores, para que o profissional possa contribuir diretamente para a construção de profissionais mais conscientes e com conhecimento acerca da microbiologia para atender adequadamente às necessidades dos pacientes.

Palavras-chave: Saúde bucal. Esmalte dentário. Higiene dental. Cuidado odontológico.

[1] Andressa Conceição Santos, Faculdade Brasileira do Recôncavo, conceicaoandressa098@gmail.com
[2] Iasmim Moura da Conceição, Faculdade Brasileira do Recôncavo, iasminmouraa20@gmail.com
[3] Nina Costa Rodrigues, Faculdade Brasileira do Recôncavo, ninacosta1414@gmail.com
[4] Gustavo Simão de Brito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, gubritinho696@gmail.com
[5] Danilo Almeida Brito, Faculdade Brasileira do Recôncavo, microbiologiafbbr@gmail.com
[6] Paulo Ricardo Carvalho, Faculdade Brasileira do Recôncavo, paulocarvalhor@icloud.com

EIXO 04 • SAÚDE

O IMPACTO DA ASSIDUIDADE E DE UMA BOA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DURANTE O PRÉ-NATAL: GARANTIA DE UMA MELHOR SATISFAÇÃO

Lavínia Oliveira Silva; Stephanie Santos Alves; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[1]

A assistência de enfermagem durante o pré-natal é de suma importância e possui um papel decisivo na gestação, caracteriza-se como atividade essencial durante esse período, tendo em vista que é necessário cuidar da gestante e do feto com o intuito de identificar possíveis situações de risco para ambos, permitindo intervenções oportunas e adequadas. A ausência da assiduidade das gestantes durante a consulta pode causar diversas consequências para esta gestação, tais como prematuridade, baixo peso ao nascer, mortalidade fetal e morte materna. Esse estudo busca compreender como uma boa assistência de enfermagem e a frequência de atendimentos durante o pré-natal pode impactar de forma significativa na garantia de uma melhor satisfação da gestante e de sua família. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, utilizando as bases de dados Google Acadêmico, Lilacs e Scielo. Tomando o embasamento de 5 artigos analisados e levando em consideração alguns aspectos semelhantes, a análise mostrou que uma boa assistência de enfermagem e a constância na presença das consultas no período gestacional trazem consigo grandes satisfações, e efeitos benéficos, incluindo a redução de complicações, melhoras no desfecho gestacional, apoio e suporte e promoção de saúde com o principal foco em uma gestação sem riscos para mãe e feto. É notória a importância de um pré-natal feito de forma adequada sempre visando analisar a relevância da assiduidade nas consultas como algo essencial, pois é através dela que serão vistas possíveis complicações gestacionais. É de grande relevância que as gestantes sejam orientadas sobre o impacto dessas consultas e assistência até o final deste período que requer maior atenção e cuidado para ambos, para além disso, promove um momento de estabelecimento de vínculos entre gestantes e profissionais de enfermagem ao longo da assistência prestada.

Palavras-chave: Pré-natal. Assistência de Enfermagem. Assiduidade.

[1] Coordenadora dos cursos de Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, daniella.carvalho@atmos.edu.br

O OLHAR DA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA SOBRE A DETECÇÃO PRECOCE DAS LEUCEMIAS NA INFÂNCIA

Mayara de Lima Pereira[1]; Ivana Santos Ferraz de Eça[2]; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[3]; Josiane Moreira Germano[4]

Introdução: A leucemia infantil, principal câncer hematológico e a neoplasia mais prevalente na infância e adolescência, caracteriza-se pela proliferação descontrolada de células anormais na medula óssea. Esse processo compromete a hematopoiese normal, a produção de células sanguíneas saudáveis, afetando o transporte de oxigênio, a defesa imunológica e a coagulação, configurando-se como uma importante causa de mortalidade oncológica nessa faixa etária. A detecção precoce é fundamental para melhorar o prognóstico e aumentar as taxas de sobrevida. No entanto, os sinais e sintomas iniciais da doença são frequentemente inespecíficos, como palidez, febre persistente, dores ósseas e hematomas, podendo ser confundidos com patologias pediátricas comuns. Essa similaridade impõe um desafio diagnóstico significativo, que pode atrasar o início do tratamento. Nesse contexto, o enfermeiro da Atenção Primária à Saúde exerce um papel crucial na suspeição clínica precoce e no encaminhamento oportuno dos casos. Objetivo: Analisar o conhecimento e a percepção dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde sobre a detecção precoce das leucemias pediátricas, bem como identificar os principais desafios enfrentados nesse processo. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória, com abordagem qualitativa, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com sete enfermeiros atuantes em Unidades de Saúde da Família da zona urbana do município de Cruz das Almas, Bahia, Brasil. As entrevistas abordaram caracterização sociodemográfica e profissional, conhecimento sobre sinais/sintomas de alerta, percepção da importância da detecção precoce, experiências vivenciadas, fluxo de encaminhamento, desafios e necessidades de capacitação. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo Temática, respeitando os preceitos éticos e com aprovação prévia do Comitê de Ética em Pesquisa. Resultados e discussão: Os resultados revelaram que os enfermeiros possuem um conhecimento básico sobre os sinais e sintomas inespecíficos das leucemias pediátricas (palidez, febre e dor óssea), além disso o reconhecimento dos fatores de risco é limitado, demonstrando dificuldade na identificação. A maioria dos participantes avaliou seu nível de conhecimento sobre o tema como "Médio" e nenhum relatou ter recebido capacitação específica sobre câncer infantil nos últimos cinco anos. Os principais desafios identificados incluem a inespecificidade dos sintomas, a ausência ou desconhecimento de protocolos claros de encaminhamento e a falta de capacitação continuada. Como medidas facilitadoras, os enfermeiros sugeriram mais capacitação, treinamentos, fluxogramas estabelecidos e atividades extramuro com a

[1] Estudante de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, 102723@atmos.edu.br
[2] Doutora, ivanaferraz25@gmail.com
[3] Coordenadora dos cursos de Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, enfa.danicarvalho@me.com
[4] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, josiane.germano@usp.br

comunidade. O papel da enfermagem é percebido como crucial no acompanhamento da criança e família na puericultura e na identificação de riscos, embora sua atuação seja limitada pela carência de recursos e conhecimento especializado. Considerações finais: Apesar da importância do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde, há lacunas significativas no conhecimento e nas ferramentas de apoio para a detecção precoce da leucemia infantil. É imperativo investir em educação permanente e na implementação de protocolos claros e acessíveis para qualificar a atuação desses profissionais, garantindo uma identificação mais ágil e eficaz, e melhorando o prognóstico das crianças e adolescentes afetados.

Palavras-chave: Enfermagem pediátrica. Leucemia. Detecção Precoce de Câncer.

O PAPEL DA PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

Alex de Carvalho Sobral[1]; Anthonio Carlos Santana de Carvalho[2]; Elilucia Conceição Gomes[3]; Gabryela Souza Cintra[4]; Lavínia Oliveira Araújo Mota[5]; Leticia Cristina Ribeiro da Silva[6]; Lucineia Costa de Jesus dos Santos[7]; Rosimari da Conceição Vieira Boaventura Gonçalves[8]; Vanderley da Hora Cabral[9]; Simone Guimarães[10]

O suicídio é um grave problema de saúde pública, caracterizado como um ato intencional de tirar a própria vida. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), milhões de pessoas tentam o suicídio a cada ano, e muitas delas enfrentam sofrimento psicológico intenso, transtornos mentais, isolamento e falta de apoio.
A Psicologia desempenha um papel fundamental na prevenção, identificação de fatores de risco e promoção de estratégias de enfrentamento, buscando oferecer acolhimento, escuta empática e tratamento adequado. Este trabalho visa compreender a importância da atuação psicológica na prevenção do suicídio e destacar ações que possam contribuir para a redução desses casos. Como objetivo, buscou-se analisar o papel da Psicologia na prevenção do suicídio, enfatizando a importância do acompanhamento psicológico e das estratégias de intervenção.
A pesquisa é de caráter qualitativo e bibliográfico, baseada em artigos científicos, livros e documentos oficiais (como publicações da OMS e do Conselho Federal de Psicologia).
Além de conhecimentos adquiridos por meio de fontes confiáveis, o presente trabalho realizou um momento de exposição e divulgação na FBBR, bem como informações de dados estatísticos, folders informativos, lembranças e dinâmicas contendo mensagens de apoio às boas práticas psicológicas eficazes na prevenção ao suicídio e fatores associados a esse fenômeno. Além das exposições, o presente trabalho também realizou uma palestra na Associação Gente da Gente, no Bairro 2 de Julho, na Rua Herval Sampaio Pereira, 121, com distribuição de sopa, entrega de cestas básicas e sorteios de brindes.
Os estudos analisados apontam que o suicídio está frequentemente relacionado a transtornos mentais (como depressão, ansiedade e uso abusivo de substâncias), sofrimento emocional intenso, falta de rede de apoio e estigma social.

[1] Graduando em Psicologia da FBBR, alexcarvalho0612@icloud.com
[2] Graduando em Psicologia da FBBR, anthoniocarlos770@gmail.com
[3] Graduanda em Psicologia da FBBR, llcaixa820@gmail.com
[4] Graduanda em Psicologia da FBBR, gabycintra77@gmail.com
[5] Graduanda em Psicologia da FBBR, lavimota2016@gmail.com
[6] Graduanda em Psicologia da FBBR, leticiacristinaribeiro82@gmail.com
[7] Graduanda em Psicologia da FBBR, neiacosta19978@gmail.com
[8] Graduanda em Psicologia da FBBR, rosimariboaventura@hotmail.com
[9] Graduando em Psicologia da FBBR, vanderleyhcabral@hotmail.com
[10] Psicóloga Clínica, especialista em terapia cognitiva comportamental, Psicóloga hospitalar, tanatalogia, especialista em ABA análise comportamental aplicada ao autismo, Mestre em educação e Mestranda em Neuropsicologia, Docente da FBBR, simonepsicologa.neuro@gmail.com

A prevenção ao suicídio exige uma abordagem multidisciplinar, na qual a Psicologia tem papel central. O trabalho do psicólogo, baseado na escuta empática, no acolhimento e na promoção da saúde mental, é essencial para reduzir o sofrimento e salvar vidas.

Palavras-chave: Suicídio. Psicologia. Prevenção.

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO ENFERMEIRO NA PROMOÇÃO E MANUTENÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

Thaynara Pereira de Souza[1]; Josiane Moreira Germano[2]

O aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida é uma prática essencial recomendada pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde, por oferecer todos os nutrientes necessários ao crescimento e desenvolvimento infantil, além de fortalecer o vínculo entre mãe e filho. Apesar das evidências científicas que comprovam seus benefícios, as taxas de adesão ao aleitamento materno exclusivo ainda são inferiores às metas propostas pelos órgãos de saúde, devido a fatores socioculturais, emocionais e institucionais que dificultam sua prática. Nesse contexto, o enfermeiro desempenha papel fundamental na promoção, incentivo e manutenção do aleitamento materno, atuando desde o pré-natal até o puerpério por meio de orientações, acolhimento e apoio emocional às mães. Objetivo: analisar, na literatura científica, os desafios enfrentados pelos enfermeiros na promoção e manutenção do aleitamento materno exclusivo, bem como as estratégias utilizadas para superá-los. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, do tipo revisão bibliográfica, fundamentada em publicações científicas, disponíveis na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados como critério de inclusão artigos publicados entre 2015 e 2025, máximo de 10 anos de publicação, disponíveis na íntegra, em português, inglês ou espanhol. Foram excluídos estudos duplicados, com metodologia incompatível ou que não apresentassem relação direta com o objeto de estudo. A análise dos dados foi realizada por meio de leitura flutuante e categorização temática. Resultados e discussão: Os resultados evidenciaram que, embora o aleitamento materno exclusivo seja amplamente reconhecido por seus benefícios, sua adesão é prejudicada por diversos fatores. Entre os principais desafios enfrentados pelas mães destacam-se as dificuldades fisiológicas, como dor, fissuras mamilares, mastite e percepção de baixa produção de leite e fatores emocionais. Também são encontradas barreiras socioculturais e as limitações institucionais, como falta de tempo, sobrecarga de trabalho e ausência de infraestrutura adequada. Os estudos analisados apontam que o enfermeiro é um agente essencial na superação dessas barreiras, uma vez que promove ações educativas, suporte emocional, orientação técnica e acompanhamento contínuo. A promoção do aleitamento materno exclusivo requer uma abordagem multidimensional que considere não apenas os aspectos fisiológicos da amamentação, mas também as dimensões psicológicas, culturais e sociais da maternidade. Considerações finais: A atuação humanizada, educativa e ética da enfermagem é indispensável para fortalecer a autoconfiança materna e ampliar as taxas de adesão ao aleitamento materno exclusivo, portanto, é imprescindível o investimento em capacitação profissional, estrutura institucional adequada e políticas públicas integradas que garantam suporte às mães.

[1] Graduanda em enfermagem, FBBR, Thaynarape15@gmail.com
[2] Fisioterapeuta, mestra em Ciências da Saúde, FBBR, josiane.germano@usp.br

Palavras-chave: Aleitamento materno. Enfermagem. Promoção da saúde. Saúde materno-infantil.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

OUTUBRO ROSA E A CONSCIENTIZAÇÃO E CUIDADO COM A SAÚDE DA MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jessica Viana Freire[1]; Maria Eduarda Oliveira[2]; Nadine Vitória Peixoto Barbosa[3]; Danilo Almeida Brito[4]

O câncer de mama é considerado um dos principais problemas de saúde pública no mundo, representando a maior causa de morte por neoplasia entre mulheres. No Brasil, segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), estima-se que a cada ano surjam mais de 70 mil novos casos, reforçando a necessidade de prevenção e diagnóstico precoce. Nesse contexto, a campanha Outubro Rosa surge como uma importante estratégia de mobilização social voltada à conscientização sobre a importância do autoexame e do acompanhamento médico regular. A Enfermagem e demais áreas da saúde exercem papel essencial nesse processo, promovendo ações educativas que fortalecem a promoção da saúde. Este trabalho teve como objetivo relatar a experiência de uma ação educativa desenvolvida durante a campanha Outubro Rosa, realizada na Unidade Satélite de Saúde do Flamengo – Leomar Pimentel Santana, em Sapeaçu, no dia 24 de outubro de 2025, às 09h30. A atividade teve como foco orientar a comunidade sobre a prevenção do câncer de mama, o autoexame e a valorização do autocuidado feminino. A metodologia utilizada foi qualitativa e descritiva, do tipo relato de experiência, baseada na observação direta e nas percepções dos participantes. A intervenção foi desenvolvida por um grupo de acadêmicos e contou com a participação de 11 pessoas da comunidade local. A ação consistiu em uma palestra expositiva e dialogada sobre o câncer de mama, seus fatores de risco e sinais de alerta, incluindo uma demonstração prática do autoexame com o auxílio de recursos visuais. Foram distribuídos folders e lembrancinhas educativas, seguidos de um momento de diálogo para esclarecimento de dúvidas e troca de experiências. Os resultados mostraram boa receptividade do público, que demonstrou interesse e curiosidade durante toda a atividade. Observou-se que a maioria já possuía algum conhecimento sobre a campanha, mas desconhecia a técnica correta do autoexame e a frequência ideal dos exames clínicos. Entre os pontos positivos destacaram-se a interação entre equipe e pacientes, o acolhimento e a construção de vínculos de confiança, que favoreceram a participação e o aprendizado. As principais dificuldades envolveram o deslocamento entre cidades e a necessidade de mudança de local, o que exigiu reorganização e adaptação da equipe. Ainda assim, o comprometimento dos envolvidos garantiu o sucesso da intervenção. Recomenda-se ampliar o público, incluir dinâmicas interativas e utilizar recursos audiovisuais para maior engajamento nas próximas edições. Conclui-se que a ação educativa do Outubro Rosa foi uma experiência enriquecedora, promovendo o desenvolvimento de habilidades comunicativas, empatia e trabalho em equipe, também reforça a importância da educação em saúde como ferramenta de

[1] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, jvf1513380@gmail.com
[2] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, do615585@gmail.com
[3] Graduanda de Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, vibarbosa1236@gmail.com
[4] Mestre em Microbiologia, Universidade do Recôncavo da Bahia, microbiologiafbbr@gmail.com

transformação social. A campanha reafirma a relevância do autocuidado e da prevenção do câncer de mama como práticas essenciais à saúde feminina.

Palavras-chave: Câncer de mama. Educação em saúde. Prevenção.

POLUIÇÃO DOS OCEANOS E A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jéssica de Jesus Conceição Araújo[1]; Jonderson Conceição dos Santos[2]; Laiza dos Santos de Almeida[3]; Railana Manoele de Brito Cerqueira[4]; Valéria Santiago Neves dos Santos[5]; Virginia Souza da França[6]; Vitória Maria de Jesus e Jesus[7]; Marisa Alves Ferreira[8]

A poluição dos ambientes marinhos constitui um dos maiores desafios ambientais contemporâneos, gerando impactos significativos sobre os ecossistemas aquáticos e riscos à saúde pública. Nesse cenário, destaca-se a importância do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14 – Vida na Água, que visa "conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos". O ODS 14 também evidencia a relação entre a preservação dos oceanos e o bem-estar humano, sobretudo das populações que dependem diretamente desses ambientes para alimentação e renda. Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência extensionista desenvolvida por acadêmicos do curso de Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), em uma escola pública do município de Cruz das Almas – BA. A ação teve como finalidade conscientizar estudantes do Ensino Fundamental II, com idades entre 10 e 12 anos, sobre os impactos da poluição dos oceanos na saúde humana e na segurança alimentar, promovendo o descarte adequado de resíduos e a redução do uso de plásticos. Durante a atividade, foram realizadas ações educativas, como rodas de conversa, vídeos explicativos e uma oficina prática com o tema "Como a Poluição dos Oceanos Afeta a Saúde Humana e a Segurança Alimentar". As crianças foram incentivadas a refletir sobre suas atitudes cotidianas e o papel de cada um na conservação dos ecossistemas marinhos, tornando-se multiplicadoras do conhecimento em suas casas e comunidades. A proposta incluiu a construção de um cartaz coletivo, em formato de rede de pesca, utilizando materiais recicláveis e não recicláveis. A dinâmica permitiu que os estudantes representassem os principais poluentes e seus impactos, conectando visualmente a poluição aos danos à fauna marinha e à saúde humana. A atividade demonstrou alto engajamento e interesse dos alunos, muitos dos quais já possuíam noções sobre o tema, o que enriqueceu o debate. Durante a ação, foram observadas limitações estruturais no espaço escolar, dificultando a participação de alguns estudantes. Apesar disso, destacou-se a colaboração de um aluno com deficiência, cuja participação ativa foi marcante. Sua integração reforçou a importância da inclusão e do

[1] Graduanda em Enfermagem, FBBR, araujojes937@gmail.com
[2] Graduando em Enfermagem, FBBR, Jondersoncs36@gmail.com
[3] Graduanda em Enfermagem, FBBR, slaiza994@gmail.com
[4] Graduanda em Enfermagem, FBBR, manoelebrito24@gmail.com
[5] Graduanda em Enfermagem, FBBR, valleriiianeves@gmail.com
[6] Graduanda em Enfermagem, FBBR, virginiafranadesouza2003@gmail.com
[7] Graduanda em Enfermagem, FBBR, vitoriajesus0230@gmail.com
[8] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br

acolhimento em atividades extensionistas. Essa vivência confirmou o papel da Enfermagem na promoção da saúde, por meio da educação ambiental como estratégia preventiva e de conscientização coletiva. Ademais, a extensão universitária permitiu o contato com diferentes realidades, fortalecendo a formação acadêmica e humana dos futuros enfermeiros, ao mesmo tempo em que promoveu práticas educativas transformadoras. A experiência propôs uma reflexão sobre como desigualdades sociais se manifestam estruturalmente na promoção do ensino. Ações como essa contribuem significativamente para o desenvolvimento da consciência ambiental desde a infância, abordando temas complexos de forma acessível. Além disso, a vivência permitiu para nós enquanto enfermeiros, o desenvolvimento de habilidades biossociais, melhoria na capacidade de trabalho em equipe e a aplicação prática do conhecimento teórico. A experiência reafirma o compromisso da Enfermagem com a responsabilidade social e a promoção da saúde integral, valorizando o autocuidado, a autonomia e a educação para práticas sustentáveis.

Palavras-chave: Saúde Pública. Enfermagem. Educação Ambiental.

EIXO 04 • SAÚDE

PRÁTICAS DE AUTOCUIDADO E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Samilly Santana de Jesus; Josiane Moreira Germano[1]

O cenário contemporâneo da saúde mundial é caracterizado por intensas transformações, como o envelhecimento populacional, o aumento de doenças crônicas e a crescente demanda por eficiência nos serviços, o que, somado à escassez de recursos humanos e ao impacto da pandemia de COVID-19, intensificou a sobrecarga física e emocional dos profissionais da área. Entre esses trabalhadores, os profissionais de enfermagem se destacam como um grupo particularmente vulnerável, devido à rotina extenuante, à exposição contínua ao sofrimento e ao contato direto com a dor e a morte. Nesse contexto, a síndrome de burnout, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como um fenômeno ocupacional, tem se tornado um problema recorrente, caracterizado por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional, com implicações diretas na qualidade do cuidado e na saúde mental dos enfermeiros. Diante dessa realidade, o presente estudo teve como objetivo identificar práticas de autocuidado e estratégias de prevenção da síndrome de burnout entre profissionais de enfermagem, visando compreender as principais abordagens individuais e institucionais adotadas para enfrentar esse fenômeno. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida de acordo com as etapas propostas por Whittemore e Knafl (2005) e com as recomendações do PRISMA 2020. A busca foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os descritores “autocuidado”, “síndrome de burnout”, “prevenção” e “enfermagem”, combinados por meio dos operadores booleanos AND. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem práticas de autocuidado e estratégias preventivas relacionadas ao tema. A análise dos estudos selecionados, conduzida por síntese narrativa, apontou que ações individuais, como mindfulness, prática de atividade física, manejo emocional e descanso adequado, associadas a medidas organizacionais, como suporte psicológico, melhores condições de trabalho e capacitação profissional, reduzem significativamente os níveis de burnout e promovem bem-estar. Constatou-se ainda que instituições que adotam políticas de apoio e valorização do trabalhador alcançam melhores indicadores de satisfação e qualidade assistencial. Conclui-se que a prevenção e o enfrentamento da síndrome de burnout entre enfermeiros exigem uma abordagem integrada, que combine o fortalecimento do autocuidado com transformações estruturais no ambiente de trabalho, reforçando a importância de estratégias institucionais de promoção da saúde e valorização profissional.

Palavras-chave: Burnout. Enfermagem. Autocuidado.

[1] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR, josiane.germano@usp.br

EIXO 04 • SAÚDE

PRÉ-NATAL DE RISCO HABITUAL: O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE COMPLICAÇÕES HIPERTENSIVAS E GLICÊMICAS

Ana Carolina Santos Lima; Gelson Mota Araújo; Laercio Oliveira Correia; Larissa dos Santos e Santos; Mateus Dias dos Santos; Reijane da Silva Oliveira; Danilo Almeida Brito[1]

O pré-natal é essencial para o acompanhamento da saúde da gestante e do bebê, permitindo identificar precocemente e prevenir possíveis complicações durante a gestação. Mesmo em casos classificados como de risco habitual, podem ocorrer condições que exigem atenção especial, como a hipertensão gestacional e o diabetes gestacional. A hipertensão gestacional é caracterizada pelo aumento da pressão arterial após a 20ª semana de gestação, podendo evoluir para pré-eclâmpsia e representar sérios riscos à saúde materna e fetal. Já o diabetes gestacional é uma alteração dos níveis de glicose no sangue causada por modificações hormonais durante a gravidez. Visto isso, essa revisão narrativa teve como objetivo avaliar o impacto do cuidado pré-natal sobre os desfechos perinatais em gestantes com diabetes gestacional e hipertensão gestacional. Para isso, foi realizada revisão de literatura nas bases de dados SciELO e PubMed, utilizando os termos de busca “pré-natal de risco”, “diabetes gestacional”, “hipertensão gestacional”, “complicações maternas”. Foram incluídos estudos publicados entre 2015 e 2024, em português e inglês, que abordassem o pré-natal de risco habitual e as principais complicações hipertensivas e glicêmicas durante a gestação. Foram localizados 355 artigos, dos quais 292 foram selecionados após a leitura dos títulos e resumos; destes, 6 atenderam aos critérios de elegibilidade estabelecidos e, após a análise detalhada, 1 artigo foi considerado plenamente compatível com os objetivos da pesquisa. Os resultados demonstraram que, segundo a literatura consultada, há consenso sobre a necessidade do acompanhamento pré-natal para a detecção precoce e o controle de agravos como hipertensão e diabetes gestacional. Observou-se que medidas preventivas, como orientações nutricionais, incentivo à atividade física leve e monitoramento da pressão arterial e da glicemia, são capazes de reduzir significativamente as complicações e de melhorar os desfechos maternos e neonatais. Neste sentido, a enfermagem exerce papel essencial nesse processo, atuando na educação em saúde, na avaliação contínua de sinais clínicos e no estímulo à adesão ao tratamento. A criação de um vínculo entre gestante e profissional favorece o cumprimento das orientações e previne intercorrências graves. Conclui-se que o pré-natal de risco habitual requer acompanhamento contínuo e integral, uma vez que complicações como a hipertensão e o diabetes gestacional podem surgir de forma inesperada. O cuidado multiprofissional, com ênfase na atuação da enfermagem, é indispensável para o diagnóstico precoce e a promoção de uma gestação saudável e segura.

Palavras-chave: Pré-natal de risco. Diabetes gestacional. Hipertensão gestacional.

[1] Mestre em Microbiologia, Professor da FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

PREVENÇÃO DE PIOLHOS EM CRIANÇAS: ESTRATÉGIAS LÚDICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA

Talita da Silva Livramento Souza[1]; Mateus da Silva Almeida[2]; Matheus Reis Araújo[3]; Gabriel Silva de Deus da Silva[4]; Daniel dos Santos da Silva[5]; Erica de Souza Batista[6]; Karoline Santos Alencar[7]; Jonderson Conceição Dos Santos[8]; Larissa Oliveira de Jesus[9]; Marisa Alves Ferreira[10]

Introdução: A pediculose capitis, causada pelo *Pediculus humanus capitis*, constitui uma ectoparasitose de elevada prevalência entre crianças em idade escolar, especialmente em ambientes de convívio coletivo, como escolas e creches. Embora não represente um agravo grave à saúde, provoca desconforto físico, prurido, irritabilidade e possíveis lesões secundárias decorrentes do ato de coçar, além de repercussões psicossociais, como constrangimento e estigmatização. Nesse contexto, a escola configura-se como um espaço estratégico para a promoção da saúde e o desenvolvimento de práticas educativas que incentivem hábitos de higiene e o enfrentamento de preconceitos relacionados à pediculose. A utilização de metodologias lúdicas no processo de ensino-aprendizagem favorece a compreensão do conteúdo e o engajamento dos alunos, possibilitando a construção de saberes significativos voltados à prevenção dessa condição. Objetivo: Promover a conscientização e a prevenção da pediculose em crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, mediante a utilização de estratégias lúdicas de educação em saúde, a fim de estimular a adoção de práticas de higiene pessoal e coletiva e reduzir a incidência do agravo no ambiente escolar. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo. A ação foi realizada na Escola Municipal Hamilton Ribeiro Cerqueira, situada no município de Cruz das Almas – BA, em 29 de agosto de 2025. As atividades foram planejadas de acordo com a faixa etária dos participantes, utilizando metodologias lúdicas e recurso pedagógico. Para a Educação Infantil, foi apresentada uma peça teatral com linguagem acessível e elementos interativos que abordavam o ciclo de vida do piolho, formas de transmissão e medidas de prevenção. No Ensino Fundamental I, a atividade consistiu em uma explicação dialogada, complementada por recursos visuais, dinâmicas e distribuição de kits educativos contendo pente fino, shampoo antipiolho e folheto explicativo. O projeto contou com supervisão docente e apoio da equipe gestora da escola. Resultados e Discussão: A ação

[1] Graduação em Enfermagem, FBBR, enftalitasouza@outlook.com
[2] Graduação em Enfermagem, FBBR Mdasilvaalmeida@hotmail.com
[3] Graduação em Enfermagem, FBBR contatomatheusreis@gmail.com
[4] Graduação em Enfermagem, FBBR gabrielsilvadedeus374@gmail.com
[5] Graduação em Enfermagem, FBBR santosdaniell0003@gmail.com
[6] Graduação em Enfermagem, FBBR ericasouza370695@gmail.com
[7] Graduação em Enfermagem, FBBR alencarkaroline09@gmail.com
[8] Graduação em Enfermagem, FBBR jondersoncs36@gmail.com
[9] Docente, FBBR Larissa.oliveira@atmos.edu.br
[10] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br

apresentou resultados expressivos, com ampla participação dos alunos, que demonstraram interesse, curiosidade e compreensão sobre o tema. Durante as atividades, observou-se envolvimento espontâneo, reprodução das orientações repassadas e relatos de experiências pessoais, indicando assimilação do conteúdo. O retorno dos gestores e professores foi positivo, destacando a relevância da intervenção e seu potencial de impacto na comunidade escolar. A abordagem lúdica potencializa a aprendizagem em saúde ao articular conhecimento técnico e vivência prática, possibilitando reflexão crítica sobre hábitos e comportamentos. Além disso, a ação contribuiu para a desconstrução de mitos e preconceitos associados à pediculose, reforçando a importância do cuidado coletivo e da corresponsabilidade entre família e escola. Conclusão: A intervenção alcançou os objetivos propostos, fortalecendo o vínculo entre a universidade e a comunidade escolar e evidenciando o papel do enfermeiro como agente educativo e promotor da saúde. Dessa forma, o projeto reafirma a importância da educação em saúde como estratégia de transformação social e de promoção da qualidade de vida.

Palavras-chave: Pediculose. Educação em saúde. Metodologias lúdicas. Enfermagem.

EIXO 04 • SAÚDE

PRIMEIROS SOCORROS: EXPERIÊNCIA PRÁTICA NO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS (NPJ)

Amanda de Almeida Souza[1]; Êmilli Magalhães dos Santos[2]; Marimar Passos Santana[3]; Ocecis Maria Leite Viana[4]; Raiane Conceição de Souza[5]; Samara Sena Machado[6]; Sthefany Jovina Dias Nepomuceno[7]; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[8]

Os primeiros socorros são um conjunto de medidas imediatas aplicadas a uma pessoa que sofre um mal súbito, acidente ou qualquer situação de urgência, com a finalidade de preservar a vida, evitar o agravamento de lesões e proporcionar condições para um atendimento especializado eficaz. Esses procedimentos básicos, quando realizados corretamente, podem representar a diferença entre a vida e a morte. O conhecimento sobre primeiros socorros é fundamental não apenas para profissionais da saúde, mas para toda a população, pois emergências podem ocorrer em qualquer lugar e a qualquer momento. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por discentes dos cursos de Enfermagem dos 6º, 7º e 8º semestres da Faculdade Brasileira do Recôncavo durante uma ação educativa realizada no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), abordando o tema Primeiros Socorros de forma teórica e prática. A atividade teve como proposta ensinar, demonstrar e conscientizar o público sobre as principais condutas em situações emergenciais, como crises convulsivas, engasgo (obstrução de vias aéreas) e parada cardiorrespiratória (PCR). A metodologia utilizada baseou-se em uma exposição dialogada com auxílio de slides explicativos, simulações práticas e orientações interativas, proporcionando aos participantes um aprendizado dinâmico e acessível. Durante as demonstrações, foram apresentados os sinais e sintomas de cada situação e as medidas corretas a serem tomadas, como proteger a cabeça da vítima durante uma convulsão, lateralizar o corpo para evitar aspiração, aplicar a manobra de Heimlich em casos de engasgo e realizar compressões torácicas no ritmo adequado em uma parada cardiorrespiratória. A ação possibilitou aos estudantes colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, fortalecendo suas habilidades comunicativas e educativas. O público demonstrou grande interesse, participando com perguntas e comentários, o que reforçou a importância da troca de saberes entre comunidade e academia. A atividade também destacou o papel do enfermeiro como agente promotor de educação em saúde e multiplicador de conhecimento, sendo capaz de orientar e intervir de forma segura diante de emergências. Conclui-se que essa experiência

[1] Amanda de Almeida Souza, FBBR, amandaalmeiida06@gmail.com
[2] Êmilli Magalhães dos Santos, FBBR, Enfemillimagalhaes@gmail.com
[3] Marimar Passos Santana, FBBR, marimarsantana82@gmail.com
[4] Ocecis Maria Leite Viana, FBBR, cissa.ocecis@hotmail.com
[5] Raiane Conceição de Souza, FBBR, Raianes696@gmail.com
[6] Samara Sena Machado, FBBR, seennasamara2@gmail.com
[7] Sthefany Jovina Dias Nepomuceno, FBBR, Sthefanynepomuceno.enf@gmail.com
[8] Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira, Coordenadora dos cursos de saúde da FBBR, Enfa.danicarvalho@me.com

contribuiu significativamente para a formação profissional dos discentes, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e humanas. Além disso, evidenciou a relevância de ações de extensão como instrumento de transformação social, aproximando o ensino acadêmico das necessidades reais da população e incentivando uma prática de cuidado mais empática, responsável e humanizada.

Palavras-chave: Primeiros socorros. Educação em saúde. Enfermagem. Urgência e emergência. Extensão universitária.

EIXO 04 • SAÚDE

PROJETO DE VIVÊNCIA EXTENSIONISTA EM AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA

Laércio de Oliveira Correia; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[1]

O presente relatório refere-se à minha participação no Projeto de Vivência Extensionista realizado em 27 de setembro de 2025, na Primeira Igreja Batista em Maragogipe – BA, durante uma Ação Social voltada ao atendimento gratuito da comunidade. A atividade possibilitou integrar teoria e prática, aproximando o estudante de Enfermagem da realidade social da população e fortalecendo o compromisso ético e humano com o cuidado ao próximo.

Como discente do 4º período de Enfermagem, atuei no setor de triagem, sendo supervisionado por enfermeiros e enfermeiras capacitados, e responsável pela aferição da pressão arterial, testes glicêmicos capilares e verificação de sinais vitais dos usuários. Essa etapa teve papel essencial para direcionar adequadamente cada pessoa aos serviços ofertados, identificar riscos, orientar sobre cuidados básicos e contribuir para a prevenção de agravos. A vivência permitiu desenvolver não apenas habilidades técnicas, mas também competências relacionais, como acolhimento, escuta ativa e comunicação empática.

No contato direto com o público, pude perceber a importância de um atendimento humanizado e atento às necessidades individuais, muitas vezes para além da queixa clínica. A experiência contribuiu para o amadurecimento pessoal e profissional, ao evidenciar que o cuidado em saúde exige sensibilidade, responsabilidade e respeito à dignidade humana. Compreendi, ainda, o impacto que pequenas orientações e gestos de atenção podem causar na vida das pessoas atendidas.

Participar desse momento reforçou minha motivação em seguir na área da Enfermagem, reconhecendo a extensão universitária como um espaço valioso de aprendizagem, transformação social e crescimento humano. Vivenciar a prática em um contexto comunitário ampliou meu olhar sobre o papel do enfermeiro e confirmou a importância do trabalho em equipe, da empatia e da atuação comprometida com o bem-estar da população.

Palavras-chave: Ciências em Saúde. Enfermagem. Extensão Universitária.

[1] Coordenadora dos cursos de Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, daniella.carvalho@atmos.edu.br

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

PROMOÇÃO DA ESTIMULAÇÃO COGNITIVA E MOTORA EM IDOSOS POR MEIO DA PINTURA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO LAR DOS IDOSOS

Adenildes dos Santos Amaral[1]; Alexia Maria Alves R. da Silva[2]; Brena Oliveira Silva[3]; Cosme dos Santos Souza[4]; Jemima Raissa de Jesus dos Santos[5]; Tatiane Santos de Souza[6]

O processo de envelhecimento está frequentemente associado a alterações cognitivas e motoras que podem comprometer a autonomia e a funcionalidade do idoso. No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2023, a população com 60 anos ou mais correspondia a aproximadamente 15,6% da população total, com expectativa de vida ao nascer de 76,4 anos (73,1 anos para homens e 79,7 anos para mulheres). Além disso, o Ministério da Saúde estima que cerca de 8,5% da população idosa convive com alguma forma de demência, evidenciando a necessidade de estratégias de cuidado integral voltadas a esse grupo. Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca a importância de práticas que favoreçam o envelhecimento ativo, promovendo a manutenção das capacidades cognitivas, motoras e emocionais. Este resumo tem como objetivo relatar a experiência de uma atividade de estimulação cognitiva e motora realizada no Lar dos Idosos de Cruz das Almas, utilizando a pintura com lápis de cor como recurso terapêutico e recreativo. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido em uma instituição de longa permanência, no qual foram disponibilizados desenhos impressos e materiais de pintura, observando-se aspectos como coordenação motora fina, forma de preensão do lápis, delimitação espacial e engajamento emocional. Os resultados observaram a heterogeneidade das respostas individuais: enquanto alguns idosos demonstraram maior autonomia na execução da atividade, outros apresentaram dificuldades na coordenação motora e resistência inicial à participação. Entretanto, ao longo da ação, foram identificados momentos de concentração, relaxamento, interação social e satisfação pessoal, evidenciando o potencial lúdico-terapêutico da pintura. Conclui-se que a utilização de atividades artísticas simples, como a pintura, configura-se como uma estratégia acessível e eficaz para promoção da estimulação cognitiva e motora em idosos institucionalizados, contribuindo para o bem-estar emocional e a socialização. Tais práticas, além de fortalecerem o vínculo entre profissional e idoso, reforçam a importância de intervenções baseadas no cuidado humanizado e no envelhecimento ativo.

Palavras-chave: Idoso. Estimulação Cognitiva. Envelhecimento Ativo.

[1] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, adenildes09@icloud.com
[2] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, alexiamariarosa0@gmail.com
[3] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, brenao912@gmail.com
[4] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, santosouza2030@gmail.com
[5] Graduando em Enfe4, Faculdade Brasileira do Recôncavo, jemimasantos386@gmail.com
[6] Professora do curso de Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo Souzattaty@gmail.com

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Psicologia

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR: COMBATENDO O BULLYING E CONSTRUINDO UM ESPAÇO ACOLHEDOR

Aline Samaia Souza Nascimento[1]; Debora Caldas dos Santos[2]; Ivila Santana[3]; Jessica do Carmo Santos[4]; Livia de Aquino Santos de Jesus[5]; Rayssa Lima Santos[6]; Sandra dos Santos Aragão[7]; Larissa de Oliveira Silva[8]

Este projeto, intitulado “Promoção da Saúde Mental no Ambiente Escolar: Combatendo o Bullying e Construindo um Espaço Acolhedor”, é uma atividade extensionista desenvolvida por estudantes do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), no Centro Territorial de Educação Profissional Recôncavo Alberto Torres. A proposta fundamenta-se na compreensão do bullying como uma forma de violência intencional e repetitiva que impacta significativamente a saúde mental de crianças e adolescentes em fase escolar. O projeto tem como objetivo principal promover a conscientização sobre os efeitos do bullying e fortalecer a construção de um ambiente escolar saudável e acolhedor. As atividades metodológicas incluíram uma roda de conversa conduzida pela psicóloga Tanara Ribeiro com a dinâmica “Palavras que marcam”, que buscou estimular a empatia, refletir sobre o impacto das palavras e incentivar atitudes de respeito e valorização do outro. Durante a atividade, cada participante recebeu uma folha colada nas costas, na qual os colegas puderam escrever anonimamente palavras e frases positivas que representassem qualidades percebidas entre si. Ao final, os estudantes leram as mensagens recebidas e participaram de um momento de reflexão mediado pela psicóloga, discutindo como as palavras podem marcar de forma positiva ou negativa e relacionando essa vivência ao tema do bullying e à importância de atitudes empáticas e respeitosas. Os resultados esperados envolvem o aumento da empatia, do respeito e das atitudes de inclusão entre os estudantes, além do fortalecimento dos vínculos afetivos no contexto escolar. Conclui-se que, ao estimular a empatia e o respeito, o projeto contribui de forma significativa para a construção de uma convivência mais harmoniosa, segura e acolhedora entre os estudantes, representando uma ação essencial para o bem-estar emocional no âmbito escolar.

Palavras-chave: Bullying. Inclusão. Ambiente escolar. Saúde mental.

[1] Graduanda de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recônvavo, alinesamaia41@gmail.com
[2] Graduanda de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, deborahflorecendo7@gmail.com
[3] Graduanda de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, ivilasantana@yahoo.com.br
[4] Graduanda de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, 1jessicacarmo1234@gmail.com
[5] Graduanda de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, liviaaquino1618@gmail.com
[6] Graduanda de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rayssalima2021@icloud.com
[7] Graduanda de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Sandraaragao347@gmail.com
[8] Graduada em psicologia, pós-graduada em avaliação psicológica e psicodiagnóstico, pós-graduada em psicopatologia, coordenadora do curso de psicologia FBBR, docente da FBBR, larissaopsi.oliveira@gmail.com

PROMOÇÃO DA SAÚDE POR MEIO DA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS: RELATO DE EXPERIÊNCIAS COM CRIANÇAS

Denise da Fonseca Ribeiro Reis[1]; Claudia dos Santos Magalhães[2]; Caroline Vitoria Araujo da Paixão[3]; Kathleen Almeida Sales Silva[4]; Mairlo Correia Passos[5]; Rafaela da Silva Pereira[6]; Rafaela Santos Pereira[7]; Osana Carvalho da Silva do Nascimento[8]; Marisa Alves Ferreira[9]

A higienização das mãos constitui uma das práticas mais eficazes e fundamentais para a prevenção de infecções e a promoção da saúde, sendo reconhecida como estratégia essencial em ambientes comunitários e de atenção à saúde. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2009), as mãos representam um dos principais vetores de transmissão de microrganismos patogênicos, incluindo bactérias, vírus e fungos, podendo causar desde infecções respiratórias e gastrointestinais até complicações em ambientes hospitalares. A presente experiência teve como objetivo promover a educação em saúde sobre a higienização das mãos para crianças, enfatizando sua importância na prevenção de doenças transmissíveis. A ação foi desenvolvida junto aos alunos da Creche Maria Conceição Lima Mathias, no dia 11 de outubro de 2025, pelos estudantes do curso de Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo. O objetivo da atividade foi promover, de forma lúdica e interativa, a conscientização das crianças sobre a importância da higienização correta das mãos como prática essencial de prevenção de doenças, com enfoque na prática ativa, seguindo preceitos de aprendizagem significativa e promoção da saúde comunitária. Durante a intervenção, os participantes foram convidados a realizar a lavagem das mãos de forma prática, reproduzindo a técnica correta de higienização. Observou-se que, inicialmente, alguns alunos apresentavam dificuldades em compreender a sequência adequada dos passos e a importância de cada etapa para a redução da carga microbiana. A metodologia aplicada priorizou a participação ativa, por meio da demonstração do procedimento pelos facilitadores seguida da prática individual supervisionada. A repetição do gesto permitiu que os alunos internalizassem a técnica,

[1] Graduanda em Enfermagem Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), e-mail denisereis03@gmail.com
[2] Graduanda em Enfermagem Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), e-mail peclaudia@gmail.com
[3] Graduanda em Enfermagem Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), e-mail vitoriacarol329@gmail.com
[4] Graduanda em Enfermagem Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), e-mail kathleensalles7@gmail.com
[5] Graduando em Enfermagem Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), e-mail mairlo2842@gmail.com
[6] Graduanda em Enfermagem Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), e-mail rafaeladecazuza@icloud.com
[7] Graduanda em Enfermagem Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), e-mail rafaelaempresas@gmail.com
[8] Graduanda em Enfermagem Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), e-mail osanaocs@gmail.com
[9] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br

promovendo não apenas a aprendizagem cognitiva, mas também o desenvolvimento de habilidades motoras associadas à higienização adequada. Os resultados observados indicam que a prática ativa contribuiu significativamente para a consolidação do conhecimento, evidenciada pela execução correta da técnica por parte dos estudantes ao final da intervenção. Além disso, o relato demonstra a eficácia de estratégias pedagógicas baseadas na experiência direta e na participação do aprendiz, reforçando a importância da educação em saúde como instrumento de promoção da prevenção de doenças. Em conclusão, esta experiência evidencia que a aprendizagem prática, mediada por demonstração e execução ativa, é uma estratégia eficiente para promover comportamentos de higiene adequados.

Palavras-chave: Educação em saúde. Higienização das mãos. Ludicidade. Saúde Infantil.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

PROMOVENDO A SAÚDE DA MULHER: UMA VIVÊNCIA SOBRE O CÂNCER DE COLO DO ÚTERO E O CÂNCER DE MAMA

Raiane da Silva Conceição[1]; Ana Cristina Santos de Jesus[2]; Ana Gabriela Leão Teixeira da Cruz[3]; Paula Adriane Santos Sampaio[4]; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[5]

O câncer de colo do útero e o câncer de mama são problemas de saúde pública importantes no Brasil e no mundo, representando duas das principais causas de mortalidade entre as mulheres. No entanto, podem ser prevenidos e tratados com maior eficiência quando diagnosticados precocemente. A promoção da saúde, a conscientização da população e a realização regular de exames preventivos, como o Papanicolau e a mamografia, são estratégias fundamentais para a redução dos casos e para o diagnóstico precoce. Com o objetivo de relatar uma vivência realizada durante a Expor Cruz, que teve como foco a conscientização da população sobre a prevenção do câncer de colo do útero e de mama, este trabalho apresenta as ações desenvolvidas por discentes do curso de Enfermagem. A atividade foi realizada por meio de ações educativas e orientações voltadas ao público visitante do evento, utilizando materiais informativos e conversas interativas sobre a importância do autocuidado e da realização de exames preventivos. A equipe responsável por esta vivência optou por circular por todo o espaço da Expor Cruz, abordando o público de forma itinerante. Durante essa mobilização, foram realizadas conversas diretas com os visitantes e distribuídos panfletos informativos, o que possibilitou alcançar um número maior de pessoas e promover uma interação mais próxima e espontânea com a comunidade. Os resultados da vivência indicaram boa adesão do público, que se demonstrou interessado nas orientações oferecidas e participou ativamente das conversas, levantando dúvidas principalmente sobre a idade adequada para iniciar os exames preventivos e sobre a forma correta de realizar a palpação das mamas. Observou-se que muitas participantes relataram nunca ter recebido informações detalhadas sobre o autocuidado ou sobre a periodicidade dos exames. A interação direta permitiu identificar lacunas no conhecimento da população e adaptar a abordagem educativa de acordo com as necessidades individuais, tornando o processo de conscientização mais efetivo. Conclui-se que a vivência foi eficaz para sensibilizar e orientar a comunidade sobre a prevenção do câncer de colo do útero e de mama, reforçando o papel da Enfermagem na promoção da saúde, na educação em saúde e na prevenção de doenças. A experiência demonstrou que estratégias educativas interativas são fundamentais para incentivar hábitos preventivos, esclarecer dúvidas e consolidar a importância do diagnóstico precoce como ferramenta essencial na saúde feminina. As ações itinerantes mostraram-se estratégicas para alcançar

[1] Discente do curso de enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, rayanesilvaccb15@gmail.com
[2] Discente do curso de enfermagem, Faculdade Brasileira do recôncavo, santosanacristina651@gmail.com
[3] Discente do curso de enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, leao.gaby2407@gmail.com
[4] Discente do curso de enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, adrianep162@gmail.com
[5] Docente do curso de enfermagem, Faculdade Brasileira do recôncavo, enfa.danicarvalho@me.com

diferentes perfis de público, ampliando o impacto da campanha e fortalecendo o vínculo entre profissionais de saúde e comunidade.

Palavras-chave: Educação em saúde. Saúde da mulher. Prevenção ao câncer.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

QUALIDADE DO SONO, ESTRESSE E SAÚDE: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Franciele Silva Conceição[1]; Luiz Filipe Souza Oliveira[2]; Marise dos Santos Conceição Santana[3]; Marília Cardoso Sacramento de Araujo[4]; Mikaelle Barros Sena[5]; Marisa Alves Ferreira[6]; Fernanda dos Santos Nascimento[7]

O sono é um processo fisiológico essencial para a recuperação física e mental, e sua má qualidade está associada ao aumento do estresse e à piora da saúde geral. A exposição prolongada a dispositivos eletrônicos antes de dormir pode alterar o ciclo circadiano, devido à emissão de luz azul, interferindo no adormecimento e na regulação hormonal, o que favorece distúrbios do sono e desequilíbrios no organismo. O presente estudo teve como objetivo investigar a relação entre a qualidade do sono, o estresse e a saúde em estudantes de graduação. Para isso, aplicou-se um questionário on-line, elaborado no Google Forms e distribuído por QR Code, contendo perguntas abertas e fechadas. O instrumento foi respondido por alunos do primeiro e segundo semestre da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR). Os resultados indicaram que 83,3% dos participantes dormem menos de oito horas por noite, 80,6% fazem uso de medicação para dormir e 61,1% não consideram seu sono reparador. Todos os respondentes (100%) acreditam que a prática de atividade física regular contribui para melhorar a qualidade do sono. Além disso, 50% relataram sintomas físicos associados ao estresse, como dor de cabeça, tensão muscular e palpitações; 66,7% classificaram seu nível de estresse como agudo e o mesmo percentual (66,7%) relacionou o uso excessivo de celular e outros fatores estressantes ao aumento do risco de doenças crônicas e envelhecimento precoce. Conclui-se que o sono de qualidade é fundamental para a regulação emocional, cognitiva e fisiológica, e sua privação pode agravar quadros de ansiedade, depressão e disfunções metabólicas, além de reduzir a imunidade e afetar o bem-estar geral. Os resultados evidenciam a importância de ações educativas voltadas à higiene do sono e ao manejo do estresse, promovendo hábitos saudáveis e melhoria da qualidade de vida entre estudantes universitários.

Palavras-chave: Ritmo circadiano. Privação do sono. Saúde mental.

[1] Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo, francic367@gmail.com
[2] Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo, sudcomamor@hotmail.com
[3] Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo, lsouza5242@gmail.com
[4] Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo, marilialaura.094@gmail.com
[5] Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo, mikaelllysena@gmail.com
[6] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br
[7] Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo, Fernanda.santos@atmos.edu.br

REABILITAÇÃO PULMONAR COMO FERRAMENTA COMPLEMENTAR NO TRATAMENTO DA ASMA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

D´Jiani Novaes[1]; Edilane[2]; Estefane Cardoso[3]; Fernanda Oliveira[4]; Luan Conceição[5]; Mireli Gonçalves[6]; Mirian Neves[7]; Rafaele Damasceno[8]; Emanuel Tavares[9]; Danilo Almeida Brito[10]

A asma é uma doença inflamatória crônica das vias aéreas, caracterizada por obstrução reversível e sintomas recorrentes como falta de ar, tosse e chiado. No contexto epidemiológico, as internações por asma permanecem elevadas no país, com 1.716.766 registros entre 2008 e 2023. Essa alta taxa de hospitalização ressalta a necessidade urgente de estratégias terapêuticas que complementem o tratamento medicamentoso e previnam exacerbações, como a fisioterapia.

A abordagem fisioterapêutica é crucial por focar na otimização da mecânica respiratória e no aumento da eficiência muscular, reduzindo o trabalho respiratório. Nesse sentido, o presente trabalho objetivou revisar a literatura para investigar técnicas de fisioterapia respiratória aplicáveis no tratamento da asma, com foco na sua eficácia na melhora dos parâmetros pulmonares, capacidade de exercício e qualidade de vida relacionada à saúde em pacientes adultos. Para isso, foi realizada busca de artigos nas plataformas BVS e PubMed, utilizando as strings “Asma”, “Fisioterapia” e “Reabilitação”. Foram incluídos artigos publicados nos últimos cinco anos e excluídos trabalhos que não tratavam diretamente do tema central, estudos com população exclusivamente pediátrica ou que não apresentavam resultados clínicos mensuráveis da intervenção. Foram encontrados 256 artigos relacionados ao tema; após a aplicação dos critérios, cinco artigos específicos sobre fisioterapia e reabilitação pulmonar foram selecionados para análise final. Os principais achados demonstraram que as técnicas mais eficazes incluíam o Treinamento Muscular Inspiratório (TMI), as técnicas de higiene brônquica (como a Drenagem Autógena e o Ciclo Ativo das Técnicas Respiratórias – ACBT) e o treinamento aeróbico de alta intensidade. Os estudos analisados apontaram consistentemente para melhorias significativas no Volume Expiratório Forçado no primeiro segundo (VEF_1) e no Questionário de Qualidade de Vida na Asma (AQLQ) nos grupos submetidos à intervenção fisioterapêutica, quando comparados ao grupo controle que recebia apenas o tratamento farmacológico padrão. A fisioterapia respiratória e a reabilitação pulmonar são estratégias complementares essenciais, contribuindo para a melhora funcional e da

[1] Graduando em Fisioterapia, FBBR, dinnyeloa@gmail.com
[2] Graduando em Fisioterapia, FBBR, Lnmodas227@gmail.com
[3] Graduando em Fisioterapia, FBBR, estefanecardoso99@gmail.com
[4] Graduando em Fisioterapia, FBBR, fo81350@gmail.com
[5] Graduando em Fisioterapia, FBBR, luanenf98@gmail.com
[6] Graduando em Fisioterapia, FBBR, mireligoncalves007@gmail.com
[7] Graduando em Fisioterapia, FBBR, Mirianfisio2024@gmail.com
[8] Graduando em Fisioterapia, FBBR, rafaeledamasceno7@gmail.com
[9] Graduando em Fisioterapia, FBBR, emanueltavarescjunior01238@gmail.com
[10] Mestre em Microbiologia, Professsor FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

qualidade de vida do paciente asmático. As evidências sugerem que a incorporação dessas técnicas, particularmente o Treinamento Muscular Inspiratório e o condicionamento físico supervisionado, deve ser recomendação padrão nas diretrizes clínicas para o manejo da asma, visando à redução de exacerbações e à diminuição da sobrecarga no sistema de saúde. Conclui-se que foi possível verificar as principais técnicas fisioterapêuticas em publicações mais recentes, o que favorece a atualização do profissional em formação e aprimora as habilidades no acompanhamento do paciente com quadro de asma.

Palavras-chave: Fisioterapia Respiratória. Qualidade de Vida. Tratamento.

EIXO 04 • SAÚDE

RECURSOS TERAPÊUTICOS PARA O ALÍVIO DA DOR NA HÉRNIA DE DISCO E NA CIATALGIA

Solange Maria da Conceição Almeida; Josiane Moreira Germano[1]

A hérnia de disco e a ciatalgia configuram-se como disfunções musculoesqueléticas de alta prevalência, acometendo uma parcela significativa da população e impactando de forma direta a funcionalidade e a qualidade de vida dos indivíduos. Ambas as condições estão relacionadas à compressão de estruturas neurais, ocasionando dor intensa, limitação do movimento, alterações sensitivas e prejuízo na execução das atividades de vida diária. Esse quadro repercute não apenas no aspecto físico, mas também na rotina e na autonomia das pessoas acometidas, o que reforça a necessidade de abordagens terapêuticas eficazes no controle da dor. Diante da relevância clínica dessas patologias, o presente estudo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, os principais recursos fisioterapêuticos empregados no manejo da dor e na recuperação funcional de pacientes acometidos por hérnia de disco e ciatalgia. A pesquisa foi conduzida contemplando publicações científicas disponíveis nas bases de dados PubMed, SciELO, LILACS e Google Acadêmico, publicadas entre 2015 e 2025, redigidas em português, que abordassem intervenções fisioterapêuticas aplicadas a indivíduos com diagnóstico de hérnia de disco e/ou ciatalgia. Os resultados evidenciaram que os recursos fisioterapêuticos mais utilizados incluem a eletroterapia, a termoterapia, a cinesioterapia, a terapia manual e as técnicas de neurodinâmica, que demonstraram benefícios na redução da dor e na melhora da função motora. Esses achados indicam que tais recursos podem ser utilizados de forma complementar, contemplando diferentes dimensões do quadro clínico, como a dor, a mobilidade e a funcionalidade.
Conclui-se que a fisioterapia apresenta papel essencial no tratamento conservador dessas condições, e o uso combinado de diferentes técnicas terapêuticas favorece a melhora da dor, da mobilidade e da qualidade de vida dos pacientes acometidos. Dessa forma, o conhecimento sobre os recursos disponíveis contribui para que o fisioterapeuta selecione as intervenções mais adequadas a cada caso, fortalecendo a abordagem conservadora no manejo da hérnia de disco e da ciatalgia.

Palavras-chave: Hérnia de disco. Ciatalgia. Fisioterapia. Alívio da dor. Recursos terapêuticos.

[1] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR, josiane.germano@usp.br

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

REVISÃO NARRATIVA SOBRE AS NOVAS DIRETRIZES DO EXAME PAPANICOLAU NO RASTREAMENTO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO NO BRASIL

Talita da Silva Livramento Souza[1]; Sthefany Jovina Dias Nepomuceno[2]; Filipe Rocha Clarindo[3]; Milena dos Santos Nascimento[4]; Ariana Santos de Oliveira Carvalho[5]; Larissa Oliveira de Jesus[6]

O câncer do colo do útero continua sendo um relevante problema de saúde pública no Brasil, com impactos significativos sobre a morbimortalidade feminina. O exame citopatológico de Papanicolau é reconhecido como o principal método de rastreamento das lesões precursoras dessa neoplasia, sendo fundamental na detecção precoce e na redução de casos avançados da doença. Diante das evoluções científicas e tecnológicas, o Ministério da Saúde atualizou, em 2023, as diretrizes para o rastreamento do câncer do colo uterino, incorporando o teste de detecção do papilomavírus humano (HPV) como método primário em substituição gradual à citologia convencional. O presente estudo tem como objetivo analisar as novas diretrizes do exame Papanicolau e discutir suas implicações para a prática clínica e para a atuação dos profissionais de enfermagem. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada nas bases de dados *SciELO, LILACS e PubMed*, utilizando os descritores “Papanicolau”, “câncer do colo do útero”, “rastreio”, “diretrizes” e “enfermagem”. Período de publicação nos últimos 5 anos. A busca resultou em 78 publicações, das quais 5 artigos atenderam aos critérios de inclusão. Os resultados evidenciam que as novas diretrizes mantêm a faixa etária de rastreamento entre 25 e 64 anos, porém introduzem o teste de HPV como exame primário, com periodicidade de cinco anos em casos de resultado negativo. A citologia convencional permanece indicada em locais onde a nova metodologia ainda não foi implementada. Em situações de resultado positivo para HPV 16 ou 18, a conduta recomendada é o encaminhamento imediato à colposcopia, enquanto para outros tipos de HPV deve-se repetir o teste após 12 meses. Além disso, o Ministério da Saúde reforça a possibilidade do uso da autocoleta vaginal como estratégia para ampliar o acesso ao rastreamento, especialmente em regiões com baixa cobertura. Essa inovação representa um avanço relevante no controle da doença, considerando que o teste molecular de HPV apresenta maior sensibilidade diagnóstica, permitindo maior detecção de lesões precursoras em estágios iniciais. A análise dos artigos também destacou a importância da atuação do enfermeiro no contexto das novas diretrizes, principalmente na promoção da educação em saúde, na coleta de exames e no acompanhamento das mulheres ao longo do processo de

[1] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail enftalitasouza@outlook.com
[2] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail stheefanynepomuceno.enf@gmail.com
[3] Graduando em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail clarindocuida@gmail.com
[4] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail milenanascimento1515@gmail.com
[5] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail arianasoc1307@gmail.com
[6] Docente, Faculdade Brasileira do Recôncavo, e-mail larissa.oliveira@atmos.edu.br

rastreamento e tratamento. O profissional de enfermagem ocupa posição estratégica na atenção primária, sendo responsável por identificar barreiras de acesso, estimular a adesão ao exame e contribuir para a redução das desigualdades regionais no rastreamento. Contudo, os estudos ressaltam desafios relacionados à capacitação profissional, adequação da infraestrutura laboratorial e necessidade de atualização dos sistemas de informação em saúde. Conclui-se que as novas diretrizes do exame Papanicolau e a incorporação do teste de HPV representam um avanço significativo na política de prevenção do câncer do colo do útero, ampliando a sensibilidade e a efetividade do rastreamento. Entretanto, a consolidação dessa mudança depende da integração entre políticas públicas, capacitação dos profissionais e conscientização da população feminina. A atuação qualificada da enfermagem é essencial para garantir a efetividade das novas estratégias e o fortalecimento do cuidado integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Papanicolaou. Neoplasias do Colo do Útero. Rastreamento Massivo.

EIXO 04 • SAÚDE

SABERES ANCESTRAIS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Sueli Conceição Santos[1]; Adriana Oliveira[2]

O presente trabalho de conclusão de curso investigou a importância dos saberes ancestrais africanos, afro-brasileiros e populares, com exceção nos currículos escolares, e o desdobramento de metodologias que abranjam essa temática. Considera-se, para tanto, a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, e a Lei nº 11.645/2008, que incluiu também a história e cultura indígena nos currículos escolares. Esses marcos legais reconhecem a necessidade de que a escola contemple a diversidade étnico-racial que constitui a sociedade brasileira, o que torna pertinente discutir de que modo tais saberes podem ser incorporados ao cotidiano pedagógico como recurso de ensino e de aprendizagem. O estudo teve como aporte teórico os estudos de Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, cujas reflexões fundamentam a análise sobre as relações étnico-raciais, a valorização dos saberes afro-brasileiros e a pedagogia antirracista. A metodologia combinou revisão bibliográfica e levantamento de dados por meio de entrevistas com professores da educação básica, possibilitando identificar práticas, dificuldades e impactos da implementação desses saberes no ambiente escolar. A articulação entre o referencial teórico e os relatos docentes permitiu compreender como a temática tem sido abordada na prática e quais desafios ainda se colocam para a sua efetivação no currículo. Os resultados indicaram que a ancestralidade atua como instrumento de valorização cultural, fortalecimento das identidades e desconstrução de preconceitos historicamente construídos. Observa-se ainda que a integração desses saberes ao currículo escolar promove uma educação mais democrática, sensível às diversidades e comprometida com a equidade racial, cultural e histórica. Conclui-se, assim, que os saberes ancestrais constituem um recurso pedagógico relevante na educação contemporânea, ao contribuírem para o fortalecimento das identidades e para a construção de práticas pedagógicas antirracistas, em consonância com o que estabelecem as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

Palavras-chave: Saberes ancestrais. Educação. Ancestralidade.

[1] Licencianda em Pedagogia, FBBR, susuk24santos@outlook.com
[2] Doutoranda em História, Docente FBBR, profadrianaoliveira39@gmail.com

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Enfermagem

SALA DE ESPERA COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PELO ENFERMEIRO NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Silvana de Jesus Andrade[1]; Josiane Moreira Germano[2]

Introdução: A estratégia da sala de espera tem potencial de contribuir para o equilíbrio das ações e serviços oferecidos pelas unidades de saúde, colaborando com o cumprimento do princípio da integralidade, um dos grandes nortes da qualidade das ações na atenção primária. Educar promovendo saúde nesse espaço vai além da prevenção e tratamento de doenças; trata-se de um recurso que possibilita uma construção de saberes indispensáveis para a adoção de novos hábitos e condutas por parte da população. Objetivo: Analisar, na literatura, as ações do enfermeiro e usuário sobre a sala de espera. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com abordagem qualitativa e caráter descritivo. Foram utilizados os bancos de dados BVS, BDEnf e Google Acadêmico, tendo em consideração artigos publicados entre 2018 e 2025, disponíveis na íntegra, em português. Após aplicação dos filtros e leitura criteriosa, cinco artigos foram selecionados para análise. Resultados e Discussão: A potencialidade da sala de espera é algo que precisa ser visto. Ela funciona como um momento de prática para educação em saúde, visando a promoção do cuidado e reflexões sobre a saúde do indivíduo e coletividade. A sala de espera é um espaço de discussão, que proporciona a manutenção da saúde da comunidade, estimulando posicionamentos, participação, debates, acolhimento e humanização no atendimento ao usuário. A realização de atividades educativas na sala de espera contribuiu para transformar o tempo ocioso de espera em momentos produtivos, facilitando a disseminação de informações relevantes e promovendo a conscientização, debate e construção de saberes dos usuários sobre diversos temas de saúde. Conclusão: A Enfermagem precisa despertar nos usuários a busca pela saúde, utilizando a sala de espera como alicerce para melhorar a qualidade do atendimento dando a devida importância ao processo de espera. Vale destacar que palestras expositivas de orientação para a promoção à saúde são meios eficientes de intervenção para a comunidade.

Palavras-chave: Sala de espera. Educação em Saúde. Enfermagem. Acolhimento.

[1] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR
[2] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo-FBBR, josiane.germano@usp.br

SETEMBRO AMARELO: EXPERIÊNCIA DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Beatriz Fernandes da Silva[1]; Elisiane Cristina Jesus de Sena[2]; Fagner Oliveira dos Santos[3]; Izabella Oliveira Carvalho[4]; Jéssica Barbosa dos Santos[5]; Joabe de Almeida de Souza[6]; Joyce Abreu Lopes Santos Filha[7]; Maicon Cardoso Conceição[8]; Myrelle do Rosário Silva[9]; Paulo Henrique da Silva Duarte[10]; Rafaela Gomes de Almeida Fiais[11]; Raiana Luiza Mota da Silva[12]; Simone Guimarães[13]

A prevenção ao suicídio é uma das ações mais significativas no campo da saúde mental, sendo o Setembro Amarelo um movimento essencial para promover a conscientização, o diálogo e o acolhimento às pessoas em sofrimento psíquico. O papel do psicólogo é de extrema importância nesse contexto, pois ele atua na identificação de sinais de risco, na escuta ativa e na elaboração de estratégias de intervenção que visam à preservação da vida. Através da avaliação de risco e de campanhas de prevenção, o profissional de psicologia contribui para reduzir o estigma sobre o suicídio e incentivar a busca por ajuda. Nesse sentido, a vivência extensionista realizada na Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR) demonstrou o compromisso acadêmico e social da psicologia com a temática. A atividade, de caráter qualitativo, foi conduzida pelos alunos do 1º semestre do curso de Psicologia sob orientação da professora Simone Guimarães, na disciplina de Vivências Extensionistas, no dia 9 de setembro de 2025. Durante a ação, foram abordados temas profundamente relacionados ao sofrimento humano, como dor, angústia, depressão, ansiedade, luto, solidão e carências emocionais. A proposta buscou promover um espaço de reflexão e empatia, utilizando murais, balões e mensagens que transmitiam acolhimento e esperança. Os alunos também compartilharam experiências pessoais e observações sobre o impacto emocional desses sentimentos, criando um ambiente de troca e escuta ativa. Essa atividade evidenciou a importância da psicologia não apenas como uma ciência teórica, mas como uma prática social voltada para o cuidado e a valorização da vida. Ao aproximar o tema do suicídio do ambiente acadêmico e

[1] Graduanda em Psicologia, FBBR, bia8705@gmail.com
[2] Graduanda em Psicologia, FBBR, malu.duda@icloud.com
[3] Graduando em Psicologia, FBBR, fagnervitena772@gmail.com
[4] Graduanda em Psicologia, FBBR, izabellacarvalho2801@gmail.com
[5] Graduanda em Psicologia, FBBR, jessicaabarbosa76@gmail.com
[6] Graduando em Psicologia, FBBR, joabedealmeida561@gmail.com
[7] Graduanda em Psicologia, FBBR, joyceabreu2798@gmail.com
[8] Graduando em Psicologia, FBBR, maiconcardosocc@icloud.com
[9] Graduanda em Psicologia, FBBR, myrellerosario@outlook.com
[10] Graduando em Psicologia, FBBR, paulohdsduarte@live.com
[11] Graduanda em Psicologia, FBBR, raffaelaalmeida18@gmail.com
[12] Graduanda em Psicologia, FBBR, luizaraiana@gmail.com
[13] Graduada em Psicologia, Pós-graduada em Neuropsicologia com reabilitação cognitiva, Mestre em Educação, FBBR, simonepsicologa.neuro@gmail.com

comunitário, os futuros profissionais puderam compreender a relevância de seu papel enquanto agentes de transformação e prevenção, reforçando o compromisso ético e humano da psicologia com a promoção do bem-estar e a construção de uma sociedade mais empática e solidária.

Palavras-chave: Escuta ativa. Intervenção psicológica. Valorização da vida.

SÍNDROME DE BURNOUT EM ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE: FATORES CONTRIBUINTES E IMPACTOS NO BEM-ESTAR ACADÊMICO

Adrielly Cardoso dos Santos Cavalcante[1]; Daniella Carvalho Gomes de Cerqueira[2]; Josiane Moreira Germano[3]

Introdução: Síndrome de Burnout, ou Síndrome do Esgotamento Profissional, é um grave distúrbio emocional resultante da exaustão mental e física crônica, tipicamente desencadeada por estresse prolongado e excesso de exigências no contexto laboral ou acadêmico. No Brasil, a prevalência dessa condição atinge índices alarmantes, com aproximadamente 30% dos trabalhadores afetados, o que posiciona o país como o segundo no ranking mundial de incidência, evidenciando a urgência de estratégias eficazes de prevenção e manejo. Essa realidade de esgotamento não se restringe ao ambiente profissional, manifestando-se de forma significativa também em contextos de alta pressão, como o dos estudantes da área da saúde, e pode evoluir para quadros depressivos e outros transtornos de saúde mental se não houver identificação e tratamento precoce. Objetivo: Analisar os fatores de risco e a prevalência do Esgotamento Psicológico (Burnout) em estudantes da área da saúde e investigar a percepção dos discentes a respeito das estratégias institucionais e pessoais de prevenção e enfrentamento dessa condição. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com delineamento descritivo e exploratório, que está sendo conduzida após a devida aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), garantindo a observância rigorosa aos preceitos éticos e legais que regem estudos com seres humanos. Para a coleta de dados, temos utilizado um formulário eletrônico autoaplicável e estruturado com oito questões objetivas, alinhadas aos objetivos do estudo, o qual será disseminado via Google Forms e redes sociais, visando otimizar a acessibilidade e a taxa de resposta entre os participantes. O formulário eletrônico tem como objetivo recolher informações que identifiquem os fatores de risco e a prevalência do Esgotamento Psicológico (Burnout) em estudantes da área da saúde para que seja investigada a percepção dos discentes a respeito das estratégias institucionais e pessoais de prevenção e enfrentamento. Resultados e discussão: Os resultados desta pesquisa acompanham as tendências encontradas na literatura que reconhecem como fatores estressores do Esgotamento Psicológico em estudantes universitários: relação com professores, conciliar estudo e lazer, muitas disciplinas para cursar, relação com colegas, realizar trabalhos extraclasse, realizar provas e trabalhos de aula, e conciliar estudos/estágio profissional. Também é importante considerar que a estrutura do ensino superior é geradora de sobrecarga física e mental, interferindo na qualidade de vida dos estudantes. Considerações finais: Faz-se necessária a implementação de intervenções institucionais mais eficazes, como o aprimoramento do

[1] Graduanda em Enfermagem, Faculdade Brasileira do Recôncavo, 102699@atmos.edu.br
[2] Coordenadora dos cursos de Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, enfa.danicarvalho@me.com
[3] Fisioterapeuta, Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo, josiane.germano@usp.br

apoio psicológico e pedagógico, e a promoção de educação emocional, com o intuito de viabilizar o desenvolvimento de um ambiente acadêmico mais saudável, favorecendo a permanência e o sucesso integral dos discentes.

Palavras-chave: Estudantes de Saúde. Esgotamento Psicológico. Fatores de Risco. Prevenção.

EIXO 04 • SAÚDE

SISTEMA URINÁRIO: DOENÇAS RENAIS, DESAFIOS PARA A SAÚDE PÚBLICA

Adriana Peixoto dos Santos[1]; Geovana Vitória de Jesus[2]; Isabele Silveira Lima de Carvalho[3]; Maurício dos Santos Souza Filho[4]; Thaise Gomes Cerqueira Peixoto[5]; Zanon Santana Gonçalves[6]; Danilo Almeida Brito[7]; Marisa Alves Ferreira[8]

As Doenças Renais Crônicas (DRC) são condições graves, progressivas e irreversíveis, que apresentam um grande e sério desafio para a Saúde Pública no Brasil, sendo frequentemente alvo de desinformação, o que leva a impactos negativos à qualidade de vida. As DRCs estão intimamente ligadas a outras condições crônicas não transmissíveis, o que contribui para o aumento de suas complicações. Abordar sobre o sistema excretor e as afecções renais é de suma importância para a Enfermagem, pois essas alterações são comuns e podem comprometer gravemente o bem-estar do indivíduo. Além de atuar na prevenção, monitorização e cuidados específicos, o(a) profissional de enfermagem deve oferecer uma assistência humanizada, acolhendo o usuário em sua integralidade, reduzindo medos e desconfortos, promovendo ações educativas em saúde e contribuindo para uma melhor qualidade de vida. O objetivo geral do grupo é investigar o conhecimento da comunidade da área da saúde sobre o funcionamento do aparelho urinário e sua relação com o desenvolvimento, identificação e prevenção das principais enfermidades renais e urinárias. Para isso, foi realizada uma pesquisa quantitativa e descritiva, tendo como instrumento de coleta de dados um formulário de pesquisa elaborado pela equipe. O formulário foi aplicado à comunidade externa, com questões sobre os hábitos e percepções relacionados às patologias renais e sua relação com a coloração da urina. Dos 19 participantes dessa pesquisa, 18 apresentaram ter urina amarelo-claro e um apresentou urina escura; cerca de 52,6% dos participantes afirmaram ir ao médico às vezes, enquanto 26,3% relataram fazê-lo sempre. Em contrapartida, a automedicação aparece como prática comum: 63,2% afirmaram recorrer a ela ocasionalmente, o que indica uma tendência à tentativa de resolução autônoma dos sintomas antes de buscar assistência profissional especializada. Os resultados apresentados na pesquisa mostram que parte dos participantes tem hábitos saudáveis, mesmo que apresente falha no conhecimento do tema. A taxa alta de automedicação indica um comportamento de autonomia inadequada, muitas vezes associado à falta de informação e à dificuldade de acesso aos serviços de saúde. A educação em saúde é

[1] Graduanda, Faculdade Brasileira do Recôncavo, peixotodrisnts@gmail.com
[2] Graduanda, Faculdade Brasileira do Recôncavo, geovanasantos150706@gmail.com
[3] Graduanda, Faculdade Brasileira do Recôncavo, isabelecarvalho101@gmail.com
[4] Graduando, Faculdade Brasileira do Recôncavo, cinho3105@gmail.com
[5] Graduanda, Faculdade Brasileira do Recôncavo, thaiseGomes59@gmail.com
[6] Mestrando, Faculdade Brasileira do Recôncavo, zyarck@gmail.com
[7] Mestre em Microbiologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, microbiologiafbbr@gmail.com
[8] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br

fundamental na prevenção de doenças como as DRCs; o enfermeiro tem papel essencial no processo, atuando na promoção de saúde e na identificação precoce de riscos, e sua atuação deve incluir o acolhimento, a escuta e a orientação contínua, fortalecendo o vínculo com o paciente. Ações educativas bem planejadas ajudam a reduzir a automedicação, estimular o autocuidado e favorecer o diagnóstico precoce das disfunções renais. A partir das respostas obtidas, foi possível observar que ainda há uma carência significativa de informações sobre o sistema excretor e a prevenção das doenças renais, o que evidencia a necessidade de ações educativas voltadas à conscientização da população. Quando analisadas as estratégias de cuidado adotadas diante desses sintomas, os dados revelam um comportamento misto entre a busca por atendimento profissional e práticas alternativas.

Palavras-chave: Automedicação. Enfermagem. Saúde Pública.

EIXO 04 • SAÚDE | Curso: Psicologia

TECNOLOGIA E SAÚDE MENTAL: PREVENINDO A DEPENDÊNCIA DIGITAL

Ester Julya Veríssimo da Silva[1]; Juliane Silva Santos[2]; Maira Batista Costa[3]; Mírian Paula Santana Leite[4]; Moises Pereira da Cruz[5]; Raniel da Silva do Carmo[6]; Sara Fiuza Figueredo da Silva[7]; Talita Mascarenhas Pinto[8]; Larissa de Oliveira Silva[9]

A tecnologia surge em nosso meio como uma ferramenta de uso amplo, que facilitou as relações interpessoais, abrangeu a comunicação e permitiu o maior e melhor acesso a informações. São diversos os benefícios desses meios que simplificam e agilizam algumas áreas, como trabalho, estudo, lazer e relações. No entanto, vivemos em uma sociedade onde esse instrumento tem se tornado cada vez mais adoecedor, pois o uso equivocado e excessivo desses dispositivos e suas atribuições tem gerado impactos negativos para a vida real, prejudicando os processos, o rendimento e a saúde mental do ser humano. A dependência digital surge nesse contexto como resultado desse uso descontrolado, influenciando diretamente o bem-estar e o equilíbrio emocional dos indivíduos. A finalidade do tema proposto foi compreender e expor os impactos do uso excessivo da tecnologia, alertando sobre como a dependência digital pode afetar a saúde mental dos jovens estudantes. Buscou-se analisar de que forma esses comportamentos têm influenciado o indivíduo em seus aspectos internos, considerando as consequências emocionais e psicológicas que podem surgir a partir do uso desregrado dos meios digitais. A ação possibilitou a promoção de reflexões e a apresentação de informações claras e estratégias práticas aplicáveis ao cotidiano. Além disso, orientou os estudantes quanto aos malefícios da utilização desequilibrada dos meios digitais e às consequências decorrentes desse uso. A metodologia adotada caracteriza-se por pesquisa/intervenção de campo. Foi realizada uma roda de conversa na turma do 4º semestre de Farmácia, guiada pelos estudantes de Psicologia do 4º semestre envolvidos no projeto, onde foi aplicado um questionário com questões sobre o tema, visando à coleta de dados. Foram apontados os riscos do uso excessivo das telas e como a utilização inadequada desses meios pode gerar dependência digital, impactando a saúde mental e abordando a necessidade de equilíbrio. As análises apontam a necessidade de aumentar a sensibilização sobre o impacto do uso excessivo da tecnologia na saúde mental, promovendo hábitos digitais saudáveis. A

[1] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, julyaveri@icloud.com
[2] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, julianesilvaa015@gmail.com
[3] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, may.maylua@gmail.com
[4] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, paulaleite342@gmail.com
[5] Graduando em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, pmoisescruz@gmail.com
[6] Graduando em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, raniel.silva.carmo@gmail.com
[7] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Fiuzasara2005@gmail.com
[8] Graduanda em Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, talitapinto277@gmail.com
[9] Graduada em Psicologia, Pós-graduada em Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico, Pós-graduada em Psicopatologia, Coordenadora do curso de psicologia FBBR, docente da FBBR, larissapsi.oliveira@gmail.comlarissa.silva@atmos.edu.br

intervenção proporcionou uma discussão acessível, com vivências e métodos para o uso mais consciente da internet e dos dispositivos tecnológicos. Conclui-se que os estudos analisados relacionam a dependência virtual aos impactos negativos no comportamento, nas relações sociais e na saúde mental, destacando a relevância das intervenções psicológicas, em especial da Terapia Cognitivo-Comportamental, e de ações educativas que incentivem hábitos digitais equilibrados e a promoção da saúde mental.

Palavras-chave: Dependência digital. Saúde Mental. Tecnologia.

EIXO 04 • SAÚDE

TIMED UP AND GO: INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA MELHORA DA MOBILIDADE, EQUILÍBRIO E QUALIDADE DE VIDA DA PACIENTE IDOSA

Ana Clara da Conceição; Denise Gonçalves; Gabriel Nunes; Marcela Santos; Nathália de Oliveira; Carla Januário de Jesus Linhares[1]

O envelhecimento é um processo natural que provoca alterações fisiológicas progressivas, influenciando diretamente o equilíbrio, a força muscular, a flexibilidade e a coordenação motora. Essas mudanças, associadas a doenças crônicas, uso de múltiplos medicamentos e déficits sensoriais, aumentam o risco de quedas e a perda da autonomia funcional. O Timed Up and Go (TUG test) é um instrumento amplamente utilizado na fisioterapia geriátrica para avaliar a mobilidade funcional e o risco de quedas em idosos. O presente estudo teve como objetivo avaliar a mobilidade, o equilíbrio e a postura de uma paciente idosa institucionalizada, identificando fatores relacionados ao risco de quedas e às limitações funcionais. Trata-se de um relato de caso realizado no Lar dos Idosos de Cruz das Almas (BA), com uma paciente de 74 anos, portadora de doenças crônicas, como hipertensão arterial, diabetes mellitus, ansiedade e depressão. A avaliação fisioterapêutica incluiu anamnese, inspeção postural, testes de equilíbrio (Romberg), análise postural (Adams) e o TUG. O tempo obtido no TUG foi de 26 segundos, indicando alto risco de quedas. Foram observadas alterações como hipolordose lombar, escoliose e joelho valgo bilateral, associadas a dor nos membros superiores e inferiores. O plano de tratamento incluiu exercícios terapêuticos de fortalecimento, alongamento e reeducação postural, respeitando as limitações da paciente. Os resultados demonstram melhora gradual da mobilidade e redução das queixas álgicas, reforçando a importância da fisioterapia na promoção da autonomia e prevenção de quedas em idosos. Conclui-se que a aplicação do TUG, associada à avaliação postural e funcional, é essencial para o diagnóstico precoce de déficits motores e para o direcionamento de intervenções fisioterapêuticas eficazes no envelhecimento saudável.

Palavras-chave: Idoso. Equilíbrio. Fisioterapia. Risco de quedas. Timed Up and Go.

[1] Fisioterapeuta (FADBA), pós-graduada em Fisioterapia Neurofuncional, carladejesus_18@hotmail.com

UMA AÇÃO EDUCATIVA SOBRE PREVENÇÃO DO DIABETES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Deisiane Souza da Silva[1]; Janeide Carmo[2]; Miquéias Nunes de Jesus Araújo[3]; Samara dos Santos Pereira[4]; Thassio Sales[5]; Danilo Almeida Brito[6]

O diabetes mellitus é uma condição crônica que ocorre quando o corpo não produz insulina suficiente ou não consegue utilizá-la adequadamente. A insulina é o hormônio responsável por controlar a quantidade de glicose (açúcar) no sangue, que é a principal fonte de energia para as células. São os tipos de diabetes: Diabetes Tipo 1: o corpo não produz insulina. É uma doença autoimune, em que o corpo degrada as regiões pancreáticas de produção de insulina. Diabetes Tipo 2: o corpo produz insulina, mas o receptor GLUT4 não responde à sinalização desse hormônio, o que bloqueia a entrada de açúcar na célula (resistência à insulina), é relacionada aos hábitos de vida. Diabetes Gestacional: aparece durante a gravidez e geralmente desaparece após o parto, mas aumenta o risco de desenvolver diabetes tipo 2 no futuro. Nesse sentido, esse trabalho objetivou investigar os fatores de risco associados ao desenvolvimento de diabetes e avaliar o nível de conhecimento da população sobre prevenção e controle da doença. Para isso, foi realizada vivência de extensão no Colégio Estadual CETEP Recôncavo - Alberto Torres, no dia 14 de outubro de 2025, em um evento intitulado “Vitrine da Saúde”. Levamos para a ação um cartaz informativo contendo tópicos de fácil compreensão com conteúdo dos principais fatores dos tipos de diabetes. Utilizamos um folder informativo a respeito do diabetes, contendo os tipos de diabetes e hábitos saudáveis, e, em agradecimento pela participação e por nos escutarem, entregamos como lembrancinha um sachê de chá juntamente com o folder. Aferimos a glicemia dos visitantes, o que deixou nosso trabalho mais completo. A nossa apresentação foi feita de forma clara e objetiva a respeito do tema, e nossa linguagem foi adaptada para fácil comunicação sobre diabetes, seu controle, causas e consequências. Tivemos um público variado entre jovens, adultos e idosos, e todos demonstraram interesse em nos visitar. Durante a visita, utilizamos um questionário físico contendo perguntas sobre os conhecimentos dos perguntados a respeito do diabetes, perguntas essas sobre hábitos saudáveis, se conhecem a respeito do diabetes, se praticam atividade física ou mantêm uma vida sedentária. Concluímos que essa vivência contribuiu de forma significativa para a transmissão eficaz e necessária de informações sobre o diabetes, abrangendo aspectos como diagnósticos, controle, tratamento e prevenção. Além disso, possibilitou que nos apresentássemos à comunidade externa como agentes de educação em saúde, comprometidos com a promoção do conhecimento e o fortalecimento da conscientização coletiva.

[1] deisesouza575@gmail.com. Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo
[2] Janeidesouzza19@gmail.com. Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo
[3] mil1001.nunes@gmail.com. Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo
[4] Sampereira034@gmail.com. Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo
[5] thassioferreira41@gmail.com. Graduando em Enfermagem da Faculdade Brasileira do Recôncavo
[6] microbiologiafbbr@gmail.com. Docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo

Palavras-chave: Diabetes. Compreender. Doenças.

USO DA ESCALA MIF COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL EM IDOSOS: ESTUDO DE CASO NO LAR DOS IDOSOS

Stephany Santos Gonçalves[1]; Bárbara Gizele Freitas Gomes[2]; Geovanna Peixoto Costa Solidade[3]; Cailane Souza de Souza[4]; Fábio Lucas Santos Silva[5]; Maria Rita Ferreira dos Santos[6]; Geovana Alencar dos Reis[7]; Tiago Sacramento Mota[8]; Carla Januário de Jesus Linhares[9]

A Escala de Medida de Independência Funcional (MIF) é amplamente utilizada na área da saúde e reabilitação para avaliar o grau de independência de indivíduos na execução das atividades da vida diária, permitindo identificar o nível de assistência necessário e acompanhar a evolução funcional ao longo do tratamento. O presente estudo teve como objetivo avaliar o nível de independência funcional de uma paciente idosa por meio da Escala MIF, identificando suas principais limitações e orientando o planejamento de intervenções fisioterapêuticas voltadas à promoção da autonomia, funcionalidade e qualidade de vida. Trata-se de um estudo de caso, de caráter intervencionista terapêutico, realizado em um lar de idosos na cidade de Cruz das Almas. A paciente E.M.T., 76 anos, professora aposentada, portadora de esquizofrenia, depressão e Alzheimer, apresentou-se colaborativa e independente nas atividades básicas, com presença de bradicinesia, tremor leve em repouso, hipercifose torácica e leve disfunção postural. O protocolo fisioterapêutico incluiu exercícios de fortalecimento muscular, equilíbrio, coordenação e mobilidade, utilizando elásticos, pesos leves (halteres de 0,5 a 2 kg), cadeira e parede de apoio. As sessões contemplaram aquecimento com alongamentos dinâmicos e atividades de transposição de cones, visando aprimorar o controle postural e a estabilidade. A Escala de MIF foi aplicada no início e ao final do acompanhamento fisioterapêutico para mensurar a evolução da independência funcional. Os resultados demonstraram melhora significativa no equilíbrio estático, com menor oscilação em ortostatismo e maior segurança durante exercícios de apoio unipodal, além de correção parcial de alterações posturais. O equilíbrio dinâmico e a marcha mantiveram-se adequados, e a paciente apresentou maior consciência corporal e estabilidade. Durante a última avaliação, surgiram queixas de esquecimento, evidenciando a necessidade de acompanhamento cognitivo interdisciplinar. Conclui-se que a intervenção fisioterapêutica foi eficaz para aprimorar a funcionalidade, postura e coordenação da paciente, refletindo em maior autonomia e segurança na execução das atividades diárias. O estudo reforça a importância

[1] Graduando Fisioterapia, FBBR, stephany.ssg20@gmail.com
[2] Graduando Fisioterapia, FBBR, barbarafreitasgomes0@gmail.com,
[3] Graduando Fisioterapia, FBBR, peixotogeovanna89@gmail.com
[4] Graduando Fisioterapia, F BBR, cailanesouzadesouza@gmail.com
[5] Graduando Fisioterapia, FBBR, lucasfb861@gmail.com,
[6] Graduando Fisioterapia, FBBR, ritafs881@gmail.com
[7] Graduando Fisioterapia, FBBR, Geovanaar00@gmail.com
[8] Graduando Fisioterapia, FBBR, Tisacracramento10@gmail.com
[9] Fisioterapia pela FADBA,Pós graduação em fisioterapia neuro funcional, carladejesus_18@hotmail.com

da aplicação da MIF como instrumento objetivo para monitorar a evolução funcional e da fisioterapia como elemento essencial na manutenção da qualidade de vida e independência de idosos com alterações neurológicas e posturais.

Palavras-chave: Independência funcional. Reabilitação. Idoso.

USO INADEQUADO DE ANTIBIÓTICOS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA

Emilli Victória Muniz Pereira[1]; Maria Eduarda Araújo Mota[2]; Rebeca de Jesus Santos[3]; Vanessa Carolina Souza dos Santos[4]; Vitória Pereira da Conceição[5]; Fernanda dos Santos Nascimento[6]; Zanon Santana Gonçalves[7]; Danilo Almeida Brito[8]

Os antibióticos são medicamentos amplamente utilizados no tratamento de doenças causadas por bactérias, sendo fundamentais para o controle de infecções. Entretanto, o uso incorreto e a automedicação têm se tornado problemas recorrentes, contribuindo para o aumento da resistência bacteriana e para a ineficácia de tratamentos futuros. Embora o uso desses medicamentos exija prescrição médica, ainda é comum a compra e o consumo sem orientação profissional. Estima-se que cerca de 30% do consumo global de antibióticos em humanos seja considerado inadequado, seja pelo uso sem indicação, pela dosagem incorreta ou pela interrupção precoce do tratamento. O presente estudo teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento da comunidade sobre o uso adequado de antibióticos e a resistência bacteriana, além de identificar práticas incorretas relacionadas à automedicação. Para isso, aplicou-se um questionário on-line, elaborado no Google Forms e divulgado via WhatsApp, contendo perguntas fechadas sobre o uso de antibióticos, prescrição médica e resistência bacteriana. Participaram da pesquisa indivíduos com idade entre 20 e 35 anos (74,4%), sendo 77,5% do sexo feminino. Parte dos participantes relatou o uso de antibióticos sem prescrição médica, principalmente para tratar dores de garganta, cefaleia e infecções intestinais ou urinárias. A maioria (80%) reconheceu a importância da prescrição médica como prática mais segura, enquanto considerou a automedicação e a interrupção do tratamento como atitudes incorretas. Os resultados demonstram que, embora a maioria dos participantes possua consciência sobre a importância da prescrição médica, ainda há comportamentos inadequados relacionados ao uso de antibióticos, especialmente no que se refere à automedicação. Essa prática pode favorecer o surgimento de bactérias resistentes, comprometendo a eficácia terapêutica e gerando impactos significativos na saúde pública. Conclui-se que são necessárias ações educativas contínuas, voltadas à conscientização da população sobre o uso racional de antibióticos e riscos associados à resistência bacteriana, reforçando o papel dos profissionais de saúde na orientação segura e responsável do tratamento medicamentoso.

[1] Emilli Victória Muniz Pereira, cursando Farmácia na FBBR, mili.muniz012@outlook.com
[2] Maria Eduarda Araújo Mota, cursando farmácia na FBBR, eduardamota09icloud.com
[3] Rebeca de Jesus Santos, cursando Farmácia na FBBR, becarj569@gmail.com
[4] Vanessa Carolina Souza dos Santos, cursando Fisioterapia na FBBR, vanessacarolina530@gmail.com
[5] Vitória Pereira da Conceição, cursando Farmácia na FBBR, pereiraqueiroz21@gmail.com,
[6] Fernanda Santana Gonçalves, Doutora em Biotecnologia, Docente da FBBR, fernanda.santos@atmos.edu.br
[7] Zanon Santana Gonçalves, Doutor em Genética e Biologia Molecular, Docente da FBBR, zyarck@gmail.com
[8] Danilo de Almeida Brito, Mestre em microbiologia, Docente da FBBR, danilo.a.brito@hotmail.com

Palavras-chave: Automedicação. Resistência bacteriana. Infecções bacterianas.

UTILIZAÇÃO DA REALIDADE VIRTUAL NA REABILITAÇÃO DE PACIENTES COM DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA (DPOC) COM DEPRESSÃO

Joseany Nunes Silva[1]; Marisa Alves Ferreira[2]; Josiane Moreira Germano[3]

Introdução: A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica é uma condição respiratória progressiva que causa limitação persistente do fluxo aéreo e impacta profundamente a qualidade de vida dos indivíduos. Quando associada à depressão, agrava-se o comprometimento funcional, emocional e social, reduzindo a adesão ao tratamento e a autonomia dos pacientes que frequentemente enfrentam isolamento social, sentimentos de inutilidade, baixa autoestima e redução na capacidade de realizar atividades de vida diária. Nesse contexto, a fisioterapia se destaca como uma importante aliada terapêutica, não apenas na reabilitação respiratória, mas também na promoção da saúde mental, ao incentivar a autonomia funcional, a interação social e o engajamento em atividades significativas. Entre essas estratégias, destaca-se a utilização da realidade virtual, uma ferramenta tecnológica que possibilita experiências imersivas, interativas e motivadoras, ampliando o engajamento e a adesão às terapias. Objetivo: Identificar os efeitos da realidade virtual na reabilitação de pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica e depressão, analisando seus impactos na função respiratória, na qualidade de vida e na saúde mental. Metodologia: Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, exploratório e descritivo, realizada em bases como SciELO, PubMed, LILACS e BVS, utilizando os descritores “fisioterapia”, “DPOC”, “depressão” e “realidade virtual” combinados com operador booleano AND. Foram incluídos artigos publicados nos idiomas português e inglês, que abordassem especificamente a atuação fisioterapêutica em pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica e depressão. Resultados e discussão: Os achados mostram que programas de exercícios mediados por tecnologias interativas como Nintendo Wii, Active Video Games (AVGs) na reabilitação pulmonar. As pesquisas evidenciam que o uso da realidade virtual, associada à reabilitação pulmonar tradicional, favorece a melhora da capacidade funcional, da tolerância ao exercício e da motivação, além de reduzir sintomas depressivos e aumentar a adesão ao tratamento. Os estudos analisados sugerem que a integração de estratégias tradicionais, como exercícios supervisionados e treinamento muscular respiratório, com abordagens tecnológicas, como exergames e realidade virtual, pode potencializar os efeitos da reabilitação pulmonar, promovendo ganhos funcionais, emocionais e sociais. Esses resultados reforçam a necessidade de práticas fisioterapêuticas centradas no paciente, humanizadas e adaptadas às suas necessidades, especialmente em contextos onde a depressão e limitações físicas podem comprometer a adesão aos métodos tradicionais de reabilitação. Considerações finais: A realidade virtual representa uma estratégia inovadora e eficaz na

[1] Acadêmica do curso de Bacharelado em Fisioterapia – FBBR. joseanynunes01@gmail.com
[2] Doutora, com pós-doutorado em Ciência Animal, docente da Faculdade Brasileira do Recôncavo (FBBR), mariza.ferreira@atmos.edu.br
[3] Mestra em Ciências da Saúde, Faculdade Brasileira do Recôncavo – FBBR. josiane.germano@usp.br

fisioterapia respiratória, promovendo benefícios físicos, cognitivos e emocionais e contribuindo para um cuidado mais humano, acessível e centrado no paciente com DPOC e depressão.

Palavras-chave: Fisioterapia. Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica. Depressão. Realidade Virtual.

VIVÊNCIA EDUCATIVA SOBRE TIPAGEM SANGUÍNEA: CONSCIENTIZAÇÃO E SOLIDARIEDADE SOBRE DOAÇÃO DE SANGUE

Samira de Jesus Fonseca[1]; Geovana da Anunciação França[2]; Luiza Santos Sales[3]; Juliana dos Santos Lobo[4]; Beatriz Vieira Chabi[5]; Josimeire dos Santos do Nascimento[6]; Yuri da Silva Araújo[7]; Luciana Leite Souza[8]; Danilo Almeida Brito[9]

A promoção da saúde e a conscientização sobre a importância da doação de sangue são ações fundamentais para o fortalecimento da solidariedade e para a manutenção dos estoques sanguíneos, essenciais ao atendimento hospitalar e às emergências médicas que necessitam da transfusão sanguínea. Para a Enfermagem, esse tema é de grande relevância, pois o enfermeiro atua diretamente na educação em saúde, na coleta e no cuidado com o doador, além de ter papel central na orientação da população sobre a importância da doação e da tipagem sanguínea. Nesse contexto, no dia 14 de outubro de 2025, foi realizada, no Colégio CETEP, localizado no município de Cruz das Almas – BA, uma vitrine de Saúde, com foco na tipagem sanguínea e no incentivo e valorização da doação voluntária de sangue. O objetivo principal da atividade foi conscientizar os participantes sobre a importância da doação de sangue e do conhecimento do próprio tipo sanguíneo, promovendo atitudes solidárias e ampliando a compreensão sobre a cultura da doação. A metodologia utilizada envolveu a realização de tipagem sanguínea no momento do evento, permitindo que os participantes conhecessem ou confirmassem seu tipo sanguíneo, além da aplicação de um formulário online e uma coleta de feedbacks espontâneos, a fim de avaliar a recepção e o impacto da ação junto ao público. Os resultados demonstraram grande interesse e envolvimento dos participantes, que destacaram o tema como relevante, educativo e pouco abordado no cotidiano. Muitos relataram satisfação e curiosidade ao descobrir seu tipo sanguíneo pela primeira vez, enquanto outros valorizaram a oportunidade de confirmar suas informações e de compreender melhor a importância da doação. Observou-se ainda que muitos participantes desconheciam a relevância de conhecer o próprio tipo sanguíneo e, após as orientações, mostraram-se mais motivados a doar sangue no futuro, evidenciando o impacto positivo da intervenção na mudança de percepções e comportamentos. Como ponto de dificuldade, foi apontado o espaço físico limitado, devido à grande adesão do público, embora isso não tenha comprometido o andamento das atividades. Para novas possibilidades de discussão, sugere-se a parceria com o ônibus de coleta de sangue

[1] Graduando em enfermagem, FBBR, samirafonsecaenf@gmail.com
[2] Graduando em enfermagem, FBBR, geofanunciacao2131@gmail.com
[3] Graduando em enfermagem, FBBR, salesluiza830@gmail.com
[4] Graduando em enfermagem, FBBR, julianasantoslobo13@gmail.com
[5] Graduando em enfermagem, FBBR, beatriz_chabi@hotmail.com
[6] Graduando em enfermagem, FBBR, josi.meiry@hotmail.com
[7] Graduando em enfermagem, FBBR, yuridasilvaaraujo01@gmail.com
[8] Graduando em enfermagem, FBBR, lucyannaleyty@gmail.com
[9] Professor orientador, FBBR, microbiologiafbbr@gmail.com

(Hemóvel), o que ampliaria o alcance da atividade e incentivaria ainda mais a prática da doação. De modo geral, a ação atingiu plenamente seus objetivos, proporcionando aprendizado, conscientização e engajamento social; a experiência se mostrou enriquecedora, unindo educação em saúde e participação social em prol da vida.

Palavras-chave: Promoção à saúde. Voluntariado. Coleta de sangue. Atividade extensionista.

VIVÊNCIA EXTENSIONISTA: SETEMBRO AMARELO NA ASSOCIAÇÃO GENTE DA GENTE – CRUZ DAS ALMAS (BA)

Aline de Araújo Conceição[1]; Ana Paula Nunes da Silva[2]; Denize Silva[3]; Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento[4]; Edileusa de Oliveira Magalhães[5]; Fernanda Reis dos Santos[6]; Luciene Nunes da Silva Souza[7]; Maiara Nascimento Peixoto[8]; Thalita Araújo dos Santos[9]; Simone Guimarães[10]

O tema suicídio é frequente em clínicas médicas, psiquiátricas e psicológicas, constituindo-se em todo o globo. Trata-se de um relato de experiências cujo método teve como aporte a palestra ministrada pela professora e nossa orientadora, Simone Guimarães, que contou a história do Setembro Amarelo, apresentou dados alarmantes sobre o aumento dos casos de suicídio e destacou a importância de falar sobre o tema sem preconceito. Também foram divulgados canais de ajuda, como o Centro de Valorização da Vida (CVV), que oferece apoio emocional gratuito pelo número 188. Além da palestra, realizamos dinâmicas relacionadas ao tema do Setembro Amarelo, com o objetivo de promover um momento de acolhimento entre nós, estudantes, e a comunidade. Essas atividades proporcionaram um espaço de troca e reflexão, onde todos puderam expressar sentimentos, compartilhar experiências e fortalecer laços. As dinâmicas e conversas abordaram temas como autoestima, empatia, solidariedade e a importância de ter uma rede de apoio, reforçando o valor da escuta e do cuidado com o outro. Um dos momentos mais marcantes foi a acolhida calorosa da comunidade, que nos recebeu com muito carinho e atenção. Os membros da associação prepararam uma sopa para todos, um gesto simples, mas cheio de afeto, que simbolizou o espírito de união e partilha presente em toda a atividade. Essa experiência teve um grande impacto em nossa vida pessoal e na nossa formação como futuros psicólogos. Pudemos compreender de forma mais profunda a importância de ouvir com empatia, acolher o outro e promover espaços de diálogo sobre saúde mental. Foi uma vivência que mostrou, na prática, que a Psicologia vai muito além da teoria, e que o cuidado com o outro começa em gestos simples, mas cheios de significado. Concluiu-se que ações como essa são de grande importância à comunidade,

[1] Discente de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, alinedearaujoconceicao@gmail.com
[2] Discente de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Paulinhasilva2016@outlook.com
[3] Discente de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, silvaise-@hotmail.com
[4] Mestre em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA/UNEB). Pedagoga, com especializações em Educação do Campo e do Semiárido Brasileiro (UFRB), Educação de Jovens e Adultos e Gestão e Coordenação Escolar. Docente e Coordenadora do curso de Pedagogia da FBBR. Professora do PARFOR Equidade (IF Baiano). Membro dos grupos de pesquisa InterGestão (UNEB), NIESS (FBBR) e Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Vulnerabilidade e Políticas de Diferença no Sul Global (UNEB). Associada à ANPED, GT 18 — EJA. fnalvafiuza@gmail.com
[5] Discente de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, edileusaprof1@hotmail.com
[6] Discente de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, nandareissantos757@gmail.com
[7] Discente de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Enenunes20@gmail.com
[8] Discente de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, maiaranascimentopeixoto@gmail.com
[9] Discente de Psicologia, Faculdade Brasileira do Recôncavo, araujothay.taj2@hotmail.com
[10] Orientadora, Faculdade Brasileira do Recôncavo, Simonepsicologa.neuro@gmail.com

visto ser caracterizado por um público carente de informação e diferentes classes sociais, que podem estar sendo atingidos por dores psicológicas extremas.

Palavras-chave: Prevenção do Suicídio. Campanha Setembro Amarelo. Relato de Experiências.